JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 6
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 6
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 10
Prefeitura Municipal de Apiacás 11
Prefeitura Municipal de Araguaiana 12
Prefeitura Municipal de Araputanga 13
Prefeitura Municipal de Arenápolis 14
Prefeitura Municipal de Aripuanã 32
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 39
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 40
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 43
Prefeitura Municipal de Cáceres 44
Prefeitura Municipal de Campinápolis 51
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 52
Prefeitura Municipal de Campo Verde 53
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 55
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 59
Prefeitura Municipal de Canarana 67
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 70
Prefeitura Municipal de Cláudia 72
Prefeitura Municipal de Colíder 76
Prefeitura Municipal de Colniza 78
Prefeitura Municipal de Comodoro 80
Prefeitura Municipal de Confresa 81
Prefeitura Municipal de Curvelândia 85
Prefeitura Municipal de Denise 87
Prefeitura Municipal de Diamantino 87
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 91
Prefeitura Municipal de General Carneiro 93
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 95
Prefeitura Municipal de Indiavaí 96
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 96
Prefeitura Municipal de Itiquira 97
Prefeitura Municipal de Jaciara 99
Prefeitura Municipal de Jauru 100
Prefeitura Municipal de Juara 102
Prefeitura Municipal de Juruena 103
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 117
Prefeitura Municipal de Luciara 118
Prefeitura Municipal de Matupá 118
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 123
Prefeitura Municipal de Nobres 123
Prefeitura Municipal de Nortelândia 131
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 132
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 134
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 138
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 139
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 141
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 141

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 142
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 145
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 145
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 147
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 148
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 152
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 153
Prefeitura Municipal de Paranatinga 154
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 157
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 167
Prefeitura Municipal de Poconé 167
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 169
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 170
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 170
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 171
Prefeitura Municipal de Poxoréu 176
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 183
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 188
Prefeitura Municipal de Rio Branco 189
Prefeitura Municipal de Rondolândia 189
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 191
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 191
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 191
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 196
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 197
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 197
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 201
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 203
Prefeitura Municipal de São José do Povo 207
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 208
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 208
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 210
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 211
Prefeitura Municipal de Sinop 212
Prefeitura Municipal de Tabaporã 234
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 242
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 244
Prefeitura Municipal de Tesouro 248
Prefeitura Municipal de União do Sul 249
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 249
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 252
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 261
Prefeitura Municipal de Vila Rica 310

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONVITE 003/2017

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONVITE 003/2017

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM torna público para conhecimento dos interessados do Processo Licitatório CONVITE 003/2017 REALIZADO DIA 03/05/2017, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS"**, que Declara como vencedora a empresa **S. A. L. P. Liberato ME CNPJ: 09.281.500/0001-13.**

Cuiabá (MT), 03 de Maio de 2017.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente comissão permanente licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 005/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 005/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo Estimado do Projeto: R$ 452.501,30 (Quatrocentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e um reais e trinta centavos)**.**

Local da Realização do Projeto: Município de ACORIZAL/MT.

Data de assinatura do 1º Aditivo Plano de Trabalho: 07/03/2017.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2017.

Objeto do Plano de Trabalho: AMPLIAR E COMPLEMENTAR AS EQUIPES DE TRABALHO.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

ACORIZAL/MT, 07/03/2017.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA 021/2017

"Designa servidora para responder pelo Cargo de Assessora de Comunicação".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar a titulo precário, por tempo indeterminado, a partir de 02 de Maio de 2017, para exercer a função de Assessora de Comunicação, cargo em Comissão, a Senhora **Andreia Zancanaro Amik**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 1022814-4 SSP- MT e CPF nº. 622.196.261-72, residente e domiciliada à Rua 06, nº. 670 Bairro Operário, nesta cidade.

Sala da Presidência, 02 de Maio de 2017

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

José Ari Zandoná

Presidente

CODEMA
LICENÇAS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental 'Médio Araguaia' – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Água Boa-MT, 02 de maio de 2017.

PROCESSO	Nº. LICENÇA	TIPO LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA	MUNICÍPIO
2942.008.056.0000001/2016	039/2016	Operação	Burnier & Cia LTDA	Armazéns Gerais para depósito de produtos não perigosos – emissão de warrants	Querência-MT
2942.007.042.0000018/2016	058/2016	Prévia	R. P. Wendling P.- ME	Fabricação de Produtos de Padaria, confeitaria e pastelaria – exceto industrializados.	Água Boa-MT
2942.007.042.0000018/2016	058/2016	Instalação	R. P. Wendling P.- ME	Fabricação de Produtos de Padaria, confeitaria e pastelaria – exceto industrializados.	Água Boa-MT
2942.007.042.0000018/2016	049/2016	Operação	R. P. Wendling P.- ME	Fabricação de Produtos de Padaria, confeitaria e pastelaria – exceto industrializados.	Água Boa-MT
2942.006.040.0000003/2016	044/2016	Instalação	Cooperativa dos Pioneiros de Querência	Armazéns Gerais para depósito de produtos não perigosos	Querência-MT
2942.006.040.0000003/2016	044/2016	Operação	Cooperativa dos Pioneiros de Querência	Armazéns Gerais para depósito de produtos não perigosos	Querência-MT
2942.007.048.0000001/2015	053/2016	Prévia	Fava, Takaki & Grando Ltda – ME (Drogaria Arthur)	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000001/2015	053/2016	Instalação	Fava, Takaki & Grando Ltda – ME (Drogaria Arthur)	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000001/2015	044/2016	Operação	Fava, Takaki & Grando Ltda – ME (Drogaria Arthur)	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000013/2016	046/2016	Prévia	Idiamara Gobbi Meireles-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000013/2016	046/2016	Instalação	Idiamara Gobbi Meireles-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000013/2016	037/2016	Operação	Idiamara Gobbi Meireles-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas	Querência-MT

2942.007.042.0000015/2016	057/2016	Prévia	Serra do Roncador Hotelaria Ltda-EPP	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Água Boa-MT
2942.007.042.0000015/2016	057/2016	Instalação	Serra do Roncador Hotelaria Ltda-EPP	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Água Boa-MT
2942.007.042.0000015/2016	048/2016	Operação	Serra do Roncador Hotelaria Ltda-EPP	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Água Boa-MT
2942.007.048.0000025/2016	002/2017	Prévia	R. M. Guimarães Serviços -ME	Atividade de clínica médica e odontológica (clinicas e consultórios odontológicos)	Querência-MT
2942.007.048.0000025/2016	002/2017	Instalação	R. M. Guimarães Serviços -ME	Atividade de clínica médica e odontológica (clinicas e consultórios odontológicos)	Querência-MT
2942.007.048.0000025/2016	002/2017	Operação	R. M. Guimarães Serviços -ME	Atividade de clínica médica e odontológica (clinicas e consultórios odontológicos)	Querência-MT
2942.007.048.0000024/2016	060/2016	Prévia	Estrelândia Recapagens Ltda-EPP	Recondicionamento de Pneumáticos	Querência-MT
2942.007.048.0000024/2016	060/2016	Instalação	Estrelândia Recapagens Ltda-EPP	Recondicionamento de Pneumáticos	Querência-MT
2942.007.048.0000024/2016	051/2016	Operação	Estrelândia Recapagens Ltda-EPP	Recondicionamento de Pneumáticos	Querência-MT
2942.007.048.0000016/2016	059/2016	Prévia	Rafael Basso-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000016/2016	059/2016	Instalação	Rafael Basso-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000016/2016	050/2016	Operação	Rafael Basso-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.042.0000019/2016	003/2017	Prévia	Ailton Borges de Lima Eireli - EPP	Atividade de clínica médica e odontológica (clinicas e consultórios odontológicos)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000019/2016	003/2017	Instalação	Ailton Borges de Lima Eireli - EPP	Atividade de clínica médica e odontológica (clinicas e consultórios odontológicos)	Água Boa-MT
2942.007.042.0000019/2016	003/2017	Operação	Ailton Borges de Lima Eireli - EPP	Atividade de clínica médica e odontológica (clinicas e consultórios odontológicos)	Água Boa-MT
2942.007.048.0000018/2016	032/2016	Prévia	Evanir Costa Falabretti - ME	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Querência-MT
2942.007.048.0000018/2016	032/2016	Instalação	Evanir Costa Falabretti - ME	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Querência-MT
2942.007.048.0000018/2016	025/2016	Operação	Evanir Costa Falabretti - ME	Meios de hospedagem localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Querência-MT
2942.007.048.0000002/2015	054/2016	Prévia	Fava, Takaki & Grando Ltda – ME (drogaria Poupe Já)	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000001/2015	054/2016	Instalação	Fava, Takaki & Grando Ltda – ME (drogaria Poupe Já)	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000001/2015	045/2016	Operação	Fava, Takaki & Grando Ltda – ME (drogaria Poupe Já)	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.008.056.0000002/2016	027/2016	Operação	Marmoraria Belas Artes Eireli - ME	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Querência-MT
2942.007.048.0000008/2016	055/2016	Prévia	Spezia e Testa Ltda-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000008/2016	055/2016	Instalação	Spezia e Testa Ltda-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000008/2016	046/2016	Operação	Spezia e Testa Ltda-ME	Comércio Varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Querência-MT
2942.007.048.0000021/2016	041/2016	Prévia	Legon Nutrição e Biotecnologia Ltda	Comércio Atacadista de Defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.	Querência-MT
2942.007.048.0000021/2016	055/2016	Instalação	Legon Nutrição e Biotecnologia Ltda	Comércio Atacadista de Defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.	Querência-MT
2942.007.048.0000021/2016	033/2016	Operação	Legon Nutrição e Biotecnologia Ltda	Comércio Atacadista de Defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.	Querência-MT
2942.007.048.0000012/2016	029/2016	Prévia	C. D. Cardozo Botura - ME	Manutenção e reparação de veículos automotores	Querência-MT
2942.007.048.0000012/2016	029/2016	Instalação	C. D. Cardozo Botura - ME	Manutenção e reparação de veículos automotores	Querência-MT
2942.007.048.0000012/2016	023/2016	Operação	C. D. Cardozo Botura - ME	Manutenção e reparação de veículos automotores	Querência-MT
2942.007.048.0000003/2016	030/2016	Prévia	Agropecuária Maggi Ltda	Manutenção e reparação de veículos automotores	Querência-MT
2942.007.048.0000003/2016	030/2016	Instalação	Agropecuária Maggi Ltda	Manutenção e reparação de veículos automotores	Querência-MT
2942.007.048.0000003/2016	024/2016	Operação	Agropecuária Maggi Ltda	Manutenção e reparação de veículos automotores	Querência-MT
2942.006.041.0000002/2016	038/2016	Prévia	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Ribeirão Cascalheira-MT
2942.006.041.0000002/2016	038/2016	Instalação	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Ribeirão Cascalheira-MT
2942.006.041.0000001/2016	037/2016	Prévia	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Ribeirão Cascalheira-MT
2942.006.041.0000001/2016	037/2016	Instalação	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Ribeirão Cascalheira-MT
2942.006.002.0000002/2016	INDEFERIDA	Prévia	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Água Boa-MT
2942.006.002.0000002/2016	INDEFERIDA	Instalação	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Água Boa-MT
2942.006.040.0000001/2016	INDEFERIDA	Prévia	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Querência-MT
2942.006.040.0000001/2016	INDEFERIDA	Instalação	Ministério da Justiça	Torre Meteorológica, Televisão e de Telefonia Móvel	Querência-MT

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 33/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ADMINISTRADOR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO, ELABORAÇÃO DE MODELOS DE MEMORANDOS E TERMOS DE REFERÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência**.**

FAVORECIDO: FLÁVIO ELIAS NUNES BUENO

CPF: 697.700.931-49

PRAZO DE EXECUÇÃO: IMEDIATA

VALOR:R$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso II da Lei n° 8.666/93

Ratifico a Dispensa de Licitação com fulcro na justificativa de Dispensa de Licitação n° 20/2017 e no Parecer Jurídico anexo ao processo, nos termos da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

Alto Garças – MT, em 03 de Maio de 2017.

Claudinei Singolano

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 2 AO CONTRATO N°117/2017

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 117/2016

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: JABURU CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 23/03/2017 Término: 22/05/2017

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE GUIA (MEIO-FIO) E SARJETAS CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO, CONF. PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Alto Garças, 23 de março de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
DECRETO N. 24/2017

DECRETO N. 24/2017

"Altera a tabela I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV da Lei 236/2009, fixa os valores para nova tabela alterando o CTM – Código Tributário Municipal".

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Sra**. DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o exercício a partir de 2017, os valores para base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano do Município de Alto Paraguai – MT.

Art. 2º Os Bens Imóveis Urbanos obedecerá ao valor venal por metros quadrado (m2) e benfeitorias segundo a tabela a seguir:

TABELA I
PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

Item	DISCRIMINAÇÃO	Alíquota sobre o Valor Venal
I	Imposto Predial Urbano – Incidente sobre o imóvel edificado	1,0 %
II	Imposto Territorial Urbano – Incidente sobre o imóvel não edificado, devidamente cercado com muro, madeira ou tela.	2,0 %
III	Imposto Territorial Urbano – Incidente sobre o imóvel não edificado e sem nenhuma proteção ou cerca.	3,0%

TABELA II
ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

Item	DISCRIMINAÇÃO	Alíquota sobre o Valor Venal	Tempo
I	Imposto Territorial Urbano	5%	Até 5 anos
II	Imposto Territorial Urbano	7%	De 5 a 7 anos
III	Imposto Territorial Urbano	9%	De 7 a 9 anos
IV	Imposto Territorial Urbano	12%	De 9 a 11 anos
V	Imposto Territorial Urbano	15%	Acima de 11 anos

TABELA IV
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valor em R$ por ano
I	Atividades econômicas, localizadas no Município com áreas ocupadas até 30 m2, valor fixo e anual.	40,00
II	Atividades econômicas, localizadas no Município com áreas ocupadas acima de 30 m2, valor por m2	1,50
III	Entidades de classe, sindicatos, fundações, igrejas, templos de culto e entidades filantrópicas sem fins lucrativos, valor fixo e anual.	ISENTO
IV	Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.	1.000,00
V	Empresas de telecomunicações e de energia elétrica	1.000,00
VI	Feiras, eventos, exposições e outros temporários, por 30 (trinta) dias ou fração.	100,00
VII	Parques de diversões e Circos.	150,00 ao dia

TABELA V
TAXA DE VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valor em R$ por ano
I	Atividades econômicas, localizadas no Município com áreas ocupadas até 50 m2, valor fixo e anual.	80,00

II	Atividades econômicas, localizadas no Município com áreas ocupadas acima de 50 m2, valor por m2	1,80
III	Entidades de classe, sindicatos, fundações, igrejas, templos de culto e entidades filantrópicas sem fins lucrativos, valor fixo e anual.	ISENTO
IV	Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.	3. 300,00
V	Empresas de telecomunicações e de energia elétrica	3. 300,00

TABELA VI
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Item	ÁREA UTILIZADA	Valor em R$ por ano
I	Até 100 m²	30,00
II	100,1 a300 m²	50,00
III	300,1 a600 m²	70,00
IV	600,1 a1000 m²	90,00
V	1.000,1 a5.000 m²	130,00
VI	5.000,1 a10.000 m²	160,00
VII	Acima de 10.000,1 m²	210,00

TABELA VII
TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE

Item	DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADE	Valor em R$ por dia	Valor em R$ por ano
I	Ambulante vendedor com cestas	50,00	500,00
II	Ambulante vendedor com carrinho manual	100,00	800,00
III	Ambulante vendedor com veículo automotor	150,00	1.000,00
IV	Feirantes	Isento	Isento

TABELA VIII
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

Item	DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADE	Valor em R$ por dia	Valor em R$ por ano
I	Anúncios localizados no próprio estabelecimento e relacionado com as atividades neles exercidas.	Isento	Isento
II	Anúncios luminosos ou iluminados não localizados nos próprios estabelecimentos.	10,00	500,00
III	Anúncios em quadros próprios para afixação de cartazes murais (Outdoor) não localizados nos próprios estabelecimentos.	10,00	300,00
IV	Anúncios por meio sonoro, em veículos de som ou por qualquer outro meio, valor por unidade transmissora.	20,00	200,00
V	Anúncios internos ou externos, fixos ou removíveis, em veículos de transporte de pessoas ou passageiros e de carga, valor por veículo.	20,00	300,00
VI	Anúncios em folhetos ou programas impressos em qualquer material e distribuídos por qualquer meio, valor por milheiro ou fração.	40,00	100,00
VII	Outros tipos de publicidade por quaisquer meios não enquadrados nos itens anteriores	40,00	100,00

TABELA IX
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS, LOTEAMENTOS E OBRAS

Item	NATUREZA DA OBRA	Valor em R$
I	Aprovação de projetos ou de substituição ou modificação de projetos pela área e pela respectiva fiscalização:	
	a) pela aprovação de projetos, por m²	1,80
	b)pela substituição ou modificação do Projeto, por m²	0,60
	c) pela emissão do habite-se	1,80
II	Para execução de levantamentos e loteamentos de terreno, galerias pluviais, diretrizes, perfis, subdivisão e anexação de datas e outros:	
	a) diretrizes, por m² do lote	0,02
	b) subdivisões, anexações e anotações, por m²	0,03
	c) aprovação de loteamento, de perfis de ruas, de projetos de galerias pluviais, substituição ou modificações de projetos, por m²	0,02

TABELA X
TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valores em R$
	Pela ocupação de espaço de solo e subsolo rural e urbano pelo sistema de posteamento da rede de energia elétrica, de transmissão de energia, telecomunicações, cabos de televisão e similares, rede água e esgoto, ou outros tipos de serviços que utilizem espaço físico ou terreno público e pela fiscalização de uso desses espaços:	
I	Por poste de rede elétrica e outros, por unidade, valor por mês	0,80
II	A cada 01 (um) metro linear de ocupação do solo, valor por mês	0,20
III	A cada 07 (sete) metros lineares de ocupação do subsolo, valor por mês	0,50
IV	A cada 15 (quinze) metros lineares de ocupação do espaço aéreo, valor por mês	0,20
V	Por bancas de feira livre: cada m², valor por mês	1,00
VI	Por bancas na feira do produtor: cada m², valor por mês	1,00
VII	por outras ocupações: até 30 dias, a cada m2 ou fração	5,00
VIII	por outras ocupações: por ano, a cada m2 ou fração	10,00

TABELA XI
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valores em R$
I	Imóveis pavimentados, por metro linear da testada do terreno, valor por ano	1,00
II	Imóveis não pavimentados, por metro linear da testada do terreno, valor por ano	0,50

TABELA XII
TAXA DE COLETA E DISPOSIÇÃO DE LIXO

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valores em R$
I	Lixo de imóveis residenciais com área construída até 100 m2, valor por ano.	10,00
II	Lixo de imóveis residenciais com área construída de 100,01 m2 até 500m2, valor por ano.	15,00
III	Lixo de imóveis residenciais com área construída acima de 500,01m2, valor por ano.	20,00
IV	Lixo de imóveis comerciais/industriais com área construída até 100 m2, valor por ano.	12,00
V	Lixo de imóveis comerciais/industriais com área construída de 100,01 m2 até 500m2, valor por ano.	18,00
VI	Lixo de imóveis comerciais/industriais com área construída acima de 500,01m2, valor por ano.	25,00

TABELA XIII
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valores em R$
I	Identificação da numeração de prédios	Isento
II	Alinhamento e nivelamento, por metro linear fornecido	4,00
III	Liberação de bens apreendidos ou depositados:	
	a) de bens e mercadorias, por período de 5 dias ou fração	20,00
	b) de cães, por cabeça e por período de 5 dias ou fração	10,00
	c) de outros animais, por cabeça e por período de 5 dias ou fração	40,00
IV	Abates de animais:	
	a) Bovinos/eqüinos/ovinos/caprinos	12,00
	b) Suínos	8,00
	c) Aves	1,00
V	Fornecimento de Caçamba para retirada de entulho, valor por unidade.	50,00
VI	Fornecimento de água, por viagem de caminhão.	30,00
VII	Fornecimento de Terra, por viagem de caminhão.	50,00
VIII	Cessão de direito de uso de espaço público, para atividades esportivas e amadoras, valor por hora	5,00
IX	Cessão de direito de uso de espaço público para eventos, tais como bailes, festas, jantares, teatros e outras atividades (Ao dia)	150,00

TABELA XIV
TAXA DE EXPEDIENTE

Item	DISCRIMINAÇÃO	Valores em R$
I	Protocolização de requerimento dirigido a qualquer autoridade municipal	Isento
II	Fornecimento de 2ªs vias de alvará de licença para localização	20,00
III	Fornecimento de 2ªs vias de alvará, visto de conclusão e habite-se	20,00
IV	Taxa de expediente por fornecimento de Guias dos Tributos Municipais	9,00
V	Atestados e certidões	15,00
VI	Fornecimento de cópias heliográficas ou fotocópias de plantas, diagramas, etc. do arquivo municipal, incluído custo de arquivamento e busca:	
	a) tamanho ofício	15,00
	b) excedente, por m²	5,00
VII	Anotação da transmissão no Cadastro Imobiliário	Isento
VIII	Outros atos, não especificados nesta tabela e que dependem de anotação, vistorias, decretos, portarias, etc., por ato	15,00
IX	Autenticação de projetos de construção, por folha	1,00

X	Alvará de construção quando solicitado em separado, rebaixamento de meio-fio, tapume e assemelhados	10,00

TABELA XV TAXA DE INUMAÇÃO, EXUMAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E CONCESSÃO DE SEPULTAMENTO	**Valores em R$**
I –INUMAÇÃO (SEPULTAMENTO) POR TEMPO DETERMINADO-03 ANOS	
a) de nati morto até 12 anos	50,00
b) adulto	100,00
c) de pessoas carentes/indigentes nos termos da lei	0,00
II – GAVETA OU URNA (CARNEIRA) CONSTRUÍDA -	
a) de infantil, até 12 anos	120,00
b) de adulto	240,00
III - CONCESSÃO DE USO POR TEMPO INDETERMINADO (Perpétua)	
a) de infantil até 12 anos	500,00
b) de adulto	600,00
IV - REABERTURA DE JAZIGO OU SEPULTURA	
a) reabertura de jazigo para nova inumação	150,00
b) reabertura de gaveta ou urna para nova inumação	240,00
c) reabertura de sepultura simples (terra)	100,00
V - OUTROS SERVIÇOS EM CEMITÉRIO MUNICIPAL	
a) reserva de terreno	500,00
b) concessão de uso por tempo indeterminado – perpétua – para os inumados até a presente data	500,00

A

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 26 de abril de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº 491 /2017

LEI Nº 491 /2017

"Dispõe sobre atualização monetária dos valores fixados pela Lei Federal n. 8666/1993, 9.648/1998, Lei Municipal 405/2015 e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai , Estado de Mato Grosso, Sra**. DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições legais**.**

CONSIDERANDO: a dicção do artigo 120 da Lei Federal n. 8666, de 21 de julho de 1993, que dispõe sobre as normas para licitações e contratos da Administração Pública, entre outras providências;

CONSIDERANDO: ainda a deliberação acerca da Resolução de Consulta n. 017, de 09 de setembro de 2014 do Tribunal de Contas de Mato Grosso e a decisão do TJ – MT, que julgou improcedente 14 (catorze) ações diretas de inconstitucionalidade em 23/03/2017, argüidas pela Procuradoria Geral de Justiça, por 12 votos a 9, prevalecendo o principio da autonomia federativa, concluindo assim, pela legalidade dos chefes do poder executivo em promover a atualizar monetariamente os valores fixados na Lei n. 8666/1993, tão somente com base no indexador e na periodicidade nacionalmente fixados pelo artigo 120 da referida lei, entre outros esclarecimentos correlatos;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam atualizadas monetariamente os valores previstos nos incisos I e II do artigo 23 da Lei Federal n. 8666 de 21 de junho de 1993, de acordo com o índice IGP – M (Índice Geral de Preços de Mercado), calculados através do aplicativo "calculadora do cidadão", disponível no portal eletrônico do Banco Central do Brasil, referente ao período de 1998, considerando a disponibilidade do índice subseqüente a data da promulgação da Lei Federal n. 9.648 de 27 de maio de 1998 até Março de 2017, perfazendo o índice de correção no período de 4,5063731 e percentual correspondente de 350,6373100%, conforme memória de cálculo que é parte integrante desta Lei.

I – Para obras e serviços de engenharia

MODALIDADE VALOR VALOR ATUALIZADO

Dispensa de licitação até R$ 15.000,00 R$ 67.595,60

Carta Convite até .....R$ 10.000,00..... R$ 45.063,73

Tomada de Preços até R$ 1.500.000,00.....R$ 6.759.559,65

Concorrência acima de ..... R$ 1.500.000,00..... R$ 6.759.559,65

II – Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

MODALIDADE VALOR VALOR ATUALIZADO

Dispensa de licitação até R$ 8.000,00 R$ 36.050,98

Carta Convite até .....R$ 80.000,00..... R$ 360.509,85

Tomada de Preços até R$ 650.000,00.....R$ 2.929.142,52

Concorrência acima de ..... R$ 650.000,00.....R$ 2.929.142,52

Parágrafo único. Os percentuais estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, incidirão sobre os limites dos valores atualizados nos incisos I e II do artigo 1º. Desta Lei.

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a partir desta data as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 405/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, aos 02 de maio de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº 490 /2017

LEI Nº 490 /2017

"ALTERA O ANEXO I DA LEI MUNICIPAL 378/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições a mim conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Cria na estrutura administrativa dentro do **Órgão 01 – Gabinete do Prefeito**, dentro da **Chefia de Gabinete** , o cargo de **ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, com vencimento equivalente a **DAS-¨6** de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo Municipal,conforme legislação correlata.

Parágrafo único. O cargo que menciona o presente artigo é de confiança e de livre nomeação do Poder Executivo, sendo obrigação do nomeado realizar atividades de atendimentos e orientações aos outros profissionais e público em geral sobre questões relativas ao exercício profissional, legislação, código de ética e afins. Sendo responsável pela fiscalização do exercício dos profissionais da Administração Pública.

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, aos 02 de maio de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
DECRETO N. 23/2017

DECRETO N. 23/2017

"Altera a tabela I da Lei 238/2009, fixa os valores para cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Zona Rural."

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai , Estado de Mato Grosso, Sra**. DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o exercício a partir de 2017, os valores para base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Rurais do Município de Alto Paraguai – MT.

Art. 2º Os Bens Imóveis Rurais obedecerá ao valor venal por hectare da tabela a seguir:

Lavoura de aptidão boa	Lavoura de aptidão regular	Lavoura de aptidão restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna ou Flora
3.820,60	2.655,20	2.220,00	2.655,20	1.950,00	1.260,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 26 de abril de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA RETIFICADORA Nº 119 /GP/2017

Título:

Texto:

PORTARIA Nº 119 /GP/2017

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB do município de Alto Paraguai-MT.

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai-MT, Ex.mª Sra. Diane Vieira de Vasconcellos Alves, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere:

R E S O L VE:

Art. 1º - Nomear os membros do **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica/FUNDEB** do município de Alto Paraguai-MT, para o biênio 2017/2018, conforme representações a seguir:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Maria Elizabeth Delgado Gomes.

Suplente: Maria Aparecida de Almeida Oliveira.

II- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Janete Ferrer de Figueiredo.

Suplente: Gisélia Antonia da Silva.

III - Representantes de Professores da educação básica pública:

Titular: Maria Vitor da Silva.

Suplente: Maria Aparecida Bonfim.

IV - Representantes dos Diretores das escolas básicas públicas:

Titular: Márcia Araujo Gomes

Suplente: Gracieth Eva da Costa

V - Representantes Dos Servidores Técnico Administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Aldenira Leite de Brito

Suplente: Girlene da Silva Santos.

VI - Representantes dos Pais de alunos da educação básica pública:

Titular Katiuscia Borge da Silva

Suplente: Eli Regina da Costa

VII - Representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Mateus Emanuel de Araújo

Suplente: Emanuela Correa de Oliveira

VIII - Representantes dos estudantes secundaristas:

Titular: Daniel Pereira Freitas

Suplente: Daniel Conceição Silva

IX - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Edenil Lara da silva.

Suplente: Keila Cristina Ferreira de Carvalho

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 04/02/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpre-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai-MT, 06/04/2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
DECRETO N. 06/2017

DECRETO N. 06/2017

"Altera o disposto da Lei 237/2009, fixa os valores para cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU".

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai , Estado de Mato Grosso, Sra**. DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Planta Genérica de Valores para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, do município de Alto Para-

guai, Estado de Mato Grosso, conforme as disposições inseridas nos artigos abaixo descritos e de acordo com anexo I – memorial descritivo do zoneamento urbano.

Art. 2º O valor venal do imóvel será determinado pela seguinte fórmula:

I- VVI = VI + VE

II- VVI = Valor Venal do Imóvel

III- VI = Valor do Imóvel

IV- VE = Valor da Edificação

Art. 3º O valor da edificação (VE) será obtido aplicando-se a seguinte fórmula:

I- VE = AE x Vm² E

II- VE = Valor da Edificação

III- AE = Área da Edificação

IV- Vm²E = Valor do Metro Quadrado da Edificação

§ 1º O valor do metro quadrado do tipo de edificação será definido pela estrutura e pelo estado de conservação, da seguinte forma:

I- Edificação em Alvenaria:

a)Tipo A Ótimo R$ 150,00 m²

b)Tipo B Bom R$ 130,00 m²

c)Tipo C Regular R$ 100,00 m²

d)Tipo D Péssimo R$ 60,00 m²

II- Edificação em Madeira:

a)Tipo A Ótimo R$ 130,00 m²

b)Tipo B Bom R$ 100,00 m²

c) Tipo C Regular R$ 80,00 m²

d) Tipo D Péssimo R$ 50,00 m²

III- Edificação Metálica/Pré-Moldado - Barracão:

a)Tipo A Ótimo R$ 100,00 m²

b)Tipo B Bom R$ 75,00 m²

§ 2º A alíquota cobrada sobre o imóvel edificado será de 1% (um por cento) sobre o valor venal, conforme estabelece o Código Tributário Municipal.

Art. 4º O valor do terreno (VT) será obtido, aplicando-se a seguinte fórmula:

I- VT = AT x Vm²T

II- VT = Valor do Terreno

III- AT = Área do Terreno

IV- Vm²T = Valor do Metro Quadrado do Terreno.

§ 1º O valor por metro quadrado (m²) do terreno será determinado segundo o zoneamento da cidade a seguir discriminado, conforme a planta em anexo, a qual faz parte integrante desta lei.

I- Setor I ao VI:

a) Zona 01 R$ 13,00 m²

b) Zona 02 R$ 9,00 m²

c) Zona 03 R$7,50 m²

d) Zona 04 R$ 5,80 m²

e) Zona 05 R$ 3,80 m²

f) Zona 06 R$ 2,20 m²

II- Distrito Capão Verde:

a) Zona 01 R$6,70 m²

b) Zona 02 R$5,00 m²

§ 2º As alíquotas cobradas sobre o terreno baldio (vazio) serão de 3,0% (três por cento) e 2% (dois por cento), respectivamente, sobre o valor venal do imóvel, conforme estabelece o Código Tributário Municipal, observando-se a seguinte graduação:

I- No terreno baldio (vazio) sem nenhuma proteção ou cerca, incidirá a alíquota de 3,0% (três por cento) sobre o valor venal do imóvel;

II- No terreno baldio (vazio) cercado com muro, madeira ou tela, incidirá a alíquota de 2 % (dois por cento) sobre o valor venal do imóvel;

Gabinete da Prefeita, 01 de fevereiro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 013/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de hortifrutigranjeiros para atender as diversas secretarias do município. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 16/05/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones (066) 3496-1448/1471 ou (66) 98401-6381 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 03 de maio de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

PORTARIA Nº. 115/2017

"Designa Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no § 4°, do art. 51, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Ficam designados os membros que integrarão a Comissão Permanente de Licitação do município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, com a competência de desempenhar as funções de Comissão Permanente de Licitações nas modalidades definidas pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os seguintes membros, na ordem que se apresentam: Raimundo da Silva Carvalho, CPF: 882.932.031-53, presidente, Cacilda Ferreira dos Santos, CPF: 915.231.681-53, secretária e Salmon Felipe de Freitas Pereira , CPF: 056.579.601-14, membro.

Artigo 2º - Designa como assessora jurídica da Comissão Permanente de Licitação, a doutora Leiliane Abreu Dias, matricula n.º 3967, Assessora Jurídica Municipal.

Artigo 3° - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão colegiadas, com *quorum* de no mínimo três membros.

Artigo 4° - A Comissão Permanente de Licitação será dotada de autonomia administrativa e atuará sem subordinação hierárquica no exercício de suas atividades-fim.

Artigo 5° - São atribuições da Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, mas não limitadas as:

a) Coordenar os processos de Licitação;

b) Confeccionar minutas de Editais e Contratos, submetendo as apreciação e aprovação da Assessoria Jurídica ou Procuradoria Jurídica;

c) Definir e solicitar aos Departamentos e/ou outros competentes as publicações necessárias na forma da legislação vigente;

d) Esclarecer as dúvidas sobre o edital;

e) Abrir o envelope com a documentação de habilitação, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a habilitação ou inabilitação.

f) Processar e julgar a fase da habilitação das propostas;

g) Abrir o envelope com a proposta comercial, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a classificação ou desclassificação.

h) Habilitar, inabilitar, classificar ou desclassificar os participantes em desacordo com o edital;

i) Julgar os recursos eventualmente interpostos em primeira instância;

j) Requisitar parecer técnico e/ou jurídico, quando julgar necessário;

k) Adotar outras providências que se fizerem necessárias;

l) As outras atribuições da Comissão Permanente de Licitação obedecerão ao ordenamento jurídico, no que couber.

Artigo 6° - Exaurido o prazo recursal e julgados todos os recursos eventualmente interpostos, o resultado encontrado pela Comissão Permanente de Licitação, será levado à deliberação do Chefe do Executivo, para homologação e adjudicação, sem prejuízo das contingentes revogações ou anulações quando necessários.

Artigo 7° - Os membros da Comissão Permanente de Licitação, responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se a posição individual divergente estiver fundamentada e registrada em Ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão de acordo com o parágrafo 3°, artigo 51 da Lei 8.666/93.

Artigo 8° - O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação aqui designados será de 01 (um) ano, a contar da data da Portaria, que será posteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios e/ou no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, vedada à recondução de sua totalidade no período subseqüente.

Artigo 9° - Os membros aqui designados deverão ter sua jornada laboral na estação de origem reduzida em no mínimo duas horas diárias para que possam desempenhar as atividades da Comissão Permanente de Licitação, sem prejuízo de seus vencimentos.

Artigo 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Alto Taquari, 28 de abril de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2017 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. IVAN MARION DE BORBA, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, com a empresa **JUNIOR E THIAGO PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA - ME**, onde ficou acertado o cachê de R$ 74.525,00 (setenta e quatro mil e quinhentos e vinte e cinco reais) para apresentação de show no dia 13/05/2017 por ocasião da realização do Aniversário do Município de Alto Taquari, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada, autorizar a contratação e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 03 de maio de 2017. **IVAN MARION DE BORBA -** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL DEFINITIVO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Apiacás – MT, dia 27 de abril de 2017

TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL DEFINITIVO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA a execução de Capa de Pavimentação Asfáltica (TSD), em diversas ruas e avenidas com **Área total de Capa a executar: 14.338,00m²**. COM TERMO ADITIVO DE MAIS 1.696,00m²

Ordem de serviço: dia 29 de julho de 2015, Município de Apiacás – MT.

Órgão: Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

Responsável Fiscal: Eng. JEAN GARATTINI VIZZOTTO - CREA: MT/ 035714

Eu, **Jean Garattini Vizzotto**, Engenheiro Civil CREA **MT/035714**, contratado da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, verificando a execução dos serviços do **CONTRATO Nº 054/2015**, contrato celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Apiacás–MT.,** e a empresa **MANACIAL CONSULTORIA, INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, CNPJ n.º 11. 085.327/0001-20, referente à execução de Capa de Pavimentação Asfáltica (TSD), em diversas ruas e avenidas com **Área total de Capa a executar: 14.338,00m²**. COM TERMO ADITIVO DE MAIS 1.696,00m². Conforme projeto e planilha. Passamos este termo de **recebimento parcial e Definitivo** a supracitada obra, por estar com 78,3% do total, sendo 100% da Execução da Capa do contrato inicial e 100% do Aditivo concluído, meio fio com 13,2% de seu total concluido.

Sem mais para o momento.

_____ _____

JEAN GARATTINI VIZZOTTO ADALTO JOSÉ ZAGO

CREA: MT/035714 PREFEITO MUNICIPAL

ENGENHEIRO CIVIL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar o Servidor **GILBERTO PEREIRA SANTOS DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 0443560-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 330.268.901-20, ocupante do cargo efetivo de **OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS**, que encontrava-se afastado para tratar de assuntos particulares, conforme prevê o Artigo 125 da Lei Complementar 010/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 03 de Maio de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 074/2017

DECRETO Nº. 074/2017

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 070/2017 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA DISVECO LTDA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **JOSÉ ROBERTO PEREIRA DA SILVA,** Secretário Municipal de Administração.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 03 de Maio de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- ALESSANDRO DO NASCIMENTO –ME

CONTRATO N° - 069/2017

VALOR GLOBAL - R$ 10.012,20 (dez mil doze reais e vinte centavos)

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO CAMISETAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINADA DO PREGÃO PRESENCIAL 064/2016 E PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2016. - *COM VENCIMENTO DIA 13/12/2017***,** PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 015/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 014/2017,** no dia 17/05/2017 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo *Decreto Municipal nº. 0156/2008 e* 564/2010, *Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis*,

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS DE APIACÁS PARA ALTA FLORESTA IDA E VOLTA E ACOMPANHAMENTO EM ALTA FLORESTA NO PERIODO QUE OS PACIENTES LÁ ESTIVEREM.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –230.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 013/2017,** no dia 16/05/2017 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADO PARA MOLHAR RUAS COM CAMINHÃO PIPA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –230.

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 073/2017

DECRETO Nº. 073/2017

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 069/2017 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA ALESSANDRO DO NASCIMENTO-ME.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Sra. **SOLANGE DAS GRAÇAS FANTALVA ZAGO,** Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 03 de Maio de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º107 ARAGUAIANA MT, 28 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA N.º107 Araguaiana MT, 28 de Abril de 2017.

"**Dispõe sobre Advertência a Servidor Público**"

O Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, **Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto**, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando haver sido comprovado que **Valdemar Lopes da Cruz Valdo**, lotado na Secretária Municipal de Saúde como vigilante do Pronto Atendimento Municipal (**PAM**), tem infringido o **Art.190** da **Lei nº 165/93** do Estatuto dos Servidores municipais.

Considerando que a advertência é um aviso que o servidor tome conhecimento de seu comportamento inadequado, dos seus deveres e de suas obrigações, bem como das implicações que podem resultar em caso de reincidência.

RESOLVE:

Art. 1° -Aplicar a Pena de **ADVERTÊNCIA** ao servidor **Sr. Valdemar Lopes da Cruz Valdo,** Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o **Art. 204** alínea **I** do Estatuto dos Servidores Municipais, pelo fato de no exercício de suas funções não estar atendendo com presteza aos munícipes junto ao Hospital Municipal.

Art. 2° - Esclarece-se que a reincidência em procedimentos semelhantes poderá ensejar uma **SUSPENSÃO DISCIPLINAR**, de acordo com o Estatuto dos Servidores Público do Município de Araguaiana/MT.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Araguaiana MT, 28 de Abril de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 130/2017, LIBERAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO NOS TERMOS DO ARTIGO 102º, PARAGRAFO ÚNICO DO RJU-REGIME JURIDICO ÚNICO A SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder Licença Prêmio nos Termos do Art. 102º. Do RJU- Regime Jurídico Único a servidora **Selma Batista de Brito**, Auxiliar de Serviços Gerais (CEI Morada dos Pequeninos) B/02, matrícula n° 993, referente ao período aquisitivo de 04/09/2006 á 03/09/2011, por um período de 90 (noventa) dias, a partir de 01/05/2017.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 133/2017, INSTAURAÇÃO DE PAD-PROCESSO ADMINISTRATIVO DICIPLINAR.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, PARA QUE A COMISSÃO PROCESSANTE APURE E TOME ÀS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS EM RELAÇÃO AOS FATOS DESCRITOS NO COMUNICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO, E DEMAIS DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para que a Comissão Disciplinar, instituída pela Portaria nº 169/2016, tome as devidas providências, com base no fato abaixo:

Possível abandono de cargo do servidor **Paulo César de Castro França**, matrícula nº 1620, em razão de ter vencido o prazo da licença concedida para tratar de interesse particular no dia 09/02/2017, e o mesmo até o momento não ter retornado as suas atividades laborativas.

Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º. A Comissão, constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Autoridade instauradora.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 004-2017

REFERENTE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL/MT.

Objeto da Ata de Registro de Preços: futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Agência de Publicidade de acordo com a Lei Federal nº. 12.232, de 29 de abril de 2010.

INTERESSADO A ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA-MT - Representada pelo Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO – Prefeito Municipal.

FORNECEDOR: ADEVANIR GRACIANO MARTINS – EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.899.730/0001-92, com sede à Rua Sebastião Fernandes de Oliveira, nº 397 A, Centro, Araputanga/MT, CEP 78.260-000.

SECRETARIA requerente: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, consignados no Orçamento do ano corrente, serão empenhados nas rubricas: GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

DO QUANTITATIVO: 50 Serviço de Produção de Áudio para Publicidade Móvel; 07 Produção de Vídeo VTS duração até 10 minutos; 04 Serviço de Vídeo VTS duração até 05 minutos; 24 Produção VTS até 30 segundos; 35 Serviços de Fotografia; 12 Serviço de Produção e Publicação de 01 página em jornal local; 12 Serviço de Produção e Publicação de 1/2 página em jornal local; 10 Serviço de Produção e Publicação de 1/2 página em revista regional e 12 Serviço de publicidade em Site Full Banner 720x90, totalizando o valor de R$ 149.180,86 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Cento e Oitenta Reais e Oitenta e Seis Centavos).

Araputanga/MT, 28 de abril de 2017.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 134/2017

Dispõe sobre Autorização de afastamento para estudos, sem prejuízo do seu respectivo salário, a servidora Renata Aparecida de Souza, nos termos do art. 116, do Regime Jurídico Único (Lei Municipal nº 135/92) c/c art. 18 e seguintes da Lei Municipal nº 852/2008 (Plano de Carreira dos Profissionais da Educação).

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Autorizar o afastamento remunerado para estudos, sem prejuízo de seu respectivo salário, da servidora Renata Aparecida de Souza, matrícula nº 922, ocupante do cargo efetivo de Professor, para frequentar o curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, em nível de mestrado, na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no *campus* de Barra do Bugres/MT, por um período de 02 (dois) anos, a partir desta data.

Art. 2.º - DETERMINAR que, ao término do período de autorização do afastamento, a servidora se apresente a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 131/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2017, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 010-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2017 – empresa E. V. de Souza - ME, CNPJ 14.353.702/0001-63.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sra. Sirlane Rosa de Oliveira - Responsável pelo objeto requisitado pela ADMINISTRAÇÃO.

Sra. Zélia Dias da Silva – Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Sr. Vinicius Felipe Nogueira - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Esportes.

Sra. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural.

Sr. Victor Bessa e Silva - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria Municipal de Saúde.

Sra. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Sr. Delcimar Ferreira Missio – Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.

Sr. Leandro da Rocha de Souza – Responsável pelo objeto requisitado do Departamento do SMAE.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de maio de 2017, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 132/2017, REVOGAÇÃO PORTARIA 177/2015 DE LICENÇA PARTICULAR

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 177/2015 DE 13/10/2015, DA SERVIDORA RENATA SOUZA PINTO MARCONI, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Revogar **a Portaria** Nº 177/2015, datada de 12/10/2015 que Conceder Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Art. 99, do Regime Jurídico Único (Lei Nº 135/92), a servidora **RENATA SOUZA PINTO MARCONI,** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, “C/01”, da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIA 002.2017

PORTARIA Nº 002/2017

Estabelece a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME 2017 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME 2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, insere-se no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da alínea "d" do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando a Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que alterou a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS;

Considerando a garantia do usuário de acesso universal e igualitário à assistência terapêutica integral, nos termos do art. 28 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011;

Considerando a competência da Secretaria Municipal de Saúde para dispor sobre a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) nos termos do art. 27 do Decreto nº 7.508, de 2011;

Considerando a Resolução nº 338/CNS/MS, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria nº 533/GM/MS, de 28 de março de 2012 que estabeleceu o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Reunião com todos os Prescritores, o Responsável pela Assistência Farmacêutica e o Controlador Geral do Executivo, em 31 de março de 2017, e,

Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº. 005/2017, que dispõe sobre a Aprovação e Autorização da Publicação da Atualização da Lista REMUME/2017 – Relação Municipal de medicamentos Essenciais do Município de Arenápolis/MT e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - RENAME 2017 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - RENAME 2015, conforme anexo.

Art. 2º A RENAME 2017 encontra-se disponível na Farmácia Municipal, com os Prescritores e no site www.arenápolis.mt.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Arenápolis, 28 de abril de 2017.

MARIA DAS GRAÇAS MENDES

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO

REMUME 2017

Relação Municipal de medicamentos Essenciais Disponíveis

Medicamentos do Elenco Municipal que devem ser adquiridos e distribuídos pelo município.

ANSIOLÍTICOS, ANTICONVULSIVANTES, ANTIEPILÉTICOS, ANTIDEPRESSIVOS, ANTIPARKINSONIANOS, ANTIPSICÓTICOS, ESTABILIZADORES E SEDATIVOS/ HIPNÓTICOS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
1	Ácido valpróico	250mg cápsula	Farmácia Municipal
2	Ácido valpróico	500mg capsula	Farmácia Municipal
3	Ácido valpróico	50mg/ml xarope frasco 100ml	Farmácia Municipal
4	Amitriptilina, cloridrato	25 mg comprimido	Farmácia Municipal
5	Biperideno	2 mg comprimido	Farmácia Municipal
6	Carbamazepina	200 mg comprimido	Farmácia Municipal
7	Carbamazepina	400 mg comprimido	Farmácia Municipal
8	Carbamazepina	20mg/ml suspensão oral Frasco 100ml	Farmácia Municipal
9	Carbonato de litio	300 mg comprimido	Farmácia Municipal
10	Clonazepam	0,5 mg comprimido	Farmácia Municipal
11	Clonazepam	2,0 mg comprimido	Farmácia Municipal
12	Clonazepam	2,5 mg/ml solução oral	Farmácia Municipal
13	Clorpromazina	25 mg comprimido	Farmácia Municipal
14	Clorpromazina	100 mg comprimido	Farmácia Municipal
15	Clorpromazina	5mg/mL, IV e IM, solução injetável, ampola 5mL	UPA Farmácia Municipal e USF
16	Diazepam	5 mg comprimido	Farmácia Municipal
17	Diazepam	10 mg comprimido	Farmácia Municipal
18	Diazepam	5mg/mL, solução injetável, ampola 2mL	UPA Farmácia Municipal e USF
19	Fenitoína	100 mg comprimido	Farmácia Municipal
20	Fenitoína Sódica	50mg/mL, solução injetável, ampola 5mL	UPA Farmácia Municipal e USF
21	Fluoxetina	20 mg cápsula	Farmácia Municipal
22	Fenobarbital	100 mg comprimido	Farmácia Municipal
23	Fenobarbital Sódico	100mg/mL, injetável, ampola 2mL, para uso IM e IV	UPA Farmácia Municipal e USF
24	Fenobarbital sódico	40 mg/ml, solução oral, gotas	Farmácia Municipal
25	Imipramina	25 mg comprimido	Farmácia Municipal
26	Haloperidol	5 mg comprimido	Farmácia Municipal
27	Haloperidol	5mg/mL, solução injetável, ampola 1mL. Para uso IV/IM	UPAe USF
28	Haloperidol Sal Decanoato	50mg/mL, solução injetável, ampola 1mL	UPA Farmácia Municipal e USF
29	Imipramina	25 mg comprimido	Farmácia Municipal
30	Levomepramazina	25 mg comprimido	Farmácia Municipal
31	Levomepramazina	100 mg comprimido	Farmácia Municipal
32	Levodopa + carbidopa	250mg + 25mg comprimido	Farmácia Municipal
33	Nortriptilina	25 mg comprimido	Farmácia Municipal
34	Risperidona	2 mg comprimido	Farmácia Municipal

ANTI-HIPERTENSIVOS, ANTIANGINOSOS, ANTIARRÍTIMICOS, ANTITROMBÓTICOS, ANTICOAGULANTES, CARDIOTÔNICOS/DIGITÁLICOS, DIURÉTICOS, HIPOLIPEMIANTES, SIMPATOMIMÉTICOS, BLOQUEADORES DE CALCIO, VASODILATADORES PERIFÉRICOS E CEREBRAIS

ITEM	MEDICAMENTO/PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
35	Ácido Acetilsalicílico	100mg comprimido	UPA e Farmácia Municipal
36	Amiodarona	200mg comprimido	Farmácia Municipal
37	Amiodarona	50mg/mL, injetável, ampola 3mL	UPA e USF
38	Anlodipino, besilato	5mg comprimido	Farmácia Municipal
39	Anlodipino, besilato	10mg comprimido	Farmácia Municipal
40	Atenolol	50mg comprimido	Farmácia Municipal
41	Atropina sulfato	0,25mg/mL, solução injet., ampola 1 mL	UPA e USF
42	Captopril	50 mg comprimido	UPA Farmácia Municipal e USF
43	Carvedilol	3,125mg comprimido	Farmácia Municipal
44	Carvedilol	12,5mg comprimido	Farmácia Municipal
45	Carvedilol	25mg comprimido	Farmácia Municipal
46	Cinarizina	25mg comprimido	Farmácia Municipal e USF
47	Digoxina	0,25mg comprimido	Farmácia Municipal
48	Dobutamina, Cloridrato	12,5mg/mL, injetável, ampola 20 mL	UPAe USF
49	Dopamina	5mg/mL, solução injetável, ampola 10 mL	UPAe USF
50	Doxazosina, mesilato	4 mg comprimido	Farmácia Municipal
51	Enalapril, maleato	20mg comprimido	Farmácia Municipal
52	Epinefrina	1mg/mL, solução injetável, ampola 1mL	UPAe USF
53	Espironolactona	25mg comprimido	Farmácia Municipal
54	Furosemida	40mg comprimido	Farmácia Municipal
55	Furosemida	10mg/mL, solução injetável, ampola 2mL	UPAe USF
56	Isossorbida, Dinitrato	5mg, comprimido sublingual	UPAe USF
57	Metildopa	500mg comprimido	UPA Farmácia Municipal e USF
58	Nifedipino	10mg comprimido	UPAe Farmácia Municipal

59	Nifedipino	20mg comprimido	UPA e Farmácia Municipal
60	NorepinefrinaHemitartarato	2mg/mL, solução injetável, ampola 4mL	UPAe USF
61	Propranolol, Cloridrato	10mg comprimido	UPAe Farmácia Municipal
62	Sinvastatina	20mg comprimido	Farmácia Municipal
63	Sinvastatina	40mg comprimido	Farmácia Municipal
64	Verapamil, cloridrato	80mg comprimido	Farmácia Municipal

ANALGÉSICOS, ANTIPIRÉTICOS, ANESTÉSICOS, ANTIESPASMÓDICOS/ANTICOLINÉRGICOS, ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO ESTEROIDES, ANTIGOTOSOS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
65	Alopurinol	100mg, comprimido	Farmácia Municipal
66	Baclofeno	10mg comprimido	Farmácia Municipal (protocolo cadeirantes)
67	Cetoprofeno	50mg/mL, solução injet., EV ampola 2 mL.	UPAe USF
68	Cetoprofeno	100mg comprimido.	Hospital Municipal
69	Diclofenaco Sal Sódico	25mg/mL, solução injetável, ampola 3mL	UPAe USF
70	Dipirona Sódica	500mg comprimido	UPA Farmácia Municipal e USF
71	Dipirona Sódica	500mg/ml solução oral frasco 15ml	UPA Farmácia Municipal e USF
72	Dipirona Sódica	500mg/mL, solução injetável, ampola 2mL	UPAe USF
73	Escopolamina, Butilbrometo	20mg/mL, solução injetável, ampola 1mL	UPAe USF
74	Escopolamina, Butilbrometo + Dipirona Sódica	4mg+500mg/mL, solução injet.,amp. 5mL	UPAe USF
75	Ibuprofeno	300mg comprimido	Farmácia Municipal
76	Ibuprofeno	600mg comprimido	Farmácia Municipal
77	Ibuprofeno	50mg/ml solução oral, frasco 30ml	UPAe Farmácia Municipal
78	Lidocaína, Cloridrato	2%, injetável, frasco 20mL	UPA e USF
79	Lidocaína, Cloridrato + com Epinefrina	2% + 1:200.000, injetável, frasco 20 mL	UPA e USF
80	Lidocaína, cloridrato de gel	2% bisnaga 30 g	Farmácia Municipal, USF (protocolo cadeirantes), e UPA
81	Oxibutinina, cloridrato	5 mg comprimido	Farmácia Municipal
82	Paracetamol	200mg/mlsolução oral frasco 15 ml	UPAe Farmácia Municipal
83	Paracetamol	500mg comprimido	UPAe Farmácia Municipal

ANALGÉSICOS OPIÓIDES E ANTAGONISTAS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
84	Flumazenil	0,1mg/mL, solução injetável, ampola 5 mL	UPA e USF
85	Morfina Sulfato	10mg, comprimido	UPAe Farmácia Municipal
86	Morfina Sulfato	1mg/mL, solução injetável, ampola 2mL	UPA e USF
87	Tramadol	50mg, comprimido	UPAe Farmácia Municipal
88	Tramadol Cloridrato	50mg/mL, solução injetável, ampola 1mL	UPA e USF

ANTIÁCIDOS NEUTRALIZANTES, ANTIÁCIDOS E ANTIULCEROSOS (INIBIDORES DE BOMBA DE PRÓTONS, INIBIDORES H2), ANTIDIARRÉICO, ANTIEMÉTICOS, ANTIFISÉTICOS, LAXANTES

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
89	Bromoprida	4mg/ml, gotas , frasco 20 ml	UPAe Farmácia Municipal e Farmácia Municipal
90	Bromoprida	10 mg comprimido	UPAe Farmácia Municipal
91	Bromoprida	5mg/mL, injetável, ampola 2mL	UPAe USF
92	Dimeticona	75mg/ml, suspensão oral - gotas	Farmácia Municipal
93	Hidróxido de alumínio	60 mg/ml suspensão oral Frasco 100mL	Farmácia Municipal
94	Omeprazol	20mg cápsula	Farmácia Municipal
95	Ondansetrona	8mg, comprimido revestido	Farmácia Municipal
96	Ranitidina Cloridrato	25mg/mL, solução injetável, ampola 2mL	UPA, Farmácia Municipal e USF
97	Ranitidina, cloridrato	150mg comprimido	UPAe Farmácia Municipal

ALERGIA, ANTI-HISTAMÍNICOS, IMUNOMODULADORES E SUPRESSORES

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
98	Loratadina	10mg comprimido	Farmácia Municipal
99	Loratadina	1mg/mL xarope frasco 100 mL	UPAe Farmácia Municipal
100	Prometazina Cloridrato	25mg/mL, solução injetável, ampola 2mL. Para uso IM/IV	UPA, Farmácia Municipal e USF
101	Prometazina, Cloridrato	25mg comprimido	Farmácia Municipal

ANTICONCEPTIVOS, ANTIOSTEOPORÓTICOS, CORTICOSTERÓIDES, HIPOGLICEMIANTES, HORMÔNIOS FEMININOS (ESTRÓGENOS/ ANTIESTRÓGENOS; GESTÁGENOS/ANTIPROGESTÁGENOS), TIROIDIANOS E OUTROS COM AÇÃO HORMONAL, MEDICAMENTOS QUE ATUAM NO APARELHO GÊNITO-URINÁRIO

ITEM	MEDICAMENTO/PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
102	Alendronato de sódio	70mg comprimido	Farmácia Municipal
103	Carbonato de cálcio, associado com vitamina D3,	500mg de cálcio + 400 UI comprimido	Farmácia Municipal
104	Dexametasona	4mg comprimido	Farmácia Municipal
105	Dexametasona	0,1mg/mL, elixir- frasco 100mL	UPAe Farmácia Municipal
106	Dexametasona	1mg/g cremebisnaga 10g	UPA, Farmácia Municipal e USF
107	Dexametasona	4mg/mL, solução injetável, frasco-ampola 2,5mL	UPA e USF
108	Hidrocortisona	100mg, injetável, frasco-ampola	UPA e USF
109	Hidrocortisona	500mg, injetável, frasco-ampola	UPA e USF
110	Levotiroxina de sódio	25mcg comprimido	Farmácia Municipal
111	Levotiroxina de sódio	50mcg comprimido	Farmácia Municipal
112	Levotiroxina de sódio	100mcg comprimido	Farmácia Municipal
113	Prednisolona, Fosfato Sódico	3mg/ml solução oral, frasco, 100 ml	Farmácia Municipal
114	Prednisona	5mg comprimido	Farmácia Municipal
115	Prednisona	20mg comprimido	Farmácia Municipal

BRONCODILATADORES, AGENTES TENSOATIVOS, ANTIASMÁTICOS, ANTITUSSÍGENOS E EXPECTORANTES

ITEM	MEDICAMENTO/PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
116	Fenoterol, bromidrato	5mg/ml solução inalante frasco 20ml	UPA e USF
117	Ipratrópio, brometo	0,25mg/ml solução inalante Frasco 20ml	UPA e USF

NUTRIÇÃO/NUTRIENTES PARENTERAIS, REPOSIÇÃO DE ELETRÓLITOS E MINERAIS, VITAMINAS/ASSOCIAÇÃO DE VITAMINAS E DILUENTES

ITEM	MEDICAMENTO/PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
118	Ácido ascórbico	100 mg/ml, injetável, ampola 5ml	Farmácia Municipal (protocolo hemodiálise), UPA e USF
119	Ácido fólico	5mg comprimido	Farmácia Municipal
120	Água destilada	Ampola 10 mL	UPA e USF
121	Glicose	50%, solução injetável, ampola 10 mL	UPA e USF
122	Sais para reidratação oral, pó, composto por: cloreto sódio 3,5g + glicose 20g, + citrato de sódio 2,9 g + cloreto de potássio 1,5g,para 1,000ml de solução pronta, segundo padrão OMS, envelope contendo 27,9g	Pó para solução oral envelope	UPA, Farmácia Municipal e USF
123	Sulfato ferroso	25mg/ml de ferro II, solução oral-gotas, frasco 30 ml	Farmácia Municipal e USF
124	Sulfato ferroso	40mg de ferro II, drágea	Farmácia Municipal
125	Vitaminas do Complexo B	Solução injetável IV ampola 2 mL	Farmácia Municipal (protocolo hemodiálise), UPA e USF

ANTIBACTERIANOS, ANTIFÚNGICOS, ANTISSEPTICOS, ANTIPARASITÁRIOS, ANTIVIRAIS

ITEM	MEDICAMENTO/PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO
126	Aciclovir	200mg comprimido	Farmácia Municipal
127	Aciclovir	50mg/g cremebisnaga 10g	Farmácia Municipal
128	Albendazol	400mg comprimido	Farmácia Municipal
129	Albendazol	40mg/ml suspensão oral frasco 10ml	Farmácia Municipal
130	Amoxicilina	500 mg comprimido	UPA e Farmácia Municipal
131	Amoxicilina	50mg/mlpó para Suspensão Oral 60ml	UPA e Farmácia Municipal
132	Ampicilina	500g, injetável, frasco-ampola	UPA e USF
133	Azitromicina	Pó para suspensão, 600mg	UPA e Farmácia Municipal
134	Azitromicina	500mg comprimido	UPA e Farmácia Municipal
135	BenzilpenicilinaBenzatina	1.200.000 UI, injetável, frasco-ampola	UPA e USF
136	BenzilpenicilinaBenzatina	600.000 UI, injetável, frasco-ampola	UPA e USF
137	Cefalexina	50mg/ml pó para Suspensão Oral 60ml	UPA e Farmácia Municipal
138	Cefalexina	500mg cápsula	Farmácia Municipal
139	Ceftriaxona	250Mg, injetável, frasco-ampola	UPA e USF
140	Ceftriaxona	1g, endovenoso, frasco-ampola	UPA e USF
141	Cetoconazol	Shampoo 2% frasco 100ml	Farmácia Municipal e USF
142	Cetoconazol	20 mg/g creme tópico	Farmácia Municipal e USF
143	Cetoconazol	200mg comprimido	Farmácia Municipal
144	Ciprofloxacino	500mg cápsula	UPA e Farmácia Municipal
145	Fluconazol	150mg cápsula	Farmácia Municipal
146	Gentamicina	80mg/mL, solução injet., ampola 2mL	UPA, Farmácia Municipal e USF
147	Itraconazol	100 mg cápsula	Farmácia Municipal
148	Ivermectina	6mg comprimido	Farmácia Municipal
149	Metronidazol	40mg/ml Suspensão Oral frasco 80ml	UPA e Farmácia Municipal
150	Metronidazol	400mg comprimido	Farmácia Municipal
151	Metronidazol + Nistatina	100mg + 20.000 UI/g, Creme vaginal bisnaga 40 mg	Farmácia Municipal
152	Nistatina	100.000UI/ml suspensão oral frasco 50ml	Farmácia Municipal
153	Nitrofurantoína	100 mg, comprimido	UPA e Farmácia Municipal
154	Permanganato de potássio	100 mg, comprimido	Farmácia Municipal
155	Secnidazol	1.000mg comprimido	Farmácia Municipal
156	Sulfadiazina	500mg, comprimido	Farmácia Municipal
157	Sulfadiazina de Prata	1%, creme, pote 400g	UPA, Farmácia Municipal e USF
158	Sulfadiazina de Prata	1%, creme, bisnaga 10g	Farmácia Municipal
159	Sulfametoxazol + Trimetoprima	400mg + 80mg, comprimido	UPA e Farmácia Municipal
160	Sulfametoxazol + Trimetoprima	400mg + 80mg Suspensão Oral 50ml	UPA e Farmácia Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO Nº 007.2017

DECRETO Nº 007/2017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO INSTITUIDO PELO DECRETO 035/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, Senhor**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se alterar a composição do comitê específico para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado o Decreto 035/2015 que instituiu o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que passa a ser composto pelos seguintes membros:

I – Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA.

II – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID

III – Edvanea de Oliveira Balbino (Secretaria Municipal de Saúde)

IV - Jean Dourado Ormond Ferreira (Secretaria de Administração).

V – Núbia Gonçalves Campos (Secretaria de Educação).

VI – André Aparecido Novaes Rocha (Câmara Municipal de Arenápolis/MT).

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

a) Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; b) Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

I – Aliane Piovesan Gomes (Engenheiro/ Técnico);

II – José Nilton Vieira (Secretaria de Obras e Transporte)

III – Silvio Ferreira Freitas (Secretaria de Administração - Tributos);

IV – Raoni Balbino de Lima (Secretaria Saúde - Vigilância Sanitária).

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arenápolis/MT, 28 de abril de 2017.

_____

JOSÉ MAURO FIGUEREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIO-X DIGITAL ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.

Data da Abertura: Às 09: 00 horas, do dia 17 de maio de 2017, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8. 883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 03 de maio de 2017.

REGINA LUCIA DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA 010 ATÉ 012.2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 010/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** das **EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME**, inscrita no CNPJ:16.812.516/0001-70, situada na AV: Prefeito Caio, Nº436 – Vila Nova - Arenapolis – MT, CEP 78.420.000, neste ato representada pelo seu procurador Sr. **JAILSON DE OLIVEIRA SAMPAIO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 358.328.351-15 e RG 495.304 SSP/MT, residente e domiciliado na Av. Prefeito Caio, Nº 436, Bairro Vila Nova na cidade de Arenápolis/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS,** para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
01	ABACAXI - PEROLA,COM COROA,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO,COM POLPA FIRME E INTACTA,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA PARA ENTREGA	PEROLA	KILO	205	5,35	**1.096,75**
02	ABOBORA CABOTIA - TIPO MORANGA, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM DANOS FISICOS	CABOTIA	KILO	35	2,39	**83,65**
03	ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GR	QUALIMAX	UNIDADE	107	5,99	**640,93**
04	ACUCAR CRISTALIZADO, DE SACAROSE DE CANA DE AÇUCAR, EMBALAGEM COM 2KG	ITAMARATI	PACOTE	1.527	5,49	**8.383,23**
06	AGUA SANITARIA - SOLUCAO AQUOSA, PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO, PLASTICA CONTENDO NO MINIMO 1 LITRO	EPORT	FRASCO 1 LITRO	1.451	1,65	**2.394,15**
07	ALCOOL 54%	ANHANGUERA	UNIDADE	635	3,80	**2.413,00**
09	ALHO	ADORI	KILO	22	22,95	**504,90**
11	**AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO, PARA O PREPARODE MINGAU, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, SABOR: TRADICIONAL, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE PAPEL IMPERMEAVEL, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CAIXA,COM PESO LIQUIDODE 500 GRAMAS.**	ZAELI	UNIDADE	22	5,29	**116,38**
12	APRESUNTADO - COZIDO, COM ASPECTO, COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	EXCELÊNCIA	KILO	480	12,99	**6.235,20**
13	**ARROZ PCT 5KG AGULHINHA, TIPO 1, LONGO**	AMÉLIA	PACOTE	62	14,99	**929,38**
15	AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM, OBTIDO DE AZEITONAS SAS, COM SABOR E CHEIRO DE AZEITONA, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACIDEZ IGUAL OU INFERIOR A 1% APTO PARA CONSUMO MA MESA.	STA ISABEL	UNIDADE	12	11,39	**136,68**
16	BACIA PLASTICA – MEDIA, BACIA - DE PLASTICO, COM DIAMETRO DE APROXIMADAMENTE 60 CM	JAGUAR	UNIDADE	20	11,19	**223,80**

21	BANANA MACA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, SEM DANOS FISICOS	À BRASILEIRA	KILO	225	4,35	**978,75**
23	BATATA TIPO INGLESA - LISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES FISICAS, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA	MONALIZA	KILO	55	2,69	**147,95**
24	BISCOITO DE DOCE, SEM RECHEIO - TIPO TARECO, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, MARGARINA, LEITE, FERMENTO QUIMICO EM PO, APROXIMADAMENTE 400G	LIANE	PACOTE	740	4,85	**3.589,00**
25	**BISCOITO SALGADO - TIPO AGUA E SAL, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AGUA,SAL APROXIMADAMENTE 400 GR**	LIANE	PACOTE	160	4,85	**776,00**
26	BOLACHA AGUA E SAL - TIPO AGUA E SAL, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDUR**A VEGETAL HIDROGENADA, AGUA,SAL** APROXIMADAMENTE 800 GR	LIANE	PACOTE	710	8,99	**6.382,90**
27	BOLACHA DE MAISENA - BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL,SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, APROXIMADAMENTE 400 G	LIANE	PACOTE	100	4,85	**485,00**
29	BRILHO ALUMINIO- LIQUIDO, A BASE DE ACIDO SULFONICO E CLORIDRICO, EM USO DOMESTICO PARA LIMPEZA DE ALUMINIO, COM OU SEM FRAGRANCIA	POLYLAR	UNIDADE	318	1,80	**572,40**
30	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOIDO	RANCHO DA SERRA	KILO	1.645	13,75	**22.618,75**
33	CAPA P/ GARRAFAO DE AGUA - 20 LTS, 67% POLIESTER	PANOSUL	UNIDADE	38	15,39	**584,82**
34	CARNE BOVINA - FRESCA PEDACO DE SEGUNDA SEM OSSO	NATURAFRIG	KILO	55	15,49	**851,95**
35	CARNE MOIDA - CARNE BOVINA - TIPO MOIDA, SEM OSSO, SEM PELANCA, SEM GORDURA, ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS	NATURAFRIG	KILO	110	12,19	**1.340,90**
36	CEBOLA - BRANCA DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES OU CORTES, UNIFORME COM O TAMANHO E A COLORACAO, ISENTA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS	NACIONAL	KILO	55	3,05	**167,75**
37	CENOURA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICAS, RACHADURA E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA.	G	KILO	55	2,89	**158,95**
40	COADOR DE PAPEL PARA CAFE Nº. 103, COR BRANCA, FORMATO CONICO, (CX 30 UND)	3 CORAÇÕES	CAIXA 30UND	127	3,50	**444,50**
41	COADOR P/ CAFE, EM TECIDO ESPECIAL, COR ARO DE APOIO E CABO PLASTICO, DIAMETRO APROX. 22CM	PRYMA	UNIDADE	211	4,00	**844,00**
42	COCO RALADO - AMENDOAS DE COCO PURO,EM FLOCOS PARCIALMENTE DESIDRATADO APROXIMADAMENTE 100 GR	LA PREFERIDA	UNIDADE	50	4,29	**214,50**
43	COLHER - DE INOX, PARA ARROZ	SIMONAGGIO	UNIDADE	112	8,50	**952,00**
45	COLHER GRANDE INOX, PARA SERVIR, CABO SEM DECORACAO	SIMONAGGIO	UNIDADE	12	8,99	**107,88**
46	CONCHA FUNDA INOX COM CABO DE APROXIMADAMENTE 20 CM E DIAMETRO DE 8 CM	SIMONAGGIO	UNIDADE	25	11,99	**299,75**
47	COPO DE VIDRO GRANDE COM 450ML, DIAMETRO DE 6,2CM, ALTURA DE 17CM	AMERICANO	UNIDADE	225	4,75	**1.068,75**
48	COPO DESCARTAVEL 180ML/ POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPRIA/PCTE COM 100 UND.	COPOSUL	PACOTE	8.668	2,20	**19.069,60**
49	COPO DESCARTAVEL PARA CAFE 50 ML / POLIESTIRENO PARA LIQUIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM NO MIN. PACTE C/100 UNID.	COPOSUL	PACOTE	4.338	1,15	**4.988,70**
51	COXA E SOBRE COXA FRANGO SEMI-PROCESSADO - EM PECA, CONGELADO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS	SADIA	KILO	90	7,25	**652,50**
53	CREME DE LEITE 300 GR ESTERELIZADO (LATA)	ITAMBÉ	UNIDADE	55	4,15	**228,25**
55	DESIFETANTE PARA VASOS E LOUCAS SANITARIAS,LIMPADOR,DESIFETANTE,DESINCRUSTANTE,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA (02 LTS)	EPORT	UNIDADE	1.425	2,90	**4.132,50**
58	DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO DETERGENTE NEUTRO ALCALINIZANTE, COMPOSICAO BASICA A BASE DE ACIDO DODECIL BENZENO SULFONICO, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGANCIAS COM AGENTES CONSERVANTES (FRASCO NO MIN 500ML)	MAXXI	UNIDADE	2.135	1,30	**2.775,50**
60	ERVILHA (NO MIN. 200GR)	QUERO	UNIDADE	40	1,89	**75,60**
64	ESCUMADEIRA DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE APROXIMADAMENTE 20 CM, PARA COZINHA, NA MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS	SIMONAGGIO	UNIDADE	29	10,50	**304,50**
68	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DE PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE, SEM SEMENTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES APROXIMADAMENTE 850 GR	DAJUDA	UNIDADE	35	7,99	**279,65**
71	FACA P/ PAO DE INOX, LAMINA C/ SERRILHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 8	TRAMONTINA	UNIDADE	37	17,99	**665,63**
72	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE	PRIMOR	KILO	110	3,39	**372,90**
73	FEIJAO TIPO 1	MASSON	KILO	25	5,05	**126,25**
74	FERMENTO EM PO QUIMICO COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO,FOSFATO MONOCALCICO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. (COM NO MIN. 100 GR)	DR. OETKER	UNIDADE	70	2,29	**160,30**
75	FERMENTO PARA PAO (PCTE NO MIN. 100 GR)	SAF-INSTANT	UNIDADE	35	4,54	**158,90**
79	FOSFORO C/10 UNIDADES	PARANÁ	UNIDADE	358	2,55	**912,90**
80	FRANGO CONGELADO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO, CONGELADO, COM ASPECTO DE COR E CHEIRO PROPRIOS, SEM MANCHAS	SEARA	KILO	60	5,59	**335,40**
81	FUBA DE MILHO SIMPLES, DO GRAO DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE	MASSON	KILO	35	2,57	**89,95**
83	GARRAFA TERMICA - TIPO BUJAO,ISOLAMENTO COM ESPUMA DE POLIURENTANO E DUPLA CAMADA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE,PARA AGUA, SUCOS, ETC,COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS	INVICTA	UNIDADE	19	25,90	**492,10**
87	GELATINA, PO PARA PREPARO DE GELATINA - COMPOSTO DE ACUCAR, SAL, AGENTE AMPONANTE, ACIDULANTE, AROMA ARTIFICIAL, CORANTES ARTIFICIAIS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS	LUAL	UNIDADE	40	1,05	**42,00**
94	LARANJA, COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, SABOR E CHEIRO CITRICOS, TAMANHO GRANDE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE	PERA	KILO	315	2,39	**752,85**

95	LEITE CONDENSADO COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL,ACUCAR E LACTOSE (TRADICIONAL), DE CONSISTENCIA CREMOSA E TESTURA HOMOGENEA (NO MIN 395GR)	NENE	UNIDADE	70	5,05	**353,50**
96	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 3%, SUBMETIDO A ULTRAPASTEURIZACAO, RECIPIENTE HERMETICO	NENE	UNIDADE	1.325	3,15	**4.173,75**
101	LINGUICA CALABRESA DEFUMADA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	EXCELÊNCIA	KILO	35	13,49	**472,15**
105	LIXEIRO DE PLASTICO (TELADO) - DEPOSITO PARA LIXO, PEQUENO, TELADO	ARQPLAST	UNIDADE	107	8,00	**856,00**
108	MACA NACIONAL GRANDE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS	GRANEL	KILO	235	7,25	**1.703,75**
109	MACARRAO - MASSA ALIMENTICIA - TIPO ESPAGUETE, FORMATO FINO,COR AMARELA,OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL E SEMOLA,VITAMINADO,ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES E PARASITAS	LIANE	PACOTE	30	5,69	**170,70**
110	MAIONESE - EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEO VEGETAL, SEM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIAS COMESTIVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTENCIA CREMOSA, AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES	SOYA	UNIDADE	20	4,69	**93,80**
111	MAMAO FORMOSA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS	D'ÉPOCA	KILO	305	3,75	**1.143,75**
113	MARGARINA 1 KG (MIN. 80% LIPIDIOS) COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO	QUALY	KILO	814	12,75	**10.378,50**
114	MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA	D'ÉPOCA	KILO	255	3,99	**1.017,45**
115	MELAO - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME	NACIONAL	KILO	255	4,75	**1.211,25**
116	MILHO DE PIPOCA (PCTE NO MIN 500GR)	MASSON	PACOTE	640	2,49	**1.593,60**
117	MILHO VERDE EM CONSERVA - ENLATADO, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,	PREDILECTA	UNIDADE	40	1,79	**71,60**
118	MUSSARELA QUEIJO - TIPO MUSSARELA, EMBALADO EM PLASTICO INVIOLAVEL, SELADO A VACUO	MARILAC	KILO	570	23,49	**13.389,30**
120	OLEO DE PEROBA - COMPOSTO A BASE DE OLEO EXTRAIDO DA ARVORE APOCINACEAS, COM CONSISTENCIA LIQUIDA, COMPOSTO OLEO MINERAL, VEGETAL, SOLVENTES, ETC, DO TIPO AROMATIZANTE COM ODOR CARACTERISTICO, UTILIZADO PARA LUSTRAR MOVEIS OU MADEIRAS EM GERAL, NO MIN. 100ML	INDIO	UNIDADE	12	7,19	**86,28**
121	OLEO DE SOJA, COMESTIVEL OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTANCIAS ESTRANHA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	CONCÓRDIA	UNIDADE	261	4,65	**1.213,65**
125	PANO DE CHAO FLANELADO GRANDE	GUAPEX	UNIDADE	366	5,00	**1.830,00**
128	PAPEL ALUMINIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45CM X 7,5 METROS, EM ROLO	WYDA	UNIDADE	169	4,00	**676,00**
130	PAPEL HIGIENICO C/ 8 COMPOSTO DE EM FIBRAS 100% DE CELULOSE NATURAL, ABSORVENTE, HIDROSSOLUVEL, NA COR BRANCA, COM FOLHA DUPLA, MEDINDO 10CM DE LARGURA X 30M DE COMPRIMENTO	BRISA	PACOTE	525	6,19	**3.249,75**
131	PAPEL TOALHA - EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, MEDINDO APROX. 20CMX200M, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA	COQUETEL	PACOTE 2UND	610	4,49	**2.738,90**
132	PILHA - TIPO ALCALINA, (BATERIA), NA VOLTAGEM DE 9VOLTS, NO TAMANHO (152X120X159)MM, EMBALADO EM CARTELA COM 01 UNIDADE	PANASONIC	UNIDADE	50	13,90	**695,00**
133	PIMENTAO VERDE, EXTRA DE OTIMA QUALIDADE, GRANDE, SEM LESOES	G	KILO	55	6,29	**345,95**
134	POLPA DE FRUTAS, COMPOSTO LIQUIDO EXTRAIDO PELO ESMAGAMENTO DA FRUTA MADURA, APRESENTACAO NA FORMA POLPA DE FRUTA	BRASFRUT	UNIDADE	1.700	2,35	**3.995,00**
135	PORTA FILTRO P/ CAFE DIM. 150 MM X 135 MM X 136 MM SUPORTE PARA COADOR - DE PLASTICO, NO FORMATO CONICO, PARA COADOR REF.103, NA COR MARRON	3 CORAÇÕES	UNIDADE	7	7,58	**53,06**
136	PRATO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO, FORMATO FUNDO, TAMANHO GRANDE	DURALEX	UNIDADE	164	4,79	**785,56**
139	REFRIGERANTE , MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR *COLA,* EMBALAGEM COM 2 LITROS, CONTENDO NOME E MARCA DO FABRICANTE	MARAJA	UNIDADE	135	5,29	**714,15**
140	REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR GUARANÁ, EMBALAGEM COM 2 LITROS, CONTENDO NOME E MARCA DO FABRICANTE	MARAJA	UNIDADE	665	4,49	**2.985,85**
141	REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR LARANJA, EMBALAGEM COM 2 LITROS, CONTENDO NOME E MARCA DO FABRICANTE	MARAJA	UNIDADE	135	5,19	**700,65**
142	REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR LIMÃO, EMBALAGEM COM 2 LITROS, CONTENDO NOME E MARCA DO FABRICANTE	MARAJA	UNIDADE	315	4,59	**1.445,85**
143	REPOLHO - BRANCO, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, OTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM RACHADURAS OU CORTES	G	KILO	55	2,10	**115,50**
145	RODO ALUMINIO 60 CM, C/ CABO	SÃO MATEUS	UNIDADE	95	20,00	**1.900,00**
146	RODO MADEIRA 40 CM, C/ CABO	FLORINI	PACOTE	7	4,70	**32,90**
148	RODO PLASTICO 40CM,C/CABO	FLORINI	PACOTE	15	9,99	**149,85**
149	SABAO ALVEJANTE - EM PO, PARA LIMPEZA PESADA, EM USO EM GERAL (CAIXA DE NO MIN. 01 KG)	BRILHANTE	CAIXA	406	6,79	**2.756,74**
150	SABAO ALVEJANTE - EM PO, PARA LIMPEZA PESADA, EM USO EM GERAL, (FARDO COM NO MIN. UND).	BRILHANTE	FARDO	188	145,20	**27.297,60**
154	**SABONETE - EM TABLETE, COM PH ENTRE 5,5 A 8,5, COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, COM 90G**	PALMOLIVE	UNIDADE	416	1,59	**661,44**
159	SACOLINHA PLASTICA TRANSPARENTE P/EMBALAGEM - EM POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 2KG	GIO PACK	UNIDADE	71	5,49	**389,79**
160	**SHAMPOO INFANTIL, PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS, ISENTO DE SAIS E CORANTE (FRASCO NO MIN 500ML)**	PALMOLIVE	UNIDADE	116	8,49	**984,84**
161	SODA CAUSTICA (HODROXIDO DE SODIO EM ESCAMAS)	KAVEIRA	KILO	124	8,00	**992,00**
164	TOALHA DE BANHO MEDINDO NO MINIMO 1,40 X 70, 100% ALGODAO	LEPPER	UNIDADE	230	22,19	**5.103,70**
		JAGUAR				**2.109,40**

166	VASILHAS DE PLASTICO RESISTENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,29 X 0,39 X 0,11CM, RETANGULAR, COM TAMPA		UNIDADE	106	19,90	
167	VASSOURA DE PELO C/ CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 40 CM	CONDOR	UNIDADE	89	9,70	**863,30**
168	VASSOURA DE VASCULHAR DE PALHA C/ CABO (TIPO CAIPIRA), CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 30CM	SÃO MATEUS	UNIDADE	129	13,05	**1.683,45**
173	AGUA MINERAL (GALÃO 20 LTS)	VITANI	GALÃO DE 20 LTS	2.560	8,99	**23.014,40**
174	AGUA MINERAL S/GAS (FARDO C/12 UND. X 500 ML)	PURISSMA	FARDO	2.995	17,29	**51.783,55**

Valor total de R$ 280.343,74 (DUZENTOS E OITENTA MIL TREZENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial nº 017/2017**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 19/04/2017.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 017/2017**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº 017/2017**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12(DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a

critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial nº 017/2017**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0048- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0100- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0112- 04.002.20.122.0005.2021.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0134- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0161- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0174- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0181- 05.002.12.365.0009.2111.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0283- 05.006.12.364.0031.2138.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0294- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0316- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0360- 06.021.10.302.0016.2065.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0391- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0416- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0466- 07.022.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0512- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENÁPOLIS - MT , 19 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

JAILSON DE OLIVEIRA SAMPAIO

EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** das **EMPRESA M DE L P ALMEIDA-PROD DE LIMPEZA E HIGIENE -ME**, inscrita no CNPJ:15.337.202/0001-09, situada R Pau Brasil, Bairro JD das Palmeiras, 03, Quadra 04, Casa 03, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.080.200, neste ato representada pelo seu procurador Sr. **DIOGO POMPERMAIER CANDIDO**, brasileiro, representante comercial, portador do CPF 021.891.121-17 e RG 19.40333-0 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS,** para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA	UNIT	VL. TOTAL
10	AMACIANTE 2 L	UND	510	FLORA	4,50	2.295,00
14	AVENTAL PLASTICO - PLASTICO PVC COM FORRO , ESTERIL, INDIVIDUAL 50X70	UND	84	BIOSERVICE	10,70	898,80
18	BALDE PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, COM ALCA EM PLASTICO RESISTENTE	UND	21	ARQPLAST	7,70	161,70
20	BALDE - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS	UND	52	ARQPLAST	37,00	1.924,00
22	BARBEADOR - DE PLASTICO, TIPO DESCARTAVEL, COM NO MINIMO 2 LAMINAS PARALELAS, EMBALAGEM APROPRIADA	UND	200	FIAT LUX	2,30	460,00
31	CANECA DE ALUMINIO - CAPACIDADE PARA 2 L, COM ALCA	UND	39	ASJ	19,40	756,60
44	COLHER DE MESA, INOX, PARA REFEICOES	UND	251	HERCULES	1,99	499,49
54	CREME DENTAL - EM CREME, PESANDO 90GR, S/AROMA, COMPOSTO DE FLUOR,LAURIL SULFATO DE SODIO,SACARINA,AGUA, SORBITOL,COMPOSICAO AROMATICA,POLIETILENOGLICOL, CARBOXIMETICULOSE,METILPARABENO,CARBONATO CALCIO, PIROFOSFATO TETRASSODICO,PROPILPARABENO,SILICATO DE SODIO, MONOFLUORFOSFATO DE SODICO,SILICATO DE SODIO, EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTAO PLASTIFICADA	UND	160	SORRISO	2,00	320,00
56	DESIFETANTE PARA VASOS E LOUCAS SANITARIAS,LIMPADOR,DESIFETANTE,DESINCRUSTANTE,ACO NDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA (FRASCO COM NO MIN 500ML)	UND	65	VOREL	2,00	130,00
57	DESODORIZADOR AMBIENTAL - EM AEROSOL	UND	1.045	ULTRA FRESH	6,50	6.792,50
61	ESCOVA DE LAVAR ROUPA PLASTICA - DE POLIETILENO, DIVERSAS CORES	UND	86	GUIRADO	1,90	163,40
69	FACA DE COZINHA INOX TAMANHO MEDIO	UND	56	HERCULES	9,90	554,40
70	FACA DE MESA INOX TAMANHO MEDIO	UND	200	DISSOLE	4,25	850,00
78	FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO APROX 38X58CM,	UND	552	ROSA BELA	2,00	1.104,00
82	GARFO DE MESA INOX PARA REFEICAO, APESENTACAO LISA	UND	169	HERCULES	1,80	304,20
88	GUARDANAPO DE PAPEL - APROX 23X22CM, FOLHA SIMPLES, LISO, NA COR BRANCA	PCT	876	NOBRE	1,00	876,00
91	ISQUEIRO DE PLASTICO, COMBUSTIVEL A BASE DE FLUIDO	PAR	132	HIPER	3,00	396,00
93	JARRA PLASTICA, COM CAPACIDADE PARA 2 L, COM TAMPA E TRAVA	UND	51	JAGUAR	9,00	459,00
98	LIMPA MOVEIS (LUSTRA MOVEIS)- LIMPA MOVEIS - EM CREME, PARA LIMPEZA DE MOVEIS, COMPOSTO COM CERA DE CARNAUBA, PARAFINA, SILICONE, SOLVENTE E PERFUME (FRASCO COM NO MIN. 500ML)	FRC	246	AUDAX	6,65	1.635,90
100	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIMPADOR GERAL CONCENTRADO LIQUIDO, COMPOSTO DE CONTEDO CLORETO DE COCOBENZIL DIMENTIL AMONIA, NONIL FENOL POLIGLOCIL ETER, ACIDO DOBECILBENZENO SULFONICO, CORANTE CL74180 (FRASCO COM NO MIN 500ML)	FRC	839	AZULIM	3,50	2.936,50
102	LIXEIRA - DE PLASTICO,COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS, COM TAMPA, CORES DIVERSAS	UND	58	ARQPLAST	22,90	1.328,20
103	LIXEIRA - EM PLASTICO, COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS	UND	6	ARQPLAST	94,00	564,00
104	LIXEIRAS C/ TAMPA ACIONADA A PEDAL EM PVC TAMANHO MEDIO	UND	60	JAGUAR	26,30	1.578,00
106	LIXEIRO DE PLASTICO COM TAMPA NO FORMATO CILINDRICO, COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE (24,5X27,2) CM, COM TAMPA	UND	48	ARQPLAST	24,30	1.166,40
122	PA DE PLASTICO PARA LIXO, COM CABO	UND	89	GUIRADO	5,00	445,00
126	PANO DE COPA E COZINHA - PARA PRATO 100% ALGODAO, PRE-AMACIADO, MEDINDO APROX. (65X 44)CM, COR BRANCA	UND	283	MARTINS	5,00	1.415,00
129	PAPEL HIGIENICO C/ 64 UN. COMPOSTO DE EM FIBRAS 100% DE CELULOSE NATURAL, ABSORVENTE, HIDROSSOLUVEL, NA COR BRANCA, COM FOLHA DUPLA, MEDINDO 10CM DE LARGURA X 30M DE COMPRIMENTO	FRD	758	SENIOR	65,23	49.444,34
132	PAPEL TOALHA - EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, MEDINDO APROX. 20CMX200M, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA	FRD C/ 12	33	FLORAX	45,00	1.485,00
138	RALADOR EM PLASTICO, PARA RALAR E RASPAR VERDURA, DE FORMA ADEQUADA	UND	20	HERCULES	6,70	134,00
155	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS	PCT	1.695	ALPHAPLAST	2,79	4.729,05
156	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS	PCT	540	ITAQUITI	2,25	1.215,00
157	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS	UND	1.620	ITAQUITI	2,45	3.969,00
158	SACO P/ LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS	UND	1.710	ALPHAPLAST	2,85	4.873,50
163	TABUA DE PLASTICO GRANDE TABUA DE FRIOS CIPO - DE TABUA DE PLASTICO PARA CARNE, COR BRANCA	UND	21	LM	23,30	489,30
VALOR GLOBAL						**96.353,28**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial nº 017/2017**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 19/04/2017.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 017/2017**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº 017/2017**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12(DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial nº 017/2017**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0048- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0100- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0112- 04.002.20.122.0005.2021.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0134- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0161- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0174- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0181- 05.002.12.365.0009.2111.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0283- 05.006.12.364.0031.2138.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0294- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0316- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0360- 06.021.10.302.0016.2065.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0391- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0416- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0466- 07.022.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0512- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENÁPOLIS - MT , 19 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO – Prefeito Municipal

EMPRESA M DE L P ALMEIDA-PROD

DE LIMPEZA E HIGIENE –ME

DIOGO POMPERMAIER CANDIDO

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** das **EMPRESA SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ:04.578.067/0001-69, Inscrição Estadual 13.203229-5, situada Rua Padre Roquete, n 01, Centro Empresarial Shalon, Sala 05, Consil, CEP. 78.048-440, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.080.200, neste ato representada pelo seu procurador Sr. **CARLOS ALBERTO FONSECA DA SILVA,** brasileiro, representante comercial, portador do CPF 293.321.681-72 e RG 0280.110-8 SSP/MT, residente e domiciliado na, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS,** para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTDE	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
8	ALCOOL ETILICO - CATEGORIA EM GEL, COMPOSTO: DENATURADO, AGUA, CARBOMERO, ACETATO DE TOCAFERILA, GLICERINA	FD 500RG	358	START	R$ 6,70	R$ 2.398,60
17	BALDE PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE 18 LITROS	UNID	54	PLASNEW	R$ 9,70	R$ 523,80
19	BALDE EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE (10 LITROS), COM ALCA DE METAL, VARIADA	UNID	15	PLASNEW	R$ 6,80	R$ 102,00
28	BOTA DE BORRACHA BRANCA (TIPO GALOCHA), 34 AO 46	PAR	43	GRENDENE	R$ 39,00	R$ 1.677,00
38	CERA LIQUIDA PARAPISO -PRINCIPIO ATIVO LIQUIDA COM EMULSON DE CERAS , COMPOSIÇÃO BASICA COM EMULSIFICANTE, FORMOL , COADJUVANTE, HIDROXIDO DE AMONIA, PLASTIFICANTE, PERFUMES E AGUA , TEOR NÃO VOLATES MINIMO 3,5	UNID	620	BRILHO	R$ 2,19	R$ 1.357,80
39	CHA MATE - CHA - ERVA MATE QUEIMADO, CONSTITUIDO DE FOLHAS NOVAS, DESSECADAS, TOSTADAS E PARTIDAS, DE COR PARDACENTA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A GRANEL APROXIMADAMENTE 250 GR	UNID	472	XANXERE	R$ 6,00	R$ 2.832,00
50	CORDA P/ VARAL (10 M) NYLON	UNID	77	PVARAL	R$ 2,00	R$ 154,00
62	ESCOVA DENTAL - PARA ADULTO, TAM MINIMO MEDIO,COM CERDA MACIA,TIPO COMUM	UNID	30	CONDOR	R$ 4,00	R$ 120,00
63	ESCOVA P/ VASO SANITARIO PARA LIMPEZA - MODELO CONVENCIONAL, COM CERDAS FLEXIVEL EM NYLON	UNID	82	DSR	R$ 3,00	R$ 246,00
65	ESPONJA DE LA DE ACO PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES COM FORMATO RETANGULAR, ACO CARBONO, NA COR GRAFITE	FD	147	INOVE	R$ 14,00	R$ 2.058,00
66	ESPONJA DE ACO PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES COM FORMATO RETANGULAR, ACO CARBONO, NA COR GRAFITE	UNID	505	INOVE	R$ 1,19	R$ 600,95
67	ESPONJA PARA LAVAR LOUCA TIPO DUPLA FACE, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETANO COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA	PCT	664	BETANNIN	R$ 0,80	R$ 531,20
89	INSETICIDA DOMESTICO - MULTI-INSETICIDA, EXTERMINA QUALQUER TIPO DE INSETO CASEIRO (FRASCOO NO MIN. 300ML)	FR	364	ULTRA INSET	R$ 9,50	R$ 3.458,00
97	LENÇOL PARA BERÇO - EM TECIDO 100% ALGODAO, COM ELASTICO, APROX.1,60M DE COMPRIMENTO, COM APROX. 0,90CM DE LARGURA E APROX. 12 CM DE ALTURA,NA COR BRANCA	UNID	100	INCOFRAL	R$ 27,00	R$ 2.700,00
99	LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETERTRIPOLIFOSFATO DE SODIO INGRIDIENT E ATIVO ETANOL 14%, COMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER TRIPOLIFOSFATO (FRASCO COM NO MIN 500ML)	FR	430	ZUPP	R$ 7,50	R$ 3.225,00
107	LUVA DE BORRACHA (CANO LONGO) DE PROTECAO - VARIADOS TAMANHOS P,M,G,GG,EG,PADRAO	PAR	362	NOBRE	R$ 5,50	R$ 1.991,00
112	MANGUEIRA PARA JARDIM 3/4	UNID	85	WORKER	R$ 51,00	R$ 4.335,00
119	OLEO DE DESINFETANTE - CATEGORIA BASICA RESTRITA AO USO PURO, PRINCIPIO ATIVO MONIL FENOL, COMPOSICAO BASICA QUATERNARIO DE AMONIA SOLUBILIZANTE	UNID	348	START	R$ 7,90	R$ 2.749,20
123	PANELA DE PRESSAO- EM ALUMINIO POLIDO DE APROXIMADAMENTE 6MM, DE PRESSAO, COM TRAVA DE SEGURANCA, CABO EM BAQUELITE DE ALTA RESISTENCIA,COM CAPACIDADE DE 15 LITROS	UNID	16	ASJ	R$ 220,00	R$ 3.520,00
127	PANO DE LIMPEZA - MEDINDOPROX.65X44CM, SACO ALVEJADO, ALGODAO	UNID	572	MARTINS	R$ 4,00	R$ 2.288,00
131	PILHA - BATERIA TIPO ALCALINA, NA VOLTAGEM DE 12 v, 23 A, NO TAMANHO PADRAO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEMAPROPRIADA	UNID	413	ELGIN	R$ 5,30	R$ 2.188,90
137	PRENDEDOR P/ ROUPA DE PLASTICO C/ 12 UNIDADE	PCT	389	PARANA	R$ 3,00	R$ 1.167,00
144	RODO ALUMINIO 40 CM, C/ CABO	UNID	86	2000	R$ 17,00	R$ 1.462,00
147	RODO MADEIRA 60 CM, C/ CABO	PCT	25	DSR	R$ 11,00	R$ 275,00
151	SABAO ALVEJANTE - EM PO, PARA LIMPEZA PESADA, EM USO EM GERAL, ACONDICIONADO EM CAIXA DE 500GR	CAIXA 500 GR	585	INOVE	R$ 4,15	R$ 2.427,75
152	SABAO EM BARRA - COMPOSICAO BASICA CARBONATO DE SODIO, DIOXIDO DE TITANIO, GLICERINA, CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, 200G,NEUTRO (PCTE COM 05 UND)	PCT	500	KRA KRA	R$5,90	R$ 2.950,00
165	TOALHA DE ROSTO MEDINDO NO MINIMO 60 X 40 CM, 100 % ALGODAO	UNID	171	MARTINS	R$11,00	R$ 1.881,00
170	VASSOURA PVC DE ACO, COM CABO DE MADEIRA, UTILIZADA EM JARDINS	UNID	35	DSR	R$13,00	R$ 455,00
171	XICARA CAFE MEDIA, COM 100ML, PARA CHA,CAFE,ETC. LISA	UNID	202	WHILTON	R$ 9,25	R$ 1.868,50
172	XICARA DE VIDRO, COM APROXIMADAMENTE 88ML, PARA CAFÉ	DZ	119	WHILTON	R$55,70	R$ 6.628,30
TOTAL GERAL DA PROPOSTA						**R$ 58.171,00**

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial nº 017/2017**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 19/04/2017.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 017/2017**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº 017/2017**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências de cada **Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12(DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial nº 017/2017**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

COD. RED. 0048- 03.001.04.122.0004.2011.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0100- 04.001.23.122.0007.2020.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0112- 04.002.20.122.0005.2021.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0134- 05.001.12.122.0008.2029.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0161- 05.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0174- 05.002.12.365.0009.2032.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0181- 05.002.12.365.0009.2111.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0283- 05.006.12.364.0031.2138.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0294- 06.001.10.122.0012.2053.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0316- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0360- 06.021.10.302.0016.2065.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0391- 06.021.10.305.0015.2068.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0416- 07.001.08.122.0017.2070.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0466- 07.022.08.244.0019.2073.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

COD. RED. 0512- 08.002.15.452.0022.2090.3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENÁPOLIS - MT , 19 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

EMPRESA SETE COMERCIO E SERVIÇOS

DE INFORMATICA LTDA-ME

CARLOS ALBERTO FONSECA DA SILVA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO 045 ATÉ 053.2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 045/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM CONJUNTO DE HORAS DE SERVIÇO GERAIS, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL, NAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 07/03/2017 ATÉ 07/04/2017

VALOR GLOBAL: R$ 41.928,90

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 046/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE GESTÃO EM SAUDE PUBLICA MUNICIPAL INTEGRADA VIGILANCIAS E AO APLICATIVO MOVEL PARA AGENTES DE SAUDE, COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL E ASSINATURA DIGITAL COM MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS COM CAPACITAÇÃO DAS DIRETORIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE ATO CONVOCATÓRIO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 09/03/2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 58.000,00

DATA DA ASSINATURA: 09/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 047/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SEBASTIÃO SOARES VIEIRA -ME

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE AQUI-

SIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PÃES) PARA MERENDA ESCOLAR

PERIODO DE VIGÊNCIA: 14/03/2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 59.482,00

DATA DA ASSINATURA: 14/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SEBASTIÃO SOARES VIEIRA -ME

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE PÃES PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 14/03/2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 51.815,00

DATA DA ASSINATURA: 14/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 049/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM CONJUNTO DE HORAS DE SERVIÇO GERAIS

PERIODO DE VIGÊNCIA: 17/03/2017 até 31/03/2017

VALOR GLOBAL: R$ 31.311,64

DATA DA ASSINATURA: 17/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 050/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LABORATÓRIO PRONTO ANÁLISES LTDA- ME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA O ATENDIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS PELA TABELA SUS DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 22/03/ 2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 59.778,40

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 051/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA M. R. DE S. CIRINO- EPP

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NOS PSFS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 28/03/2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$- 140.000,00

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 052/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA AMBROSIO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NOS PSFS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 28/03/2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$- 140.000,00

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 053/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2017 até 29/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 153.551,50

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.467/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria n° **9.430/2017, a qual designouo** funcionário efetivo o Sr. **GUARACI DE RE DA SILVA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1001015-7 SSP/MT e do CPF nº. 888.554. 061-91, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – SEDE DO MUNICÍPIO,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 14 horas/aula excedentes na E.M. São Jose Operário, por falta de profissionais habilitados em Educação Física, a partir do dia 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.481/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária a srª **TELMIRA MASCARENHAS BARBOSA**,brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000387813 SSP/RO, e inscrita no CPF sob o n°. 408.644.642-15, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.482/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, o funcionário sr **MANOEL DE SOUZA NEVES**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 747.649 SSP/RO e inscrito no CIC sob o nº. 478.696.312-72, ocupante do cargo de Carreira de **VIGIA**, *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.483/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária srª **VANESSA SANTOS SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000925310 SSP/RO e do CPF nº. 873.739.802-44, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.484/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, à funcionária Srª. **ELIANE DE OLIVEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.1.575.107 SSP/ES e inscrita no CPF sob o nº. 086.251.027-94, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 2**, Classe **"C"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.485/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a srª **AGILDETE DA SILVA GONÇALVES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 236.677 SSP/MT e do CPF nº. 292.444.711-91, ocupante do cargo de Carreira de**ZELADORA - PROFISSIONALIZADO** Classe **B**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 018/2017

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionado aprovada no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2017, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 04/05/2017, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2017 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 de maio de 2017.

Registre-se

E

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO – PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
270/2017	ALEXANDRA DE SOUZA OLIVEIRA	001.588.881-97	001394815 SEJSP/MS	PEDAGOGIA
190/2017	JANAINA KOTRES NONATO	008.167.652-27	000943478 SESDC/RO	PEDAGOGIA
154/2017	CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA SANTANA	587.822.572-72	746861 SSP/RO	PEDAGOGIA
286/2017	MARILZA GONÇALVES DA SILVA	501.250.791-68	604821 SSP/MT	PEDAGOGIA
053/2017	SIDINEIA FURLAN BARBOSA LACERDA	033.449.941-07	2138245-0 SSP/MT	PEDAGOGIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.456/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo I° - Nomear, membros para compor a Comissão para revisão do **Plano Diretor Participativo (PDP**) conforme relação abaixo, sobre a Coordenação do Primeiro.

José Augusto Martins – Secretario Municipal de Administração

2. **Antônio Paulo de Andrade Silva** - Desenhista

David Clemente Rudy – Advogado

4. **Geraldo Lara da Silva** – Vereador

Jeferson Barros de Faria - Engenheiro Ambiental**Jessica Valeria Ferreiro** - Procurador do Município**Jeverson Rodrigues Cardoso** - Engenheiro *Civil*

Artigo 2º. A Comissão acima nomeada terá prazo de 30 dias para conclusão dos trabalhos.

Artigo 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.457/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal, **e Lei Complementar 037/2009,**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade, a funcionária. Srª. **MARCIA TATIANE FISCHER**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1838624-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 022.972.111-71, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 2 CLASSE "C",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **com vencimentos integrais, a partir de 24/04/2017 e término em 20/10/2017, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2017.08.00021P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.

b) 60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.458/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal, **e Lei Complementar 037/2009,**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade, à funcionária Srª. **ELIDIORRAINE DE MOURA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2381746-1 SEJSP/MT e inscrita no CPF nº. 045.493.801-28, ocupante do cargo de Carreira de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, lotada no Hospital Municipal, **com vencimentos integrais, a partir de 24/04/2017 e término em 20/10/2017, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2017.08.00022P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.

b) 60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.459/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº.001/99, Art. 33, Inciso I;

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR o servidor o Sr **DONIZETI JUNKES DE SOUZA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 22.496.380-6 SSP/SP e do CPF nº 177.934.608-55, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C",** Nível **2**, para prestar serviços na Biblioteca da Escola Municipal Prof. Jari Edgar Zambiasi, em conformidade com o que determina o laudo Médico Pericial emitido pelo medico perito do FAPEMA, Dr. Alcimar B. Soares CRM/MT nº.6368, no período de 25/04/2017 à 24/07/2017**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº.001/99.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.460/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 081/2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária. Srª **CLEUSA JUSTINO DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº.2210579-4 SSP/MT e do CPF nº.009.762.017-39, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B", Nível 1**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez) incidente sobre a remuneração do cargo de **COORDENADOR PEDAGÓGICO - CL,** que percebe, com efeitos a partir do dia 1°/04/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.461/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 1° da Lei Complementar n°. 074/2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER,ao funcionário Sr. **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na *Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional/**GDF-05,** a partir do dia 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.462/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **CLAUDIONALDO DE SOUZA AGUILAR**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1093258-5 SSP/MT e do CPF nº 889.655.971-53, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Cultura - COOC,** Nível **DAS–04,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,a partir de 02/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.463/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **ANA MARIA DE OLIVEIRA PAIVA**,portadora do RG 1209854 SESDC/RO e inscrita no CPF sob o nº. 978.605.142-49, para exercer oCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário deDivisão de Programas Especiais **- DIPES,** nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Ação Social***,** a partir de 02/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.464/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do sr **JOSÉ WANDEL REI DE JESUS** portador da Cédula de Identidade RG nº 2787539-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 645.697.802-53, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Programas Federais -**

DEPF, nível **DAI-01,** a partir de 02/05/2017, tornando sem efeito a Portaria n° 9.364/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.465/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, a funcionária **Srª. CLENIR BATISTA DE OLIVEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1548270-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 846.030.461-20, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura***,** da Classe **A,** para Classe **"B",** considerando a conclusão do **CURSO TECNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR,** a partir do dia 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.466/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária efetiva Srª. **IZABEL CRISTINA FRANCO FIUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2383811 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº. 426.538.431-53, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR CLASSE "B", Nível 1**, para Nível **2**, a partir do dia 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.480/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária a srª **ALEXTANIA PIRAN,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1152939-3 SJ/MT e do CPF nº. 788.740.091-00, **PROFESSOR CLASSE "C",** Nível **1**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.468/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a srª **BRUNA PESSOA KUROVSKI**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2521289-3 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 036.438.741-62, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de Diretor de Departamento de Administração - **DEADM**, Nível **DAI-01,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,** a partir de 02/05/2017, tornando sem efeito a Portaria n° 9.328/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.469/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **BRUNA PESSOA KUROVSKI**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2521289-3 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 036.438.741-62, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Administração-COORDAM**, **DAS-04**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,** a partir de 02/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.470/2017

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 81, inciso III da Lei Orgânica Municipal, no artigo 55 da Lei Complementar nº. 001/1999 e nas Leis Complementar 95 e 96/2014.

Considerando o disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº. 27/2007, artigo 3º da Lei Complementar nº. 31/2008, e conforme dispõe os artigos 1º e 5º do Decreto nº. 1.389/2008:

RESOLVE:

Art. 1º PROGREDIR o servidor público municipal, devidamente aprovado na Avaliação de Desempenho Anual referente ao Quinquênio 2012 a 2017, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 001/1999, nas Lei Complementar 96/2014 e conforme dispõe o Decreto nº 1.389/2008, a partir de 1°/05/2017.

Funcionário	Admissão	Mat.	Cargo	Secretaria	Nível
Deuzimar Ferreira Rebello	11/01/2012	2802	Operador de ETA	SINFRA	02
Donizete Neves Barbosa	02/03/2012	2836	Operador de ETA	SINFRA	02

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.471/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **SANDRELI MARIA MAZUREK,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1286800-0 SSP/MT e do CPF nº. 877087791-20, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.472/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, à funcionária Srª. **ANA MARIA COSTA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2338572-3 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°. 654.326.143-91, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.473/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária **Srª. ROSALINA SOUZA RAMOS**, portadora da Cédula de identidade RG n° 981.978 SSP/MT e inscrita no CIC sob o n° 775.432.461-04, ocupante do cargo de carreira de **ATENDENTE DE ENFERMAGEM**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.474/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **MARIA OSMARINA SOMBRA VERÍSSIMO,**portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1152986-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 849.771.911-53, ocupante do cargo de Carreira de **ESCRITURÁRIA**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **09 (NOVE) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.475/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **GELSI ELISABETE MORESCO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2412326-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 039.117.969-19, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.476/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da srª **MARIA DO CARMO RODRIGUES DE SOUZA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. MG-15.104.570 e inscrita no CPF sob o nº. 310.221.032-53, do cargo de Carreira de **PSICÓLOGO 8h - Sede**, *lotada na Secretaria Municipal de Ação Social,*a partir de 1°/05/2017, tornando sem efeito a Portaria n° 5.918/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.477/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **SIRLEIA LEANDRO DE SOUSA,** solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1001017-3 SSP/MT, e do CPF nº. 650.648.601-53, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.478/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **ROSA MARTINS PADILHA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1123058-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 805.231.371-68, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C",** Nível **2**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.479/2017

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária a srª **ALEXTANIA PIRAN,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1152939-3 SJ/MT e do CPF nº. 788.740.091-00, **PROFESSOR CLASSE "C",** Nível **2**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, **03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** a partir de 1°/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2017

O MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 027/2017 de 24 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que foi prorrogada para o dia 17/05/2017, às 09h00min, a data de abertura do Pregão Presencial nº 005/17, para adequações do Edital. O referido Pregão objetiva o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados (gasolina/álcool e diesel), com fornecimento de mão-de-obra qualificada, para atender as necessidades da frota de veículos, máquinas, motos e barcos do Município de Barão de Melgaço/MT, conforme especificações contidas no Termo de Referência Nº 005/2017 – SMA.

AQUISIÇÃO DO EDITAL**:** Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min pelo telefone (65) 3331-1431 ou através do Email: licitacao.barao@gmail.com.

Barão de Melgaço, MT, 03 de maio de 2017.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANEXO II RREO 1 BIM

Tabela 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017 - BIMESTRE JANEIRO / FEVEREIRO 2017

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**70.115.332,18**	**70.115.332,18**	**11.065.891,81**	**11.065.891,81**	**100,00%**	**59.049.440,37**	**7.995.204,78**	**7.996.204,78**	**100,00%**	**62.019.127,40**	**3.338.828,48**
ADMINISTRAÇÃO	**18.492.741,78**	**18.700.741,78**	**4.872.080,17**	**4.872.080,17**	**44,03%**	**13.828.661,61**	**3.035.477,28**	**3.035.477,28**	**37,96%**	**15.565.264,50**	**1.836.602,89**
Planejamento e Orçamento	293.156,47	293.156,47	34.697,41	34.697,41	0,31%	258.459,06	34.436,38	34.436,38	0,43%	258.720,09	261,03
Administração Geral	17.240.796,24	17.448.796,24	4.721.675,94	4.721.675,94	42,67%	12.727.120,30	2.894.909,17	2.894.909,17	36,20%	14.553.887,07	1.826.766,77
Controle Interno	675.693,88	675.693,88	96.898,46	96.898,46	0,88%	578.795,42	92.138,56	92.138,56	1,15%	583.555,32	4.759,90
Tecnologia da Informação	153.095,19	153.095,19	16.429,64	16.429,64	0,15%	136.665,55	12.761,76	12.761,76	0,16%	140.333,43	3.667,88
Comunicação Social	30.000,00	30.000,00	2.378,72	2.378,72	0,02%	27.621,28	1.231,41	1.231,41	0,02%	28.768,59	1.147,31
Administração Financeira	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	100.000,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
Policiamento			0,00	0,00	0,00%	0,00			0,00%	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**3.482.111,79**	**3.482.111,79**	**375.507,83**	**375.507,83**	**3,39%**	**3.106.603,96**	**268.141,48**	**268.141,48**	**3,35%**	**3.213.970,31**	**375.507,80**
Assistência à Criança e ao Adolescente	415.289,22	415.289,22	30.645,83	30.645,83	0,28%	384.643,39	28.799,83	28.799,83	0,36%	386.489,39	1.846,00
Assistencia Especial	3.066.822,57	3.066.822,57	344.862,00	344.862,00	3,12%	2.721.960,57	239.341,65	239.341,65	2,99%	2.827.480,92	105.520,35
SAÚDE	**20.854.238,83**	**20.756.238,83**	**2.228.852,17**	**2.228.852,17**	**20,14%**	**18.527.386,66**	**2.050.114,66**	**2.050.114,66**	**25,64%**	**18.706.124,17**	**178.737,51**
Adminsitração Geral	2.018.165,15	2.146.365,15	502.360,51	502.360,51	4,54%	1.644.004,64	395.539,12	395.539,12	4,95%	1.750.826,03	106.821,39
Atenção Básica	4.701.119,05	4.712.119,05	475.943,89	475.943,89	4,30%	4.236.175,16	445.827,49	445.827,49	5,58%	4.266.291,56	30.116,40
Vigilância Epidemiológica	162.927,61	382.927,61	32.971,67	32.971,67	0,30%	349.955,94	32.658,96	32.658,96	0,41%	350.268,65	312,71
Vigilância Sanitária	811.038,07	811.038,07	111.896,85	111.896,85	1,01%	699.141,22	111.896,85	111.896,85	1,40%	699.141,22	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.620.453,11	12.132.958,11	1.082.021,87	1.082.021,87	9,78%	11.050.936,24	1.048.887,26	1.048.887,26	13,12%	11.084.070,85	33.134,61
Normatização e Fiscalização	30.500,00	30.500,00	0,00	0,00	0,00%	30.500,00	0,00	0,00	0,00%	30.500,00	0,00
Transporte Rodoviário	17.115,00	17.115,00	0,00	0,00	0,00%	17.115,00	0,00	0,00	0,00%	17.115,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	492.920,84	523.215,84	23.657,38	23.657,38	0,21%	499.558,46	15.304,98	15.304,98	0,19%	507.910,86	8.352,40
EDUCAÇÃO	**17.762.644,68**	**17.762.644,68**	**2.398.087,49**	**2.398.087,49**	**21,67%**	**15.364.557,19**	**2.077.096,47**	**2.077.096,47**	**25,98%**	**15.685.548,21**	**320.991,02**
Ensino Fundamental	15.985.362,24	15.985.362,24	2.300.910,12	2.300.910,12	20,79%	13.684.452,12	2.054.321,40	2.054.321,40	25,69%	13.931.040,84	246.588,72
Ensino Superior	165.000,00	165.000,00	38.546,73	38.546,73	0,35%	126.453,27	8.683,46	8.683,46	0,11%	156.316,54	29.863,27
Educação Infantil	1.612.282,44	1.612.282,44	58.630,64	58.630,64	0,53%	1.553.651,80	14.091,61	14.091,61	0,18%	1.598.190,83	44.539,03
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
CULTURA	**295.263,07**	**295.263,07**	**20.442,75**	**20.442,75**	**0,18%**	**274.820,32**	**18.192,75**	**19.192,75**	**0,24%**	**276.070,32**	**2.250,00**
Difusão Cultural	295.263,07	295.263,07	20.442,75	20.442,75	0,18%	274.820,32	18.192,75	19.192,75	0,24%	276.070,32	2.250,00
URBANISMO	**3.068.874,82**	**3.368.874,82**	**652.304,41**	**652.304,41**	**5,89%**	**2.716.570,41**	**187.068,80**	**187.068,80**	**2,34%**	**3.181.806,02**	**465.235,61**
Infra-Estrutura Urbana	995.510,32	995.510,32	5.503,72	5.503,72	0,05%	990.006,60	301,92	301,92	0,00%	995.208,40	5.201,80
Serviços Urbanos	2.073.364,50	2.373.364,50	646.800,69	646.800,69	5,84%	1.726.563,81	186.766,88	186.766,88	2,34%	2.186.597,62	460.033,81
HABITAÇÃO	**310.000,00**	**310.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**310.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**310.000,00**	**0,00**
Habitação Urbana	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00%	250.000,00	0,00	0,00	0,00%	250.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00%	60.000,00	0,00	0,00	0,00%	60.000,00	0,00
SANEAMENTO	**774.636,28**	**774.636,28**	**108.362,78**	**108.362,78**	**0,98%**	**666.273,50**	**61.382,06**	**61.382,06**	**0,77%**	**713.254,22**	**46.980,72**
Saneamento Básico Urbano	514.636,28	514.636,28	108.362,78	108.362,78	0,98%	406.273,50	61.382,06	61.382,06	0,77%	453.254,22	46.980,72
Infra-Estrutura Urbana	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00%	260.000,00	0,00	0,00	0,00%	260.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**50.000,00**	**0,00**
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00
AGRICULTURA	**651.478,70**	**651.478,70**	**11.087,70**	**11.087,70**	**0,10%**	**640.391,00**	**10.288,97**	**10.288,97**	**0,13%**	**641.189,73**	**798,73**
Promoção da Produção Vegetal	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00%	400.000,00	0,00	0,00	0,00%	400.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00%	75.000,00	0,00	0,00	0,00%	75.000,00	0,00
Extensão Rural	176.478,70	176.478,70	11.087,70	11.087,70	0,10%	165.391,00	10.288,97	10.288,97	0,13%	166.189,73	798,73
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**736.100,54**	**736.100,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**736.100,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**736.100,54**	**0,00**
Promoção Comercial	36.100,54	36.100,54	0,00	0,00	0,00%	36.100,54	0,00	0,00	0,00%	36.100,54	0,00
Turismo	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00%	700.000,00	0,00	0,00	0,00%	700.000,00	0,00
TRANSPORTE	**1.897.297,67**	**1.897.297,67**	**168.049,61**	**168.049,61**	**1,52%**	**1.729.248,06**	**79.880,41**	**79.880,41**	**1,00%**	**1.817.417,26**	**88.169,20**
Transporte Rodoviário	1.897.297,67	1.897.297,67	168.049,61	168.049,61	1,52%	1.729.248,06	79.880,41	79.880,41	1,00%	1.817.417,26	88.169,20
DESPORTO E LAZER	**352.554,38**	**352.554,38**	**50.025,61**	**50.025,61**	**0,45%**	**302.528,77**	**26.470,61**	**26.470,61**	**0,33%**	**326.083,77**	**23.555,00**
Desporto Comunitário	352.554,38	352.554,38	50.025,61	50.025,61	0,45%	302.528,77	26.470,61	26.470,61	0,33%	326.083,77	23.555,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	**637.389,64**	**637.389,64**	**181.091,29**	**181.091,29**	**1,64%**	**456.298,35**	**181.091,29**	**181.091,29**	**2,26%**	**456.298,35**	**0,00**
Serviço da Dívida Interna	637.389,64	637.389,64	181.091,29	181.091,29	1,64%	456.298,35	181.091,29	181.091,29	2,26%	456.298,35	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**750.000,00**	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**340.000,00**	**0,00**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**70.115.332,18**	**70.115.332,18**	**11.065.891,81**	**11.065.891,81**	**-**	**59.049.440,37**	**7.995.204,78**	**7.996.204,78**	**-**	**62.019.127,40**	**3.338.828,48**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANEXO III RREO 1 BIM

Tabela 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO DE 2016 A FEVEREIRO DE 2017

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

ESPECIFICAÇAO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)	PREVISAO ATUALIZADA 2017
	Março 16	Abril 16	Maio 16	Junho 16	Julho 16	Agosto 16	Setembro 16	Outubro 16	Novembro 16	Dezembro 16	Janeiro 17	Fevereiro 17		
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.672.965,11**	**6.742.505,58**	**6.514.191,16**	**7.141.738,66**	**6.931.250,60**	**6.263.367,32**	**5.586.467,05**	**6.922.722,95**	**9.058.147,54**	**14.031.609,00**	**6.232.318,60**	**6.831.424,13**	**88.928.707,70**	**75.322.400,08**
Receita Tributária	**664.491,71**	**452.864,00**	**410.136,15**	**475.622,94**	**520.461,76**	**908.581,15**	**399.123,86**	**639.170,09**	**1.016.682,03**	**748.758,43**	**312.695,96**	**404.814,15**	**6.953.402,23**	**7.379.383,74**
IPTU	0,00	0,00	0,00	174,18	32.657,34	294.398,38	44.671,49	39.630,63	18.742,40	23.341,44	31,87	0,00	453.647,73	549.700,66
ISS	252.147,48	229.459,14	217.029,25	225.205,27	185.289,53	192.882,02	168.622,06	171.701,01	174.910,28	344.110,53	228.260,85	183.123,99	2.572.741,41	3.523.923,12
ITBI	171.616,70	40.051,76	33.533,81	85.170,39	117.167,30	127.185,92	11.092,74	238.838,51	638.404,79	37.538,96	7.043,21	24.664,74	1.532.308,83	802.167,74
IRRF	102.452,06	120.198,82	118.705,06	130.932,53	127.030,87	163.577,81	138.123,06	159.394,86	139.327,35	317.517,31	6.891,45	130.386,27	1.654.537,45	1.673.377,28
Outras Receitas Tributárias	138.275,47	63.154,28	40.868,03	34.140,57	58.316,72	130.537,02	36.614,51	29.605,08	45.297,21	26.250,19	70.468,58	66.639,15	740.166,81	830.214,94
Receita de Contribuições	**210.844,47**	**187.088,94**	**117.903,28**	**251.044,72**	**271.384,93**	**235.742,05**	**237.224,12**	**414.480,74**	**246.116,87**	**298.022,64**	**237.418,71**	**253.023,11**	**2.960.294,58**	**789.974,85**
Receita Patrimonial	**1.198.363,22**	**966.686,09**	**296.657,59**	**624.992,11**	**721.993,08**	**484.951,01**	**605.188,67**	**393.924,02**	**297.784,27**	**864.052,43**	**712.064,82**	**1.011.838,69**	**8.178.496,00**	**459.274,56**
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**209.063,32**	**145.603,98**	**206.171,88**	**255.200,34**	**231.832,73**	**224.364,42**	**207.192,08**	**191.241,96**	**143.946,68**	**203.865,05**	**252.249,92**	**186.434,68**	**2.457.167,04**	**2.028.983,49**
Transferências Correntes	**4.334.572,31**	**4.906.191,58**	**5.424.361,72**	**5.478.192,45**	**5.010.427,66**	**4.335.763,45**	**4.101.254,80**	**5.167.229,54**	**7.316.487,95**	**11.758.851,43**	**4.661.677,02**	**4.899.212,69**	**67.394.222,60**	**63.395.493,70**
Cota-Parte do FPM	1.004.152,84	1.193.722,05	1.587.362,20	1.311.418,33	1.454.188,81	1.179.115,94	958.856,84	1.163.951,53	2.123.613,18	3.319.723,00	1.415.394,89	1.813.690,80	18.525.190,41	16.234.979,65
Cota-Parte do ICMS	1.281.117,38	1.382.674,42	1.338.371,11	1.577.705,23	1.444.935,01	1.127.372,79	1.326.134,91	1.167.516,33	2.146.473,94	1.538.900,47	1.527.920,73	881.744,40	16.740.866,72	17.337.539,83
Cota-Parte do IPVA	252.720,59	250.226,80	252.858,90	196.466,29	194.748,59	157.286,69	98.847,90	77.764,37	63.784,39	68.145,15	214.371,86	273.610,62	2.100.832,15	1.760.335,35
Cota-Parte do ITR	5.075,32	19.051,25	2.857,34	6.299,27	2.280,96	3.203,25	10.299,05	919.014,31	108.988,16	127.233,67	51.734,62	5.187,48	1.261.224,68	1.207.998,18
Transferências da LC 87/1996	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.209,39	6.209,39	75.707,48	83.434,46
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	789.162,63	869.316,22	999.515,05	725.568,82	896.911,71	843.897,54	768.835,77	667.431,82	1.334.046,75	1.241.801,49	839.829,81	864.306,16	10.840.623,77	10.038.508,25
Outras Transferências Correntes	996.014,68	1.184.871,97	1.237.068,25	1.654.405,64	1.011.033,71	1.018.558,37	931.951,46	1.165.222,31	1.533.252,66	5.456.718,78	606.215,72	1.054.463,84	17.849.777,39	16.732.697,98
Outras Receitas Correntes	**55.630,08**	**84.070,99**	**58.960,54**	**56.686,10**	**175.150,44**	**73.965,24**	**36.483,52**	**116.676,60**	**37.129,74**	**158.059,02**	**56.212,17**	**76.100,81**	**985.125,25**	**1.269.289,74**
DEDUÇÕES (II)	**676.775,40**	**757.249,16**	**642.920,12**	**805.796,51**	**705.684,16**	**681.300,81**	**662.909,52**	**1.033.530,33**	**1.078.994,71**	**1.103.371,55**	**814.775,23**	**781.031,04**	**9.744.338,54**	**7.353.869,83**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	166.896,50	186.848,58	5.364,52	186.153,02	185.866,82	186.639,40	182.816,10	366.615,33	189.157,10	241.750,15	171.649,02	184.942,58	2.254.699,12	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	509.878,90	570.400,58	637.555,60	619.643,49	519.817,34	494.661,41	480.093,42	666.915,00	889.837,61	861.621,40	643.126,21	596.088,46	7.489.639,42	7.353.869,83
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	**5.996.189,71**	**5.985.256,42**	**5.871.271,04**	**6.335.942,15**	**6.225.566,44**	**5.582.066,51**	**4.923.557,53**	**5.889.192,62**	**7.979.152,83**	**12.928.237,45**	**5.417.543,37**	**6.050.393,09**	**79.184.369,16**	**67.968.530,25**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL 011/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratados: AUTO POSTO BUGRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.962.458/0001-18.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término de prazo da Ata de Registro de Preços 010/2015, que tem como aquisições parceladas deDE COMBUSTIVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTE A ESTE MUNICIPIO para atender a frota de veículos oficiais pertencente a este município de Barra do Bugres –MT

Vigência: 24/03/2017 à 22/06/2017

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA- DEMONSTRATIVO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 28/03/2017
Hora.: 12:47:44
1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(Artigo 52, Incisos II, alíneas "c", da L.C. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Período: 1.o Bimestre - 2017

Receitas	Previsão		Realização		Previsão a Realizar
Categoria Econômica/Fontes	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	
RECEITAS CORRENTES	**75.322.400,08**	**75.322.400,08**	**11.085.704,46**	**11.085.704,46**	**64.236.695,62**
RECEITA TRIBUTARIA	7.379.383,74	7.379.383,74	717.510,11	717.510,11	6.661.873,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	789.974,85	789.974,85	133.850,22	133.850,22	656.124,63
RECEITA PATRIMONIAL	459.274,56	459.274,56	103.228,31	103.228,31	356.046,25
Receitas de Servicos	2.028.983,49	2.028.983,49	438.684,60	438.684,60	1.590.298,89
TRANSFERENCIAS CORRENTES	63.395.493,70	63.395.493,70	9.560.118,24	9.560.118,24	53.835.375,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.269.289,74	1.269.289,74	132.312,98	132.312,98	1.136.976,76
RECEITAS DE CAPITAL	**5.150.863,01**	**5.150.863,01**	**0,00**	**0,00**	**5.150.863,01**
OPERACOES DE CREDITOS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
ALIENACAO DE BENS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.568.523,77	4.568.523,77	0,00	0,00	4.568.523,77
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.339,24	52.339,24	0,00	0,00	52.339,24
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal - BAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUCAO DA RECEITA CORRENTE	**(7.353.869,83)**	**(7.353.869,83)**	**(1.239.214,67)**	**(1.239.214,67)**	**(6.114.655,16)**
Transferencias Correntes	(7.353.869,83)	(7.353.869,83)	(1.239.214,67)	(1.239.214,67)	(6.114.655,16)
SOMA	73.119.393,26	73.119.393,26	9.846.489,79	9.846.489,79	63.272.903,47
DÉFICIT	0,00	0,00	1.219.402,02	1.219.402,02	0,00
TOTAL	73.119.393,26	73.119.393,26	11.065.891,81	11.065.891,81	63.272.903,47

Despesas	Dotação		Empenhada		Liquidada		Previsão a Realizar
Categoria Econômica Grupo Natureza	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	
DESPESAS CORRENTES	**64.681.249,09**	**65.091.249,09**	**10.784.474,72**	**10.784.474,72**	**7.742.029,52**	**7.742.029,52**	**54.306.774,37**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.063.747,15	39.328.747,15	5.857.684,20	5.857.684,20	5.856.385,41	5.856.385,41	33.471.062,95
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	237.389,64	237.389,64	16.922,70	16.922,70	16.922,70	16.922,70	220.466,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.380.112,30	25.525.112,30	4.909.867,82	4.909.867,82	1.868.721,41	1.868.721,41	20.615.244,48
DESPESAS DE CAPITAL	**4.684.083,09**	**4.684.083,09**	**281.417,09**	**281.417,09**	**253.175,26**	**253.175,26**	**4.402.666,00**
INVESTIMENTOS	4.284.083,09	4.284.083,09	117.248,50	117.248,50	89.006,67	89.006,67	4.166.834,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCI	400.000,00	400.000,00	164.168,59	164.168,59	164.168,59	164.168,59	235.831,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**750.000,00**	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**340.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	750.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
SOMA	70.115.332,18	70.115.332,18	11.065.891,81	11.065.891,81	7.995.204,78	7.995.204,78	59.049.440,37
SUPERÁVIT	3.004.061,08	3.004.061,08	0,00	0,00	1.851.285,01	1.851.285,01	4.223.463,10
TOTAL	73.119.393,26	73.119.393,26	11.065.891,81	11.065.891,81	9.846.489,79	9.846.489,79	63.272.903,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 12.661 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.661 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais nos contratos de obra/serviços que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor**, Marcos Antônio Morais Pereira,** para proceder à fiscalização do contrato da construção de escada para acesso às casas na serra localizada no Bairro União, substituição de telha do Terminal do Aeroporto e substituição de caixa d'água na Escola Municipal Helena Esteves, Bairro Jardim Nova Barra – Tomada de Preços 28/2016.

Artigo 2º - Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal,** para proceder como **suplente do fiscal de contrato,** da construção de escada para acesso às casas na serra localizado no Bairro União, substituição de telha do Terminal do Aeroporto e substituição de caixa d'água na Escola Municipal Helena Esteves, Bairro Jardim Nova Barra - Tomada de Preços 28/2016.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.659 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.659 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais nos contratos de obra/serviços que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor, **Marcos Antônio Morais Pereira,** para proceder à fiscalização do contrato da obra de reforma parcial do centro de Referência Regional – CECAP, e Centro Especializado Em Reabilitação - CER – Tomada de Preços n° 004/2017.

Artigo 2º - Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal,** para proceder como **suplente do fiscal de contrato,** da reforma parcial do centro de Referência Regional – CECAP, e Centro Especializado Em Reabilitação - CER – Tomada de Preços n° 004/2017.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.658 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.658 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais nos contratos de obra/serviços que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor, **Marcos Antônio Morais Pereira,** para proceder à fiscalização do contrato de reforma e ampliação do C.M.E.I Brígida da Silva Aguiar, localizado na Rua Raimundo Martins de Carvalho, Jardim Araguaia, no Município de Barra do Garças, proveniente a Tomada de Preços n° 003/2017.

Artigo 2º - Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal,** para proceder como **suplente do fiscal de contrato,** da reforma e ampliação do C. M.E.I Brígida da Silva Aguiar, localizado na Rua Raimundo Martins de Carvalho, Jardim Araguaia, no Município de Barra do Garças, proveniente a Tomada de Preços n° 003/2017

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.660 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.660 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais nos contratos de obra/serviços que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Marcos Antônio Morais Pereira**, para proceder à fiscalização do contrato de reforma das Escolas Indígenas na Reserva São Marcos - Tomada de Preços nº 005/2017.

Artigo 2º - Designar a servidora Alba Marcia Ferreira Leal, para proceder como suplente do fiscal de contrato, da reforma das Escolas Indígenas na Reserva São Marcos - Tomada de Preços nº 005/2017.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP N° 019/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 019/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 019/2017. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE ATOS ADMINISTRATIVOS, LICITAÇÕES, PORTARIAS E CONVÊNIOS EM JORNAIS COM AMPLA CIRCULAÇÃO.**Data da sessão pública: **18/05/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 03/05/2017.

PORTARIA Nº 12.657 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.657 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscais nos contratos de obra/serviços que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar o servidor **Marcos Antônio Morais Pereira**, para proceder à fiscalização do contrato da obra de ampliação e reforma do complexo turístico do Porto do Baé e do Centro de Cultura - Tomada de Preços nº 002/2017**.**

Artigo 2º - Designar a servidora Alba Marcia Ferreira Leal, para proceder como suplente do fiscal de contrato, da obra de ampliação e reforma do complexo turístico do Porto do Baé e do Centro de Cultura - Tomada de Preços nº 002/2017.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 20 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 129/2017

PORTARIA N.º 129/2017

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Pensão por Morte em favor da Srª. Janilde Bento Soares da Silva".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, Inciso "I", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/03, de 19 de dezembro de 2003; Art. 7º inciso "I", Art. 28, inciso "I" e Art. 29, inciso "I" da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º Conceder o Benefício de Pensão por Morte em favor da Srª. **Janilde Bento Soares da Silva,** Brasileira,Viúva,portadora do RG nº 869.832 SSP/MT, CPF nº 536.197.061-15, pelo falecimento do Companheiro, Sr. **Antonio Ribeiro do Nascimento**, portador do RG n° 071031 SSP/MT, CPF n° 429.402.811-49, aposentado por Idade com proventos Proporcionais no cargo de Auxiliar de serviços Gerais, nível "I", Classe "F", lotado quando em atividade, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com o valor do benefício da Pensão Integral, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 034/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, **retroagindo seus efeitos a 12 de Abril de 2017.**

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres – MT, 02 de Maio de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 130/2017

PORTARIA N.º 130/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº. Valentim Lopes Viana".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a"e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria n° 364 de 20/10/1987; Decreto de Nomeação n° 446 contrata o servidor no cargo de Marceneiro a partir de 01/10/1994; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Valentim Lopes Viana**, Brasileiro, casado, portador do RG nº 303.690 SSP/MT, CPF nº 274.433.961-04, efetivo no cargo de Marceneiro, nível "I", classe "J", matriculado sob o n.º 1.432, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com proventos Integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 020/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 03 de Maio de 2017, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 03 de Maio de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva HOMOLOGO: _____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 132/2017

PORTARIA N.º 132/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Laura Alexsandra Neves Monteiro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora***Laura Alexsandra Neves Monteiro,** portadora do CPF nº. 815.590.621-34, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 24/05/2017 a 03/06/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 040/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 24/05/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 131/2017

PORTARIA N.º 131/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ronilma da Cunha Martins".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ronilma da Cunha Martins,** portadora do CPF nº. 638.720.641-34, *efetiva no cargo de Assistente Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 28/04/2017 a 26/05/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 019/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 28/04/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 08/2017

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública e oficializa a presente "ERRATA" a Notificação do Decreto nº 218 de 25 de abril de 2017.

Onde se lê: Maria Batista Sales.

Leia-se: Ângela Maria de Andrade.

Cáceres- MT, 03 de maio de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223 DE 03 DE MAIO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17818, de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **MARIA SOLANGE DE SÁ LEITE,** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
116/16	C.T DA SILVA ME	Contratação especializada visando locação de impressora com recarga de Tonner, substituição de peças, prestação de serviços de fotocopias simples, impressão, fotocópia colorida, encadernação grossa de até 550 folhas, encadernação fina de 250 folhas, impressão de plotter bem como de encadernações de plotter, para atender a demanda das Secretaria de Administração, indústria, Comercio, Meio Ambiente e Turismo, Finanças, Governo, Agricultura, Obras e Serviços Urbanos, Educação, Ação Social, Saúde, Fazenda e Esporte, Cultura e Lazer	03/05/16	12 meses
151/2016	PAULO SÉRGIO DIAS POSTO EPP	Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada, em fornecimento de Combustível (Álcool, Gasolina Comum, Diesel S10), para os veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do poder executivo municipal, visando atender as Secretarias na cidade de Cuiabá e Cáceres.	14/06/2016	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 03.05.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 208 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17818, de 25 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Designar o senhor **CLAUDIONOR DUARTE CORRÊA,** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
039/2016	L. BRUM DA SILVA-ME	Registro de preços para contratação de empresa especializada, em prestação de serviços, em locação de estrutura geral para eventos institucionais e culturais, sendo realizados mediante demanda de acordo com as necessidades da SICMATUR.	22/02/16	12 meses
44/2016	PAULO SERGIO DIAS POSTO-EPP	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em, fornecimento de combustíveis. Para Secretaria SCIMATUR. Para atender dentro do perímetro urbano da cidade de Cáceres.	29/04/16	15 meses
117/2016	L. BRUM DA SILVA-ME	Registro de preços para contratação de empresa especializada, em prestação de serviços, em locação de estrutura geral para eventos institucionais e culturais. sendo realizados mediante demanda de acordo com as necessidades da SICMATUR.	03/05/16	12 meses
118/2016	C.P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRÁFICA-ME	Contrato de Registro de Preços para, eventual contratação de Empresa Especializada, em confecção de material gráfico com garantia e qualidade, confecção de faixas, outdoor e painel de identificação, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.	15/04/16	12 meses
206/2016	RIVIERA PANTANAL HOTEL LTDA.	Contrato Registro de preços para Contratação de Empresa Especializada, em Prestação de Serviços Diárias de Hotel para Hospedagem, para eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.	15/09/16	12 meses
207/2016	L. M ORGANIZAÇÃO HOTELEIRA	Contrato Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços Diárias de Hotel para Hospedagem, para eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.	22/02/2016	12 meses
245/2016	Pamela Gracioli Vilas Boas	Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Decoração e Cenografia Natalina, Conforme especificações detalhadas no Termo de Referência – TR, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.		

§ 1º O senhor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-los à Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de abril de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 27.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 219 DE 02 DE MAIO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18396 de 28 de abril de 2017 e 15630 de 06 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **LUCINETE MONTEIRO TORRES**, lotada na Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2006/2012, no período de 02 de maio de 2017 a 30 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de maio de 2017.

MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

Afixado em: 02.05.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 211 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17818, de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **ELZA ELI IZIDORO DE CARVALHO,** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo,

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
98/16	L. BRUM DA SILVA-ME	Ocupação e exploração do espaço da Praça de Eventos da SICMATUR, conforme Decreto nº 490 de 17 de Setembro de 2015 e Decreto nº 168 de 08 de Setembro de 2016 que destina a área para uso exclusivo à realização do 35 º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIP 2016, através de Permissão de Uso de Bem Público Comum, a título precário, oneroso e intransferível para exploração do 36º festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIP e 2017, a ser realizado nos dias 07 a 11 de junho de 2017, no espaço da Praça de Eventos da SICMATUR.	29/04/16	15 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de abril de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 27.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 207 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17818, de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **LIANDRA MENDONÇA PINHEIRO,** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
26/16	CLAUDINEI GONÇALVES FERNANDES.	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para, prestação de serviço especializado, em esgotamento e limpeza de fossa séptica.	27/01/16	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de abril de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 27.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 209 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17788, de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **LIANDRA MENDONÇA PINHEIRO** em substituição a servidora **VÂNIA REGINA DA SILVA COSTALDI,** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo com efeitos desde 25 de abril de 2017.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
226/16	PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME	O presente termo refere-se ao registro de preços para futura aquisição de materiais elétricos para nossa secretaria de Indústria e comércio, Meio Ambiente e Turismo.	01/11/2016	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de abril de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 27.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 206 DE 26 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17788, de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **VÃNIA REGINA DA SILVA COSTALDI,** como responsável pela fiscalização e controle do Contrato relacionado abaixo

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
226/16	PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME	O presente termo refere-se ao registro de preços para futura aquisição de materiais elétricos para nossa secretaria de Indústria e comércio, Meio Ambiente e Turismo.	01/11/2016	12 meses

§ 1º A senhora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de abril de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 26.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 214 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17818, de 25 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **LAURO LUIZ DE ALCANTARA SILVA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
044/17	WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS LTDA	Registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para o CENTRO DE EVENTOS MARIA SOPHIA LEITE da Secretaria de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo.	17.03.17	12 meses
056/17	SETTE LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E PALCO LTDA	Registro de preços para contratação de empresa especializada, em prestação de serviços, em locação de estrutura geral para eventos institucionais e culturais, de iniciativa própria ou a título de participação, envolvendo solenidades, seminários, encontros, palestras, cursos, conferencias, reuniões, premiações, treinamentos, workshops, festivais, feiras e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da SICMATUR	23/03/17	12 meses
		tros, palestras, cursos, conferencias, reuniões, premiações, treinamentos, workshops, festivais, feiras e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da SICMATUR		
057/17	BRAVO PRODUÇÕES ARTÍSTICA LTDA	Registro de preços para contratação de empresa especializada, em prestação de serviços, em locação de estrutura geral para eventos institucionais e culturais, de iniciativa própria ou a título de participação, envolvendo solenidades, seminários, encontros, palestras, cursos, conferencias, reuniões, premiações, treinamentos, workshops, festivais, feiras e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da SICMATUR	23/03/17	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de abril de 2017.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 27.04.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 220 DE 02 DE MAIO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18396 de 28 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **ELISEU DE MARCHI**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2009/2014, no período de 02 de maio de 2017 a 30 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de maio de 2017.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 02.05.17.

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2017

EXTRATO DE ADITIVO Nº: 001/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: JOÃO PARISE -ME

OBJETO: ESTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO UM ADITIVO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) AO ITEM 01, DO CONTRATO Nº 002/2016, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS PRETO E BRANCO.

VALOR: R$ 1.000 REAIS (HUM MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 8 (OITO) MESES **INÍCIO:** 03/05/2017 **TÉRMINO:** 31/12/2017

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 085/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, e:

CONSIDERANDOo movimento de Paralização Nacional, proposto para o dia 28.04.2017 (sexta-feira), e em respeito aos prazos regimentais e legais, que poderão ser prejudicados pela paralização dos servidores;

CONSIDERANDOo Art. 1º, inciso VII, do Decreto nº 776, de 27 de dezembro de 2016, expedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), 28.12.2016 (quarta-feira).

R E S O L V E:

1. SUSPENDER os prazos processuais no âmbito desta Casa de Leis no dia 28 de abril (sexta-feira) de 2017.

2. ESTABELECER que os prazos processuais que iniciarem e vencerem nesta data, serão prorrogados para o próximo dia útil, observando as regras legais tanto.

3. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 27 de abril de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

AFIXADO EM:

27/04/2017.

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 084/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

RESOLVE:

1. Exonerar, a partir de 01/05/2017, o Senhor **PEDRO JULIO DE SOUZA,**matrícula nº 589-1,do cargo de Assessor de Gabinete da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-04, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 27 de abril de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2.016 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES/MT

Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2.016 da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT

Convocação para entrega da documentação

A Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa do Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, em decorrência da necessidade temporária e de excepcional interesse público, convoca os(as) candidatos(as) abaixo relacionados para apresentarem a **documentação necessária para a contratação** (conforme relação abaixo especificada) nos dias **04, 05, 08 e 09 de maio de 2.017, das 07 às 11 horas**, no setor de Recursos Humanos na Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT:

ARTESÃ

N.º	Nome do(a) candidato(a)	Situação
02	Niuara Jéssica Artiaga Silva	Aprovada

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

N.º	Nome do(a) candidato(a)	Situação
15	Elza Soares de Araújo	Classificada
16	Edilene Silva do Nascimento	Classificada
17	Karolina da Cruz Silva	Classificada
18	Gustavo Fernandes El Hage	Classificado
19	Kelly Cristina Deluqui da Silva	Classificada
20	Graziele Costa da Silva	Classificada
21	Ana Cléia de Arruda Souza	Classificada

Documentação necessária para contratação:

(apresentar fotocópia)

1. Cédula de identidade (RG) e CPF; 2. Certidão de nascimento ou casamento, se for casado(a); 3. Título de eleitor; 4. Comprovante de quitação das obrigações eleitorais; 5. Certificado de reservista (para os homens); 6. Carteira de trabalho (páginas onde constam o número e a série, a identificação, o último registro do contrato de trabalho e a página posterior em branco); 7. Carteira de habilitação (CNH) para os contratados para o cargo de motorista; 8. Cadastro no PIS (ou NIS); 9. Certificado (diploma) e histórico de escolaridade de acordo com o cargo contratado; 10. Carteira do conselho de classe em Mato Grosso quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade; 11. Se for solteiro, CPF e cédula de identidade dos pais; 12. Se for casado, CPF e cédula de identidade do cônjuge; 13. CPF, cédula de identidade e/ou certidão de nascimento se tiver filhos e/ou dependentes menor de idade; 14. Carteira de vacinação dos filhos menores de cinco anos; 15. Cartão de vacina de adulto (somente para os contratados pra trabalhar na área da saúde); 16. Comprovante de residência atualizado a data da contratação em nome do contratado; 17. Declaração de não acúmulo ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo contratado e com firma reconhecida em cartório; 18. Declaração de bens ou declaração de imposto de renda, com firma reconhecida; 19. Atestado médico admissional, indicando aptidão ou não do candidato para o exercício das atribuições próprias do cargo (despesa por conta do contratado); 20. Certidão negativa dos últimos 05 (cinco) anos referentes à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (Justiça Federal e Fórum Estadual/TJ); 21. Certidão negativa de débitos junto à Prefeitura de Cáceres, via original, emitida através do site da Prefeitura Municipal de Cáceres; 22. Número de telefone fixo e/ou celular para contato e endereço eletrônico (e-mail).

Cáceres/MT, 02 de maio de 2.017.

Roger Alessandro Rodrigues Pereira

Secretário Municipal de Saúde

Evanilda Costa do Nascimento Félix

Presidente da Comissão do Seletivo

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 139/2017

PORTARIA N.º 139/2017

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Adilson Silva de Oliveira"**.

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* ***Adilson Silva de Oliveira,*** portador do CPF nº. 725.383.331-72, *efetivo no cargo de Auxiliar de Eletromecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 27/04/2017 a 28/04/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 115/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos desde 27/04/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 138/2017

PORTARIA N.º 138/2017

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Luciano Viana Vidal".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Luciano Viana Vidal,** portador do CPF nº. 346.893.111-53**,** *efetivo no cargo de Professor Licenciado em Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/05/2017 a 26/07/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 085/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 04/05/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 137/2017

PORTARIA N.º 137/2017

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Regina Menacho de Oliveira".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* ***Regina Menacho de Oliveira,*** *portadora do RGnº 356.344 SSP/MT e do CPF nº. 396.372.391-20****,*** *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/04/2017 a 28/04/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 1.152/2010.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 05/04/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 135/2017

PORTARIA N.º 135/2017

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Marlene da Silva Ferreira".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Marlene da Silva Ferreira,** portadora do CPF nº. 523.113.171-72, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 09/04/2017 a 28/04/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 081/2011.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 09/04/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 134/2017

PORTARIA N.º 134/2017

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Mariliza Tavares Filgueira".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* ***Mariliza Tavares Filgueira,*** *portadora do CPF nº. 847.237.261-87, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 18/04/2017 a 28/04/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 085/2011.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 18/04/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 133/2017

PORTARIA N.º 133/2017

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Milton Costa Ribeiro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Milton Costa Ribeiro,** portador do CPF nº. 202.617.991-34**,** *efetivo no cargo de Digitador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/05/2017 a 19/10/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 022/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 17/05/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 28 de Abril de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 28.04.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.717/2017, e

Considerando o item 17.5. do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº001/2017, o qual estabelece que "a Comissão Organizadora poderá rever *ex ofício* as regras deste Edital ou de qualquer resultado publicado por meio de Editais Complementares quando se tratar de omissão ou erro de divulgação ou de interesse público devidamente justificado".

RESOLVE

1. Retificar a redação da letra "a" do subitem 1.7.1. do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº 001/2017, o qual passa a viger com a seguinte redação:

a) Obtiver um percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) **em cada uma** das provas objetivas não específicas (**Conhecimentos Matemáticos, Conhecimentos de Língua Portuguesa**), cuja pontuação máxima está estabelecida no subitem 9.1, deste Edital;

2. Retificar o texto do item 9.4, do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº 001/2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

9.4.ETAPA 03 - DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

3. Retificar as disposições contidas no subitem 16.9.3., do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº 001/2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação

16.9.3. As localidades estão indicadas no os Anexos VI deste Edital e deverá ser escolhida no momento da inscrição.

Campinápolis-MT, 03 de maio de 2017.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ORDEM DE SERVIÇOS Nº 003/2017

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais resolve, **AUTORIZAR**,

A Empresa **MAF CONSTRUTORA EIRELI - ME** inscrita no CNPJ sob o nº **20.938.378/0001-48**, com sede na Rua 20 Qd. 69 Lt. 12 Residencial Triunfo Goianira/GO, a executar a obra "**REFORMA DA UNIDADE DE APOIO UNIVERSITÁRIO E CENTRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DESPORTIVAS E CULTURAIS, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA UNIDADE DE APOIO UNIVERSITÁRIO E CENTRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS,** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 001/2017.

Localização Geográfica da Obra:

14° 32' 49,85" S - 52° 47' 33,56" W;

Valor Global da Obra: R$ 591.343,58 (quinhentos e noventa e um mil trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias a contar do Recebimento / Ciência desta.

As despesas decorrentes correrão à conta da dotação Orçamentária:

06.010.12.361.1120.1022.4.4.90.51.00.00.00 – Código Reduzido: 0545.

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços nº 001/2017 e Contrato Administrativo nº 035/2017.

Campinápolis/MT, 28 de abril de 2017.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01-2017

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público o Edital da Chamada Pública para Dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Entrega de documentos e Projeto de Venda de 03/05/2107 a 26/05/2017, na sede da Prefeitura Municipal, das 12h00min às 18h00min. Edital no site: www.campinapolis.mt.gov.br, e na

Secretaria de Agricultura. Informações: e-mail licitapm2013@hotmail.com ou fone (66) 3437-1992. Em conformidade com a legislação vigente. Campinápolis – MT, 02 de março de 2017. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula-Presidente CPL.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7188 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AO SERVIDOR **JOSÉ LUIZ SILVA DOS SANTOS** ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº0033 datado de 25 de abril de 2017 e com protocolo de Nº2285 datado de 27 de abril de 2017.

RESOLVE: I – Conceder Licença Para Qualificação Profissional ao servidor **JOSÉ LUIZ SILVA DOS SANTOS.**

II- Esta portaria entra em vigor na data de 27 de abril de 2017.

III - revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 27 de Abril de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 013/2017

Nome: **JOSÉ TEIXEIRA DE FARIA** CPF: **069.034.281-00**

Endereço: Quadra 030 Lote 17 Bairro: Jardim Olenka

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **092/2017** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 5 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado "PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS", neste município de CAMPO NOVO DO PARECIS a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

RAFAEL LAMPERT BAIRROS, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ORDEM DE ESCRITURA DO IMÓVEL LOTE 06 (Seis) da QUADRA 11 (Onze), LOCALIZADO NA TRAVESSA SÃO MARCOS, Nº 189-NE, BAIRRO BOA ESPERANÇA, NESTE MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT.

Abre-se o **prazo de 15 (dias)** para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Campo Novo do Parecis, ____ de Maio de 2017.

Secretaria Municipal de Finanças

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado "PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS", neste município de CAMPO NOVO DO PARECIS a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

JEFERSON BUENO DE SOUZA EIRELI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ORDEM DE ESCRITURA DO IMÓVEL LOTE 03 (Três) da QUADRA 30 (Trinta), LOCALIZADO NA RUA PARANÁ, Nº 461-NE, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT.

Abre-se o **prazo de 15 (dias)** para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Campo Novo do Parecis, ____ de Maio de 2017.

Secretaria Municipal de Finanças

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 010/2017

Nome: **CRISTINA ALBANO** CPF: **020.014.581-93**

Endereço: Quadra 015 Lote 04 Bairro: Jardim Olenka

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **103/2017** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 5 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 011/2017

Nome: **JOÃO AUGUSTO SECONELLO JUNIOR** CPF: **005.195.811-21**

Endereço: Quadra 015 Lote 05A Bairro: Jardim Olenka

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **105/2017** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 5 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2016 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2016.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PROFESSOR PEDAGOGIA – ÁREA URBANA – 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
57º	ROSELI GUEDES DA SILVA FORMAGGI

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 012/2017

Nome: **EUCLESIO JOSE BONFANTI** CPF: **326.090.430-15**

Endereço: Quadra 029 Lote 01 Bairro: Jardim Olenka

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **112/2017** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. O imóvel do proprietário em questão já foi autuado anteriormente, por esse motivo a presente autuação fica estipulada em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 036/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 036/2017** a se realizar no dia **17/05/2017, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 03 de maio de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 066/2016

NOTIFICADO: E. HACK EIRELI EPP

CNPJ: 17.866.540/0001-55

VÁRZEA GRANDE – MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) no(s) Pedido e Autorização de Empenho 961/2017, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços nº 177/2016, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 03 de maio de 2017.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2017

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa de agente de interação para operacionalizar o programa de estágio, mediante concessão de bolsa-auxílio em benefício de estudantes, regularmente matriculados e efetivamente frequentando cursos de nível superior e nível médio – PREGÃO Nº 027/2017.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT

FORNECEDOR: Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional de Mato Grosso – IEL-NR/MT

CNPJ 03.986.163/0001-83

DATA: 03/05/2017 - VIGÊNCIA: 12 meses

Lote 01

Item	Descrição	Quant.	Valor taxa mensal por estagiário	Valor total
01	Taxa administrativa ensino médio	1.248 (104 X 12 meses)	R$ 11,77	R$ 14. 688,96
02	Taxa administrativa ensino superior	2.064 (172 x 12 meses)	R$ 11,77	R$ 24. 293,98

Valor total da ata de registro de preço: R$ 38.982,24 (trinta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Campo Verde, 03 de maio de 2017.

Gislene J. Lopes – CPL.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.271, DE 03 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL ANEXO À ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DO LIMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica oficializada a denominação de **SIDICLEI GOMES FURTADO** para o Campo de Futebol anexo à Escola Municipal Paraíso, localizada na Comunidade do Limeira, neste Município.

Art. 2º- Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2.270, DE 02 DE MAIO DE 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL PARCELAR E INCLUIR PARCELAMENTO DE DEBITOS JUNTO AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Campo Verde autorizado a contratar e efetuar o pagamento de valores de acordo de parcelamento de dívida de FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO-FGTS administrado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, apurados no período de janeiro de 1989 a novembro de 1992 (Processo nº 46653.002292/2012-83), no valor total de R$ 215.848,15 (duzentos e quinze mil e oitocentos e quarenta e oito reais e quinze centavos) divido em 60 (sessenta) parcelas corrigidas por índices oficiais, bem como, fica autorizado a contratar e efetuar o pagamento de valores de acordo de parcelamento de dívida de FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO-FGTS administrado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, apurados no período de dezembro de 1992 a dezembro de 2011 (Processo nº 46653.002293/2012-28), no valor total de R$ 5.514.896,83 (cinco milhões, quinhentos e quatorze mil e oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos), dividido em 60 (sessenta) parcelas corrigidas por índices oficiais.

Parágrafo único – Os valores mencionados no caput deste Artigo poderão sofrer atualização na data em que for efetivamente realizado o parcelamento.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignará nos orçamentos anuais e dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 027/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do pregão nº 027/2017 **-** *Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa de agente de interação para operacionalizar o programa de estágio, mediante concessão de bolsa-auxílio em benefício de estudan-*

tes, regularmente matriculados e efetivamente frequentando cursos de nível superior e nível médio, no qual o INSTITUTO EUVALDO LODI – NÚCLEO REGIONAL DE MATO GROSSO – IEL-NR/MT, CNPJ 03.986.163/0001-83, sagrou-se vencedor com o valor de R$ 38.982,24 (trinta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Campo Verde, 03 de maio de 2017. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 037/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 037/2017** a se realizar no dia **18/05/2017, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 03 de maio de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONVÊNIO N° 006/2016

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE

Objeto: Alterar as dotações orçamentárias, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária e prorrogar o prazo de vigência do Convênio até 31 de maio de 2017, de acordo com a CLÁUSULA SETIMA – Da Vigência.

Vigência: O presente Termo Aditivo entrará em vigor em 01 de maio de 2017, ajustando o final da vigência do convênio para 31 de maio de 2017.

Assinatura: 28 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LEI Nº. 805, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1° Fica criado o Conselho Municipal do **FETHAB**, que será constituído por cinco representantes do Poder Executivo Municipal a serem indicados pelo Prefeito, dentre os quais um representante da Secretaria de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, que presidirá o conselho e cinco representantes da Sociedade Civil.

§1º Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito, mediante indicação da respectiva entidade.

§2º O período de mandato será de dois anos, podendo haver recondução de seus membros.

Art. 2° O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no artigo 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.480, de 28 de dezembro de 2016.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao município feitos pelo Estado de Mato Grosso por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o por meio eletrônico no portal do município *e enviará* no dia seguinte à deliberação do relatório da prestação de contas ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que o encaminhará a cada quatro meses à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e à Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do **FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 27 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 240, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU AVÔ.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito, corroborando o falecimento do avô da servidora adiante nominada, ocorrido no dia 25 de abril do corrente ano;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **ELAINE VANESSA DOS SANTOS LIMA GONÇALVES,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 028, de 20 de janeiro de 2014, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de seu avô, ocorrido no dia 25 de abril do corrente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 25 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 242, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o atendimento aos requisitos previsto no artigo 144 do Estatuto do Servidor instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para o trato de assuntos de interesse particular, sem remuneração, ao servidor **LUIZ CARLOS RODRIGUES DE MELLO,** admitido na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Operador de Máquinas Leves, através da Portaria nº.059, de 02 de março de 2009, pelo período de um ano, com início no dia 01/5/2017 e término em 30/4/2018.

Art. 2º O período da licença prevista no artigo primeiro não será computado para fins de concessão das vantagens previstas nos artigos 69, § 1º e 150, § 1º, III do Estatuto do Servidor.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 01 de maio de 2017.

.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº. 243, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o atendimento aos requisitos previsto no artigo 144 do Estatuto do Servidor instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para o trato de assuntos de interesse particular, sem remuneração, ao servidor **LUIZ CARLOS DE MELLO JUNIOR,** admitido na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Motorista de Veículo Especial, através da Portaria nº.180, de 01/8/2013], pelo período de dois anos, com início no dia 01/5/2017 e término em 30/4/2019.

Art. 2º O período da licença prevista no artigo primeiro não será computado para fins de concessão das vantagens previstas nos artigos 69, § 1º e 150, § 1º, III do Estatuto do Servidor.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 01 de maio de 2017.

.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº. 239, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU COMPANHEIRO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito nº.164, corroborando o falecimento do companheiro da servidora adiante nominada, senhor DAURIVAN DA PAZ CONCEIÇÃO, inscrito no RG sob nº.22110912002-4 SSP/MA, ocorrido em 20/04/2017;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **VININA MARIA DE ALMEIDA FERREIRA,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 032, de 13 de fevereiro de 2006, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de seu companheiro, ocorrido no dia 20 de abril do corrente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 20 de abril de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.248, DE 01 DE MAIO DE 2017.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL À FUNCIONÁRIA EFETIVA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribui a Função Gratificada de Chefe de Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional à funcionária pública **SUZANA DA SILVA FARIAS BARBIERO,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Agente Administrativo, através da Portaria nº. 009, de 01 de março de 2002, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-05, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº.247, DE 01 DE MAIO DE 2017.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADOR DE ENSINO À FUNCIONÁRIA EFETIVA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribui a Função Gratificada de Coordenador de Centro de Atenção Psicossocial-CAP'S à funcionária pública **FRANCIELI BEATRIZ CEC-**

CON, admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Agente Administrativa, através da Portaria nº.123, de 15 de março de 2011**,** com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-06, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº.246, DE 01 DE MAIO DE 2017.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADOR DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-USB À FUNCIONÁRIA EFETIVA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribui a Função Gratificada de Coordenador de Unidade Básica de Saúde-USB à funcionária pública **SANDRELY SOUZA LOPES**, admitida na forma do inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Enfermeiro Padrão, através da Portaria nº.089, de 02 de agosto de 2010, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-04, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

TERMO DE POSSE Nº. 030/2017

TERMO DE POSSE Nº. 030/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **ADMILSON ALVES BENTO** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 1242157-0 SSP/MT e CPF sob nº. 848.632.771-72, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 235/2017 de 25/04/2017, no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **VIGIA,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 016/2017 de 07/04/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

c) Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

d) Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

g) Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

h) Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

i) Apresentar cópia do título de eleitor;

j) Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

k) Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

l) Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

m) Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

p) Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

q) Apresentar declaração contendo endereço residencial;

r) Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Apresentar declaração de bens;

t) Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos três dias do mês de Maio de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMILSON ALVES BENTO

EMPOSSADO (A)

PORTARIA Nº.245, DE 01 DE MAIO DE 2017.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADOR DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL A FUNCIONÁRIA EFETIVA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribui a Função Gratificada de Coordenador de Centro de Atenção Psicossocial-CAP'S à funcionária pública **FABIANA PEGORER,** com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-04, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº. 244, DE 01 DE MAIO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, à servidora abaixo nominada, lotada no Executivo Municipal, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
VIVIENE BARBOSA SILVA	8/3/2016 a 7/3/2017

Art. 2º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, à servidora abaixo nominada, lotada no Executivo Municipal, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ZENAIDE TAVARES DE OLIVEIRA	02/02/2016 a 01/02/2017

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
LIDIANE MOURA DE FREITAS	11/01/2016 a 10/01/2017
WAGNER LAGE	01/12/2014 a 30/11/2015

Art. 4º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
RAUL SEDERLEI PASTORIO	01/12/2015 a 30/11/2016

Art. 5º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
EDENIR HELENA DE SOUZA	02/3/2016 a 01/3/2016
JOSIANE DE SOUZA BEZERRA	3/12/2015 a 02/12/2016
NEUSA DOS SANTOS	06/06/2015 a 5/6/2016
RACHEL PEREIRA	01/3/2016 a 28/02/2017
TATIANE SILVA DE MOURA STEFFLER	01/7/2015 a 30/6/2016

Art. 6º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ROSENILDA APRECIDA DE OLIVEIRA	9/02/2016 a 8/02/2017

Art. 7º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2017, à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
VILMA DA SILVA BERLESI	01/02/2016 a 31/01/2017

Art. 8º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, inscrita no CNPJ n°.01.614. 516.001-99, estabelecida em Campos de Júlio – MT, torna público que requereu junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA/MT,o pedido de Licença Prévia – LP e Licença de Instalação, para regularização de um loteamento residencial Vila Nova, neste município, com aproximadamente 300.00,00 m².

PORTARIA Nº.249, DE 01 DE MAIO DE 2017.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADOR DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-USB À FUNCIONÁRIA EFETIVA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribui a Função Gratificada de Coordenador de Unidade Básica de Saúde-USB à funcionária pública **MARIA INES GOLFETTO ZANELLA**, admitida na forma do inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Enfermeiro Padrão, através da Portaria nº. 077, de 01 de abril de 2012, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-04, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº. 238, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA DESEMPENHAR AS ATRIBUIÇÕES DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 10 da Lei Municipal nº 464, de 01 de junho de 2011;*

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **JOANA APARECIDA FERNANDES** para desempenhar a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 141, de 22 de fevereiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 241, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE A CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM) e;

***CONSIDERANDO** a observância aos requisitos estabelecidos no parágrafo primeiro do artigo 150 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

***CONSIDERANDO** a previsão legal para conversão da licença prêmio em pecúnia contida na Lei Complementar Municipal n° 007, de 13 de abril de 2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 036, de 10 de abril de 2017,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de licença prêmio em pecúnia, relativo ao mês de abril de 2017, aos servidores abaixo nominados, referente aos períodos aquisitivos que menciona:

PROTOCOLO	NOME/ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1449	MARILENE PEREIRA DA SILVA	21/9/2011 a 20/9/2016
1442	ROSIMEIRE CONCEIÇÃO FAVERO	01/3/2007 a 28/02/2012
1696	ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA	01/3/2009 a 28/02/2014
1709	GERALDO FERREIRA SOARES JUNIOR	02/01/2011 a 01/01/2016
1714	MARIA DIVINA BATISTA	01/3/2012 a 28/02/2017
1717	GREICI AMANN	01/3/2012 a 28/02/2017
1719	JOSEANE LUIZ BARBOSA	01/3/2012 a 28/02/2017
1720	ELIZANDRA RAMPANELLI	02/02/2009 a 01/02/2014
1723	ZILDA DE OLIVEIRA	01/02/2011 a 01/02/2016
1743	VALDEMAR DA GUIA FERREIRA	01/3/2007 a 28/02/2012
1734	LUCIA SOUZA SILVA	6/5/2007 a 5/5/2012
1738	TÂNIA MEIRE DE MELLO RIBEIRO	02/02/2009 a 01/02/2014
1745	CLAUDEMIR GOMES LISBOA	02/01/2011 a 01/01/2016
1751	THAIS SILVA MACIEL	10/10/2011 a 9/10/2016
1754	JOCEMAR BARBOSA	02/02/2009 a 01/02/2014
1755	RAUL SEDERLEI PASTORIO	01/12/2010 a 30/11/2015
1756	VALMIR JUSTEN BORGES	01/02/2011 a 01/02/2016
1772	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	02/02/2009 a 01/02/2014
1789	JOSÉ ZUCATTO	01/4/2009 a 31/3/2014
1798	JANE REGINA PIZZI CELSO	02/02/2004 a 01/02/2009

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de abril de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 717/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

LEI N. 717/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"*ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL – LEI MUNICIPAL N. 582/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica incluído no Plano Plurianual do município de Canabrava do Norte – MT, aprovada pela Lei Municipal n. 582/2013, a seguinte Ação e Meta para o exercício de 2014-2017:

Programa de Apoio a Estudante - PAE

Órgão: 04 – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 12 – Educação

Subfunção 364 - Ensino Superior

Programa 0018 - Expansão e Melhoria do Ensino Superior

Ação (Proj./Atividade 2068 – Apoio ao Estudante Universitário

Nat. Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica 69.918,96

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1.000,00

Programa Bom de Bola, Craque na Escola

Órgão: 04 – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

Unidade 005- Departamento de Cultura Esporte e Lazer

Função 27 – Desporto e Lazer

Subfunção 812- Desporto Comunitário

Programa 0013- Esporte Cultura Lazer Qualidade de Vida

Ação (Proj./Atividade – Manutenção e Encargo com Departamento

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 28.800,00

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 4.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 2.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.30 – Obrigações Patronais 6.048,00

PROGRAMA BOM CIDADÃO

Órgão: 04 – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 12 – Educação

Subfunção 0122 - Administração Geral

Programa 037 - Educação de Qualidade

Ação (Proj./Atividade – Manutenção e Encargos

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 28.800,00

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 4. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 2.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.30 – Obrigações Patronais 6.048,00

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - PRODENE

Órgão: 12 – Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Economico

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 23 – Comércio e Servidão

Subfunção 0691 – Promoção Comercial

Programa 040 –Desenvolvimento Econômico e Comercio

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com a Secretária

Nat. Despesa 4.4.90.61 – Aquisições de Imóveis 100.000,00

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO RURAL - PAR

Órgão: 06 – Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 18 – Gestão Ambiental

Subfunção 542 - Controle Ambiental

Programa 028 – Recursos Naturais e Meio Ambiente

Ação (Proj./Atividade– Manutenção e Encargos

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 45.100,28

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 4. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 2.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.30 – Obrigações Patronais 21.303,63

Nat. Despesa 3.1.90.04 – Contrato por Prazo Determinado 56.345,60

Nat. Despesa 3.3.90.43 – Subvenções Sociais 2.000,00

PROGRAMA JOÃO DE BARRO

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade – Manutenção da Secretaria

Nat. Despesa 3.3.90.32 – Material, bens ou Serviços para Distribuição Gratuita 10.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 4.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

PANELA CHEIA

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação(Proj./Atividade – Manutenção da Secretaria

Nat. Despesa 3.3.90.32 – Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 12.000,00

INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA BOLSA FAMILIA (IGDBF)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o programa IGDBF

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 25.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 6.500,00

Nat. Despesa 4.4.90.51 – Obras e Instalações 19.193,50

PAIF

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o PAIF

Nat. Despesa 4.4.90.51 – Obras e Instalações 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 57.000,00

PROJETO AQUISIÇÃO DE IMOVEL

Órgão: 03 – Secretaria de Municipal de Administração

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 004 – Administração

Subfunção 122 – Administração Geral

Programa 003 – Modernização Administrativa

Ação(Proj./Atividade) – Aquisição de Imóveis

Nat. Despesa 4.4.90.61 – Salas e Escritórios 16.000,00

MINHA CASA MINHA VIDA

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Minha Casa Minha Vida

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 5. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 3.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 2.000,00

APOIO AO MUTIRÃO DA CIDADANIA

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Mutirão da Cidadania

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 5. 000,00

BENEFICIOS EVENTUAIS

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244-Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Benefícios Eventuais

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 2. 000,00

BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA (BPC)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação(Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Beneficio de Prestação Continuada

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 120,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 100,00

Nat. Despesa33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 200,00

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FEAS)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002- Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Fundo Estadual de Assistência Social

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 5. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 10.000,00

Nat. Despesa4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente 8.000,00

Nat. Despesa33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 7.000,00

INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (SUAS)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho Assistência Social

Unidade 002- Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Indice de Gestão Descentralizada

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 2.000,00

Nat. Despesa4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente 1.000,00

Nat. Despesa33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 500,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 500,00

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002- Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244-Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade - Reforma e Ampliação

Nat. Despesa 4.4.90.51- Obras e Instalação 1.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS (FMPIS)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Secretaria Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa de Fundo Mun. Partilhado de Investimentos Sociais

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 2.000,00

Nat. Despesa 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente 1.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional aberto, sera utilizado a anulação de dotação. De acordo com o art. 41, item II, art. 42 e art. 43, item III da Lei 4.320/64 e art. 167, V da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O Crédito Adicional aberto no artigo anterior será suplementado por decreto do Executivo, da seguinte forma:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade 1007- Aquisições de Veiculos

Codigo Reduzido – 16 37.500,00

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade 1011- Construção e Implantação do Paço Municipal

Codigo Reduzido – 20 25.000,00

Órgão 04 – Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura

Projeto Atividade 1033- Construção de Salas de Aula para Educação

Codigo Reduzido – 83 48.478,00

Orgão 04 - Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura

Projeto Atividade 1064- Construção e Reforma do Ginasio Municipal

Codigo Reduzido – 134 19.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade1091- Construção do Aterro Sanitário

Codigo Reduzido – 165 12.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade 20.35 – Contribuição Particular ao Cisax

Codigo Reduzido – 165 30.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade1081- Construção Ampliação e Reforma do Pronto Socorro

Codigo Reduzido – 177 200.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade2059 - Construção da Sala de Parto

Codigo Reduzido – 200 5.000,00

Orgão 07 – Secretaria Municipal Infraestrutura Serviços Públicos Urbanismo

Projeto Atividade 1144- Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas

Codigo Reduzido – 276 149.406,47

Orgão 08 – Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Projeto Atividade 2076- Manutenção com o Programa PDD

Codigo Reduzido – 339 1.500,00

Orgão 08 – Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Projeto Atividade 2077- Manutenção com o PAIF

Codigo Reduzido – 351 1.500,00

Orgão 08 – Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Projeto Atividade 2077- Manutenção com o Programa Projovem

Codigo Reduzido – 340 21.500,00

Codigo Reduzido – 341 4.400,00

Codigo Reduzido – 342 25.000,00

Art. 3º. As alterações desta lei ocorrem através dos recursos que a viabilizaram.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 718/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

LEI N. 718/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"*ACRESCENTA AÇÕES À LEI MUNICIPAL N. 671/2016 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Canabrava do Norte – MT, aprovada pela Lei Municipal n. 671/2016, a seguinte Ação e Meta:

Programa de Apoio a Estudante - PAE

Órgão: 04 – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 12 – Educação

Subfunção 364 - Ensino Superior

Programa 0018 - Expansão e Melhoria do Ensino Superior

Ação (Proj./Atividade 2068 – Apoio ao Estudante Universitário

Nat. Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica 69. 918,96

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

Programa Bom de Bola, Craque na Escola

Órgão: 04 – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

Unidade 005- Departamento de Cultura Esporte e Lazer

Função 27 – Desporto e Lazer

Subfunção 812- Desporto Comunitário

Programa 0013- Esporte Cultura Lazer Qualidade de Vida

Ação (Proj./Atividade – Manutenção e Encargo com Departamento

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 28.800,00

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 4. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 2.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.30 – Obrigações Patronais 6.048,00

PROGRAMA BOM CIDADÃO

Órgão: 04 – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 12 – Educação

Subfunção 0122 - Administração Geral

Programa 037 - Educação de Qualidade

Ação (Proj./Atividade – Manutenção e Encargos

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 28.800,00

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 4. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 2.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.30 – Obrigações Patronais 6.048,00

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - PRODENE

Órgão: 12 – Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Economico

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 23 – Comércio e Servidão

Subfunção 0691 – Promoção Comercial

Programa 040 –Desenvolvimento Econômico e Comercio

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com a Secretária

Nat. Despesa 4.4.90.61 – Aquisições de Imóveis 100.000,00

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO RURAL - PAR

Órgão: 06 – Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 18 – Gestão Ambiental

Subfunção 542 - Controle Ambiental

Programa 028 – Recursos Naturais e Meio Ambiente

Ação (Proj./Atividade– Manutenção e Encargos

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 45.100,28

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 4. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 2.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.30 – Obrigações Patronais 21.303,63

Nat. Despesa 3.1.90.04 – Contrato por Prazo Determinado 56.345,60

Nat. Despesa 3.3.90.43 – Subvenções Sociais 2.000,00

PROGRAMA JOÃO DE BARRO

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade – Manutenção da Secretaria

Nat. Despesa 3.3.90.32 – Material, bens ou Serviços para Distribuição Gratuita 10.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 4.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

PANELA CHEIA

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação(Proj./Atividade – Manutenção da Secretaria

Nat. Despesa 3.3.90.32 – Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 12.000,00

INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA BOLSA FAMILIA (IGDBF)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o programa IGDBF

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 25.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 6.500,00

Nat. Despesa 4.4.90.51 – Obras e Instalações 19.193,50

PAIF

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o PAIF

Nat. Despesa 4.4.90.51 – Obras e Instalações 15.000,00

Nat. Despesa 3.1.90.11- Vencimento e Vantagens Fixas 57.000,00

PROJETO AQUISIÇÃO DE IMOVEL

Órgão: 03 – Secretaria de Municipal de Administração

Unidade 001 - Gabinete do Secretário

Função 004 – Administração

Subfunção 122 – Administração Geral

Programa 003 – Modernização Administrativa

Ação(Proj./Atividade) – Aquisição de Imóveis

Nat. Despesa 4.4.90.61 – Salas e Escritórios 16.000,00

MINHA CASA MINHA VIDA

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Minha Casa Minha Vida

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 5. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 3.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 2.000,00

APOIO AO MUTIRÃO DA CIDADANIA

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Mutirão da Cidadania

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 5. 000,00

BENEFICIOS EVENTUAIS

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Gabinete do Secretário

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244-Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Benefícios Eventuais

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 2. 000,00

BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA (BPC)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação(Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Beneficio de Prestação Continuada

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 120,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 100,00

Nat. Despesa33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 200,00

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FEAS)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002- Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 -Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Fundo Estadual de Assistência Social

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 5. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 10.000,00

Nat. Despesa4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente 8.000,00

Nat. Despesa33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 7.000,00

INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (SUAS)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho Assistência Social

Unidade 002- Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa Indice de Gestão Descentralizada

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 2.000,00

Nat. Despesa4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente 1.000,00

Nat. Despesa33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 500,00

Nat. Despesa 3.3.90.14 – Diárias 500,00

Órgão: 08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 002- Fundo Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244-Assistência Comunitária

Programa 014 –Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade - Reforma e Ampliação

Nat. Despesa 4.4.90.51- Obras e Instalação 1.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS (FMPIS)

Órgão:08 – Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Unidade 001- Secretaria Municipal da Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 - Assistência Comunitária

Programa 014 – Ação Social Proteção Social Básica

Ação (Proj./Atividade– Manutenção com o Programa de Fundo Mun. Partilhado de Investimentos Sociais

Nat. Despesa 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Física 1. 000,00

Nat. Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo 2.000,00

Nat. Despesa 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente 1.000,00

Nat. Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica 1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional aberto, sera utilizado a anulação de dotação. De acordo com o art. 41, item II, art. 42 e art. 43, item III da Lei 4.320/64 e art. 167, V da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O Crédito Adicional aberto no artigo anterior será suplementado por decreto do Executivo, da seguinte forma:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade 1007- Aquisições de Veiculos

Codigo Reduzido – 16 37.500,00

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade 1011- Construção e Implantação do Paço Municipal

Codigo Reduzido – 20 25.000,00

Órgão 04 – Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura

Projeto Atividade 1033- Construção de Salas de Aula para Educação

Codigo Reduzido – 83 48.478,00

Orgão 04 - Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura

Projeto Atividade 1064- Construção e Reforma do Ginasio Municipal

Codigo Reduzido – 134 19.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade1091- Construção do Aterro Sanitário

Codigo Reduzido – 165 12.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade 20.35 – Contribuição Particular ao Cisax

Codigo Reduzido – 165 30.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade1081- Construção Ampliação e Reforma do Pronto Socorro

Codigo Reduzido – 177 200.000,00

Orgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade2059 - Construção da Sala de Parto

Codigo Reduzido – 200 5.000,00

Orgão 07 – Secretaria Municipal Infraestrutura Serviços Públicos Urbanismo

Projeto Atividade 1144- Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas

Codigo Reduzido – 276 149.406,47

Orgão 08 – Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Projeto Atividade 2076- Manutenção com o Programa PDD

Codigo Reduzido – 339 1.500,00

Orgão 08 – Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Projeto Atividade 2077- Manutenção com o PAIF

Codigo Reduzido – 351 1.500,00

Orgão 08 – Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Assistência Social

Projeto Atividade 2077- Manutenção com o Programa Projovem

Codigo Reduzido – 340 21.500,00

Codigo Reduzido – 341 4.400,00

Codigo Reduzido – 342 25.000,00

Art. 3º. As alterações desta Lei ocorrem através dos recursos que a viabilizaram

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através da Equipe de Pregão, torna público que na realização do Pregão Presencial nº 018/2017, que teve como objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DE LIMPEZA HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE BEM COMO A AQUISIÇÃO DE INTERCAP E SOLUPAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017**, foi vencedor a empresa: JW Distribuidora de Produtos de Limpeza Ltda. - ME. Com o valor de R$ 48.570,00;

Canabrava do Norte-MT, 02 de Maio de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 09, DE 03 DE MAIO DE 2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

Edital de Convocação n° 09, de 03 de maio de 2017

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

O Secretário Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Municipal n.698/2017, e, por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, TORNA PÚBLICO, a convocação dos classificados do Processo Seletivo Simplificado, que visa à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidades temporárias, de excepcional interesse público, objeto do Edital nº. 08/2017 e alterações, para os seguintes cargos: AGENTE ADMINISTRATIVO, AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR BUCAL, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO AGRONOMO, FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL, FISIOTERAPEUTA, MONITOR DE ALUNOS ESPECIAIS, MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, MOTORISTA DE VEICULOS LEVE, MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR, NUTRICIONISTA, ODONTOLOGO, OFFICE BOY, OPERADOR DE PÀ CARREGADEIRA, PROF. LIC PL EM CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS, PROF. LIC PL EM CIENCIAS NATURAIS E MATEMÀTICA, PROF LIC EM LINGUAGEM, PROF LIC EM PEDAGOGIA, TÈCNICO DA SAÙDE/ENFERMAGEM, TECNICO DE ELEBORAÇÃO DE PROJETOS RURAIS.

I – Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, classificados do Processo Seletivo, a comparecer no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, sito à Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/n, St. Vila São João, nesta cidade, de Quinta-feira (04/05/2017) à Sexta-feira (05/05/2017), no horário das 07h30minh às 11h30minh e das 13h30min às 17h30minh, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da publicação, para ocupar sua vaga de acordo com ordem classificatória.

Nome do candidato	Cargo	Classificação
Andressa Laís Rodrigues Gonçalves	Agente administrativo	1° lugar
Francinete Pereira Da Costa Silva	Agente de combate a Endemias	1° lugar
Maria Divina pereira Da silva	Agente de combate a endemias	2° lugar
Jeam Pereira	Agente de serviços gerais	1° lugar
João Luiz Elias de Almeida	Agente de serviços gerais	2° lugar
Tatiele Cristina	Agente de serviços gerais	3° lugar
Jose Alves Cardoso	Agente de serviços gerais	4° lugar
Marcos Alecrim De Jesus	Agente de serviços gerais	5° lugar
Elida Lima Da Silva	Auxiliar bucal sede do município PSF rural	1° lugar
Polyana Cardoso Monteiro	Auxiliar bucal sede do município PSF urbano	1° lugar
Marlon Silva De Sousa	Enfermeiro distrito de Primavera do Fontoura	1° lugar
Jose Francisco Pereira Da Costa	Engenheiro Agrônomo sede do município	1° lugar
Ozeías Trindade Valverde	Fiscal de tributos	1° lugar
Jaqueline adorno Sartoti	Fisioterapeuta sede do município NASF	1° lugar
Patiele Viera Rocha	Monitor de alunos especiais - Escola Municipal Canaã	1° lugar
Nùria Alves De oliveira	Monitor de alunos especiais - Escola Municipal Canaã	2° lugar
Liliam Alves Mendes	Monitor de alunos especiais - Escola Municipal Canaã	3° lugar
Deizinere da Veiga Ferreira	Monitor de alunos especiais - Escola Municipal Canaã	4° lugar
Denismar Gonçalves Diniz	Motorista de ambulância CNH- D Primavera do Fontoura	1° lugar
Umberto Gonçalves borges	Motorista de ambulância CNH- D Primavera do Fontoura	2° lugar
Justino Duart Cordeiro	Motorista de ambulância CNH- D sede do município	1° lugar
Gleizer Divino Da Silva	Motorista de veículos leves CNH- D	1° lugar
Wanderson Martins dos Santos	Motorista transporte escolar CNH- D primavera do Fontoura	1° lugar
Elder Fabio Severino da cruz Duarte	Motorista transporte escolar CNH- D primavera do Fontoura	2° lugar
Max Wilhame Quaresma Duarte	Motorista transporte escolar CNH- D primavera do Fontoura	3° lugar
Joseilton dos santos Nascimento	Motorista transporte escolar CNH- D sede do município	1° lugar
Adailton da Silva Rego	Motorista transporte escolar CNH- D sede do município	2° lugar
Natalia Molina Schneider	Nutricionista – escola municipal Canaã	1° lugar
Leticia Santos Lima	Nutricionista – sede do município e NASF	1° lugar
Rosângela Conceição Miotti de Sousa Aguiar	Odontólogo – sede do município e PSF Rural	1° lugar
Iuri Ferreira Peres	Office Boy-sede do Município	1° lugar
Jose Antônio Salvia Monteiro	Operador de pá carregadeira CNH-D sede do município	1° lugar
Ivone Alves De Souza	PROF. LIC. PL em ciências Humanas e sociais - Escola municipal Canaã	1° lugar

Virginia Gallertb Berlitz	PROF. LIC. PL em ciências naturais e matemática- Escola municipal Canaã	1° lugar
Naiara Rodrigues mota	PROF. LIC. PL em ciências naturais e matemática- Escola municipal Canaã	1° lugar
Lucia Maria Pereira rego	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	1° lugar
Dalva Gomes da Luz marinha	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	2° lugar
Cleimon Ferreira de Souza	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	3° lugar
Joselita Teixeira de Oliveira	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	4° lugar
Maria Eusèlia Vieira da Silva	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	5° lugar
Rosalina Alves Barreto	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	6° lugar
Rosângela Alves Barreto	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	7° lugar
Alessandra Alves da Rocha	PROF. LIC. Pedagogia- Escola municipal Canaã	8° lugar
Valdineia Silva Carvalho	Técnico da Saúde/Enfermagem- sede do município	1° lugar
Henislene Pereira Barros	Técnico da Saúde/Enfermagem- sede do município	2° lugar
Ingrid Fernandes Santos	Técnico da Saúde/Enfermagem- sede do município	3° lugar
Rosirene Dias da Silva	Técnico da Saúde/Enfermagem- sede do município	4° lugar
Deoclecelina Januário de Matos	Técnico da Saúde/Enfermagem- sede do município	5° lugar
Celso rege	Técnico de elaboração de projetos rurais- sede do município	1º lugar

II – O (a) candidato (a) convocado (a) no item I deverá cumprir as exigências para admissão constante no Edital de Abertura nº. 001/2017 e demais normais aplicáveis, quais sejam:

7.3. Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou por servidor publico , que comprove o que segue abaixo:

7.3.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; **7.3.2.** Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.3.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.3.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF **7.3.5.** Carteira de Vacinação completa e atualizada do candidato e dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.3.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.3.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.3.8. Título de Eleitor;

7.3.9. Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) e/ou pela internet;

7.3.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.3.11. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional);

7.3.13. 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.3.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindose comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; **7.3.15.** Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.3.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.3.17. Comprovante de endereço residencial;

7.3.18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.3.19. Declaração de Bens;

7.3.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

7.4.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.4.2. A inspeção médica terá caráter eliminatório.

7.4.3. CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

7.4.4. CPF do Pai e da Mãe;

7.4.5. Conta Corrente no Banco do Bradesco S/A;

7.4.6. Carteira de Trabalho CTPS.

III – Os demais candidatos classificados segundo as vagas do Edital de Abertura nº. 001/2017 e suas alterações serão convocadas de acordo com a necessidade dos serviços desta Prefeitura.

IV – O não comparecimento do (a) convocado (a) no prazo especificado no item I deste Edital, caracterizará desistência automática do (a) candidato (a) à vaga, reservando-se a Administração o direito de convocar outro (a) candidato (a).

V – O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2017.

ANTONIO DA FONSECA CABRAL

Secretário de Administração

.**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 716/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017

LEI N. 716/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"ALTERA PARCIALMENTE O CAPUT DO ARTIGO 2º, DA LEI MUNICIPAL N. 695/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. O "*caput"* do artigo 2º da lei municipal n. 695/2017, de 01 de março de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º.** O Crédito Educativo Municipal é um subprograma vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura - SMEELC que tem por finalidade o financiamento de quantia equivalente de até R$ 500,00 (quinhentos reais) e/ou 30% (trinta por cento) do valor da **mensalidade** cobrada pelas instituições de ensino superior (IES), na forma de um fundo especial, constituído para tal fim, para o que fica autorizada a celebração de convênios, com a finalidade de regular a forma de repasse, aplicação e fiscalização dos recursos públicos necessários a esse financiamento."

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições da Lei Municipal 695/2017, inclusive os parágrafos e incisos do respectivo art. 2º.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº354/2017

De 27 de abril de 2017.

Altera Período de férias da servidora DORES INÁCIA COLLING HOFFMANN e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Dores Inácia Colling Hoffmann,agendado por meio da portaria n° 447/2016 de 08 de dezembro de 2016,para 03 de julho de 2017 a 01 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA Nº355/2017

De 27 de abril de 2017.

Altera Período de férias da servidora SOLANGE DIAS CARDOSO e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Solange Dias Cardoso,agendado por meio da portaria n° 447/2016 de 08 de dezembro de 2016,para 17 de julho de 2017 a 15 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA Nº 356/2017

De 27 de abril de 2017.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Nilson Lehnen ocupante do cargo de Auxiliar de Tributação,matricula 393 lotado na Secretaria Municipal de Finanças , três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 02 de maio de 2017 á 30 de julho de 2017, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
ERRATA RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, em correção a publicação do **RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS nº 004/2017**, publicado no Diário Oficial de Contas (TCE/MT) e Diário Oficial dos Municípios (AMM) e Jornal A Gazeta, **COMUNICA** a todos que:

AONDE SE LÊ: dia **24/04/2017**

LEIA-SE: dia **25/04/2017**

Canarana-MT, 26 de Abril de 2017.

MARCELI TERESINHA THOMAS COSTA

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, faz saber que a licitação na modalidade **CHAMADA PUBLICA nº 001/2017,** teve como vencedores; **COOPERPORTAL – COOPERATIVA REG AGRO PORTAL DO XINGU** nos itens 01, 02, 03, 08, 09, 10, 12, 13**, SANDRA ADRIANE DIETER ROHRIG** no item 04**,** e ainda ficaram desertos os itens 05, 06, 07, 11**.**

Canarana -MT, 28 de Abril de 2017.

MARCELI TERESINHA THOMAS COSTA

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 051/2017

Data: 27/03/2017

Contratado: MEI-ISABELA INGRID MENDES GONÇALVES

Objeto: Prestação de serviços de Aulas de artes e artesanatos, junto ao Cras.

Valor: R$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais).

Vigência: 27/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 052/2017

Data: 27/03/2017

Contratado: MEI-ISABELA INGRID MENDES GONÇALVES

Objeto: Prestação de serviços com corte de cabelo no centro dos idosos para atender o grupo conviver esperança, para atendimento de quinze pessoas todas as terças-feiras esse contrato é para atender a Secretaria Municipal de Ação Social.

Valor: R$ 8.442,00 (Oito mil quatrocentos e quarenta e dois reais).

Vigência: 27/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 052/2017

Data: 31/03/2017

Contratado: MEI-MARCIA REGINA DA SILVA

Objeto: Prestação de serviços de Aulas de Hidroginástica e Academia, junto ao Centro dos Idosos e Academia Municipal para atender as necessidades da Assistência Social.

Valor: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Vigência: 01/11/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta de resíduos sólidos urbanos (lixo domiciliar urbano e de varrição), serviço coleta, remoção e transporte de entulhos, material de construção, galhadas, material de podas e jardinagem, pintura de meio-fio, na forma descrita no Termo de Referência - Anexo I.

O Pregoeiro Oficial e equipe de apoio do Município de Canarana-MT., vêm retificar o Edital de Processo Licitatório nº. 038/2017, Pregão Presencial nº 019/2017, alterado em 03/05/2017, nos seguintes termos:

Altera as exigências de documentos referentes a capacitação técnico operacional:

ONDE SE LIA:

8.11.5 - Certidão de registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho da Classe, em nome da licitante, com validade na data de sua apresentação. **8.11.6 - Certidão de acervo Técnico - CAT** deverá referir-se as atividades técnicas que façam parte das atribuições legais dos profissionais, sendo que somente será aceitas as constantes do artigo 10 da Resolução n. 218 do Confea e relacionadas a execução do serviço.

8.11.6.1 - Não será admitido arquiteto como responsável técnico;

8.11.7 - Considerada parcela de maior relevância os serviços de:

a - prestação de serviços contínuos de, serviço coleta, remoção e transporte de entulhos, material de construção, galhadas, material de podas e jardinagem, pintura de meio-fio.

b - Coleta de resíduos sólidos urbanos (lixo domiciliar urbano e de varrição);

8.12 - Declaração de Responsável Técnico, assumindo o compromisso de se responsabilizar pelos trabalhos ora licitados, conforme Anexo XIII;

8.13 - Capacitação técnico-operacional –cuja a comprovação se fará através de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem aptidão da licitante para o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes em características e quantidades com o objeto da licitação, limitada às seguintes parcelas/quantitativos de maior relevância e valor significativo:

Coleta de resíduos sólidos urbanos (lixo domiciliar urbano e de varrição – mínimo de 350 ton/mês);

8.14 - Caso a licitante venha a ser contratada, deverá manter, durante todo o contrato, o mesmo responsável técnico referido no atestado exigido no subitem anterior, sendo-lhe permitida a substituição apenas por outro profissional que possua um acervo técnico igual ou superior àquele a quem substituirá.

8.15 - Certidão de Registro e regularidade da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com jurisdição sobre o domicílio da sede do licitante, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação,plena validade.

8.15.1 - Caso seja vencedora da licitação, no ato da efetivação do Contrato, a licitante com sede fora do Estado de Mato Grosso, deverá apresentar Certidão de Registro junto ao CREA, com a formalização do "visto" no CREA/MT, nas condições da resolução n. 413/97 CONFEA, bem como o seu responsável técnico.

8.16 - Certificado (ou Certidão) de Registro e quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Administração (CRA), em nome da licitante e devidamente válida;

LEIA-SE:

8.11.5 - ***Certidão de Registro e regularidade da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA***, com jurisdição sobre o domicílio da sede do licitante, com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação,plena validade

8.12 - Declaração de Responsável Técnico, assumindo o compromisso de se responsabilizar pelos trabalhos ora licitados, conforme Anexo XIII;

8.13 - Caso a licitante venha a ser contratada, deverá manter, durante todo o contrato, o mesmo responsável técnico referido no atestado exigido no subitem anterior, sendo-lhe permitida a substituição apenas por outro profissional que possua um acervo técnico igual ou superior àquele a quem substituirá.

8.14 – (...)

Ficam mantidas as demais cláusulas do instrumento convocatório editalício.

Estando a Administração Pública convicta de que a alteração ocorrida no edital não afetará na formulação das propostas e com base no art. 21, §4º, da Lei nº. 8.666/93 c/c arts. 4º, V e 9º da Lei nº. 10.520/2002, segue-se o prazo anteriormente estabelecido, conforme especificado abaixo:

Dia 10 de Maio de 2017, com início do credenciamento às 13:15 horas e termino às 13:30 hrs (Brasília), na cidade de Canarana - MT. **LOCAL DA SESSÃO:** Rua Miraguaí nº 228, Centro, Sala de Licitações Prefeitura Municipal de Canarana-MT.

Canarana - MT, 03 de Maio de 2017.

_____

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PORTARIA Nº357/2017

De 27 de abril de 2017.

Altera Período de férias do servidor GUILHERME JUNIOR POZZOBOM e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias do servidor Guilherme Junior Pozzobom ,agendado por meio da portaria n° 447/2016 de 08 de dezembro de 2016,para 03 de julho de 2017 a 01 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

Edital de Convocação N° 007/2017

Fábio Marcos Pereira de Faria,Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado homologado pelo decreto n° 2777/2017 de 08/03/2017. RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
NILCE INÁCIO DA SILVA	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	Edital 001/ 2017
ARLETE VIEIRA DE MENEZES	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	Edital 001/ 2017
LUIZA ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR	Edital 001/ 2017
DIRCENIR P. DA SILVA	PROFESSOR	Edital 001/ 2017

As candidatas convocadas terão 05 (cinco) dias uteis contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana,em 28 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 348/2017

De 27 de abril de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SELMA SOUZA SANTOS GONZATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Selma Souza Santos Gonzatto por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias dos primeiros 15 dias,no periodo de 15/06/2017 a 29/06/2017.

- Gozo de férias dos segundos 15 dias,no periodo de 01/12/2017 a 15/12/2017.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 10/01/2016 a 09/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 349/2017

De 27 de abril de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GESIVAL RIBEIRO DE SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Gesival Ribeiro de Souza por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias dos primeiros 15 dias,no periodo de 01/06/2017 a 15/06/2017.

- Gozo de férias dos segundos 15 dias,no periodo de 02/01/2018 a 16/01/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 10/01/2016 a 09/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 350/2017

De 27 de abril de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO JONATAS MENDES GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor Paulo Jonatas Mendes Gonçalves por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias dos primeiros 15 dias,no periodo de 02/05/2017 a 16/05/2017.

- Gozo de férias dos segundos 15 dias,no periodo de 01/07/2016 a 15/07/2017.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 10/01/2016 a 09/01/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº351/2017

De 27 de abril de 2017.

Altera Período de férias do servidor Jair Maciel dos Santos e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias do servidor Jair Maciel dos Santos,agendado por meio da portaria n° 446/2016 de 06 de dezembro de 2016,para 02 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA Nº353/2017

De 27 de abril de 2017.

Altera Período de férias da servidora MIRNA ZIMKE e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Mirna Zimke,agendado por meio da portaria n° 447/2016 de 08 de dezembro de 2016,para 07 de agosto de 2017 a 05 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de abril de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 21/2017

DO OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO ”MUSICA NA ESCOLA” NO EXERCICIO DE 2017, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

DO VALOR GLOBAL:R$ **16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).**

VIGENCIA: 9 (Nove) meses.

CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA– PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO: JORGE RODRIGUES JUNIOR.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2017 - PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU/MT.

MODALIDADE: ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2017

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2017)

Órgão Solicitante: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO representando todas as DEMAIS SECRETARIAS

Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.**

ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2017 - PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU/MT.

Valor : **R$ 296.777,60(Duzentos e noventa e seis mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos.)**

Informações/Contato: Setor de Licitações e Contratos /Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - Fone: 3301-1570 - E-mail: licitachapada@gmail.com Atendimento: 13:00 às 18:00 h. – Ano: 2017.

Visto:

Karla da Silva Miranda

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Chapada dos Guimarães, 03 de maio de 2017.

GABINETE
ATO Nº.: 96/2017

ATO Nº.: 96/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **CARLOS ANDERSON DE MATTOS MELLO,** do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Controle Administrativo da Secretaria de Esporte e Lazer de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 28 de abril de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ATO Nº.: 97/2017

ATO Nº.: 97/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **CARLOS ANDERSON DE MATTOS MELLO,** para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico de Esporte e Lazer da Secretaria de Esporte e Lazer de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 02 de maio de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ATO Nº.: 95/2017.

ATO Nº.: 95/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DE DEPARTAMENTO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **ROSENIL MORAES ACIOLI DE MELO,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento do Programa da Saúde da Família, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 18 de abril de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 26 de abril de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 42/2016

Segundo termo Aditivo ao Contrato nº 42/2016, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a empresa **M.J. MORAIS FILHO – ME** na forma e condições seguintes.

Aos Trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete da Prefeita, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15, residente e domiciliada no Município de Chapada dos Guimarães - MT, denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a **M.J. MORAIS FILHO – ME, SOB O Nº CNPJ 20.340.538/0001-52**, representado pelo Senhor **MANOEL JOAO DE MORAIS FILHO,** brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identificação RG sob o nº 279025 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 340. 474.091-20, com endereço comercial à Rua Cipriano Curvo, nº 712, Centro, Chapada dos Guimarães – MT, doravante denominado de **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

1.1 Fica aditado a Cláusula Terceira do Contrato Principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado aditivo para 31/08/2017. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 31/03/2017, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Continua eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 31 de março de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Contratante

M.J. MORAIS FILHO – ME

Contratada

Dr. RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO

Procuradoria Geral Do Município

OAB/MT nº. 11.055

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL N.º 021/2017

DECRETO MUNICIPAL N.º 021/2017

Anula Carta de Aforamento e dá outras providências.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 723/2017, em especial o Parecer nº 057/2017 de lavra do Procurador-Geral do Município.

CONSIDERANDO o que foi decidido nos autos da Ação Civil Pública, Cod. n. 3477, Comarca de Chapada dos Guimarães/MT, de autoria do Ministério Público Estadual e no Recurso de Apelação nº 22.279/2009-TJMT de relatoria do Desembargador Jose Jurandir Lima.

CONSIDERANDO o que foi decidido na Ação Civil Pública nº 1643, Comarca de Chapada dos Guimarães/MT, proposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor de Silvino Moreira da Silva e no Recurso de Apelação nº 26862 de Relatoria do Dr. João Ferreira Filho.

CONSIDERANDO o que foi decidido no Recurso de Apelação nº 33281/2002-TJMT de relatoria do M.M Juiz Antônio Horácio.

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 319/78, bem como o que foi decidido no Recurso de Apelação nº 54820/2009.

CONSIDERANDO por fim a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

RESOLVE:

Art. 1º. Anular a Carta de Aforamento expedida em favor de Francisco Teotino de Campos em 19 de maio de 1969, registrada e averbada às fls. 92, do livro nº 05, da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT.

Art. 2º. Determinar que o Procurador-Geral do Município adote providências para o cancelamento do registro junto a matrícula no Cartório competente.

Art. 3º. Adotado as providências determinadas no art. 2º, a Procuradoria deverá encaminhar todos os documentos para a Comissão Mista de Planejamento e Execução de Ações de Regularização Fundiária e Programas Habitacionais criado pela Lei nº 1708/2017 para avaliar a possibilidade de regularização fundiária da área.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 03 de maio de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 19/2017

DO OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

DO VALOR GLOBAL:R$ **4.044,00 (quatro mil e quarenta e quatro reais)**

VIGENCIA: da garantia do produto.

CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA– PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO: LF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RECURSOS HUMANO
PORTARIA Nº. 390/2017

PORTARIA Nº. 390/2017

DATA: 02 DE MAIO DE 2017

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI, E

CONSIDERANDO o disposto no item 8.13 do Edital de Tomada de Preços que visa a Contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais da Prefeitura Municipal de Claudia – Mato Grosso.

CONSIDERANDO o edital de chamamento público, publicado onde serão convocados os interessados para formar a comissão e posteriormente sorteados entre os inscritos.

CONSIDERANDO que apenas houve a inscrição de 03 interresados, sendo que 01 deles não tem vinculo com administração municipal e tem formação na área da licitação.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão Técnica para avaliação de propostas técnicas referente ao processo licitatório na modalidade Tomada de Preços para contratação de agência de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais da Prefeitura Municipal de Cláudia, que será composta pelos seguintes integrantes:

Nome	Cargo/Função
Ana Paula Feldhaus Diel	Secretario De Finanças
Ademilson Custodio	Servidor Público Efetivo
Leandro Aluisio Graebner	Radialista
Edilena Costa Sousa	Setor Contabil
Júlia Gabriella Nogueira Munhoz	Jornalista

Art. 2º - A Comissão nomeada através do artigo 1° desta Portaria, terá a incumbência de examinar e julgar os conteúdos das propostas técnicas dos licitantes, desclassificando as que não estiverem em conformidade com as especificações contidas no Edital de Licitação, em especial ao disposto no item 8 deste Edital.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário e os dispositivos que com esta conflitem.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE *MAIO* DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 382/2017

PORTARIA N° 382/2017

DATA: 19 de Abril de 2017.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. **ARITANA DE OLIVEIRA CESÁRIO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em cargo comissionado a Sra. **Aritana de Oliveira Cesário,** portadora do RG n° 5.679.277 SSP/GO e inscrita no CPF n° 717.006.501-06, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 386/2017

PORTARIA N° 386/2017

DATA: 24 de Abril de 2017.

SÚMULA: Conceder Licença Maternidade ao (a) Sr. (a) **ZULEIDE CALDEIRA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Maternidade ao (a) Sr. (a) **ZULEIDE CALDEIRA,** portador (a) do RG n° 2163160-3 SSP/MT e CPF n° 004.109.141.85, no cargo de Assistente Adjunto, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 21 de Abril de 2017.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 387/2017

PORTARIA N° 387/2017

DATA: 25 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o servidor PAULO CEZAR TAMANHO, como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **PAULO CEZAR TAMANHO**, RE: 2469, portador do RG n°: 703.838 SSP/MT e CPF n°: 632.084.151-68, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

FISCAL DE CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
017-2017	A.M. TALAU COMERCIO ME.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos, Na linha 03 e 04.
018-2017	REGIONAL TRANSPORTES LTDA EPP	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos, Na linha 05 e 06.
019-2017	FÁBIO DOTTO DALMASO ME	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos, Na linha 01 e 02.
020-2017	ADEMAR MARINA ME	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos, Na linha 07.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 379/2017

PORTARIA N° 379/2017

DATA: 19 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Sr. **Antônio Candido da Silva e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Nível ao Sr. **Antônio Candido da Silva,** portador do RG n° 549435 SSP/MS e CPF n° 489.084.521.68 do cargo de Professor, da Classe C Nível 06 para a Classe C nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 381/2017

PORTARIA N° 381/2017

DATA: 19 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Sra. **Maria Aparecida da Rocha e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Nível a Sra. **Maria Aparecida da Rocha,** portadora do RG n° 824.410 SSP/MT e CPF n° 523.084.721.20 do cargo de Professor, da Classe C Nível 09 para a Classe C nível 10, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 380/2017

PORTARIA N° 380/2017

DATA: 19 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível a Sra. **Janete Marins Freduczwski e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Nível a Sra. **Janete Marins Freduczwski,** portador do RG n° 538.291 SSP/MT e CPF n° 362.727.101.78 do cargo de Professor, da Classe C Nível 06 para a Classe C nível 07, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 389/2017

PORTARIA N° 389/2017

DATA: 28 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) TÂNIA BORGES DE ARAÚJO, como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO**, RE: 1193, portador (a) do RG n°: 1.623.894-0 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°: 020.862.761.84, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

FISCAL DE CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
021-2017	CEREBRHUM CENTRO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA ME.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento dos profissionais da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e equipes Gestoras das Unidades Escolares como tema – Gestão de resultados na educação do município de Cláudia-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 385/2017

PORTARIA N° 385/2017

DATA: 24 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Licença Saúde a Sra. Ma**reci Salete Costa Ramos e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Saúde a Sra. Ma**reci Salete Costa Ramos,** portadora do RG n° 1046514749 SSP/RS e CPF n° 514.718.920.34 do cargo de Técnico Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

AVISO DE CANCELAMENTO -PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2017 R.P

AVISO DE CANCELAMENTO -PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2017 R.P

O Município de Cláudia – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivos de não haver nenhuma empresa habilitada no certame, decide CANCELAR o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 R. P,** tendo como objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE CILINDRO DE OXIGÊNIO (GÁS MEDICINAL), PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT**". Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 03 de Maio de 2017.

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 384/2017

PORTARIA N° 384/2017

DATA: 24 de Abril de 2017.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. **LEIDIANE VIEIRA DE SILVA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em cargo comissionado a Sra. **Leidiane Vieira dA Silva,** portadora do RG n° 2.844.984-3 SESP/MT e inscrita no CPF n° 066.245. 191-00, no cargo de Monitora de Programa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

AVISO DE CANCELAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2017

AVISO DE CANCELAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2017

O Município de Cláudia – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que tendo em vista as necessidades de adequações no objeto do presente edital, decide CANCELAR o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017,** tendo como objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE SORRISO/ MT E PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES DE SINOP/MT.**" Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licita-

ção, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 03 de Maio de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 376/2017

PORTARIA N° 376/2017

DATA: 18 de Abril de 2017.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - **Designa** o servidor **GILSEU DOS SANTOS FRANCO**, RE: 1854, portador do RG n°: 303.173.850-7 SSP/RS e CPF n°: 485.620.840-34, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

Contrato:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
015/ 2017	**MAPFRE SEGUROS GERAIS S/ A**	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de fornecimento de seguro total em veículos da frota municipal de Cláudia/MT, em todo o território nacional, por período de 12(doze) meses, conforme disposto no termo de referência constante do Anexo I.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE ABRIL DE 2.017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 377/2017

PORTARIA N° 377/2017

DATA: 18 de Abril de 2017.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde ao (a) Sr. (a) **INÊS DE FÁTIMA DA SILVA FRESCURA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde ao (a) Sr. (a) **INÊS DE FÁTIMA DA SILVA FRESCURA,** portador (a) do RG n° 4.4798.552-3 SESP/PR e CPF n° 707.899.919.34, no cargo de técnico em Enfermagem, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 18 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 383/2017

PORTARIA N° 383/2017

DATA: 20 de Abril de 2017.

SÚMULA: Exonerar do Cargo Comissionado a Sra. **JHENIFFER NAYARA DOS SANTOS SILVESTRE** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar do cargo comissionado a Sra. **Jheniffer Nayara Dos Santos Silvestre,** portadora do RG n° 4.391.062 SESP/SC e inscrita no CPF n° 075.630.339-71, no cargo de Monitora de Programa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 20 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 378/2017

PORTARIA N° 378/2017

DATA: 19 de Abril de 2017.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Sr. **Airton de Lara e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Nível ao Sr. **Airton de Lara,** portador do RG n° 308143772 SSP/SP e CPF n° 099.997.038.01 do cargo de Professor, da Classe C Nível 03 para a Classe C nível 04, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Abril de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 388/2017

PORTARIA N° 388/2017

DATA: 27 de Abril de 2017.

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) CRISTIANE DE MARCHI, como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **CRISTIANE DE MARCHI**, RE: 2533, portador (a) do RG n°: 1.832.932-2 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°:823. 734.001.97, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

FISCAL DE CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
021-2017	CEREBRHUM CENTRO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA ME.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento dos profissionais da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e equipes Gestoras das Unidades Escolares como tema – Gestão de resultados na educação do município de Cláudia-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE ABRIL DE 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 17 de Maio de 2017, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de arbitragens, mesários e auxiliares para competições e campeonatos municipais de diversas modalidades esportivas a serem promovidas através da secretaria municipal de educação, esporte e lazer de Colider/ MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, em 03 de Maio de 2017

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 003/2017

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2017

Autoria: Ver. Ricardo Caldeira Rezende “Lika” – PMDB

DECRETO Nº 003/2017

“CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHORCAIO BOVO GOMES.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor CAIO BOVO GOMES – brasileiro, casado, odontólogo, graduado pela Instituição UNIFENAS – Universidade José do Rosário Vellano. Sendo neste ato agraciado em reconhecimento a sua formação intelectual, moral e cultural, pelos bons serviços que presta profissionalmente, bem como, pela parcela de contribuição no desenvolvimento sócio, político e econômico de Colíder Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 24 de abril de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 056/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-Mt, Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **SABINO GOMES BARBOSA** (titular), e o servidor **ARISTEU DE JESUS** (suplente), Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 008/2017, para futura e eventual aquisição de pneus, camaras de ar e protetores para reposição nos veículos e maquinas de diversas secretarias municipais e Gabinete do Prefeito. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

DETENTORA DA ATA: AUTO MECANICA BRANSALES LTDA EPP

VALOR R$**=**125.421,80(Cento e Vinte e Cinco Mil Quatrocentos e Vinte e Um Real e Oitenta Centavos).

VIGÊNCIA: 28.04.2018.

DETENTORA DA ATA: BRASSFER COM.DE FERRAGENS LTDA ME

VALOR: R$**=**34.499,50 (Trinta e Quatro Mil Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta Centavos)

VIGÊNCIA: 28.04.2018.

DETENTORA DA ATA: M.& A. MOTO PEÇAS LTDA epp.

VALOR: R$**=** 5.599,20 (Cinco Mil Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Vinte Centavos)

VIGÊNCIA: 28.04.2018

DETENTORA DA ATA: D.P.DE SOUZA COM.DE PNEUS E BORRACHAS EPP

VALOR: R$= 576.167,14 (Quinhentos e Setenta e Seis Mil Cento e Sessenta e Sete Reais e Quatorze Centavos).

VIGENCIA: 28.04.2018

DETENTORA DA ATA: S. APARECIDO RODRIGUES & CIA LTDA ME.

VALOR: R$= 987.192,22 (Novecentos e Oitenta e Sete Mil Cento e Noventa e Dois Reais e Vinte e Dois Centavos).

VIGÊNCIA: 28.04.2018

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017

O SENHOR NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, torna público a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, Adesão nº 001/2017 a favor da empresa DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.676.271/0001-88, objetivando a contratação da empresa para fornecimento de mobiliários escolares para serem utilizados nas escolas municipais de Colider/MT, perfazendo o valor total de R$ 68. 300,85 (sessenta e oito mil, trezentos reais e oitenta e cinco centavos). A referida aquisição será através de adesão na Ata de Registro de Preços nº 060/2016 proveniente do Pregão Presencial nº 042/2016 realizado pela Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

Colider/MT, 03 de Maio de 2017

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

P U B L I Q U E – S E

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 006/2017

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2017

Autoria: Ver. Luciano Milani – PMDB

DECRETO Nº 002/2017

“CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHORJOSÉ DE ARIMATÉIA FERREIRA MARQUES DE SÁ.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ DE ARIMATÉIA FERREIRA MARQUES DE SÁ - Brasileiro, um dos pioneiros nesta municipalidade, na área de comércio varejista no segmento de gêneros alimentícios, sementes para pastagens e sal mineral em prol da pecuária da região norte do Estado de Mato Grosso, bem como, desde o ano de 1.982 é o único membro ingressado na Loja Maçônica Acácia Vale do Teles Pires nº 2.188, Oriente de Colíder, Jurisdicionado ao Grande Oriente do Brasil-Mato Grosso em atividade até a presente data. Sendo diplomado por este ato, em reconhecimento a sua conduta moral e ética relativa à sua vida pessoal e profissional, em especial a dedicação, experiência e competência no desenvolvimento de atividades comerciais e maçônicas contribuindo com o desenvolvimento sócio, político e econômico do Município de Colíder e da região norte do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 024 de abril de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 005/2017

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2017

Autoria: Ver. Alencar Pereira da Silva – DEM

DECRETO Nº 005/2017

“CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO EXCELENTÍSSIMO SENHORDEPUTADO ONDANIR BORTOLINI “NININHO”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Excelentíssimo Senhor Deputado ONDANIR BORTOLINI “Nininho” – Brasileiro, casado, empresário e parlamentar estadual. Sendo neste ato agraciado em reconhecimento a sua formação intelectual, moral e cultural, em especial pelos bons serviços parlamentar que vem desencadeando na augusta Assembleia Legislativa/MT, em prol da população do estado de Mato Grosso, especialmente pela parcela de contribuição no desenvolvimento sócio, político e econômico da municipalidade Colidense.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 24 de abril de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 536/2017

Dispõe sobre alteração na Portaria nº. 472/2015 que dispõe sobre a nomeação dos conselheiros do Conselho Municipal do FUNDEB, de acordo com a Lei Municipal 1.882 de 23 de março de 2007, Lei Municipal 2.202 de 09 de julho de 2009, Lei Municipal 2805 de 13 de julho de 2015 e Portaria 481 de 11 de outubro de 2013 FNDE.

O Prefeito Municipal de Colider-MT, Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º Alterar a composição dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, dispostos na Portaria n°. 472/2015:

I – Um representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular: Luzia Bárbara da Silva (Secretária)

Suplente: Rosevani Valério Calvi

VII – Um representante do Poder Executivo Municipal;

Titular: Tânia Mara Salgueiro

Suplente: Ana Paula de Souza

VIII – Um representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação;

Titular: José Moreira da Silva

Suplente: Juliana da Silva Cazelato

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 26 de abril de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER-MT

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 004/2017

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2017

Autoria: Ver. Luciano Milani – PMDB

DECRETO Nº 004/2017

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHORTETSURO KAWANO."

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor TETSURO KAWANO - *Japonês, naturalizado Brasileiro, um dos pioneiros nesta municipalidade, na área de medicina, em especial na área de Medicina do Trabalho, em favor dos colaboradores inerentes a empresas da região norte do Estado de Mato Grosso. Sendo diplomado por este ato, em reconhecimento a sua conduta moral e ética relativa à sua vida pessoal e profissional, em especial a dedicação, experiência e competência no desenvolvimento de atividades médicas e efetivo exercício da função pública de médico Clinico Geral junto a instituições públicas e privada, contribuindo com o desenvolvimento sócio, político e econômico do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.*

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 24 de abril de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 034/2017

Procedimento nº 16.527/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 034/2017 VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. OBJETO: *A presente licitação tem por objeto o* ***Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de uma empresa pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza, com mão de obra e aquisição de peças de ar condicionado.***O fornecedor vencedor encontra-se indicado conforme segue: ***Empresa Roberta R. Miranda - ME*** com valor total de **R$ 2.973.591,50 (Dois milhões novecentos e setenta e três mil quinhentos e noventa e um reais e cinqüenta centavos).**

Colniza - MT, 02 de Maio de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PORTARIA N° 037/2017

PORTARIA N° 037/2017

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT "

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias ao Servidor **ILSON MORAIS DE OLIVEIRA,** servidor efetivo da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, ocupante do cargo comissionado de Tesoureiro, **DAS 03**, **no período de 01.05.2017 a 21.05.2017**, sendo que o período de 22.05.2017 a 31.05.2017 será considerado abono pecuniário.

Parágrafo único – As férias a que se refere o caput trata-se do o período aquisitivo de março de 2016 à março de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 02 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017

Procedimento nº 16.435/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando futura e eventual contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Sistema de Software de Gestão e Gerenciamento da XMLS e APLIC/TCE-MT, com implantação, treinamento, customização corretiva legal e atendimento especializado. Em atendimento a Secretaria Municipal de Finanças, por um período de 12 (doze) meses.** *Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.* Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **15 de Maio de 2017 08h00min (oito) horas**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h00min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT, 03 de Maio de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 038/GP/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

DECRETO Nº 038/GP/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"Regulamenta o art. 41 da Lei 502/2011 alterado pela Lei 684//2017."

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que foi alterada a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas dos Professores mediante Lei 684/2017;

DECRETA:

Art. 1º Os atuais professores de 20 horas semanais de trabalho que optarem pela jornada de 30 horas (trinta) horas semanais serão posicionados

nas classes e níveis correspondentes a habilitação e ao tempo de serviço público prestado ao Município de Colniza.

Art. 2º Os atuais professores de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais que não optarem pela jornada de 30 horas permanecerão com a atual jornada e sua carreira será considerada extinta, não sendo mais possível abrir novos concursos para essas jornadas.

Art. 3º Os Professores da Educação Básica que possuem jornada de trabalho de 40 horas que optarem pela jornada de 30 horas semanais de trabalho não terão redução de seus vencimentos.

Parágrafo Único. Os atuais professores de 40 que optarem pela jornada de 30 horas não terão reajuste salarial, nem mesmo a correção do INPC, até que os valores da tabela de 30 horas dos que são do mesmo concurso acompanhe os seus vencimentos.

Art. 4º Os atuais professores de 20 horas que optarem pela jornada de 30 horas terão um acréscimo nos seus vencimentos proporcionais a sua jornada.

Art. 5ºO prazo para o protocolo dos Requerimentos de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais e de 40 (horas) semanais para 30 (trinta) horas semanais terminara em 18 de abril de 2019.

Parágrafo Único. Os Professores da Educação que optarem pela alteração da sua jornada de trabalho deverão solicitar a alteração de jornada através de requerimento reconhecido firma em cartório e protocolado na Secretaria Municipal de Educação e esta encaminhara a Secretaria de Administração para as devidas alterações nos assento funcional, sendo queuma vez solicitado a alteração de jornada não poderá mais voltar para jornada anterior.

Art. 6º Os professores que hoje possuem duas jornadas na rede de ensino municipal, independentemente da carga horária, que optarem pela jornada de 30 horas, terá que desistir de uma das jornadas, pois o município não possui escola que trabalha os três turnos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 03 de maio de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 03/05/2017 a 03/06/2017

ORDEM DE SERVIÇO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 CONTRATO Nº 008/2017

ORDEM DE SERVIÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

CONTRATO Nº 008/2017

A Câmara Municipal de Colniza/MT, inscrita no CNPJ 04.252.523/0001-86, mediante o Processo Licitatório Nº.001, Modalidade Tomada de Preço n.001/2017, solicita da empresa **PR CONSTRUTORA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n. 16.741.114/0001-22, sediada na Av. Ângelo Moreira da Fonseca, nº 4456, Zona I-A, Umuruarama – PR, representada neste ato por Alixon Orlando Ribeiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 029.380.769-83, a **INICIAR** os SERVIÇOS DE RETOMADA E CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, CONFORME PROJETO BASICO E PLANILHA ORÇAMENTARIA E ESTIMADA, obedecendo as especificações técnicas do edital de Tomada de Preços nº 001/2017 e da proposta apresentada.

COLNIZA, MT, 03 de Maio de 2017.

_____

RODOLFO CESAR ANDRADE GONÇALVES

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

Procedimento nº 18.396/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP)** ***para futura e eventual Aquisição de produtos e equipamentos para a Agroindústria – Unidade de Beneficiamento, de classificação, embalagem e rotulagem de produtos da Agricultura Familiar, conforme contrato de repasse nº 0310289-36/2009-MDA/CAIXA.*** *Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.* Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 de Maio de 2017 08h00min (oito) horas**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT, 03 de Maio de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
LEI N° 688 DE 19 DE ABRIL DE 2017 - DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE PENALIDADES À PRÁTICA DE "ASSÉDIO MORAL" NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA POR SERVIDORES PÚBLICOS M

LEI N° 688 DE 19 DE ABRIL DE 2017

Autor: Vereador Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves – PSDB

"Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" nas dependências da Administração Pública Municipal Direta e Indireta por servidores públicos municipais".

A Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, ouvido o Soberano Plenário, APROVOU, e Esvandir Antonio Mendes, Prefeito Municipal no uso das atribuições conferidas por lei Promulga e Sanciona a seguinte LEI:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam os servidores públicos municipais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, nas dependências do local de trabalho:

I - Curso de aprimoramento profissional;

II – Suspensão;

III – Multa;

IV – Demissão.

§ 1º - Para fins do disposto nesta Lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a autoestima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar créditos de ideias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços.

§ 2º - A multa de que trata o inciso III deste artigo terá um valor mínimo de 20 UFIR, tendo como limite a metade dos rendimentos do servidor.

Art. 2º - Os procedimentos do disposto no artigo anterior serão iniciados por provocação da parte ofendida ou pela autoridade que tiver conhecimento da infração funcional, com abertura de processo administrativo específico para o caso.

§ 1º - Será nomeada comissão para o julgamento do processo administrativo de que trata o caput.

§ 2º - Fica assegurado ao servidor direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, sob pena de nulidade.

Art. 3º - As penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo, de forma progressiva, considerada a reincidência e a gravidade da ação.

§ 1º - As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator;

§ 2º - A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, sendo o funcionário, neste caso, obrigado a permanecer no exercício da função.

Art. 4º - A arrecadação das receitas provenientes das multas impostas deverão ser revertidas integralmente a programas de aprimoramento profissional do servidor naquela unidade administrativa.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, após sua publicação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e; Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 19 de abril de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PORTARIA N° 038/2017

PORTARIA N° 038/2017

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19, Inciso III, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar o **Sr. Matheus Junior de Oliveira** Portador do RG nº 2392229-0 SSP/MT e do CPF nº 056.268.871-48, para o Cargo Comissionado de **Assessor da Presidência,** da CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA-MT**, Símbolo DAS 05, a partir de 03 de maio de 2017**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 03 de Maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ADITIVO 052/2017

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 052/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2014 E ADITIVO Nº056/2015, 259/2015, 047/2016, 159, 311/2016 E 011/2017

DATA: 06/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: M. P. De Oliveira Silva Soluções Web

OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 040/2014 e Aditivos nºs 056/2015, 259/2015, 047/2016 e 159, 311/2016 e 011/2017, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção do sistema administrador da website www.COMODORO.mt.gov.br, Sistema de Ouvidoria, Portal Transparência hospedagens, suporte técnico, atendimento, administração das contas de e-mail, locação do sistema administrador, alteração de visual e de dados sempre que necessário, no valor de R$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), correspondente a 08 (oito) parcelas no valor de R$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais, vigorando de 07/04/2017 à 07/12/2017, pelo período de 08 (oito) meses.

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39 (131)

EXTRATO ADITIVO 053/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 053/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2017

DATA: 08/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: OSEAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

OB JETO: Aditivo de acréscimo de aproximadamente 21% (vinte e um por cento), do Contrato de Prestação de Serviços nº 007/2017 com o objeto de Contratação de empresa para Prestação de serviços de mão-de-obra para reparos, manutenções e conservações dos prédios públicos municipal. O acréscimo do contrato se refere à inclusão de um mestre de Obras sendo o valor acrescido de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais), referente a 08 (oito) parcelas no valor de R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO: 09.02.2.129.3.3.90.39 (507)

EXTRATO ADITIVO 054/2017

VIGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 054/2017 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 046/2012, ADITIVOS Nº 082, 105, 122, 141, 161/2012, 020, 041, 056, 065, 133/2013, 051, 119 e 121, 185, 232, 233/2014, 118 E 215/2015, 043, 144 e 267/2016

DATA: 10/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA:Só Águas Construções, Saneamento e Pavimentações Ltda

OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo do Contrato para Execução de Obras nº. 046/2012 e Aditivos nºs 082, 105, 122, 141, 161/2012, 020, 041, 056, 065, 133/2013, 051, 119, 121, 185, 232/2014 e 118/2015, 215/2015 e 043, 144 e 267/2016, para Execução de obra para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, no Município de Comodoro-MT, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, vigorando de 12/04/2017 a 09/09/2017.

EXTRATO ADITIVO 055/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 055/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2017

DATA: 17/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: NATHÁLIA S. CHIOCHETTA EIRELI - EPP

OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), do Contrato de Prestação de Serviços nº Contrato de Prestação de Serviços nº 012/2017. O acréscimo do contrato se refere à inclusão de um profissional médico pelo período de 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias, no valor de R$37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), sendo 02 (duas) parcelas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) e 01 (uma) parcela no valor de R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Ficando o valor global do presente aditivo em R$37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO: 07.06.2.037.3.3.90.39 (374)

EXTRATO ADITIVO 056/2017

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 056/2017 AO CONTRATO PARA SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 043/2016 E ADITIVOS NºS 203, 277 E 303/2016

DATA: 24/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Construtora Borges Ltda – ME

OBJETO: A**ditivo de** prorrogação de prazo do Contrato para execução de obras nº 043/2016 e Aditivos nºs 203 e 277/2016, que tem como objeto a Execução de obra para pavimentação asfáltica e drenagem de vias públicas do Município de Comodoro-MT, sendo nas Ruas Cassemiro do Vale e Leidier Amaral, Bairro Nova Vacaria, perímetro urbano, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilhas orçamentárias, em anexo, em atendimento ao Convênio nº. 004/2015/SECID, por mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 25/04/2017 à 23/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 173/2017

DO OBJETO Aquisição de serviços de pesquisa de preços para atender a demanda na Secretaria Municipal de Administração **VIGÊNCIA:** 25/04/2017 a 25/07/2017;

DO VALOR: R$ 3.690,00

DATA: Confresa, 03 de maio de 2017

ASSINANTES: Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** L. Ricardo de Magalhães – EPP.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO DECRETO 087/2017

RETIFICA O DECRETO 087/2017 VINCULADA NA EDIÇÃO 275320 DE 28 DE ABRIL DE 2017 NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS CONFORME SEGUE ABAIXO:

DECRETO Nº 087, DE 28 DE ABRIL DE 2017

"REGULAMENTA A VERBA INDENIZATÓRIA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFOS SEGUNDO E TERCEIRO DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI Nº 749/ 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, responsabilidade e finalidade administrativa que impõe ao gestor as providências necessárias para uma gestão eficiente, respeitado os direitos que contemple os servidores, bem como os interesses da administração municipal, notadamente nas demandas dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a implementação das medidas deste Decreto permitirá uma maior eficiência no serviço público, pilar do "caput" do Art. 37 da Carta Cidadã, visando fornecer meios para agilidade nas ações dos agentes públicos;

CONSIDERANDO por fim a necessidade administrativa combinada com o interesse público;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica regulamentada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Confresa a verba indenizatória para Secretários e Chefe de Gabinete, conforme regularmente previsto nos §§2º e 3º do Art. 1º da Lei 749/2016.

§ 2º – A verba indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal será concedida pelo exercício de atividades fins de Secretário Municipal e Chefe de Gabinete, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais.

Art. 2º - A verba será paga mensalmente aos Secretários Municipais e ao Chefe de Gabinete, para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários Municipais e Chefe de Gabinete, e viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§1º - A prestação de contas do benefício regulamentado neste Decreto se dará com apresentação de relatório, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

§ 2º- Para as viagens para Cuiabá e fora do Estado, custear-se-á as despesas de transporte e hospedagem por meio de verbas não previstas no presente Decreto.

Art. 3º - Não será concedido verba indenizatória aos Secretários Municipais ou Chefe de Gabinete, que deixar de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições.

Art. 4º - A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa, aos 28 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 07/2017

Portaria 07/2017 Confresa – MT, 03 de maio de 2017.

Em conformidade com o Estatuto do CISAX,

Sessão V, Art. 15, parágrafo VI.

Portaria de Pregoeiro

Ronio Condão Barros Milhomem, presidente do CISAX (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu), com sede na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 17, parágrafo IV.

Resolve:

Art. I – Resolve nomear o Sr. César Queiroz da Silva, Servidor Nomeado da Prefeitura Municipal de Confresa, Port.159/2017 de 23/03/17 e matrícula nº. 12.837, àpregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu - CISAX com a comissão **Selma Coelho Carneiro– Secretária e Ivanilde Noleto Lima - Membro**.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente do CISAX

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2016 DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, torna pública a intenção em Aderir a ARP nº 06/2016 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 23/2016, da Universidade do Estado do Pará - UEPA, para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material permanente (carteiras e conjuntos), com um valor Global Estimado de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Fornecedor:

Plaxmetal S.A. Indústria de Cadeiras Corporativas;

CNPJ: 91.404.251/0001-97;

Confresa-MT, 03 de Maio de 2017.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 215/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017 - DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO -

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 215/2017 de 02 de Maio de 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGOS EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

O requerimento de exoneração do servidor de 02/05/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL/MOTORISTA DA SAUDE o Sr. CHARLES ALVES DE LIMA, matricula 012744, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros e providências necessários referentes a presente exoneração.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREVICON
PREVICON- DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR SR. LINO VIRGULINO DOS SANTOS

PORTARIA N.º 05/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao servidor Sr. **Lino Virgulino dos Santos**."

O **Prefeito do Município de Confresa**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o disposto art. 40, § 1º, I da CF/88 com redação da EC 41/2003 c/c art. 12, I, da **Lei Municipal n.º 208/2005**, que rege a previdência municipal de Confresa, Lei 102 de 12 de fevereiro de 2015 que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do Município de Confresa/MT e o último reajuste concedido pela Lei n. 731 de 17 de junho de 2016;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, ao Sr**. Lino Virgulino dos Santos**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 267580 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 471.292.801-82, servidor efetivo no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe "A", Nível "III", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos calculados **pela proporcionalidade**, conforme processo administrativo do PREVICON**,** n.º 2017.03.05056P, a partir de 01/04/2017 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de **02 de Maio de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Confresa/MT, 03 de Maio de 2017.

CLEITON BARBOSA DA SILVA Diretor Executivo do PREVICON

Homologo,

CICERO ROMÃO DIAS BRAGA PRESIDENTE DO PREVICON

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017 -

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017 de 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 24 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os Senhores relacionados no anexo I e aprovados no Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2015, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal/Departamento de Recursos Humanos, no horário das 7:00h às 11:00h para assumir seu respectivos cargo, apresentando os documentos exigidos no anexo II deste edital para posse.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista no edital do Concurso 001/2015, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 02 de Maio de 2017.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Anexo I

CARGO	LOCACAO/SECRETARIA	CARGA HORARIA	CLASSIF	CANDIDATO APROVADO
PNSS - ENFERMEIRO - INTENSIVISTA - 40 HORAS	SAÚDE	40	2ª	CLEIDIANE GONÇALVES PIRES
PNSS - ENFERMEIRO - 40 HORAS	SAÚDE	40	4º	VALCIENE SOARES DA COSTA

Anexo II

7.4 Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação fotocópia autenticado em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.4.2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88);

7.4.4 - Titulo de eleitor;

7.4.5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

7.4.6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;

7.4.7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino);

7.4.8 - Comprovante de endereço atualizado;

7.4.9 - CTPS - Carteira de Trabalho;

7.4.10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista);

7.4.11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens);

7.4.12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer copia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento);

7.4.13 - Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital;

7.4.14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico);

7.4.15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade;

7.4.16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT);

7.4.17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.4.18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal;

7.4.19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

7.4.20 - Exames Laboratoriais (hemograma completo, Ácido Úrico, Glicose, Raio-X Tórax, Eletro Cardiograma, colesterol completo, VDRL, VHS, ultrassom pélvica (sexo feminino), parasitológico, glicemia, teste ergométrico), Avaliação Psicológica (Laudo com métodos utilizados na avaliação);

7.4.21 - Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) será expedido de acordo com exigências da Administração Municipal mediante todos os exames do item 7.4.21, a serem entregues no Departamento de Recursos Humanos, o qual encaminhará ao perito indicado pela prefeitura conforme o caso;

7.4.22 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

7.4.23 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil;

7.4.24 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais;

7.4.25 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais;

7.4.26 - Telefone de contato (residencial e/ou celular);

7.4.25 - E-mail;

7.4.26 – PIS/PASEP;

7.5 - Os exames médicos admissionais solicitados nos Itens 7.4.21 serão de inteira responsabilidade do candidato Em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

7.6 - No caso do Agente Comunitário de Saúde este deverá entregar comprovação (comprovante de água, luz, telefone ou IPTU) de que já residia na área para a qual se inscreveu desde a publicação deste edital.

Observação:

ü Os documentos deverão ser copia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento devera ser tirado copia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação antes de autenticá-las.

PREVICON
PREVICON - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA SR.ª. DIVINA DINIZ DA SILVA FERNANDES

PORTARIA N.º 04/2017

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sr.ª. Divina Diniz da Silva Fernandes.**"*

O Prefeito do Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c Art. 12, incisos III, alínea "a" da Lei n.º 208/2005, que rege a previdência municipal de Confresa;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a Sra. **Divina Diniz da Silva Fernandes,** brasileira, portadora da cédula de identidade n.º M. 2193.748 - SSP/MG e inscrita no CPF n.º 251. 333.491- 49, servidora efetiva no cargo de Professora Licenciatura Plena em Pedagogia, Nível "IV", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com proventos calculados pela integralidade da média aritmética,** conforme processo administrativo do PREVICON, n.º 2016.04. 01053P, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02 de Maio de 2017**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Confresa – MT, 03 de Maio de 2017.

CLEITON BARBOSA DA SILVA

Diretor Executivo do PREVICON

Homologo,

CICERO ROMÃO DIAS BRAGA

PRESIDENTE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 216/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS E DIRETORIA DE CONSELHO MUNICIPAL - FETHAB,

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 216/2017 de 28 de Abril de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS E DIRETORIA DE CONSELHO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO;

Decreto 086/2017 de 27/04/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e empossar os membros do Conselho Municipal DO FETHAB, conforme relação a baixo.

PODER MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

TITULAR: MARCIVON NUNES RIBEIRO

SUPLENTE: RODRIGO BARROS MILHOMEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

TITULAR: RONCLEBES CONDAO BARROS MILHOMEM

SUPLENTE: NOELY BARBOSA DE PAULA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TITULAR: EDNA MARIA TEIXEIRA REIS GOMES

SUPLENTE: ERLON DA SILVA LEAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

TITULAR: IRANILTO DE MATOS RODRIGUES

SUPLENTE: EDVALDO SOARES DA SILVA

CAMARA MUNICIPAL

TITULAR: CRISTIANO LOUSCHEISTER ROCHA

SUPLENTE: ELTON MESSIAS DA SILVA

SOCIEDADE CIVIL

SINDICATO RURAL DE CONFRESA

TITULAR: UBIRAJARA MEIRELES CAPUZZO

SUPLENTE: NERCI VAGNER

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

TITULAR: VAGLON COELHO ALMEIDA

SUPLENTE: SEVERIANO GOMES DE OLIVEIRA

ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIARIOS DA RODOVIA MT 437

TITULAR: EDI SCORSIN

SUPLENTE: WILLIAM BATISTA ROCHA

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TITULAR: ADAIDES AIRES DA ROCHA

SUPLENTE: JANDIR PEREIRA DE SOUSA

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE CONFRESA

TITULAR: LEUZIR PAULA ASSIS

SUPLENTE: LUCIANO RIBEIRO PONTES

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Abril de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREVICON
PREVICON - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR SR. VALMIR RODRIGUES DA MATA

PORTARIA N.º 06/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao servidor Sr. **Valmir Rodrigues da Mata**."

O **Prefeito do Município de Confresa**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o disposto art. 40, § 1º, I da CF/88 com redação da EC 41/2003 c/c art. 12, I, da **Lei Municipal n.º 208/2005**, que rege a previdência municipal de Confresa, Lei 102 de 12 de fevereiro de 2015 que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do Município de Confresa/MT e o último reajuste concedido pela Lei n. 731 de 17 de junho de 2016;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, ao Sr**. Valmir Rodrigues da Mata**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 2166999 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n.º 476.078.311-34, servidor efetivo no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe "A", Nível "III", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos calculados **pela proporcionalidade**, conforme processo administrativo do PREVICON**,** n.º 2017.03.05057P, a partir de 01/04/2017 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de **02 de Maio de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Confresa/MT, 03 de Maio de 2017.

CLEITON BARBOSA DA SILVA Diretor Executivo do PREVICON

Homologo,

CICERO ROMÃO DIAS BRAGA

PRESIDENTE DO PREVICON

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 08/2017

Portaria 08/2017 Confresa – MT, 03 de maio de 2017.

Em conformidade com o Estatuto do CISAX,

Sessão V, Art. 15, Parágrafo VI.

Comissão de permanente de licitação

Senhor RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Presidente do CISAX (Consórcio Intermunicipal de saúde do Araguaia e Xingu), com sede na cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Art. 17, parágrafo IV,

Resolve:

Art. 01- Fica nomeada a comissão permanente de licitação - CPL do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, para examinar e julgar proposta de licitação, relativo ao exercício de 2017, bem como adotar as devidas providências previstas na legislação vigente.

Art. 02- Os membros da comissão ora criada responderão solidariamente por todos os atos conforme Art. 51 Parágrafo 3º da Lei 8.066/92 cuja à mesma terá a seguinte composição:

Presidente: Cezar Queiroz da Silva, portador do CPF:660.965.966-49

Membro: Selma Coelho Carneiro, portadora do CPF: 890.490.801-97

Membro: Ivanilde Noleto Lima, portadora do CPF: 997.856.411-04

Art. 03 – Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente do CISAX

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 151/2017

*CONCEDE **LICENÇA-MATERNIDADE** A SERVIDORA E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 034/2009, Lei Complementar nº 08/2001 e Lei Federal 11.770,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **ANA PAULA DA SILVA,** matrícula-funcional 247, efetiva no cargo de Técnico de Administração Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, licença para gozo de **AUXÍLIO MATERNIDADE**, no período de 26/04/2017 a 22/10/2017, totalizando 180 dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º - Durante os primeiros 120 (cento e vinte) dias da Licença, a remuneração da servidora afastada será pago pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), os 60 (sessenta) dias restantes serão pagos pela prefeitura.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 03 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA ERRATA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 014/2017 PUBLICADO NO DIA 03/05/2017

Onde se lê: Cargo Fisioterapeuta

Leia-se: Cargo Motorista II (Ambulância)

Curvelândia-MT, 03 de maio de 2017

Simone Gaio dos Santos

Depto Recursos Humanos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA RENASCER**.**

CNPJ: 18.148.911/0001-26

OBJETO: Transferência mensal de recursos financeiros à Associação da Casa de Acolhimento à Criança Renascer, a título de subvenção social, destinados exclusivamente para cobrir despesas inerentes ao funcionamento da entidade conforme descrito no Plano de Trabalho, que tem por finalidade o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência familiar ou em situação de risco social, provendo-as de moradia, alimentação, educação, assistência médica, dentária, psicológica e outras que se fizerem necessárias.

VALOR: R$ 51.825,48 (Cinquenta e Um Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais e Quarenta e Oito Centavos).

VIGÊNCIA: Este convênio terá vigência até 31/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 30/03/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte PROPONENTE Sr. SILVONEY BATISTA ANZOLIN – Presidente da Entidade.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 150/2017

*NOMEIA **COORDENADOR DE MERENDA ESCOLAR,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **WANDERSON PEREIRA VIEIRA**, portador do RG 2099992-5 SESP/MT, CPF 045.510.181-71, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE MERENDA ESCOLAR,** com lotação na Secretaria de Educação a partir desta data, conforme Lei Complementar 040 de 21 de dezembro de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 024/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de**: ENFERMEIRO** Contratado: **CLEIDE MARIA DA SILVA CEBALHO**; Salário Mensal: R$ 2965,62; Vigência: 02/05/2017 a 02/08/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 015/2017

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 401/2016, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo, para comparecem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos documentos constantes no item 9 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA e RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

3º - Silvana Pirinetti da Silva

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM

1° Kele Brasil de Souza

Curvelândia, 03 de maio de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

O Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve, **HOMOLOGAR** o processo licitatório nº 009/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 004/2017, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pedreiro, eletricista de baixa tensão, encanador, pintor, dedetizador, limpeza de caixa d'agua, manutenção de pátio, reparos de portas semelhantes, e outros serviços necessários de pequenos reparos para manutenção dos bens imóveis deste município, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: CONSTRUTORA BORGES EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ: 26.827.973/0001-92, com o valor global de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Curvelândia - MT, 03 de Maio de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 446 DE 03 DE MAIO DE 2017

Autor: Vereador Claudinei Alves Nascimento

"Dispõe sobre a largura das estradas municipais e respectivas faixas de domínio, fixa delimitações de uso e dá outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - São fixadas as seguintes larguras das estradas municipais:

I- Principais, até 25 metros;

II- Secundárias, até 15 metros;

III- Vicinais, até 15 metros.

Art. 2° - Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I- Estradas principais, as que ligam a sede do Município com as dos Municípios limítrofes, ou que façam conexão de caráter intermunicipal importante através das estradas federais ou estaduais;

II- Estradas secundárias, as que ligam a sede do Município com suas localidades principais;

III- Estradas vicinais, as que interligam localidades municipais ou que interessam apenas a possuidores de áreas que delas se sirvam como passagem forçada para chegarem as propriedades.

Art. 3º - Para as estradas classificadas no artigo anterior, são estabelecidas as seguintes faixas de domínio, a partir do seu eixo:

I- Principais, até 05m (cinco metros) de cada lado;

II- Secundárias, até 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado;

III- Vicinais, até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado.

Art. 4° - Aos proprietários de áreas marginais às estradas municipais de que trata esta Lei são estabelecidas as seguintes delimitações nas faixas de domínio:

I- De plantar vegetação de porte, que possa prejudicar, pela umidade provocada pela sombra, a consistência da estrada ou que venha a prejudicar a visibilidade em relação ao tráfego de veículos;

II- Proceder escavações ou desmontes sem autorização do Município.

Art. 5° - O Poder Executivo, através de Decreto, enquadrará as estradas municipais, conforme as disposições desta Lei.

Art. 6° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 03 de Maio de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 124-17

PORTARIA N.º 124/2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SENHOR "CÍCERO NUNES FÉLIX" DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

a Senhora **ELIANE LINS DA SILVA,** Prefeita Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **CÍCERO NUNES FÉLIX,** brasileiro, casado, portador da CI – RG nº. 230.481-SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 206.491.341-68, residente sito à Padre José de Anchieta, n.º 651, Centro de Denise-MT,do cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE REPRESENTAÇÃO MINISTERIAL,** lotado no GABINETE DO PREFEITO, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Abril do ano de 2017.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 121-17

PORTARIA Nº. 121/2017.

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL DE NIVEL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SENHORA ELIANE LINS DA SILVA, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - PROMOVER através da elevação de NIVEL a servidora pública a Senhora NEUCELI ADRIANA SILVA SANTOS, brasileira, concursada desde 13/03/2008, portadora da RG – CI n.º 6299422 SSP/PE, cadastrada no CPF sob o n.º 043.450.824-12, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, sendo do NÍVEL III para o NÍVEL IV, conforme Lei Municipal nº. 409/2004 de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistemas de Avaliação de Desempenho dos Funcionários Públicos do Município de Denise-MT, Seção I, Artigo 16, § 1º, conforme segue:

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 10 (dez) dias do mês de Abril de 2017.

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 049/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 002/2017.

CONVOCA:

Art. 1º - Os candidatos (as) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverão comparecerem no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 13:00hs às 17:00hs, para assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 002/2017 citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 02 de Maio de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº.049/2017

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO
Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público - **(reconhecer firma)**
Declaração de Bens - **(reconhecer firma)**
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)*** **- (Autenticado)**
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade **(Autenticado)**
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino) - **(Autenticado)**
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento **(Autenticado)**
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função - **(reconhecer firma)**
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade - **(Autenticado)**
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
Os documentos deverão ser FOTOCOPIADOS e apresentados separadamente um por folha.

ANEXO II DO DECRETO Nº 049/2017

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 40 HORAS - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
33º	LUISA AMANDA DE CARVALHO
34º	MARCIA DA SILVA ROCHA

Cargo: PSICÓLOGO - 40 HORAS - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
2º	MARIA APARECIDA BEZERRA DE SOUZA

Cargo: DENTISTA - 40 HORAS - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
1º	ERIC DIAS

Cargo: ENFERMEIRO - 40 HORAS - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
4º	LOUISI CRISTINI LOPES CARVALHO

Diamantino-MT, 02 de Maio de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRAPrefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CISCN

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO, torna publico para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 040/2016 da Prefeitura Municipal de Diamantino, através do PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016, PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS EM GERAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA.

A EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: D. L. CARDOSO EIRELI – ME.

LOTE 01 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**QTDE**	**UNID**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
02	ACHOCOLATADO EM PÓ PACOTE 400 G	ITALAC	24	PCTE	R$ 4,11	R$ 98.64
03	AÇÚCAR CRISTAL PCT 2 KG	BARRAALCOOL	430	PCTE	R$ 5.39	R$ 2.317.70
05	ADOÇANTE 100 ML	MARATA	7	UND	R$ 2,73	R$ 19.11
08	AMIDO DE MILHO CX C/ 500 GR	MAIZENA	4	CAIXA	R$ 6,70	R$ 26.80
11	ARROZ AGULHINHA 5 KG POLIDO, CLASSE LONGO FINO TIPO 1.	FACCIO	400	PCTE	R$ 16.49	R$ 6.596.00

12	AZEITE DE OLIVA 500 ML	LA VIOLETERA	30	UND	R$ 16,14	R$ 484.20
21	BOLACHA DE NATA 400G	VITARELA	132	PCTE	R$ 4.97	R$ 656.04
24	BOLACHA ÁGUA E SAL PCTE 400 GR	DALLAS	118	PCTE	R$ 5.40	R$ 637.20
27	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500 G C/ SELO ABIC	MARATA	200	UND	R$ 8.99	R$ 1. 798.00
28	CALDO DE CARNE, EMBALAGEM COM 19G	KITANO	30	UND	R$ 0,72	R$ 21. 60
29	CALDO DE GALINHA, EMBALAGEM COM 19G	KITANO	50	UND	R$ 0,67	R$ 33. 50
31	CANELA EM PO 50GR	MIKA	30	UND	R$ 2,58	R$ 77. 40
36	CHÁ MATE DE 200 GR	SANTO ANTO-NIO	300	CX	R$ 4,50	R$ 1. 350.00
40	COCO RALADO 100 GR SEM AÇUCAR	INDIANO	60	UND	R$ 3,35	R$ 201.00
42	COLORAU PCTE C/ 500 GR	MARATA	10	PCTE	R$ 3,06	R$ 30. 60
43	CONDIMENTO DE CAMOMILA C/ 50 G	MIKA	30	PCTE	R$ 3,01	R$ 90. 30
44	CONDIMENTO DE ERVA DOCE C/ 50 GR	MIKA	30	PCTE	R$ 1,24	R$ 37. 20
45	CRAVO DA ÍNDIA, EMBALAGEM COM 10 G	MIKA	30	PCTE	R$ 1,72	R$ 51. 60
46	CREME DE LEITE DE LATA 300 GR	ITAMBE	86	UND	R$ 5.28	R$ 454.08
53	EXTRATO DE TOMATE TRAD. CONCENTRADO 800 G	XAVANTE	96	UND	R$ 7,42	R$ 712.32
54	FARINHA DE MANDIOCA DE 1 KG	JANGADA	20	KILO	R$ 5.70	R$ 114.00
55	FARINHA DE ROSCA DE 500 GR	MIKA	5	UND	R$ 3,59	R$ 17. 95
56	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	LUNAR	360	KILO	R$ 2,99	R$ 1. 076.40
58	FEIJÃO CARIOCA TIPO 01 PCT 1 KG	REI	360	KILO	R$ 5.39	R$ 1. 940.40
61	FERMENTO BIOLOGICO 500 GR (P/PÃO)	LESSAFRE	20	UND	R$ 15,22	R$ 304.40
62	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO 500 G	DR OETKER	30	UND	R$ 0,89	R$ 26. 70
68	FUBÁ DE MILHO 500 G	MIKA	92	PCTE	R$ 1,90	R$ 174.80
69	GELATINA DE FRUTAS 85 G SABORES VARIADOS	DR OETKER	231	UND	R$ 1,00	R$ 231.00
74	LEITE CONDENSADO LATA 395 G	ITAMBE	106	UND	R$ 4.59	R$ 486.54
75	LEITE DE COCO 200ML	MENINA	59	UND	R$ 2,82	R$ 166.38
77	LEITE UHT INTEGRAL 1000 ML	NENÊ	1000	UND	R$ 2.99	R$ 2. 990.00
86	MACARRÃO ESPAGUETE PCTE DE 1 KG, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	BERTOLINO	180	PCTE	R$ 3,64	R$ 655.20
87	MACARRÃO SÊMOLA ESPAGUETE PCT 500 G, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	BERTOLINO	180	PCTE	R$ 2,63	R$ 473.40
88	MACARRÃO TIPO CONCHA DE 500 GR, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	DALLAS	180	PCTE	R$ 2,57	R$ 462.60
89	MACARRÃO TIPO PARAFUSO 500 GR, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, -ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS E-STRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES D-O FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	BERTOLINO	180	PCTE	R$ 2,60	R$ 468.00
93	MARGARINA COM SAL DE 500 GR	DELINE	100	UND	R$ 12.59	R$ 1. 259.00
96	MILHO BRANCO P/ CANJICA DE 500 GR	MIKA	40	PCTE	R$ 2,05	R$ 82. 00
98	MILHO VERDE EM CONSERVA 200 G	SOFRUTA	112	UND	R$ 1,72	R$ 192.64
99	MOLHO SHOYO 500 ML	SAKURA	13	UND	R$ 5,41	R$ 70. 33
102	ÓLEO DE SOJA 900 ML	LIZA	360	UND	R$ 3.69	R$ 1. 328.40
103	ORÉGANO, FOLHAS SECAS E TRITURADAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE 10 GR.	MIKA	400	PCTE	R$ 1,05	R$ 420.00
104	OVOS DE GALINHA, COR BRANCA, TIPO A (GRANDE).	GRANDE POL-PA	80	DÚZIA	R$ 5,26	R$ 420.80
113	POLVILHO DOCE TIPO 01 KG	MIKA	10	UND	R$ 4,73	R$ 47. 30

118	SAL, REFINADO, IODADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	PIRAMIDE	60	KILO	R$ 1,15	R$ 69.00
119	SARDINHA LATA EM ÓLEO 130 G	PALMEIRA	50	UND	R$ 2,56	R$ 128.00
120	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS, EMBALAGEM DE 500ML, C/ CAPACIDADE DE 4,5 L	DAFRUTA	336	UND	R$ 6.90	R$ 2.318.40
127	VINAGRE, DE VINHO, TINTO OU BRANCO 750ML	GALO DE BARCELOS	48	UND	R$ 3,28	R$ 157.44
TOTAL:						**R$ 32.587,39**

Valor total Aderido: R$ 32.587,39

Vigência: a contar da data de assinatura até 31/12/2017.

Diamantino – MT, 02 de maio de 2017

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente

Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de MT

Diamantino - MT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CISCN

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO, torna publico para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 021/2016 da Prefeitura Municipal de Diamantino, através do PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016, PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS EM GERAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA.

A EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: D. L. CARDOSO EIRELI – ME.

LOTE 02 – CARNES EM GERAL

Item	Descritivo dos Serviços	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
87	APRESUNTADO	KILO	12	R$ 15.73	R$ 188.76
88	BACON	KILO	26	R$ 16.95	R$ 440.70
94	CARNE BOVINA DE 2º EM PEDAÇOS KG	KILO	429	R$ 12.99	R$ 5.572.71
95	CARNE BOVINA MOIDA DE 2 KG	KILO	182	R$ 13.22	R$ 2.406.04
96	CARNE BOVINA TIPO COLCHAO MOLE DE 1ª KG	KILO	429	R$ 17,98	R$ 7.713.42
97	CARNE SUINA – COSTELA	KILO	182	R$ 11,52	R$ 2.096.64
98	CARNE SUINA 1ª EM PEDAÇO	KILO	116	R$ 10.54	R$ 1.222.64
99	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO	KILO	743	R$ 7.65	R$ 5.683.95
101	LINGUIÇA CALABRESA	KILO	40	R$ 12.09	R$ 483.60
103	PEITO DE FRANGO CONGELADO	KILO	281	R$ 7.89	R$ 2.217.09
				TOTAL	R$ 28.025.55

LOTE 04 – FRUTAS E VERDURAS

tem	Descritivo dos Serviços	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
233	ABOBORA CABOTIA	KILO	178	R$ 2,50	R$ 445.00
236	ABOBRINHA VERDE	KILO	175	R$ 3.07	R$ 537.25
237	ACELGA	KILO	106	R$ 7.51	R$ 796.06
238	ALFACE CRESPA	PCTE	158	R$ 2.86	R$ 451.88
239	ALFACE LISA	PCTE	158	R$ 2.86	R$ 451.88
240	ALHO GRAUDO	KILO	66	R$ 26.83	R$ 4.239.14
241	BANANA DA TERRA	KILO	110	R$ 4.20	R$ 462.00
243	BANANA NANICA	KILO	139	R$ 2.60	R$ 361.40
244	BATATA DOCE	KILO	109	R$ 3.33	R$ 362.97
245	BATATA INGLESA	KILO	400	R$ 3.31	R$ 1.324.00
247	BETERRABA	KILO	142	R$ 3,79	R$ 538.18
249	CEBOLA NACIONAL	KILO	132	R$ 4.40	R$ 580.80
250	CHEIRO VERDE – CEBOLINHA	UNID	100	R$ 2.86	R$ 286.00
251	CENOURA	KILO	231	R$ 5.34	R$ 1.233.54
252	CHEIRO VERDE – SALSINHA	UNID	100	R$ 2,86	R$ 286.00
253	CHUCHU	KILO	142	R$ 3.11	R$ 441.62
256	LARANJA PERA	KILO	429	R$ 1,49	R$ 639.21
258	MAÇA NACIONA	KILO	96	R$ 7.36	R$ 706.56
260	MANDIOCA DESCASCADA	KILO	144	R$ 3,94	R$ 567.36
264	PEPINO CAIPIRA	KILO	59	R$ 2.88	R$ 169.92
265	PIMENTAO VERDE	KILO	50	R$ 5.06	R$ 253.00
268	REPOLHO VERDE	KILO	66	R$ 4.00	R$ 264.00
270	TOMATE TAMANHO MEDIO A GDE	KILO	384	R$ 6.00	R$ 2.304,00

271	VAGEM	KILO	99	R$ 12.23	R$ 1.210,77
				TOTAL	R$ 18.912.54

LOTE 05 – FRIOS EM GERAL

tem	Descritivo dos Serviços	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
274	MUSSARELA FATIADA	KILO	12	R$ 20.02	R$ 240.24
276	SALSICHA	KILO	15	R$ 6.19	R$ 92.85
				TOTAL	R$ 333,09

Valor total Aderido: R$ 47.271,18

Vigência: a contar da data de assinatura até 31/12/2017.

Diamantino – MT, 02 de maio de 2017

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente

Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de MT

Diamantino - MT

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 391/2016 da Diretoria de Administração e Gestão - (FUNAI) Coordenação da Regional de Cuiabá, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 391/2016, PREGÃO ELETRONICO Nº 06/2016 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: HPE AUTOMOTORES DO BRASIL - LTDA.

ITEM	TIPO DE VEICULO	UND	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Veiculo tipo pick-up, modelo: L200 TRITON GL, cabine dupla com 04 portas laterais, tração 4x2, 4x4 e 4x4 reduzida; ano de fabricação 2016 ou mais atual; modelo 2016 ou mais atual; potência 180 CV, motor de 3,2L (3.200 cm3); vão livre de 210mm em relação ao solo; capacidade de carga útil (total do veiculo), 1.010 kg; tanque de combustível com capacidade de 90 litros; motor a Diesel, com 04 cilindros; Direção Hidráulica; Ar Condicionado de fabrica; Air bag duplo frontal (motorista e passageiro); aplicação de película protetora de raios solares; jogo de tapetes; pneus originais de fabrica e homologado pela montadora; aro 16 (PNEUS: 225/75 R16, RODAS: AÇO, 16" X 6); parachoque de impulsão; protetor de Cárter, estribos nas laterais, capota marítima, protetor de caçamba, Cor Branca, para choques dianteiro e traseiro, padrão de fabrica, engate traseiro para reboque de acordo com as exigências do CONTRAN; rádio AM/FM, CD Player MP3, entrada USB; Todos os equipamentos de Segurança exigidos por lei (triângulo, chave de roda, pneu reserva, etc.); Atende as exigências do PROCONVE. Demais itens de segurança determinados por lei, Licenciado e Emplacado. Assistência técnica em Cuiabá/MT e em todas as unidades da Federação. Procedência: Nacional.	UND	01	MITSUBISH	113. 000,00	113. 000,00
VALOR TOTAL R$						**113. 000,00**

Valor Total Aderido:R$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais).

Vigência: a contar da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2017.

Os contratos serão efetivados conforme a necessidade da Administração

Diamantino– MT, 03 de Maio de 2017.

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 085/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR CLAUDIO CALDEIRA GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **02/04/2014 a 02/04/2016.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Férias ao servidor **CLAUDIO CALDEIRA GONÇALVES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **17/04/2017 a 15/06/2017.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 05 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 088/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA KATIA FERREIRA DE ALMEIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **27/07/2015 a 27/07/2016.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **KATIA FERREIRA DE ALMEIDA**, sendo 10 (dez) dias de abono pecuniário, o que a mesma tem direito.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **10/04/2017 à 09/05/2017**, devendo a mesma retornar às suas atividades em **30/04/2017**.

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 091/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA GUIOMAR MADALENA FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **09/02/2011 a 09/02/2015.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 120 (cento e vinte) dias de Férias à servidora **GUIOMAR MADALENA FERREIRA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **17/04/2017 a 14/08/2017.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 087/2017 DE 06 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DALVA MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **09/01/2011 a 09/01/2016.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **DALVA MARIA DA SILVA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **10/04/2017 a 09/05/2017.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 086/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA THOMÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Membro do Conselho Tutelar, no período aquisitivo de **10/01/2016 a 10/01/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias à servidora **ADRIANA THOMÉ.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **10/04/2017 a 09/05/2017.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 05 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 089/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA SIMONE DE AMORIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **01/03/2016 a 01/03/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias à servidora **SIMONE DE AMORIM.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **12/04/2017 a 11/05/2017.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 090/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA ROSANGELA DIAS ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **20/02/2016 a 20/02/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias à servidora **ROSANGELA DIAS ALVES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **11/04/2017 a 10/05/2017.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de Abril de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI N.° 868/2017

LEI N.º 868/2017 De, 17 de abril de 2017.

"Dispõe sobre contratação temporária de pessoal de excepcional interesse público e para atender a convênios e acordos de interesses sociais e dá providências."

Sr. **MARCELO DE AQUINO,** Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, objetivando a implantação e funcionamento da máquina administrativa, pelo período de doze meses, ou até a realização de concurso público.

Parágrafo Único: As contratações a que se refere este artigo são as constantes do anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Administração Pública Municipal poderá ainda efetuar contratações de pessoal com a finalidade precípua de atender aos convênios e acordos de interesse social, a serem firmados com organismos públicos ou privados das esferas estaduais e federais, bem como, com outros Municípios do Estado, visando à cooperação técnica financeira.

Parágrafo Único: As contratações a que se refere o *Caput* deste artigo poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I. atender as necessidades do Município em nível de convênios, acordos ou ajustes para execução de obras ou prestação de serviços durante o seu período de vigência;

II. atender a execução de programas especiais de trabalhos instituídos por Decreto do Executivo Municipal, nas necessidades conjunturais que demandam a atuação da Prefeitura, por período determinado;

III. atender aos convênios de cooperação técnica ou financeira autorizada pela Câmara Municipal.

Art. 3º. O prazo de duração dos contratos temporários referidos no artigo 2º desta Lei, ficará restrito à vigência dos respectivos convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Município, não podendo ultrapassar período de um ano consecutivo.

Art. 4º. As contratações autorizadas por Lei, não constituirão vínculo empregatício algum em função do disposto no Inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 5º. Os servidores contratados por esta Lei perceberão os vencimentos fixados no anexo I, integrante desta Lei.

Art. 6º - As remunerações do pessoal a ser contratado com fim específico previsto no art. 2º desta Lei, será aquela determinada pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste ou pelo valor de mercado, quando se tratar de profissional qualificado e de nível superior.

§1º. Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos aos assemelhados, constates no plano de Cargos e Salários ou no Quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

§2º. O pessoal contratado nos termos do art. 2º desta Lei fará jus a férias, 13º salário e qualquer outro tipo de vantagens previstas para os servidores públicos municipais, se houver previsão de recursos financeiros específicos no referido convênio.

Art. 7º. O Regime Jurídico Único dos contratados temporários permitidos por lei será Estatutário, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 8º. As contratações estabelecidas por esta Lei terão dotação específica e serão cobertas com recursos previstos no Orçamento Programa Anual do Município.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a janeiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 17 de abril de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

ANEXO I –LEI Nº. 868 de 17 DE ABRIL DE 2017.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Cargos	Quantidade de Vagas	Vencimento (R$)
Agente Administrativo	03	1.049,00
Contador	01	2.500,00
Controlador Interno	01	2.500,00

DEPARTAMENTO DE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Cargos	Quantidade de Vagas	Vencimento (R$)
Auxiliar de Serviços Gerais	005	937,00
Professor de Nível Magistério	005	1.724,10

General Carneiro-MT, 17 de Abril de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI N.° 869/2017

LEI N.º 869/2017 De, 17 de abril de 2017.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE PREGOEIRO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito De General Carneiro/MT, Sr. **Marcelo de Aquino**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado na Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT o cargo de provimento em comissão de Pregoeiro, com a respectiva vaga e vencimento pelo efetivo exercício da função, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º. São atribuições do Pregoeiro:

I - credenciamento dos interessados;

II - recebimento dos envelopes das propostas de preço e da documentação de habilitação;

III - abertura dos envelopes das propostas de preço, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - verificação da conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V - condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou lance de menor preço;

VI - verificação e julgamento das condições de habilitação;

VII - recebimento, exame e julgamento das impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

VIII - adjudicação da proposta de menor preço, desde que não tenha havido recurso;

IX - supervisão da elaboração de ata;

X - condução dos trabalhos da equipe de apoio;

XI - recebimento, exame e decisão sobre recursos;

XII - encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 3º. Somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer esta atribuição e tenha perfil adequado aferido pela autoridade competente.

Art. 4º. A designação do pregoeiro se dará por Portaria e terá prazo de vigência de um ano, admitindo-se reconduções.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 17 de abril de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

ANEXO I –LEI N.° 869 de 17 de ABRIL de 2017- CARGO EM COMISSÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Cargos	Vaga	Escolaridade	Vencimento (R$)
Pregoeiro	01	Nível Médio	3.000,00

General Carneiro, 17 de Abril de 2017.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº.001/2017, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA PARA USO NO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2.017**.

Obteve o seguinte resultado a empresa: E. F. DA SILVA – SUPERMERCADO – ME, CNPJ: 08.946.167/0001-51, sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 11,00 ITEM 02: R$ 4,20 ITEM 05 R$ 4,50 ITEM 06 R$ 24,19 ITEM 07 R$18,70 ITEM 09 R$ 0,89 ITEM 10 R$ 2,05 ITEM 19: R$ 50,90 ITEM 20: R$ 1,49 ITEM 21: R$ 1,55 ITEM 22: R$ 2,75 ITEM 23: R$ 2,62 ITEM 24: R$ 2,80 ITEM 28 R$ 0,94 ITEM 29: R$ 1,50 ITEM 30: R$ 3,50 ITEM 31: R$ 4,40 ITEM 36: R$ 11,00 ITEM 41: R$ 21,90 ITEM 51: R$ 11,30 ITEM 52: R$ 2,97 ITEM 55: R$ 8,13 ITEM 56: R$ 313,70 no valor total de R$ 42.301,30 (quarenta e dois mil, trezentos e um reais e trinta centavos). A Empresa LEITE ARAUJO & ARAUJO LTDA, CNPJ 01. 630.544/0001-08, sagrou-se vencedora nos seguintes itens: ITEM 08: R$ 2,63 ITEM 11 R$ 3,47 ITEM 12 R$ 1,19 ITEM 13 R$ 2,30 ITEM 15: R$ 1,40 ITEM 16: R$ 1,07 ITEM 17: R$ 2,60 ITEM 26: R$ 4,74 ITEM 34: R$ 5,50 ITEM 37: R$ 1,60 ITEM 38: R$ 1,69 ITEM 39: R$ 2,49 ITEM 42: R$ 1,98 ITEM 43: R$ 1,93 ITEM 44: R$ 1,79 ITEM 45: R$ 0,99 ITEM 46: R$

1,98 ITEM 47: R$ 3,42 ITEM 48: R$ 3,44 ITEM 49: R$ 3,69 ITEM 50: R$ 12,08 ITEM 54: R$ 7,34 ITEM 57: R$ 3,07 ITEM 59 R$ 4,30 ITEM 60: R$ 4,77 ITEM 61: R$ 2,01 ITEM 62 R$ 2,00 ITEM 63 R$ 6,78 ITEM 64 R$ 3,90 ITEM 67 R$ 6,00 no valor total de R$ 52.442,40 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos). A Empresa JOAQUIM SILVA REGO – COMERCIO - ME, CNPJ 21.168.953/0001-33, sagrou-se vencedora nos seguintes itens: ITEM 14: R$ 1,69 ITEM 18 R$ 2,50 ITEM 27 R$ 3,59 ITEM 35 R$ 3,00 ITEM no valor total de R$ 6. 647,30 (seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta centavos). A Empresa JOSE CARLOS ESTEVES DA COSTA JUNIOR, CNPJ 25.092. 036/0001-73, sagrou-se vencedora nos seguintes itens: ITEM 03: R$ 8,50 ITEM 04 R$ 5,95 no valor total de R$ 28.900,00 (vinte oito mil e novecentos reais). A Empresa J. MOREIRA BELO, CNPJ 08.568.820/0001-96, sagrou-se vencedora nos seguintes itens: ITEM 25: R$ 13,12 ITEM 32 R$ 4,04 ITEM 33 R$ 3,99 ITEM 40: R$ 3,44 ITEM 65: R$ 3,55 ITEM 66: R$ 3,63 no valor total de R$ 29.408,40 (vinte nove mil, quatrocentos e oito reais e quarenta centavos). A Empresa VALTEMES R. A. DE ARAÚJO – ME, CNPJ 37.472.503/0001-70, sagrou-se vencedora nos seguintes itens: ITEM 58: R$ 52,90 ITEM 68 R$ 5,49 ITEM 69 R$ 23,77 no valor total de R$ 14.494,20 (catorze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos). A Empresa A. ALVES CAPELI, CNPJ 04.126.414/0001-12, sagrou-se vencedora no seguinte item: ITEM 53: R$ 0,60 no valor total de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais).

Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO das empresas vencedoras onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas E. F. DA SILVA – SUPERMERCADO – ME, CNPJ: 08. 946.167/0001-51, LEITE ARAUJO & ARAUJO LTDA, CNPJ 01.630.544/ 0001-08, JOAQUIM SILVA REGO – COMERCIO - ME, CNPJ 21.168.953/ 0001-33, JOSE CARLOS ESTEVES DA COSTA JUNIOR, CNPJ 25.092. 036/0001-73, J. MOREIRA BELO, CNPJ 08.568.820/0001-96, VALTEMES R. A. DE ARAÚJO – ME, CNPJ 37.472.503/0001-70, A. ALVES CAPELI, CNPJ 04.126.414/0001-12. O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro -MT, 03 de Maio de 2017.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Processo nº 014/2017

LEI N.° 870/2017

LEI N.º 870/2017 De, 17 de abril de 2017.

"DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE POR VALORES REFERENTES ÀS MULTAS DE TRÂNSITO DECORRENTES DE INFRAÇÕES COMETIDAS POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, **Marcelo de Aquino**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. A responsabilidade pelo pagamento da multa de trânsito caberá ao servidor público na condução de veículo oficial que a ela deu origem, observadas as disposições legais, inclusive no apontamento de registro contábil e funcional.

Parágrafo único - Identificado o servidor municipal que cometeu a infração de trânsito deverá o Setor de Frotas providenciar o preenchimento de formulário adequado informando ao órgão de trânsito os dados do condutor para fins de anotação da pontuação aferida no cadastro da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Art. 2º. Recebida a Notificação de Infração de Trânsito, a multa será encaminhada pela Secretaria de Administração, ao motorista infrator informando-o que, no prazo estipulado para tal, deverá apresentar defesa prévia e/ou recurso junto ao Órgão de Trânsito ou, alternativamente, efetuar o pagamento da multa, encaminhando, posteriormente, cópia devidamente autenticada pelo agente arrecadador.

§ 1º. Indeferido o recurso apresentado junto à Junta Administrativa de Infração de Trânsito, o motorista infrator deverá promover imediatamente o pagamento da multa e comprovar a quitação perante a Secretaria de Administração.

§ 2º. A falta de observância, pelo motorista infrator, ao procedimento previsto neste artigo, acarretará abertura de Inquérito Administrativo para apuração de responsabilidade.

Art. 3º. Caso a Comissão de Inquérito Administrativo reconheça a responsabilidade do servidor pelo pagamento da multa de trânsito, o motorista infrator deve ser novamente notificado para pagá-la, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 4º. Caso o notificado se abstenha de recolher o valor de seu débito no interregno aprazado, a Secretaria de Administração, promoverá o pagamento da multa e encaminhará solicitação ao responsável do Setor de Recursos Humanos para que este providencie o desconto na folha de pagamento do funcionário público.

Parágrafo Único - O servidor poderá optar por ressarcir a administração por meio de pagamento de boleto bancário gerado pela tesouraria.

Art. 5º. Efetuado o pagamento ou o desconto mensal no contracheque do funcionário público, o Setor de Contabilidade providenciará a respectiva baixa da responsabilidade.

Parágrafo Único - A não efetivação do pagamento do boleto gerado ou do valor correspondente a multa infracional de trânsito, será inscrito em Dívida Ativa para posterior cobrança pelos meios legais.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a baixar Decreto visando regulamentar a matéria no que for necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 17 de abril de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 014/2017, obteve o seguinte resultado: A empresa **JEOVAN FERREIRA DA COSTA 77299833115** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais). A empresa **LORENI JASCOV 55146651191** sagrou-se vencedora para item 46672 com o valor global de **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais). A empresa **LORENI JASCOV 55146651191** sagrou-se vencedora para item 46837 com o valor global de **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais). A empresa **ALTAMIRO CESARIO CORREIA 90844904104** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais). A empresa **ANA PAULA MARCIANO 03963665114** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais). A empresa **ROGÉRIO JOSÉ DOS SANTOS 00822283107** sagrou-se vencedora para o item 46670 com o valor global de **R$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais). A empresa **ROGÉRIO JOSÉ DOS SANTOS 00822283107** sagrou-se vencedora para o item 46673 com o valor global de **R$ 16.000,00** (dezesseis mil reais). A

empresa **ANA BELA DELGADO GOMES 02184304182** sagrou-se vencedora para o item 46668 com o valor global de **R$ 9.600,00** (nove mil e seiscentos reais). Sendo o valor total global do certame R$ 109.600,00 (cento e nove mil e seiscentos reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 03 de maio de 2017. **Silvana de Lourdes Pereto/**Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

O município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 003/2017, cujo o objeto é a Contratação de Empresa Habilitada em Prestação de Serviços de Obra de Engenharia para Construção do Centro de Eventos, (lar do Idoso) no Município de Guarantã do Norte/MT, com abertura prevista para o dia 19/05/2017 às 08h00min. Os interessados poderão retirar o Edital juntamente com os projetos, gratuitamente no site municipal www.guarantadonorte.mt.gov.br ou solicitar via e-mail: licitacao@guarantadonorte.mt.gov.br. Guarantã do Norte/MT, 03 de maio 2017. **Gutenberg Xavier Alves Dos Santos** Comissão Permanente de Licitação/**Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2017

O Prefeito Municipal, Sr. Valteir Quirino dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, Resolve contratar a empresa CONTRACT SHOW PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, para atender as Festividades da Feira Cultural – Gastronomia, Musicas e Artes, onde trata-se da contratação de *show* artístico musical sertanejo nacional de **João Neto & Frederico**, no dia 12 de maio, por ocasião do 31º **aniversario de Indiavaí**, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 02 de maio de 2017.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 027/2016.

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR MÚTUO TERMINO DE CONTRATO, o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 07.209.245/0001-72, com domicílio na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, Mato Grosso, fone (66) 3588-1566/1538, CEP 78578-000, representado por seu prefeito constitucional, o Sr. **PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipiranga do Norte, Mato Grosso, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado o Sr. **DIEGO FAVARIN RECH,** brasileiro, solteiro, maior, médico, Carteira de Identidade Civil RG. 4318726 SESP/SC, e CPF Nº. 059.483.609.38, residente e domiciliado na Rua das Rosas, QD. 18, Lote 01, Apto. 03, Centro, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADO**, resolvem rescindir, a partir desta data, o CONTRATO Nº. 027/2016 (contratação temporária por excepcional interesse público, firmado nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição e da Lei nº. 234/2009, para exercer a função de Médico, passando esta rescisão a fazer parte integrante do contrato inicial supracitado com todas as verbas previstas na Lei Municipal nº. 032/2015 – Estatuto dos funcionários públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT, exceto os direitos que são exclusivos dos servidores efetivos.

A partir de 02 de maio de 2017, ambas as partes ficam liberadas de quaisquer compromissos firmados entre si;

E por estarem às partes ajustadas e de comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito.

Ipiranga do Norte/MT, 02 de maio 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal - contratante

_____

DIEGO FAVARIN RECH

Contratado

T E S T E M U N H A S:

1ª) _____ 2ª) _____

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2017

CIRURGIÃO DENTISTA – 40 H

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. KAYRA NAINNY ARRUDA PORTELA com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr. PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipiranga do Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Sra. **KAYRA NAIANNY ARRUDA PORTELA,** brasileira, solteira, maior, Carteira de Identidade Civil RG. 2586113-1 SSP/MT, e CPF Nº 054.122.861-78, residente e domiciliado na Rua das Violetas, nº 02, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Cirurgião - Dentista, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Cirurgião - Dentista, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2017 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Municipal Nº. 054/2005 correspondente ao Cargo de Cirurgião – Dentista, ficando subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 40 (Quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal Nº. 054/2005 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 001/2017 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 31.545,54 (Trinta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos), sendo o valor mensal de R$ 5.257,59 (Cinco mil, duzentos e cinqüenta e sete reais e cinqüenta e nove centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei Complementar n° 032/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado a **CONTRATADA** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2017. **08.002.10.301.0023.2067. 319004000000.0.1.02.000000 - contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 03 de maio de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

KAYRA NAIANNY ARRUDA PORTELA

Contratada

TESTEMUNHAS

1ª_____

2ª_____

C.P.F C.P.F

R.G R.G

CÂMARA MUNICIPAL / JURÍDICO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Ref. Processo Administrativo n° 004/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei nº 8.666/93, homologo o resultado e adjudico seu objeto relativo à licitação aberta pela Tomada de Preço nº 002/2017, a Empresa**: Claudineia de Oliveira ME (Cacau Minas Viagens)** sob o CNPJ nº 22.524.992/0001-99, que apresentou para o Item 02 Passagens Aéreas nacionais, com itinerário principal de Sinop/Sorriso a Brasília, Brasília a Sinop/Sorriso; Cuiabá a Brasília, Brasília a Cuiabá e outras localidades com desconto de 5%, o critério de julgamento está conforme a Edital de Tomada de Preço 002/2017 e é o de maior desconto, constante do Edital, por não ter sido apresentada proposta e a empresa participante não ter interesse em concorrer para o **Item 1 (Passagens Terrestres)**, a Comissão de Licitação decidiu declarar **Deserta** a Licitação quanto ao **Item 1 (Passagens Terrestres)** com itinerário principal de Sorriso a Cuiabá e Cuiabá a Sorriso e outras localidades com maior desconto, por entender que não há prejuízo ao interesse público e por não ter ocorrido nenhuma prorrogação, será aberto novo processo administrativo licitatório para o item 1, em cumprimento ao que determina o art. 43 inciso VI da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

Ipiranga do Norte/MT aos 03 dias do mês de maio de 2017.

_____

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 115, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 004/2017 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 004/2017 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 004/2017, firmado entre **O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E A EMPRESA GELCI KIST 04585191976**, conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- RINALDO ALVES DA SILVA

CPF- 432.878.241-04

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 02 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 114, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 003/2017 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 003/2017 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 003/2017, firmado entre **O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E A EMPRESA AFRANIO AIRES DE ALCANTARA SILVA 08550647497**, conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- RINALDO ALVES DA SILVA

CPF- 432.878.241-04

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 02 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 116, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Corrobora a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº. 11.494 consoante a Lei Municipal nº. 341 de 30 de Junho de 1.997 combinados com a Lei Municipal nº 704 de 11 de abril de 2011 e a Portaria nº. 430 do dia 10 de dezembro de 2008,

CONSIDERANDO a lavratura da ATA datada de 28/04/2017 do Conselho Municipal do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o chefe do Poder Executivo Municipal em cumprimento das exigências e formalidades legais em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1º**.** Corroborar a nomeação dos membros do Conselho Municipal do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, referente ao período de 23 de abril de 2017 a 23 de abril de 2019, consoante membros abaixo relacionados:

Presidente:

Marcilene de Souza Barros Rangel

CPF: 936.786.811-15

Telefone: 65 99621 4848

Email: marcilene-rangel@outlook.com

Vice-Presidente: Queila Lemes de Freitas

CPF: 860.708.001-68

Telefone: 65 99998 7506

Email: queila_lemes@hotmail.com

Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Silvana Maria Rossoni

CPF: 424.429.821-53

Telefone: 65 99621 0962

Email: Silvana_itiquira@hotmail.com

Suplente: Solange Garcia Gimenes

CPF: 200.597.791-87

Telefone: 65 99616 9823

Email: solangegarcia_gimenes@hotmail.com

Titular: Maria Clara Carvalheiro Marques

CPF: 411.425.601-63

Telefone: 65 99621 1279

Email: clara.mccm@uol.com.br

Suplente: Jhonatan Presotto

CPF: 019.685.411-36

Telefone: 65 99906 0001

Email: jhonatanpresotto.78@hotmail.com

Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Marcilene de Souza Barros Rangel

CPF: 936.786.811-15

Telefone: 65 99621 4848

Email: marcilene-rangel@outlook.com

Suplente: Sandra Rosa de Pinho Arimatéia

CPF: 638.444.781-91

Telefone: 65 99661 2260

Email: sandrarosadepinho@yahoo.com.br

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Queila Lemes de Freitas

CPF: 860.708.001-68

Telefone: 65 99998 7506

Email: queila_lemes@hotmail.com

Suplente: Lediani Fernandes Couto

CPF: 919.475.611-20

Telefone: 66 99967 9730

Email: ledi.couto@hotmail.com

Representante dos Servidores Técnico-Administrativo da Educação Básica:

Titular: Joana Darque de Almeida

CPF: 959.566.031-00

Telefone: 66 99971 5902

Email: joanaalmeida-7@hotmail.com

Suplente: Lilian Camargo da Rocha Backes

CPF: 002.979.651-23

Telefone:66 99607 4968

Email: lilian29camargo@hotmail.com

Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Meire Regina Rodrigues Aragão

CPF: 873.919.701-82

Telefone: 65 99933 2476

Email: meirearagao2011@hotmail.com

Suplente: Gleysse de Souza Nunes

CPF: 975.257.231-68

Telefone:65 99660 7439

Email: gleysse_py@hotmail.com

Titular: Maria Jesus Alves Pacheco

CPF: 915.797.161-72

Telefone: 65 99639 9769

Email: mariajpacheco@outlook.com

Suplente: Adriana Pereira E. Silva

CPF: 499.999.111-87

Telefone: 65 99908 4757

Email: adrianadvdvivo@hotmail.com

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Claudilene Melo Ferreira

CPF: 020.403.981-98

Telefone: 65 99603 2959

Email: claudilene_mf2017@outlook.com

Suplente: Luzia Selma Pereira da Silva

CPF: 038.354.921-36

Telefone: 65 99663 1624

Email: luziaselma@hotmail.com

Titular: Jucélia Ilário Mariano

CPF: 031.153.761-89

Telefone: 65 99602 7265

Email: jucelia_ilario@hotmail.com

Suplente: Maria Andrelina da Silva Lima

CPF: 056.410.271-70

Telefone: 65 99917 5699

Email: mariaandrelina@hotmail.com

Representante do Conselho Tutelar Municipal:

Titular: Roseli Aparecida do Nascimento

CPF: 705.827.504-15

Telefone: 65 99953 8162

Email: roseliapnascimento@hotmail.com

Suplente: Joelma Rodrigues da Silva

CPF: 921.313.871-72

Telefone: 65 99608 3679

Email: joelma170silva@hotmail.com

Art. 2°- As atribuições dos Membros nomeados, são as estabelecidas na Legislação Municipal pertinente em vigor, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as reuniões e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 02 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 014/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 014/2017** foram vencedoras as empresas **GALEAO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA** ao valor global de R$ 120.218,00 (Cento e vinte mil duzentos e dezoito reais); **PNEUAR COMERCIO PNEUS LTDA** ao valor global de R$ 290.060,00 (Duzentos e noventa mil e sessenta reais) e **PNEUS VIA NOBRE LTDA** ao valor global de R$ 342.480,00 (Trezentos e quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 03 de maio de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 012/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeiro designada, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 012/2017** foi vencedora a empresa, **C. ROBERTO SILVA COMERCIO** ao valor global de R$ 400.800,00 (Quatrocentos mil e oitocentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 03 de maio de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO N. 013/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, a sessão do dia 27/04/2017, referente ao **PREGÃO n.º. 013/2017**. OBJETO: **"Registro de preços para eventual aquisição de Hidrômetros unijato residencial, aferidos e lacrados dentro das normas adotadas pelo INMETRO para o Departamento de Água e Esgoto do Município de Jaciara/MT",** foi declarada **DESERTA**, pois não acudiram interessados. Jaciara-MT, 03 de maio de 2017.

Tiago Rodrigo Zenkner

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO Nº. 01/2017

Referente: Execução do Contrato **n.º 003/2015.**

- **Objeto 1** : Contratação de empresa para execução de obras de Revitalização da Iluminação Pública da Avenida Antônio FerreiraSobrinho, no Município de Jaciara/MT.

Interessado: Empresa,**ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME CNPJ nº00.226.324/0001-42.**

NOTIFICAMOS a empresa **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, CNPJ nº 00.226.324/0001-42** do descumprimento da contratação celebrada entre as partes, em virtude da adjudicação da proposta ofertada pela notificada, na licitação realizada por este Município, Acordado através do contrato nº **003/2015** de 10 de Janeirode 2015, pelo fato de estar com os serviços paralisados desde 26/06/2015, lembrando que os recursos financeiros estão disponíveis desde 02/01/2017.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; (BRASIL, LEI FEDERAL 8666/93).

Diante do exposto, e considerando a **Execução da obra**,que não estão sendo executada de acordo legal contratada.

Desta forma fica a empresa **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, CNPJ nº 00.226.324/0001-42**advertida a retomar as atividades no prazo máximo de **10 dias** a contar da data da **Publicaçãoe ou recebimento** desta notificação.

Vale ressaltar que, o descumprimento do contrato, conforme item 11 do contrato n.º 003/2014 ocorrera às seguintes penalidades.

11- DAS PENALIDADES

*11.1-Pelo inadimplemento total ou parcial do presente Contrato ficará a **CONTRATADA** sujeita às seguintes penalidades, a critério do **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa:*

11.1.1-Advertência;

11.1.2-Multas;

11.1.3-Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses.

11.1.4-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

Jaciara-MT, 02 de Maio 2017.

Amarildo Ticianel

ENGENHEIRO CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA DE CREDENCIAMENTO

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO 004/2017, INEXIGIBILIDADE NÚMERO 004 DE DEZENOVE DE ABRIL DE 2017, PARA AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES SELF-SERVICE, MARMITEX E HOSPEDAGEM EM HOTEL, CONFORME O PRESENTE EDITAL.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sede da Prefeitura Municipal, Paço Municipal “José Peres”, situado na Rua do comércio, quatrocentos e oitenta, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, designada pela Portaria número 29 (vinte e nove) de dois mil e dezessete, datada de 02 (dois) de Janeiro, compostas pelos seguintes membros: **ROSEMIR GARCIA DE SOUZA – PRESIDENTE, ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS – SECRETÁRIA, JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO – MEMBRO**, para receber a proposta de adesão ao credenciamento Público acima epigrafado, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios – AMM, do dia 06 (seis) de abril. Compareceu a seguinte Empresa **JAURU EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME**, com sede na Rua do Comércio, nº. 524, Centro, Jauru – MT, inscrita no CNPJ sob o número 17.337.942/0001-62, iniciando os trabalhos, a Comissão recebeu do setor de protocolo os envelopes contendo os documentos de habilitação juntamente com a proposta, que foram todos periciados e vistados pela Comissão, estando à empresa apta a participar do certame, porque apresentou todos os documentos exigidos no edital, as propostas apresentadas de adesão está de acordo com os preços da tabela em anexo ao edital. Ficando a empresa **JAURU EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME**, credenciada para fornecer os serviços de hospedagem em hotel conforme objeto do edital, referente aos serviços de refeições self-service, marmitex, fica prorrogado o prazo para credenciamento de empresas interessadas até o dia 03 de maio de 2017. Nada mais havendo em tratar-se o Presidente deu por encerrada à reunião e determinou que fosse lavrado a presente ATA, onde eu Elizabete Moreira de Jesus dos Santos lavrei a presente, que após lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito para Homologação se assim estiver de acordo.

ROSEMIR GARCIA DE SOUZA ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS

Presidente da CPL Secretária

JOELMA GOMES OLIVEIRA ARAUJO

Membro

RESULTADO DE JULGAMENTO

Resultado de Habilitação e Julgamento de Proposta

Tomada de Preço 001/2017

O Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria 029 de 02 de Janeiro, torna publico aos interessados que após abertura e julgamento dos documentos de habilitação e proposta de preço, referente os **SERVIÇOS DE** AMPLIAÇÃO DA UBS-UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE “ENÉAS RODRIGUES DA SILVA”, LOCALIZADA À RUA ANGELINA BERGAMASCHI ESQ. RUA PASTOR BENEDITO DA SILVA, BAIRRO VISTA ALEGRE, CIDADE DE JAURU – MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE (UBS)., sagrou-se vencedora a Empresa **NÁDIA F. M. ESSI – CONSTRUÇÕES - ME**, com o valor de R$ 217.857,82 (duzentos e dezessete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

Paço Municipal “Jose Peres”, em Jauru-MT, 02 de maio de 2017.

ROSEMIR GARCIA DE SOUZA

Presidente da CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17 a Dispensa de Licitação nº. 015/2017, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 02/05/2017, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE REATORES.**

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 03 de maio de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

ATA DE CREDENCIAMENTO

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO 005/2017, INEXIGIBILIDADE NÚMERO 005 DE VINTE E OITO DE ABRIL DE 2017, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES E LABORATORIAIS, CONFORME O PRESENTE EDITAL.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sede da Prefeitura Municipal, Paço Municipal "José Peres", situado na Rua do comércio, quatrocentos e oitenta, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, designada pela Portaria número 029 (vinte e nove) de dois mil e dezessete, datada de 02 (dois) de Janeiro, compostas pelos seguintes membros: **ROSEMIR GARCIA DE SOUZA – PRESIDENTE, ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS – SECRETÁRIA, JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO – MEMBRO**, para receber a proposta de adesão ao credenciamento Pública acima epigrafado, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios – AMM, do dia 24 (vinte e quatro) de abril. Compareceu a seguinte Empresa **SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR**, com sede na Rua Dom Pedro II, nº. 625, Centro, Jauru – MT, inscrita no CNPJ sob o número 03.009.149/0001-20, iniciando os trabalhos, a Comissão recebeu do setor de protocolo os envelopes contendo os documentos de habilitação juntamente com a proposta, que foram todos periciados e vistados pela Comissão, estando à empresa apta a participar do certame, porque apresentou todos os documentos exigidos no edital, as propostas apresentadas de adesão está de acordo com os preços da tabela em anexo ao edital. Ficando a empresa **SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR**, credenciada para fornecer o objeto do edital. Nada mais havendo em tratar-se o Presidente deu por encerrada à reunião e determinou que fosse lavrado a presente ATA, onde eu Elizabete Moreira de Jesus dos Santos lavrei a presente, que após lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito para Homologação se assim estiver de acordo.

ROSEMIR GARCIA DE SOUZA ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS

Presidente da CPL Secretária

JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAUJO

Membro

EDITAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 004/2017

O SENHOR PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNCIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA QUE OS RELATORIOS **RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária** do **PRIMEIRO BIMESTRE** DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU - MT, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NO SITE **www.jauru.mt.gov.br** no link PORTAL DA TRANSPARENCIA PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

JAURU — MT, 31 DE MARÇO DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERRATA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na Publicação do Diário Oficial Eletrônico AMM referente ao dia 28 de abril de 2017, N°. 2.718 página 218 onde se lê 27 de janeiro de 2017, leia-se 27 de abril de 2017.

DECRETO Nº 051/2017

DECRETO Nº. 051 DE 03 DE MAIO DE 2017.

"**NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**"

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, conforme preceitua a Lei Municipal nº. 327 de 18 de maio de 2007.

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TITULAR: Elizabete Moreira de Jesus dos Santos

SUPLENTE: Andréia Aparecida Nascimento

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Itamar Lucas Rosa

SUPLENTE: Cícero Guilherme da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: Udânia Ermisdorff de Souza Oliveira

SUPLENTE: Luciana Serafim da Silva

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TITULAR: Uyara Leal Ramos Zorzal

SUPLENTE: Keila Teles Ferreira

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES, LAZER E TURISMO.

TITULAR: Gilmar Farjado de Melo

SUPLENTE: Anderson Pavini

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

IGREJA CRISTÃ MARANATA

TITULAR: Jovelino Junio Oliveira Zorzal

SUPLENTE: Eliene Shmacher Ribeiro

IGREJA CATÓLICA APOSTOLICA ROMANA

TITULAR: Almiro da Silva Meire

SUPLENTE: Alzira Ferreira da Silva

CLUBE RECREATIVO JAURUENSE

TITULAR: Resnick Fernandes de Freitas

SUPLENTE: Cloter de Oliveira David

LOJA MAÇÔNICA "ORDEM E LIBERDADE"

TITULAR: Gilmar Alves Ferreira

SUPLENTE: Leôncio Pinheiro da Silva Neto

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

TITULAR: Francisneide Costa Vilaça Abreu

SUPLENTE: Selma Ferreira Siqueira

Artigo 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "JOSE PERES", em 03 de Maio de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

COMUNICADO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jauru comunica a adesão a Ata de Registro de Preços nº. 0002/2017 referente ao Pregão nº. 003/2017 da Prefeitura Municipal de Salto do Céu, para prestação de serviços técnicos de assessoria para cadastrar, editar e monitorar pleitos junto aos sistemas SICONV, SIGCON E SIGOB e demais portais do Governo Estadual e Federal, referente a pleitos para atender necessidades de obras do Município, tendo como fornecedor a empresa SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.123.969/0001-07.

Jauru – MT, 03 de maio de 2017.

DECRETO Nº 050/2017

DECRETO Nº. 050 DE 03 DE MAIO DE 2017.

"**NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL".**

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Assistência Social tem sua composição, organização e competência fixado na Lei Municipal nº. 331, de 18 de maio de 2007.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 05 (cinco) representantes do Governo Municipal com seus respectivos suplentes e de 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil Organizada, também, com seus respectivos suplentes, conforme determina a Lei Municipal nº. 331/2007.

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TITULAR: Uyara Leal Ramos Zorzal

SUPLENTE: Poliana Cândida Vieira

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: Fabrício Rodrigues da Silva

SUPLENTE: Célio Custódio da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

TITULAR: Maria de Fátima Pereira Leite

SUPLENTE: Anderson Pavini

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Eliete Maria Ribeiro de Souza

SUPLENTE: Rosenilda dos Santos Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

TITULAR: Mateus Ruy Nery De Almeida

SUPLENTE: Vanessa Andrade de Segóbia Silva

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

TITULAR: Poliana Dias Oliveira

SUPLENTE: Romualdo Fernandes de Matos

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA

TITULAR: Maria Helena Dutra Barbosa

SUPLENTE: Ercy Andre Felipe

CLUBE RECREATIVO JAURUENSE

TITULAR: Arles Dias Silva

SUPLENTE: Rosemir Garcia de Souza

LOJA MAÇÔNICA "ORDEM E LIBERDADE"

TITULAR: Resnick Fernandes de Freitas

SUPLENTE: Gilmar Alves Ferreira

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

TITULAR: Selma Ferreira Siqueira

Suplente: Ângela Cristina de Almeida

Artigo 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Peres", em 03 de Maio de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Termo de Adesão

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, oriunda do Processo Licitatório de Pregão n. 002/2017/SRP/Prefeitura Municipal de Jaurú, formalizada através do processo licitatório de Pregão Presencial nº 042/2017/ADESÃO/SECAD.

Aderente: Secretaria Municipal de Administração.

Fornecedor: COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES, inscrita com o CNPJ sob o n.º 21.679.098/0001-25, estabelecida à Rua Luiz Amadeu, n.º 949 – Centro – CEP: 78.890-000 – município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. José Roberto Viera, portador do CI-RG n.º 000787835 SSP/MS e CPF: n.º 558.536.681-53.

Objeto: "Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Mão de Obra de Apoio às Atividades Operacionais Subsidiárias para Atender às Unidade da Prefeitura Municipal, conforme condições, quantitativos e exigências descritas no Anexo I (Termo de Referência)".

Valor da Adesão: R$ 4.683.696,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil e seiscentos e noventa e seis reais).

Data: 03/05/2017.

Vigência: 04/05/2018.

AVISO DE ADESÃO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2017, FORMALIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO N. 002/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURÚ – ESTADO DE MATO GROSSO.

AVISO DE ADESÃO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2017, FORMALIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO N. 002/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURÚ – ESTADO DE MATO GROSSO.

1. Visto. 2. Observou-se a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Administração para Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, oriunda do Processo Licitatório de Pregão n. 002/2017/SRP/Prefeitura Municipal de Jaurú, objeto: Registro de Preços para **"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Mão de Obra de Apoio às Atividades Operacionais Subsidiárias para Atender às Unidade da Prefeitura Municipal, conforme condições, quantitativos e exigências descritas no Anexo I (Termo de Referência)"**. 3. Verificou-se ainda, que a Secretaria solicitante pleiteia que seja aderidos a ata. 4. Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, à Administração autorizou a Adesão e o fornecedor também concordou com a pretendida Adesão, através de Termo de Anuência. 5. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer favorável à Adesão. 6. Desse modo **AUTORIZO** a **ADESÃO**, da Ata de Registro de Preços n. 004/2017/Prefeitura Municipal de Jaurú. 7. Publica-se e cumpra-se. 8. Empenhem-se os recursos necessários.

Juara/MT, em 03 de maio de 2017.

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL: N° 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza, Carvão Vegetal e Gás de Cozinha, Itens de Copa e Cozinha e Itens de Higiene Pessoal, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial,com início em 25/04/2017 e término em 24/04/2018. **ÓRGÃO GERENCIADOR**: Prefeitura Municipal de Juruena através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela: **COMIM E CIA LTDA CNPJ: 02.977.174/0001-34**

Item	Unid	Descrição	Quant	Marca	Val. unit	Val. total
02	KG	ABACAXI MADURO DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	40	IN NATURA	4,50	180,00
04	KG	ABOBRINHA VERDE DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	200	IN NATURA	4,20	840,00
05	UNID	ACAFRÃO EM PÓ EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, MARCA E PRAZO DE VALIDADE, PACOTE CONTENDO APROX. 30 GRAMAS.	36	MIKA	1,45	52,20
07	UNID	ACUÇAR CRISTAL - SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DE CANA, CRISTAL BRANCO, ASPECTO GRANULADO FINO MÉDIO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, FRAGMENTOS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE, COM MARCA E PRAZO DE VALIDADE, PACOTE CONTENDO APROX. 2 KG.	4.120	ITAMARATI	4,69	19.322,80
08	UNID	ACUÇAR MASCAVO - ISENTO DE MATERIAL TERROSO, FRAGMENTOS, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS PLASTICA TRANSPARENTE, COM MARCA E PRAZO DE VALIDADE, PACOTE CONTENDO APROX. 1KG.	50	CAMPILAR	14,60	730,00
09	UNID	ADOCANTE LIQUIDO – CONTENDO APROX. 100 ML.	60	ASSUGRIN	2,38	142,80
11	UNID	AGUA MINERAL CONTENDO APROX. 1 LITRO.	100	PURISSIMA	2,30	230,00
12	UNID	AGUA MINERAL CONTENDO APROX. 280 ML.	300	PURISSIMA	0,89	267,00
13	UNID	AGUA MINERAL 20 LTS – CARGA.	40	LINDAGUA	11,80	472,00
16	PCT	ALFACE FRESCA - TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, RESIDUOS DE FERTILIZANTES, PARASITAS OU LARVAS, SEM DANOS FISICOS OU MECANICOS , PACOTE COM 1 PÉ (GRANDE).	120	IN NATURA	4,99	598,80
18	UNID	AMENDOIM CRU SEM CASCA PCT CONTENDO APROX. 500G.	14	MIKA	5,95	83,30
20	KG	APRESUNTADO FRESCO – KG.	195	PEPERI	9,72	1.895,40
21	UNID	ARROZ BRANCO TIPO 1, SUB-POLIDO, LONGO E FINO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, PACOTE CONTENDO APROX. 5 KG.	1.031	TRES MOINHOS	10,25	10.567,75
23	UNID	AVEIA EM FLOCOS EMBALAGEM CONTENDO APROX. 500 GRAMAS.	20	CAMPILAR	7,19	143,80
27	UNID	BALA DE FRUTA - PCT CONTENDO APROX. 01 KG.	850	ERLAN	6,60	5.610,00
28	UNID	BALA DE FRUTA MOLE - PCT CONTENDO APROX. 01 KG.	1.400	ERLAN	6,70	9.380,00
30	KG	BANANA DA TERRA MADURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	36	IN NATURA	3,50	126,00

31	KG	BANANA MACA MADURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	100	IN NATURA	3,50	350,00
33	KG	BATATA DOCE DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	30	IN NATURA	4,99	149,70
34	KG	BATATA INGLESA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	1.022	IN NATURA	2,50	2.555,00
37	KG	BETERRABA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	531	IN NATURA	3,27	1.736,37
39	UNID	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER, AGUA E SAL, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, EMBALAGEM EM PLASTICO POLIETILENO CONTENDO APROX. 400G.	814	DALLAS	2,61	2.124,54
40	UNID	BICARBONATO DE SÓDIO - PACOTE CONTENDO APROX. 100 GRAMAS.	42	CAMPILAR	3,69	154,98
41	UNID	BOMBOM SORTIDO - CAIXA CONTENDO APROX. 400 GRAMAS.	350	GAROTO	9,80	3.430,00
43	UNID	CALDO DE CARNE CX C/ 2 TABLETES.	20	KITANO	0,45	9,00
44	UNID	CALDO DE CARNE CX C/ 12 TABLETES .	52	KITANO	2,56	133,12
45	UNID	CALDO DE CARNE CX C/06 TABLETES.	50	KITANO	1,30	65,00
46	UNID	CALDO DE GALINHA CX C/06 TABLETES.	70	KITANO	1,30	91,00
47	UNID	CALDO DE GALINHA CX C/12 TABLETES.	102	KITANO	2,56	261,12
48	UNID	CALDO DE GALINHA CX C/24 TABLETES.	12	KITANO	10,80	129,60
49	UNID	CALDO DE CARNE CX C/24 TABLETES.	10	KITANO	10,80	108,00
51	UNID	CANELA EM PAU PACOTE CONTENDO APROX. 10 GR.	60	MIKA	1,45	87,00
52	UNID	CANELA EM PÓ PACOTE CONTENDO APROX. 10 GR.	60	MIKA	1,45	87,00
53	UNID	CANJICA AMARELA PCT CONTENDO APROX. 500 GR.	70	MASSON	1,63	114,10
54	UNID	CANJICA BRANCA PCT CONTENDO APROX. 500 GR.	125	ZAELI	2,28	285,00
56	KG	CARNE BOVINA - ACEM – KG.	2.000	IN NATURA	14,40	28.800,00
58	KG	CARNE BOVINA - COXAO MOLE – KG.	400	IN NATURA	17,66	7.064,00
60	KG	CARNE BOVINA (COSTELA MINGA MAGRA) KG.	1.600	IN NATURA	11,50	18.400,00
61	KG	CARNE BOVINA (MUSCULO TRASEIRO) KG.	700	IN NATURA	12,99	9.093,00
65	KG	CARNE BOVINA DE 2° SEM OSSO – KG.	700	IN NATURA	14,99	10.493,00
66	KG	CARNE BOVINA DE 2ª COM OSSO.	2.100	IN NATURA	12,90	27.090,00
67	KG	CARNE BOVINA MOIDA DE 2° - KG.	1.390	IN NATURA	11,96	16.624,40
68	KG	CARNE MUSCULO.	50	IN NATURA	12,99	649,50
69	KG	CARNE DE FRANGO - ASINHA E COXINHA DA ASA – KG.	400	SADIA	11,20	4.480,00
72	KG	CEBOLA BRANCA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	690	IN NATURA	2,46	1.697,40
75	UNID	CHA DE HORTELA, SUB EMBALAGEM 25 SAQUINHOS E EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E PARASITAS, CONTENDO APROX. 25 GR.	140	LEÃO	6,60	924,00
76	UNID	CHA DE ERVA DOCE, SUB EMBALAGEM 25 SAQUINHOS E EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E PARASITAS, CONTENDO APROX. 25 GR.	50	LEÃO	6,36	318,00
80	UNID	CHA MATE TOSTADO, NATURAL, SUB EMBALAGEM PLASTICA E EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E PARASITAS, CONTENDO APROX. 250 GR.	1.750	CAMPILAR	4,65	8.137,50
82	PCT	CHEIRO VERDE MAÇO COMPOSTO DE CEBOLINHA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, FIRME E INTACTO, DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. PCT COM 01 MAÇO.	65	IN NATURA	2,50	162,50
83	PCT	CHEIRO VERDE MAÇO COMPOSTO DE SALSINHA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, FIRME E INTACTO, DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. PCT COM 01 MAÇO.	65	IN NATURA	2,50	162,50
86	UNID	CHOCOLATE GRANULADO - PCT CONTENDO APROX. 250 GR.	30	DORI	4,79	143,70
87	KG	CHUCHU DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	30	IN NATURA	4,29	128,70
88	UNID	COALHO - ENZIMA QUIMOSINA PARA FABRICAÇÃO DE QUEIJO- CONTENDO APROX. 200 ML.	3	HA LA	6,70	20,10
89	UNID	COCO RALADO, SEM ADICAO DE ACUCAR, EMBALAGEM ALUMINIZADACOM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, FERMENTAÇAO OU RANÇO, PCT CONTENDO APROX. 100 GR.	495	ZAELI	3,37	1.668,15
90	PCT	COENTRO - PCT COM 01 MAÇO.	10	IN NATURA	3,50	35,00
91	UNID	CORANTE ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM (COLORAL), FINO, ISENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 500 GR.	131	KITANO	4,06	531,86
92	PCT	COUVE, TAMANHO COLORACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, RESIDUOS FERTILIZANTES, PARASITAS E LARVAS SEM DANOS FISICOS OU MECANICOS POR MAÇO (PACOTE).	250	IN NATURA	4,90	1.225,00
99	UNID	DOCE DE LEITE, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTOMARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 250-GR.	125	TRIANGULO	3,08	385,00
101	UNID	EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE NEUTRO TIPO EMUSTAB. ACONDICIONADOM EM POTE PLASTICO, CONTENDO APROX. 200GR.	17	SELECTA	6,99	118,83

102	UNID	ERVA DOCE EMBALADO EM PCT PLASTICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, MARCA E PRAZO DE VALIDADE, PCT CONTENDO APROX. 10 GR.	158	MIKA	1,30	205,40
108	UNID	EXTRATO DE TOMATE, RESULTANTE DA CONCENTRACAO DE POLPA DE TOMATE,INSENTO DE SUJIDADES, FERMENTACAO OU RANÇO, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 850 GR.	141	QUERO	5,19	731,79
110	UNID	FARINHA DE MILHO - PCT CONTENDO APROX. 1KG.	100	ZAELI	5,24	524,00
111	UNID	FARINHA DE ROSCA – REFINADA EMBALAGEM PLASTICA PCT CONTENDO APROX. 500GR.	120	FAB PROPRIA	4,31	517,20
113	UNID	FARINHA PARA QUIBE - PCT CONTENDO APROX.500 GRAMAS	220	CAMPILAR	3,77	829,40
115	UNID	FEIJAO CARIOCA, TIPO 1, NOVO COM GRAOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, INSENTO MAT. TERROSAS PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLAST COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE MINIMA 4 MESES A CONTAR DO RECEBIM. CONTENDO APROX. 1 KG.	965	KOBLENZ	3,79	3.657,35
119	UNID	FERMENTO QUIMICO EM PO, SECO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, DETRITOS VEGETAIS E ANIMAIS, LIVRE DE UMID. MOFO, OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 100GR.	627	DR OETKER	2,18	1.366,86
120	KG	FRANGO CONGELADO – COM OSSO COM ASPECTO COR E CHEIRO E SABOR PROPRIOS SEM MANCHAS E PARASITAS ACONDICIONADOS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, DATA DE VALIDADE E MARCA IMPRESSOS NA EMBALAGEM- KG.	1.910	SADIA	5,50	10.505,00
121	UNID	FUBA DE MILHO, FINO, AMARELO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, TIPO 01, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTOMARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, PCT CONTENDO APROX. 1KG.	530	MASSON	2,95	1.563,50
124	UNID	GELEIA SABORES VARIADOS - POTE CONTENDO APROX. 400 GRAMAS.	50	BOCARDO	4,69	234,50
126	UNID	GERGELIM PCT CONTENDO APROX. 200GR.	10	MIKA	9,85	98,50
127	UNID	GOIABADA PRODUTO DE BOA QUALIDADE. PCT CONTENDO APROX. 500 GR.	100	VAL	2,99	299,00
128	UNID	IOGURTE - BANDEJA COM 6 UNIDADES.	250	BATAVO	3,49	872,50
129	UNID	IOGURTE NATURAL, RICO EM NUTRIENTES, TEMPERATURA 1ºCA 10ºC, INSENTO DE FUNGOS E PARASITAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 170ML.	231	BATAVO	2,28	526,68
131	UNID	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO TIPO NINHO, CONTENDO VITAMINAS C, A E D, PIROSFATO, FERRO, LATA CONTENDO APROX. 400GR.	110	NESTLE	14,15	1.556,50
132	UNID	LEITE CONDENSADO, INSENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E PARASITAS, EMBALADO EM CAIXAS TIPO TETRA PAK,COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE CONTENDO APROX. 395 GR.	430	PIRACANJUBA	3,70	1.591,00
137	UNID	LEITE TIPO NAN 1 PRO CONTENDO APROX. 400 GR - FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - COM NUCLEOTIDEOS, DHA E ARA.	10	NESTLE	36,40	364,00
138	UNID	LIGA NEUTRA PARA PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE LEITE- CONTENDO APROX. 100 GR	3	SELECTA	4,48	13,44
141	KG	LINGUICA SUINA – KG.	100	SADIA	12,99	1.299,00
147	UNID	LOURO (DESIDRATADO) CONTENDO APROX. 5 GR.	30		1,45	43,50
149	KG	MAÇÃ VERMELHA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	130	IN NATURA	6,69	869,70
151	UNID	MACARRAO DE SEMOLA TIPO PADRE NOSSO, NAO FERMENTADO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM EM POLIETILENO COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	140	DALLAS	3,99	558,60
153	UNID	MACARRAO DE SEMOLA TIPO PENNE, NAO FERMENTADO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM EM POLIETILENO COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	140	DALLAS	3,99	558,60
155	UNID	MAIONESE EMULSÃO CREMOSA A BASE DE OVOS E ÓLEOS VEGETAIS EMBALAGEM CONTENDO APROX. 250GR	50	SOYA	2,79	139,50
156	UNID	MAIONESE EMULSÃO CREMOSA A BASE DE OVOS E ÓLEOS VEGETAIS EMBALAGEM CONTENDO APROX. 500GR	60	SOYA	4,37	262,20
157	KG	MAMÃO IN NATURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	140	IN NATURA	4,80	672,00
158	KG	MANDIOCA DESCASCADA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS EMBALADA A VÁCUO KG.	540	IN NATURA	3,40	1.836,00
160	UNID	MARGARINA VEGETAL INDUSTRIALIZADO, LIPIDIOS 80%, INSENTO DE RANÇO, FUNGOS E PARASITAS, TIPO 1, EMBALAGEM POTE COM ESPECIFICACOES DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO CONTENDO APROX. 1 KG - COM SAL.	668	QUALY	11,73	7.835,64
161	UNID	MARGARINA VEGETAL INDUSTRIALIZADO, LIPIDIOS 80%, INSENTO DE RANÇO, FUNGOS E PARASITAS, TIPO 1, EMBALAGEM POTE COM ESPECIFICACOES DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO CONTENDO APROX. 500GR.	400	QUALY	5,84	2.336,00
162	UNID	MASSA PARA PASTEL – EMBALAGEM CONTENDO APROX. 500 GRAMAS.	50	ALBASSI	4,99	249,50
164	UNID	MILHO DE PIPOCA, AMARELO, 1 QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, DURO, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 500GR.	300	CAMPILAR	2,39	717,00
166	KG	MINI PÃO DE HOT DOG-PACOTE.	300	PROD PROPRIA	9,90	2.970,00
167	UNID	MISTURA PARA SORVETE – DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM IMPERMEÁVEL CONTENDO APROX. 150GR (SABORES VARIADOS).	190	YOKI	4,19	796,10
168	UNID	MOLHO PRONTO DE TOMATE EMBALAGEM CONTENDO APROX. 340GRAMAS.	45	OLE	1,58	71,10
169	KG	MORTADELA – KG.	253	SADIA	7,19	1.819,07
172	UNID	OLEO DE SOJA, OBTIDO DO GRAO DA SOJA, LIQUIDO VICOSO E REFINADO, INSENTO DE RANÇO, FUNGOS E PARASITAS, EMBALAGEM EM FRASCOS, CONTENDO ESPECIFICACOES DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 900 ML.	1.091	SOYA	3,25	3.545,75
173	UNID	OLEO DE MILHO, OBTIDO DO GRAO DO MILHO, LIQUIDO VICOSO E REFINADO, INSENTO DE RANÇO, FUNGOS E PARASITAS, EMBALAGEM EM FRASCOS, CONTENDO ESPECIFICACOES DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 900 ML.	24	LISA	7,19	172,56
174	UNID	OREGANO CONDIMENTO, APRESENTACAO NATURAL, INSENTO DE FUNGOS E PARASITAS, EMBALAGEM CONTENDO ESPECIFICACOES DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 100GR.	111	CAMPILAR	4,30	477,30
176	KG	PAO DE FORMA FATIADO.	300	PROD PROPRIA	9,99	2.997,00

177	KG	PAO FRANCES.	10.000	PROD PROPRIA	8,99	89.900,00
178	KG	PAO PARA CACHORRO QUENTE.	4.000	PROD PROPRIA	9,99	39.960,00
179	UNID	PALMITO EM CONSERVA – PRODUTO DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM DE VIDRO CONTENDO APROX. 560 GR, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, ORIGEM E VALIDADE.	20	ARIPUANA	8,79	175,80
180	UNID	PÁPRICA PCT CONTENDO APROX. 10 GR.	1	CAMPILAR	6,57	6,57
181	UNID	PANETONE – EMBALAGEM CONTENDO APROX. 400 GRAMAS.	2.000	FESTONE	8,45	16.900,00
182	KG	PERA INATURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	30	IN NATURA	10,80	324,00
185	UNID	PIMENTA DO REINO – PCT CONTENDO APROX. 500GR.	24	MIKA	21,30	511,20
186	UNID	PIMENTA DO REINO GRÃOS SECOS PCT CONTENDO APROX. 50 GR.	50	MIKA	3,49	174,50
187	UNID	PIMENTA CALABRESA – PCT CONTENDO APROX. 50 GR.	1	CAMPILAR	4,17	4,17
188	KG	PIMENTÃO DE PRIMEIRA – KG.	10	IN NATURA	6,79	67,90
191	UNID	POLVILHO AZEDO FECULA DE MANDIOCA DE BOA QUALIDADE PCT CONTENDO APROX. 01 KG.	120	MIKA	6,99	838,80
193	KG	PRESUNTO FRESCO, EMBALAGEM EM KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE.	130	PERDIGÃO	18,10	2.353,00
195	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA, RESFRIADO, EMBALAGEM EM KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE.	600	CASTERLEITE	19,37	11.622,00
196	UNID	QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADO – PCT CONTENDO APROX.100 GR.	24	RENATA	7,80	187,20
197	UNID	RAPADURA - BARRA CONTENDO APROX. 1 KG.	10	IN NATURA	13,98	139,80
198	UNID	REQUEIJÃO CREMOSO - POTE CONTENDO APROX. 200 GR.	2	CASTERLEITE	5,10	10,20
200	UNID	REFRIGERANTE 2 LTS - SABOR LIMAO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	480	REFREE	3,89	1.867,20
201	UNID	REFRIGERANTE 2 LTS SABOR GUARANA, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	730	REFREE	3,32	2.423,60
203	UNID	REFRIGERANTE 2,0 LTS - TIPO COCA-COLA, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	730	MARAJA	4,19	3.058,70
207	UNID	SAL GROSSO PARA CHURRASCO - KG.	24	ITA	1,70	40,80
208	UNID	SAL AMONIACO - PACOTE CONTENDO APROX. 10 GRAMAS.	80	MIKA	1,45	116,00
209	UNID	SAL REFINADO, IODADO, COM GRANULACAO UNIFORME, COM CRISTAIS BRANCOS, COM NO MINIMO 98,5% DE CLORETO E SODIO, CONS. DOMESTIC. INSENTO DE SUJIDADE PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTOMARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	287	OLIMPICO	1,29	370,23
210	KG	SALSICHA P/ HOT DOG – APRESENTANDO-SE EM GOMOS UNIFORMES E PADRONIZADOS, EMBALAGEM A VACUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	70	AURORA	7,58	530,60
211	UNID	SARDINHA EM LATA AO MOLHO DE TOMATE LATA CONTENDO APROX. 125 GR .	50	GOMES DA COSTA	3,05	152,50
213	UNID	SOJA EM GRÃOS PCT COM APROX. 1KG.	10	MIKA	5,53	55,30
214	UNID	SUCO ARTIFICIAL EM PÓ VARIOS SABORES, ADOÇADO, EMBALAGEM PLÁSTICA, DATA DE VALIDADE E ORIGEM DO PRODUTO PCT CONTENDO APROX. 25GR.	620	QUALIMAX	0,66	409,20
215	UNID	SUCO ARTIFICIAL EM PÓ VARIOS SABORES, ADOÇADO, EMBALAGEM PLÁSTICA, DATA DE VALIDADE E ORIGEM DO PRODUTO - PARA 10 LITROS.	100	BRASSUK	5,59	559,00
218	UNID	TEMPERO EM PÓ TIPO SAZON VARIOS SABORES CONTENDO APROX. 60GR.	100	ZAELI	2,51	251,00
221	UNID	UVA PASSA PCT CONTENDO APROX. 200GR.	50	MIKA	4,99	249,50
223	UNID	VINAGRE BRANCO, FERMENTADO ACÉTICO DE ÁLCOOL, ACIDEZ 4%. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS RESISTENTES, CONTENDO APROX. 900 ML.	62	VITALIA	1,39	86,18
225	UNID	VINAGRE VINHO TINTO DEVIDAMENTE EMBALADO COM PRAZO DE FABRICAÇÃO E VALIDADE- EMBALAGEM CONTENDO APROX. 750 ML.	20	ZAELI	3,76	75,20
226	PCT	CARVÃO VEGETAL	210		9,70	2.037,00
230	UNID	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 46 % -1 LT.	520	NOBRE	4,00	2.080,00
243	UNID	BACIA PLÁSTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 40 LTS.	50	ARQUEPLAS	17,50	875,00
244	UNID	BACIA PLÁSTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 50 LTS.	70	ARQUEPLAS	37,40	2.618,00
245	UNID	BACIA PLÁSTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 60LTS.	50	ARQUEPLAS	37,40	1.870,00
248	UNID	BACIA PLÁSTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 90 LTS.	50	ARQUEPLAS	61,90	3.095,00
249	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE -100 LTS.	50	ARQUEPLAS	69,90	3.495,00
251	UNID	BALDE PLASTICO COM ALÇA - 12 LITROS.	170	ARQUEPLAS	7,05	1.198,50
255	UNID	CERA LIQUIDA INCOLOR, DISPENSAO ACRILICA, EMULSAO DE POLIETILENO, SOLVENTE PLASTIFICANTE, FRAGRANCIA E AGUA, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 750 ML, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE.	700	POLILAR	2,89	2.023,00
256	UNID	CERA LIQUIDA VERMELHA, DISPENSAO ACRILICA, EMULSAO DE POLIETILENO, SOLVENTE PLASTIFICANTE, FRAGRANCIA E AGUA, EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 750 ML, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE.	350	POLILAR	2,89	1.011,50
266	UNID	ESCOVA P/ LAVAR ROUPA, FORMATO OVAL, BASE EM PLASTICO, COM CEDAS EM NYLON, 17 X 7 X 5CM, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE.	210	VELAS BRASIL	1,99	417,90
267	UNID	ESCOVA P/ VASO SANITARIO EM NYLON, COM SUPORTE PLASTICO PARA GUARDAR, ETIQUETA COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA.	176	VELAS BRASIL	4,20	739,20
270	UNID	ESPONJA DE LA DE ACO, PACOTE COM 8 UN, EMBALAGEM CONTENDO ESPECIFICACOES DO PRODUTO E DO FABRICANTE	1.605	ASSOLAM	1,05	1.685,25
272	UNID	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA DUPLA FACE - PCT COM 1 UM.	2.400	BRILHUS	0,51	1.224,00
273	UNID	FLANELA PARA LIMPEZA 40 X 60	1.220	GUAPEX	2,39	2.915,80

276	UNID	LIMPA FORNO FRASCO 500ML.	140	PERFECTO	5,95	833,00
278	UNID	LIMPA CERAMICA - LIMPEZA PESADA.	80	AZULIM	5,47	437,60
279	UNID	LIXEIRO DE PLASTICO (TIPO CESTO PARA PAPEL) EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE COM NO MINIMO 9 LT.	5	ARQUIPLAST	3,20	16,00
282	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES E MACIAS E CONFORTAVEIS TAMANHO G –PAR.	920	VOLK	2,30	2.116,00
283	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES E MACIAS E CONFORTAVEIS TAMANHO M –PAR.	1.350	VOLK	2,30	3.105,00
284	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES E MACIAS E CONFORTAVEIS TAMANHO P – PAR.	750	VOLK	2,30	1.725,00
436	UNID	LUVAS DE PLASTICO DESCARTAVEIS TAM UNICO PCT COM 100 UNIDADES.	4	ARQUIPLAST	9,99	39,96
292	UNID	LIMPADOR MULTIUSO LIMPEZA PESADA 500 ML.	600	MR. MUSCULO	4,30	2.580,00
293	UNID	LIMPADOR MULTIUSO TIPO X 14 BANHEIRO LIMÃO COM CLORO ATIVO - 500 ML.	530	VEJA	6,99	3.704,70
297	UNID	PALHA DE AÇO N° 1 PACOTE C/ 1 UNID.	1.100	ASSOLAM	0,70	770,00
298	UNID	PANO DE CHAO EM ALGODÃO.	815	ITATEX	4,90	3.993,50
299	UNID	PANO DE CHAO EM MICROFIBRA REFORÇADO AZUL DE OTIMA QUALIDADE 80 CM X 90 CM.	905	GUAPEX	6,40	5.792,00
303	UNID	PANO DE CHAO TIPO ESFREGÃO 90CM X 44CM.	600	ALGOBOM	4,90	2.940,00
307	UNID	PAPEL HIGIENICO NEUTRO FOLHAS DUPLAS 100% CELULOSE, PICOTADO GOFRADODE BOA QUALIDADE, PCT C/ 04 ROLOS DE 30 METROS.	2.170	NEVE	4,60	9.982,00
308	UNID	PEDRA SANITARIA - 35 GRAMAS.	1.500	SUAVELAR	1,00	1.500,00
310	UNID	PILHA AAA PALITO.	270	PANASONIC	3,59	969,30
312	UNID	PILHA ALCALINA GRANDE	50	RAYOVAC	15,49	774,50
316	UNID	PORTA SABONETE LIQUIDO PARA FIXAR NA PAREDE.	100	PREMISSE	29,50	2.950,00
317	UNID	PRENDEDOR DE ROUPAS MADEIRA - PCT COM 12 UNID.	200	VELAS BRASIL	1,19	238,00
322	UNID	RODO EM MADEIRA, BORRACHA MACIA 40 CM C/ CABO.	300	VELAS BRASIL	5,20	1.560,00
323	UNID	RODO EM PLASTICO, BORRACHA MACIA DE 40CM, COM CABO.	315	VELAS BRASIL	6,50	2.047,50
325	UNID	RODO BASE PLASTICA COM LAMINA DUPLA 40 CM.	160	VELAS BRASIL	6,59	1.054,40
328	UNID	SABAO EM BARRA PACOTE COM 5UNID. DE 200 GR CADA.	3.100	JAMARY	4,20	13.020,00
330	UNID	SABAO EM PO, CONTENDO 5 KG, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	500	TIXAN YPE	25,50	12.750,00
337	UNID	SACO PARA LIXO PRETO RESISTENTES 15 LITROS PCT COM 20 UNID.	4.000	GIOPACK	2,30	9.200,00
339	UNID	SACO PARA LIXO PRETO RESISTENTES 50 LITROS COM 10 UNID.	3.003	GIOPACK	2,40	7.207,20
342	UNID	SODA CAUSTICA EM ESCAMAS P/ LIMPEZA, EMBALAGEM PLASTICA LACRADA, COM PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO APROX. 01 KG.	268	INDAIA	9,19	2.462,92
345	UNID	VASSOURA DE PALHA COM CABO.	210	VELAS BRASIL	14,40	3.024,00
347	UNID	VENENO PARA FORMIGA GRANULADO 25 GR.	305	CITROMAX	1,55	472,75
348	UNID	ABRIDOR DE LATA / GARRAFA.	109	ALTO GIRO	1,89	206,01
355	UNID	BORRACHA DE VEDACAO PARA PANELA DE PRESSÃO 4,5 LTS.	35	ALTO GIRO	1,70	59,50
356	UNID	BULE DE ALUMINIO 3 LTS.	25	DOCESAR	45,00	1.125,00
363	UNID	CAIXA DE ISOPOR 50 LTS.	20	ISOTERM	53,70	1.074,00
364	UNID	CAIXA ORGANIZADORA GRANDE.	10	JAGUAR	69,00	690,00
368	UNID	CANECA DE PLASTICO COM ALÇA - 320 ML.	1.250	JAGUAR	2,30	2.875,00
372	UNID	COADOR DE CAFÉ DESCARTAVEL TAM. 103 CAIXA COM 30 UNID.	150	JOVITA	2,89	433,50
375	UNID	COADOR DE CAFE PEQUENO EM TECIDO 100 POR CENTO ALGODÃO.	105	ZALENA	1,50	157,50
377	UNID	COLHER DESCARTAVEL C/ 50 UNID.	138	PRAFESTA	4,25	586,50
379	UNID	COLHER TAMANHO INDUSTRIAL 50 A 60 CM.	32	DOCESAR	18,00	576,00
383	UNID	COPO DE MEDIDAS.	13	SANREMO	5,85	76,05
384	UNID	COPO DE VIDRO 250 ML.	80	NADIR	2,40	192,00
386	UNID	COPO DE VIDRO PARA AGUA (TIPO AMERICANO).	100	NADIR	0,99	99,00
388	UNID	COPO DESCARTAVEL PARA AGUA - 180 ML - PCT COM 100 UNID.	6.800	COPOSUL	2,79	18.972,00
390	UNID	COPO DESCARTAVEL PARA AGUA - 300 ML - PCT COM 100 UNID.	300	COPOBRAS	4,29	1.287,00
395	UNID	ESCORREDOR P/ PRATO EM PLASTICO RESISTENTE, LUGAR PARA PRATOS E TALHERES.	10	JAGUAR	11,25	112,50
401	UNID	FACA DE CORTE LISO P/COZINHA GRANDE COM CABO DE REVESTIDO EM PLASTICO.	57	TRAMONTINA	9,80	558,60
402	UNID	FACA DE MESA EM ACO INOX, COM CABO EM AÇO INOX, SEM PLASTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANETE.	116	SIMONAGE	2,40	278,40
404	UNID	FACA PROFISSIONAL.	15	TRAMONTINA	27,00	405,00
407	UNID	FORMA PARA PAO - 1,5 LTS.	70	DOCESAR	9,99	699,30
408	UNID	FRIGIDEIRA COM CAPACIDADE DE 1.1 ML.	13	DOCESAR	24,30	315,90
411	UNID	GARFO DESCARTÁVEL- PACOTE 50 UNIDADES.	100	PRAFESTA	4,00	400,00
412	UNID	GARRAFA TERMICA DE PRESSÃO, COM ALCA E TAMPA, (TIPO INVICTA, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) REVESTIDA EM ACO INOX, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE 1 LITRO.	52	TERMOLAR	49,90	2.594,80

416	UNID	GARRAFA TERMICA DE PRESSÃO, COM ALCA E TAMPA, (TIPO INVICTA, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR), CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE 5 LITROS.	44	TERMOLAR	30,70	1.350,80
418	UNID	GARRAFA TERMICA, COM TORNEIRA, ALCA E TAMPA, REVESTIDA EM PLASTICO CONTRA IMPACTO, CORES DIVERSAS, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE 12 LTS.	5	INVICTA	108,00	540,00
419	UNID	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO 30 X 31 - PCT 100 UNIDADES.	1.680	MILI	1,79	3.007,20
421	UNID	ISQUEIRO DISPOSITIVO PARA GERAR FOGO, COM GAS BUTANO, ALTAMENTE INFLAMAVEL COM REGULAGEM AUTOMATICADE CHAMA, EM PLASTICO, CORES VARIADAS, COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE E DO PRODUTO, TAMANHO CONVENCIONAL.	150	BIC	3,99	598,50
422	UNID	JARRA DE PLASTICO COM TAMPA PARA SUCO 2L.	60	JAGUAR	5,99	359,40
425	UNID	JARRA DE VIDRO 1L.	15	NADIR	12,20	183,00
426	UNID	JARRA DE VIDRO 2L.	15	NADIR	19,50	292,50
427	JOGO	JOGO COPO DE VIDRO C/06 UNID.	15	NADIR	11,70	175,50
428	JOGO	JOGO DE PANELA COM 6 PEÇAS.	11	PANELUX	129,90	1.428,90
429	UNID	LIXEIRA AÇO INOX COM PEDAL 12 LTS.	100	TRAMONTINA	169,00	16.900,00
432	UNID	LIXEIRA EM PLASTICO RESISTENTE COM TAMPA E PEDAL 30 LTS.	50	SANREMO	36,00	1.800,00
440	UNID	PANELA DE ALUMÍNIO 5 LTS C/TAMPA.	22	DOCESAR	43,90	965,80
441	UNID	PANELA DE ALUMÍNIO BATIDO 20 LTS C/ TAMPA.	27	DOCESAR	111,00	2.997,00
443	UNID	PANELA DE ALUMÍNIO BATIDO 50LTS C/ TAMPA.	29	DOCESAR	203,00	5.887,00
445	UNID	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO PRODUTO DE 1° LINHA APROVADO PELO INMETRO 10 LITROS.	30	PANELUX	108,00	3.240,00
448	UNID	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO, PRODUTO DE 1° LINHA APROVADO PELO INMETRO 4,5 LITROS.	23	PANELUX	49,99	1.149,77
449	UNID	PANO DE PRATO ATOALHADO 100% ALGODÃO 68CM X 40CM.	425	TEKA	4,49	1.908,25
452	UNID	PAPEL ALUMINIO 45 CM LARGURA ROLO.	231	GIOPACK	3,19	736,89
454	UNID	PAPEL TOALHA 20CM X 200M - PCT C/ 2 ROLOS.	820	MILI	2,89	2.369,80
457	UNID	PENEIRINHA PLASTICA GRANDE.	50	S BRISA	5,30	265,00
458	UNID	PENEIRINHA PLASTICA MEDIA.	57	S BRISA	4,00	228,00
461	UNID	POTE PLÁSTICO DE REDONDO 4LTS.	110	JAGUAR	6,99	768,90
464	UNID	POTE PLÁSTICO RETANGULAR C/ TAMPA 10 L.	50	GIOTO	21,00	1.050,00
467	UNID	PRATO DESCARTAVEL 15 CM PCT C/ 10 UNID.	130	COPOSUL	0,95	123,50
468	UNID	PRATO DESCARTAVEL 21 CM PCT C/ 10 UNID.	190	COPOSUL	1,96	372,40
471	UNID	REGISTRO DE GÁS C/ MANGUEIRA DE 60 CM C/ ABRAÇADEIRA.	58	YANG	19,00	1.102,00
473	UNID	SACO PLASTICO PARA CONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, (TIPO CESTA BASICA), PRODUTO ATOXICO, INODORO E TRANSPARENTE (OPACO), MEDINDO 50 X 80 PCT POR KG.	100	EMB RIBEIRO	0,65	65,00
474	UNID	SACO PLASTICO PARA CONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS), PRODUTO ATOXICO, INODORO E TRANSPARENTE 40CM X 60CM X 0,10MM.	100	EMB RIBEIRO	19,70	1.970,00
475	UNID	SACO PLASTICO PARA CONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS), PRODUTO ATOXICO, INODORO E TRANSPARENTE 30CM X 50CM X0,10MM.	100	EMB RIBEIRO	19,70	1.970,00
478	UNID	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA ALIMENTOS EMB. PARA 02 KG. POR KG.	200	EMB RIBEIRO	22,20	4.440,00
480	UNID	SACO PLASTICO TRANSPARENTE EMBALAGEM PARA 4 KG. POR KG.	200	EMB RIBEIRO	22,20	4.440,00
482	UNID	SACO PARA CACHORRO QUENTE- PCT 100 UNIDADES.	10	GIOPACK	8,00	80,00
483	UNID	SACO DE PAPEL PARA PIPOCA .	10	PRAFESTA	4,85	48,50
484	UNID	SOCADOR DE ALHO TAMANHO GRANDE.	12	ALVES	6,95	83,40
487	UNID	TABUA DE VIDRO - PARA CORTAR ALIMENTOS-24X44CM.	3	DOCESAR	18,80	56,40
491	UNID	TOALHA DE MESA EM TECIDO 78 CM X 78 CM.	34	KARSTEN	14,50	493,00
492	UNID	TOUCA DESCARTAVEL BRANCA PACOTE C/ 100 UNIDADES.	20	EMB RIBEIRO	12,50	250,00
493	UNID	VÁLVULA P/ PANELA PRESSÃO.	33	ALTO GIRO	1,43	47,19
495	UNID	XÍCARA PARA CAFÉ EM PORCELANATO C/ PIRES.	100	OXFORD	8,90	890,00
498	UNID	ALGODAO EM BOLAS -100 GRAMAS.	150	BELA COTON	5,00	750,00
500	UNID	CREME DENTAL COM FLUOR - 90 GRAMAS.	400	SORRISO	2,50	1.000,00
503	UNID	ESPARADRAPO MICROPORE BRANCO 10MM X 4,5.	100	BELLA COTON	5,40	540,00
506	UNID	FRALDA DESCARTAVEL PCT COM 20 UN TAMANHO G	70	MILI	15,92	1.114,40
509	UNID	FRALDA DESCARTAVEL - PCT COM 38 UN - TAMANHO G.	20	MILI	30,90	618,00
511	UNID	FRALDA GERIATRICA PCT 8 UN TM. G.	116	MILI	11,90	1.380,40
513	UNID	FRALDA GERIATRICA PCT 8 UN TM. P.	147	MILI	11,90	1.749,30
515	UNID	LAMINA DE BARBEAR AÇO INOX.	50	WILKISSON	1,45	72,50
516	UNID	SABONETE BARRA 90 GR DE BOA QUALIDADE.	900	YPE	1,01	909,00
520	UNID	SHAMPOO INFANTIL 350ML.	25	TRALALA	9,10	227,50
521	UNID	TOALHA DE BANHO 65 X 1,30 ALGODÃO E POLIÉSTER BRANCA DE ÓTIMA QUALIDADE.	200	TEKA	14,40	2.880,00
522	UNID	TOALHA DE BANHO 65 X 1,30 ALGODÃO E POLIÉSTER CORES VARIADAS DE ÓTIMA QUALIDADE.	550	TEKA	14,40	7.920,00
523	UNID	TOALHA DE PAPEL FOLHA DUPLA, PICOTADA, COR BRANCA, PACOTE COM 02 ROLOS DE 60 TOALHAS, MEDIDO 20X22CM.	500	RESIDENCE	3,14	1.570,00

524	UNID	TOALHA DE ROSTO PARA BANHEIRO EM TECIDO BRANCA DE ÓTIMA QUALIDADE.	400	TEKA	5,70	2.280,00
525	UNID	TOALHA DE ROSTO PARA BANHEIRO EM TECIDO DIVERSAS CORES DE ÓTIMA QUALIDADE 70X45.	506	TEKA	5,80	2.934,80

TOTAL DO FORNECEDOR R$ 678.870,95 Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL: N° 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza, Carvão Vegetal e Gás de Cozinha, Itens de Copa e Cozinha e Itens de Higiene Pessoal, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial,com início em 25/04/2017 e término em 24/04/2018. **ÓRGÃO GERENCIADOR**: Prefeitura Municipal de Juruena através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela: **R. G. DA PAZ EIRELI - EPP CNPJ: 21.058.617/0001-38**

Item	Unid	Descrição	Quant	Marca	Val. unit	Val. total
228	UNID	AGUA SANITARIA 02 LITROS.	1.170	AUDAX	4,25	4.972,50
229	UNID	AGUA SANITARIA 1 LITRO.	2.100	AUDAX	2,10	4.410,00
231	UNID	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8 % -1 L	1.200	SANTA CRUZ	5,70	6.840,00
232	UNID	ALCOOL GEL P/ LIMPEZA EMBALAGENS EM GARRAFAS PLASTICA LACRADAS, COM PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO 500GR.	1.200	AUDAX	3,90	4.680,00
235	UNID	AVENTAL TECIDO 60 X 100 CM.	213	GPEX	10,15	2.161,95
246	UNID	BACIA PLÁSTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 70 LTS.	70	ARQPLAST	40,78	2.854,60
247	UNID	BACIA PLÁSTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 80 LTS.	70	ARQPLAST	40,78	2.854,60
258	UNID	DESENTUPIDOR DE PIA, VASOS E RALOS NA FORMA LIQUIDA TIPO DIABO VERDE, FRASCO COM 300ML.	4	DIABO VERDE	6,80	27,20
259	UNID	DESENTUPIDOR DE PIA GRANULADO TIPO DIABO VERDE- 300 GRAMAS.	60	DIABO VERDE	6,80	408,00
260	UNID	DESINFETANTE COM TRIPLA AÇÃO, LIMPA DESINFETA E PERFUMA, FRAGRANCIAS DIVERSAS - 2LTS.	2.470	TRIEX	4,00	9.880,00
261	UNID	DESINFETANTE EUCALIPTO – 1000 ML.	1.500	TRIEX	2,30	3.450,00
262	UNID	DESINFETANTE LIMPEZA PESADA PARA PISOS 2 L.	250	BIO	6,99	1.747,50
263	UNID	DESODORIZADOR DE AMBIENTES SPRAY VARIAS FRAGRANCIAS - 360 ML.	360	ULTRA	7,40	2.664,00
264	UNID	DETERGENTE DESENGORDURANTE BIODEGRADAVEL CONCENTRADO, COM NO MINIMO 11% DO PRINCIPIO ATIVO BASICO DO DETERGENTE, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO NO MINIMO 500 ML.	4.730	TRIEX	1,50	7.095,00
271	UNID	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA - PCT COM 3 UM.	1.160	BETTANIN	1,79	2.076,40
274	UNID	INSETICIDA SPRAY EFICAZ MATA BARATAS, MOSQUITOS E MOSCAS, COM NO MINIMO 300 ML.	318	ULTRA	7,25	2.305,50
277	UNID	LIMPA VIDROS LIQUIDO 500 ML.	280	AUDAX	2,20	616,00
280	UNID	LIXEIRO DE PLASTICO REFORÇADO (TIPO CESTO) COM TAMPA E PEDAL - COR BRANCA MIN. 62 LITROS.	6	ARQPLAST	85,00	510,00
281	UNID	LUSTRA MOVEIS 200 ML.	150	TRIEX	3,20	480,00
285	PAR	LUVA DE PLASTICO DESCARTAVEL TAMANHO UNICO PACOTE COM 100 UNIDADES.	80	TALGE	14,20	1.136,00
286	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES, MACIAS E CONFORTAVEIS **CANO LONGO** TAMANHO P.	50	TALGE	7,20	360,00
287	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES, MACIAS E CONFORTAVEIS **CANO LONGO** TAMANHO M.	50	TALGE	7,20	360,00
288	PAR	LUVA DE LATEX DE BORRACHA, SUPER RESISTENTES, MACIAS E CONFORTAVEIS **CANO LONGO** TAMANHO G.	50	TALGE	7,20	360,00
289	ROLO	MANGUEIRA DE JARDIM ROLO COM 20 MTS.	20	SUNIFIL	25,00	500,00
290	UNID	LIMPADOR MULTIUSO LIMPA CERAMICA E AZULEJO - 500 ML.	570	AUDAX	2,45	1.396,50
291	UNID	LIMPADOR MULTIUSO INSTANTANEO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS COZINHAS PIAS 500ML.	500	AUDAX	2,45	1.225,00
301	UNID	PANO DE CHAO EM MICROFIBRA REFORÇADO CINZA DE OTIMA QUALIDADE 80CM X90 CM.	600	MARTINS	6,95	4.170,00
306	UNID	PAPEL HIGIENICO 60MTS DE BOA QUALIDADE, PCT C/ 04 ROLOS.	5.850	BRISA	3,90	22.815,00

309	UNID	PILHA AA 1,5V CARTELA COM 02 UNIDADES.	406	ELGIN	3,50	1.421,00
311	UNID	PILHA ALCALINA AAA PALITO 1,5V CARTELA COM 02 UNIDADES.	260	ELGIN	3,50	910,00
313	UNID	PILHA ALCALINA PEQUENA CARTELA	150	ELGIN	3,50	525,00
314	UNID	PILHA ALCALINA MEDIA POR UNID.	210	ELGIN	11,00	2.310,00
315	UNID	PILHA ALCALINA TAMANHO MEDIO C 1,5V CARTELA 02 UNIDADES.	150	ELGIN	11,00	1.650,00
319	UNID	RASTELO PARA GRAMA, DE FERRO (TIPO VASSOURA).	65	DSR	11,70	760,50
326	UNID	RODO GRANDE BASE PLASTICA COM LAMINA DUPLA 60 CM.	400	DSR	10,20	4.080,00
329	UNID	SABAO EM PO, CONTENDO 01 KG, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	1.411	INOVE	4,95	6.984,45
334	UNID	SACO PARA LIXO PRETO RESISTENTES 200 LITROS PACOTES COM 10 UNID.	1.000	TRASH	10,20	10.200,00
340	UNID	SAPONÁCEO EM PÓ 300 GR.	110	INOVE	2,45	269,50
341	UNID	SAPONÁCEO LIQUIDO CREMOSO 300ML.	150	INOVE	3,85	577,50
343	UNID	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL PCT C/ 100 UNID.	651	TALGE	7,80	5.077,80
344	UNID	VASSOURA DE NYLON MEDINDO DE 26 A 30 CM COM CABO.	1.132	DSR	6,25	7.075,00
346	UNID	VASSOURA DE PELOS SINTETICOS COM BASE DE 60 CM.	180	DSR	10,00	1.800,00
496	UNID	ABSORVENTE INTIMO - PCT 08 UNIDADES.	20	SYM	2,60	52,00
504	UNID	FRALDA DESCARTAVEL PCT COM 08 UN TAMANHO M	70	BABY ROGER	5,90	413,00
508	UNID	FRALDA DESCARTAVEL PCT COM 32 UN TAMANHO EG, INFANTIL, COM GELSUPERABSORVENTE, ANTIALERGICA, TRIPLA PROTEÇÃO.	20	TURMA DA MONICA	27,00	540,00
510	UNID	FRALDA GERIATRICA PCT 8 UN TM. GG.	50	DESCARPACK	13,60	680,00
512	UNID	FRALDA GERIATRICA PCT 8 UN TM. M.	117	DESCARPACK	12,00	1.404,00
519	UNID	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM DE 05 LITROS FRAGRANCIAS VARIADAS.	300	LUX	22,95	6.885,00
526	UNID	TOALHA DE ROSTO ESPECIAL- GROSSA E FELPUDA 100% ALGODÃO EM CORES VARIADAS E MEDINDO 50X80CM.	300	MARTINS	9,35	2.805,00

TOTAL DO FORNECEDOR R$ 148.775,50

Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO A Prefeita Municipal, **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 023/2017

Modalidade: Pregão Presencial - Adesão

Data da Homologação: 03/05/2017

Objeto da Licitação: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2016, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 113/2016, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA – MT PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUENA.

Fornecedores e Itens Vencedores:

Nome: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 19.391.064/0001-99 Valor: R$ 12.155,60

Juruena – MT, 03 de maio de 2017 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Muncipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO A Prefeita Municipal, **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 022/2017

Modalidade: Pregão Presencial - Adesão

Data da Homologação: 03/05/2017

Objeto da Licitação: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2016, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2016, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA – MT PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUENA.

Fornecedores e Itens Vencedores:

Nome: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 19.391.064/0001-99 Valor: R$ 18.585,10

Juruena – MT, 03 de maio de 2017 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Muncipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 126/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 126/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E A EMPRESA LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 19.391.064/0001-99 VIGÊNCIA: O presente Contrato terá validade de 90 (noventa) dias, com inicio em 03/05/2017 e término em 02/08/2017. **OBJETO:** O presente Contrato oriundo da Adesão à Ata de Registro de Preços n° 198/2016, Pregão Eletrônico 002/2016, realizado pela Prefeitura Municipal Juína – MT, tem por objeto Aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares e Odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juruena, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços do Referido Pregão. O preço, a quantidade, e as especificações dos itens Contratados, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM ATA	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
134	05	CKMB CINETICO	BIOTÉCNICA	310,00	1.550,00
157	05	DENGUE IGG/GM	VIDA	287,00	1.435,00
259	10	FRASCO DE REAGENTE 20 ML PBT LYZER	BIOTÉCNICA	37,20	372,00
278	06	HDL COLESTEROL DIRETO	BIOTÉCNICA	450,00	2.700,00
360	07	MIOGLOBINA TESTE RAPIDO	ALERE	275,00	1.925,00
407	3000	PONTEIRAS COM FILTRO EXTAR LONGA	CRAL	0,21	630,00
408	3000	PONTEIRA COM FILTRO 1000 ML	CRAL	0,24	720,00
431	06	RUBEOLA IGGM ELISA	BIOADVANCE	484,80	2.908,80
452	06	SODIO CINETICO ENZIMATICO	BIOTÉCNICA	416,00	2.496,00
457	06	SOLUÇÃO DE LIMPEZA PARA EQUIPAMENTO	BIOTÉCNICA	128,05	768,30
540	10	TROPOMINA TESTE RAPIDO	ALERE	230,00	2.300,00
541	1000	TUBO A VACUO C/TAMPA ROXA	CRAL	0,53	530,00
561	5000	TUBO POLIPROLIPENO	GLOBALTRADE	0,05	250,00

VALOR TOTAL R$ 18.585,10

Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL: N° 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza, Carvão Vegetal e Gás de Cozinha, Itens de Copa e Cozinha e Itens de Higiene Pessoal, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial,com início em 25/04/2017 e término em 24/04/2018. **ÓRGÃO GERENCIADOR**: Prefeitura Municipal de Juruena através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela: **LIMAX COM. DE PROD. DE LIMPEZA MÁXIMA LTDA - ME CNPJ: 22.734.411/0001-43**

Item	Unid	Descrição	Quant	Marca	Val. unit	Val. total
234	UNID	AMACIANTE PARA ROUPAS, PERFUME SUAVE, (TIPO CONFORT, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) EMBALAGEM PLASTICA COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO 02 LITROS.	2.300	LIMAX	4,70	10.810,00
275	UNID	LIMPA ALUMINIO 500 ML.	1.110	LIMAX	1,99	2.208,90
518	UNID	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM DE 01 LITRO.	500	LIMAX	9,00	4.500,00

TOTAL DO FORNECEDOR R$ 17.518,90

Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 127/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 127/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E A EMPRESA LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 19.391.064/0001-99 VIGÊNCIA: O presente Contrato terá validade de 90 (noventa) dias, com inicio em 03/05/2017 e término em 02/08/2017. **OBJETO:** O presente Contrato oriundo da Adesão à Ata de Registro de Preços n° 258/2016, Pregão Presencial 113/2016, realizado pela Prefeitura Municipal Juína – MT, tem por objeto Aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juruena, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços do Referido Pregão. O preço, a quantidade, e as especificações dos itens Contratados, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
151	06	CORANTE LUGOL 2%	73,00	438,00
162	06	DETERGENTE DE USO LABORITORIAL	118,85	713,10
316	1000	LAMINA PARA MICROSCOPIO	1,79	1.790,00
339	50	MASCARA DESCARTAVEL	5,50	275,00
431	30	PONTEIRA SEM FILTRO	11,90	357,00
434	30	PONTEIRA TIPO GILSON	21,50	645,00
471	2000	SERINGA 10 ML C/AGULHA	0,31	620,00
505	20	SWAB ESTERIL C/ TUBO	35,00	700,00

543	55	TUBO A VACUO TAMPA ROXA	45,00	2.475,00
545	55	TUBO A VACUO TAMPA COLETA DE SANGUE	74,50	4.097,50
546	300	TUBO DE VIDRO 12X10MM	0,15	45,00

VALOR TOTAL R$ 12.155,60

Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL: N° 017/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza, Carvão Vegetal e Gás de Cozinha, Itens de Copa e Cozinha e Itens de Higiene Pessoal, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial,com início em 25/04/2017 e término em 24/04/2018. **ÓRGÃO GERENCIADOR**: Prefeitura Municipal de Juruena através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo: **A. N. DE MORAIS - EPP CNPJ: 08.349.253/0001-87**

Item	Unid	Descrição	Quant	Marca	Val. unit	Val. total
01	KG	ABACATE MADURO DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	100	IN NATURA	4,50	450,00
03	KG	ABOBORA MADURA DE PRIMEIRA CABOTIÁ, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	230	IN NATURA	3,60	828,00
06	UNID	ACHOCOLATADO EM PÓ, INSTANTÂNEO, TRADICIONAL A BASE DE AÇUCAR, CACAU EM PÓ E MALTRODEXTRINA, EMBALAGEM PRIMARIA EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTIGIO DE FERRUGEM OU AMASSADURA , OU EM POTE PLASTICO DE POLIETILENO - CONTENDO APROX. 400 GR.	273	MUK	5,99	1.635,27
10	UNID	AGUA MINERAL SEM GÁS CONTENDO APROX. 497 ML.	1.600	MARAJA	1,25	2.000,00
14	UNID	AGUA MINERAL SEM GÁS COPO CONTENDO APROX. 200 ML.	300	MARAJA	0,99	297,00
15	UNID	AGUARDENTE – CACHAÇA, GARRAFA CONTENDO APROX. 1LT.	10	66	9,50	95,00
17	KG	ALHO IN NATURA, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES OU CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. POR KG.	203	KI ALHO	23,20	4.709,60
19	UNID	AMIDO DE MILHO PACOTE PRODUTO EMBALADO EM PAPEL IMPERMEÁVEL, LIMPO, NÃO VIOLADO RESISTENTE, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. DEVENDO CONTER NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E DATA DE VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA CONTENDO APROX. 500 G.	174	ZAELI	3,50	609,00
22	UNID	ATUM EM CONSERVA PREPARADO COM PESCADO LIMPO E ESVICERADO, COZIDO SÓLIDO OU RALADO, IMERSO EM ÓLEO COMESTIVEL . ACONDICIONADO EM RECEPIENTE DE FOLHA DE FLANDES INTEGRO, RESISTENTE , VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROX. 300 GR.	55	GOMES DA COSTA	15,50	852,50
24	UNID	AZEITE OLIVA CONTENDO APROX. 200 ML.	20	MARIA	5,99	119,80
25	UNID	AZEITONA VERDE- CONSERVADAS EM AGUA E SAL DE COLORAÇÃO VERDE ESCURO, TAMANHOS MEDIOS, SEM MANCHAS E AUSENCIA DE TURBIDEZ NA SALMORA. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMB. CONTENDO APROX. 200G.	80	AGROVILA	3,65	292,00
26	KG	BACON – DEFUMADO EM PEÇA, EMBALADO A VACUO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO LIMPO, NÃO VIOLADO GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 3 KG. A EMBALAGEM DEVE CONTER IDENTIFICAÇÕES E PROCEDENCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE VALIDADE. VALIDADE MINIMA DE TRINTA DIAS APOS A ENTREGA.	115	EXELENCIA	47,99	5.518,85
29	UNID	BALA SORTIDA - PCT CONTENDO APROX. 600 GR.	1.500	DORI	6,75	10.125,00
32	KG	BANANA NANICA MADURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	40	IN NATURA	6,20	248,00
35	UNID	BATATA PALHA-PACOTE CONTENDO APROX. 300 GRAMAS.	40	BRISA	11,00	440,00
36	KG	BERINJELA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	10	IN NATURA	3,99	39,90
38	UNID	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, LEITE, MARIA OU ROSQUINHAS, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, EMBALAGEM EM PLASTICO POLIETILENO CONTENDO APROX. 400G.	814	DALLAS	2,74	2.230,36
42	UNID	CAFE TORRADO E MOIDO, (TIPO BRASILEIRO, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 1 ANO APOS ENTREGA, CONTENDO APROX. 500 GR.	3.120	ITAMARATI	9,10	28.392,00
50	UNID	CAMOMILA EMBALADO EM PCT PLASTICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, MARCA E PRAZO DE VALIDADE, PCT CONTENDO APROX. 10 GR.	95	MIKA	1,40	133,00
55	UNID	CANJIQUINHA (QUIRERA) PRODUTO DO GRÃO DO MILHO AMARELO, FINO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS,LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 500 GR.	60	MASSON	1,85	111,00

57	KG	CARNE BOVINA - ALCATRA – KG.	2.050		19,50	39.975,00
59	KG	CARNE BOVINA - PATINHO – KG.	350		17,70	6.195,00
62	KG	CARNE BOVINA -BISTECA – KG.	1.520		13,90	21.128,00
63	KG	CARNE BOVINA- FÍGADO.	300		6,95	2.085,00
64	KG	CARNE BOVINA DE 1° - BIFE COLCHÃO MOLE.	1.300		19,90	25.870,00
70	KG	CARNE DE FRANGO - COXA E SOBRE - COXA – KG.	500		7,25	3.625,00
71	KG	CARNE SUINA - BISTECA – KG.	1.370		10,70	14.659,00
73	KG	CENOURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	586		4,00	2.344,00
74	UNID	CHA DE HORTELA, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E PARASITAS, CONTENDO APROX. 200 GR.	24	CAMPILAR	6,50	156,00
77	UNID	CHA DE ERVA DOCE, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E PARASITAS, CONTENDO APROX. 200 GR.	24	CAMPILAR	6,50	156,00
78	UNID	CHA DE ERVA CIDREIRA, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E PARASITAS, CONTENDO APROX. 200 GR.	24	CAMPILAR	6,50	156,00
81	KG	CHARQUE BOVINO, CURADA, SECA, A BASE DE CARNE BOVINA E SAL.	100	IN NATURA	23,00	2.300,00
84	UNID	CHOCOLATE EM PÓ SOLUVEL - PCT CONTENDO APROX. 1KG.	15	QUALIMAX	22,50	337,50
85	UNID	CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA – PRODUTO LEVE DE BOA QUALIDADE EMBALADO EM PAPEL IMPERMEAVEL CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. EMBALAGEM CONTENDO APROX. 1KG.	310	GAROTO	28,50	8.835,00
93	UNID	CRAVO DA INDIA - PCT CONTENDO APROX.10 GRAMAS.	50	MIKA	2,25	112,50
94	UNID	CRAVO DA INDIA - PCT CONTENDO APROX. 35 GRAMAS.	30	MIKA	6,00	180,00
95	UNID	CREME DE LEITE – ORIGEM ANIMAL,EMBALADO EM LATA OU TETRAPACK, LIMPA ISENTA DE FERRUGEM, NÃO AMASSADA, NÃO ESTUFADA, RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, VALIDADE. CONTENDO APROX. 200 GRAMAS.	130	ELEGE	2,35	305,50
96	UNID	CREME DE LEITE – ORIGEM ANIMAL,EMBALADO EM LATA OU TETRAPACK, LIMPA ISENTA DE FERRUGEM, NÃO AMASSADA, NÃO ESTUFADA, RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NUMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO,VALIDADE. CONTENDO APROX. 295 GRAMAS.	340	ITAMBE	5,50	1.870,00
97	UNID	DOCE DE ABOBORA COM COCO, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 250GR.	75	INCOTRIL	3,99	299,25
98	UNID	DOCE DE BANANA, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTOMARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO 250GR.	75	INCOTRIL	3,99	299,25
100	UNID	DOCE DE LEITE, INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTOMARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	24	BOCARDO	11,00	264,00
104	UNID	ERVA PARA CHIMARRÃO EMBALAGEM IMPERMEÁVEL CONTENDO APROX. 1KG.	36	COR E SABOR	13,90	500,40
105	UNID	ERVILHA EM CONSERVA DE BOA QUALIDADE LATA CONTENDO APROX. 200 GRAMAS.	95	BONARE	1,78	169,10
106	UNID	ESSENCIA DE BAUNILHA - FRASCOS CONTENDO APROX. 30 ML.	20	MIKA	2,95	59,00
107	UNID	EXTRATO DE TOMATE, RESULTANTE DA CONCENTRACAO DE POLPA DE TOMATE,INSENTO DE SUJIDADES, FERMENTACAO OU RANÇO, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX.190 GR.	150	BONARE	1,45	217,50
109	UNID	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA OU AMARELA, FINA, SECA, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	205	PANTANAL	5,65	1.158,25
112	UNID	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL – PRODUTO DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM PLASTICA A VACUO CONTENDO APROX. 1KG.	20	ZAELI	7,99	159,80
114	UNID	FARINHA DE TRIGO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	3.350	DALLAS	2,20	7.370,00
116	UNID	FEIJAO PRETO, TIPO 1 -TIPO 1, NOVO COM GRAOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, INSENTO MAT. TERROSAS PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PLAST COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE MINIMA 4 MESES A CONTAR DO RECEBIM. CONTENDO APROX. 1 KG.	770	MASSON	4,98	3.834,60
117	UNID	FERMENTO BIOLOGICO, GRANULADO SECO, PARA PANIFICAÇÃO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, DETRITOS VEGETAIS E ANIMAIS, LIVRE DE UMID. MOFO, OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 125GR.	850	FLEISCHANN	4,15	3.527,50
118	UNID	FERMENTO BIOLOGICO, GRANULADO SECO, PARA PANIFICAÇÃO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, DETRITOS VEGETAIS E ANIMAIS, LIVRE DE UMID. MOFO, OU RANÇO, TIPO 1, EMBALAGEM COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 10GR.	50	FLEISCHANN	1,00	50,00
122	UNID	FRUTAS CRISTALIZADAS CONTENDO APROX. 150 GRAMAS.	30	MIKA	3,80	114,00
123	UNID	GELATINA COMPOSTO DE ACUCAR E SAL, AROMA ARTIFICIAL, DIVERSOS SABORES, INSENTO DE FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. EMBALAGEM PRIMARIA EM PLASTICO E POSTERIORMENTE CX COM DADOS DO PRODUTOMARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 30GR.	2.000	LUAL	0,73	1.460,00
125	UNID	GENGIBRE – KG.	2	IN NATURA	14,99	29,98
130	KG	LARANJA MADURA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	32	IN NATURA	4,80	153,60
133	UNID	LEITE DE COCO - GARRAFINHA CONTENDO APROX. 200 ML.	30	VITA COCO	2,25	67,50

134	UNID	LEITE DE SOJA EM PO EMBALAGEM CONTENDO APROX. 300 GR.	10	SUPER SOYA	32,25	322,50
135	UNID	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CONTENDO APROX.1 LT.	1.410	NENE	3,65	5.146,50
136	UNID	LEITE TIPO NAN 2 PRO CONTENDO APROX.400 GR - FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - COM NUCLEOTIDEOS, DHA E ARA.	10	NESTLE	32,40	324,00
139	KG	LIMÃO DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	30	IN NATURA	4,50	135,00
140	KG	LIMÃO THAITI DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	20	IN NATURA	4,99	99,80
142	KG	LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA.	300	EXELENCIA	12,70	3.810,00
143	KG	LINGUICA MISTA - KG.	450	EXELENCIA	11,88	5.346,00
144	KG	LINGUICA MISTA - PACOTE COM 5 KG.	30	EXELENCIA	58,00	1.740,00
145	KG	LINGUICA TOSCANA – KG.	300	EXELENCIA	11,99	3.597,00
146	KG	LINGUICA TOSCANA - PACOTE DE 5 KG.	20	EXELENCIA	55,00	1.100,00
148	UNID	LOURO (DESIDRATADO) CONTENDO APROX. 10 GR.	20	MIKA	1,75	35,000
150	UNID	MACARRAO DE SEMOLA TIPO ESPAGUETE, NAO FERMENTADO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANCO, TIPO 1, EMBALAGEM EM POLIETILENO COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	510	AMALIA	2,99	1.524,90
152	UNID	MACARRAO DE SEMOLA TIPO PARAFUSO, NAO FERMENTADO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANCO, TIPO 1, EMBALAGEM EM POLIETILENO COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG.	340	AMALIA	3,98	1.353,20
154	UNID	MACARRAO TIPO CONCHINHA, NAO FERMENTADO, INSENTO DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITAS, LIVRE DE UMID. FERMENTACAO OU RANCO, TIPO 1, EMBALAGEM EM POLIETILENO COM DADOS DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E VALIDADE, CONTENDO APROX. 1KG	340	DALLAS	4,98	1.693,20
159	KG	MARACUJÁ DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	30	IN NATURA	5,50	165,00
163	KG	MELANCIA DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS POR KG.	20	IN NATURA	2,25	45,00
165	UNID	MILHO VERDE EM CONSERVA CONTENDO APROX. 200 GR.	472	BONARE	1,45	684,40
170	KG	MORTADELA TIPO DEFUMADA 1° QUALIDADE. KG.	400	AURORA	18,20	7.280,00
171	UNID	NOS MOSCADA - PACOTE CONTENDO APROX. 10 GRAMAS.	22	MIKA	5,99	131,78
175	DUZIA	OVOS DE GALINHA, CLASSE A, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, COM PRAZO DE VALIDADE POR DUZIA.	780	TANGARA	5,75	4.485,00
183	KG	PEITO DE FRANGO - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA INVIOLADA, DEVE APRESENTAR BOA QUALIDADE, VALIDADE E ORIGEM.	150	ANHAMBI	8,90	1.335,00
184		PEIXE DE BOA QUALIDADE – KG.	170		15,99	2.718,30
189	UNID	PIRULITO - PCT CONTENDO APROX. 01 KG.	1.900	DORI	7,30	13.870,00
190	KG	POLPA DE MORANGO, ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALADO EM SACOS PLASTICOS CONTENDO APROX.1 KG.	1	IT POLPA	15,90	15,90
192	UNID	POLVILHO DOCE FECULA DE MANDIOCA DE BOA QUALIDADE PCT CONTENDO APROX. 01 KG.	170	MASSON	8,50	1.445,00
194	KG	QUEIJO FRESCO – KG.	50	IN NATURA	13,50	675,00
199	UNID	REFRIGERANTE 2 LTS - SABOR LARANJA, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	740	FUNADA	3,50	2.590,00
202	UNID	REFRIGERANTE 2,5 LTS – TIPO COCA-COLA, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	90	COCA COLA	8,99	809,10
204	KG	REPOLHO DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	855	IN NATURA	2,90	2.479,50
205	KG	REPOLHO ROXO, DE 1ª, SEM CASCA PROTETORA – KG.	100	IN NATURA	3,50	350,00
206	UNID	SAGU - PCT CONTENDO APROX.500 GR.	50	ZAELI	4,25	212,50
212	UNID	SARDINHA EM LATA AO MOLHO DE TOMATE LATA CONTENDO APROX. 500 GR .	50	GOMES COSTA	13,50	675,00
216	UNID	SUCO ARTIFICIAL EM PÓ VARIOS SABORES, ADOÇADO, EMBALAGEM PLÁSTICA, DATA DE VALIDADE E ORIGEM DO PRODUTO PCT CONTENDO APROX. 500 GR.	1.100	QUALIMAX	4,35	4.785,00
217	UNID	TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA CONTENDO APROX. 1KG	44	NONO VITO	6,50	286,00
219	KG	TOMATE VERMELHO MADURO DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. POR KG.	1.125	IN NATURA	5,30	5.962,50
220	KG	TORRESMO FRITO PCT CONTENDO APROX. 1KG.	20	CASEIRO	6,99	139,80
222	PCT	VAGEM VERDE DE PRIMEIRA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE, CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS PCT COM 1 MAÇO.	20	IN NATURA	5,00	100,00
224	UNID	VINAGRE DE VINHO BRANCO APROX. 900 ML.	125	ROSINA	5,80	725,00
227	UND	GAS DE COZINHA (CARGA) - COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, PESANDO 13 KG, ACONDICIONADO EM BOTIJAO, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A (PORT,47,DE 24/03/99 ANP),(NBR-14024 DA ABNT)	937	NACIONAL GAS	91,99	86.194,63
233	UNID	ALCOOL EM GEL PARA MÃOS 70%- 800 ML DEVERA CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, A DATA DE VALIDADE O NUMERO DO LOTE E O REGISTRO NA ANVISA/MS.	100	233	7,20	720,00
236	UNID	BACIA DE ALUMINIO, REDONDA, COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, CAPACIDADE MINIMA 5 LTS..	25	MARLUX	14,23	355,75
237	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 4 LTS.	10	ARQPLAST	3,40	34,00

238	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 5 LTS.	135	ARQPLAST	4,30	580,50
239	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 7 LTS.	80	ARQPLAST	5,49	439,20
240	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 10 LTS.	80	ARQPLAST	6,20	496,00
241	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 20 LTS.	32	ARQPLAST	8,99	287,68
242	UNID	BACIA PLASTICA RESISTENTE DE BOA QUALIDADE - 30 LTS.	70	INPLAST	12,99	909,30
250	UNID	BALDE PLASTICO COM ALÇA - 10 LITROS.	150	ARQPLAST	5,05	757,50
252	UNID	BALDE PLASTICO COM ALÇA - 20 LITROS.	40	ARQPLAST	10,90	436,00
253	UNID	BALDE COM TAMPA 20 LITROS.	20	ARQPLAST	29,70	594,00
254	PAR	BOTA DE BORRACHA (VARIAS NUMERAÇÕES).	146	VONDER	28,00	4.088,00
257	UNID	CORDA PARA VARAL - PCT 20 METROS.	127	SUPER CORDA	2,70	342,90
265	UNID	ESCOVA P/ LAVAR ROUPA, FORMATO OVAL, BASE EM MADEIRA, COM CEDAS EM NYLON, 17 X 7 X 5CM, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE.	230	NOVO HORIZONTE	2,00	460,00
268	UNID	ESPANADOR CERDAS EM NYLON - COMPRIMENTO 45 CM	20	ELEGANCIA	5,50	110,00
269	UNID	ESPONJA DE AÇO PARA LIMPEZA	900	LUSTRO	1,50	1.350,00
294	UNID	OLEO MINERAL ADITIVO E ANTIOXIDANTE TIPO SINGER PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS 100ML.	51	SINGER	3,30	168,30
295	UNID	PÁ COLETORA PARA LIXO EM METAL GALVANIZADO COM CABO DE MADEIRA 80 CM PARA LIXO.	90	SANTA CRUZ	5,99	539,10
296	UNID	PÁ DE PLASTICO REFORÇADA COM CABO DE 50 CM PARA LIXO.	182	SANTA CRUZ	3,99	726,18
300	UNID	PANO DE CHAO EM MICROFIBRA REFORÇADO CINZA DE OTIMA QUALIDADE 73CM X 44 CM.	300	GUAPEX	4,50	1.350,00
302	UNID	PANO DE CHAO TIPO ESFREGÃO 70CM X 44CM.	400	GUAPEX	3,50	1.400,00
304	UNID	PANO DE CHAO TIPO SACO 85% ALGODÃO CRU, 80CM X 90CM COR BRANCA.	400	GUAPEX	5,60	2.240,00
305	UNID	PANO DE CHAO TIPO SACO 100% ALGOAO ALVEJADO 42X66CM BORDA EM ACABAMENTO ORVERLOCK.	100	GUAPEX	5,99	599,00
318	UNID	PRENDEDOR DE ROUPAS PLASTICO - PCT COM 12 UNID.	370	CRYSTAL	1,45	536,50
320	UNID	RASTELO PARA GRAMA, DE PLASTICO (TIPO VASSOURA) COM CABO.	62	BRASIL	8,30	514,60
321	UNID	RODO DE ESPUMA CABO DE MADEIRA BASE DE MADEIRA 19 CM DE BASE.	300	BRASIL	5,90	1.770,00
324	UNID	RODO EM PLASTICO, BORRACHA MACIA DE 60CM, COM CABO.	815	BRASIL	10,90	8.883,50
327	UNID	RODO PARA CERA COM CABO.	80	BRASIL	7,70	616,00
331	UNID	SACO ALVEJADO ABERTO 49CM X 82CM.	1.000	ITATEX	5,20	5.200,00
332	UNID	SACO ALVEJADO FECHADO 48CM X 70CM.	1.000	ITATEX	4,99	4.990,00
333	UNID	SACO ALVEJADO FECHADO 50CM X 80CM.	500	ITAITEX	5,20	2.600,00
335	UNID	SACO PARA LIXO PRETO RESISTENTES 100 LITROS PACOTES COM 10 UNID.	4.010	GIOPACK	4,40	17.644,00
336	UNID	SACO PARA LIXO PRETO RESISTENTES 15 LITROS PCT COM 10 UNID.	240	GIOPACK	1,30	312,00
338	UNID	SACO PARA LIXO PRETO RESISTENTES 30 LITROS PCT COM 10 UNID.	2.300	GIOPACK	2,35	5.405,00
349	UNID	BANDEJA DESCARTAVEL LAMINADO N° 07 COM 36 CM DIAMETRO.	10	CAMPEL	3,50	35,00
350	UNID	BANDEJA DESCARTAVEL LAMINADO N° 08 COM 38 CM DIAMETRO .	10	CAMPEL	3,50	35,00
351	UNID	BANDEJA DESCARTAVEL PLASTICO N° 10 .	20	CAMPEL	7,49	149,80
352	UNID	BORRACHA DE VEDACAO PARA PANELA DE PRESSÃO 07 LTS.	100	PARANA	2,00	200,00
353	UNID	BORRACHA DE VEDACAO PARA PANELA DE PRESSÃO 10 LTS.	100	PARANA	2,00	200,00
354	UNID	BORRACHA DE VEDACAO PARA PANELA DE PRESSÃO 20 LTS.	100	PARANA	3,50	350,00
358	UNID	BULE DE ALUMÍNIO 5 LTS.	20	MARLUX	59,00	1.180,00
359	UNID	CAIXA DE ISOPOR 8 LTS.	40	ISOESTE	9,99	399,60
360	UNID	CAIXA DE ISOPOR 100 LTS.	24	ISOTERME	114,00	2.736,00
361	UNID	CAIXA DE ISOPOR 150 LTS.	50	ISOTERME	173,00	8.650,00
362	UNID	CAIXA DE ISOPOR 37 LTS.	2	ISOESTE	40,80	81,60
365	UNID	CAIXA ORGANIZADORA 56 LTS COM TAMPA.	10	GIOPLAST	56,00	560,00
366	UNID	CANECA DE ALUMINIO COM ALÇA REFORÇADA, CAPACIDADE DE NO MINIMO 2 LITROS.	38	MARLUX	17,80	676,40
367	UNID	CANECA DE ALUMINIO COM ALÇA REFORÇADA, CAPACIDADE DE 5 LITROS.	24	MARLUX	39,00	936,00
369	UNID	CHALEIRA DE ALUMÍNIO 02L.	5	MARLUX	37,50	187,50
370	UNID	CHALEIRA DE ALUMÍNIO 05 L.	5	MARLUX	46,00	230,00
371	UNID	CILINDRO PARA PÃES E MASSAS C/ CABO REMOVÍVEL DE BOA QUALIDADE.	10	COBRA	69,99	699,90
373	UNID	COADOR DE CAFE GRANDE EM TECIDO 100 POR CENTO ALGODÃO.	165	ITATEC	1,99	328,35
374	UNID	COADOR DE CAFE N.06 EM TECIDO 100 POR CENTO ALGODAO CAPACIDADE 6 LITROS.	10	GUAPEX	7,35	73,50
376	UNID	COLHER DE SOPA EM ACO INOX, COM CABO EM AÇO INOX, SEM PLASTICO, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE.	330	SIMONAGGIO	1,75	577,50
378	UNID	COLHER GRANDE (NO MINIMO 30CM) EM ACO INOX, COM CABO EM AÇO INOX, PARA PREPARAR CAFE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE.	30	DI SOLLE	7,80	234,00
380	UNID	CONCHA PARA SOPA TAMANHO INDUSTRIAL 50 A 60 CM.	36	MARLUX	18,50	666,00
381	UNID	CONCHA, EM ACO INOX, COM CABO EM AÇO INOX.	52	SIMONAGGIO	6,99	363,48
382	CONJ	CONJUNTO DE POTES DE PLASTICO MÉDIO, HERMETICAMENTE FECHADOS C/ 3 UNID.	115	ERCO	5,90	678,50
385	UNID	COPO DE VIDRO 350 ML.	250	CIV	2,49	622,50
387	UNID	COPO DE VIDRO PARA AGUA 180 ML.	130	CIV	1,80	234,00
389	UNID	COPO DESCARTAVEL PARA AGUA - 200 ML - PCT COM 100 UNID.	300	TOTAL PLAST	3,50	1.050,00
391	UNID	COPO DESCARTAVEL PARA CAFE - 50 ML - PCT COM 100 UNID.	1.350	TOTAL PLAST	1,65	2.227,50

392	UNID	DESCASCADOR DE LEGUMES, EM PLASTICO ATOXICO RESISTENTE, LAMINA EM AÇO INOX 14 CM E LARGURA APROXIMADA DE 6CM.	6	MIMO DOCE	12,99	77,94
393	UNID	ESCORREDOR DE ALUMÍNIO P/ MACARRÃO 40 CM.	53	MARLUX	21,99	1.165,47
394	UNID	ESCORREDOR P/ PRATO EM ACO INOX, COM PES DE APOIO ALTO E COM ADERENCIA, LUGAR PARA PRATOS E TALHERES.	16	STOLF	34,50	552,00
396	UNID	ESCORREDOR PLASTICO PARA MASSAS.	20	PLASMONT	2,99	59,80
397	UNID	ESCORREDOR PLASTICO PARA MASSAS TAM. INDUSTRIAL.	22	NITRONPLAST	19,99	439,78
398	UNID	ESCUMADEIRA MÉDIA, PARA PEGAR ARROZ, EM AÇO INOX.	13	MADFER	4,99	64,87
399	UNID	ESCUMADEIRA PEQUENA, PARA PEGAR ARROZ EM ALUMINIO INOX.	2	MARLUX	4,80	9,60
400	UNID	ESCUMADEIRA TAM. INDUSTRIAL DE 50 A 60 CM, PARA PEGAR ARROZ EM ALUMINIO OU INOX.	54	MARLUX	16,99	917,46
403	UNID	FACA DE PAO - TAMANHO G.	52	STARHOUSE	12,39	644,28
405	UNID	FILME PLASTICO PARA EMBALAR ALIMENTOS – ROLO.	180	GIOPACK	1,99	358,20
406	UNID	FORMA PARA BOLO QUADRADA - 4,3 LTS.	61	MARLUX	19,90	1.213,90
409	UNID	GARFO DE MESA EM ACO INOX, COM CABO EM AÇO INOX, SEM PLASTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANETE – UN	130	MONIZ	1,75	227,50
410	UNID	GARFO GRANDE EM ACO INOX, MEDINDO NO MINIMO 25CM COMPRIMENTO (COM CABO).	88	MARLUX	11,99	1.055,12
413	UNID	GARRAFA TERMICA DE PRESSÃO, COM ALCA E TAMPA, (TIPO INVICTA, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) REVESTIDA EM ACO INOX, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 1,8 LITROS.	25	TERMOLAR	82,00	2.050,00
414	UNID	GARRAFA TERMICA DE PRESSÃO, COM ALCA E TAMPA, (TIPO INVICTA, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) REVESTIDA EM ACO INOX, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE 2 LITROS.	40	TERMOLAR	249,00	9.960,00
415	UNID	GARRAFA TERMICA DE PRESSÃO, COM ALCA E TAMPA, (TIPO INVICTA, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR), CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE 3,5 LITRO.	40	TERMOLAR	25,50	1.020,00
417	UNID	GARRAFA TERMICA, COM ALCA E TAMPA, PRESSÃO, REVESTIDA EM PLASTICO CONTRA IMPACTO, CORES DIVERSAS, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, CAPACIDADE 750ML.	15	TERMOLAR	22,00	330,00
420	UNID	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO TAMANHO MINIMO 20X18 PACOTE COM 50 UNIDADES. (Obs: cadastrado no sistema como 30x31 - cadastro duplicado)	300	TREVO	1,10	330,00
423	UNID	JARRA DE PLASTICO COM TAMPA PARA SUCO 5L.	102	TRITEC	13,00	1.326,00
424	UNID	JARRA EM CRISTAL LISO, CAPACIDADE 2 LITROS.	20	TRITEC	17,00	340,00
430	UNID	LIXEIRA EM PLASTICO RESISTENTE COM TAMPA E PEDAL 10 LTS.	100	ARQPLAST	11,99	1.199,00
431	UNID	LIXEIRA EM PLASTICO RESISTENTE COM TAMPA E PEDAL 50 LTS.	50	ARQPLAST	72,00	3.600,00
433	UNID	LIXEIRO DE PLASTICO (TIPO CESTO PARA PAPEL) TELADO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE. COM NO MINIMO 9 LTS.	260	ARQPLAST	3,00	780,00
434	UNID	LIXEIRO DE PLASTICO REFORÇADO 20 LTS.	35	ARQPLAST	15,50	542,50
435	UNID	LIXEIRO PLASTICO 100 LT C/TAMPA.	45	ARQPLAST	89,50	4.027,50
437	UNID	PALITO DE MADEIRA PARA ESPETINHO - PCT 100 UNID.	100	ARCO IRES	7,50	750,00
438	UNID	PANELA/CAÇAROLA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPA- COM DUS ALÇAS DE ALUMINIO, 3MM EXPESSURA, CAPACIDADE DE 6 LITROS.	5	MARLUX	53,50	267,50
439	UNID	PANELA/CAÇAROLA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPA- COM DUS ALÇAS DE ALUMINIO, 3MM EXPESSURA, CAPACIDADE DE 3 LITROS.	5	MARLUX	39,99	199,95
442	UNID	PANELA DE ALUMÍNIO BATIDO 15 LTS C/ TAMPA.	1	MARLUX	91,00	91,00
444	UNID	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO PRODUTO DE 1° LINHA APROVADO PELO INMETRO 7 LITROS.	29	MARLUX	79,99	2.319,71
446	UNID	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO PRODUTO DE 1° LINHA APROVADO PELO INMETRO 20 LITROS.	20	MARLUX	380,00	7.600,00
447	UNID	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO, PRODUTO DE 1° LINHA APROVADO PELO INMETRO 11,4 LITROS.	23	MARLUX	118,00	2.714,00
450	UNID	PANO DE PRATO PANO DE COPA EM TECIDO 100% ALGODAO SACO ALVEJADO MEDINDI 66X40CM. (obs: cadastrado sistema como atoalhado 100% algodão 68cm x 40cm - cadastro duplicado)	100	GUAPEX	2,90	290,00
451	UNID	PANO DE PRATO EM ALGODAO TAM 80 X 65.	605	GUAPEX	5,45	3.297,25
453	UNID	PAPEL FILME PARA ENVOLVER ALIMENTOS UNID.	200	GIOPACK	1,99	398,00
455	UNID	PEGADOR DE MACARRAO EM INOX.	37	EUROQUADROS	11,25	416,25
456	UNID	PEGADOR DE SALADA EM INOX.	30	VIEL	12,55	376,50
459	UNID	PENEIRINHA PLASTICA PEQUENA.	50	SB BRISA	2,10	105,00
460	UNID	PINO P/ PANELA PRESSÃO.	105	PARANA	4,10	430,50
462	UNID	POTE PLÁSTICO DE RETANGULAR 5LTS.	15	ERCA	7,99	119,85
463	UNID	POTE PLASTICO COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADO 07 LTS.	10	RANCHO	16,50	165,00
465	UNID	POTE DE PLASTICO DE 1,5 LITROS COM TAMPA.	6	ARCA	4,30	25,80
466	UNID	PRATO DE VIDRO LISO E FUNDO UNID.	1.030	NADIR	4,00	4.120,00
469	UNID	RALADOR ALUMINIO GRANDE 4 FACES.	34	BIOMETAL	23,35	793,90
470	UNID	RALADOR ALUMINIO 4 FACES PEQUENO - ALTA RESISTENCIA.	2	BIOMETAL	7,49	14,98
472	UNID	REGISTRO DE GAS PARA FOGAO INDUSTRIAL.	56	IMAR	41,99	2.351,44
476	UNID	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 20CM X 30CM X 0,10MM PCT C/ 10 UND PARA ALIMENTOS.	10	PLASMIL	2,00	20,00
477	UNID	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA ALIMENTOS EMB. PARA 01 KG. POR KG.	205	PLASMIL	22,30	4.571,50
479	UNID	SACO PLASTICO TRANSPARENTE PARA ALIMENTOS EMBALAGEM PARA 3 KG. POR KG.	200	PLASMIL	22,30	4.460,00
481	UNID	SACO PLASTICO TRANSPARENTE EMBALAGEM PARA 5 KG. POR KG.	200	PLASMIL	22,30	4.460,00

485	PAR	SAPATO OCUPACIONAL (PROFISSIONAL) ANTIDERRAPANTE NUMERÇÕES 35 AO 43.	15	VONDER	59,00	885,00
486	UNID	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFE N. 103.	10	3 CORACOES	6,30	63,00
488	UNID	TOALHA DE MESA EM TECIDO 1,40 M X 2,50 M.	38	ITATEC	29,99	1.139,62
489	UNID	TOALHA DE MESA EM TECIDO 1,40 M X 1,40 M.	30	ITATEC	24,99	749,70
490	UNID	TOALHA DE MESA EM TECIDO 1,40 M X 3,00 M.	30	ITATEC	39,00	1.170,00
494	UNID	XICARA DE VIDRO COM PIRES 90 ML.	140	WHEATOM	5,99	838,60
497	UNID	ALGODAO PCT 500 GRAMAS. (obs: cadastrado no sistema com algodão em bolas 100g – cadastro duplicado)	150	FAROL	20,30	3.045,00
499	UNID	CREME DENTAL 120 GRAMAS.	30	SORRISO	4,40	132,00
501	UNID	ESCOVA DENTAL, INFANTIL COM FORMATO ANATÔMICO, CONFECCIONADA EM MATERIAL ATOXICO, COM CABO EM POLIPROPILENO. CERDAS MACIAS EM NYLON NA COR NATURAL. A EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E SELO DA APROVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA (A.B.O).	300	CONDOR	2,05	615,00
502	UNID	ESCOVA DE NYLON PARA LIMPEZA DE UNHAS.	10	CONDOR	2,80	28,00
505	UNID	FRALDA DESCARTAVEL PCT COM 20 UN TAMANHO GG	50	SUPER SEQUINHO	16,40	820,00
507	UNID	FRALDA DESCARTAVEL PCT COM 28 UN TAMANHO P	70	SUPER SEQUINHO	16,50	1.155,00
514	UNID	HASTES FLEXIVEIS DE ALGODAO - CX 75 UNIDADES.	50	COTONELA	1,49	74,50
517	UNID	SABONETE INFANTIL BARRA 90 GR DE BOA QUALIDADE.	200	JOHNSON	2,30	460,00

TOTAL DO FORNECEDOR R$ 549.177,63 Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 023/2017,

DE 03 DE MAIO DE 2017.

"Cria a comissão de avaliação de trafego da Estrada Boiadeira."

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste-MT, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2014, e no disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 508/217 de 03 de setembro de 2014, em especial os incisos I e II do art. 2º da lei supracitada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TRAFEGO DA ESTRADA BOIADEIRA, constituído por:

I – REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Altaide Rodrigues Gonçalves – **Vereador**

Willian de Oliveira Iahn Junior – **Presidente**

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Zaqueu Batista de Oliveira **– Igreja Evangélica Assembleia de Deus**

Rivonete Coelho da Silva **– Igreja Católica**

Art. 2º. A Comissão terá a finalidade de avaliar e expedir autorização temporária para os tráfegos dos caminhões canavieiros pela avenida Boa Vista, devendo ser comunicada a Policia Militar, com observância do prazo determinado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 136/2017,

DE 02 DE MAIO 2017.

"Nomeia **Fagner Michell de Almeida Silva Rok**, Engenheiro Civil, como responsável pela fiscalização da obra de Adequação e Manutenção das Escolas Municipais.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **Fagner Michaell de Almeida Silva Rok,** Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 028.814.161-01, Registro CREA-MT029607, Portador da cédula de Identidade RG n° 1218745-3 SJ/MT, como responsável pela fiscalização da obra de Adequação e Manutenção das Escolas Municipais.

Art. 2º O Engenheiro ora nomeado deverá acompanhar a referida obra, relatando possíveis falhas na execução, bem como deverá avaliar o processo físico/financeiro conforme projeto executivo.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, ao terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 586/2017,

De 03 de maio de 2017.

Autor: Poder Executivo

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2017 e da outras providências**."**

O Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições le-

gais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2017, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R$ 16.174,96 (Dezesseis mil cento e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de saúde

10.305.0075.2.098 – Manutenção do Programa de Controle da Dengue

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
..R$ 16.174,96

Fonte: 0.1.42 – Transferências de Recursos - SUS

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência

pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a dotação de que trata o art. 1º até o limite de 40% do seu valor total.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 587/2017,

De 03 de maio de 2017.

Autor: Poder Executivo

"Acrescenta incisos I e II, ao art. 2º da lei municipal nº 508/2014, de 03 de setembro de 2014**."**

O Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. O art. 2º da Lei nº 508/2014, de 03 de setembro de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos I e II:

"Art.2º.....

I – a estrada retromencionada deverá estar em plenas condições de trafegabilidade, o que será atestado por comissão Paritária, instituída para esta finalidade no prazo de 10 (dez) dias dia da publicação desta lei, por meio de decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal, devendo em sua composição constar 02 (dois) vereadores, bem como deverá ter a participação de representantes da sociedade civil organizada;

II – sendo constatado a impossibilidade de trafegar pela referida estrada, será expedido autorização temporária para os tráfegos dos caminhões canavieiros pela Avenida Boa Vista, devendo ser comunicada a Policia Militar, com observância do prazo determinado."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 012/2017

DECRETO Nº 012/2017

CONVOCA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER, ESTADO DE MATO GROSSO.

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Saúde da Mulher no Município,

DECRETA:

Art 1.º - Feriado na Secretaria Municipal de Saúde, e convoca todos os funcionários da saúde para I Conferência Municipal de Saúde da Mulher, a ser realizada no dia 05 de maio de 2017, tendo como tema central: "Saúde da Mulher"

Art. 2.º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luciara-MT, em 03 de maio de 2017.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal

MARIA IRAENE DA SILVA

pRESIDENTE CMAS

LICITAÇÃO PORTARIA 008/2017
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2017

PROCESSO 022/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2017

A Prefeitura Municipal de Luciara-MT, torna público para conhecimento dos interessados que conforme o Decreto n.° 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, que o município de Luciara faz ADESÃO à Ata de Registro de Preços 007-A/2017, oriunda do Pregão Presencial n.° 007/2017 da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista-MT, para futura e eventual aquisição de peças e acessórios para todos os veículos da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista. A fornecedora da Ata de Registro de Preços 007-A/2017 é a empresa Auto Peças Regional Eireli-ME, inscrita no CNPJ sob o número 04.353.939/0001-90, com o valor total de R$ 251.213,92 (duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e treze reais e noventa e dois centavos). Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo telefone (66) 3528-1189.

Luciara-MT, 03 de maio de 2017.

Vinícius Santos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 027/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 19 de abril de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PA-

RA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE BANNERS, ADESIVOS PERSONALIZADOS, ADESIVAGEM E ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS E CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO SEMI-REFLETIVAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora as Empresas: A S SANTOS & CIA LTDA-EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 00.113.059/0001-96 COM VALOR TOTAL DE R$ 17.463,00, IMPRIMAIS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 12.025.522/0001-27, COM VALOR TOTAL DE R$ 6.308,00 E MASTER SERVIÇOS DE PUBLICIDADES LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 15.564.968/0001-09, COM VALOR TOTAL DE R$ 12.366,90. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá/MT, 03 de Maio de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI COMPLEMENTAR 125 DE 03 DE MAIO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"Acrescenta o art. 40-A na Lei Complementar nº 013, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação básica do Município de Matupá - MT, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 40-A, na Lei Complementar nº 013/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40-A O teto remuneratório dos servidores é o subsídio dos Secretários Municipais, sendo que quando atingir o teto não ocorrerá promoção de classe e progresso funcional.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI COMPLEMENTAR 124 DE 03 DE MAIO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"Acrescenta o art. 21-A e altera os vencimentos dos cargos de Médico, alterando os anexos I, V e IX da Lei Complementar nº 080, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro geral do Poder Executivo do Município de Matupá - MT, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 21-A, na Lei Complementar nº 080/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21-A O teto remuneratório dos servidores é o subsídio dos Secretários Municipais, sendo que quando atingir o teto não ocorrerá progressão vertical e promoção horizontal.

Art. 2º Ficam alterados os vencimentos dos cargos de Médico no Anexo III – Tabela de Vencimentos Cargo Efetivo, Anexo V – Correlação do Grupo Ocupacional com os Cargos Efetivos e Anexo IX – Quadro Geral, da Lei Complementar nº 080/2013, que passa a vigorar com a redação constante nos anexos desta Lei Complementar.

Art. 3º Os demais itens dos anexos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO III - TABELA DE VENCIMENTOS CARGO EFETIVO

ANEXO III –C						
GRUPO OCUPACIONAL:		**III – Especialista em Saúde Nível Superior**				
CARGOS: Médico 40 Horas						
NIVEL DE		**COEFICIENTE**	**CLASSE DE PROMOÇÃO**			
PROGRESSÃO			**A (1,00)**	**B (1,10)**	**C (1,20)**	**D (1,30)**
0 - 3 anos	**1**	1	6.712,15	7.383,37	8.054,58	8.725,80
3,1 - 6 anos	**2**	1,07	7.182,00	7.900,20	8.618,40	9.336,60
6,1 - 9 anos	**3**	1,14	7.651,85	8.417,04	9.182,22	9.947,41
9,1 - 12 anos	**4**	1,21	8.121,70	8.933,87	9.746,04	10.558,21
12,1 - 15 anos	**5**	1,28	8.591,55	9.450,71	10.309,86	11.169,02
15,1 - 18 anos	**6**	1,35	9.061,40	9.967,54	10.873,68	11.779,82
18,1 - 21 anos	**7**	1,42	9.531,25	10.484,38	11.437,50	12.390,63
21,1 - 24 anos	**8**	1,49	10.001,10	11.001,21	12.001,32	13.001,43
24,1 - 27 anos	**9**	1,56	10.470,95	11.518,05	12.656,14	13.612,24
27,1 - 30 anos	**10**	1,63	10.940,80	12.034,88	13.128,97	14.223,05
ANEXO III –C1						
GRUPO OCUPACIONAL:		**III – Especialista em Saúde Nível Superior**				
CARGOS: Médico 30 Horas						

NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO A (1,00)	B (1,10)	C (1,20)	D (1,30)
0 - 3 anos	1	1	5.034,11	5.537,52	6.040,93	6.544,34
3,1 – 6 anos	2	1,07	5.386,50	5.925,15	6.463,80	7.002,45
6,1 - 9 anos	3	1,14	5.738,89	6.312,77	6.886,66	7.460,55
9,1 - 12 anos	4	1,21	6.091,27	6.700,40	7.309,53	7.918,66
12,1 – 15 anos	5	1,28	6.443,66	7.088,03	7.732,39	8.376,76
15,1 - 18 anos	6	1,35	6.796,05	7.475,65	8.155,26	8.834,86
18,1 - 21 anos	7	1,42	7.148,44	7.863,28	8.578,12	9.292,97
21,1 - 24 anos	8	1,49	7.500,82	8.250,91	9.000,99	9.751,07
24,1 - 27 anos	9	1,56	7.853,21	8.638,53	9.423,85	10.209,18
27,1 - 30 anos	10	1,63	8.205,60	9.026,16	9.846,72	10.667,28

ANEXO III –C2						
GRUPO OCUPACIONAL:		III – Especialista em Saúde Nível Superior				
CARGOS: Médico Especialista 20 Horas						
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO A (1,00)	B (1,10)	C (1,20)	D (1,30)
0 - 3 anos	1	1	3.557,44	3.913,18	4.268,93	4.624,67
3,1 - 6 anos	2	1,07	3.806,46	4.187,11	4.567,75	4.948,40
6,1 - 9 anos	3	1,14	4.055,48	4.461,03	4.866,58	5.272,13
9,1 - 12 anos	4	1,21	4.304,50	4.734,95	5.165,40	5.595,85
12,1 - 15 anos	5	1,28	4.553,52	5.008,88	5.464,23	5.919,58
15,1 - 18 anos	6	1,35	4.802,54	5.282,80	5.763,05	6.243,31
18,1 - 21 anos	7	1,42	5.051,56	5.556,72	6.061,88	6.567,03
21,1 - 24 anos	8	1,49	5.300,59	5.830,64	6.360,70	6.890,76
24,1 - 27 anos	9	1,56	5.549,61	6.104,57	6.659,53	7.214,49
27,1 - 30 anos	10	1,63	5.798,63	6.378,49	6.958,35	7.538,22

ANEXO V

CORRELAÇÃO DO GRUPO OCUPACIONAL COM OS CARGOS EFETIVOS

3. Especialista em Saúde de Nível Superior	Padrão de Vencimento Inicial R$
A) Psicólogo 20 horas	R$ 1.745,16
B) Psicólogo 40 horas	R$ 3.490,32
C) Fisioterapeuta 20 horas	R$ 1.745,16
D) Bioquímico 20 horas	R$ 1.745,16
E) Odontólogo 20 horas	R$ 1.914,31
F) Odontólogo 40 horas	R$ 3.828,61
G) Fonoaudiólogo 20 horas	R$ 1.745,16
H) Farmacêutico 20 horas	R$ 1.745,16
I) Farmacêutico 40 horas	R$ 3.490,32
J) Nutricionista 40 horas	R$ 3.490,32
K) Enfermeiro 40 horas	R$ 3.490,32
L) Médico	R$ 6.712,15
M) Médico 30 horas	R$ 5.034,11
N) Médico Cirurgião 20 horas, Médico Ginecologista/Obstetrícia 20 horas e Médico Anestesista 20 horas	R$ 3.557,44

ANEXO IX

QUADRO GERAL				
- Síntese -				
Classe de Cargos	Código	Horas Semanais	VB Inicial	Quadro
CARGOS EM COMISSÃO	CC-I	40	R$ 6.712,15	12
	CC-I-A	40	R$ 6.094,64	01
	CC-I-B	40	R$ 4.954,52	02
	CC-II	40	R$ 4.430,02	21
	CC-III	40	R$ 3.356,08	14
	CC-IV	40	R$ 3.221,83	1
	CC-V	40	R$ 2.953,35	7
	CC-VI	40	R$ 2.223,07	19
	CC-VII	40	R$ 1.827,05	30
	CC-VIII	40	R$ 1.428,35	15
	CC-IX	40	R$ 1.167,92	27
	CC-X	40	R$ 1.006,82	14
				163
1. Gestão Estratégica de Nível Superior	GENS-1	40	R$ 6.712,15	4
	GENS-2	40	R$ 2.819,11	5
	GENS-3	30	R$ 2.617,74	3
	GENS-4	20	R$ 1.745,16	6
	GENS-5	40	R$ 3.490,32	1
	GENS-6	40	R$ 2.782,91	1
	GENS-7	40	R$ 4.220,01	5
				25

2. Gestão Estratégica de Nível Médio	GENM-1	40	R$ 2.684,86	1
	GENM-2	40	R$ 1.389,41	29
	GENM-3	40	R$ 1.275,31	10
				40
3. Especialista em Saúde de Nível Superior	ESNS 1	40	R$ 6.712,15	6
	ESNS 2	30	R$ 5.034,11	2
	ESNS 3	20	R$ 3.557,44	3
	ESNS 4	40	R$ 3.828,61	6
	ESNS 5	40	R$ 3.490,32	22
	ESNS 6	20	R$ 1.914,31	2
	ESNS 7	20	R$ 1.745,16	14
				55
4. Especialista em Saúde de Nível Médio	ESNM 1	40	R$ 1.389,41	76
	ESNM 2	40	R$ 1.040,39	77
				153
5. Gestão Operacional de Nível Médio	GONM 1	40	R$ 1.040,39	92
	GONM 2	40	R$ 989,37	4
				96
6. Gestão Operacional de Nível Fundamental	GONF 1	40	R$ 1.098,11	28
	GONF 2	40	R$ 1.082,00	12
	GONF 3	40	R$ 989,37	39
				79
7. Gestão Operacional em Saúde de Nível Fundamental	GOSNF 1	40	R$ 1.183,57	60
				60
8. Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	GONFI 1	40	R$ 939,70	156
	GONFI 2	40	R$ 3.396,34	6
	GONFI 3	40	R$ 1.663,27	50
	GONFI 4	40	R$ 1.390,75	14
	GONFI 5	40	R$ 1.098,11	15
				241
TOTAL GERAL				**912**

PREFEITURA MUNICIPAL
PARECER CMAS Nº005/2017

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 25/04/2017, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 07:30 hs, para deliberar sobre o Plano de Ação do Co-Financiamento Estadual referente ao exercício de 2017.

Após ter analisado a documentação apresentada o Conselho resolve aprovar por unanimidade, conforme Ata nº06/17.

Matupá-MT, 25 de abril de 2017.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO

PRESIDENTE CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 05/2017

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Matupá-MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que foi deliberado na reunião extraordinária realizada no dia 25 de abril de 2017, Ata nº06/17, baixa a seguinte resolução.

SUMULA: Análise e aprovação do Plano de Ação do Co-Financiamento Estadual do Exercício de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e,

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho de Assistência Social;

Considerando a realização de Assembleia Extraordinária, realizada em **25/04/2017**, para apreciação dos documentos apresentados.

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Ação do Co-Financiamento Estadual referente ao exercício de 2017, conforme Ata nº 06/17.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 25 de Abril de 2017.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO

PRESIDENTE CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 026/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 30 de março de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedoras as Empresas COMERCIAL LUAR EIRELLI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.545.557/0001-33 com valor total de R$ 295.602,43; COMERCIAL CARAPÁ DE SECOS E MOLHADOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.790.904/0004-07 com valor total de R$ 571.053,89; EDYSON MOYSES DOS SANTOS – ME inscrita no CNPJ sob o nº 19.201.021/0001-01 com valor total de R$ 308.395,56; NUTRICENTER DIST. DE PROD. NUTRICIONAIS E HOSPITALAR LTDA – ME inscrita no CNPJ sob o nº 02.545.557/0001-33 com valor total de R$ 31.859,40 e LUCIA PALMA TOMBINI TURCATTO-ME inscrita no CNPJ sob o nº 11.570.055/0001-53 com valor total de R$ 124.410,05. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de maio de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 02/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que PRORROGARÁ a abertura para o próximo dia 17 de MAIO de 2017 às 15h00min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO PC (PATRULHA MECANIZADA) CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nª 839998/2016 – PROCESSO 26.28.1036017-48/2016 E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A prorrogação se dá em razão do Edital ser sido disponibilizado no dia 03/05/2017 as 10:40 horas no site www.bllcompras.org.br. A inserção das propostas será até as 08:00 horas do dia 17/05/2017 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações no site www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de maio de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 028/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 24 de abril de 2016 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS LABORATORIAIS SOROLÓGICOS, HEMATOLÓGICOS, IMUNOLÓGICOS, MICROBIOLÓGICOS E HORMONAIS EM ATENDIMENTO SECRETARIA DE SAÚDE", aonde sagrou-se vencedor a Empresa DENISE A. M. GOLLNER LOPES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.804.757/0001-21 com valor total de R$ 76.863,90. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de maio de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 030/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 27 de abril de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2 C, CM-30, PÓ DE PEDRA, PEDRISCO E PEDRA BRITA Nª 01 A SEREM UTILIZADOS EM PAVIMENTAÇÕES ASFÁLTICAS E OPERAÇÕES DE TAPA BURACO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ", aonde sagrou-se vencedoras as Empresas TRANSPEDRA MINERACAO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 70.494.802/0001-80 com valor total de R$ 30.900,00 e ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.489.111/0001-52 com valor total de R$ 333.600,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de maio de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO 2435 DE 26 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 2435 DE 26 DE ABRIL DE 2017

"Altera o Decreto nº 1869 de 02 de maio de 2014, revoga o Decreto nº 2156 de 28 de dezembro de 2015, e regulamenta o uso de embarcações na lâmina d´água do Lago IV do Complexo dos Lagos, localizado no Município de Matupá-MT e estabelece outras providências"

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º Fica criado o art. 5º-A, com parágrafos e incisos, no Decreto nº 1869, de 02 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 5º-A. A Lâmina d´água do Lago IV será utilizada exclusivamente para a prática de esportes aquáticos não motorizados.

§ 1º São considerados embarcações miúdas não motorizadas para efeito deste Decreto: as pranchas stand up paddle (SUP Remada), o caíque, o caiaque, a canoa, o pedalinho, os meios flutuantes, rígidos ou infláveis, com comprimento menor ou igual a 5 (cinco) metros.

§2º Todas as embarcações miúda devem possuir identificação visual. Quando as embarcações pertencerem a empresas de turismo e diversões, receberam identificação visual de controle do proprietário e registradas no município.

§3º É obrigatório o uso de coletes salva-vidas.

§4º Menores de 12 (doze) anos não poderão adentrar ao Lago IV com embarcações desacompanhadas pelos pais e/ou responsáveis;

§5º Considera-se infração grave sujeita as penalidades quem adentrar com embarcações sob efeito de substância alcóolica ou substância tóxica.

§6º A inobservância desse procedimento sujeita o proprietário, além da autuação com pagamento de multas previstas §13º, a apreensão da embarcação.

§7º São áreas permitidas ao tráfego de embarcações para lançamento na água, ou recolhimento:

I- A extremidade localizada na margem direita do Lago IV, (paralela à Av. Irmã Adélis) onde está localizada a rampa de acesso ao lago, para embarque e desembarque. II- Os veículos e reboques de transporte das embarcações, somente poderão permanecer no local de lançamento, o tempo estritamente necessário à operação das embarcações.

§8º O descumprimento ou desobediência ao disposto neste Decreto, acarretará a apreensão dos equipamentos utilizados pelos infratores.

§9º A lavratura do auto de apreensão será feita pela autoridade municipal.

§10º Do auto de apreensão deverá constar:

I- A identificação do infrator: dados pessoais, endereço e demais dados que o qualifiquem; II- Descrição dos motivos da apreensão; III- Identificação dos equipamentos e embarcações; IV- Local e hora de apreensão; V- Qualificação da autoridade que fez a apreensão.

§11º Os equipamentos e objetos apreendidos ficarão sob guarda da Prefeitura Municipal, que será sua fiel depositária, ficando à disposição dos interessados pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apreensão, findo os quais serão vendidos em hasta pública.

§12º A liberação dos equipamentos apreendidos estará sujeita ao pagamento das despesas da remoção, estadia e multa, sem prejuízo das demais penalidades de ordem legal.

§13º As infrações as determinações desta Lei e as outras regulamentações legais para as quais não haja multa prevista, ficam sujeitas à multa de 150 (cento e cinquenta) à 250 (duzentas e cinquenta) UPFM – Unidade Padrão Fiscal Municipal.

§14º O Município de Matupá através do setor de fiscalização atuará com a colaboração do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e Civil.

§15 º O presente Decreto tem por objetivo propiciar lazer e entretenimento bem como resguardar a integridade física dos desportistas.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 2156, de 28 de dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 205/2017

PORTARIA Nº 205 DE 02 DE MAIO DE 2017

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Considerando, considerando a necessidade de preenchimento de cargos vagos no poder executivo municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear membros da Comissão Especial para efetuar levantamentos das necessidades do município, elaborar termo de referencia, supervisionar e acompanhar a realização de procedimento Licitatório para contratação de Empresa para realização de Concurso Público, bem como, supervisionar a realização do concurso Público 001/2017 da Prefeitura do Município de Mirassol D´Oeste - MT.

Artigo 2º - Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a todos os atos relacionados ao Concurso Público 001/2017 da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste, destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no quadro permanente efetivo da Prefeitura Municipal, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

Presidente:

CARLOS ALBERTO FERREIRA PERES – Matrícula Nº 908 - CPF Nº 033.481.008-60 - Cargo Efetivo de Professor.

Secretário:

Gessimar Charles de Barros – Matrícula Nº 73 - CPF Nº 002.277.881-09 – Cargo Comissionado Técnico Agrícola.

Membros:

CYNTIA Cibeli Capeletti Leão – Matrícula Nº 5267 - CPF Nº 593.576.061-49 – Cargo Efetivo de Agente Administrativo;

Fabio Angelo Hordonho Leite Silveira - Matrícula Nº 284 - CPF Nº 009.621.451-14, Cargo Efetivo de Agente Administrativo;

Rosimar Custódio da Silva Fiorim - Matrícula Nº 5178 - CPF Nº 695.949.101-00, Cargo Efetivo de Agente Administrativo;

Lidiana Neves da Silva - Matrícula Nº 24, CPF Nº 000.497.921-48, Cargo Efetivo de Enfermeira;

Arlete Marcia Scatolin - Matrícula Nº 4961, CPF Nº 799.347.651-87, Cargo Efetivo de Enfermeira, e,

Vereadora Marli Andromede Ferreira, Matrícula Nº 2740, CPF Nº 393.916.631-68, Cargo Efetivo Auxiliar Administrativo, representante da Câmara Municipal, conforme designação efetuada em plenário na Sessão Ordinária realizada em 17/04/2017.

Artigo 3º - Fica autorizado a Comissão de Concurso Público, efetuar todos os atos relacionados ao Concurso Público, inclusive levantamentos e expedição de Termo de Referencia, bem como a supervisão e acompanhamento do procedimento Licitatório para contratação de empresa, bem como acompanhar e validar os editais e os demais atos relacionados ao Concurso Público.

Artigo 4º - O Concurso Público reger-se á por disposições especificas em Edital, cabendo á Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos em conjunto com a empresa contratada para realizar o certame.

Artigo 5º - A Comissão, para o desempenho de suas atribuições, poderá requisitar servidores, bem como fica autorizada a requerer dos unidades e ou órgãos da administração municipal informações e ou documentos que forem julgados necessários.

Artigo 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, e será extinta após a homologação do Concurso Publico.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, sede provisória do Paço Municipal na Avenida Tancredo Neves, 5659, aos 02 (dois) dias do mês de maio de 2017.

Marinez de Campos

Prefeita Interina

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 204/2017

PORTARIA Nº 204 DE 02 DE MAIO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar a seguinte:

P O R T A R I A

Artigo 1º- Fica concedido com base no artigo 74, inciso X e artigo 107 da Lei Complementar 008/1998, licença ao servidor ***MARCOS ANTONIO DOS SANTOS***, ***Técnico em Contabilidade*** para o desempenho do mandato classista no cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Mirassol D'Oeste - SISPUMO, gestão 2017/2020, conforme ata de posse.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01/01/2017.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Interina do Municipio de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de maio de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeito Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 18/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita

a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 6.272.953-8 SSP/PR e do CPF n.° 897.436.449-20, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 312/2017

PORTARIA Nº. 312/2017

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr. **Hermes Pereira,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, o Sr. ***Hermes Pereira***, portador do RG nº. 324913 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 205.264.23153, do cargo interino de Secretário Municipal de Fiscalização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 03 de Maio de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 239/2017

PORTARIA Nº. 239/2017

"Altera a Portaria n.º 080/2017 que

dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2017".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomeia os membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação para o exercício financeiro de 2017, deste Município:

Presidente: CLAUDENIL MARCOS DE ALMEIDA

Secretária: ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO

Membro: MIGUEL BENEDITO DE BARROS

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2017, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 09 de Março de 2017.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 17/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)ROSANA FRANCISCA DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 191.263-60 SSP/MT e do CPF n.° 020.765.321-61, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Monitor Escolar, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) mese e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ROSANA FRANCISCA DE SOUZA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 76/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)MARIA APARECIDA DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 8.132.629-4 SSP/SP e do CPF n.° 668.617.138-72, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissio-

nais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARIA APARECIDA DE SOUZA

Testemunhas:

_____
_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 41/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)JOSIANE DELFINO DE ARAUJO, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 166.904-27 SSP/MT e do CPF n.° 009.714.881-42, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Tec. em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.388,17 (Hum Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Dezessete Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES JOSIANE DELFINO DE ARAUJO

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 311/2017

PORTARIA Nº. 311/2017

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr. **Hermes Pereira,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Hermes Pereira***, portador do RG nº. 324913 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 205.264.23153, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de Maio de 2017.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 12/2017.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ISLENE VIEIRA REIS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 144 781 37 SSP/MTe do CPF n.° 969.594.281-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2015/SEMEC pela Portaria n°. 04/2015/SEMEC de 09/11/2015, e pela Portaria de homologação n° 058/2016 de 18/03/2016, na função de TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.388,17 (Hum mil e trezentos oitenta e oito reais e dezessete centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de fevereiro de 2017..

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ISLENE VIEIRA REIS

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 08/2017.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) CARMEM MARCIELLEN PEREIRA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 106 672 96 SSP/MTe do CPF n.° 831.710.701-97, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2015/SEMEC pela Portaria n°. 04/2015/SEMEC de 09/11/2015, e pela Portaria de homologação n° 058/2016 de 18/03/2016, na função de PROFESSOR 20 HORAS, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de fevereiro de 2017..

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES CARMEM MARCIELLEN PEREIRA

Testemunhas:

_____
_____

ADMINISTRAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E FUNDAÇÃO SICREDI FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO DO PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E FUNDAÇÃO SICREDI FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO DO PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

A Prefeitura Municipal de Nobres e a Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, firmaram no dia 18 de Janeiro de 2.017 o **ACORDO DE COOPERAÇÃO** que vigorará por 4 (quatro) anos. Onde tem por Objeto a Implementação da Metodologia de Educação Cooperativa Baseada em Projetos, para o Desenvolvimento de Princípios de Cooperação e Cidadania. Nesta perspectiva estaremos dando continuidade ao Programa A União Faz a Vida que vem sendo desenvolvido nas escolas do município desde 2.010.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 317/2017

PORTARIA Nº. 317/2017

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Amilton Barreto dos Reis****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear, o Sr. ***Amilton Barreto dos Reis***, para exercer o Cargo de Tesoureiro Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 03 de Maio de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 316/2017

PORTARIA Nº. 316/2017

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Amilton Barreto dos Reis****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear, o Sr. ***Amilton Barreto dos Reis***, portador do RG nº. 3.674542 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 532.220.836-49, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 03 de Maio de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 26/2017

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 26/**2017,** cujo Objeto é a Adesão a Ata de Registro de Preço n° 272/2016 do Pregão Presencial SRP n° 114/2016 do Município de Juína - MT, para futura e eventual ***Aquisição de Veículos Novos 0 km, para atender as necessidades da secretaria Municipal de Saúde,*** com abertura no dia 03/05/2017, foi declarada vencedora a empresa DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ N° 01.016.616/0001-13, com valor global de *R$ 43.840,00 (quarenta e três mil oitocentos e quarenta reais).*

Nobres, 03 de Maio de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 315/2017

PORTARIA Nº. 315/2017

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Hermes Pereira,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, o Sr. ***Hermes Pereira***, portador do RG nº. 324913 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 205.264.23153, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Fiscalização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 03 de Maio de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 313/2017

PORTARIA Nº. 313/2017

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***Hermes Pereira****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr. **HERMES PEREIRA**, do Cargo de Tesoureiro Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 03 de Maio de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 314/2017

PORTARIA Nº. 314/2017

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***Amilton Barreto dos Reis****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar, o Sr. ***Amilton Barreto dos Reis***, portador do RG nº. 3.674542 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 532.220.836-49, do cargo em Comissão de Assessor Contábil.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 03 de Maio de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 91/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)ANAIL LUCIA CABRAL, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 1.230.143-4 SJ/MT e do CPF n.° 654.424.231-49, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 06/02/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE devera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 06 de Fevereiro de 2017.

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES ANAIL LUCIA CABRAL

Testemunhas:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE PUBLICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE 002/2017 CREDENCIAMENTO 002/3017

AVISO DE PUBLICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO

INEXIGIBILIDADE 002/2017

CREDENCIAMENTO 002/3017

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT,** no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 99/2017, torna público para conhecimento dos interessados, a chamada pública para o CREDENCIAMENTO dos interessados na prestação de serviços de Exames Laboratoriais de forma a complementar a cobertura dos Serviços Prestados pela Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação e proposta entre os dias **03 de maio de 2017 à 03 de maio de 2018**, na sede da prefeitura Municipal de Nortelândia, O edital completo poderá ser retirado do departamento de licitações da prefeitura ou no site www.nortelandia.mt.gov.br pelo seguinte caminho: acessar o link portal transparência no site funcional, após abrir a tag licitações. (www.nortelandia.mt.gov.br – portal transparência – licitações - credenciamento 002/2017)

Nortelândia-MT, 03 de maio 2017.

JACINIRA DOMINGUES DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 016/2017 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

CONVOCA OS APROVADOS E CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE PROFESSOR **E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (**LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA,MERENDEIRA,VIGIA, MOTORISTA E AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**) DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT, NO ANO LETIVO DE 2017, CONFORME PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 E EDITAL N.º 006/2016.**

1. O Presente edital dispõe sobre a convocação dos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado 001/2016, para os cargos de **Professor** e Apoio Administrativo Educacional(Limpeza e Infra Estrutura, Merendeira, Vigia, Motorista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) das Escolas Municipais, para o ano letivo de 2017, conforme o Edital nº 006/2016.

2. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com o disposto na Lei Autorizativa Municipal 389/2016, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado - Edital 006/2016, torna público que convoca os aprovados constante da listagem abaixo, classificados para os cargos de **Professor e** Apoio Administrativo Educacional (Limpeza e Infra Estrutura, Vigia, Motorista e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), para comparecer **até o dia 05/05/2017, das 8:00 às 12:00h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer**, sito à Av. Nicolau Gomes de Souza, 1551, Bairro Novo Horizonte, Nortelândia – MT, munidos de todos os documentos listados abaixo, para a realização de Contrato por Tempo Determinado, nos cargos de **Professor** e Apoio Administrativo Educacional (Limpeza e Infra Estrutura, Vigia, Merendeira, Motorista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) das escolas da rede municipal, no período de 08.05.2017 à 22.12.2017, do ano letivo de 2017.

CARGO: PROFESSOR - PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	N? INSC	CANDIDATO (A)	RG
23	222	Valdirene Domingues de Sá Garcia	14753723
24	172	Suzanete Pereira de Paula	19574460
25	163	Luciana Francisca da Silva	541504
26	44	Jéssica Cristina de Santana	19557477
27	204	Jucilene Margarina de França	11632909
28	18	Fernanda Farias de Oliveira	15765326
29	286	Beatriz Pereira do Nascimento	07427212
30	99	Márcia Arruda dos Santos	18402054

3 LISTAGEM DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- RG e CPF, Título de Eleitor, Quitação Eleitoral, carteira de reservista, se do sexo masculino, comprovante de endereço, comprovante do grau de escolaridade (Atestado, Histórico ou Diploma), carteira de trabalho, número PIS/PASEP, cartão de vacina atualizado, número de agência e conta bancária e Certidão Negativa de Tributo Municipal, para todos os cargos, carteira de habilitação, curso de transporte escolar e certidão negativa criminal, no caso de motorista. Todos os documentos em 02 (duas) vias, 01 para o Departamento de Recursos Humanos e 01 para a escola Municipal em que for lotado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 03 de maio de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

EDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
DECRETO Nº 253/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

DECRETO Nº 253/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito do Município de Nortelândia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM, especialmente o art. 72, inciso IV;

CONSIDERANDO os termos e fundamentos do Decreto nº 247/2017, de 10 de fevereiro de 2017 prevê medidas de efeito concreto quanto à otimização dos recursos e da eficiência na tomada de decisões, que impõe, por ora, o acompanhamento, autorização e controle das despesas pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

CONSIDERANDO, por fim, que a realização de despesas deverá ser feita mediante prévio controle da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças que deverá ser consultada pelo Departamento de Compras antes de emitir a competente requisição, podendo a consulta ser feita, inclusive, mediante contato telefônico, a fim de dinamizar o processo;

Considerando que a Lei Municipal nº 397/2017 regulamentou no âmbito do Município de Nortelândia os benefícios eventuais, devendo a sua concessão, quando for o caso, ser objeto de regulamento específico;

Considerando que as políticas públicas de Assistência Social, previstas nos arts. 203 e 204 da CF/88, na Lei 8.742/1993 (LOAS), nos Planos Na-

cional, Estadual e Municipal de Assistência Social devem ser condizentes com a capacidade de financiamento do ente federativo que as ultimará, de maneira que não exista o endividamento público e o clientelismo consistente na concessão de benefício sem a correspondente capacidade/disponibilidade financeira;

Considerando, por fim, que as medidas de enfrentamento da crise financeira impõe a priorização de ações que não podem sofrer solução de continuidade, como os programas de estrutura da família e de enfrentamento à pobreza e à miséria em detrimento de outras políticas e medidas de caráter meramente distributivo, seja de bens ou de serviços específicos,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica suspenso até 31/12/2017 a concessão dos benefícios eventuais previstos na Lei Municipal nº 397/2017, especialmente o fornecimento de urnas funerárias e translado de corpos, considerando o alto custo destes serviços em detrimentos de outros programas com maior espectro de beneficiários com igual ou menor dispêndio financeiro.

Parágrafo único. Os benefícios de tratam a Lei Municipal nº 397/2017 poderão ser concedidos nos casos em que a dignidade das famílias devam ser preservadas, e que não ser supridas pela família ou pela sociedade, mediante parecer técnico prévio de profissional da área do Serviço Social e integre o quadro de profissionais do Município de Nortelândia - MT, devendo a família estar previamente cadastradas no CadÚnico.

Art. 2º Os casos omissos/complementares serão regulamentados mediante decreto específico expedido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, em Nortelândia - MT, ao 2º dia do mês de maio de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 02/05/2017

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Julia de Oliveira Scarpat

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Márcia Deungaro Fernandes

Secretária Municipal de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 266/2017

PORTARIA Nº 266/2017

“Designa os membros da Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1º A Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI, órgão colegiado de coordenação e supervisão vinculado ao Gabinete do Prefeito e que levará a afeito o Programa Permanente de Avaliação Institucional – PPAI instituído pela Lei n. 818/2017 será composta pelos seguintes servidores membros efetivos:

Eraldo Coiado

Eunalha Pereira Constancio

Jodirce Gonçalina Faria Miranda

Vladimir de Lima Brandão

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Art. 2º Nos termos do Art. 8º da Lei 818/2017 a Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI também receberá suporte administrativo do servidor:

Adão Catarino de Campos

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação Institucional e os servidores de suporte administrativos farão jus a jeton previsto no Art. 13 da Lei 819/2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de maio de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO -MT PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2017: Ratifico o ato que dispensou licitação, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, a favor da contratante GRAFFITE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA- EPP CNPJ 22.063.815/0001-52.

aquisição de equipamentos e material permanente: 01 (uma) impressora, 04 (quatro) desktop, 04 (quatro) monitores, 04 (quatro) teclados, 04 (quatro) mouses, 01 (um) microfone de mesa, no valor de R$ 11.411,24 (onze mil quatrocentos e onze reais e vinte e quatro centavos)

Nossa Senhora do Livramento – MT, 25 de Abril de 2017

Airton Conceição de Arruda

Presidente

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 037/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 037/2017 DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA PREPARAÇÃO DE PROVAS E PROCESSAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 2017 PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, OBRAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SEUS DIVERSOS SETORES E PROGRAMAS, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONALEIRELI CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 514/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 1036/2017 de aditivação de prazo conforme a Lei 8666/93, referente à *Contratação de serviço especializado na Preparação de Provas e processamento para realização de Processo Seletivo 2017 para preenchimento de vagas nas Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Obras, Assistência Social em seus diversos setores e programas, conforme no* **Processo Administrativo Nº 514/2017, Dispensa de Licitação Nº 044/2017** com a Empresa **TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.451.104/0001-00.

Não haverá alteração de Valor.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 01 (um) meses a partir do termino da vigência do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 138/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 034/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 Abril de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

_____

Empresa: **TRAVESSIA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL EIRELI**

CNPJ/MF sob o nº 03.451.104/0001-00

Elisabete de Queiroz

RG: 100.281 SSP/MT

CPF: 181.210.801-00

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

O Município de Nossa Senhora do Livramento–MT, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, TORNA PÚBLICO para conhecimento de interessados que será realizada licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº **18/2017**, para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação e montagem de palco, treliças, cortinas, sonorização, iluminação, tendas, banheiros químicos e grades inibidoras para atender a demanda de Feira de Artes, Musica, Danças e Produtos Regionais na cidade de Nossa Senhora do Livramento como parte das festividades em comemoração aos 287 anos desta Cidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura ocorrerá às **14h00min horas**, do **dia 16 de maio** de 2017, na sala de reunião da Prefeitura Municipal, Situado a Av.Coronel Botelho s/nº, Centro, Nossa Senhora do Livramento -MT, conforme Lei 10520/2002 e Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores. O Edital completo e seus anexos estão à disposição no http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ e na sede da Prefeitura setor de licitação das 07h00min às 13h00min. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone (65) 3351-1200 e/ou licitacao@livramento.mt.gov.br.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de maio de 2017.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeiro (a) Oficial

Portaria nº. 011/2017

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 291/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 039/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pelo Setor de Engenharia constantes no Processo Administrativo n. 1036/2017 de aditivo de valor de 14.546,23 (Quatorze Mil Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Vinte e Três Centavos) devido serviços não incluso na planilha física orçamentaria do contrato original alterando o valor do contrato original de R$ 29.513,00 (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Treze Reais) para R$ 44.059.23 (Quarenta e Quatro Mil Cinquenta e Nove Reais e Vinte e três Centavos) a empresa **BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP** inscrita no CNPJ sob o nº,16.939.495/0001-59 na Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Reforma com pintura e reparos em geral do Arquivo Público, situado na Avenida Gov. Júlio Campos s/n, no Centro de Nossa Senhora do Livramento, conforme planilha orçamentária anexa ao Termo de Referência nº 013/2017 conforme Processo Administrativo nº 291/2017 Dispensa de Licitação 039/2017.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte/ Cod. Red.	Valor (R$)
2275	PRÓPRIO	Reforma e Manutenção de Prédios Públicos	33.90. 39.00	100/ 080016	14.546,23
VALOR TOTAL (R$)					14.546,23

DO FUNDAMENTO LEGAL Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 034/2017.

DAS RATIFICAÇÕES Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 034/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 20 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa, **BKP CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ sob o nº,16.939.495/0001-59

Representado neste ato pelo **Sr. Fernando Augusto Carvalho Junior**

RG nº: 16050061e CPF/MF sob o nº 024.848.881-39

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 029/2017

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º. **029/2017, cujo OBJETO é o "Aquisição de patrulha mecanizada para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura, conforme Convênio nº 837256/2016, assinado com o ministério da integração nacional mi superintendência do desenvolvimento da Amazônia SUDAM/Caixa, composta por trator agrícola, grade aradora, plaina agrícola e carreta agrícola."**

SAGROU-SE vencedoraa empresa**:** SUPREMA COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**,** CNPJ**: 15.671.525/0001-26**, no valor global de R$ 194.000,00 (Cento e noventa e quatro mil reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

CAMARA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITACAO PRESENCIAL 002/17

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Gravação, produção e distribuição de materiais em áudio, relativo as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal, elaboração e inserção de Matérias institucionais para o Site e Portal de Transparência da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no período de maio a dezembro de 2.017**, conforme Termo de Referência. Para o Período de maio a dezembro de 2017.**

A Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, através da Comissão Permanente de Licitação, em cumprimento a Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017, em que foi declarado vencedor a empresa:

1 – SERGIO EDUARDO DE ALMEIDA 62767146104, no valor de **R$: 28. 000,00 (vinte e oito mil reais).**

Nova Bandeirantes - MT, 28 de abril de 2.017

JOAQUIM SCHMOELLER

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 029/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **029/2017, cujo objeto é "Aquisição de patrulha mecanizada para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura, conforme Convênio nº 837256/2016, assinado com o ministério da integração nacional mi superintendência do desenvolvimento da Amazônia SUDAM/Caixa, composta por trator agrícola, grade aradora, plaina agrícola e carreta agrícola."**

SAGROU-SE vencedora a empresa

SUPREMA COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ**: 15.671.525/ 0001-26**, no valor global de R$ 194.000,00 (Cento e noventa e quatro mil reais).

Nova Bandeirantes/MT 04 de maio de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n. º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO ELETRONICO Nº 018/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **25/04/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para uso do Hospital Municipal De Nova Bandeirantes-MT*, d*e** acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR 93121911015			CNPJ:	26.981.059/0001-00
Endereço:	RUA PM JOSE RICARDO HERSING			Nº:	53
Bairro:	WARNOW	Cidade:	INDAIAL/SC	CEP:	89130-000
Representante Legal:	EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR			CPF:	931.219.110-15
Email:	Jr_fsimoes@hotmail.com.br			Telefone:	(47) 3334-6822

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

1	348871	IMPRESSORA LASER (COMUM) MONOCROMATICO MEMORIA 16 MB, RESOLUCAO 600X600, VEL. 33PPM, CAPACIDADE 100 PG, CICLO 25.000 PG, INTERFACE USB E REDE, FRENTE E VERSO AUTOMATICO, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	HP	2	R$ 948,60	R$ 1.897,20
							R$ 1.897,20

Valor Global: R$ 1.897,20 (mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de saúde, com prazo de entrega não superior a **15 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os materiais adquiridos deverão ser entregues no setor de compras da Prefeitura Municipal de Nova bandeirantes-MT, situada na Avenida Jose Francisco Otênio nº 62, centro, Nova Bandeirantes-MT, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.7 A entrega dos materiais estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.8 No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.9 No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Nova Bandeirantes-MT).

5.10 Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos materiais em nota fiscal emitida pela empresa.

5.11 Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo **12 (Doze) meses**, contados a partir da data da entrega.

5.12 Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

5.8- Todos os produtos cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 018/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 200.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 018/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 26 de abril de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR 93121911015

EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 026/17/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 410/2017

PRAZO: 02/05/17 A 30/07/17

CONTRATADO: CAVASSAN E MAZZARDO LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO HIDRÁULICA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT, CONFORME CARTA PROPOSTA EM ANEXO, COM O OBJETIVO DE DEMONSTRAR A SITUAÇÃO DAS OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT, CONFORME CONVÊNIOS Nº. 1018/2009 E 157/2012, FIRMADOS ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

VALOR: R$ 10.900,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0003.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 028/17/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 412/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2017

PRAZO: 02/05/17 A 31/12/17

CONTRATADO: TIAGO JOSÉ CUNHA SANTOS, CNPJ Nº. 26.866.935/0001-49.

OBJETO: CONTRATO TEM POR OBJETIVO O FORNECIMENTO POR PARTE DA CONTRATADA, DE 01 (UM) MÉDICO GENERALISTA, PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS NO CENTRO DE SAÚDE E NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CARÁTER DE REGIME INTEGRAL, PELO PERÍODO DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DAS 07:00 (SETE HORAS) ÀS 11:00 (ONZE HORAS) E DAS 13:00 (TREZE HORAS) ÀS 17:00 (DEZESSETE HORAS), EM CONSONÂNCIA COM AS DETERMINAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS LEGAIS.

VALOR: R$ 216.000,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 10.301.0019.2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 027/17/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 411/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

PRAZO: 02/05/17 A 31/12/17

CONTRATADO: L A DE CAMARGO - ME, CNPJ Nº. 25.215.653/0001-19.

OBJETO: CONTRATO TEM POR OBJETIVO O FORNECIMENTO POR PARTE DA CONTRATADA, DE 01 (UM) MÉDICO GENERALISTA, PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS NO CENTRO DE SAÚDE E NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CARÁTER DE REGIME INTEGRAL, PELO PERÍODO DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DAS 07:00 (SETE HORAS) ÀS 11:00 (ONZE HORAS) E DAS 13:00 (TREZE HORAS) ÀS 17:00 (DEZESSETE HORAS), EM CONSONÂNCIA COM AS DETERMINAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS LEGAIS.

VALOR: R$ 216.000,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 10.301.0019.2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2017

EMENTA: **DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL N.º 10/2008 QUE CONCEDEU ISENÇÃO FISCAL A EMPRESA UNIÃO AVICOLA AGROINDUSTRIAL LTDA, INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 13.313.191-2, CNPJ N.º 07.750.075/0001-39, SITUADA NA RODOVIA MT-160, KM -03, ZONA RURAL, NOVA MARILÂNDIA MT.**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, na Lei Municipal n.º 446/2007;

CONSIDERANDO certidão expedida pelo setor de tributos, com manifestação que não houve solicitação de isenção fiscal com a apresentação de documentos conforme preconiza o §1º do art. 14 da Lei Municipal n.º 446/2007;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal n.º 10/2008 que concedeu isenção fiscal a empresa **UNIÃO AVÍCOLA AGROINDUSTRIAL LTDA, INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 13.313.191-2, CNPJ N.º 07.750.075/0001-39, SITUADA NA RODOVIA MT-160, KM -03**, zona rural, Nova Marilândia - MT.

Art. 2º. Faz parte integrante desse Decreto certidão do setor de cadastro, Tributação e Fiscalização datado do dia 03 (três) de maio de 2017, informando que não houve requerimento administrativo de isenção por parte da empresa UNIÃO AVICOLA AGROINDUSTRIAL LTDA, INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 13.313.191-2, CNPJ N.º 07.750.075/0001-39, conforme preconiza a Lei Municipal n.º 446/2007**;**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 03 (TRÊS) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 043/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADA: WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS,** a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo no Município de Nova Marilândia-MT, com jornada de 15 (Quinze) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado em razão do aumento de alunos na rede pública municipal de ensino e por não haver funcionário concursado para ocupar o cargo.

VALOR: R$ R$ 1.293,07 (Hum mil duzentos e noventa e três reais e sete centavos) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 03/05/2017 a 22/12/2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 042/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADA: TATIANA DA SILVA OLIVEIRA

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"PROFESSORA DE PEDAGOGIA,** a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo no Município de Nova Marilândia-MT, com jornada de 30 (Trinta) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado em substituição à professora contratada Srª Josianne Pereira da Silva, que se encontra de licença médica.

VALOR: R$ R$ 2.586,13 (Dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e treze centavos) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 03/05/2017 a 11/07/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS DO EDITAL Nº 01/2017 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT. JUVENAL ALEXAN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS DO EDITAL Nº 01/2017 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, EM ESPECIAL AS CONSTANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS,

TORNA PÚBLICO E CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados em **EDITAL Nº 01/2017 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Nova Marilândia-MT, constantes da relação abaixo discriminada, para comparecerem perante a Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, situada à Av. Tiradentes, nº 211 N, Centro, nesta mesma cidade, **no prazo de 15 (QUINZE)** dias, contados do dia 03 de MAIO de 2017, de segunda a sexta- feira, para o fim de apresentarem os documentos necessários e exigidos para a posse, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei.

§ 1º - A seguir a **RELAÇÃO DE DOCUMENTOS** (original e cópia), a serem apresentados, necessários ao cadastramento de pessoal e obrigatório para a posse, de acordo com o art. 24.4 do**EDITAL Nº 001/2017 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO** a saber:

24..4. - *Os aprovados deverão apresentar para a contratação os seguintes documentos:*

24.4.1 *– RG e CPF,*

24.4.2 - *Certidão de Nascimento ou Casamento,*

24.4.3 *- Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,*

24.4.4 *- Carteira de reservista, se do sexo masculino,*

24.4.5 *- Comprovante de endereço atual,*

24.4.6 *- Carteira de habilitação na categoria preterida, no caso de motorista,*

24.4.7 *- Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,*

24.4.8 *- Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,*

24.4.9 *– Certidão de nascimento de filhos menores;*

24*.4.10-Atestado de vacinação dos filhos menores de cinco anos de idade;*

24*.4.11-atestado escolar para filhos com idade igual ou maior a 7 anos.*

24.4.12 *- Declaração de bens e valores,*

24*.4.13- Carteira Profissional;*

24.4.14*-Declaração de que não exerce outro cargo público,*

24.4.15 *– Atestados de Sanidade Física e Mental,*

24.4.16*- Certidão Negativa de Tributo Municipal.*

§ 2º - A não apresentação dos documentos enumerados no parágrafo anterior, no prazo acima estipulado, acarretará a perda do direito e a consequente convocação do candidato subsequente, ficando os convocados desde já notificados.

§ 3º - **ANEXO ÚNICO – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS**:

PROFESSOR PEDAGOGIA

INSC	NOME	SITUAÇÃO
200.20	ELZA F. LOPES DA CRUZ SANTOS	

Art. 2º - A nomeação para o cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, de acordo com as necessidades da administração pública municipal.

Art. 3º - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse, mesmo excepcionalmente, não poderá dar-se mediante procuração.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º - A posse ocorrerá mediante apresentação de todos os documentos acima citado.

Art. 4º - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou Regulamentos específicos, para a investidura no cargo.

Art. 5º - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual o servidor for nomeado.

Parágrafo único - Apresentada a documentação necessária e preenchidos os requisitos para a investidura no cargo, os convocados tomarão posse no prazo estabelecido neste Edital.

Art. 6º - Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma, para conhecimento de todos.

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3352-1122, ou pessoalmente junto à Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 03 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2017

EMENTA: **DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL N.º 09/2008 QUE CONCEDEU ISENÇÃO FISCAL A EMPRESA MARLI BECKER – ME, INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 13.172.175-5, CNPJ N.º 01.578.059/0001-24, SITUADA NA AVENIDA MARECHAL RONDON, 2560, BAIRRO PLANALTO, NOVA MARILÂNDIA MT.**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, na Lei Municipal n.º 446/2007;

CONSIDERANDO certidão expedida pelo setor de tributos, com manifestação que não houve solicitação de isenção fiscal com a apresentação de documentos conforme preconiza o §1º do art. 14 da Lei Municipal n.º 446/2007;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal n.º 09/2008 que concedeu isenção fiscal a empresa **MARLI BECKER – ME, INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 13.172.175-5, CNPJ N.º 01.578.059/0001-24, SITUADA NA AVENIDA**

MARECHAL RONDON, 2560, BAIRRO PLANALTO, NOVA MARILÂNDIA MT.

Art. 2º. Faz parte integrante desse Decreto certidão do setor de cadastro, Tributação e Fiscalização datado do dia 03 (três) de maio de 2017, informando que não houve requerimento administrativo de isenção por parte da empresa Marli Becker – me, inscrição estadual n.º 13.172.175-5, CNPJ n.º 01.578.059/0001-24, situada na Avenida Marechal Rondon, 2560, Bairro Planalto, Nova Marilândia MT conforme preconiza a Lei Municipal n.º 446/2007;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 03 (TRÊS) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
DEFERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE POSSE

Trata o presente de solicitação da prorrogação do(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Publico 001/2016:

CARGO: 079 – ZELADOR - SEDE

Classif.	NOME
07º	SILVANA GOMES DOS SANTOS

Sendo a convocação publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 04/04/2017, pretendendo a Concessão de Prorrogação de Posse, conforme Seção IV, Art. 12, § 1º da lei 0293/2003 alterada pela Lei 811/2014 – Estatuto do Servidor Público.

Examinando os autos, **DEFIRO**, com base na solicitação apresentada, onde o candidato contará com 10**(Dez) dias**, tempo hábil para reunir, por completo, a documentação necessária à efetuação de seu provimento no cargo público acima citado.

Em

Por fim, devolver os autos ao Departamento de Pessoal, objetivando a ultimação dos procedimentos pertinentes, assim, publique-se e arquiva-se na pasta correspondente ao Candidato supracitado.

Nova Maringá – MT, 03 de Maio de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017

PROTOCOLO DE INEXIGIBILIDADE Nº 2409/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde (MT)

CONTRATADO: SEBRAE – MT (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso),

CNPJ: 03.534.450/0001-52,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA ATRAVÉS DE CONSULTORIAS TECNOLÓGICAS, NA ÁREA DE PRODUTIVIDADE, MÉTODOS E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE LEITE NA PROPRIEDADE RURAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL - R$: 11.070,00 (onze mil e setenta reais) que serão pagos em 05 (cinco) parcelas sendo a 1ª parcela de R$ 3.070,00 (três mil e setenta reais) e mais 04 (quatro) parcelas mensais de R$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante apresentação da ordem de serviços **atestada pelo órgão competente.**

Nova Monte Verde/MT, 03 de Maio de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Portaria 029/2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 090/2017.

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SR JOAQUIM AZEVEDO, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 02 de Maio de 2017;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade ao servidor público efetiva JOAQUIM AZEVEDO, cargo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, por 90 (Noventa) dias consecutivos a partir de 03 de Maio de 2017, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 03 de Maio de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RESUMO DE CONTRATOS MÊS DE ABRIL 2017

ABRIL/2017

CONTRATO Nº. 33/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇOES WEB – EIRELLI - ME

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na *REFORMULAÇÃO TOTAL E MANUTENÇÃO MENSAL PARA O SITE OFICIAL, SUPORTE PERMANENTE EM SERVIÇOS DE EMAIL, PUBLICAÇÕES OFICIAIS, SERVIÇO DE TRANSPARÊNCIA EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE.*

3. DATA ASSINATURA: 07 de Abril de 2017

4.VIGÊNCIA: 07 de Abril de 2018.

5.VALOR GLOBAL : R$ 15.220,00 (*quinze mil e duzentos e vinte reais*)

6.LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 07/2017

CONTRATO Nº. 34/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e D. DE OLIVEIRA MARTINS - ENGENHARIA CIVIL-ME

2.OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, ACOMPANHAMENTO EM CONVÊNIOS, APROVAÇÃO DE PLANTAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE POSTURA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE

3. DATA ASSINATURA: 07 de abril de 2017.

4.VIGÊNCIA: 07 de janeiro de 2018.

5.VALOR GLOBAL : R$69.000,03(sessenta e nove mil reais e três centavos**)**

6.LICITAÇÃO: CARTA CONVITE 01/2017

CONTRATO Nº. 35/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e BRESSAN, LAMONATO & CIA. LTDA

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na REVISÃO DE 30. 000 (trinta mil) KM DA AMBULÂNCIA S-10 PLACA (QBX 3534) COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS QUE DEVERÁ ACONTECER NA CONCESSIONÁRIA MAIS PRÓXIMA

3. DATA ASSINATURA: 20 de abril de 2017.

4.VIGÊNCIA: 10 de maio de 2017.

5.VALOR : R$ 2.870,57 (dois mil e oitocentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos.

6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 20/2017

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 002/2017 AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO PLURIANUAL 2018-2021 e PRESTAÇÃO DE CONTAS 1º QUADRIMESTRE/17

LOCAL: Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT

Data: 16/05/2017 Terça Feira

Hora: 19h30min

Por ordem da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, convidamos a toda a população do Município de Nova Monte Verde para participar da Audiência Pública Preparatória para a elaboração do Projeto do PPA - Plano Plurianual período 2018/2021 e apresentar a prestação de contas do 1° quadrimestre/2017.

A referida audiência reflete a transparência do Governo Municipal na gestão dos recursos públicos financeiros, além de cumprimento de determinação legal, através da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal 101/2001, discutindo com a comunidade os instrumentos de Planejamento das ações governamentais.

Contamos com o exercício de cidadania de toda a população, participando desse evento, ajudando a Prefeita e os Secretários Municipais a destinarem cada vez melhor os recursos arrecadados pelo nosso Município, bem como, os de transferências constitucionais da União Federal e do Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente,

Gabinete da Prefeita Nova Monte Verde/MT, 02 de maio de 2017.

ALZIRA DE MOURA FAITÃO

ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE

DECRETO Nº 040/2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2017

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2017

PROTOCOLO DE INEXIGIBILIDADE Nº 2410/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde (MT)

CONTRATADO: SEBRAE – MT (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso).

CNPJ: 03.534.450/0001-52,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA APICULTURA ATRAVÉS DE CONSULTORIAS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA PROPRIEDADE RURAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL - R$: 2.000,00 (dois mil reais) que serão pagos, mediante apresentação da ordem de serviços **atestada pelo órgão competente.**

Nova Monte Verde/MT, 03 de Maio de 2017.

_____

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Portaria 029/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO Nº 1676 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a Recondução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das outras providências.

O Sr. JOÃO TEODORO FILHO, *Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor***.**

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os membros a seguir relacionados, consideradas suas respectivas representatividades:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social Titular: Juliana Ferreira de Rezende Alves CPF: 017.956.891-45 **Suplente**: Ludimilla Crispim de Sousa CPF: 011.941.971-83 **Representante da Secretaria Municipal de Administração Titular**: Jair Neri dos Santos Filho CPF: 013.114.111-27 **Suplente**: Ryan Richelle Andrade Silva CPF: 035.852.461-56

Representante da Secretaria de Educação

Titular: Cleiry Lilian Silva CPF: 821.056.181-20

Suplente: Marcia Rodrigues Ciríaco. CPF: 471.950.611-91

Representante da Secretaria de Esporte e Lazer

Titular: Ester Hadassa Scherer CPF: 053.334.341-30.

Suplente: Marcos Cesar Scherer CPF: 902628671-68

Representante da Secretaria de Saúde

Titular: Aurelino Silva da Conceição CPF 024.838.861-40.

Suplente: Marcia Sirlei da Silva CPF: 838.964.911-15.

Representante da Entidade Religiosa Igreja Católica

Titular: Nivelson Borba Maciel CPF: 900.310.161-20

Suplente: Cleide Aparecida Tatto CPF: 907.681.241-15..

Representante da Pastoral da Criança

Titular: Clarice Pauletti Dellai CPF: 352.656.379-87

Suplente: Viviane Aparecida Costa CPF: 049.045.331-78

Representante da Associação das Mulheres

Titular: Severina Nazário da Rocha CPF: 042.805.258-46

Suplente: Rosilene Alves FerreiraCPF: 773.945.851-15.

Representante dos moradores

Titular: Inês Antônia Rodrigues Batista CPF: 766.763.071-20

Suplente: Elenita Batista da Costa CPF: 004.629.811-85

Representante da Igreja Assembleia de Deus Titular: Aníbal Felix dos Santos CPF: 881.958.801

Suplente: Valdivina de Sousa Lima Ribeiro CPF: 878.753.141-00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. **1501 DE 05 DE MAIO DE 2016.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, as vinte dias do mês de Abril de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 01305/GS/2017

SÚMULA: "Nomeação dos membros da Comissão organizadora da "1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres" de Nova Nazaré – 1ª CMSMu – dá outras providências".

A Secretária Municipal de Saúde de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, Sra. Geroni Bueno de Camargo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando as deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Nova Nazaré-MT (CMS/NN) em Reunião Ordinária no dia 20/04/2017:

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a composição da **COMISSÃO ORGANIZADORA** e **COMISSÃO EXECUTIVA** da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Nova Nazaré/ MT - 1ª CMSMu.

Art. 2º - São Membros da Comissão Organizadora e Comissão Executiva:

Adebaldo Sousa Rodrigues – Secretaria Municipal de Saúde*;* Aníbal Felix dos Santos – (Presidente do CMS/NN); Aparecida Santana de Faria – Secretaria Geral – Trabalhador da Saúde; Aurelino Silva da Conceição – Coordenadoria Geral – Trabalhador da Saúde; *Cinara Oliveira* Ellen – Agente Comunitário de Saúde (ACS); Claudete dos Santos de Paula – (CMS/NN); Eliene Alves Carneiro Moser – (CMS/NN); Donizete Alves de Oliveira – Secretaria Municipal de Saúde*;* Flaviana Aparecida de Moraes Campos – (CMS/NN); Jaqueline Pereira de Souza – (CMS/NN); Rosanita *Oliveira* Borges Silva – ACS; Talita Tristão Teodoro – Comunidade;

Art. 3º - Cabe a Comissão Organizadora, definir as atribuições, organização, desenvolvimento das atividades, plano de trabalho e convocar colaboradores, caso necessário.

Art. 4º - Ao Comitê Executivo da 1ª CMSMu compete:

I - Promover, coordenar e supervisionar a realização da 1ª CMSMu, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros, e apresentando as propostas para deliberação do Conselho Estadual de Saúde;

II - Elaborar e propor:

a. O Regulamento da 1ª CMSMu;

b. Apreciar a prestação de contas realizada pela Comissão Executiva;

c. Resolver as questões julgadas pertinentes não previstas nos itens anteriores.

III - Acompanhar a disponibilidade da organização, da infraestrutura e do orçamento da Etapa Municipal;

IV - Estimular, monitorar e apoiar a realização das Etapas Preparatórias, Conferências Municipais e/ou Macrorregionais de Saúde das Mulheres.

Art. 5º - À Comissão Executiva compete:

I - Implementar as deliberações da Comissão Organizadora e do Comitê Executivo;

II - Subsidiar e apoiar a realização das atividades das demais Comissões;

III - Garantir as condições da infraestrutura necessárias para a realização da 1ª CMSMu;

IV - Propor e viabilizar a execução do orçamento e providenciar as suplementações orçamentárias;

V- Prestar contas à CMS/NN dos recursos destinados à realização da 1ª CMSMu;

VI - Propor as condições de acessibilidade e de infraestrutura necessárias para a realização da 1ª CMSMu, referentes ao local, ao credenciamento, equipamentos e instalações audiovisuais, de reprografia, comunicação (telefone, Internet, fax, dentre outros), hospedagem, transporte, alimentação e outras;

VII- Providenciar e acompanhar a celebração de contratos e convênios necessários para realizar a CMSMu; e

VIII- Propor a lista dos convidados e Delegadas (os) referidos no §1º do artigo 10, obedecendo a paridade prevista na Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Parágrafo Único. Tantoa Comissão Executiva quanto a Comissão Organizadora terão reuniões conjuntas.

Art. 6º - À Comissão de Formulação e Relatoria compete:

I - Elaborar e propor o método para consolidação dos Relatórios das Etapas Municipais e da Plenária Final da Etapa Estadual;

II - Consolidar os Relatórios da Etapa Municipais;

III - Propor nomes para compor a equipe de relatores da Plenária Final;

IV - Elaborar o Relatório Final da 1ª CMSMu;

V- Propor metodologia para a etapa final da 1ª CMSMu;

VI - Propor, encaminhar e coordenar a publicação do Documento Orientador e de textos de apoio para a 1ª CMSMu;

VII - Estimular e acompanhar o encaminhamento, em tempo hábil, dos Relatórios das Conferências Municipais à Comissão de Formulação e Relatoria da 1ª CMSMu.

Parágrafo único - A Comissão de Formulação e Relatoria trabalhará articulada com a Comissão de Comunicação e Mobilização e com a Assessoria de Comunicação do Conselho Estadual de Saúde a na produção dos documento da 1ª CMSMu.

Art. 7º - À Comissão de Comunicação e Mobilização compete:

I - Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da 1ª CMSMu, incluindo imprensa, internet e outras mídias;

II - Promover a divulgação do Regimento e do Regulamento da 1ª CMSMu;

Art. 8º - Caberá às Comissões a elaboração das normas e procedimentos quanto a eleição das/os delegadas/os para a Etapa Estadual.

Art. 7º - A Comissão organizadora será destituída após a entrega do relatório final da Conferência Municipal de Saúde da Mulher, ao Conselho Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT.

Art. 8º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos contrários.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de Nova Nazaré/MT, aos vinte dias do mês de abril de 2017.

_____

GERONI BUENO CAMARGO

Secretária Municipal de Saúde

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 07 DE 02 DE MAIO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07 DE 02 DE MAIO DE 2017

Autoria: Mesa Diretora

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT REFERENTE AO EXERCICIO FINANCEIRO 2013".

A MESA DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulgou o seguinte decreto legislativo.

Art. 1º - Fica homologada **a aprovação** das Contas do Poder Executivo Municipal de Nova Nazaré – MT, referente ao Exercício Financeiro de 2013, na gestão da Prefeita Municipal Srª. Railda de Fátima Alves.

Art. 2° - **Recomendar** ao Chefe do Poder Executivo Municipa que: **1)** proceda ao aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da educação e saúde, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal por ocasião da apreciação destas contas, especialmente em relação aos seguintes indicadores**: na educação: a)** Taxa de cobertura potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2014); **b)** Taxa de reprovação – rede municipal – até a 4ª série/5º ano EF (2014); **c)** Taxa de reprovação – rede municipal – 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano EF (2014); **d)** Taxa de abandono – rede municipal – 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano EF (2014);**e)** Distorção idade-série - rede municipal - até a 4ª série/5º ano EF (2014); **f)** Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2014); **g)** Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 4º série/5º ano) inferior à média do Brasil (2014); **h)** Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2014); e, **i)** Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 8º série/9º ano) inferior à média do Brasil (2014); **na saúde: a)** Taxa de mortalidade neonatal precoce (2013); **b)** Taxa de mortalidade infantil (2013); **c)** Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2013); **d)** Taxa de detecção de Hanseníase (2014); **e)** Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2014);e, **f)** Coberturaimunizações:Pentavalente(2014); **2)** desenvolva políticas de educação voltadas para a melhoria desses índices, mantendo e/ou melhorando os que estão acima ou iguais aos da média Brasil; **3)** faça constar explicitamente nas Peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA) programas e ações para melhorar os referidos índices; **4)** atente-se ao desempenho dos indicadores educacionais que foram avaliados, para que estes não sofram um processo de queda ainda maior em sua qualidade; e, **5)** cumpra o que estabelece o art. 48 da LRF, com as devidas comprovações da publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal.

Art. 5 º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições ao contrário.

Plenário Domingos Pereira Salgado aos 02 dias do mês de maio de 2017.

Reginaldo Martins Del Colle Rosana Aires de S. Silva

Presidente Vice-Presidente

Genecy Celestino de Souza Moisés André da Silva

1º Secretario 2º secretario

DECRETO Nº. 1686 DE 03 DE MAIO DE 2.017

"Dispõe sobre a Recondução da Comissão Municipal de Transporte Escolar do Município de Nova Nazaré e dá outras providências."

O Sr. *JOÃO TEODORO FILHO*, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando que alguns membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar do Município de Nova Nazaré, nomeados, solicitaram sua saída do citado conselho,

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Municipal de Transporte Escolar do Município de Nova Nazaré estado de Mato Grosso passa a ter a seguinte composição.

Representantes dos Pais:

Mauriane Crispim Paes Lemes

RG: 1777874-3

CPF: 012.356.851-01

Representante dos Alunos:

José Antônio Pereira

RG: 11.232.351

CPF: 170.542.731-68

Representante dos Professores Municipais:

Maria das Graças dos Santos

RG: 181935 SSP/MT

CPF: 162.330.181-53

Representante do poder Executivo:

Juliana Ferreira Rezende Alves

RG: 1792064-7

CPF: 017.956.891-45

Representante do Poder Legislativo:

Paula Cristina Lopes da Silva Carvalho

RG: 2099151-7

CPF: 040.595.511-12

Representante de Assessor Pedagógico:

José Martins Gonçalves

RG: 730817

CPF: 334.797.391-72

Representante dos Professores Estaduais:

Elisângela Adelaide Stein

RG: 115630-2

CPF: 931.797.661-15

Representante do Conselho do FUNDEB e PNATE:

Lucina de Fátima Scherer

RG: 1433890-4

CPF: 415.742.227-04

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto de n° 1637 de 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos Três dias do mês de Maio de 2.017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 214 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica nomeado para ocupar o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, o servidor abaixo relacionado:

Nome	SECRETARIA	CONTRATO	OBJETO
ANTONIO FERNANDO LEMOS SOARES CPF: 110.077.021-68	**SEC. SAUDE**	11/2017	O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de materiais ambulatoriais suplemento alimentar, materiais odontológico e equipamento hospitalar e medicamento. ITEM COD. 42502.

Art. 2º - O servidor ora nomeado não fará jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo para o dia 25/04/2017, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 27 de abril de 2017.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 170 de 17 de março de 2017, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, torna público o RESULTADO FINAL PRELIMINAR dos candidatos aprovados e classificados do processo Seletivo Simplificado para a contratação de Motorista Escolar, conforme segue:

MOTORISTA ESCOLAR – ZONA RURAL

ORDEM	Nº de Insc.	NOME	RG nº	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	P. FINAL	STATUS
1º	010	Edson Jesus de Souza Silva	18878908 SSP/SP	45,00	37,00	82,00*	APROVADO
2º	017	Antônio Carlos de Oliveira	21004676 SSP/MT	48,00	34,00	82,00*	APROVADO
3º	009	Pedro Carlos Boudny	666271 SSP/MT	45,00	35,00	80,00	APROVADO
4º	007	Cícero Alves da Rocha	335835 SSP/MT	39,00	33,50	72,50	APROVADO
5º	002	Antônio Felizardo da Cunha	314327 SSP/MT	30,00	37,00	67,00	APROVADO
6º	005	Demir da Cunha Brazão	818190 SSP/MT	27,00	34,25	61,25	APROVADO

*Maior nota prova prática

MOTORISTA ESCOLAR – ZONA URBANA (CADASTRO RESERVA)

ORDEM	Nº de Insc.	NOME	RG nº	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	P. FINAL	STATUS
1º	006	João Cavalcante de Jesus	07609698 SSP/MT	60,00	37,00	97,00	CLASSIFICADO
2º	015	Gilvan Soares Junior	28864069X SSP/SP	60,00	35,00	95,00	CLASSIFICADO
3º	014	Alex José Alves Ferreira	7078047 SSP/PE	48,00	34,25	82,25	CLASSIFICADO
4º	008	Giovane Cesário Sabino	000774268 SSP/RO	48,00	34,00	82,00	CLASSIFICADO
5º	001	Tereza José da Silva	11897759 SSP/MT	45,00	36,00	81,00	CLASSIFICADA
6º	013	Ricardo C. R. dos Santos	22081283 SSP/MT	36,00	40,00	76,00	CLASSIFICADO
7º	012	Daniel de Souza Lopes	452689065 SSP/SP	39,00	34,50	73,50	CLASSIFICADO
8º	011	José Alaerte da Silva	479898 SSP/MT	30,00	AUSENTE	30,00	DESCLASSIFICADO

Nova Olímpia, 03 de maio de 2017

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

ORDEM DE REINICIO - CONTRATO Nº 50/2016

O Município de Nova Xavantina, MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ 15.024.045.0001-73, com sede administrativa na Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, setor Xavantina, em Nova Xavantina, MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 282.509.151-00 e no RG 1392532 SSPGO, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro, em Nova Xavantina, MT, solicita a empresa HERCON SERVIÇOS LTDA - EPP, neste ato representado por Hermes Lima Neto, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº. 909.940.191-49 e no RG n°. 4345493 DGPC/GO, residente e domiciliado neste Município, adiante denominada CONTRATADA, a reiniciar de imediato a conclusão da Praça Virgílio do Nascimento, Setor Xavantina, conforme especificações dos memoriais descritivos e planilhas integrantes do edital de Tomada de Preços nº 03/2016, contrato nº 50/2016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2.017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2.017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a publico divulgar o **RESULTADO** da licitação na modalidade **pregão presencial** nº 025/2.017, processo administrativo nº 036/2.017, o qual tem objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CORRELATOS**; empresas vencedoras/detentoras EDIVAN ALVES DA SILVA ME, inscrita no CNPJ nº 08.900.800/0001-70, com o valor global final de R$ 163. 369,50 (cento e sessenta e três mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos); JOSÉ R.P FERNANDES PANIFICADORA ME, inscrita no CNPJ nº 25.526.632/0001-14, com o valor global final de R$ 117. 869,50 (cento e dezessete mil oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) e BONFANTI JUNIOR ALIMENTOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 27.416.870/0001-00, com o valor global final de R$ 744. 374,00 (setecentos e quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e quatro reais).

Nova Xavantina – MT, 03 de maio de 2.017.

Walmir Arruda Costa - Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2.017.

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2.017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 003/2.017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS (PASSEIOS PÚBLICOS) EM PRAÇAS PÚBLICAS, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. Empresa vencedora habilitada: HERCON SERVIÇOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ nº 14.020.137/0001-12, com o valor global de R$ 81.257,80 (oitenta e um mil duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

Nova Xavantina – MT, 03 de maio de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 8.243, DE 26 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA N.º 8.243, DE 26 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez à servidora Leia Maria de Lucena, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no art. 40, § º, inciso I da Constituição Federal de 1988, combinado com art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 31 da Lei Municipal n.º 1.189, de 02 de outubro de 2006, que *reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências*; art. 266 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das fundações Públicas do Município de Nova Xavantina* - MT; **resolve**:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora Leia Maria de Lucena, brasileira, casada, portadora do CI/RG n.º 1916174-3699480 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 510.563.991-04, portadora do Título de Eleitor n.º 027223741040, efetiva no cargo de Atendente, Classe "A", Nível "05", Matrícula Funcional 769, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e contribuiu no período de 08 de abril de 2002 a 31 de março de 2017, totalizando 5.468 dias, 14 anos, 11 meses e 24 dias para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2017.07.00000003, a partir de 01 de abril de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de abril de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2.017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2.017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial nomeado pela portaria nº 8.112 de 1 de fevereiro de 2.017, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade pregão presencial nº 023/2.017, processo administrativo nº 033/2.017, o qual tem objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. Certame fracassado por falta de licitantes habilitados.

Nova Xavantina – MT, 03 de maio de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA - Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2.017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 026/2.017, Processo Administrativo de Compras e Contratações nº 037/2.017, o qual teve por Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÕES DE ATOS DE EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS, EDITAIS, AVISOS, RESULTADOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÕES E OUTROS ATOS EXIGIDOS POR LEI, JUNTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Empresa habilitada e vencedora: **JOÃO DIAS RAMOS - EPP,** com o valor global deR$ 135.500,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais).

Nova Xavantina – MT, 03 de maio de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA

Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2.017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2.017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens e transporte rodoviários nacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e nacional bem como a prestação de serviços de transporte de passageiros e prestação de serviços fretes/despachos ó envelopes e prestação de serviços fretes/despachos ó caixas e fretamento de ônibus, às 9h00min (horá-

rio de Brasília) do dia 17 de maio de 2.017, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e através e-mail: compraspmnx@gmail.com .

Nova Xavantina – MT, 03 de maio de 2.017.

***WALMIR ARRUDA COSTA* Pregoeiro Oficial.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 135/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora **Inês Ferreira Jaime** brasileira, maior, portadora do RG: nº 4490589-2 SSP/MS e do CPF:nº 658.927.128-15,servidora publica municipal lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 02/05/2017 a 16/05/2017, com retorno no dia 17/05/2017

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 02/05/2017.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 03 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 027/2017

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado:CRISCHELY CRISTINA TEODORO

Representante Legal: CRISCHELY CRISTINA TEODORO

Objetivo: Contratação por tempo determinado para atender necessidades de excepcional interesse público.

Vínculo Legal: Lei 1158/2017

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Nutricionista

Valor Global R$: 29.542,32

Data assinatura: 02/05/2017

Vigência: DE 02/05/2017 A 31/12/2017.

Signatários:Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Crischely Cristina Teodoro.

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 134/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor: **Jair Avelino dos Santos,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 19494602 SJ/MT e do CPF:nº 026.757.401-01, lotado na **Secretaria Municipal de Infra-Estrutura** no cargo de **Gari,** referente ao período de 2016/2017, a partir de 03/05/2017 a 12/05/2017, retornando no dia 13/05/2017, restando ainda 20 (vinte) dias para gozo.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 03 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 131/2017

"Revoga a Portaria nº 113/2017, que Designa servidor para responder interinamente pelas ações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º- Revogar a Portaria nº 113/2017, publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato, em 11 de abril de 2017, página 173, que designa o Sr. Juliano Gamba, brasileiro, maior, portador do RG: nº 4.310.023 SSP/CS e do CPF: nº 019.794.091-96, Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, nomeado pela Portaria nº 05/2017, para responder interinamente pelas ações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, exercendo cumulativamente as atribuições de ambas as Secretarias durante o período de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente portaria.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, suspendendo todos os seus efeitos produzidos até a presente data.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 03 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 132/2017

"Dispõe sobre nomeação de servidora para ocupar cargo de provimento em Comissão, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Srª. **Maria Dolores Marinotti Moreira,** brasileira, maior, portadora do RG. nº 1494207-0 SSP/MT e do CPF nº 834561631-34, para exercer o Cargo em Comissão de **Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania,** desta Prefeitura.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 03 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 133/2017

"Dispõe sobre a nomeação da Srª. **LUCIANE KORB, Suplente do Conselho Tutelar,** para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º- Nomear a Srª **LUCIANE KORB**, brasileira, portadora do RG nº 2126595-0 SSP/MT e CPF nº 037.467.691-75, suplente do Conselho Tutelar, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, neste Município.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 03 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
DECRETO Nº 033/2017. IPTU-2017

De 27 de Abril de 2017.

"***Dispõe sobre fixação de prazo de vencimento e condições para o pagamento do IPTU-2017, e dá outras providências."***

Considerando que o Código Tributário Municipal determina a data de 1º de Janeiro como fato gerador do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano,

Considerando a necessidade do lançamento e estabelecimento do prazo de vencimento do IPTU-2017,

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o seguinte cronograma de vencimento e condições para o pagamento do IPTU-2017:

- Em Parcela Única vincendo em 10/06/2016 com 5% (cinco por cento) de desconto; e

- Em três parcelas iguais, vincendas em 10/06, 10/07 e 10/08/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 27 de Abril de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 143/2017, de 20/04/2017, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 22/05/2017, às 08H00, para **Aquisição de Refeições Destinadas a Servidores e ou Pessoas a Serviço do Município**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 08H00min às 11H00-min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 03 de Maio de 2017.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
ANALISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

LICITANTE RECORRENTE: FERREIRA MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS

LICITANTE RECORRIDO: ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME

OBJETO DO PROCESSO: **Prestação de serviços de consultoria e assessoria em *Coaching*, formação de líderes e gestores e Prestação de serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos.**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **FERREIRA MENDES ASSOCIADOS** com fundamento na legislação pertinente e no Edital, respaldado na Lei Federal nº 10.520/2002, em da Decisão da Pregoeira que habilitou e sagrou como vencedora a firma **ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME**, como vencedora dos dois itens da licitação – item 01, Prestação de serviços de consultoria e assessoria em *Coaching*, formação de líderes e gestores e item 02, Prestação de serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos, no Processo Licitatório nº 013/2017 e Pregão Presencial nº 010/2017.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Verifica-se a tempestividade e regularidade do recurso interposto pela empresa **FERREIRA MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, uma vez que foi encaminhado via e-mail e protocolado via física as razões recursais no dia 05 de Março de 2017, ou seja, dentro do prazo de 03 (três) dias preconizados pelo Edital, também frisa-se que foi atendido ao previsto no inciso XVIII da norma do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002 e nos termos do item 11.1 do Edital, bem como é tempestiva as Contrarrazões ao Recurso, cujo atendimento se prende desta feita a mesma norma supramencionada, contida na Lei nº 10.520/2002.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foram cientificados todos os demais licitantes participantes da existência e tramitação do respectivo Recurso Administrativo Interposto, abrindo-lhes vistas à apresentação de contrarrazões.

III – DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A – DA ANALISE DE ADMISSIBILIDADE:

Antes de adentrar ao Mérito das razões recursais, faz-se necessário analisar as condições de admissibilidade do recurso, o qual embora tenha sido apresentado tempestivamente, não pode ser recebido por questão de direito, como veremos:

O art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), diz o seguinte:

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

(...)

XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

Como se não bastasse, o art. 11, inciso XVII do Decreto nº 3555/2000, que regulamenta o pregão, é mais rígido, no que toca a imprescindibilidade da intenção de recorrer, no seguinte sentido:

Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVII - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

Nesse sentido, em que pese o recurso haver sido protocolado no prazo legal, fica claro da interpretação da legislação do pregão, que o Recorrente deveria ter manifestado sua intenção de recorrer no final da sessão do pregão presencial, o que não ocorreu na sessão do Pregão Presencia nº 010/2017.

Fato é que, a jurisprudência pátria é nesse sentido, como veremos:

O Tribunal de Contas da União – TRF 2ª Região, proferiu decisão no seguinte sentido:

(...) 7. In casu, da leitura da ata da sessão pública, observa-se que o momento, em que o pregoeiro declarou a abertura do prazo para intenção de recurso foi em 24/02/2012 às 16:06:20, enquanto que a data de encerramento para a intenção de recorrer dos licitantes foi em 24/02/2012 às 16:10:45. Durante este lapso temporal, a impetrante-apelante, segundo a ata, não manifestou sua intenção de recorrer da decisão do pregoeiro que a inabilitou. Dai é que, a apelante, por preclusão temporal, decaiu do direito de interpor qualquer recurso administrativo atinente ao presente certame licitatório, nos termos dos arts. 4º, incisos XX, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 26, §1º do Decreto nº 5450/2002. Não há, pois, qualquer ilegalidade, nem na conduta do pregoeiro, e nem na tramitação do procedimento licitatório, havendo, em verdade, a decadência do direito de recorrer por parte da impetrante.

8. Apelação conhecida e improvida. Sentença mantida, porém, e nos termos do art. 515, §3º do CPC, por outro motivo, qual seja o da improcedência dos pedidos nos termos do art. 269, inciso I, do CPC (grifou-se) (Processo nº 201251010027282, Relatora: Juíza Federal Convocada Carmem Silvia Lima de Arruda).

No mesmo sentido, leciona Joel de Menezes Niebur em sua obra *Pregão Presencial e Eletrônico* (Ed. Zênite, 2004, Curitiba, págs. 168-171):

Os licitantes, além de disporem de apenas uma oportunidade para interporem recursos administrativos, devem estar presentes à sessão do pregão e manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Aliás, conforme o inciso XX do artigo 4o da Lei n. 10.520/02, “a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.” Isso significa que os licitantes que já não estiverem presentes à sessão, bem como aqueles que não se manifestarem, perdem o direito de interpor recurso administrativo.

Na mesma linha, no pregão, a Administração não precisa publicar as decisões na imprensa oficial para, então, abrir contagem de prazo para a interposição dos recursos. Os licitantes, presentes à sessão, é que devem manifestarem-se. Essa medida é extremamente salutar, porque não há sentido em atrasar a conclusão da licitação, que, na sistemática da Lei n. 8.666/93 [de 16 de julho de 1993], permanece suspensa, no mínimo, por cinco dias úteis, a fim de aguardar a manifestação dos licitantes. No pregão, repita-se, os licitantes, para interporem os recursos, precisam estar presentes na sessão e manifestarem-se imediatamente.

Outrossim, os licitantes devem declinar, já na própria sessão, os motivos dos respectivos recursos. (...) E, por dedução lógica, os licitantes não podem, posteriormente, apresentar recursos com motivos estranhos aos declarados na sessão. Se o fizerem, os recursos não devem ser conhecidos. Obviamente, o licitante não precisa tecer detalhes de seu recurso, o que será feito, posteriormente, mediante a apresentação das razões por escrito. Contudo, terá que, na mais tênue hipótese, delinear seus fundamentos.

..... (omissis) .....

[...] O fato é que a sistemática recursal do pregão, ao exigir a presença dos licitantes, a manifestação do interesse de recorrer e os motivos do recurso já na sessão, acaba por criar obstáculos à interposição de recursos administrativos [...]

De todo modo, aos licitantes e aos cidadãos é facultado levar ao conhecimento da Administração quaisquer ilegalidades por ela cometidas, o que decorre do direito de petição, consagrado na alínea “a” do inciso XXXIV do art. 5o da Constituição Federal. Ademais, em decorrência disso, o inciso III do art. 109 da Lei n. 8.666/93 trata do pedido de *representação*, que deve ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico. Então, se os licitantes quiserem apresentar à Administração outros motivos afora aqueles indicados na sessão, eles devem apresentar a ela pedido de representação, que não se confunde com o recurso previsto no inciso XVIII do art. 4o da Lei n. 10.520, porque esta não tem natureza de recurso hierárquico e não tem efeito suspensivo. [...]

..... (omissis) ...

Se os licitantes não apresentam as razões por escrito, deve-se considerar que o recurso não foi interposto e, por via de consequência, a Administração não é obrigada a se pronunciar. Veja-se que o inciso XVIII do art. 4o da Lei n. 10.520/02 prescreve que na sessão os licitantes devem manifestar intenção de recorrer. (...) O recurso é interposto com a apresentação das razões, por escrito. A manifestação de intenção é, pura e simplesmente, o modo para evitar a decadência do direito de interpô-lo.

Interpostos os recursos, com a apresentação das razões escritas , os demais licitantes não precisam ser intimados, porque eles já o são na própria sessão. O inciso XVIII do art. 4o da Lei n. 10.520/02 enuncia que, manifestada a intenção de recorrer por um dos licitantes, consideram-se os demais desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começam a correr do término do recurso do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Agregue-se que a Lei n. 10.520/02 não esclarece a quem o recurso administrativo deve ser dirigido e quem é o agente competente para apreciá-lo. Dessa maneira, deve-se trazer à colação o § 4o do art. 109 da Lei n. 8.666/93, que se aplica subsidiariamente ao pregão. Ou seja, o recurso deve ser dirigido à autoridade superior, por intermédio do pregoeiro, que pode rever a sua posição. Alías, no mesmo sentido o inciso III do art. 7o do Decreto Federal n. 3.555/00 prescreve à autoridade competente a atribuição de decidir sobre recursos contra atos do pregoeiro.

Sendo esse também o entendimento de Jorge Ulissses Jacoby Fernandes em sua obra *Sistema de Registro de Preços e Pregão* (Ed. Fórum, 2003, Belo Horizonte, pág. 554):

Define a Lei do pregão que declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

Em alguns pregões, o pregoeiro se limita a declarar o vencedor e franquear a palavra aos licitantes que devem nesse momento externar a intenção de recorrer.

É mais recomendável, no entanto, que o pregoeiro declarando o vencedor do pregão, ou do último item do pregão, expressamente questione dos presentes se têm interesse em recorrer. (...)

O prazo para a manifestação é imediato. Não havendo manifestação opera-se de imediato a decadência do direito; fica definitivamente preclusa a oportunidade do recurso administrativo.

Perfilhamos a interpretação do art. 4o da Lei 10.520, de 2002, feita pelos dois doutrinadores citados. Conseguintemente, temos que não há falar em prazo para interposição de recursos contra declaração de vencedor feita em sessão pública de abertura de propostas apresentadas em licitação na modalidade denominada de pregão.

Não se assinalou na ata da sessão do processo licitatório a manifestação de interesse em recorrer por parte do licitante, ora Recorrente, por ocasião da sessão pública, havida em 30/03/2017. À luz do dito documento e dos autos se infere que não ocorreu qualquer manifestação de interesse em interpor recurso. Tendo a Licitante/Recorrente mesmo sem haver manifestado interesse de recorrer protocolado razões recursais em 05/04/2017.

Importa frisar que inexistia prazo para a apresentação de razões recursais, posto que não manifesto o interesse em recorrer por ocasião da dita sessão. Em suma, o licitante que não manifestou seu interesse em recorrer naquela oportunidade suscitou com seu silêncio a decadência do direito de fazê-lo.

Corolário, reputamos que não assiste razão à Recorrente, negando PROVIMENTO ao Recurso, em razão da decadência.

B – DA ANALISE DE LEGALIDADE

Em que pese o entendimento de que o recurso da Recorrente **FERREIRA MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, não ter provimento em face da decadência, entendemos por analisar as condições de legalidade (Habilitação e cumprimento ao instrumento convocatório).

1 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O Item 02 da Licitação em analise, conforme descrito no Termo de Referência, trata-se de prestação de serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos.

De um estudo do tema, bem como do instrumento convocatório, verifica-se que o Item 3.2 do Termo de Referência, especifica que:

3.2. Para o item 02, os serviços deverão ser prestados da seguinte forma:

3.2.1. Assessoria e consultoria na confecção de termos de referência e editais de licitação;

3.2.2. Assessoria e assistência nas fases internas e externas do certame;

3.2.3. Assessoria e assistência nas Sessões Públicas das licitações;

3.2.3. Análise acerca da viabilidade das modalidades de licitações adotadas;

3.2.4. Cadastramento junto ao sistema de Licitações Comprasnet;

3.2.5. Conteúdo programático e carga horária: sob a demanda do município, em todos os certames.

3.2.6. Metodologia: sistema de produção intelectual, sob a demanda do município, no tocante às suas compras e aquisições e/ou contratação de serviços.

3.2.7. Local e período de realização: todos os eventos ocorreram preferencialmente no município de Novo Mundo, em local definido pela Prefeitura, de acordo com o público alvo, em comum acordo com a CONTRATADA, podendo ser desenvolvido também de forma remota, a critério da CONTRATANTE.

3.2.8. Público alvo: setor de compras e aquisições da Administração Pública Municipal de Novo Mundo.

Infere-se do Item 2, que a prestação de serviço que está sendo licitada envolve temática jurídica, visto serem os processos licitatórios regidos por legislação própria, necessitando interpretação e conhecimento jurídico, sendo que somente profissionais do direito, ou seja, advogado, tem capacitação técnica para prestar consultoria e assessoria nesta área.

A própria legislação pátria, Lei nº 8.906/94 – Estatuto da Advocacia, diz o seguinte:

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

(...)

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

(...)

Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

Assim entendemos, que para a firma que sagrou-se vencedora do Item 2, prestar os serviços licitados, no mínimo necessita ter em seu quadro de funcionário pessoa física inscrita na OAB, ou seja, advogado(a), sendo que o edital pecou quanto a não conter em seu bojo tal esclarecimento.

2. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestado de Capacidade Técnica consiste na apresentação de documento que comprove e ateste o fornecimento de materiais ou os serviços prestados pela empresa interessada, emitido por pessoa jurídica, em papel timbrado, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

Nesse contexto, entende-se que o Atestado de Capacidade Técnica é documento hábil para que a administração pública possa aferir a competência técnica para o desempenho das atividades a serem contratadas, nos termos preconizados pelo artigo 30, §1º, da Lei nº 8.666/93, Princípio da Eficiência Pública.

Verifica-se de uma análise do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Empresa **ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME**, que o mesmo não traz registro de aptidão técnica para desenvolver as atividades elencadas nos itens 1 e 2, posto não registrar experiência e aptidão técnica para o desenvolvimento das atividades descrita no Termo de Referência, quando trata do "Objeto", senão vejamos:

1.1. O presente TERMO DE REFERÊNCIA objetiva futura contratação para prestação de serviços de consultoria e assessoria em *coaching*, licitações e contratos administrativos para o Município de Novo Mundo, conforme descrito no quadro abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Média	Total
01	Prestação de serviços de consultoria e assessoria em *Coaching*, formação de líderes e gestores.	09 meses	15.400,00	138.600,00
02	Prestação de serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos.	09 Meses	9.940,00	89.460,00
Total Global: 228.060,00				

O Atestado de Capacidade Técnica de fls. 124, apresentado pela empresa **ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E**

PUBLICIDADE EIRELI-ME, atesta que a empresa presta serviços de assessoria e consultoria tanto na área empresarial quanto na área pública, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, nada dizendo sobre os serviços licitados, portanto não dando condições para a Administração Pública Municipal aferir capacidade técnica para os serviços licitados e a serem contratados.

Correto é afirmar, que a empresa tida como vencedora, **ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME**, não cumpriu realmente as exigências do item 9.1.4 do Edital.

3. DA CERTIDÃO DA SEFAZ – IPVA

Da leitura do item 9.1.2.5, do edital, abaixo transcrito, verifica-se que a certidão de regularidade fiscal apresentada pela licitante abrange o ICMS e o IPVA, não sendo portanto necessário uma certidão exclusiva de IPVA/ICMS, mesmo porque a Portaria SEFAZ nº 024/2005, atualizada pela Portaria SEFAZ nº 032/2017, que implantou a emissão de Certidão Negativa de Débitos e outras regularidades fiscais, em seu anexo I, assim dispõe:

9.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal, no que couber:

9.1.2.5. Certificado de Regularidade junto à Fazenda Estadual (certidão referente ao ICMS/IPVA para participação em licitações públicas);

"ANEXO I da Portaria nº 024/2005-SEFAZ DE CONSULTA ELETRÔNICA ÀS BASES INFORMATIZADAS E INTEGRADAS AO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA CNDI/SEFAZ PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO REFERENTE A DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES FISCAIS DE CONTRIBUINTES DE MATO GROSSO

FINALIDADE	BASES CONSULTADAS
• Certidão referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela SEFAZ/MT, para fins de Participação em Licitações Públicas • Certidão referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela SEFAZ/MT, para fins gerais • Certidão referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela SEFAZ/MT, para fins de Recebimento da Administração Pública	Cadastro, GIA, Conta Corrente Fiscal, Diferencial de Alíquota, IPVA, EFD e Quantificação da Renúncia Fiscal - QRF do Requerente, de seus sócios (na hipótese de consulta efetuada em relação à Inscrição Estadual ou CNPJ) e de empresas de que o Requerente faça parte, incluindo, se houver, matriz e filiais

Dessa forma, entendemos que foi atendido o instrumento convocatório, no que tange ao objetivo, provar a regularidade fiscal da empresa (sócios e/ou eventuais filiais) em todas as pendencias, quer tributárias ou não, junto a Secretaria de Fazenda Estadual de Mato Grosso.

IV – DAS CONCLUSÕES

Deflui-se da análise do Processo Licitatório, no que toca a legalidade e obediência ao Instrumento Convocatório ou Edital, que a firma que sagrou-se vencedora realmente não preenche os requisitos legais, devendo ser desabilitada por ser questão de direito, visto que o ato de habilitação encontra-se eivado de nulidade.

Como se não bastasse, após a citada analise de legalidade, fica claro a necessidade de alteração do instrumento convocatório, ante ao fato de não deixar claro as necessidades da administração pública e a fundamentação legal, no intuito de evitar futuros prejuízos ao erário público.

Nesse patamar faz-se oportuno lembrar que a Administração Pública possui hegemonia na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49, *caput* da Lei Federal 8.666/93, bem como a prerrogativa de autotutela que lhe é assegurada no que toca a revisão dos seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica.

Assentadas tais considerações, cumpre-me esclarecer que a Administração deve reconhecer e anular de oficio seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade.

Vale registrar, que a decisão tomada por esta Pregoeira no ato da sessão de licitação, após estudos e análise do caso em questão, encontra-se eivada de nulidade e ilegalidades, motivo pelo qual essa Administração Municipal, através do Prefeito Municipal de Novo Mundo, decreta a "ANULAÇÃO" do certame, por vício de legalidade, tendo por base o que determina o art. 49 da Lei nº 8.666/93 e seus incisos, o que encontra respaldo na legislação aplicável a matéria e a análise do caso concreto.

Verifica-se que a Anulação não refere-se somente ao Ato de Habilitação da firma **ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME**, mais a totalidade da licitação, posto que os vícios de legalidade maculam o Instrumento Convocatório.

Assim sendo, deve-se destacar que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a Administração Pública que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos, mediante competente controle por parte do poder público e que em razão disso, essa série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público.

Esse controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza o princípio administrativo da autotutela administrativa. Esse instituto foi firmado legalmente por duas súmulas, a saber:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal – "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – "A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Corroborando esse princípio, os entendimentos dos juristas Maria Sylvia Zanella Di Pietro e José Cretella Júnior:

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ainda, explica que ***"a anulação pode ser parcial, atingindo determinado ato, como a habilitação ou classificação"***.

José Cretella Júnior leciona que ***"pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais".***

Acerca da anulação da licitação dispõe o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 49 *– A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

Por todas as lições aqui colacionadas e não estando configurada, no momento, a decadência da ação anulatória do certame licitatório ou de qualquer de seus atos, correto é afirmar que o pleito anulatório tem respaldo legal.

Diante do exposto, somos pela Anulação do procedimento, por motivo de oportunidade, conveniência e legalidade, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais, visto a existência de vicio de legalidade, decretando a Anulação do certame objeto do Pregão Presencial n° 010/2017, Processo Licitatório nº 013/2017, reconhecendo e decretando a INVALIDAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO e aqueles deles derivados, aproveitando-se os atos anteriores praticados regularmente, conforme art.

49 da Lei nº 8.666/1993 e jurisprudéncia do Tribunal de Contas da União constante dos Acórdãos TCU nos 697/2006, 1.904/2008, 2.264/2008, 3. 344/2012, todos do Plenário.

Motivo pelo qual faz-se necessário INVALIDAR o Processo Licitatório desde o Edital, o que INVALIDA o ato de sagrar como vencedora a licitante **ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME**, tendo em vista que os efeitos jurídicos da anulação do certame licitatório a afeta diretamente e DETERMINAR o REFAZIMENTO dos atos anulados a partir da etapa de construção do edital, bem como DETERMINAR a PUBLICAÇÃO DA PRESENTE DECISÃO.

Em atendimento a legislação pertinente, importante determinar a fixação da devida oportunidade para o exercício dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa dos interessados, através dos meios regulamentares disponíveis para o procedimento do pregão presencial, de acordo com mandamento do § 3º do art. 49 e, da letra "c", inciso I da Lei n° 8.666/93 e, no prazo do art. 109 da mesma Lei, ficando os autos do processo com vista franqueada aos interessados, nos termos do § 5º do art. 109 da Lei Federal de Licitações.

Desta feita, depreendo que observadas todas as formalidades editalicias, deverá o Gestor Municipal Anular Parcialmente o Processo Licitatório através de ato especifico amparado na legislação pertinente á matéria, determinando por último que à Pregoeira de a continuidade a Licitação, a partir da REPUBLICAÇÃO DO EDITAL, bem como para os demais procedimentos legais.

Novo Mundo/MT, 27 de Abril de 2017.

LUCIANA DA SILVA BETARELO

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 143/2017

SANDRA MARA DI GIULIO BOHAC

PROCURADORA GERAL / OAB/MT nº 6.396-B

Portaria nº 001/2017

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas por lei e, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 78, inciso XII da Lei 8.666/93, decide: ANULAR O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 010/2017, na data da sessão pública do processo licitatório, pela seguinte motivação:

O presente certame licitatório teve sua sessão na data de 31 de Março de 2017, tendo sagrado-se como vencedora a empresa ACS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PUBLICIDADE EIRELI-ME, com valor de R$ 156.348,00 (Cento e Cinquenta e Seis Mil e Trezentos e Quarenta e Oito Reais), pelos dois itens, visto haver apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital. No período estipulado no edital item 11.1, foi ofertado recurso pela empresa **FERREIRA MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS** representada pelo Sr. Ivo Sergio Ferreira Mendes, o qual não havia manifestado sua intenção de recorrer no final da sessão do pregão presencial, motivo pelo qual foi INDEFERIDO o recurso, posto sua preclusão. Ante as alegações de supostas ilegalidades a Administração Municipal resolveu por fazer uma análise de legalidade, o que resultou na verificação de diversas ilicitudes, conforme "Analise de Recurso Administrativo", o que motiva Decisão do Gestor Municipal – Sr. Antonio Mafini, de ANULAR o **Pregão Presencial nº 010/2017**, **para estudos e reestruturação do Edital dentro dos parâmetros da legalidade e interesse público.**

Novo Mundo MT, 03 de Maio de 2017.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 85/2017 DE 02 DE MAIO DE 2017

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **LUZIMAR ARAUJO ROCHA**, para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados:

CONTRATO nº. 015/2017 – Fornecimento de Materiais Elétricos para a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

CONTRATADA: IRAIDES PEREIRA LUZ - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 28/04/2017.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 02 de Maio de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADA: 3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

CNPJ: 04.347.124/0001-07

VALOR TOTAL R$: 33.386,00 (TRINTA E TRÊS MIL E TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RELACIONADA NESTE INSTRUMENTO, VISANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

VIGÊNCIA: 07/042017 À 06/04/2018

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO – ME.

CNPJ: 10.226.940/0001-57

VALOR TOTAL R$: 113.945,65 (CENTO E TREZE MIL NOVESCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).

OBJETO: FIRMAR A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 085/2016 RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº063/2016 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: 03/04/2017 A 03/04/2018

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADA: ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÀTICA LTDA.

CNPJ: 36.879.070/0001-09

VALOR TOTAL R$: 75.600,00 (SETENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS).

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RELACIONADA NESTE INSTRUMENTO, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

VIGÊNCIA: 07/04/2017 À 06/04/2018

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 06 DE ABRIL DE 2017.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 75/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

"DESIGNA SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **LEANDRO DOS SANTOS**, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado em substituição ao fiscal anterior:

CONTRATO nº. 005/2017 – Fornecimento de Combustíveis para a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

CONTRATADA: AUTO POSTO ANDRADES LTDA – ME

Art. 2º - Designar o Servidor **MARCELO DOS SANTOS LOPES**, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 012/2017 – Fornecimento de Materiais de Expediente para a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 11 de Abril de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
DECRETO Nº 033/2017 - DECRETA PONTO FACULTATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 033/2017

03/05/2017

"DECRETA PONTO FACULTATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Antônio Augusto Jordão, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município de Novo São Joaquim-MT;

DECRETA

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 05 de Maio de 2017, data que acontecerá 3ª Feira Agropecuária de Novo São Joaquim/MT – EXPONOVO e comemorações do 31º aniversário de Novo São Joaquim MT.

Parágrafo Único – Todos os órgãos e setores da administração pública da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, voltarão aos seus expedientes normais no dia 08 de Maio de 2017 a partir das 07:00 horas, os setores de serviços considerados essenciais terão seus expedientes normais, notadamente o Hospital Municipal e outros setores correlatos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 03 de Maio de 2017.

Antônio Augusto Jordão

Pref. Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO NONO ADITIVO DE CONTRATO 107/2015

Contrato Administrativo nº. 107/2015

Processo de Licitação nº. 30/2014

Tomada de Preço nº. 2/2014

Objeto: Constitui objeto daProrrogação de Prazo e Execução de Obra proveniente do Termo de Contrato Administrativo nº. 107/2015, proveniente do Processo Licitatório nº. 30/2014 – Tomada de Preços nº. 2/2014**.**

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: FERREIRA MENDES CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Valor: valor inalterado.

Período de vigência: 06/05/2017 a 06/08/2017.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 03 de MAIO de 2017.

_____

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DE CONTRATO 57/2016

Contrato Administrativo: nº. 57/2016

Processo de Licitação: nº. 17/2016

Tomada de Preço: nº. 1/2016

Objeto: Constitui objeto daProrrogação de Prazo de Execução de Obra proveniente do Termo de Contrato Administrativo nº. 57/2016, proveniente do Processo Licitatório nº. 17/2016 – Tomada de Preços nº. 1/2016**.**

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: FERREIRA MENDES CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Valor: valor inalterado.

Período de vigência: 20/01/2017 a 20/03/2017.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 06 de FEVEREIRO de 2016.

_____

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANATINGA – **PARANATINGA-PREV, juntamente com o PREFEITO MUNICIPAL – JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, nos termos de Lei Municipal n° 995/2013, art. 1° inciso 3° e seguintes, que dispõe sobre o servidor efetivo investido na função de "Gestor Financeiro", será aquele escolhido pelo conjunto de Conselheiros do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Paranatinga, resolve **CONVOCAR** todos os Presidentes e Membros dos Conselhos Curador e Fiscal do Paranatinga-Prev para a eleição de escolha do "Gestor" que Ficará responsáveis pelos investimentos de todos os recursos disponível neste instituto de Previdência. O Gestor Financeiro exercerá um mandato de 02 (dois) Anos, permitida a reeleição uma vez por igual período ou na vacância de candidatos nos termos da Lei 995/2013 e deste Edital.

DA COMISSÃO RECEPTORA E APURADOR DE VOTOS

Será constituída comissão receptora e apuradora de Votos, composta de 02 (dois) membros dentre os Segurados e nomeados pelo Prefeito Municipal com todos os poderes para dirigir os trabalhos de recepção e apuração de votos, tomando as decisões necessárias.

DO REGISTRO DE CANDITADO.

Deverão ser apresentado um requerimento e cópia da Certificação CPA – 10 da AMBIMA no Paranatinga-Prev.

DA VOTAÇÃO

A votação ocorrerá no (dia) 25 de Maio de 2017, das 8h às 10h, sito à Av. Brasil – Prédio da Secretaria de Assistência Social, centro, na Sala do Paranatinga-Prev.

O segurado após identificar-se, assinará a folha de votantes, receberá a cédula de votação, que depois de assinalada será depositada em recipiente apropriado.

O segurado que comparecer à Seção Eleitoral até o horário de fechamento de seção disposto neste Edital terá direito a voto o segurado que chegar antes do horário de fechamento, não tendo direito a voto aquele que chegar após o horário.

DA FISCALIZAÇÃO

Cada servidor registrado terá direito à indicação de 01 (um) Fiscal para acompanhar a votação e apuração da eleição os quais poderão atuar mediante determinação do Presidente da Mesa Receptora.

DA APURAÇÃO

A apuração dos votos ocorrerá no dia 25 de Maio de 2017, às 10.30h, após haver votado o ultimo segurado com direito a voto presente na Seção eleitoral.

Após a apuração, o Presidente da Seção eleitoral proclamará o resultado.

Em caso de empate entre 2 (dois) concorrentes, serão observados os seguintes critérios de desempate, na seguinte ordem.

1. Maior certificação em qualificação em investimento; 2. Maior tempo de contribuição do segurado; 3. Maior Idade do segurado;

Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2017

O Município de Paranatinga – MT, através da CPL, nomeado pela portaria 108/2017, em 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da Licitação do Pregão Presencial nº 25/2017, objetivando o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Pneus e Congêneres**, para atender as necessidades das Secretarias do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresa Vencedora: **PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA – EPP - R$ 2.308.374,00** (Dois milhões trezentos e oito mil trezentos e setenta e quatro reais). Em 03 de Maio de 2017, Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 38/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes do Município de Paranatinga - MT, sendo com recursos do **FETHAB.** Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **17/05/2017**, Quarta - feira **às 14:00 h.** O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Em 03 de Maio de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 282 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA N° 282 DE 02 DE MAIO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO RECEPTORA E APURADORA DE VOTOS PARA ELEIÇÃO DE "GESTOR FINANCEIRO" DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PARANATINGA, PARANATINGAPREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão Receptora e Apuradora de Votos para Eleição de Gestor Financeiro do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Paranatinga – Paranatinga-Prev, que será composto pelos seguintes Componentes:

I - Presidente: **– GRACIELA AZEVEDO OLIVEIRA – CPF: 972.68.681-49;**

II - Membro: **ABILIO MORAES RAMOS – CPF: 051.059.241-42.**

Parágrafo Único: A Comissão Receptora e Apuradora de Votos para Eleição de Gestor Financeiro do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Paranatinga – Paranatinga-Prev terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal, a Lei 995/2013 e o respectivo Edital.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **016/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Tecidos e Aviamentos**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Municipio de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG: 0305291-5 SJ/MT e CPF: 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA – ME.

CNPJ 13.498.051/0001-37.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit	Qtde	Total
1	490892	BRIM FINO, COR AZUL LARGURA 1,60 M	METRO	15,21	1.000,00	15.210,00
2	490893	BRIM GROSSO, COR VERDE LARGURA 1,60 M	METRO	19,43	1.000,00	19.430,00
3	490894	ELASTICO 7 MM ROLO COM 10M	UNIDADE	3,75	24	90
4	490895	LINHA DE ALGODAO PARA COSTURA 5000M	UNIDADE	9,98	24	239,52

VALOR GLOBAL R$ 34.969,52. Em 26 de Abril de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017

PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **016/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Tecidos e Aviamentos**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Municipio de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG: 0305291-5 SJ/MT e CPF: 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017** para Registro de Preço, homologada pelo

Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

SIMONE CRISTINA RODRIGUES – ME.

CNPJ 25.073.418/0001-50.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit	Qtde	Total
1	490891	FITA METRICA 1,5 METRO	UNIDADE	0,98	60	58,8
2	490889	TECIDO EM ALGODAO 120 FIOS CORES CLARAS LARGURA 2.20 M	METRO	9,98	2.200,00	21.956,00
3	490890	TNT (CORES DIVERSAS) Largura 1,40 M	METRO	1,1	1.000,00	1.100,00

VALOR GLOBAL R$ 23.114,80. Em 26 de Abril de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATOS DE ABRIL - 2017

CONTRATOS - 2017

ABRIL DE 2017

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
220/ 2017	Anderson Carlos da Silva Souza	24/04/2017 a 22/12/2017	PSICOLOGO - PROGRAMAS	R$: 3. 278,44

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
219/ 2017	Antônio Paulo Ferreira Pereira	01/04/2017 a 22/12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - VIGIA	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
212/ 2017	Edemilson Mendes	01/04/2017 a 22/12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - VIGIA	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
213/ 2017	Geneci Domingas de Matos	01/04/2017 a 22/12/2017	APOIO ADM. EDUC. I – ASG	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
218/ 2017	Helio Pereira Cavalcante	01/04/2017 a 22/12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - VIGIA	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
211/ 2017	Leidiane Lucia Locatelli	01/04/2017 a 22/ 12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - ASG	R$: 937,00
Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
214/ 2017	Lucimar Batista Pitzschel	01/04/2017 a 22/ 12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - ASG	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
215/ 2017	Maria Vitória Ferreira da Silva	01/04/2017 a 22/12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - ASG	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
209/ 2017	Moises Ribeiro Domingos	18/04/2017 a 22/12/2017	INSTRUTOR DE OFICINA - TEATRO	R$: 1. 016,18

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
216/ 2017	Odete Aparecida Gonçalves	01/04/2017 a 22/ 12/2017	APOIO ADM. EDUC. II	R$: 1. 404,34

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
217/ 2017	Patrícia Macedo Carlini	01/04/2017 a 22/ 12/2017	APOIO ADM. EDUC. I - ASG	R$: 937,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
208/ 2017	Rafael Carlos de Oliveira	11/04/2017 a 22/12/2017	INSTRUTOR DE OFICINA - MUSICA	R$: 1. 016,18

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
210/ 2017	Richard Paulo Silva Souza	17/04/2017 a 22/12/2017	INSTRUTOR DE OFICINA - DANÇA	R$: 1. 016,18

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 281 DE 02 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA N° 281 DE 02 DE MAIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do Art. 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora**Sra. SOLANGE RENOSTRO**, Matrícula 126, portadora do RG sob o nº 1231141-3 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 811.331.381-87, ocupante do Cargo Efetivo de **"PROFESSOR C"**, pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da data de 01 de maio de 2017.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 37/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de 01 (Um) Semi-Reboque Carrega tudo 02 (dois) eixos, Pescoço Fixo Plano, com Pneus Inclusos, com Recursos do FETHAB**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **17/05/2017**, Quarta - feira **às 09:00 h (Horário de Brasília).** O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Parana-

tinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Em 03 de Maio de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017

PREGÃO PRESENCIAL 028/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **028/2017**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Ônibus com 45 (quarenta e cinco) Lugares, com Ar Condicionado, em Bom Estado de Conservação que Atenderá a Demanda do Transporte de Pessoas para Atender Eventos Culturais, Educativos, Esportivos e entre outros,** a pedido das Secretarias de Esporte e Lazer, Educação e Cultura, e Assistência Social do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG: 0305291-5 SJ/MT e CPF: 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

PARANATINGA TUR LTDA – ME.

CNPJ 14.793.694/0001-76.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit	Qtde	Total
1	339852	LOCACAO DE ONIBUS PARA TRANSPORTE DE ATLETAS ENTIDADES RE	KM	5,70	85.000,00	484.500,00

VALOR GLOBAL R$ 484.500,00. Em 03 de Maio de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 038, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 947/2017, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 1.716.686,07 (hum milhão, setecentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sete centavos), na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017) e Lei nº 947/2017 e cf. artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64.

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 195.047,06
07.001.10.302.0011.2054.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 37.547,80
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 10.265,64
07.001.10.302.0011.2048.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.013.945,77
07.001.10.302.0011.2048.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 112.660,64
07.001.10.301.0010.2041.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 329.858,20
07.001.10.301.0010.2041.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 17.360,96
	Sub-total	**R$ 1.716.686,07**

Total Parcial Suplementado	**R$ 1.716.686,07**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de Anulação parcial/total de dotação orçamentária, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.93	Indenizações e restituições	R$ 400.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 7.500,00
07.001.10.302.0011.2053.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 400.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.500,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.5.0.43	Subvenções sociais	R$ 8.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.1.9.0.92	Despesas de exerc anteriores	R$ 13.000,00
07.001.10.303.0012.2057.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 50.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.1.9.0.92	Despesas de exerc anteriores	R$ 3.000,00
07.001.10.301.0010.2041.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 100.000,00
07.001.10.301.0010.2044.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 81.686,07
07.001.10.301.0010.2044.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 200.000,00
07.001.10.301.0010.2041.3.1.9.0.04	Contrat por temp determinado	R$ 200.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.3.5.0.43	Subvenções sociais	R$ 2.000,00
07.001.10.302.0011.1041.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 100.000,00
07.001.10.301.0010.2044.4.49.0.51	Obras e instalações	R$ 50.000,00

07.001.10.301.0010.2044.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 100.000,00
	Sub-total	**R$ 1.716.686,07**

Total Parcial Reduzido	**R$ 1.716.686,07**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 954, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA INDENIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE, ATUANTES EM REGIME DE PLANTÃO NO HOSPITAL REGIONAL NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover a indenização dos profissionais da área medica relativa ao primeiro quadrimestre de 2017, no valor estimado de R$ 166.600,00 (cento e sessenta e seis mil e seiscentos reais).

Parágrafo Único: Para as suplementações orçamentarias próprias ao orçamento vigente, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder os ajustes, sem abatimento ao índice atualizado previsto pelo artigo 10 da Lei Municipal nº 937/2016.

Art. 2º - A autorização para o presente pagamento se dará em caráter indenizatório e com fulcro no artigo 31 da Constituição Federal, devendo o Poder Executivo promover a contratação desses profissionais por meio de regular procedimento administrativo no prazo de 30 dias após a sanção desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 029, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 944/2017, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 977.400,00 (novecentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017), cf. artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64 e em conformidade coma a Lei nº 944/2017.

04.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.122.0002.2012.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.000,00
04.001.04.122.0002.2012.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 120.000,00
	Sub-total	**R$ 140.000,00**

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.04.123.0002.2016.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 10.000,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0005.1023.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 231.000,00
06.002.12.361.0005.2023.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.000,00
06.002.12.361.0005.2023.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 50.000,00
	Sub-total	**R$ 291.000,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.365.0005.2032.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 20.000,00
06.006.12.367.0005.2034.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.000,00
	Sub-total	**R$ 22.000,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 6.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 15.000,00
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 35.000,00
07.001.10.302.0011.2054.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.000,00
07.001.10.302.0011.2050.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 10.000,00
07.001.10.304.0013.2058.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.14	Diárias pessoal civil	R$ 10.000,00
07.001.10.305.0013.2059.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 15.000,00
07.001.10.302.0011.2049.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 10.000,00
07.001.10.122.0014.2066.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 20.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 5.000,00
	Sub-total	**R$ 142.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.11	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 40.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 100.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 155.000,00**

08.003 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇAS E ADOLESCENTES

08.003.08.243.0015.2079.3.1.9.1.13	Obrig patronais - previpaz	R$ 1.000,00
08.003.08.243.0015.2076.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 11.000,00**

10.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

10.001.18.541.0018.2093.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 10.000,00

	Sub-total	**R$ 10.000,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.04.122.0002.2100.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 11.400,00
	Sub-total	**R$ 11.400,00**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.26.782.0021.2107.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 185.000,00
	Sub-total	**R$ 185.000,00**

Total Parcial Suplementado	**R$ 977.400,00**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servira como recurso os Provenientes Anulação Parcial/Total de Dotação Orçamentaria, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

04.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.122.0002.2012.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 30.000,00
	Sub-total	**R$ 30.000,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0005.2025.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 46.277,53
06.002.12.361.0005.2025.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 33.722,47
06.002.12.361.0005.2025.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 10.034,29
06.002.12.361.0005.2023.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 40.000,00
06.002.12.361.0005.2025.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 79.965,71
	Sub-total	**R$ 210.000,00**

06.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

06.003.13.392.0009.1028.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 10.762,22
06.003.13.392.0009.1028.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 39.237,78
06.003.13.392.0009.1029.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 35.776,24
06.003.13.392.0009.1029.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 44.223,76
	Sub-total	**R$ 130.000,00**

06.006 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 40

06.006.12.361.0005.2029.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 17.000,00
06.006.12.361.0005.2029.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 3.400,00
	Sub-total	**R$ 20.400,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0011.1041.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 20.000,00
	Sub-total	**R$ 20.000,00**

08.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

08.001.08.122.0015.2067.3.1.9.0.04	Contrat por tempo determinado	R$ 50.000,00
	Sub-total	**R$ 50.000,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002.08.241.0015.1051.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 10.000,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.26.451.0020.2135.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 74.000,00
11.001.26.451.0020.2135.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 10.000,00
11.001.25.752.0020.2103.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 40.000,00
11.001.25.752.0020.2103.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 70.878,18
11.001.25.752.0020.2103.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.121,82
	Sub-total	**R$ 197.000,00**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.26.782.0021.2134.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 15.139,94
12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 25.456,00
12.001.26.782.0021.2134.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 54.860,06
12.001.26.782.0021.2107.3.3.9.0.36	Outros serv de trc pessoa	R$ 60.000,00
12.001.26.782.0021.1080.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 80.000,00
12.001.26.782.0021.2134.3.3.9.0.30	Material de consumo	R$ 74.544,00
	Sub-total	**R$ 310.000,00**

Total Parcial Reduzido	**R$ 977.400,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias de Março de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 028, DE 24 DE MARÇO 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO/2017 DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ATENDENDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 937, DE 18/10/2016 (LOA-2016).

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto Credito Orçamentário Suplementar no valor de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso 3º da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das Dotações Consignadas no Orçamento Corrente do FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PEIXOTO DE AZEVEDO – PREVI-PAZ, sob o código:

14.001.09.272.0022.1115.33.90.93	IDENIZACOES E RESTITUICOES	8.000,00
	Total:	**8.000,00**

Art. 2º - Para fazer face ao Credito Autorizado no artigo Anterior desta Lei, serão utilizados recursos provenientes de anulações de dotações constantes no orçamento vigente do FDO MUN. DE PREV. DE PEIXOTO DE AZEVEDO – PREVI-PAZ., para o exercício sob o número:

14.001.09.272.0022.2115.9999999	RESERVAS DO RPPS	8.000,00
	Total:	**8.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Março de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 54, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOUE E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica revogada a Tabela I da Planta Genérica de Valores, onde consta o Valor Venal de Terrenos atualizado pela Lei Complementar nº 54, de 05 de Dezembro de 2016, mantendo-se a inclusão dos Bairros Beira Rio I e II, setor ACRIVALE, Distrito Industrial, as áreas compreendidas entre o Bairro Santa Izabel e Bairro Beira Rio II e do setor ACRIVALE e Beira Rio I contidos no Zoneamento Imobiliário.

Art. 2º - Até que se faça um estudo minucioso sobre a atualização vigorara o Valor Venal constante na Tabela I da Planta Genérica de Valores constantes na Lei Complementar nº 40, de 29 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 023, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 937/2016, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 1.075.193,50 (hum milhão, setenta e cinco mil, cento e noventa e três reais e cinquenta centavos), na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017), cf. artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64.

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.28.843.0003.2017.3.2.9.0.21	-	Juros sobre a dívida por contrat	R$ 10.000,00
		Sub-total	**R$ 10.000,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.365.0005.2030.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 1.000,00
		Sub-total	**R$ 1.000,00**

06.005 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 60

06.005.12.366.0005.2035.3.1.9.0.11	-	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 30.000,00
		Sub-total	**R$ 30.000,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.122.0014.2061.3.1.9.0.11	-	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 75.000,00
07.001.10.122.0014.2065.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 34.000,00
07.001.10.301.0010.2041.3.1.9.0.11	-	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 300.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.36	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 3.500,00
07.001.10.302.0011.2050.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.000,00
07.001.10.303.0012.2057.3.3.9.0.32	-	Mat de distribuição gratuita	R$ 40.000,00
07.001.10.122.0014.2061.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 5.000,00
07.001.10.302.0011.2055.3.3.7.0.41	-	Contribuições	R$ 404.693,50
		Sub-total	**R$ 867.193,50**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002.08.244.0015.2072.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.3.9.0.36	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 17.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 30.000,00
08.002.08.244.0015.2071.3.1.9.0.11	-	Venc e vantag fixas pessoal	R$ 15.000,00
		Sub-total	**R$ 67.000,00**

10.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

10.001.04.122.0002.1060.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 100.000,00
		Sub-total	**R$ 100.000,00**

Total Parcial Suplementado	**R$ 1.075.193,50**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servira como recurso os Provenientes Anulação Parcial/Total de Dotação Orçamentaria, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

05.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

05.001.04.123.0002.1008.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 10.000,00
		Sub-total	**R$ 10.000,00**

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.361.0005.1024.4.4.9.0.51	-	Obras e instalações	R$ 1.000,00
06.002.12.361.0005.1024.4.4.9.0.51	-	Obras e instalaçoes	R$ 30.000,00
		Sub-total	**R$ 31.000,00**

06.005 – FUNDEB FUNDO MUN. EDUC. BÁSICA 60

06.005.12.365.0005.2031.3.1.9.0.92	-	Despesas de exerc anteriores	R$ 1.674,42
06.005.12.365.0005.2031.3.1.9.0.92	-	Despesas de exerc anteriores	R$ 225,58
		Sub-total	**R$ 1.900,00**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0011.2048.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 5.000,00
07.001.10.302.0011.2049.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 5.000,00
07.001.10.302.0011.2050.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 3.000,00
07.001.10.302.0011.2054.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 4.160,50
07.001.10.302.0011.2054.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 839,50
07.001.10.122.0014.2065.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 1.000,00
07.001.10.305.0013.2059.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 3.999,60
07.001.10.305.0013.2059.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 1.000,40
07.001.10.128.0014.2062.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.000,00
07.001.10.122.0014.2063.3.3.9.0.14	-	Diárias pessoa civil	R$ 4.000,00

07.001.10.122.0014.2061.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 2.000,00
07.001.10.303.0012.2057.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 50.000,00
07.001.10.301.0010.2041.3.1.9.0.92	-	Despesas de exerc anteriores	R$ 2.000,00
07.001.10.301.0010.2040.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 1.226,53
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.93	-	Indenizações e restituições	R$ 3.900,00
07.001.10.305.0013.1045.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.185,20
07.001.10.301.0010.2040.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 5.773,47
07.001.10.302.0011.2047.3.1.9.0.04	-	Contrat por tempo determinado	R$ 4.000,00
07.001.10.122.0014.2066.3.3.9.0.36	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 3.000,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 955,93
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.93	-	Indenizações e restituições	R$ 1.100,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 4.044,07
07.001.10.305.0013.1045.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 3.814,80
07.001.10.301.0010.1031.4.4.9.0.51	-	Obras e instalações	R$ 1.000,00
07.001.10.301.0010.1031.4.4.9.0.51	-	Obras e instalações	R$ 4.000,00
07.001.10.304.0013.1042.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 1.180,26
07.001.10.302.0011.1037.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 26.459,21
07.001.10.302.0011.1037.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 3.540,79
07.001.10.302.0011.1038.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 30.000,00
07.001.10.302.0011.1040.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 7.621,45
07.001.10.302.0011.1040.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 2.378,55
07.001.10.304.0013.1042.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 3.819,74
07.001.10.302.0011.1039.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 10.000,00
07.001.10.302.0011.2047.3.1.9.0.92	-	Despesas de exerc anteriores	R$ 100,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 3.000,00
07.001.10.301.0010.2042.3.3.9.0.30	-	Material de consumo	R$ 17.000,00
07.001.10.301.0010.2040.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 8.000,00
07.001.10.301.0010.2044.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 35.000,00
07.001.10.301.0010.2043.3.3.9.0.93	-	Indenizações e restituições	R$ 15.000,00
07.001.10.302.0011.1041.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 37.468,29
07.001.10.302.0011.1041.4.4.9.0.52	-	Equip e material permanente	R$ 12.531,71
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.0.04	-	Contrat por tempo determinado	R$ 9.499,89
07.001.10.301.0010.2040.3.3.9.0.39	-	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.000,00
07.001.10.301.0010.2040.3.1.9.0.04	-	Contrat por tempo determinado	R$ 60.500,11
		Sub-total	**R$ 403.100,00**

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.002.08.243.0015.2117.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 1.500,00
08.002.08.244.0015.2075.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 2.250,00
08.002.08.244.0015.2075.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 7.750,00
08.002.08.243.0015.2117.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 8.500,00
	Sub-total	**R$ 20.000,00**

08.004 – FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL

08.004.08.244.0015.2078.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 16.291,18
08.004.08.244.0015.2078.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 3.708,82
08.004.08.244.0015.2078.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 7.990,00
08.004.08.244.0015.2078.3.3.9.0.36	Outros serv de terc pessoa	R$ 2.010,00
	Sub-total	**R$ 30.000,00**

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.25.752.0020.2103.3.3.9.0.39	Outros serv de terc pessoa	R$ 56.193,50
11.001.26.451.0020.2135.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 73.000,00
11.001.25.752.0020.2103.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 40.000,00
11.001.15.451.0020.1073.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 119.794,32
11.001.15.451.0020.1073.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 30.205,68
11.001.25.752.0020.2103.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 10.000,00
	Sub-total	**R$ 329.193,50**

12.001 – GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

12.001.26.782.0021.1080.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 20.322,64
12.001.26.782.0021.1080.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 79.677,36
	Sub-total	**R$ 100.000,00**

13.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

13.001.27.812.0022.2113.4.4.9.0.51	Obras e instalaçoes	R$ 150.000,00
	Sub-total	**R$ 150.000,00**

Total Parcial Reduzido	**R$ 1.075.193,50**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 06 dias do mês de Março de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 951, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

"Institui a campanha de Recuperação Fiscal 2017 do município de Peixoto de Azevedo (REFIS-PXTO 2017) e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída a campanha de Recuperação Fiscal do Município de Peixoto de Azevedo (REFIS-PXTO 2017), com objetivo de promover a regularização dos créditos tributários das pessoas físicas e jurídicas inscritos na Dívida Ativa do município, cujos fatos geradores tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016, ajuizados ou a ajuizar, exclusivo os valores retidos, na forma e condições estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo Único: Fica garantido aos contribuintes as isenções constantes no artigo 88, da Lei Complementar nº 40/2014, que versa sobre o Código Tributário do Município.

Art. 2º - A opção ao REFIS-PXTO 2017 sujeita o contribuinte:

I - ao imediato pagamento do débito consolidado, ou em caso de parcelamento, na forma e prazo que dispuser o regulamento, para o efeito do disposto no §5º do artigo 3º;

II - à submissão integral às normas e condições estabelecidas para a campanha;

III - à confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no parcelamento;

IV - à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

Art. 3º - O ingresso na campanha REFIS-PXTO 2017 dar-se-á por opção do contribuinte, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, formalizada em termo próprio junto ao setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, nos prazos e forma estabelecidos em Lei e regulamentações.

§ 1º - A opção poderá ser formalizada até dia 12 de Maio de 2017, na forma estabelecida no parágrafo 5º deste artigo.

§ 2º - Os débitos existentes em nome do contribuinte optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso na campanha ora instituída.

§ 3º - A consolidação abrangerá todos os débitos tributários existentes em nome da pessoa física ou jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive aos acréscimos legais relativos à multa de morta ou de oficio, a juros moratórios e demais encargos determinados da legislação vigente à época das ocorrências dos respectivos fatos geradores.

§ 4º - Os débitos consolidados na forma deste artigo poderão ser parcelados em até 10 (dez) prestações mensais, respeitando o exercício de 2017, ou seja, estabelecendo como limite para a última parcela o mês de dezembro de 2017, e ainda usufruirá dos seguintes benefícios:

I - os débitos compreendidos entre os valores de R$ 0,01 até R$ 25. 000,00, com desconto de 90% (noventa por cento) de todos os acréscimos moratórios (multas e juros), inclusive a correção monetária;

II - os débitos compreendidos entre os valores de R$ 25.000,01 até R$ 50. 000,00, com desconto de 70% (setenta por cento) de todos os acréscimos moratórios (multas e juros), inclusive a correção monetária;

III - os débitos compreendidos entre os valores de R$ 50.000,01 até R$ 75. 000,00, com desconto de 50% (cinquenta por cento) de todos os acréscimos moratórios (multas e juros), inclusive a correção monetária;

IV - os débitos compreendidos entre os valores de R$ 75.000,01 com desconto de 40% (quarenta por cento) de todos os acréscimos moratórios (multas e juros), inclusive a correção monetária;

§ 5º - Os débitos consolidados na forma deste artigo, também poderão ser pagos em parcela única, no prazo de 15 (quinze) dias após a consolidação, com acréscimos de 10% sobre o desconto estipulado no parágrafo anterior, respeitando a escala de valores em sua proporcionalidade.

§ 6º - O valor mínimo para os boletos das parcelas mensais não poderá ser inferior a 02 (duas) UFPM (Unidade Fiscal Padrão do Município de Peixoto de Azevedo).

§ 7º - A opção à REFIS-PXTO 2017 exclui qualquer outra forma de parcelamento do debito.

Art. 4º - O débito será pago à vista ou em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis na data aposta nos respectivos boletos, cujos os valores serão calculados pelo Setor de Tributação, na forma da campanha ora instituída, sendo certo que, quando não pagos na forma e na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora e multa nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 5º - O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos dos créditos parcelados na forma do artigo 3º determinará a imediata suspensão do parcelamento até sua regularização até o limite previsto no artigo 9º, infra, bem como, se for o caso, a imediata inscrição do débito fiscal na Dívida Ativa.

Art. 6º -O disposto nesta Lei, no tocante aos benefícios fiscais, não se aplica a créditos tributários lançados de ofício ou não, decorrentes de infrações praticadas com dolo, ou simulação, ou de isenção ou imunidades concedidas ou reconhecidas em processo eivados de vícios como aos de falta de recolhimento do tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Art. 7º -Os débitos que se encontrem em fase judicial poderão usufruir dos benefícios desta Lei no que lhes for aplicável, cabendo ao devedor, concomitantemente, o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

Art. 8º -Os benefícios contidos no artigo 3º desta Lei não alcançam:

I - os débitos cujos pagamentos tenham sido efetivados em data anterior à vigência desta Lei;

II - os pagamentos já efetuados em débitos parcelados, em data anterior à vigência desta Lei, sendo extensível somente ao saldo devedor;

III - os débitos já parcelados em programas ou campanhas de recuperações fiscais anteriores a esta Lei.

Art. 9º - O contribuinte será excluído da REFIS-PXTO mediante ato do Secretário Municipal de Planejamento e Fazenda as seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências contidas nesta Lei;

II - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, relativamente ao debito consolidado;

III - constatação de débito abrangido pela REFIS-PXTO 2017, caracterizado por lançamento de oficio, não incluídos na confissão a que se referem os artigos 2º e 3º desta Lei, salvo se integralmente recolhido no prazo de 30 dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial.

Parágrafo Único: Ao contribuinte que perder os benefícios concedidos nesta Lei, será exigido o imediato recolhimento do saldo remanescente de uma só vez ou parcelado, acrescidos dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados e com aplicação dos acréscimos moratórios previstos na legislação tributaria municipal.

Art. 10 -Não serão homologados os pedidos de opção em que se constate débito de qualquer espécie, referente ao período posterior a 31 de dezembro de 2016.

Art. 11 - O Poder Executivo poderá editar e publicar os atos regulamentares que se fizerem necessários para a implantação e regulamentação desta Lei.

Art. 12 -Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a compensação de débitos nos termos da Lei.

Art. 13 - Os benefícios contidos nesta Lei terão vigência na forma do artigo 3º desta Lei, desde que a opção seja formalizada até o dia 12 de maio de 2017.

Art. 14 - Fica autorizado a extinção dos créditos tributários lançados em dívida ativa prescritos ou na eminência de prescrição, cujos valores somados por contribuinte não ultrapassem o valor mínimo dos custos de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 15 - Fica autorizado o ajustamento do montante da Dívida Ativa do município informado na contabilidade ao valor realmente apurado pelo Departamento de Tributação, após as exclusões por extinção previstas por esta Lei ou por processos administrativos que verifiquem erros de lançamentos ao longo dos últimos exercícios.

Art. 16 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, quando será lançada a campanha REFIS-PXTO 2017 e haverá mutirão de atendimento pelo Fórum da Comarca de Peixoto de Azevedo para atendimento dos processos em ajuizamento e pelo Departamento de Tributação para os processos não ajuizados, dentro dos horários de funcionamento dos respectivos órgãos, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 030, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 945/2017, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 2.876.700,60 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos reais e sessenta centavos), na Lei Municipal nº 946/2017, cf. artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64 e em conformidade com a Lei nº 945/2017.

11.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

11.001.15.452.0020.1071.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 2.800.000,00
11.001.15.452.0020.1071.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 76.700,60
	Sub-total	**R$ 2.876.700,60**

Total Parcial Suplementado	**R$ 2.876.700,60**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servira como recurso os Provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Março de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 952, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para inclusão no Plano Plurianual – PPA, -Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA de 2017 de Projeto/Atividade e Elemento de Despesa de Manutenção e Encargos do Programa Criança Feliz - FNAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social Trab. Cidadania e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para inclusão no Plano Plurianual 2014/2017 (Lei nº 871, de 23 de dezembro de 2013), na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2017 (Lei nº 932/2016 de 15 de julho de 2016) e na LOA-2017 - Lei Orçamentária 2016 (Lei nº 937/2016 de 18 de outubro de 2016) o Projeto/Atividade 2.136- Manutenção e Encargos com o Programa Criança Feliz - FNAS e respectivos elementos de despesas na Secretaria Municipal de Assistência Social Trab. Cidadania/Unidade Orçamentária, conforme discriminado e valor:

Órgão:	08- Secretaria Mun. de Assistência Social Trab. Cidadania
Unidade Orçamentária:	002- Fundo Municipal de Assistência Social
Função:	08- Assistência Social
Subfunção:	244- Assistência Comunitária
Programa:	0015- Assistência Social
Projeto/Atividade:	2.136- Manutenção e Encargos com o Programa Criança Feliz – FNAS

Elemento de Despesas	100-Ordinários	129-Transf. Rec. FNAS	Total
3190.04-Contratação por Tempo Determinado	1.850,05	16.650,42	18.500,47
3190.01-Vencimentos e Vantagens Fixas	4.595,23	41.357,09	45.952,32
3190.13-Obrigaçõs Patronais INSS	600,00	5.400,00	6.000,00
3191.13-Obrigações Patronais – RPPS	400,00	3.600,00	4.000,00
3390.30-Material de Consumo	4.234,72	38.112,49	42.347,21
3390.36-Serviços de Terceiros – P. Física	200,00	1.800,00	2.000,00
3390.39-Serviços de Terceiros – P. Jurídica	2.000,00	18.000,00	20.000,00
4490.52-Epamentos e Material Permanente	500,00	4.500,00	5.000,00
TOTAL:	**14.380,00**	**129.420,00**	**143.800,00**

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 143.800,00 (cento e quarenta e três mil e oitocentos reais), nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo consignado.

08.001- Sec. Mun. Assistência Social Trabalho e Cidadania	
2.067-Manutenção e Encargos com Atividades da Secretaria	
Cód. Geral: 08.001.08.122.0015.2067-3190.04.00 (555)	
Fonte: 100- Recursos Ordinários	R$ 73.061,11

08.002- Fundo Municipal de Assistência Social	
1.051- Constr. Muro Piscina Imp. Academia 3º Idade	
Cód. Geral: 08.002.08.241.0015.1051-4490.51.00 (577)	
Fonte: 129- Transf. de Rec. FNAS	R$ 10.000,00
Fonte: 100- Recursos Ordinários	R$ 1.800,00

08.002- Fundo Municipal de Assistência Social	
2.130- Manutenção do AEPETI	
Cód. Geral: 08.002.08.243.0015.2130-3190.04.00 (588)	
Fonte: 129- Transf. de Rec. FNAS	R$ 14.000,00

08.002- Fundo Municipal de Assistência Social	
2.072- PSEMC	
Cód. Geral: 08.002.08.244.0015.2072.3190.04.00 (604)	
Fonte: 129- Transf. de Rec. FNAS	R$ 23.000,00
Fonte: 100- Recursos Ordinários	R$ 1.000,00

08.002- Fundo Municipal de Assistência Social	
2.075- Manutenção do Programa Bolsa Família–GBS SUAS	
Cód. Geral: 08.002.08.244.0015.2075-3190.04.00 (619)	
Fonte: 129- Transf. de Rec. FNAS	R$ 14.000,00

08.004- Fundo Municipal de Investimento Social	
2.078- Manutenção do Fundo Mun. de Invest. Social-FUPIS	
Cód. Geral: 08.004.08.244.0015.2078.4490.52.00 (664)	
Fonte: 129- Transf. de Rec. FNAS	R$ 6.938,89

TOTAL:	**R$ 143.800,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias de Abril de 2017.

Maurício Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 958, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O ENVIO DE INFORMAÇÕES À CÂMARA DE VEREADORES SOBRE AS PROPOSIÇÕES E OS PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS REMETIDOS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º -O Poder Executivo Municipal informará à Câmara de Vereadores sobre o encaminhamento dado às Indicações aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal e remetidas ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: As informações do Poder Executivo Municipal deverão conter, no mínimo:

I - a data do encaminhamento à Secretaria ou ao setor competente;

II - medidas adotadas para realizar o solicitado;

III - solução efetivamente dada;

IV - data da finalização do solicitado;

V - em caso de ainda não ter sido concretizada a Indicação, quando da informação a ser enviada ao Poder Legislativo Municipal:

a) mencionar o motivo;

b) citar a provável data da concretização; e

c) quando da decisão da não concretização de alguma Indicação, justificar este ato.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias para que o Poder Executivo Municipal encaminhe informações e respostas referente todas as proposições ora encaminhadas ao Executivo.

Art. 3º -O disposto nesta lei aplica-se também aos Pedidos de Providências e Requerimentos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias de Abril de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 957, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

"Insere nos Planos de Estudos do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Peixoto de Azevedo - MT, conteúdos sobre a Lei n° 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Farão parte dos Planos de Estudos do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais, no Município de Peixoto de Azevedo - MT, conteúdos sobre a Lei n° 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher.

Art. 2° - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, incluindo o conteúdo num componente curricular ou abordá-lo como tema transversal, em forma de projetos. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias de Abril de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 042, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe Sobre a Convocação da "I" Conferência da Mulher do Município de Peixoto de Azevedo/MT, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, **SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,E

Considerando os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução de nº. 02 de 11 de Abril de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo-MT.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica convocada a **I Conferência da Mulher do Município de Peixoto de Azevedo**, a realizar-se em Peixoto de Azevedo/MT, no dia 27 de Abril de 2017 aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo. Com a promoção e realização do referido Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo e da Secretaria municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º -A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o Eixo Principal: **Implementação da Política Nacional e Estadual de Atenção Integral à Saúde das Mulheres,** com os seguintes eixos temáticos:

I - O Papel do município no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres.

II - O mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres.

III - Vulnerabilidade e equidade na vida e na saúde das mulheres: e

IV - Políticas públicas para as mulheres e a participação social.

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo.

Art. 4º - A Secretária Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno que norteará a conferência.

Art. 5º - As despesas com a realização da I Conferência da Mulher do Peixoto de Azevedo/MT, que ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Peixoto de Azevedo/MT

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias de Abril de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 956, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

"Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, na Lei Municipal nº 937 de 18 de outubro de 2016 (LOA-2017) com a finalidade de reforçar dotação orçamentária que visa dar Apoio ao Ensino Superior e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017) nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, para as seguintes dotações orçamentárias:

06	**SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
002	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04	Administração
364	Ensino Superior
0008	Universidade Aberta
2039	**Apoio ao Ensino Superior**
33900.30.00	**Material de Consumo (183)**

Fonte de Recursos:

100-Recursos Ordinários	500.000,00

Parágrafo Único: A suplementação da dotação orçamentária acima, visa a dar apoio ao ensino superior, através da aquisição de combustíveis a serem destinados aos veículos geridos por Associações de Acadêmicos, e utilizados no transporte de acadêmicos que residem neste Munícipio até às instituições de ensino superior, sediadas nas cidades de Colíder-MT, Guarantã do Norte-MT, sendo que o repasse de tais insumos se darão mediante a celebração de convênios ou outros instrumentos congêneres

Art. 2º - As Suplementações previstas no Artigo 1º, correrão com recursos provenientes de Anulação/Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, conforme previsto no Art. 43 § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme abaixo discriminado:

06	**SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
002	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12	Educação
361	Ensino Fundamental
0007	Transporte Escolar
2022	**Manutenção do Transporte Escolar PNATE/Próprios**
33900.30.00	**Material de Consumo (215)**

Fonte de Recursos:

101-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	400.000,00

06	**SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
002	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12	Educação
361	Ensino Fundamental
0007	Transporte Escolar
2022	**Manutenção do Transporte Escolar PNATE/Proprios**
33900.39.00	**Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (217)**

Fonte de Recursos:

115-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	100.000,00

TOTAL:	**500.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 031, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

"SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 946/2017, e em consonância com a Lei Federal nº 4320/64;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor R$ 3.923.955,08 (três milhões, novecentos e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017) e Lei nº 946/2017 e cf. artigo 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4320/64 e em conformidade com a Lei nº 944/2017.

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12.365.0005.1026.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 736.136,40
06.002.12.365.0005.1026.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 494.243,68
	Sub-total	**R$ 1.230.380,08**

07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.001.10.302.0011.1034.4.4.9.0.51	Obras e instalações	R$ 2.181.100,00
07.001.10.302.0011.1035.4.4.9.0.52	Equip e material permanente	R$ 512.475,00
	Sub-total	**R$ 2.693.575,00**

Total Parcial Suplementado	**R$ 3.923.955,08**

Art. 2º - Para atender no artigo 1º deste Decreto, servira como recurso os Provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias de Março de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 953, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA DE 2017 DE PROJETO/ATIVIDADE E ELEMENTO DE DESPESA DE MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PROGRAMA MELHOR IDADE - API, NA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAB. CIDADANIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO

DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2017 (Lei nº 932/2016 de 15 de julho de 2016) e na LOA-2017 - Lei Orçamentária 2016 (Lei nº 937/2016 de 18 de outubro de 2016) o Projeto/Atividade 2.070-Manutenção e Encargos com o Programa Melhor Idade - API e Respectivos elementos de despesas na Secretaria Municipal de Assistência Social Trab. Cidadania/Unidade Orçamentária, conforme discriminado e valor:

Órgão:	08- Secretaria Municipal de Assistência Social Trab. Cidadania
Unidade Orçamentária:	002- Fundo Municipal de Assistência Social
Função:	08- Assistência Social
Subfunção:	241- Assistência ao Idoso
Programa:	0015- Assistência Social
Projeto/Atividade:	2.070- Manutenção e Encargos com o Programa Melhor Idade – API
Elemento Despesa:	
3330.43.00	Subvenções Sociais
	Fonte de Recursos: 100-Ordinários
	Total: R$ 21.938,89

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 21.938,89 (vinte e um mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos), nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo consignado.

08.001- Secretaria Municipal de Assistência Social Trab. Cidadania	
2.067- Manutenção e Encargos com as Atividades da Secretaria	
Cód. Geral: 08.001.08.122.0015-2.067.3190.04.00 (555)	
Contratação por Tempo Determinado	
Fonte de Recursos: 100-Ordinários	R$ 21.938,89

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 039, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

"ALTERA DECRETO Nº 37, DE 24 DE JUNHO DE 2016, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O BIÊNIO 2015/2017, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUÍÇÕES LEGAIS, E

Considerando as disposições legais do artigo 2º da Lei 591, de 03 de Abril de 2007, que criou o Conselho do FUNDEB, de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, alterado pela Lei Municipal 703, de 17 de Julho de 2009;

Considerando as substituições de diversos membros do Conselho;

Considerando a necessidade de continuidade dos trabalhos, bem como as indicações e os interesses do setor público;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 37/2016 que nomeou os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, qual passa a ter a seguinte redação:

"**Art.1º** - Compõem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para cumprimento do mandato de 02 anos do biênio 2015/2017, composto por 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir:

I.	**Representante da SECRETARIA DE educação E CULTURA**	
	Titular	**Cimônia Daufenbach Vieira**
	Suplente	**Dalverlândia Chaves da Silva Kotikoski**
II.	**Representante do Gabinete do Prefeito**	
	Titular	**Vanilza Ribeiro Chagas**
	Suplente	**Regiane matos Davi**
III.	**Representante dos Professores da Educação Básica Pública**	
	Titular	**Adriana Gonçalves Pinheiro Ojeda**
	Suplente	
IV.	**Representante dos Diretores das Escolas Públicas**	
	Titular	**derliane Muriel Rodrigues Monteiro dos Santos**
	Suplente	
V.	**Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas**	
	Titular	**Antônia Eva Rodrigues da Silva**
	Suplente	**Ailson Machado Silva**
VI.	**Dois Representantes dos pais de alunos da educação básica pública;**	
	Titular	**Celonilde Silva Costa Alencar**
	Suplente	**Carlos Alexandre Daufenbach**
	Titular	**Vanessa Gonçalves da Silva**
	Suplente	**Lirian da Conceição de Souza**
VII	**Dois Representantes dos estudantes da educação básica pública;**	
	Titular	**Alberto de Souza Reis**
	Suplente	**Maria Cícera dos Santos Oliveira**
	Titular	**Adalberto Almeida Nascimento**
	Suplente	**Francisca Barbara Martins de Abreu**
VIII	**representante do Conselho Municipal de Educação;**	
	Titular	**Marcos Monteiro Farias**
	Suplente	**Sulamita Ortega Banchi**
IX	**um representante do Conselho Tutelar.**	
	Titular	**Nildete Alves Ferreira**
	Suplente	**Gleiciane Silva Sousa**

Art. 2º - Ficam **nomeados** os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, de acordo com a estrutura representativa composta no artigo 1º deste Decreto e **empossados** os membros titulares, para cumprimento dos seus respectivos mandatos."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 955, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

"Dá nova redação ao inciso I do artigo 1º da Lei Municipal nº 926, de 20 de abril de 2016. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O inciso I do artigo 1º, da Lei Municipal nº 926, de 20 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação.

“ Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar mensalmente ao Consórcio Intermunicipal de Saúde de Região do Vale do Peixoto, mediante convênio, os seguintes recursos:

I – R$ 169.788,49 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos) recebidos do teto financeiro MAC – Média e Alta Complexidade, recebidos do Ministério da Saúde, para custeio e manutenção do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso. ”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a janeiro do ano corrente, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias de Abril de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N° 104/2017.

PORTARIA N° 104/2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SENHOR **CILSO GOMES DE OLIVEIRA**, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR NIVEL SUPERIOR, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, PrefeitaMunicipal de Planalto da Serra- MT**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR a pedido do senhor **Cilso Gomes de Oliveira,** brasileiro, portador do RG n° 11495375 SSP/MT e do CPF n° 828.147. 401-72, do cargo de Professor Nível Superior no Município de Planalto da Serra - MT, a partir de 02 Maio 2017.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 02 Maio de 2017.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N° 105/2017.

PORTARIA N° 105/2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SENHORA **FABIOLA KEWPHEN DE LIMA WANDERLEY CASTRO**, DO CARGO EFETIVO DE **MEDICO CLINICO GERAL**, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, PrefeitaMunicipal de Planalto da Serra- MT**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR a pedido da senhora**FABIOLA KEWPHEN DE LIMA WANDERLEY CASTRO,** brasileira, portador do RG n° 263447 SSP/MT e do CPF n° 612.233.282-87, do cargo de **MEDICO CLINICO GERAL** no Município de Planalto da Serra - MT, a partir de 02 Maio 2017.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 02 Maio de 2017.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 167/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EMPOSSAR o “Conselho Municipal do Transporte Escolar - Quadriênio 2017 -2020”, composta pelos seguintes membros:

COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

PRESIDENTE: José Cardoso Carnielo – CPF 416.002.581-15.

Elvis Regis de Oliveira – CPF 825.496.801-20.

Nardo Cesar Guia de Oliveira – CPF 468.951.321-04.

Francionei Gerônimo de Lima Paula - CPF 694.154.981-53

PODER EXECUTIVO

Hailla Janyne Costa Frois – CPF 667.481.941-72

Benedito Carlos Fernandes – CPF 172.607.441-20

FUNDEB

Ivanil Peris de Arruda – CPF 680.254.851-91

Lucimeire de Fátima S. Bastos de Souza – CPF 569.209.621-87

PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO (REDE MUNICIPAL)

Carlos Guilherme dos Santos – CPF 487.555.911-91

Elvis Regis de Oliveira – CPF 825.496.801-20.

Edna Lourenço da Silva – CPF 262.421.101-30

Altair Sebastião da Silva – CPF 629.558.101-34

PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO (REDE ESTADUAL)

Elaine Maria de Arruda Souza – CPF 532.099.231-91

Silvia Aparecida Maschio – CPF 790.265.321-72

José Cardoso Carnielo – CPF 416.002.581-15

ASSESSORIA PEDAGÓGICA ESTADUAL

Luciane Maria de Aquino Nunes – CPF 352.587.721-87

Francionei Gerônimo de Lima Paula – CPF 694.154.981-53

ALUNOS REDE ESTADUAL

Maria Sabrina Soares Fenelon – CPF 044.921.051-07

Aline E Costa Ferreira – CPF 054.120.541-29

SOCIEDADE CIVIL

Maria Vereocenil Proença – CPF 172.619.881-20

Silvia Fátima da Silva – CPF 362.429.931-04

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Poconé - MT, 18 de abril de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 183/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR a Senhora *VIVIANE CRISTINA DA SILVA LEMES DE CAMPOS,* Portadora do RG 1836056-4 SSP/MT, inscrita no CPF 018. 135.111-01, para exercer o cargo de COORDENADORA DE PROJETOS E PROGRAMAS*,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de maio de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 186/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor GUIDO MARIA DA SILVA MORAES, portador do RG 948.400 SSP/MT e do CPF 630.493.841-15, para exercer o cargo de *SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO RURAL E URBANO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de maio de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 181/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *ARLINDO MÁRCIO MORAES,* portador do RG nº279.800 SSP-MT, e inscrito no CPF 354.922. 531-91, do cargo de *SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO RURAL E URBANO ,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de abril de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 184/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor *ROBERTO NUNES RONDON,* Portador do RG 0695104-0 SSP/MT, inscrito no CPF 474.045.311-87, para exercer o cargo de DIRETOR DE ESPORTE E LAZER*,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de maio de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 174/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR o Senhor *ROBERTO NUNES RONDON,* Portador do RG 0695104-0 SSP/MT, inscrito no CPF 474.045.311-87, do cargo de *SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E ALMOXARIFADO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de abril de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 185/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor *JOÃO MARCOS MARTINS GUIMARÃES,* Portador do RG 21702241 SSP/MT, inscrito no CPF 041.448. 281-66, para exercer o cargo de *SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E ALMOXARIFADO*, desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de maio de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 182/2017

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR o Senhor GUIDO MARIA DA SILVA MORAES, portador do RG 948.400 SSP/MT e do CPF 630.493.841-15, do cargo de *DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 28 de abril de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 015/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 015/2017

OBJETO: Aquisição de materiais para ampliação de oferta de água, destinados aos Assentamentos Sol e Brilhante, em atendimento ao Convênio nº 0328/2016-SEAF/MT;

Processo Administrativo Licitatório n.º 015/2017, modalidade Pregão Presencial n.º 002/2017;

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: METALÚGICA HIDROAÇO LTDA-EPP

CNPJ: 05.998.961/0001-50

VIGÊNCIA: 27 de março de 2017 a 31 de maio de 2017.

VALOR: R$ 76.000,00(Setenta e seis mil reais)

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: JUNIOR CÉSAR RIBEIRO. Empresário

GERSON ROSA DE MORAES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 012/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 012/2017

OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, destinados à elaboração de merenda para os alunos da rede básica de ensino deste Município de Pontal do Araguaia/MT;

Processo Administrativo Licitatório nº. 002/2017, modalidade Dispensa nº. 002/2017

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: NADIR APARECIDA GIGOLLETTI LINHARES

CPF: 594.955.451-53

VIGÊNCIA: 14 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

VALOR: R$ 43.100,00(quarenta e três mil e cem reais)

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: NADIR APARECIDA GIGOLLETTI LINHARES

EXTRATO DO CONTRATO N.º 014/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 014/2017

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Assessoria Técnica Contábil Administrativa Especializada na execução de serviços rotineiros de contabilidade referente aos Registros Contábeis e Elaboração dos respectivos Balancetes Mensais, Balanço Geral Anual, Elaboração e envio do SIOPE e SIOPS Bimestrais e envio de Informes de Cargas Mensais do APLIC Via PUG do TCE/MT, para atender as necessidades da PMPA/MT;

Processo Administrativo Licitatório n.º 014/2017, modalidade Convite n.º 001/2017;

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: J. D. SOUZA SERVIÇOS E ASSESSORIA-ME

CNPJ: 00.477.592/0001-37

VIGÊNCIA: 21 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

VALOR: R$ 70.000,00(Setenta mil reais)

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: JOÃO DELFINO DE SOUZA. Empresário

GERSON ROSA DE MORAES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 013/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 013/2017

OBJETO: O Presente contrato tem como objeto a Locação de um Imóvel Residencial contendo 09 (nove) peças e área, situado à Rua Dalvina de Souza Santos, nº 78, Setor Universitário – Pontal do Araguaia/MT;

Processo Administrativo Licitatório nº 016/2017, Modalidade Dispensa nº 012/2017;

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: WILSON GARZELLA

CPF: 173.161.111-00

VIGÊNCIA: 10 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

VALOR: R$ 11.000,00(Onze mil reais)

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: WILSON GARZELLA.

GERSON ROSA DE MORAES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 020/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 020/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de manutenção em computadores, periféricos, rede de dados, internet e telefonia para atender as necessidades da PMPA/MT;

Processo Administrativo Licitatório n.º 022/2017, modalidade Convite n.º 003/2017;

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67

CONTRATADA: SERGIO PERRUPATO ESPINDOLA-MEI

CNPJ: 24.306.930/0001-36

VIGÊNCIA: 19 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

VALOR: R$ 35.100,00(Trinta e cinco mil e cem reais)

Assinam pela Contratante: Gerson Rosa de Moraes – Prefeito Municipal e pela Contratada: SERGIO PERRUPATO ESPINDOLA. Empresário

GERSON ROSA DE MORAES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DA SEGUNDA NOTIFICAÇAO AO CONTRATO 44/2011

Porto Esperidião, 03 de maio de 2017.

Prezado Senhor,

Tendo em vista que as obras relativas ao Contrato n. 044/2011, cujo objeto é "**Construção de Praça Publica na Avenida Paulo Bachega**", situado no Município de Porto Esperidião MT, encontram-se parada. Tendo em vista a absoluta necessidade de retomar a obra para conclusão das mesmas, a Caixa esta cos cobrando sob ameaça de instar **Tomada Conta Especial**. **NOTIFICO** Vossa Senhoria para que providencie o necessário à imediata retomada da obra, o fazendo no prazo máximo de **10 (dez) dias** após o recebimento desta, sob pena de execução das multas contratuais previstas no citado contrato, além de possível rescisão do mesmo e NEGATIVAÇÃO de vossa empresa junto ao TCE-MT.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

Ao Ilustríssimo Senhor

Judson Sander Prata

MD. Responsável pela empresa

Prata & Cia Ltda

Cáceres MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
LEI MUNICIPAL Nº 579/2017 (RETIFICAÇÃO)

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD do Poder Executivo,até o Nível de Elemento de Despesa no Orçamento do Exercício corrente de 2017.

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo aseguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, dentro do mesmo **Crédito Orçamentário**, a fim de readequar as naturezas das Despesas Orçamentarias, aprovadas pela **Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2017**, que passará a vigorar até o **Nível de Elemento de Despesa**.

Paragrafo Único – Com a autorização do disposto deste artigo, as **Naturezas de Despesas** que contemplam até o **5º Nível – desdobramento do elemento de despesa,** passará somente até o **4º Nível: Elemento de despesa.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela- MT, 02 de Maio de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº. 005/2015

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1323121SSP/PR e CPF 424930999-15, residente e domiciliado à Av. Hitler Sansão, nesta cidade de Porto Estrela - MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, V. A. G. DE MATOS E CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 18.629.127/0001-30, estabelecida na Rua Santo Antônio bairro, nº 950, bairro: Água Limpa, na cidade de Várzea Grande/MT, neste ato representada por sua Sócia Proprietária a Srª. **VIVIANE APARECIDA GOMES de MATOS**, portadora do documento de identidade RG N.º 12490881 SSP/MT e do CPF. N.º 016.838.821-99, residente e domiciliado a Rua Projetada nº 05, Casa 130, Condomínio Terra Nova, Várzea Grande-MT, doravante denominado **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a Prorrogação do prazo de execução e de entrega estabelecidos no contrato original de nº 005/2015, conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2. Ficando assim prorrogado o Contrato original pelo prazo de:

1.2.1 - 183 (cento e oitenta e três) dias para a entrega definitiva, previsto para o dia 26/10/2017; e

1.2.2 - 150 (cento e cinquenta) dias para execução, previsto para o dia 23/09/2017.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do fim da vigência do 3º Termo Aditivo do Contrato Original nº 005/2015. **2.2.** O presente termo aditivo passa a ter vigor a partir do dia 27 de abril de 2017.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso 2, da Lei Federal nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

4.1. Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 005/2015.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 25 de Abril de 2017**.**

EUGÊNIO PELACHIM V.A.G. DE MATOS E CIA LTDA – ME

Prefeito Municipal VIVIANE APARECIDA GOMES DE MATOS

Contratante CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218/2017

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao Servidor da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
001	Genivaldo Gomes da Silva	Auditor de Cont. Interno	SEC. Mun. Adm e Finanças	11/04/2017 A 10/05/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 11 de abril de 2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 02 de Maio de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº. 289/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Cleidi Aparecida Epifanio** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Cleidi Aparecida Epifanio**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 19/05/2015 a 18/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 293/2017

De: 03 de Maio de 2017.

"Nomeia Comissão para apurar responsabilidade, referente ao Contrato Administrativo nº 037/2017 e dá outras providências".

O PREFEITO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO, as disposições contidas no Contrato Administrativo n°. 37/2017, bem como no Art. 87 e ss. da Lei de Licitações;

CONSIDERANDO, o descumprimento do Contrato Administrativo n°. 37/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear comissão, composta pelos Servidores Allan Vinicius Duarte Scariot, Presidente, Renato Isernhagen Tropardi Castilho, Secretário, Noalis Ferreira de Castro, Membro, para abrir Processo Administrativo para apurar responsabilidade da Empresa **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS - LTDA** no descumprimento do Contrato Administrativo n°. 37/2017, com fundamento no Art. 11, inciso XXII, do Decreto Federal nº. 3.555/2000, Lei n°. 10.520/2002 e Art. 64 da Lei nº. 8.666/93, visando:

I. Apuração dos fatos ocorridos na execução do presente contrato, especialmente quanto a culpa da Contratada quanto ao inadimplemento de suas obrigações;

II. O ressarcimento dos prejuízos comprovados;

III. A cominação de multa por inadimplemento contratual na proporção que couber, respeitada a dosimetria;

Art. 2º. A Comissão deverá dar cumprimento ao Processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 5º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 03 de maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito de Porto dos Gaúchos - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 038/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, – MT, CEP – 78. 560-000, fone (66) 3526-2000, por meio da sua CML – Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria 065/2017 de 16/01/2017, faz saber que em atendimento à solicitação do Secretário Municipal de Infraestrutura, realizará Processo de Licitação N° 38/2017, fundamentado no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14 para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORAMENTO TÉCNICO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO DOS SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO DURANTE O EXERCICIO DE 2017, conforme descrição abaixo.

Conformidade:---------- artigo 24**, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93**

---------- artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14

---------- demais Legislações pertinentes ao assunto.

Observação 01: *O Processo Licitatório na íntegra e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, a quem possa interessar, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 e as 13:00 horas e as 17:00 horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Maio de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Comissão Municipal de Licitação

Presidente

PORTARIA Nº 292/2017

De: 02 de Maio de 2017

"Nomeia Dirce Rezer dos Santos para a função de Coordenadora do CRAS e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso VIII do Art.11 da Lei 384/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora efetiva **Dirce Rezer dos Santos** inscrita no CPF 615.715.040-87 para exercer a função de **Coordenadora do CRAS,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: Será atribuído Gratificação de Função de 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento salarial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2017

De: 02 de Maio de 2017

"Exonera a pedido Danieli Dias Munhoz da função de Coordenadora do CRAS e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso VIII do Art.11 da Lei 384/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido da servidora efetiva **Danieli Dias Munhoz** da função de **Coordenadora do CRAS,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 290/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Rosenilda Aparecida Correia** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 02/05/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora**Rosenilda Aparecida Correia** nomeada no cargo de Membro do Conselho Tutelar lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 08/01/2016 a 07/01/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 288/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Marciele Zandonadi** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora**Marciele Zandonadi**nomeada no cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde e Atenção Básica lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 287/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Alencar Rabuske Neuckamp** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** ao servidor**Alencar Rabuske Neuckamp**nomeado no cargo efetivo de Agente Administrativo lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/07/2015 a 09/07/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 286/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Valmir Amate** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Valmir Amate** nomeado no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/03/2016 a 05/03/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 285/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Rosa Maria Gomes** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Rosa Maria Gomes**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18/03/2015 a 17/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 284/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Nair David Guerra** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Nair David Guerra**nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 283/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Fransciana Paula Marques** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Fransciana Paula Marques**nomeada no cargo efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 07/05/2014 a 06/05/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 282/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Jose Adriano das Neves** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Jose Adriano das Neves**nomeado no cargo efetivo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 281/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Osnei Gomes da Silva** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Osnei Gomes da Silva**nomeado no cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 03/02/2016 a 02/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 280/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Dirceu Fulber** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Dirceu Fulber**nomeado no cargo efetivo de Motorista e exercendo a função de Chefe de Departamento de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 10/03/2016 a 09/03/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 279/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Adriana da Silva Guerra** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Adriana da Silva Guerra**nomeada no cargo efetivo de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 278/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Misael de Souza Breves** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Misael de Souza Breves**nomeado no cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 15/01/2016 a 14/01/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 277/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Maria de Lourdes de Carvalho Breves** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora**Maria de Lourdes de Carvalho Breves**nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "B" lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 18/02/2015 a 17/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 276/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Nelci Rezer** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Nelci Rezer**nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "B" lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 275/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Férias a servidora **Juliana Micheli Arend** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 07/05/2017, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Juliana Micheli Arend**nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "E" lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03/11/2015 a 02/11/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 274/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Licença Especial ao servidor **Jose Carlos de Carvalho** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Art. 56 da Lei n° 467/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de Licença Especial, ao servidor **Jose Carlos de Carvalho,** nomeado no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "C", lotado na Secretaria Municipal de Educação para usufruir

no mês de **Maio de 2017**, referente ao quinquênio de **13/06/2010 a 12/06/2015.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 273/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Eleva a Classe da servidora **Claudia Seraphim Mano Bogo** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 43 da Lei n° 467/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe da servidora **Claudia Seraphim Mano Bogo** de (C/B – N/2) **para (C/C – N/2)** nomeada no cargo de 187 - Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 272/2017

De: 02 de Maio de 2017

"Concede Licença Para Tratamento de Interesse Particular a servidora Veridiana Silverio de Almeida e da outras providencias".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no artigo 124° da Lei Municipal n° 018/1991 e Lei Complementar nº 011/2002.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **Licença Para Tratamento de Interesse Particular** sem remuneração,**a servidoraVeridiana Silverio de Almeida** nomeada no cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura durante o período de 02 (dois) anos, compreendido de **01 de Maio de 2017 a 01 de Maio de 2019.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 271/2017

De: 02 de Maio de 2017

"Concede Licença Para Tratamento de Interesse Particular a servidora Chesnimar Lucas de Oliveira e dá outras providências"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no artigo 124° da Lei Municipal n° 018/1991 e Lei Complementar nº 011/2002.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **Licença Para Tratamento de Interesse Particular** sem remuneração,**a servidoraChesnimar Lucas de Oliveira** nomeada no cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde durante o período de 02 (dois) anos, compreendido de **01 de Maio de 2017 a 01 de Maio de 2019.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 270/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Rosangela Talaridi Santos Nascimento** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de Licença Especial sendo convertida em Espécie, a servidora **Rosangela Talaridi Santos Nascimento,** nomeada no cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no mês de **Maio de 2017**, referente ao quinquênio de **04/05/2010 a 03/05/2015.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 269/2017

De: 02 de Maio de 2017

*"Concede Licença Especial à servidora **Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Art. 56 da Lei n° 467/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de Licença Especial, a servidora **Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento,** nomeada no cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizante, lotada na Secretaria Municipal de Educação para usufruir no mês de **Maio de 2017**, referente ao quinquênio de **01/06/2011 a 31/05/2016.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 02 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 268/2017

De: 28 de Abril de 2017

*"Prorroga Afastamento de Licença Saúde a servidora **Elaine Machado de Araújo** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o Afastamento de Licença Saúde sem remuneração **a** servidora **Elaine Machado de Araújo,** nomeada no cargo de Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Assistente Social, a partir de 31/04/2017 até julgamento de Ação Previdenciária em face do INSS em tramite pela 2ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente, visto que o Laudo Medico Pericial reconheceu a incapacidade total e temporária da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 28 de Abril de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 095/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

LUCELIA S. SCARIOT – ME.

CNPJ sob nº. 01.872.035/0001-83

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

DATA DO CONTRATO: 24 de Abril de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 24 de Abril de 2018.

VALOR DO CONTRATO: R$ 77.003,00(Setenta e sete mil e três reais)

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 25/04/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 094/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

CNPJ sob nº. 04.347.124/0001-07

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

DATA DO CONTRATO: 24 de Abril de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 24 de Abril de 2018.

VALOR DO CONTRATO: R$ 65.963,70 (Sessenta e Cinco mil novecentos e sessenta e três reais e setenta centavos)

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 25/04/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 035, DE 02 DE MAIO DE 2017.

DECRETO N.º 035/2017 Poxoréu/MT, 02 de maio de 2017.

Dispõe sobre a homologação do Estatuto do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Municipal "Epaminondas Correia de Oliveira", na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Poxoréu/MT, especialmente o contido no § 3.º, do artigo 102 e;

CONSIDERANDO a aprovação do Estatuto que segue, pela comunidade escolar, bem como seu encaminhamento para homologação e publicação;

DECRETA:

ESTATUTO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL "EPAMINONDAS CORREIA DE OLIVEIRA"

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da EscolaMunicipal Epaminondas Correia de Oliveira, também designado pela sigla CDCE, fundado em vinte e três de dezembro de 1999 (23/12/1999), é uma associação civil, sem fins lucrativos de duração indeterminada, constituído segundo disposições da Lei nº 1.330 de 19 de novembro de 2009 e adequado a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2.002, com atuação na referida unidade escolar, sede situada na Rua Vasco da Gama, S/N Bairro Joanesburgo, Distrito de Jarudore, CEP 78.806-000, e foro no Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, e será regido pelo presente estatuto.

Art. 2º O CDCE é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade escolar e constitui-se de profissionais da Educação Básica (professores e funcionários), alunos, pais ou responsáveis, em mandato de 02 (dois) anos e, uma recondução por igual período, constituído em Assembleia por segmento, de forma voluntária, sem ônus à escola.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

SEÇÃO II

DA FINALIDADE

Art. 3º O CDCE tem por finalidade geral democratizar a escola, propiciando espaços de informação, formação e organização, promovendo a inte-

gração do poder público, comunidade, escola e família, através de mecanismos discutidos democraticamente entre seus pares.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E DA COMPOSIÇÃO

SEÇÃO I

DA NATUREZA

Art. 4º As funções deliberativas e consultivas do CDCE são exercidas quando este for convocado para deliberar sobre questões administrativas, pedagógicas e financeiras dentro do âmbito escolar, sendo soberana qualquer decisão tomada no colegiado, apenas revogada por Assembleia Geral da comunidade escolar, após o exercício do direito de defesa das partes interessadas.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art.5º A Diretoria Executiva do CDCE será composta por:

I – Presidente;

II – Secretário;

III – Tesoureiro;

Art.6º São órgãos consultivos e deliberativos do CDCE.

I – A Assembleia Geral;

II – A Diretoria Executiva;

III – O Conselho Fiscal;

Art. 7º O CDCE é constituído paritariamente pelos quatro segmentos: professores, funcionários, pais ou responsáveis e alunos.

§ 1º A constituição do CDCE deverá ter doze (12) membros titulares, sendo que 50% (cinquenta por cento) deve ser constituído de representantes do segmento escola (professores e funcionários) e 50% (cinquenta por cento) de representantes da comunidade (alunos, pais ou responsáveis).

§2º Caso não haja alunos na Unidade Educacional, conforme previsto no **artigo 33**, deste Estatuto, a representação ficará composta proporcionalmente de 50% (cinquenta por cento) do segmento de pais ou responsáveis, e 50% (cinquenta por cento) de profissionais da educação básica (professores e funcionários), respeitando a paridade.

§ 3º Fica assegurada a eleição de 01 (um) suplente para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância.

Art. 8º O Diretor da Unidade Escolar é membro nato do CDCE.

Art. 9º A diretoria executiva do CDCE composta pelo presidente, secretário e tesoureiro deverá ser escolhida entre os membros titulares.

§ 1.º É vedado ao diretor da unidade escolar ocupar o cargo de presidente do CDCE.

§ 2º O exercício dos cargos dos membros do CDCE, não é remunerado.

§ 3º A diretoria executiva no todo ou em parte pode ser destituída por decisão da Assembleia Geral, quando constatado falta de decoro com o estatuto ou por atos que firam ao bom desempenho do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, dentro e fora da Unidade Escolar.

Art. 10 O representante do segmento pais, não poderá ser profissional da educação básica da escola de sua lotação.

Parágrafo único. Os representantes do segmento pais só podem participar do CDCE se o filho estiver devidamente matriculado e frequentando regularmente a escola.

Art. 11 Fica assegurada a capacitação dos membros do CDCE após serem eleitos, podendo solicitar, quando necessário, orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas aos órgãos educacionais do Município.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS DO CDCE

Art. 12 A ação de todos os membros será sempre visando ao coletivo e à qualidade de ensino, evitando-se o trato de interesses individuais.

Art. 13 A atuação dos Conselheiros será restrita às reuniões do CDCE, ficando vedada sua interferência no trabalho de qualquer profissional ou aluno.

Parágrafo único. Os Conselheiros poderão, individual ou coletivamente, agir junto aos órgãos externos quando tal tarefa lhes for delegada em reunião do CDCE.

Art. 14 São atribuições dos conselheiros:

I – Representar seu segmento, discutindo, formulando e avaliando internamente propostas a serem apresentadas nas reuniões do CDCE, bem como expressando as posições de seus pares, visando sempre à função social da escola;

II – Promover reuniões com seus segmentos, a fim de discutir questões referentes à organização e ao funcionamento da escola, bem como o encaminhamento de sugestões e proposições ao CDCE;

III – Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que convocados;

IV – Coordenar os seus segmentos, realizando entre seus pares a eleição de representantes do CDCE;

V – Divulgar as decisões do CDCE aos seus pares;

VI – Colaborar na execução das medidas definidas no CDCE, desenvolvendo ações no âmbito de sua competência;

VII – Cumprir e exigir o cumprimento do presente Estatuto.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CDCE

Art. 15 São atribuições do Presidente do CDCE:

I – Convocar, através de edital e enviar comunicado, a todos os Conselheiros, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, para reunião ordinária e 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para reuniões extraordinárias, em horário compatível com o da maioria destes, com pauta claramente definida na convocatória;

II – Planejar, organizar, coordenar e presidir a realização de assembleias e reuniões do CDCE;

III – Diligenciar pela efetiva realização das decisões do CDCE, tomando medidas que visem a garantir seu bom funcionamento;

IV – Estimular a participação de todos os Conselheiros em todas as reuniões do CDCE;

V – Providenciar as comunicações e divulgações das decisões tomadas pelo CDCE, constatadas em ata com a assinatura dos presentes;

VI – Representar o CDCE em juízo e fora dele;

VII – Convocar a Assembleia Geral e as reuniões do CDCE e do Conselho Fiscal;

VIII – Presidir a Assembleia Geral e as reuniões do CDCE;

IX – Autorizar pagamento e assinar cheques, em conjunto com o tesoureiro e o diretor da unidade escolar;

X – Exercer o voto para fins de desempate, somente quando esgotadas as possibilidades de consenso das deliberações;

XI – Cumprir e exigir o cumprimento do presente Estatuto;

XII – Realizar as prestações de contas dos recursos financeiros recebidos junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

XIII – Reunir todos os segmentos do CDCE e lavrar em Ata, o motivo que ocasionou o processo de desativação da escola, e registrar esta Ata no Cartório competente;

XIV – Solicitar em conjunto com o tesoureiro e o diretor da unidade escolar, o fechamento das contas bancárias, em função da desativação da escola;

XV – Regularizar a situação fiscal e baixa do CNPJ do CDCE junto à Receita Federal do Brasil – RFB, antes do processo de desativação da escola.

Art. 16 São atribuições do secretário:

I – Auxiliar o presidente em suas funções;

II – Preparar o expediente do CDCE;

III – Organizar o relatório anual do CDCE;

IV – Secretariar a Assembleia Geral e as reuniões do CDCE;

V – Manter em dia os registros.

Art. 17 São atribuições do tesoureiro:

I – Arrecadar a receita da unidade escolar;

II – Fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos das instruções que forem baixadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Tribunal de Contas do Estado e da União;

III – Apresentar, mensalmente, o relatório com o demonstrativo da receita e despesa da escola ao CDCE;

IV – Efetuar pagamentos autorizados pelo CDCE;

V – Manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis do CDCE;

VI – Assinar cheques juntamente com o presidente do CDCE e o diretor da unidade escolar**.**

Art. 18 A todos os membros do CDCE compete participar das decisões, responder as proposições e encaminhamentos a eles designados pelo CDCE.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES DOS CONSELHEIROS DO CDCE

SEÇÃO I

DOS DIREITOS

Art. 19 Os Conselheiros do CDCE, além dos direitos assegurados por toda a legislação aplicável, terão os seguintes direitos:

I – Participar das reuniões do CDCE, opinando, argumentando e representando seus segmentos;

II – Articular com os membros do CDCE, solicitando convocação de reunião extraordinária do CDCE;

III – Receber no ato de posse, informações sobre as disposições contidas neste Estatuto;

IV – Ser informado, em tempo hábil, de todas as reuniões do CDCE;

V – Solicitar, em reunião do CDCE, esclarecimentos de qualquer natureza acerca das atividades da escola;

VI – Consultar, quando se fizer necessário, Atas e livros do CDCE;

VII – Votar durante as reuniões do CDCE quando não houver consenso;

VIII – Solicitar à direção da Escola o uso de um espaço físico no estabelecimento escolar, a fim de reunir-se com seus segmentos de forma autônoma, para deliberar assuntos indicados em pauta de reunião do CDCE, sem prejuízo das atividades pedagógicas, responsabilizando-se por sua limpeza e conservação.

SEÇÃO II

DOS DEVERES

Art. 20 Aos Conselheiros do CDCE, além de outras atribuições legais, compete:

I – Representar as ideias e reivindicações de seus segmentos;

II – Manter discrição sobre assuntos tratados que não devam ser divulgados;

III – Organizar seu segmento, promovendo eleições de representantes nos prazos previstos no artigo 31 deste Estatuto;

IV – Conhecer e respeitar o referido Estatuto bem como as deliberações do CDCE;

V – Participar das reuniões do CDCE e estimular a participação dos demais Conselheiros nas mesmas;

VI – Justificar, oralmente ou por escrito, suas ausências nas reuniões do CDCE;

VII – Orientar seus pares quanto a procedimentos a serem adotados para o encaminhamento de problemas referentes à escola;

VIII – Atualizar seu endereço, sempre que necessário, junto à secretaria da escola.

SEÇÃO III

DAS PROIBIÇÕES

Art. 21 Aos Conselheiros é vedado:

I – Tomar decisões individuais que interfiram no processo pedagógico e administrativo da escola;

II – Expor pessoa ou grupo a situações vexatórias;

III – Transferir a outra pessoa, mesmo que temporariamente, o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

IV – Interferir no trabalho de qualquer profissional no âmbito escolar;

V – Divulgar assuntos que não se destinem ao domínio público, assuntos estes, tratados nas reuniões do CDCE.

SEÇÃO IV

DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 22 O conselheiro do CDCE que deixar de cumprir as disposições deste Estatuto ficará sujeito às seguintes medidas disciplinares:

I – Advertência verbal, em particular, aplicada pelo Presidente do CDCE;

II – Advertência verbal, em reunião do CDCE, com registro em Ata e ciência do advertido;

III – Repreensão por escrito, aplicada pelo Presidente do CDCE e ciência do advertido;

IV – Afastamento do conselheiro do CDCE, por meio de registro em Ata, em reunião do CDCE.

Art. 23 Nenhuma medida disciplinar poderá ser aplicada, sem prévia defesa, por parte do conselheiro do CDCE.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO DO CDCE

Art. 24 O CDCE reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, exceto nos períodos de férias e de recesso escolar, em dia e hora previamente marcados, mediante convocação do presidente da diretoria do CDCE, ou por manifestação de 1/5 de seus membros para conhecer o andamento dos trabalhos e tratar de assuntos de interesse geral.

§ 1º O CDCE reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente da diretoria do CDCE, ou por manifestação de 1/5 de seus membros ou qualquer membro da comunidade escolar.

§ 2º No ato da convocação deverá ser divulgada a pauta da reunião.

§3º As reuniões serão realizadas, em primeira convocação, com quórum mínimo de maioria simples (metade mais um), ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 25 Todas as reuniões são registradas em Ata, livro próprio para registros ou digitada, devidamente assinada pelos presentes e organizada em arquivos do CDCE.

Art. 26 As decisões do CDCE são tomadas por voto da maioria simples, assegurada ampla defesa das proposições.

Parágrafo único. No caso de empate o presidente da diretoria do CDCE dará o voto de minerva.

Art. 27 Todas as atividades do CDCE serão divulgadas semestralmente em Assembleia Geral da Comunidade Escolar.

CAPÍTULO VII

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Art. 28 - O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros titulares e de 03 (três) membros suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os membros da comunidade escolar.

Parágrafo único. É vedada a eleição de aluno para o Conselho Fiscal, salvo se maior de 21 (anos).

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 29 Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar os documentos contábeis, a situação financeira, bem como os valores em depósitos do CDCE;

II – Apresentar à Assembleia Geral Ordinária parecer sobre as contas do CDCE, no exercício em que servir;

III – Apontar à Assembleia Geral as irregularidades que descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis ao CDCE;

IV – Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se o presidente do CDCE retardar por mais de um mês a sua convocação.

Art. 30 Os membros do CDCE e Conselho Fiscal exercerão gratuitamente suas funções, não sendo, face aos cargos desempenhados, considerados servidores públicos.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES E DO VOTO

Art. 31 A eleição dos membros do CDCE, titulares e suplentes, realizar-se-á em Assembleia de cada segmento, convocada para este fim, na data fixada em Edital pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e publicado em Diário Oficial, no mínimo 30 (trinta) dias antes da eleição para diretor da unidade escolar.

Parágrafo único: O edital de convocação para as eleições dos representantes do CDCE de cada segmento, será expedido pelo presidente da diretoria do CDCE, em consonância com a Lei Municipal e afixado em local visível na unidade escolar, no mínimo 05 (cinco) dias úteis antes da sua realização, durante o período letivo.

Art. 32 Os membros do CDCE são eleitos por maioria simples de voto do respectivo segmento, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

Art. 33 Para fazer parte do CDCE o candidato do segmento aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando o 6º ano do Ensino Fundamental ou ter, no mínimo, 14 (quatorze) anos.

Art. 34 Não será permitido voto por procuração.

Art. 35 Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I – Maior tempo na unidade escolar;

II – Maior tempo de serviço público prestado na rede municipal;

III – Maior idade.

CAPÍTULO IX

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 36 A Assembleia Geral é um órgão soberano, que tem por finalidade assegurar a participação de toda comunidade escolar e suas entidades representativas: profissionais da educação básica (professores e funcionários), pais ou responsáveis e alunos devidamente matriculados e frequentes, nas deliberações, conforme os interesses do CDCE.

§ 1º As decisões da Assembleia Geral são soberanas, ou seja, qualquer deliberação em contrário, só terá validade se novamente for apresentada e referendada por outra Assembleia Geral.

§ 2º A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

§3º As decisões tomadas pela Assembleia Geral só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta(primeira convocação) ou pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 37 É de competência da Assembleia Geral:

I – Conhecer o balanço financeiro e o relatório sobre o exercício findo, deliberando sobre os mesmos;

II – Eleger os membros do Conselho Fiscal e suplentes;

III – Avaliar anualmente os resultados alcançados pela escola e o desempenho do CDCE;

IV – Alterar o Estatuto, quando necessário;

V – Definir o processo de escolha dos membros do CDCE e do Conselho Fiscal;

VI – O presidente, o secretário, o tesoureiro e os demais conselheiros do CDCE poderão ser destituídos do cargo por maioria simples dos votos de seus membros;

§ 1º A Assembleia Geral deverá ser especialmente convocada para as deliberações a que se referem os incisos IV e VI.

§ 2º O quórum para as deliberações que trata o § 1º será de 2/3 (dois terços) dos seus membros em primeira convocação ou com 1/3 (um terço) dos seus membros na 2ª convocação.

CAPÍTULO X

DOS RECURSOS FINANCEIROS E SUA APLICAÇÃO

Art. 38 Os recursos financeiros para atender os objetivos do CDCE são oriundos das esferas Municipal e Federal, como também provenientes de festas, rifas, festivais, doações e renda do espaço da cantina e demais dependências da escola, respeitadas as normas baixadas pela SECEL-MT.

Art. 39 Os recursos financeiros da unidade escolar serão depositados em contas correntes do CDCE, a serem mantidas em estabelecimento bancário oficial do município de sua sede e, na ausência deste, em outro banco, efetuando-se sua movimentação através de cheques nominais e gerenciador financeiro, pelo presidente da diretoria do CDCE, tesoureiro e diretor da unidade escolar.

§ 1º Na hipótese de não existir nenhum estabelecimento de crédito, os recursos serão depositados na agência bancária da sede do município de mais fácil acesso.

Art. 40 Os recursos financeiros são gastos de acordo com o plano de aplicação previamente elaborado e aprovado pelo CDCE.

Art. 41 Pela indevida aplicação dos recursos financeiros, respondem solidariamente os membros doCDCE que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 42 É de responsabilidade doCDCE a confecção das prestações de contas dos recursos encaminhados à escola, pelo ente Municipal e Federal e, também, aqueles oriundos das doações, festas, rifas, festivais e quaisquer outros recursos adquiridos pela unidade escolar deste CDCE.

Art. 43 É de responsabilidade do CDCE dar publicidade das prestações de contas à comunidade escolar, afixando em local visível a todos.

CAPÍTULO XI

DA VACÂNCIA

Art. 44 Ocorrerá vacância do membro do CDCE por conclusão de mandato, renúncia, desligamento da unidade escolar deste CDCE ou destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º No caso de vacância, assume o suplente do respectivo segmento para dar cumprimento do mandato.

§2º Após o suplente assumir como titular será realizado uma nova eleição do segmento, que elegerá outro suplente para ocupar lugar de suplência de quem assumiu titularidade por vacância.

Art. 45 O não comparecimento injustificado do membro do CDCE a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas implicará vacância da função de conselheiro do CDCE.

CAPÍTULO XII

DA DISSOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 46 O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar somente poderá ser dissolvido:

I – Em decorrência de ato legal emanado do Poder Público;

II – Por decisão da Assembleia Geral, com reunião específica para esse fim.

III – em decorrência da desativação permanente da unidade escolar deste CDCE, o mesmo deverá:

a) Reunir e lavrar em Ata, a desativação da unidade escolar deste CDCE;

b) Registrar a Ata no Cartório competente;

c) Solicitar o fechamento das contas bancárias;

d) Solicitar a baixa do CNPJ junto à Receita Federal do Brasil – RFB.

Art. 47 Em caso de extinção do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, todos os bens por ele adquiridos serão integrados ao patrimônio da unidade escolar a que pertença.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48 Os associados devem ter iguais direitos, com exceção da diretoria executiva do CDCE, que tem obrigações definidas na Lei 1.330/2009.

Art. 49 O presente Estatuto poderá ser alterado, quando necessário, pelo CDCE, em Assembleia Geral da Comunidade Escolar convocada para este fim, e mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus integrantes.

Art. 50 O CDCE não distribuirá lucros sob nenhuma forma ou pretexto ao dirigente ou membros e empregará os recursos de acordo com a legislação.

Art. 51 É vedado ao CDCE exercer qualquer atividade de caráter comercial no âmbito do estabelecimento de ensino ou fora dele.

Art. 52 A qualidade de associado é intransmissível, no caso de vacância ou destituição de um dos membros do CDCE, assume como titular, o suplente do respectivo segmento para dar cumprimento do mandato.

Art. 53 Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECEL-MT.

Art. 54 O presente Estatuto será registrado no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Poxoréu/MT.

Art. 55 O presente Estatuto entrará em vigor após sua aprovação pela Assembleia Geral da Comunidade Escolar, respeitando as determinações legais.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu – MT, 02 de maio de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu

LÉIA LOPES DA SILVA FERRO RG: 0731031-5 CPF:568.190.721-04

Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 03/5/2017 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

CÂMERA MUNICIPAL
DECRETO Nº 03/2017

DECRETO Nº 03/2017 POXORÉU – MT EM, 02 DE MAIO DE 2017.

Designa Gestores Financeiros na forma que especifica e dá outras providencias.

JOÃO DE JESUS DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu – MT especificamente em seu art. 70, inciso XI c/c parágrafo único e o Regimento Interno deste poder:

DECRETA:

Art. 1º A Gestão Financeira da Câmara Municipal de Poxoréu, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.975.572/0001-59, será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu, Senhor: João de Jesus Oliveira, CPF/MF. Sob nº 378.653.173-68, conjuntamente com 2º Secretário da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, o senhor: **Denilson Nunes Pereira**, inscrito no CPF, nº **352.308.861-53.**

Art. 2º - A Gestão de que trata o artigo anterior se estende aos duodécimos repassado pelo Executivo para Câmara Municipal de Poxoréu, até 31/12/2017.

Art. 3º - A Gestão de que se refere os artigos anteriores, abrange todos os atos atinentes a movimentação da Agencia BB sob nº **553 3** e conta Corrente sob nº **6.906 X,** incluindo as seguintes transações:

I – Abrir contas de depósitos;

II – Emitir cheques;

III – Receber saldos, extratos e comprovantes;

V – Requisita talonários de cheques;

VI – Retirar cheques devolvidos;

VII – Endosar cheques;

VIII – Sustar/contraordenar cheques;

IX – Cancelar Cheques;

X – Baixar Cheques;

XI – Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XII – Efetuar pagamentos por meios eletrônicos;

XIII – Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

XIV – Solicitar saldos e extratos;

XV – Encerrar contas de depósitos;

Art 4º - Todas movimentação de recurso financeiro, deverá ser realizada em conta bancária, conforme art 3º, devendo constar em todos cheques relacionados á Conta, a assinatura conjunta dos Gestores.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 02 de maio de 2017.

João de Jesus Oliveira Denilson Nunes Pereira

Presidente da Câmara Municipal 2º Secretario

Este Decreto foi publicado por afixação no Saguão da Câmara Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Munícipio em, 02/05/2017 e no Jornal Oficial dos Munícipios AMM, conforme Lei Municipal nº 1.041, de 31 de maio de 2006.

Jasciomar Alves dos Santos

Secretario Financeiro

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME

OBJETO: CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA – TIPO B.

VALOR GLOBAL: R$ 215.641,83 (DUZENTOS E QUINZE MIL SEISCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS)

VIGENCIA: 120 (CENTO E VINTE) DIAS

DATA: 19 DE ABRIL DE 2017 CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 015/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: EDILSON MORAIS MEIRELES ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

VALOR GLOBAL: R$ 65.065,00 (SESSENTA E CINCO MIL E SESSENTA E CINCO REAIS).

VIGENCIA: 22 DE DEZEMBRO DE 2017

DATA: 17 DE ABRIL DE 2017 CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL DE RETIFICAÇÃO N.º 002/2017 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N.º 02/2017

Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017 – Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT

A **Prefeitura Municipal de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO**, **RESOLVE**, com base no subitem 10.18 e 10.19 do EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017, **RETIFICAR** o local e data de aplicação das provas, conforme segue:

CONSIDERANDO equívoco ocorrido na divulgação dos horários de prova para cargos de nível superior a serem realizadas no período matutino do dia 14/05/2017, faz-se a divulgação de necessária alteração, no jornal Oficial do Município de Poxoréu/MT nesta data, sendo que a tabela abaixo já fora disponibilizada no site oficial e no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu. Assim, onde se lê no Edital Complementar n.º 02/2017, vinculado ao Edital de Abertura de Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017:

PROCESSO SELETIVO 2017 - DIA 14/05/2017						
LOCAL DE PROVA	***PERÍODO***	***HORÁRIO***	***CARGO***	***NÍNEL***	***INSCRITOS***	
ESCOLA MUNICIPAL GUIOMAR MARIA DA SILVA	MATUTINO	**8:00 ÀS 12:00**	ADVOGADO	**SUPERIOR**	85	199
			ENG. AGRÔNOMO		79	
			PISCÓLOGO		35	
ESCOLA ESTADUAL CEL JÚLIO MÜLLER	MATUTINO	**8:00 ÀS 11:00**	ENG. CIVIL	**SUPERIOR**	72	96
			MÉDICO VETERINÁRIO		24	
ESCOLA ESTADUAL JOÃO PEDRO TORRES	MATUTINO	**7:00 ÀS 11:00**	ASSISTENTE SOCIAL	**SUPERIOR**	49	302
			BIÓLOGO		26	
			BIOQUIMICO		16	
			CONTADOR		27	
			ENFERMEIRO		128	
			FISIOTERAPEUTA		21	
			NUTRICIONISTA		16	
			MÉDICO		8	
			ODONTÓLOGO		11	
TOTAL					**597**	

Leia-se:

PROCESSO SELETIVO 2017 - DIA 14/05/2017						
LOCAL DE PROVA	***PERÍODO***	***HORÁRIO***	***CARGO***	***NÍNEL***	***INSCRITOS***	
ESCOLA MUNICIPAL GUIOMAR MARIA DA SILVA	MATUTINO	**8:00 ÀS 12:00**	ADVOGADO	**SUPERIOR**	85	199
			ENG. AGRÔNOMO		79	

			PISCÓLOGO		35	
ESCOLA ESTADUAL CEL JÚLIO MÜLLER	MATUTINO	**8:00 ÀS 12:00**	ENG. CIVIL	**SUPERIOR**	72	96
			MÉDICO VETERINÁRIO		24	
ESCOLA ESTADUAL JOÃO PEDRO TORRES	MATUTINO	**8:00 ÀS 12:00**	ASSISTENTE SOCIAL	**SUPERIOR**	49	302
			BIÓLOGO		26	
			BIOQUIMICO		16	
			CONTADOR		27	
			ENFERMEIRO		128	
			FISIOTERAPEUTA		21	
			NUTRICIONISTA		16	
			MÉDICO		8	
			ODONTÓLOGO		11	
TOTAL					**597**	

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 03/05/2017.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

CÂMERA MUNICIPAL
DECRETO Nº 03/2017

DECRETO Nº 03/2017 POXORÉU – MT EM, 02 DE MAIO DE 2017.

Designa Gestores Financeiros na forma que especifica e dá outras providencias.

JOÃO DE JESUS DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu – MT especificamente em seu art. 70, inciso XI c/c parágrafo único e o Regimento Interno deste poder:

DECRETA:

Art. 1º A Gestão Financeira da Câmara Municipal de Poxoréu, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.975.572/0001-59, será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu, Senhor: João de Jesus Oliveira, CPF/MF. Sob nº 378.653.173-68, conjuntamente com 2º Secretário da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, o senhor: **Denilson Nunes Pereira**, inscrito no CPF, nº **352.308.861-53.**

Art. 2º - A Gestão de que trata o artigo anterior se estende aos duodécimos repassado pelo Executivo para Câmara Municipal de Poxoréu, até 31/12/2017.

Art. 3º - A Gestão de que se refere os artigos anteriores, abrange todos os atos atinentes a movimentação da Agencia BB sob nº **553 3** e conta Corrente sob nº **6.906 X,** incluindo as seguintes transações:

I – Abrir contas de depósitos;

II – Emitir cheques;

III – Receber saldos, extratos e comprovantes;

V – Requisita talonários de cheques;

VI – Retirar cheques devolvidos;

VII – Endosar cheques;

VIII – Sustar/contraordenar cheques;

IX – Cancelar Cheques;

X – Baixar Cheques;

XI – Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XII – Efetuar pagamentos por meios eletrônicos;

XIII – Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

XIV – Solicitar saldos e extratos;

XV – Encerrar contas de depósitos;

Art 4º - Todas movimentação de recurso financeiro, deverá ser realizada em conta bancária, conforme art 3º, devendo constar em todos cheques relacionados á Conta, a assinatura conjunta dos Gestores.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 02 de maio de 2017.

João de Jesus Oliveira Denilson Nunes Pereira

Presidente da Câmara Municipal 2º Secretario

Este Decreto foi publicado por afixação no Saguão da Câmara Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Munícipio em, 02/05/2017 e no Jornal Oficial dos Munícipios AMM, conforme Lei Municipal nº 1.041, de 31 de maio de 2006.

Jasciomar Alves dos Santos

Secretario Financeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 018/2017

REGISTRO DE PREÇOS 015/2017

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 018/2017, Registro de Preço n° 015/2017**, tendo como objeto Contratação de empresa para **Locação de Veículos para Transporte de Pacientes do SUS tipo ambulância,** cuja a abertura ocorreu as 08:00 Hs do dia 03 de maio de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – TAIAMA RENT A CAR LTDA ME, inscrita no CNPJ n° 17.239.474/0001-93, Situada à Av. Ismael José Nascimento, 277-W, Centro, na Cida-

de de Tangara da Serra – MT, no Valor global de **R$ 159.600,00** (cento e cinquenta nove mil e seiscentos reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 03 de maio de 2017.

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

SRP

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual contratação de locação de equipamentos de infra-estrutura para eventos (palco, tendas, sonorização, iluminação, banheiros químicos, gerador de energia, camarote, telão, projetor, alambrados e fechamentos) a atender a Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Lazer do município de Ribeirão Cascalheira na realização de eventos. Conforme anexo I do ato convocatório. Sagrou-se vencedora do certame a empresa: M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67 no valor global de R$ 280. 740,00(duzentos e oitenta mil, setecentos e quarenta reais).

Ribeirão Cascalheira, 03 de Maio de 2017.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

EXTRATO DA ARP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 005/2017

Aos tres dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Padre João Bosco, n. 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Reynaldo Fonseca Diniz, brasileiro, casado, dentista, portador do RG: 3290232 inscrito no CPF: 593.686.831-15, residente a Rua Madureira n. 120, centro, Ribeirão Cascalheira/MT, seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 11/2017 da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, cujo objetivo Registro de Preço para futura e eventual contratação de locação de equipamentos de infra-estrutura para eventos (palco, tendas, sonorização, iluminação, banheiros químicos, gerador de energia, camarote, telão e projetor, alambrados e fechamentos) a atender a Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Lazer do município de Ribeirão Cascalheira na realização de eventos.Conforme termo de referencia anexo I deste edital., a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1212/2011, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição**, preços, e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, localizada na Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro, Ribeirão Cascalheira - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no Decreto Municipal nº 1212/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

j) Cumprir fielmente os parágrafos 3º e 4º do Artigo 22 do Decreto 7892/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO

PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Entregar os produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Ribeirão Cascalheira;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 03 de Maio de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Fornecedor: M. S. CLAUDIO-ME

CNPJ: 11.455.181/0001-67

Endereço:RUA TOCANTINS N 324-SETOR CAIXA D ÁGUA

Cidade: RIBEIRÃO CASCALHEIRA

CEP: 78.675-000

Lote 01- LOCAÇÃO DE PALCOS

Item	Qtd	Ref	Descrição	EMPRESA	VALOR UNITARIO
01	06	DIARIA	**PALCO TIPO I** Locação, com montagem e desmontagem, de PALCO MODULAR para evento de Médio Porte, obedecendo às seguintes especificações: - Dimensões: 09 (nove) metros de frente x 06 (seis) metros de profundidade, com orelha e plataforma para bateria; - Cobertura em Box truss de alumínio, formato de duas águas; - Piso em estrutura de alumínio com compensado de 20mm; - House mix para mesa de PA; e- Altura, mínima, de 1,20 metros.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11. 455.181/0001-67	**2.000,00**
02	12	DIARIA	**PALCO TIPO II** Locação, com montagem e desmontagem, de PALCO MODULAR para evento de Médio Porte, obedecendo às seguintes especificações: - Dimensões: 12 (doze) metros de frente x 08 (oito) metros de profundidade, com orelha e plataforma para bateria;	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11. 455.181/0001-67	**3.000,00**

			- Cobertura em Box truss de alumínio, formato de duas águas; - Piso em estrutura de alumínio com compensado de 20mm; - House mix para mesa de PA; e- Altura, mínima, de 1,20 metros.		
03	**03**	**UN**	**PALCO TIPO III** Locação, com montagem e desmontagem, de PALCO MODULAR para eventos de Grande Porte, obedecendo às seguintes especificações: - Dimensões: 14 metros de frente x 10 metros de profundidade; - Altura do piso: mínima 1,50 mts. do solo; - Cobertura de alumínio em formato de 02 (duas) águas em lona Fechamentos laterais e fundos; - Asas de PA; e- House Mix de PA e monitor.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11. 455.181/0001-67	**3.500,00**

LOTE 02: LOCAÇÃO DE TENDAS

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO
01	**80**	**DIARIA**	**TENDAS TIPO II** Locação, com montagem e desmontagem, de TENDA PIRAMIDAL fechada, tamanho 05 x 05 m com coberturas em lona branca black-out estilo piramidal, com base em estrutura metálica constituída e composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água e abertura superior com protetor triangular tipo chapéu para evasão de ar quente. Altura de 3,50 metros em seus pés de sustentação lateral.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/ 0001-67	**300,00**
02	**10**	**DIARIA**	**TENDAS TIPO IV** Locação, com montagem e desmontagem, de TENDA PIRAMIDAL fechada, tamanho 08 x 08 m com coberturas em lona branca black-out estilo piramidal, com base em estrutura metálica constituída e composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água e abertura superior com protetor triangular tipo chapéu para evasão de ar quente. Altura de 3,50 metros em seus pés de sustentação lateral.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/ 0001-67	**430,00**
03	**10**	**UN**	**TENDAS TIPO V** Locação, com montagem e desmontagem, de TENDA PIRAMIDAL fechada, tamanho 10 x 10 m com cobertura em lona branca black-out estilo piramidal, com base em estrutura metálica constituída e composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água e abertura superior com protetor triangular tipo chapéu para evasão de ar quente. Altura de 3,50 metros em seus pés de sustentação lateral.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/ 0001-67	**530,00**

LOTE 03: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO
01	**06**	**DIARIA**	**SOM TIPO I** Sistema de sonorização para atender eventos de PEQUENO PORTE II com as seguintes características mínimas: 01 mesa analógica ou digital com 48 canais de entrada (Yamaha LS 9, Yamaha DM 2000, Yamaha 01.V ou similar); Sistema de PA: 04 caixas KF colocadas em asas (Adamson Y 10, JBL Vertec 4889, V dosc, EAW KF 760 ou similar), 04 caixas de subgrave com 2 alto falantes de 18 Pol cada (EAW SB 1000, Adamson T 21, JBL Vertec, Vdosc ou similar), amplificação compatível com o sistema de P.A (Lab Gruppen, Crown, QSC, CrestAudio ou similar), **Drive Rack**: 01 processador digital com 04 entradas e 12 saídas (Dolby Lake Contour, XTA 226 ou similar), 01 software de gerenciamento dos sistemas, 01 equalizador gráfico estéreo 31 bandas por canal (Klark Teknic, XTA, BSS ou similar), 01 analisador RTA (Klark Teknic ou similar), 01 microfone calibrado, 01 cd player, 01md; Monitor: 2 monitores tipo spot com alto falantes de 12 Pol ou 15 Pol e drive (EAW SM 222, SM 400, Clair, EV, Adamson ou similar), amplificação compatível com o sistema de monitor (Lab Gruppen, QSC, Crown, Crest Audio, Carver ou similar); **Microfones**: 4 microfones Shure, SM 58, SM 57 beta, ou similar, Electrovoice. RE 209, RE 27 ou similar, Sennheiser MD 421, MD 441 ou similar, Newman KM 185, KM 185 ; **Direct Box**: 02 direct box (IMP 3, Klark Teknic, BSS, Countryman ou similar); **Equipamentos**: Equipamentos Wireless: 01 microfone sem fio Shure UHF ou similar, distribuidor de antenas Shure ou similar, baterias para alimentação dos equipamentos; Pedestais/Garras: 24 pedestais Bom ou similar, 06 garras LP ou similar;	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455. 181/ 0001-67	**2.500,00**
02	**12**	**DIARIA**	**SOM TIPO II** Sistema de sonorização para atender eventos de MÉDIO PORTE I com as seguintes características mínimas: **PA:**01 mesa analógica ou digital com 48 canais de entrada (Yamaha LS 9, Yamaha DM 2000, Yamaha 01.V ou similar); Sistema de PA: 08 caixas KF colocadas em asas (Adamson Y 10, JBL Vertec 4889, V dosc, EAW KF 760 ou similar), 08 caixas de subgrave com 2 alto falantes de 18 Pol cada (EAW SB 1000, Adamson T 21, JBL Vertec, Vdosc ou similar), amplificação compatível com o sistema de P.A (Lab Gruppen, Crown, QSC, CrestAudio ou similar), **Mesa Monitor**: 01 mesa digital com 48 canais (Yamaha M7 CL, Digidesgner Venue D show, Digico D 5 ou similar); **Drive Rack**: 01 processador digital com 04 entradas e 12 saídas (Dolby Lake Contour, XTA 226 ou similar), 01 software de gerenciamento dos sistemas, 01 equalizador gráfico estéreo 31 bandas por canal (Klark Teknic, XTA, BSS ou similar), 01 analisador RTA (Klark Teknic ou similar), 01 microfone calibrado, 01 cd player, 01md; Monitor: 2 monitores tipo spot com alto falantes de 12 Pol ou 15 Pol e drive (EAW SM 222, SM 400, Clair, EV, Adamson ou similar), amplificação compatível com o sistema de monitor (Lab Gruppen, QSC, Crown, Crest Audio, Carver ou similar); **Microfones**: 4 microfones Shure, SM 58, SM 57 beta, ou similar, Electrovoice. RE 209, RE 27 ou similar, Sennheiser MD 421, MD 441 ou similar, Newman KM 185, KM 185 ; **Direct Box**: 02 direct box (IMP 3, Klark Teknic, BSS, Countryman ou similar); **Equipamentos**: Equipamentos Wireless: 01 microfone sem fio Shure UHF ou similar, distribuidor de antenas Shure ou similar, baterias para alimentação dos equipamentos;Pedestais/Garras: 24 pedestais Boom ou similar, 06 garras LP ou similar;	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455. 181/ 0001-67	**3.500,00**
03	**03**	**UN**	**SOM TIPO III** Sistema de sonorização para atender a eventos de GRANDE PORTE com as seguintes características mínimas: **Mesa P.A**: 01 mesa digital com 56 canais (Yamaha PM 5 D RH, Digidesigner Venue D show, Digico D 5 ou similar); **Mesa Monitor**: 01 mesa digital com 56 canais (Yamaha PM 5 d RH., Digidesgner Venue D show, Digico D 5 ou similar); **Sistema de P.A**: 24 caixas line array - 02 linhas de 12 elementos por linha (Adamson Y 10, JBL Vertec 4889, V dosc, EAW KF 760 ou similar), 32 caixas de sub grave com 2 altos falantes de 18 Pol cada (EAW SB 1000, Adamson T 21, JBL Vertec, Vdosc ou similar), amplificação compatível com o sistema de P.A (Lab Gruppen, Crown, QSC, Crest Audio ou similar), 04 motores de 1 tonelada com 16 metros de elevação, 01 comando para motores com 04 vias, cintas e acessórios; **Drive Rack**: 02 processadores digitais com 04 entradas e 12 saídas (Dolby Lake Contour, XTA 226 ou similar), 01 software de gerenciamento dos sistemas, 02 equalizadores gráficos stereo 31 bandas por canal (Klark Teknic, XTA, BSS ou similar), 01 spleeter com 08 saídas (XTA , BSS, Klark Teknic, Avion ou similar), 01 analizador RTA (Klark Teknic ou similar), 01 cd player, 01 md; **Insert Rack P.A**: 12 canais de compressores limitares (dbx, Klark Teknic, BSS, Drawmer ou similar), 12 canais de noise gate (Klark Teknic, Drawmer, BSS ou similar), 04 compressores valvulados Avalons 737, 04 processado-	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455. 181/ 0001-67	**4.200,00**

			res de efeitos digitais (Yamaha SPX 990, Yamaha Pro R 3, Lexicon PCM 80, TC Electronic M 2000 ou similar), 01 digital delay TC Eletronic 2290 ou similar; **Insert Rack Monitor**: 12 canais de compressores limitares (dbx, Klark Teknic, BSS, Drawmer ou similar), 12 canais de noise gate (Klark Teknic, Drawmer, BSS ou similar); **Monitor**: 16 monitores tipo spot com alto falantes de 12" ou 15" e drive (EAW SM 222, SM 400, Clair, EV, Adamson ou similar), amplificação compatível com o sistema de monitor (Lab Gruppen, QSC, Crown, Crest Audio, Carver ou similar); **Side Fill**: Side Fill Stéreo com 03 caixas line array fly e 03 subs por lado (Adamson Spectrix, JBL Vertec 4889, Vdsc, EAW KF 760 ou similar), amplificação compatível com o sistema de side fill (Lab Gruppen, QSC, Crown, Crest Audio ou similar); **Sistema**: Sistema de Delay: 02 linhas de delay com 04 caixas line array (Adamson Y 10, EAW KF 760, V Dosc, JBL 4889 ou similar), amplificação compatível com o sistema de delay (Lab Gruppen, Crown, QSC, Crest Audio ou similar), processador digital (XTA, Dolby Lake Contour ou similar); **Estruturas de delay**: 02 torres de delay completas com 04 torres Q 30 com 10 metros de altura ou similar, 04 box truss, 02 talhas, cintas e acessórios; **Microfones**: 40 microfones entre: Shure SM 57, SM 58, SM 57 beta, SM 58, SM 81, SM 91, SM 98, Akg, C 451 EB, C 3000, C 414 EB, C 518, C 519, C 211, C 480, Electrovoice, RE 209, RE 27, ND 408, Sennheiser, MD 421, MD 441, MD 409, 609 ou similar), Newman, KM 185, KM 105, Audio Technica, AT 335, AT 4050 ou similar; **Direct Box**: 16 direct box (IMP 3, Klark Teknic, BSS, Countrymanou similar); **Equipamentos Wireless**: 02 microfones sem fio Shure UHF serie U ou similar, distribuidor de antenas Shure ou similar, baterias para alimentação dos equipamentos; Pedestais/Garras: 40 pedestais Boom ou similar, 16 garras LP ou similar; **Multicabo**: 01 multicabo analógico de 64 canais com 80 metros de comprimento, 04 sub snakes de 12 canais cada com multipinos; **Back Line**: 01 bateria completa (Tama, Yamaha, Pearl, Premier ou similar), 01 amplificadores Marshall JCM 900 ou similar com 02 caixas cada, 01 amplificador Ampeg SVT 3 ou similar com caixa com 08 alto falantes de 10", 01 amplificador Fender Twin Reverb ou similar, 01 sistema de teclado com mesa 16 canais e 02 caixas com alto falantes de 15" e drive, Sistema de AC; **Elétrica**: 01 main power trifásico de 400 Ampéres com chave seletora de voltagem, 03 distribuidores de energia trifásico, P.A e delays, cabeamento dimensionado para atender as necessidades de energia dos sistemas de PA, monitor e delays. Aterramento geral dos sistemas.		

LOTE 04: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO
01	**06**	**DIARIA**	**ILUMINAÇÃO TIPO I** **Mesa Controladora**: 01 mesa Star Master Light II, 512 canais (Star, Behringer ou similar); **Dimmer**: 24 canais de dimmer rack DMX ou similar com 4000 watts por canal, 24 Canais de Rack Dimmer; **Refletores**: 24 refletores PAR 64 Foco5 ou similar	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**1.400,00**
02	**12**	**DIARIA**	**ILUMINAÇÃO TIPO II** Sistema de iluminação para atender eventos de MÉDIO PORTE I com as seguintes características mínimas: **Mesa Controladora**: 01 mesa computadorizada com 2048 canais (Avolite Pearl 2008, GramMaLight Full Size ou similar); **Dimmer**: 36 canais de dimmer rack DMX ou similar com 4000 watts por canal, 24 Canais de Main power para Movings; **Refletores**: 48 refletores PAR 64 Focos ou similar 1, 2 e 5; 16 refletores Locolight ou similar, 08 refletores elipsoidais ETC ou similar, 04 refletores Molefay ou similar com 08 lâmpadas DWE ou similar; **Movings/Intercons/Equipamentos DMX/Follow Spots**: 8 movings heads DTS XR-9 ou similar, 04 movings heads Wash 575 ou similar, 03 pontos de intercon, 02 máquinas de fumaça ZR 33 ou similar, 04 Attomics 3000 ou similar, 02 canhões seguidores HMI 1200 ou similar; **Estruturas de alumínio**: 80 metros de estrutura de alumínio especial Q-30 ou similar de 1, 2, 3, e 4 metros, 16 box truss, 04 corner box, 04 dobradiças para box, 08 corner para Q 30; **Parafusos/arruelas**: 04 bases para Q 30 ou similar, 04 sleeves para Box, 04 sleeves para Q 30 ou similar; **Talhas /Motores**: 08 talhas manuais de 1 tonelada, 24 cintas de 1 tonelada; **Acessórios**: Fiação/Acessórios: cabos de AC compatíveis para ligação dos sistemas de iluminação, distribuidores de energia, extensões, cabos de comando dimensionados para interligação dos equipamentos.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**2.050,00**

LOTE 05: LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO
01	**50**	**DIARIA**	**BANHEIRO QUIMICO TIPO I** Locação de banheiro químico individual, portátil, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões mínimas de 1,16m de frente x 1,22m de fundo x 2,10 de altura, composto de caixa de dejeto, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, para uso do público em geral.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**180,00**

LOTE 06: LOCAÇÃO DE ALAMBRADOS E FECHAMENTOS

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO
01	**200**	**ML**	**ALAMBRADOS/FECHAMENTOS TIPO I** Locação (com montagem e desmontagem) de ALAMBRADOS para fechamento de área/orientação de público, em modelo intertravável em estrutura de tubos galvanizados e tela em malha de ferro, acabamento superior sem ponteira.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**13,50**
02	**200**	**ML**	**ALAMBRADOS/FECHAMENTOS TIPO II** Locação (com montagem e desmontagem) de PLACAS CEGAS METÁLICAS para fechamento, com travessa e suporte para fixação e sem pontas de lança. Portões para saídas de emergência de, no mínimo, 4,40 metros de largura.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**18,00**
03	**100**	**ML**	**ALAMBRADOS/FECHAMENTOS TIPO III** Locação (com montagem e desmontagem) de Paineis inibidores (Barricadas) em tubo metálico, com grade galvanizada, com dimensões de 2,10 x 1,00 m com eicaixe rápido utilizados para organização de filas, limitadores de presença.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**20,00**

LOTE 07: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO

01	**06**	**UNI**	**GERADOR DE ENERGIA TIPO I** Locações de grupos de geradores móveis, com capacidade mínima de 180 KVA, trifásicos, tensão 440/380/220/ 110 VAC, 60 Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro de 32 db @ 1,5 metros, acoplado a um caminhão por meio de grampos fixados no chassi para transporte rápido, com 02 jogos de cabos de 95mm/4lances/25 metros flexíveis (95mm x 4 x 25m), quadro de barramento de cobre para conexão intermediária com isoladores e chave reversora para duas fontes de energia elétrica dimensionada de acordo com a potência de grupo gerador, incluindo custo de montagem com ponto de aterramento para proteção composto de 01 (uma) haste de cobre de 3 metros de comprimento, com cordoalha de cobre nu 16 mm2, no mínimo, com 5 metros com conectores.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455. 181/ 0001-67	**2.000,00**
02	**12**	**UND**	**GERADOR DE ENERGIA TIPO II** Locações de grupos de geradores móveis, com capacidade mínima de 255 KVA, trifásicos, tensão 440/380/220/ 110 VAC, 60 Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro de 82 db @ 1,5 metros, acoplado a um caminhão por meio de grampos fixados no chassi para transporte rápido, com 02 jogos de cabos de 120mm/4lances/25 metros flexíveis (120mm x 4 x 25m), quadro de barramento de cobre para conexão intermediária com isoladores e chave reversora para duas fontes de energia elétrica dimensionada de acordo com a potência de grupo gerador, incluindo custo de montagem com ponto de aterramento para proteção composto de 01 (uma) haste de cobre de 3 metros de comprimento, com cordoalha de cobre nu 16 mm2, no mínimo, com 5 metros com conectores.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455. 181/ 0001-67	**2.480,00**

LOTE 08: LOCAÇÃO DE VÍDEO E IMAGEM

Item	Qtd	Ref	Descrição	Empresa	VALOR UNITARIO
01	**12**	**UND**	**PROJETOR TIPO I** PROJETOR multimídia de 5000 ansilumens, com cabos adaptadores e controle remoto e técnico operador.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**280,00**
02	12	UND	TELÃO TIPO II Telão de led: 01 painel de led de media Resolução (25mm), outdoor, com Dimensões 200X400mm, com Processador de vídeo, estrutura de Q-30 Cabos e acessórios. 02 técnicos de Projeção.	M. S. CLAUDIO-ME CNPJ: 11.455.181/0001-67	**1.990,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcelas, até o 20º dia do mês **, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;**

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/ 93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho nos prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

I - **Multa,** que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;

c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de Ribeirão Cascalheira, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº 11/2017 e anexos;

b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

_____

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

_____

M. S. CLAUDIO-ME

CNPJ: 11.455.181/0001-67

EMPRESA(S) FORNECEDORA(S):

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação do serviço do Transporte Escolar 2017 no Município de Ribeirão Cascalheira-MT. Sagrou-se vencedor do certame a empresa: MARCO AURÉLIO DA CUNHA GOBO-MEI CNPJ: 27.472.258/0001-47 no valor global de R$ 49.725,00(quarenta e nove mil setecentos e vinte e cinco reais) e JAQUELINE DA SILVA MORAIS-MEI CNPJ: 26.876.935/0001-20 no valor global de R$ 44.370,00(quarenta e quatro mil trezentos e setenta reais).

Ribeirão Cascalheira, 02 de Maio de 2017.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2017

O Município de Ribeirãozinho - MT torna público aos interessados que fará realizar no dia 18/05/2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO nº. 001/2017, que tem por objeto: a contratação de dois profissionais médicos (as) plantonistas clínicos (as) gerais e cirurgião para desenvolver ações no Hospital Municipal, conforme especificações contidas no Anexo do Edital. Poderá participar da Tomada de Preço, todas as pessoas físicas e Jurídicas, que manifestarem interesse, observada a necessária qualificação. Maiores informações pelo telefone 66 3415 1129/1207.

Ribeirãozinho - MT, 03 de maio de 2017.

Thiago Barbosa Viana

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal, Sr. Antonio Xavier de Araújo, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, da empresa **C. A . J PROMOÇÕES E EVENTOS.** inscrita no **CNPJ: 13.871.039/0001-26**, cujo o objeto trata-se da Contratação de empresa para realização de show nacional com a **DUPLA "CONRADO E ALEKSANDRO"** ***para o dia 19 de maio de 2017***, na cidade de Rio Branco – MT, por ocasião do 64º **ANIVERSÁRIO DE RIO BRANCO**, onde ficou acertado o cachê no valor global de R$ 118.00,00 (cento e dezoito mil reais). Resolve, Ratificar a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Rio Branco - MT, 03 de maio de 2017.

Antonio Xavier de Araújo

- Prefeito Municipal -

PREVIRB
DECRETO N.º 31/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017. "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

DECRETO N.º 31/2017, DE 03 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar".

Antônio Xavier de Araujo, Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei 704/2016 de 06 de Dezembro de 2016.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

0003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0005 - PREVIRB

0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 - PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2009- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB

3.3.90.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 30.000,00

TOTAL.....R$ 30.000,00

Art. 2º. A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0005 - PREVIRB - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 - PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2012- RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS

9.9.99.99.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 30.000,00

TOTAL.....R$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco-MT, em 03 DE MAIO de 2017.

Antônio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.310/GAB/PMR DE 03 DE MAIO DE 2017

PODER EXECUTIVO

Dá nova redação aos incisos I, II e II do Art. 1º do Decreto nº 1.294/GAB/PMR, de 23 de Fevereiro de 2017 que designou Comissão Revisora do processo administrativo disciplinar do servidor RODRIGO SAMPAIO SOUZA de que trata o proc. adm. nº 79/GAB/PMR, de 6 de Novembro de 2014.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Memo. nº 001/2017/CRPAD de 3 de Abril de 2017 em que o Presidente da Comissão Revisora do processo disciplinar nº 008/GAB/PMR, de 17 de fevereiro de 2017, apenso ao proc. adm. nº 79/GAB/PMR, de 6 de Novembro de 2014, requer a substituição do membro Sumaya Maria Massih Mufarrej;

Considerando que o Decreto nº 1.305/GAB/PMR, de 25 de Abril de 2017 que alterou o inciso II do Art. 1º do Decreto nº 1.294/GAB/PMR, de 23 de Fevereiro de 2017 que designou Comissão Revisora do processo administrativo disciplinar foi editado contendo erro de adequação, inviabilizando a correta composição da Comissão revisora;

D E C R E T A:

Art. 1º. Dá nova redação aos incisos I, II e III do Art. 1º do Decreto nº 1.294/GAB/PMR, de 23 de Fevereiro de 2017, substituindo membro, passando vigorar com a seguinte designação:

"**Art. 1º.** (...)

I – Clemildo Araujo Brito

II – Valdecir da Silva Cruz

III – Valdir Irani Freire

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especial o *Decreto nº 1.305/GAB/PMR, de 25 de Abril de 2017.*

Rondolândia – MT, 3 de Maio de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.311/GAB/PMR DE 03 DE MAIO DE 2017

PODER EXECUTIVO

Designa Comissão de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de que trata a Lei nº 341, de 22 de junho de 2015.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especial o disposto no artigo 18 da Lei nº 341, de 22 de Junho de 2015,

Considerando o Oficio nº 164/SEMEC, de 2 de Maio de 2017 contendo a indicação dos membros da aludida Comissão;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica designada a Comissão de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, com a seguinte composição:

I **-** Representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

a) REJANE ROSELI JANSEN

II **-**Representando o Gabinete do Prefeito

a) THIAGO ARRUDA BEZERRA

III - Representando o Sindicato dos Professores – SINTEP (local)

a) CLENILDO ARAUJO BRITO

IV - Representando a Sociedade Civil Organizada

a) DILENA DOS SANTOS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia – MT, 3 de Maio de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 007/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.300/GAB/PMR de 06 de Abril de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 007/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 031/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**" Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica, Uso Hospitalar e Materiais penso de Uso Hospitalar para atender as necessidades dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **08h00min (Horário de Mato Grosso), do dia: 19/05/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 03 de Maio de 2017.

Luciene Souza Santos

Pregoeira Substituta

Decret. Nº 1.300/GAB/PMR/2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 013/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.300/GAB/PMR de 06 de Abril de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 013/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 043/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de fornecimento de alimentação pronta condicionada em embalagens tipo Marmitex, para atender as necessidades das Secretarias Municipais"**, para atender necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes.

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **08h00min (Horário de Mato Grosso), do dia: 18/05/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 03 de Maio de 2017.

Luciene Souza Santos

Pregoeira Substituta

Decreto 1.300/GAB/PMR

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.309/GAB/PMR, DE 27 DE ABRIL DE 2017

PODER EXECUTIVO

Nomeia Comissão Especial destinada a promover a identificação e verificação das condições de uso dos ônibus utilizados no transporte de escolares ***e da outras providências.***

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Edital de Pregão Presencial nº 004/2017, processado nos autos dos processos administrativos apensos nº 027/2017-SEMEC em que sagrou vencedora a empresa CLEA SUZANE MOTTERLE-ME, CNPJ Nº 08.983.460/0001-99;

Considerando a Notificação Recomendatória nº 16/2016-PJ-MT;

DECRETA:

Art. 1º. Nomeia Comissão Especial destinada a promover a identificação e a verificação das reais condições de uso dos ônibus destinados ao transporte de escolares no município.

I – A **identificação** deve ser compreendida como todas as características do bem e capaz de individualizá-lo com precisão, tais como: placa, chassi, modelo da carroceria, ano e etc.

II – Deverá a Comissão reduzir em relatório circunstanciado todos os seus atos, descrevendo objetivamente e detalhadamente as condições em que se encontram cada um dos ônibus, atestando ao final se estão ou não em condições de uso para as finalidades a que se

prestam. O relatório deverá ser assinado por todos os membros da Comissão.

Parágrafo Único – A comissão deverá exigir da empresa a apresentação de todos os documentos exigidos no edital de licitação e minuta do contrato, anexando-os ao relatório aludido no inciso II deste artigo.

Art. 2º. A composição da Comissão é a descrita abaixo e será presidida pelo primeiro:

I – Gilson Souza dos Santos

II – Valdir Irani Freire

III – Pedro Lima Flor

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 175 - 2017

PORTARIA Nº 075/2017

de 02 de Maio de 2017

"Dispõe sobre exoneração e nomeação de pessoa(s) em cargo(s) em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica, e dá outras providencias".

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam exonerados dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, as seguintes pessoas:

1. TÂNIA CONRADO DA COSTA - do cargo de Secretário (a) Municipal de Governo. **2. BENEDITO JOÃO CORREA DE SÁ** – do cargo de Chefe do Setor de Manutenção Hidráulica, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura **3. MAXMAR CESAR DE SOUZA –** do cargo de Diretor de Departamento de Trânsito e Estradas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura

Artigo 2º - Ficam nomeados para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, as seguintes pessoas:

1. MAXMAR CESAR DE SOUZA – para o cargo de Secretário (a) Municipal de Governo. **2. BENEDITO JOÃO CORREA DE SÁ –** do cargo de Diretor de Departamento de Trânsito e Estradas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura; **3. EMERSON LOPES DE MACEDO –** para o cargo de Chefe do Setor de Manutenção Hidráulica, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 02 de Maio de 2017.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 006/2017

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão presencial n° 006/2017, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 18 de Maio de 2017. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 03 de Maio de 2017. **Astor Albrecht -** Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0129/2017

DE 02 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO COORDENADORA DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SENHOR EGON HOEPERS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art.1º - Instituir a Comissão Coordenadora responsável pela avaliação do Plano Municipal de Educação, com representantes dos seguintes segmentos:

I - Secretaria Municipal de Educação

Elaine Cristina Vieira Serra – Secretária Municipal de Educação.

Simone Carneiro da Silva – Assessora Pedagógica

II – Representantes da Comissão Executiva de Elaboração do PME

Paulo Madson Vieira da Silva

Jailto Francisco Bomfim

Ângela Maria Soares

Neli Teresina Bitencourt

Silvana Aparecida da Silva Dias

III – Representantes do Poder Legislativo

Nelci Venturini D'all Oglio - Titular

Luis Carlos de Oliveira - Suplente

IV – Representantes da Sociedade Civil e Organizada

Lori Marlene Seibel - Titular

Marli Bonatto de Oliveira - Suplente

V - Trabalhadores da Educação

Geneci Zaharko – Titular

Márcia Ruth Paiter - Suplente

Art. 2º - São atribuições da Comissão Coordenadora de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Organizar o trabalho mediante convocação previa para reuniões, elaboração do cronograma de reunião, pauta, material de estudo;

II – Apropriar – se do Plano Municipal de Educação;

III – Envolver todas as esferas administrativas e as instituições que atuam ou interferem nas políticas educacionais em cada território municipal;

IV – Promover reuniões de estudo das informações que foram sistematizadas pela equipe técnica na Ficha de Monitoramento;

V – Promover debates para, então, emitir relatórios sobre a evolução das metas, contidas no plano, a cada ano;

VI – Buscar apoio técnico da equipe técnica e parceiros, estes últimos se necessário, para melhor fundamentação do relatório e seus acessórios;

VII – Divulgar, amplamente, os Relatórios Anuais de Monitoramento construídos por meio eletrônico e presencial, em reuniões nas escolas e órgãos colegiados, por exemplo, Conselhos Municipais;

VIII – Recolher com o apoio da equipe técnica, as análises e as impressões manifestadas durante a exposição/divulgação dos Relatórios Anuais de Monitoramento, enviando a cada ano, a sistematização destas contribuições a todas as instituições envolvidas no processo;

IX – Promover, de acordo com o que estão posto no PME, as Conferências de Avaliação do PME;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2017.

Publica-se. Registra-se. Afixa-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE MAIO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Afixe-se na data supra

CONTRATOS E CONVENIO
PORTARIA Nº 0133/2017

PORTARIA Nº 0133/2017

DE 03 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR ALYSON SYPERRECK PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 017/2017".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Alyson Syperreck**,** CPF sob nº 870.732.771-49, como Fiscal do Contrato nº 017/2017,cujo objeto: O objeto do presente Contrato é a locação de um imóvel, situado Lote Urbano Nº 12 (doze) da Quadra A, com o total de 444.60 m² -, na Rua Marechal Rondon s/n, centro, Santa Rita do Trivelato/MT, com finalidade de instalação e funcionamento de 02 salas comerciais para atender a necessidade do departamento de TI da Prefeitura Municipal

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 26 de Abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE MAIO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0130/2017

DE 02 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "INSTITUI E NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIA".

O SENHOR EGON HOEPERS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art.1º - Instituir a Equipe Técnica responsável pelo monitoramento do Plano Municipal de Educação, com representantes dos seguintes segmentos:

I - Secretaria Municipal de Educação

Elaine Cristina Vieira Serra – Secretária Municipal de Educação.

Paula Adriana Haubrickt Barboza – Chefe de Departamento Administrativo Escolar

II – Representantes da Comissão Executiva de Elaboração do PME

Tiago César Bernegozzi da Cunha

Celma Regina Mendes dos Santos

III – Representantes dos Diretores e/ou Coordenadores Escolares

Graciele Borelli do Nascimento

Isabel de Oliveira e Silva

Luciene Pires

Art. 2º - São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME:

a) Estudo do plano e propostas de ajustes, assim que observada a necessidade de alteração da lei;

b) Ordenação cronológica das metas e estratégias de acordo com a ficha de monitoramento modelo B, além da identificação dos prazos e as previsões nas leis orçamentárias;

c) Identificar e estabelecer todos os indicadores a cada uma das metas que constam no plano municipal de educação;

d) Levantamento dos dados referentes aos indicadores das metas, identificando-os quanto a previsão e a execução, além da disponibilização gradual de acordo com a ficha de monitoramento modelo C;

e) Elaborar relatórios anuais de monitoramento do plano municipal de educação;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2017.

Publica-se. Registra-se. Afixa-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE MAIO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Afixe-se na data supra

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2017

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada:**ANDRESSA DALLA COSTA LAUXEN PINTO - CPF nº. 048.798.311-40.**

Objeto: O objeto do presente Contrato é a locação de um imóvel, situado Lote Urbano Nº 12 (doze) da Quadra A, com o total de 444.60 m² -, na Rua Marechal Rondon s/n, centro, Santa Rita do Trivelato/MT, com finalidade de instalação e funcionamento de 02 salas comerciais para atender a necessidade do departamento de TI da Prefeitura Municipal.

Valor: Receberá o LOCATÁRIO pela locação do imóvel a importância total de R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais)

Vigência: 26/04/2017 a 26/06/2017

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Santa Rita do Trivelato, 26 de Abril de 2017.

CONTRATOS E CONVENIO
TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO, E A (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) INSTITUTO TUPÃ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

TERMO DE PARCERIA OSCIP – INSTITUTO TUPÃ

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO, E A (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) INSTITUTO TUPÃ.

O **Município de Santa Rita do Trivelato Estado de Mato**, Pessoa jurídica de Direito Interno com sede Administrativa à Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, inscrito no CNPJ/MF 04.205.596.00017-17, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICPAL**, Senhor **EGON HOEPERS**, agente político, brasileiro, casado, RG 501603 SSP/MT, CPF nº 100.605.709-97, residente e domiciliado a Rodovia MT 240, S/Nº, Km 595 – Distrito de Pacoval – Fazenda Rancho Alegre no Município de Santa Rita do Trivelato – MT, doravante denominado de Parceiro Público, e o **INSTITUTO TUPÃ (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO),** doravante denominada **OSCIP,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº21.103.364/0001-77, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme consta do processo MJ nº 08071.024424/2009-84 e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de 16/12/2009, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2009, neste ato representada na forma de seu estatuto pelo **SENHOR ZILTON MARIANO DE ALMEIDA**, brasileiro, CI-RG nº 5.844.526-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº250.672.008-12 , com fundamento no que dispõem a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e Lei 13019/2014, resolvem firmar o presente **TERMO DE PARCERIA**, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - **DO OBJETO**

O presente edital tem por objeto a seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - **OSCIP**, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de Termo de Parceria, visando a realização de atividades, serviços de interesse público, através do desenvolvimento, acompanhamento e execução de programas de governo, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população, em conformidade com os preceitos das Leis: nº 8.666/93, em seus artigos 3º, 6º, 9º, 11, 12, e nº 9.790/99, 13.019/2014 e Decreto nº 3.100/99, nas áreas de (saúde e ação social) conformidade com os Programas de Trabalho estabelecido em anexo;

Parágrafo Único- O Termo de Parceria e os Programas de Trabalhos, decorrentes deste, poderão ser ajustados, de comum acordo entre as partes, por meio de:

a) registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que não acarretem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta; e,

b) celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que impliquem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROGRAMA DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do inciso IV do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.790/99, constará do Programa de Trabalho a ser elaborado pela **OSCIP** e aprovado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, sendo parte integrante deste TERMO DE PARCERIA, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo único – As despesas previstas nos Programas serão distribuídas em Grupos, cuja descrição e critérios para a sua realização são os seguintes:

► GRUPO 1 – CLT

Composto pelos executores do Termo de Parceria contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

O grupo 1 será composto pelos seguintes custos

§ Valor Bruto da remuneração dos funcionários contratados por ocasião da execução do Plano de Trabalho; e § Valor de encargos sociais e trabalhistas relativos e alínea anterior – INSS empresa; FGTS; PIS; 1/3 de férias e seus respectivos encargos; multas rescisórias e indenizações trabalhistas 13º (décimo Terceiro) Salário e seus respectivos encargos (encargos do Parceiro); § Os valores dos salários dos profissionais sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, a serem alocados no Termo de Parceria, deverão ser equiparados aos praticados para servidores municípios que ocupem cargo / funções semelhantes; § Quando não for possível a obtenção do valor do salário pela regra descrita, pelas especificidades do cargo, adotar-se-á como base a média dos salários praticados no Município ou na região, para empregos idênticos ou assemelhados.

► GRUPO 2 – Pessoa Jurídica

Grupo cujos executores sejam pessoas jurídicas de direito privado, conforme a necessidade dos programas a serem executados.

O grupo 2 será composto pelos seguintes custos:

§ Valor Bruto da remuneração dos serviços, constante nota fiscal emitido pela pessoa jurídica; § Para obtenção do valor da remuneração dos executores na condição de pessoas jurídicas de direito privado adotar-se-á como base a média praticada no Município ou na região para profissionais, contratados de acordo com o regulamento próprio da **OSCIP**.

► GRUPO 3 – Autônomo

Formado pelos profissionais executores do Termo de Parceria, contratados na condição de profissional autônomo, para execução nas áreas de abrangência do Edital e conforme a necessidade dos programas.

O grupo 3 será composto pelos seguintes custos:

Valor Bruto da remuneração do profissional autônomo contratado por ocasião da execução dos Planos de Trabalho; Valor dos encargos sociais e trabalhistas relativos a alínea anterior -INSS Empresa; Para obtenção do

valor da remuneração dos profissionais na condição de autônomos adotar-se-á como base a média praticada no Município ou na região.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste TERMO DE PARCERIA:

I - Da **OSCIP**

a) Executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Programa de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b) Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do **PARCEIRO PÚBLICO**, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

c) Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste TERMO DE PARCERIA, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

d) Promover, até 28 de fevereiro de cada ano, a publicação integral na imprensa oficial (União/Estado/Município) de extrato de relatório de execução física e financeira do TERMO DE PARCERIA, de acordo com o modelo constante do Anexo II do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;

e) Publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura deste TERMO DE PARCERIA, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

f) Indicar pelo menos um responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste TERMO DE PARCERIA a ser publicado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, conforme modelo apresentado no Anexo I do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999; e

g) Movimentar os recursos financeiros, objeto deste TERMO DE PARCERIA, em conta bancária específica indicada pelo **PARCEIRO PÚBLICO**.

II - Do **PARCEIRO PÚBLICO**

a) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste TERMO DE PARCERIA, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;

b) Indicar à **OSCIP** o banco em que será aberta conta bancária específica para movimentação dos recursos financeiros necessários à execução deste TERMO DE PARCERIA;

c) Repassar os recursos financeiros à **OSCIP** nos termos estabelecidos na Cláusula Quarta;

d) Publicar no Diário Oficial (União/Estado/Município) extrato deste TERMO DE PARCERIA e de seus aditivos e apostilamentos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura, conforme modelo do Anexo I do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;

e) Criar Comissão de Avaliação para este TERMO DE PARCERIA, composta por dois representantes do **PARCEIRO PÚBLICO,** um da **OSCIP** e um do Conselho de Política Pública (quando houver o Conselho de Política Pública);

f) Prestar o apoio necessário à **OSCIP** para que seja alcançado o objeto deste TERMO DE PARCERIA em toda sua extensão;

g) Fornecer ao Conselho de Política Pública (quando houver) da área correspondente à atividade ora fomentada, todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações em relação à este TERMO DE PARCERIA, nos termos do art. 17 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Trabalhos decorrentes deste TERMO DE PARCERIA, o **PARCEIRO PÚBLICO,** repassará, à **OSCIP,** os valores necessários a realização destes, de acordo com o cronograma de desembolso a ser estabelecido nos Programas de Trabalho, firmado entre as partes, assim composto: *(a ser ajustado de acordo com a proposta da **Oscip**):*

GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido de 85% (oitenta e cinco por cento), para cobertura dos encargos sociais, trabalhistas, fiscais, administrativos e operacionais;

Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal; Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público; O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes à esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato / MT, assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como "fato do príncipe" –, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o Parceiro Público a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses; Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos.

GRUPO 2 – O valor da remuneração dos profissionais, acrescida de 30% (trina por cento) para cobertura dos encargos sociais, administrativos e operacionais;

GRUPO 3 – O valor da prestação dos serviços, acrescida de 50% (cinquenta por cento) para cobertura dos encargos administrativos e operacionais;

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

a) A cada 30 (trinta) dias de execução dos projetos, serão levantado os custos, promovido relatório a ser apresentado juntamente com a nota fiscal, devidamente atestada pela secretaria envolvida no projeto e encaminhada para a Secretaria de Finanças, que agendará e efetuará o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis;

b) O reajustamento de preços obedecerá aos seguintes parâmetros:

b.1) Grupo I – nos mesmos índices e nas mesmas datas dos reajustes concedidos aos servidores do Município;

b.2) Demais grupos – anualmente tendo como base a data de assinatura do contrato – sendo o valor negociado entre as partes, visando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro do contratado.

c) Quando, por fatores conjunturais não previsíveis, algum item ou alguns itens se mostrarem inviáveis por conta da composição de seu custo, o licitante vencedor deverá solicitar, mediante requerimento, fundamentando as causas e demonstrando a necessidade de recomposição de custo;

d) Entendendo a razão do pedido a administração emitirá parecer opinando pela recomposição ou não do custo do item.

CLÁUSULA SEXTA- RECURSO ORÇAMENTARIOS

Os recursos financeiros que correspondem à execução deste **TERMO** correrão à conta de dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal e Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, e serão mencionadas no respectivo Programa de trabalho.

Para a o recebimento das parcelas correspondentes do cronograma de desembolso, a **OSCIP** emitirá a nota fiscal correspondente à execução do projeto, identificado por área, pertinentes às despesas havidas, observadas as condições previstas neste Edital, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Relatório dos recursos humanos, envolvidos nas ações do projeto, de forma analítica, devidamente identificados por área de atuação;

b) Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, devidamente quitada, referente ao mês imediatamente anterior;

c) Comprovante de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente quitada, referente mês imediatamente anterior.

d) Prestação de contas, parcial, da aplicação dos recursos repassados, referente à penúltima parcela imediatamente anterior à parcela atual.

O **PARCEIRO PÚBLICO** no processo de acompanhamento e supervisão deste TERMO DE PARCERIA e seus Programas de Trabalho poderá recomendar a alteração de valores, o que implicará a revisão das metas pactuadas, ou recomendar revisão das metas, o que implicará a alteração do valor global pactuado, tendo como base o custo relativo, descritos nos grupos, desde que devidamente justificada e aceita pelos **PARCEIROS**, de comum acordo, devendo, nestes casos, serem celebrados Termos Aditivos.

Na hipótese de formalização de Termo Aditivo, as despesas previstas e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento deste TERMO DE PARCERIA e a formalização da nova data de início serão consideradas legítimas, desde que cobertas pelo respectivo empenho;

As despesas ocorrerão à conta do orçamento vigente, nas classificações programáticas e econômicas da despesa específica e condizente com o objeto do Plano de Trabalho proposto. As despesas relativas a exercícios futuros correrão à conta dos respectivos orçamentos, devendo os créditos e empenhos serem indicados por meio de:

a) registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar apenas da indicação da dotação orçamentária para o novo exercício, mantida a programação anteriormente aprovada;

b) celebração de Termo Aditivo, quando houver alteração dos valores globais definidos no *caput* desta Cláusula.

A liberação de recursos a partir da terceira parcela, inclusive, ficará condicionada à comprovação das metas para o período correspondente à parcela imediatamente anterior a última liberação, mediante apresentação dos documentos constantes dos incisos I e IV do art. 12 do Decreto nº 3. 100, de 30 de junho de 1999.

No caso da **OSCIP** não apresentar documentação que comprove o recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais, referente ao repasse de recursos do mês anterior, o Parceiro Público se reserva no direito de reter os valores correspondentes às ações do mês em referência, até que seja apresentada pela entidade a referida documentação faltante.

CLÁUSULA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **OSCIP** elaborará e apresentará ao **PARCEIRO PÚBLICO** prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este TERMO DE PARCERIA**,** até sessenta dias após o término deste (na hipótese do Termo de Parceria ser inferior ao ano fiscal) **ou** até 28 de fevereiro do exercício subsequente (na hipótese do Termo de Parceria ser maior que um ano fiscal) e a qualquer tempo por solicitação do **PARCEIRO PÚBLICO.**

Parágrafo Primeiro– A **OSCIP** deverá entregar ao **PARCEIRO PÚBLICO** a Prestação de Contas instruída com os seguintes documentos:

I - relatório sobre a execução do objeto do TERMO DE PARCERIA, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II – demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução do objeto, oriundos dos recursos recebidos do **PARCEIRO PÚBLICO**, bem como, se for o caso, demonstrativo de igual teor dos recursos originados da própria **OSCIP** e referentes ao objeto deste TERMO DE PARCERIA, assinados pelo contabilista e pelo responsável da **OSCIP** indicado na Cláusula Terceira;

III – extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial do Estado, de acordo com modelo constante do Anexo II do Decreto 3. 100, de 30 de junho de 1999;

IV – parecer e relatório de auditoria independente sobre a aplicação dos recursos objeto deste TERMO DE PARCERIA.

Parágrafo Segundo– Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o inciso II da Parágrafo anterior deverão ser arquivados na sede da **OSCIP** por, no mínimo, cinco anos, separando-se os de origem pública daqueles da própria **OSCIP**.

Parágrafo Terceiro– Os responsáveis pela fiscalização deste TERMO DE PARCERIA, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública, pela **OSCIP**, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária, consoante o art. 12 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do TERMO DE PARCERIA devem ser analisados pela Comissão de Avaliação citada na Cláusula Terceira.

A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao **PARCEIRO PÚBLICO**, em até 20 (vinte) dias após o término deste TERMO DE PARCERIA.

CLÁUSULA NONO – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente TERMO DE PARCERIA terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo no interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Primeiro– Findo o TERMO DE PARCERIA e havendo adimplemento do objeto e excedentes financeiros disponíveis junto a **OSCIP**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação, citada na Cláusula Sexta, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este TERMO DE PARCERIA, mediante Termo Aditivo, ou requerer a devolução do saldo financeiro disponível.

Parágrafo Segundo – Findo o TERMO DE PARCERIA e havendo inadimplemento do objeto e restando desembolsos financeiros a serem repassados pelo **PARCEIRO PÚBLICO** à **OSCIP**, este TERMO DE PARCERIA

poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, para cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo Terceiro – Havendo inadimplemento do objeto, com ou sem excedentes financeiros junto à **OSCIP**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este TERMO DE PARCERIA, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, ou requerer a devolução dos recursos transferidos e/ou outra medida que julgar cabível.

Parágrafo Quarto – Nas situações previstas nos Parágrafos anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste TERMO DE PARCERIA, caso contrário, o **PARCEIRO PÚBLICO** deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA DÉCIMO– DA RESCISÃO

O presente TERMO DE PARCERIA poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, bastando em qualquer caso o comunicado com 90 (noventa) dias de antecedência, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste TERMO DE PARCERIA; e

II – unilateralmente pelo **PARCEIRO PÚBLICO** se, durante a vigência deste TERMO DE PARCERIA, a **OSCIP** perder, por qualquer razão, a qualificação como "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público".

III- na diminuição da receita, a arrecadação e ou repasse financeiros o município poderá reincidir unilateralmente, mediante a notificação por escrito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA MODIFICAÇÃO

Este TERMO DE PARCERIA poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo incluindo criação de novos programas de comum acordo entre os **PARCEIROS**, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT poderá solicitar que a **OSCIP** parceira elabore e desenvolva novos Planos de Trabalho, relacionados com o objeto do Termo de Parceria, levando-se em conta os critérios técnicos, encargos administrativos/ operacionais/ institucionais e metodologia, apresentados, por ocasião deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDO DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Nova Mutum/MT para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente TERMO DE PARCERIA em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Santa Rita do Trivelato, 24 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PARCEIRO PUBLICO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

INSTITUTO TUPÃ.

ZILTON MARIANO DE ALMEIDA

CPF sob nº 250.672.008-12

TESTEMUNHAS:

NOME:_____ **NOME:** _____

CPF nº:_____ **CPF nº:**_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

ATO DE RETIFICAÇÃO DA LEI Nº 677/GP/2017, PUBLICAÇÃO FEITA EM 28 DE MARÇO DE 2017, PG. 334 ANEXO XII Nº 2.697.

LEI MUNICIPAL Nº 677/GP/2017

DE 15 DE MARÇO DE 2.017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha–MT, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** – **FUNDO ESTADUAL DO TRANSPORTE E HABITAÇÃO**, que será constituído por (cinco) representantes do Poder Público, sendo um deles o Secretário de Viação, Obras e serviços Urbanos que presidirá o Conselho, e 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, representantes da Sociedade Civil Organizada, sendo:

1. Representantes do Poder Público:

I – 01 representante titular e um suplente da Secretaria de Viação, Obras e serviços Urbanos.

II – 01 representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente;

III – 01 representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação.

IV – 01 representante titular e um suplente da EMPAER, a serem indicados pela Instituição;

V – 01 representante titular e um suplente do Poder Legislativo, a serem indicados pela Câmara Municipal de Santa Terezinha.

2. Representantes da Sociedade Civil Organizada:

I – 01 representante titular e 01 suplente da CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas do Município de Santa Terezinha-MT;

II – 01 representante titular e 01 suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Terezinha-MT;

III –01 representante titular e 01 suplente da ANSA – Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção;

IV – 01 representante titular e 01 suplente da Associação APNUT – Associação do Povo da Nação Unida Tapirapé da Aldeia MAJTYRI;

V – 01 Representante Titular e 01 Suplente da Associação dos pequenos produtores da Reunidas I.

Parágrafo único – Os representantes da entidade da Sociedade Civil Organizada serão nomeados por ato Prefeito mediante indicação das relacionadas.

Art. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, e posteriores alterações com redação dada pela Lei nº 10. 480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º- O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o em via eletrônica no sitio do Município e no dia seguinte à deliberação do relatório da prestação de contas, enviar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que o mesmo a cada 4 meses possa enviar a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º - O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º - O Exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do **FETAH** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha-MT, 15 de Março de 2.017

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DO MÊS DE ABRIL DE 2017

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 021/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: **BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.**

CNPJ: 15.264.721/0001-86

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO 02/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MICRO REVESTIMENTO A FRIO COM SINALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 0243089-81/2007/CAIXA.

ASSUNTO: ADITAMENTO DE PRAZO.

VIGÊNCIA: ASS. 10/04/2017 VENCIMENTO: 11/10/2017.

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: EMPRESA M.P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME

CNPJ: 14728004/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CRIAÇÃO DE WEB SITE DO MUNICÍPIO, HOSPEDAGEM E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO CONTEÚDO DA PÁGINA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT.

VALOR: R$ 17.120,00

VIGÊNCIA: ASS. 03/04/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 025/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: Simone Roquia Borges Paranhos

CPF: 629.458.401-97

OBJETO: Locação de um imóvel urbano comercial com uma área aproximada de 90,05 m², situado na Avenida dos Bandeirantes s/nº- centro-Santo Afonso-MT, para funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VALOR: R$ 6.226,84

VIGÊNCIA: ASS. 03/04/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 094/GP/2017

PORTARIA Nº 094/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a Servidora **CLAUDETE FERREIRA DE CASTRO SANTOS,** efetiva no cargo de Turismóloga, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, para responder pelo cargo em Comissão de Gerente de Turismo, com efeito a 01 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 07 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 098/GP/2017

ATO Nº 098/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear a Sra. **LEDA CRISTINA VITAL**, para exercer o cargo em Comissão de Assessora Especial, lotando-a no Gabinete do Prefeito, a partir de 03 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 086/GP/2017

ATO Nº 086/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**ELIZANGELA DA CRUZ BRITO DA CRUZ**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 084/GP/2017

ATO Nº 084/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**SILVANE FERNANDES DA SILVA SANTANA**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 08 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/GP/2017

PORTARIA Nº 093/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe no artigo 14, § 1º, inciso II, artigo 20 e 21, § 1º, inciso II da Lei nº 1.027/GP/2009, e Lei nº 1054/GP/2011.

RESOLVE:

Enquadrar os Servidores Efetivos constantes no quadro abaixo, a partir de 07 de Abril de 2017.

Funcionário	Cargo	Tabela	Classe	Referência
Wanderley Moreira dos Santos	Agente de Saúde	5	B	1
Rosendo Alves da Silva Neto	Auxiliar de Serviços Gerais	5	C	2
Maria Nazaré do Nascimento	Auxiliar de Enfermagem	4	B	4
Misael Fonseca Negrão	Guarda de Segurança	5	C	2
Luciclea Aparecida Santos	Recepcionista	5	C	7

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 07 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 083/GP/2017

ATO Nº 083/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**CARLA KARINE DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/GP/2017

PORTARIA Nº 092/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe no artigo 42, § 2º da Lei nº 1.131/GP/2014.

RESOLVE:

Enquadrar os Servidores Efetivos constantes no quadro abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, a partir de 07 de Abril de 2017.

Funcionário	Cargo	Tabela	Classe	Referência
Georgino de Lima da Cunha	Auxiliar de Serviços Gerais	5	B	9
Neli Terezinha Kayser Ferreira	Professor 30h	1	C	7
Vania Hermenegilda da Silva Franca	Professor 30h	1	C	8

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 07 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 082/GP/2017

ATO Nº 082/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**TANIA DO ESPIRITO SANTO PLACIDO**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 099/GP/2017

ATO Nº 099/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2014 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e Edital de Convocação nº 03/2017.

RESOLVE:

Nomear em caráter efetivo o Sr. **KLEBERSON RAPHAEL KLOS**, para exercer o cargo de Fiscal de Postura, lotando-o na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 24 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 19 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 081/GP/2017

ATO Nº 081/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**BETTANYELLE COSTA LOPES**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 100/GP/2017

ATO Nº 100/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **DIEGO MARCEL COSTA FERNANDES**, do cargo em Comissão de Almoxarife, lotado na Secretaria Municipal de Gestão, nomeado pelo Ato nº 056/GP/2017, com efeito retroativo a 03 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 20 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 101/GP/2017

ATO Nº 101/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear o Sr. **DIEGO MARCEL COSTA FERNANDES**, para exercer o cargo em Comissão de Orçamentista, lotando-o na Secretaria Municipal de Gestão, com efeito retroativo a 04 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 20 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 102/GP/2017

ATO Nº 102/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **LUCAS AWADE TEIXEIRA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Núcleo de Planejamento e Orçamento, lotando-o na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com efeito retroativo a 05 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 20 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 096/GP/2017

ATO Nº 096/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**WANIELLY KATIA FRANÇA**, para exercer o cargo em Comissão de Núcleo de Direção das Escolas, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 23 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILLHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 095/GP/2017

ATO Nº 095/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**JUCILENE APARECIDA DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Núcleo de Supervisão e Orientação Escolar, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILLHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 094/GP/2017

ATO Nº 094/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**EVANIZE CARVALHO DE CAMPOS**, para exercer o cargo em Comissão de Assessora Pedagógica, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILLHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 093/GP/2017

ATO Nº 093/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**GREICE ESCANDELARIA DA COSTA**, para exercer o cargo em Comissão de Gerente de Ensino, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 09 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILLHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 092/GP/2017

ATO Nº 092/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear o Sr.**DIRLEY LAURA DE ALMEIDA**, para exercer o cargo em Comissão de Núcleo de Educação Infantil e Ensino Fundamental, lotando-o na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 08 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILLHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 089/GP/2017

ATO Nº 089/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**JUSSARA RODRIGUES DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 088/GP/2017

ATO Nº 088/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**ANA PAULA HENRIQUE DOS SANTOS**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 08 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 087/GP/2017

ATO Nº 087/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**ANA LUCIA DE MAGALHÃES**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 13 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de Março de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/GP/2017

PORTARIA Nº 096/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 31 § 1º da Lei Municipal nº 1.027/GP/2009.

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) horas excedente ao servidor efetivo **FLAVIO JOSÉ TEIXEIRA COUTO**, Técnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, com o recebimento de remuneração proporcional correspondente à carga horária trabalhada, com efeito, a partir de 03 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 24 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/GP/2017

PORTARIA Nº 095/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 1003/2017.

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor GILSON KERKHOFF, efetivo no cargo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, na Classe C, Referencia 03 do Anexo 05, a partir de 07 de Abril de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 07 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 097/GP/2017

ATO Nº 097/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear a Sra.**MARIA AUXILIADORA DO NASCIMENTO**, para exercer o cargo em Comissão de Núcleo de Planejamento da Educação, lotando-a na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com efeito retroativo de 08 de Março de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 04 de Abril de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILLHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO Nº. 075/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua Primavera n° 959, Jardim Bem Viver, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **MA-**

RIA DE JESUS GOUVEIA DA SILVA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **146634320003 SPC/MA** e inscrito no CPF/MF sob o nº **000.707.133-75** e residente a Rua das Garças, N°592, Bairro: Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 625/2017 de 09 de Janeiro de 2017, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PROFESSOR CLASSE B** enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL,** mediante a remuneração de R$ **2.794,00 (Dois mil e setecentos e noventa quatro reais),** com início em **02/05/2017** e término em **28/10/2017**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a conseqüente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 625/2017, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **12.361.5008.2051.0000.3.1.90.04.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 02 dias do mês de maio de 2017.

MARIA DE JESUS GOUVEIA DA SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

Assinatura:_____

Nome:

RG:

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **015/2017**

OBJETO: Pregão presencial para aquisição de 01 (um) Veículo Usado tipo Micro-Ônibus Rodoviário, com Capacidade Mínima para 33 (trinta e três) Lugares incluindo o motorista, Ano/Modelo de Fabricação não Inferior a 2014, Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Com no Mínimo 165 CV de Potência, Motor a Diesel, Transmissão Manual, Quilometragem Original não Superior a 200.000 Km Rodados, Garantia de no Mínimo 90 (noventa) dias para o Motor, Caixa de Cambio e Diferencial, Com um Eixo Traseiro e com um Bom Estado de Conservação (Lataria, Piso, Poltronas, Teto, Ar Condicionado, Pneus) e todos os itens de segurança obrigatórios por lei.. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: GÊNESIS BUS AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO LTDA EPP – CNPJ: 06.041.564/0001-59, que apresentou um valor total de 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Maio de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017

LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº **015/2017**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pelo Portaria nº. 085/2017, de 02 de Janeiro de 2017, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a empresa: **GÊNESIS BUS AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO LTDA EPP – CNPJ: 06.041.564/0001-59, que apresentou um valor total de 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).** Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 02 de Maio de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Pregoeiro –

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO RESULTADO PREGÃO 015/2017 MEDICAMENTOS

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2017

MODALIDADE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 015/2017, ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT."*** durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Félix do Araguaia/MT e demais órgãos participantes, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: **PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –ME**, CNPJ 12.828.039/0001-80, com sede a Rua Carlo Gomes Qd. 21 Lt 13 Parque Anhanguera, Goiânia – GO, CEP 74.340.050 tel.: (62)3295-4817; com o valor de R$ **1.248.302,26; (um milhão e duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e dois reais e vinte e seis centavos) NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA**, CNPJ 08.139.622/000107, com sede na Rua Valparaiso, nº 84 Bairro Jardim das Américas Cuiabá – MT CEP 78.060-602 tel.(65)351-0300; com o valor de **R$184.369,00(cento e oitenta e quatro mil e trezentos e sessenta e nove reais); FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92, com sede a Rua professor Joao Félix, nº 635 Sala 07- Bairro Lixeira CEP 78008-435 Cuiabá – MT Tel. (65)3614-2144; com valor de **R$ 222.929,00(duzentos e vinte e dois mil e novecentos e vinte nove reais**);**ROYAL MED HOSPITALAR LTDA – ME**, CNPJ 25.106.470/0001-65 Qd. 104 Sul Rua SE 5 nº19 Conjunto 03 LT 20 Sala 09 – Plano Diretor Sul Palmas TO, Tel. (63) 3322-4746; com valor de **R$442.033,40 (quatrocentos e quarenta e dois mil e trinta e três reais e quarenta centavos) RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;** CNPJ 12.313.826/0001-90, localizada A Avenida Antônio Fidelis nº 1156 Qd. 156 LT 08 Parque Amazônia, Goiânia – GO Cep 74.840-090 Tel. (62)3086-6453;com valor de **R$ 183.612,20(cento e oitenta e três mil seiscentos e doze reais e vinte centavos**);**L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP**,CNPJ 10.832.896/0001-29, com sede a Rua Fenellon Muller, nº 173, Bairro Dom Aquino Cep 78.015-090 Cuiabá –MT, tel. (65)3027-2090, com valor de **R$ 24.275,00 (vinte e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais)**;**CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05.443.348/0001-77,com sede a Segunda Radial nº 363 Setor Pedro Ludovico, Cep 74.820-090 Goiânia – GO Tel. (62) 3241-8277, com o valor de **R$ 392.134,50(trezentos e noventa e dois mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)**. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-2117

São Félix do Araguaia - MT, 28 de abril de 2017.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial 015/2017, ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***". Conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde / Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 03 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°012/2017

Processo nº 021/2017 cujo objeto "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***". Pelo período de 12 meses, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: **PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –ME**, CNPJ 12.828.039/0001-80, vencedora dos itens: 2,3,5,8,10,12,16,18,20,23,24,26,28,30,31,32,34,35,36,39,47,48,53,54,55,56,59,61,68,71,74,79,88,89,90,91,93,94,95,98,99,100,101,103,104,106,107,114,115,120,127,138,141,147,150,152,153,154,157,159,160,164,165,171,172,174,178,183,184,185,189,190,192,195,201,204,206,207,208,212,215,227,228,229,230,231,236,237,238,239,242,244,247,248,250,253,259,261,262,264,273,277,285,286,287,288,290,293,295,306,309,310,314,316,325,329,330,333,334,335,339,340,343,353,354,358,362,363,365,369,373,382,383,384,385,386,387,395,396,397,401,403,405,408,412,413,414,416,417,418,420,423,430,432,434,439,442,444,445,449,452,456,457. Com o valor de R$ **1.248.302,26 (um milhão e duzentos e quarenta**

e oito mil, trezentos e dois reais e vinte e seis centavos) NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA, CNPJ 08.139.622/000107;vencedora dos itens: 51,66,67,96,105,113,119,139,182,194,213,214,216221,222,234,235,256, 274,279,280,319,323,337,350,351,352,355,379,380,389,398,438,com o valor de **R$ 184.369,00(cento e oitenta e quatro mil e trezentos e sessenta e nove reais); RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;** CNPJ 12.313. 826/0001-90, vencedora dos Itens: 6,21,40,43,58,65,76,77,78,80,85,92,118,129,133,134,137,143,146,166,16 8,209,210,217,224,226,243,282,296,298,299,300,317,324,347,421,453 com valor de **R$183.612,20(cento e oitenta e três mil seiscentos e doze reais e vinte centavos**); **ROYAL MED HOSPITALAR LTDA – ME**, CNPJ 25.106.470/0001-65 vencedora do Itens: 1,7,11,13,14,15,17,19,22,25,27,33,41,42,44,45,46,50,52,60,69,72,73,75,8 3,84,86,87,102,108,117,121,122,124,125,128,135,167,170,173,177,187,1 96,197,199,200,203,211,218,219,241,245,254,260,278,291,292,307,311, 312,313,315,318,341,344,348,356,357,359,360,361,364,367,372,375,376 ,377,381,388,394,404,411,422,424,425,426,427,429,431,435,441,443,44 7,com valor de **R$ 442.033,40 (quatrocentos e quarenta e dois mil e trinta e três reais e quarenta centavos)FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92, vencedora do Itens: 4,37,64,110,126,130,144,151,155,180,181,188,193,198,232,233,255,257, 258,270,283,304,305,321,328,368,370,393,399,410,451,com valor de **R$ 222.929,00(duzentos e vinte e dois mil e novecentos e vinte nove reais**); **L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP**,CNPJ 10.832.896/0001-29, vencedora do Itens: 29,205,275, com valor de **R$ 24.275,00 (vinte e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais)**; **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05. 443.348/0001-77,vencedora dos itens: 9,38,49,57,62,63,70,81,82,97,109,111,112,116,123,136,140,142,145,148, 149,156,158,169,175,176,191,202,220,223,225,240,246,249,251,263,271 ,276,281,284,289,294,297,301,302,303,308,320,322,326,327,331,336,33 8,345,346,366,371,374,378,390,391,392,400,402,406,407,409,415,433,4 36,437,440,446,448,450,455 com o valor de **R$ 392.134,50(trezentos e noventa e dois mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)**. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com os valores licitados ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura. São Félix do Araguaia – MT, 03 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 048/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05.443.348/0001-77 com o valor de **R$ 392. 134,50(trezentos e noventa e dois mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)**.

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP**,CNPJ 10.832.896/0001-29, com valor de **R$ 24.275,00 (vinte e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais)**;

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92, com valor de **R$ 222. 929,00(duzentos e vinte e dois mil e novecentos e vinte nove reais**);

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **ROYAL MED HOSPITALAR LTDA – ME**, CNPJ 25.106.470/0001-65,com valor de **R$ 442.033,40 (quatrocentos e quarenta e dois mil e trinta e três reais e quarenta centavos)**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;** CNPJ 12.313.826/0001-90, com valor de **R$183.612,20(cento e oitenta e três mil seiscentos e doze reais e vinte centavos**);

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA**, CNPJ 08.139.622/000107; com o valor de **R$ 184.369,00(cento e oitenta e quatro mil e trezentos e sessenta e nove reais)**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 054/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PROCESSO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: "***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, MEDICAMENTOS DIVERSOS E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT***".

CONTRATADO: Empresa: **PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –ME**, CNPJ 12.828.039/0001-80, Com o valor de R$ **1.248.302,26 (um milhão e duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e dois reais e vinte e seis centavos**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO 013/2017- MAT DE INSUMOS E MAT. HOSPITALAR

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2017

MODALIDADE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 013/2017, "**Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de consumo (materiais hospitalares, laboratoriais, ambulatoriais e odontológicos) para entrega fracionada de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São Félix do Araguaia - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL."* durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Félix do Araguaia/MT e demais órgãos participantes, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: **BIOGEN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**, CNPJ 04.929.044/0001-51, com sede na Rua São Miguel esq. C/ Avenida monteiro Lobato s/n Qd. 52 Lt 07/08/09 Jardim Nova Era CEP 74.916.140 Aparecida de Goiânia – GO Tel. (62)3094-9100; com valor de R$**217.900,00(duzentos e dezessete mil e novecentos reais); PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –ME**, CNPJ 12.828.039/0001-80, com sede a Rua Carlo Gomes Qd. 21 Lt 13 Parque Anhanguera, Goiânia – GO, CEP 74.340.050 tel.: (62)3295-4817; com o valor de R$ **77.211,82; (setenta e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos) NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA**, CNPJ 08.139.622/0001-07, com sede na Rua Valparaiso, nº 84 Bairro Jardim das Américas Cuiabá – MT CEP 78.060-602 tel.(65)351-0300; com o valor de **R$156.277,60(cento e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta centavos); FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92, com sede a Rua professor Joao Félix, nº 635 Sala 07- Bairro Lixeira CEP 78008-435 Cuiabá – MT Tel. (65)3614-2144; com valor de **R$145.631,78 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e um real e setenta e oito centavos**);**ROYAL MED HOSPITALAR LTDA – ME**, CNPJ 25.106.470/0001-65 Qd. 104 Sul Rua SE 5 nº19 Conjunto 03 LT 20 Sala 09 – Plano Diretor Sul Palmas TO, Tel. (63) 3322-4746; com valor de **R$193.252,35 (cento e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos**) RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME; CNPJ 12.313.826/0001-90, localizada A Avenida Antônio Fidelis nº 1156 Qd. 156 LT 08 Parque Amazônia, Goiânia – GO Cep 74.840-090 Tel. (62)3086-6453;com valor de **R$644.436,66(seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos**);**L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP**,CNPJ 10.832.896/0001-29, com sede a Rua Fenellon Muller, nº 173, Bairro Dom Aquino Cep 78.015-090 Cuiabá –MT, tel. (65)3027-2090, com valor de **R$ 33.934,36 (trinta e três mil novecentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos**);**CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05.443.348/0001-77,com sede a Segunda Radial nº 363 Setor Pedro Ludovico, Cep 74.820-090 Goiânia – GO Tel. (62) 3241-8277, com o valor de **R$ 462.831,35(quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um real e trinta e cinco centavos)**. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-2117

São Félix do Araguaia - MT, 28 de abril de 2017.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedi-

mento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial 013/2017, **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de consumo (materiais hospitalares, laboratoriais, ambulatoriais e odontológicos) para entrega fracionada de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São Félix do Araguaia - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL*". conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde / Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 03 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°011/2017

Processo nº 016/2017 cujo objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL*". Pelo período de 12 meses, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: **BIOGEN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**, CNPJ 04.929.044/0001-51; vencedora dos Lotes: 61,91- com valor de R$**217.900,00(duzentos e dezessete mil e novecentos reais); PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –ME**, CNPJ 12.828.039/0001-80,vencedora dos Lotes: 5,8,9,13,24,35,41,45,54,62,67,68,70,72,74,75,76,83,84,97; com o valor de R$ **77.211,82; (setenta e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos) NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA**, CNPJ 08.139.622/000107; vencedora dos Lotes: 21,33, com o valor de **R$156.277,60(cento e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta centavos); FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92; vencedora dos Lotes: 3,7,10,14,20,30,31,43,53,66,80,81,88,95,96, com valor de **R$145.631,78 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e um real e setenta e oito centavos**);**ROYAL MED HOSPITALAR LTDA – ME**, CNPJ 25.106.470/0001-65; vencedora dos Lotes: 1,12,17,18,23,25,26,29,44,50,52,55,60,65,77,78,87 ;com valor de **R$193.252,35 (cento e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos**) **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME**; CNPJ 12.313.826/0001-90; vencedora dos Lotes: 2,15,19,22,28,32,36,37,38,39,47,49,51,56,57,63,64,69,71,82,93, com valor de **R$ 644.436,66(seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos**);**L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP**,CNPJ 10.832.896/0001-29; vencedora do Lotes: 27,34,48,90,92,94, com valor de **R$ 33.934,36 (trinta e três mil novecentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos)**;**CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05.443.348/0001-77; vencedora do Lotes: 4,6,11,16,40,42,58,59,73,79,85,86,89,98, com o valor de **R$ 462.831,35(quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos)**. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com os valores licitados ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura. São Félix do Araguaia – MT, 03 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 040/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **BIOGEN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**, CNPJ 04.929.044/0001-51, com valor de R$**217.900,00(duzentos e dezessete mil e novecentos reais).**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 041/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –ME**, CNPJ 12.828.039/0001-80,com o valor de R$ **77.211,82; (setenta e sete mil, duzentos e onze reais e oitenta e dois centavos)**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA**, CNPJ 08.139.622/000107; com o valor de **R$156.277,60(cento e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 043/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** CNPJ 03.250.803/0001-92; com valor de **R$145.631,78 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e um real e setenta e oito centavos**)

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 044/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **ROYAL MED HOSPITALAR LTDA – ME**, CNPJ 25.106.470/0001-65; com valor de **R$193.252,35 (cento e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos**)

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 045/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME**; CNPJ 12.313.826/0001-90; com valor de **R$ 644.436,66(seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos**)

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 046/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP**, CNPJ 10.832.896/0001-29;com valor de **R$ 33.934,36 (trinta e três mil novecentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos)**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 047/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

PROCESSO Nº 016/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLÓGICOS) PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT,** *CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA / PROJETO BÁSICO E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.*

CONTRATADO: Empresa: **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME,** CNPJ 05.443.348/0001-77; com o valor de **R$ 462. 831,35(quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um real e trinta e cinco centavos).**

Prazo: 12 meses

Período: 03/05/2017 a 03/05/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2017

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **84/2017**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: J PAULINO CONSTRUÇÃO LTDA - ME , CNPJ nº 18.318.757/0001-93, no valor POR ITEM de R$ 77.675,00 (Setenta e Sete Mil, e Seiscentos e Setenta e Cinco Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 3 de Maio de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R.CHAVES

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/PREGÃO 12/2017

CONTRATO (A) GENI BATISTA CAMILO-ME

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, TUBOS E CONEXÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DESTE MUNICIPIO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. De acordo com proposta entregue no processo licitatório "**PRE-**

GÃO PRESENCIAL SRP" Nº 12/2017 e planilha com descrição e quantitativo.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 111.187,50 (cento e onze mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) constante da proposta homologada em 02.05.2017, oriundo da multiplicação dos valores mensais conforme demonstrativo abaixo e planilha-proposta anexa, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento:

DA VIGÊNCIA-O prazo previsto para o presente contrato será de Oito (08) meses, vigorando pelo período de 03 de Maio de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n. º 8.666/93 e alterações posteriores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE REINICIO DE OBRA

ORDEM DE REINICIO DE OBRAS

A Prefeitura Municipal de São José do Povo, inscrita no CPNJ n° 32.972. 424/0001-04, autoriza a Empresa E.A.SALOMÃO JUNIOR, localizada à Rua Poxoréu n° 391, na cidade de Rondonópolis, inscrita no CNPJ n° 16. 383.720/0001-13, de acordo com a Licitação Tomada de Preços n° 013/ 2014, a reiniciar os serviços da Obra de Construção da Unidade Básica de Saúde.

São José do Povo, 27 de abril de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABRIELLE DE SOUZA COSTA

Engenheira Civil

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/ 2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/ 1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2017 DESTE MUNICÍPIO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 16 de Maio de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou OU PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 03/05/2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
EMENDA Á LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 001/2017

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 001/2017

SÚMULA:ACRESCENTA ALÍNEAS AO INCISO IX, ARTIGO 47, NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de são José do Rio Claro, MT, Vereador **EVALDO DE CASTRO ,** Faz saber que a Câmara Municipal de são José do Rio Claro, MT, **APROVOU** e a Mesa nos termos do Artigo 29 "caput" da constituição Federal, **PROMULGA** a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de São José do Rio Claro, MT:

Art. 1º - Ficam acrescentadas as líneas a,b,e c no inciso IX do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de São José do Rio Claro, com a seguinte redação:

Artigo 47 – (...)

Inciso IX –(...)

a) – O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual das diversas unidades gestoras da Administração Municipal, obedecerão aos seguintes prazos para encaminhamento à Câmara Municipal:

1- Plano Plurianual: até o dia 1º de junho, do primeiro ano do mandato;

2- Lei de Diretrizes Orçamentárias: até o dia 10 de agosto de cada exercício; e

3- Lei Orçamentária Anual: até o dia 15 de outubro de cada exercício.

b) A Câmara Municipal apreciará os instrumentos de planejamento, devolvendo-os ao Executivo devidamente aprovados, nos seguintes prazos:

1 – Plano Plurianual: até o dia 1º de agosto do primeiro ano do mandato;

2- Lei de Diretrizes Orçamentárias: até o dia 10 de outubro de cada exercício; e

3-Lei Orçamentária Anual até o dia 15 de dezembro de cada exercício.

c)- Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos na alínea "b" desde inciso sem que tenha concluído a votação, a câmara Municipal passará a realizar sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, 03 de maio de 2017.

EVALDO DE CASTRO

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº 110/2017

PORTARIA Nº 110/2017

DE 02 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, do estatuto dos Servidores em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio ao Servidor, JOILSON SILVA ARAÚJO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo

efetivo de Agente de Endemias no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/05/2017 a 31/07/2017, totalizando 90 dias, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de maio de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2017

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/2017

Processo Licitatório nº 010/2017 – Processo Administrativo nº 1169/2017

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº 058/2015 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 008/2017, encontra-se aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP.** Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Pregão Presencial.

OBJETO: **o presente Pregão Presencial-SRP tem por objeto, futura e eventual contratação de horas máquina de pá carregadeira, escavadeira hidráulica, moto niveladora, maquina tipo rolo compactador, horas de caminhões caçamba e locação por mês de um caminhão pipa/bombeiro, com operadores , motoristas e combustível por responsabilidade da contratada, para a realização de serviços nas estradas vicinais do município e do distrito de santo Antônio do Fontoura, a pedido secretaria municipal de obras, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.**

REALIZAÇÃO: 18/05/2017. ABERTURA DA SESSÃO: 09 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109/1666 EMAIL: pedido do edital no email;licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.br retirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

.

São José do Xingu – MT, 03 de maio de 2017.

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu/MT PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

Marcos Rogério P. Nunes Pregoeiro Oficial. Dec. nº 058/2015.

PORTARIA Nº 107/2017

PORTARIA Nº 107/2017 DE 26 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear membros para integrar o Conselho Municipal de Saúde de São Jose do Xingu/MT, por um período de 02 (dois) anos;

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Vilma Silva de Oliveira

Suplente: Cleomar Ferreira Pereira Garcia

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Luciana Maria Leandro

Suplente: Franthielle Viana de Paula

Secretaria Municipal de Gestão Social:

Titular: Zuleick de Almeida Lima

Suplente: Simoni Rodrigues de Souza

II – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Equipes de Saúde:

Titular: Silvane Ferreira Dias

Suplente: Samara Maria Noleto Silva

Equipe de Vigilância em Saúde:

Titular: Kalline Freire Soares

Suplente: Maria Aparecida Silva da Cruz

Prestadores de Serviço:

Titular: Julius Cesar Domingues Duarte

Suplente: Poliana Gonçalves Dias

III – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunidade Evangélica:

Titular: Vandete Araújo Lima Oliveira

Suplente: Maristela Fonseca

Sindicato Rural:

Titular: Antônio Marcos Pereira Matos

Suplente: Naihara Rodrigues Barbosa

Assessoria Pedagógica (SEDUC):

Titular: Luzia Luiz de Souza

Suplente: Alceu Oliveira Braga

Representante dos Comércios:

Titular: Nelson Spanholi

Suplente: Coracina de Jesus Carvalho Spanholi

Comunidade Indígena:

Titular: Yassenaku Juruna

Suplente: Takakro Kayapó

Comunidade Geral

Titular: Ailton Assunção de Souza

Suplente: Claudia Enes Pereira

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

E CUMPRA-SE.

EM, 26 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 108/2017

PORTARIA Nº 108/2017

DE 26 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo**, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor preceitua na Seção III art.87, parágrafos 1º e 2º do Estatuto do Servidores Públicos Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedida a LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora SIMONE RODRIGUES DE SOUZA ZULIAN, lotado na Secretaria Municipal de Assistencia Social, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, neste município de São Jose do Xingu – MT, que acompanhará sua Mãe, pelo período de 30 dias a partir do dia 20 de abril de 2017, conforme requerimento, parecer social e atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Em, 26 de abril de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PORTARIA Nº 109/2017

PORTARIA Nº 109/2017

DE 02 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ACOMPANHAR CONJUGE OU COMPANHEIRO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

CONSIDERANDO art.94 da Lei Municipal 007/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal:

Art. 94. Poderá ser concedida a licença sem vencimento ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, ou para o exercício de mandato eletivo municipal, estadual ou federal.

Art. 95. A licença prevista neste artigo será concedida por prazo indeterminado, dependendo de pedido devidamente instruído, que *deverá ser renovado de dois em dois anos.*

Art. 1° **-** Fica concedido Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro a Servidora **AMANDA DE SOUZA MELO**, ocupante do cargo de Procuradora jurídica, lotado na Secretária de Administração, neste município de São José do Xingu – MT, por prazo indeterminado, devendo ser renovado de dois em dois anos, sem remuneração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

LUIZ CARLOS NUNES CASTELO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

Processo Licitatório nº 009/2017 – Processo Administrativo nº 1153/2017

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº 058/2015 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 008/2017, encontra-se aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL.** Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Pregão Presencial.

OBJETO: O objeto do presente Pregão Presencial é a contratação de serviços de pessoa jurídica de divulgação e anúncios através de rádio FM para uso das secretarias do município de São José do Xingu/MT**, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.**

REALIZAÇÃO: 17/05/2017. ABERTURA DA SESSÃO: 09 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109/1666 EMAIL: pedido do edital no email;licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.br retirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

.

São José do Xingu – MT, 02 de maio de 2017.

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu/MT PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

Marcos Rogério P. Nunes Pregoeiro Oficial. Dec. nº 058/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 47, DE 03 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a composição do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA** de São José dos Quatro Marcos-MT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica composto o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, conforme Lei nº 1.508, de 27 de setembro de 2013.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA fica, assim, constituído:

I – PODER EXECUTIVO:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Renalto Ferreira Bina Júnior

Suplente: Betania Rigoni da Silva

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Elisabete Aparecida Nogueira dos Santos

Suplente: Jeusilene Cristina Volpato da Silva

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Maria José de Oliveira Silva

Suplente: Márcia Aparecida Teodoro de Almeida Brambilla

Secretaria Municipal de Fazenda

Titular: Andressa Nunes de Almeida

Suplente: Roselene Gamero de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração

Titular: Silvia dos Santos

Suplente: Reginaldo de Souza Fernandes

II – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Rotary Clube

Titular: Maria André da Costa

Maçonaria Filhos de Noé

Suplente: Cledivaldo José Rodrigues

ENTIDADES DE CLASSE

Sindicato Rural

Titular: Anízio Cassia de Almeida

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Suplente: Vagner Cassia de Oliveira

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Associação de Moradores do Bairro Jardim Zeferino II

Titular: Otaviano Azambuja Martins

Associação de Moradores do Bairro Jardim Popular

Suplente: Amado Máximo da Silva

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Titular: Gustavo Tostes Cardoso

Suplente: Mirian Costa Cardoso

PASTORES E MOVIMENTOS RELIGIOSOS

Igreja Evangélica Assembleia de Deus

Titular: Diego Jonas Caetano

Primeira Igreja Batista

Suplente: Alexandro Cardoso Araújo

Art. 3º O CMDCA, em sua composição, terá a vigência de 02 (dois) anos – com mandato de 03/05/2017 a 03/05/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 03 dias do mês de maio de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211 DE 02 DE MAIO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de ORIENTADOR SOCIAL o Senhor EVERALDO TADEU ALVES, portador do RG nº 2502953-3 - SSP/MT e do CPF nº 285.319.648-81, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE MAIO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA 39/2015

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA Nº 39/2015

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Terça-Feira dia 04 de abril de 2017, na página nº 338, Extrato do Termo Aditivo da Ata nº 39/2015 onde se lê **as Empresas: ETICA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - EPP, e INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA** Leia – se **a Empresa: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA.**

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete) na Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT, sito à Rua Três, S/N Centro nesta cidade, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Prefeito Municipal Sr. José Ocimar Gomes da SilvaAguiar e do Secretário de Administração Sr. Mario Augusto de Queiroz Cardoso, toma posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a Sr.ª ROSANGELA DA SILVA PARENTE, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 1801342-2 SSP/MT e CPF sob nº 016.182.361-05, em cumprimento ao 6º Edital de Convocação, sendo inicialmente lotada no Setor SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO sob Regime Estatutário de Trabalho e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Serra Nova Dourada-MT.

Em Serra Nova Dourada/MT, 23 de março de 2017.

José Ocimar Gomes da Silva Aguiar Mario Augusto de Queiroz Cardoso

Prefeito Municipal Secretario Administração e Planejamento

Rosangela da Silva Parente

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Aos 02 (dois) dias do mês de maio de 2017 (dois mil e dezessete) na Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT, sito à Rua Três, S/N Centro nesta cidade, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Prefeito

Municipal Sr. José Ocimar Gomes da SilvaAguiar e do Secretário de Administração Sr. Mario Augusto de Queiroz Cardoso, toma posse no cargo de Professor de Educação Infantil a Sr.ª SOLIMAR PEREIRA LUZ, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 1568772-4 SSP/MT e CPF sob nº 920.112. 331-00, em cumprimento ao 9º Edital de Convocação, sendo inicialmente lotada no Setor SECRETARIA DE EDUCAÇÃO sob Regime Estatutário de Trabalho e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Serra Nova Dourada-MT.

Em Serra Nova Dourada/MT, 02 de maio de 2017.

José Ocimar Gomes da Silva Aguiar Mario Augusto de Queiroz Cardoso

Prefeito Municipal Secretario Administração e Planejamento

Solimar Pereira Luz

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 970/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Designa temporariamente os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o art. 17, §1 e §3 da Lei Municipal nº 1930/2013, de 29 de novembro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar temporariamente os servidores que menciona, pelo período de 60 dias, contados a partir de 04 de abril de 2017:

MATRIC.	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
7333	EUNICE RONQUIM	951 – DIRETOR DE UNIDADE EDUCATIVA I	CRECHE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
6323	OGELI ALVES MIGUEL DE SOUZA	951 – DIRETOR DE UNIDADE EDUCATIVA I	CMEI GENTE FELIZ

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 971/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Concede licença prêmio fracionada os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e atendendo principalmente o que dispõe a Lei nº 254/93, com redação modificada pela Lei nº 2306/2016, de 31 de maio de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio fracionada os servidores que menciona, conforme segue:

Matricula	Nome	Cargo	Ce	Qüinqüênio	Período	
9205	**KATIA LOPES DE ARAUJO**	169 – Merendeira	05	13/04/2009 a 13/04/2014	10/04/2017	08/07/2017
4025	**LIUBIA FERREIRA MARTINS CIVIDINI**	203 – Prof. Lic. em Pedagogia 38h	29-03	01/08/2007 a 01/08/2012	17/04/2017	15/07/2017
2266	**NATALINA PACHECO MACHADO**	385 – Prof. Lic.em Matemática 38h	29-03	08/07/2008 a 08/07/2013	19/07/2017	17/07/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 972/2017

DATA: 25 de abril de 2017.

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro comissionado, o servidor que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro comissionado, o servidor que menciona:

Matrícula	Nome	Cargo	Secretaria	CC	Data
12765	LUIZ ANTONIO CALEGARI	COORDENADOR 4	TRÂNSITO	27	28/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 973/2017

DATA: 25 de abril de 2017.

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro efetivo, a servidora que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro efetivo, a servidora que menciona:

Matríc	Nome	Cargo	Secretaria	CE	Data
7687	REJANE GOMES MARTINS	TÉCNICO ADM. ED. ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR 30 H	EDUCAÇÃO	30	24/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 974/2017

DATA: 17 de abril de 2017

SÚMULA: Revoga a Portaria nº. 1050/2013, de 25 de novembro de 2013.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº. 1050/2013, de 25 de novembro de 2013, que "*Defere a averbação por tempo de serviço, da servidora IRIS JOSE FERREIRA S. RODRIGUES, referente ao período de 01.03.1974 a 13.03. 1991 de 01.09.1991 a 11.10.1991 num total de 6.259 (Seis mil duzentos e cinqüenta e nove) dias líquidos, ou seja, 17 (Dezessete) anos, 01 (Um) mês e 24 (Vinte e quatro) dias, prestados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS*.".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 074/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova a 2ª versão da Instrução Normativa nº 006/2008, que estabelece normas gerais a serem observadas pelo Poder Executivo Municipal para a elaboração do Plano Plurianual e acompanhamento dos resultados previstos.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º. A elaboração do Plano Plurianual e o acompanhamento dos resultados previstos no PPA obedecerão aos critérios e normas estabelecidos na Instrução Normativa nº 006/2008 – 2ª versão, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da Administração Indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Caberá à Unidade de Controle Interno - UCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

IVETE MALLMANN FRANKE

Secretária Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI

Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2008

Versão: 02

Aprovação em: 24/04/2017

Ato de aprovação: Decreto nº 074/2017

Sistema Administrativo: Sistema de Planejamento e Orçamento

Unidade Responsável: Diretoria de Orçamento

"DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SINOP."

TÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Regulamentar a elaboração do Plano Plurianual – PPA, objetivando estabelecer normas gerais a serem observadas pelo Poder Executivo Municipal, e seu acompanhamento.

TÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Abrange toda a estrutura organizacional do Poder Executivo, incluindo as Administrações Direta e Indireta.

TÍTULO III

DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - dimensão estratégica: orientação baseada na Visão de Futuro e nas Perspectivas da Sociedade; Processos Internos; Aprendizado e Crescimento e Financeira, definidas no Plano Estratégico, constante no PDI;

II - dimensão tática: define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos objetivos assumidos;

III - dimensão operacional: relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

IV – orçamento: Detalhamento dos programas constantes da programação de governo, em ações específicas materializadas nos projetos/atividades orçamentários, com indicação dos valores monetários.

V - plano plurianual – PPA: Consiste no plano estratégico de médio prazo, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

VI - programas temáticos: Retratam as agendas de governo, organizadas por recortes selecionados de Políticas Públicas que orientam a ação governamental. Sua abrangência representa os desafios e orienta a gestão do Plano, no que diz respeito ao monitoramento e avaliação da dimensão tática.

VII - programas de gestão, manutenção e serviços: Instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

VIII - unidade gestora: Unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

TÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 6º. A presente Instrução Normativa encontra fundamento legal nos artigos 165, §§ 1º e 4º; 167, § 1º da Constituição Federal, assim como os artigos 5º, 16, II e 17, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, além da Lei Orgânica Municipal de Sinop - MT.

TÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 7º. São responsabilidades do Prefeito Municipal:

I - nomear equipe do Plano Plurianual por meio de Portaria Municipal até o prazo de 07 de abril do ano de sua elaboração, devendo contar com:

a) servidor que coordene a elaboração do PPA;

b) servidor representando o setor de plano estratégico que participe da construção do PPA;

c) gestor de orçamento de cada secretaria responsável pelo planejamento plurianual da pasta;

II - aprovar o “Cronograma para Elaboração do PPA” por meio de Decreto Municipal;

III - convocar a sociedade para Audiência Pública em que será apresentado o planejamento plurianual em processo de elaboração;

IV - providenciar a elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual;

V - encaminhar o Projeto de Lei e os Anexos do PPA ao Legislativo Municipal, acompanhado da ‘Mensagem do Prefeito’;

VI - sancionar a lei do PPA e providenciar a publicação do texto da Lei no Diário Oficial;

VII - nomear por Portaria Municipal os gerentes dos Programas do PPA, conforme indicados nos Anexos preenchidos pelos responsáveis de cada secretaria.

Art. 8º. São responsabilidades da Diretoria de Orçamento:

I – informar, até o prazo de 21 de julho do ano da elaboração do plano, sobre as receitas previstas para os exercícios que corresponderão ao período do PPA, observando os percentuais legais a serem aplicados na Saúde e Educação bem como as receitas vinculadas, e definir as aplicações nas demais secretarias conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo de acordo com seu Plano de Governo.

Art. 9º. São responsabilidades do representante do Plano Estratégico:

I - fazer um levantamento da Visão de Futuro, os Eixos e Objetivos Estratégicos presentes no Plano Estratégico, componente do PDI.

Art. 10. São responsabilidades do Coordenador do PPA:

I – elaborar, até o dia 20 de abril do ano da elaboração do PPA, o “Cronograma para Elaboração do PPA” e encaminhar ao Prefeito Municipal;

II - orientar os gestores de orçamento acerca do preenchimento dos Anexos desta IN, e sempre que solicitado;

III - revisar todos os anexos preenchidos de todas as secretarias, devolvendo para correções sempre que necessário;

IV - reunir os anexos devidamente revisados, e encaminhá-los ao Prefeito Municipal, para que possa ser convocada a Audiência Pública de apresentação do plano;

V - se necessário, promover alterações no PPA, conforme acordado em Audiência Pública;

VI - lançar as informações dos Anexos II, III, IV e V no software, gerando automaticamente os códigos dos programas e seus valores globais;

VII - encaminhar ao Prefeito Municipal os anexos gerados pelo software, para apreciação e providências necessárias à finalização do processo;

VIII - compilar as informações contidas nos Anexos VI (de acompanhamento dos programas do PPA) em planilhas ou software próprio, que possibilite avaliar a execução dos programas previstos e encaminhar essas informações a (ao) Chefe do Executivo.

Art. 11. São responsabilidades dos gestores de orçamento das Secretarias, designados para elaboração do PPA:

I - realizar um inventário dos programas do PPA vigente de acordo com o Anexo I;

II - observar sempre os prazos estabelecidos em cronograma;

III - conjuntamente com o Secretário da pasta e demais servidores envolvidos, elaborar os Programas Temáticos conforme Anexo II;

IV - conjuntamente com o Secretário da pasta e demais servidores envolvidos, elaborar os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços, conforme Anexo III;

V - preencher os Anexos IV e V da presente Instrução Normativa, indicando as ações orçamentárias que levarão a resultados dos programas do PPA;

Art. 12. São responsabilidades do Gerente do Programa:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do programa do qual é responsável;

II - coletar as informações que possibilitam mensurar a execução do programa, a fim de avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA;

III - revisar os objetivos e metas estabelecidos no plano, e se necessário, propor alteração no PPA;

IV - encaminhar anualmente, até o dia 15 de março do ano subsequente à execução do PPA, ou sempre que solicitado, Relatório ao coordenador do PPA contendo as informações conforme o Anexo VI desta IN.

TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPES

Art. 13. Por meio de Portaria Municipal, o (a) Chefe do Poder Executivo nomeará a equipe responsável pela elaboração do Plano Plurianual – PPA, que deverá contar com:

a) servidor responsável pela coordenação da elaboração do PPA;

b) gestor de orçamento de cada secretaria, já designado por Portaria Municipal;

c) equipe de plano estratégico constante do PDI, já designada por Portaria Municipal.

Art. 14. Até o prazo de 20 de abril do ano da elaboração do Plano Plurianual, o servidor responsável pela coordenação da elaboração do PPA organizará o "*Cronograma para Elaboração do PPA"* e encaminhará ao (a) Prefeito (a) Municipal para que seja aprovada por meio de Decreto Municipal.

Parágrafo único. O cronograma deve prever todas as fases contidas nesta IN, e considerar que o prazo de finalização do processo de elaboração do planejamento e encaminhamento do projeto de lei à Câmara dos Vereadores deve ser de até 31 de agosto daquele ano.

CAPÍTULO II

DA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Art. 15. É papel do Plano Plurianual declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, e orientar taticamente as ações para a consecução dos objetivos pretendidos.

Parágrafo único. Para atendimento ao *caput*, o planejamento estrutura-se nas dimensões "Estratégica, Tática e Operacional".

Art. 16. Para fundamentar a elaboração do PPA em sua Dimensão Estratégica a equipe designada pela elaboração do PPA (coordenador e responsáveis das Unidades Executoras) deverá levantar a *Visão de Futuro*, os *Eixos e Objetivos Estratégicos* presentes no Plano Estratégico (componente do PDI) – que, por sua vez, deverá ter considerado o Plano Diretor e o Plano de Governo proposto pelo (a) Prefeito (a) eleito (a).

Art. 17. O coordenador do PPA, juntamente com a equipe de responsáveis pelo planejamento de cada secretaria, deverá proceder a um inventário dos programas do PPA vigente, com o propósito de avaliar o desempenho físico e financeiro, e a relevância dos programas e ações em curso.

Parágrafo único. O levantamento de que trata o *caput* será feito seguindo o formato proposto no Anexo I desta IN.

Art. 18. Feita esta avaliação, os programas e ações do antigo PPA poderão ser incorporadas ou transformadas em programas do próximo PPA, principalmente as que possuem caráter continuado.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO TÁTICA

Art. 19. Finalizada esta etapa, o responsável pela coordenação do PPA orientará a equipe de responsáveis pelo planejamento de cada secretaria acerca da formatação da Dimensão Tática, que será constituída de Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

Art. 20. Em observância aos prazos do cronograma estabelecido, a equipe técnica e o secretariado fará a elaboração desses programas, levando em consideração o Plano Estratégico constante no PDI, o Plano de Governo e o PPA vigente, para a concretização dos resultados esperados.

§1º. Neste momento, deverão ser preenchidos os Anexos II e III desta IN, que assim como os outros, necessitarão de assinatura do responsável e do secretário da pasta.

§2º. Os anexos citados no *caput* deverão ser encaminhados ao coordenador do PPA tanto no formato físico quanto digital.

Art. 21. No Anexo II serão inseridos os Programas Temáticos da secretaria, referentes aqueles que resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, devendo pertencer a um Objetivo Estratégico (presente no Plano Estratégico), e ser constituído pelos seguintes atributos:

I – **código:** gerado automaticamente pelo software utilizado para controle orçamentário;

II – **título:** expressa o tema a ser tratado;

III – **contextualização:** interpretação completa e objetiva da área, onde se descreverão as oportunidades, os desafios, os dados estatísticos, dentre outros;

IV **– indicador:** instrumento que permite aferir aspectos de um programa, composto de:

a) denominação – forma de apresentação;

b) fonte – órgão responsável pelo registro das informações necessárias;

c) unidade de medida – padrão escolhido para mensuração;

d) índice de referência - situação mais recente da política e sua perspectiva;

e) periodicidade – frequência com a qual o indicador será apurado;

f) forma de cálculo – expressão matemática que permitirá calcular o valor do indicador;

g) data de apuração - data de início e a data de término do Programa.

V - **objetivo** – o que deve ser feito, e é composto de:

a) código do objetivo – gerado automaticamente pelo software utilizado para a finalidade;

b) enunciado do objetivo – forma de comunicar as escolhas do programa;

c) caracterização do objetivo – elementos de ordem tática com a finalidade de nortear o que fazer, como fazer, em qual lugar, e quanto;

d) iniciativa (s) do objetivo – resumo do que vai ser feito;

e) meta do objetivo – medida do alcance do objetivo – qualitativa ou quantitativa – devendo ser passível de mensuração;

f) órgão responsável – secretaria ou autarquia, cuja atividade impacte de maneira mais contundente;

g) setor responsável – setor ou departamento da secretaria que esteja mais relacionado ao desenvolvimento do objetivo;

h) gerente – profissional designado pelo secretário ou pelo prefeito, para atuar como gerente do objetivo.

VI - **valor global** – estimativa de recursos necessários à consecução dos objetivos (apurado pela Diretoria de Orçamento após a compilação das informações).

Art. 22. Um Programa Temático pode contar com mais de um Objetivo.

Art. 23. No Anexo III serão inseridos os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços, ou seja, aqueles relativos à manutenção do órgão, de apoio administrativo e que não estão contemplados nos Programas Temáticos, devendo conter os seguintes atributos:

I - **código** - gerado automaticamente pelo software utilizado para controle orçamentário;

II - **título** – expressa o tema a ser tratado; e

III - **valor global** - estimativa de recursos necessários à consecução dos objetivos, indicando o consolidado para todo o período, especificado por esferas orçamentárias, com as respectivas categorias econômicas, e por outras fontes, a serem indicadas na captação quantitativa.

Art. 24. Até o prazo de 21 de julho do ano da elaboração do PPA, a Diretoria de Orçamento deverá fazer a projeção das receitas previstas para os exercícios que correspondem ao período compreendido para o PPA planejado, observando os percentuais legais a serem aplicados na Saúde e Educação, e definindo as aplicações nas demais secretarias conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo de acordo com seu Plano de Governo.

Art. 25. A Diretoria de Orçamento informará a cada secretaria os seus respectivos orçamentos para os anos compreendidos pelo PPA.

CAPÍTULO IV

Da Orientação Operacional

Art. 26. Definidos os Programas, tem início os trabalhos da Dimensão Operacional.

Parágrafo único. Para atender o disposto no *caput*, o responsável pela coordenação do PPA deverá orientar toda a equipe de responsáveis pelo planejamento de cada secretaria para a elaboração de ações orçamentárias, que são os instrumentos de realização dos programas.

Art. 27. Esta fase se dará por meio do preenchimento dos Anexo IV e V desta IN, que indicarão as ações elaboradas e os valores previstos para sua execução.

Parágrafo único. Ainda que as ações orçamentárias não façam parte do PPA, elas deverão ser definidas neste momento para possibilitar uma melhor estruturação orçamentária dos valores globais dos Programas do PPA.

Art. 28. Cada ação orçamentária estará vinculada a determinado objetivo do programa, e será classificada como:

a) projeto - conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto;

b) atividade - conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; ou

c) operação especial - não contribuem para a manutenção das ações de governo, não resulta um produto, nem geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços (São exemplos desse tipo de despesa: pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferências, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades).

Art. 29. Os atributos da ação a serem indicados nos Anexos IV e V, são:

I - **título** – identificação da ação, expressa em linguagem clara;

II - **produto** – qual produto, bem ou serviço, será entregue pela ação;

III - **órgão responsável** – secretaria ou autarquia em cujo nome o crédito orçamentário se consigna, com vistas à sua manutenção ou realização da ação;

IV - **unidade orçamentária** - o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão responsável;

V **- função** – maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público (Portaria MOG nº 42/99);

VI - **subfunção** – partes da função que visam agregar determinado subconjunto de despesa do setor público (Portaria MOG nº 42/99);

VII - **meta descritiva** - a finalidade ou o objetivo traçado pela ação;

VIII - **unidade de medida da meta** - padrão selecionado para mensurar a produção do bem ou serviço a ser entregue;

IX - **meta física** – quantidade de produto a ser ofertado por ação;

X - **meta financeira** – quanto se pretende gastar para atingir a meta física;

XI - **fonte de recurso** – representa o recurso que financiará a meta.

Art. 30. O Anexo V trata da projeção financeira das ações orçamentárias, que conforme já explanado, não farão parte do PPA, mas sua mensuração faz-se necessária para possibilitar o conhecimento dos valores globais dos programas.

Art. 31. O anexo V dará sequência à estrutura de programação já definida, quais sejam:

a) o órgão responsável;

b) a unidade orçamentária;

c) a função; a subfunção; o programa; e

d) a ação orçamentária – desenhada pelo Anexo IV.

Art. 32. Com base nos valores dos orçamentos informados pela Diretoria de Orçamento, cada secretaria alocará seu orçamento nas suas respectivas ações de acordo com a natureza da despesa, devendo observar que:

I - o primeiro algarismo indica a categoria econômica; o segundo o grupo de natureza de despesa; o terceiro e quarto indicam a modalidade de aplicação; o quinto e o sexto algarismo indicam a natureza de despesa; e os últimos algarismos indicam a fonte de recurso;

II - para a projeção da folha de pagamento deverá ser considerado 12 folhas mais o percentual de aumento salarial e para as despesas correntes o total gasto no mês, vezes a quantidade de parcelas do ano;

III - para o cálculo das despesas de capital, será considerado o valor dos materiais permanentes, que serão adquiridos;

IV – caso haja a previsão de recursos conveniados para a pasta, deverá ser considerada a contrapartida.

Art. 33. A composição da natureza de despesa deverá observar o Anexo II da Portaria Interministerial nº 163/SOF e STN, de 4 de maio de 2001.

Art. 34. Após preenchidos e assinados pelo responsável pela elaboração e pelo secretário da pasta, os Anexos IV e V deverão ser entregues ao coordenador do PPA para análise.

Parágrafo único. Os anexos citados no *caput* deste artigo deverão ser encaminhados ao coordenador do PPA tanto no formato físico quanto digital.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO DO PPA

Art. 35. O Coordenador do PPA procederá a análise com base nas seguintes perguntas e respostas:

Bloco da Estrutura	**Item da estrutura do PPA**	**Pergunta a ser respondida:**
Estrutura Programática	**Programa**	Qual o tema da política pública?
	Objetivo	O que se pretende alcançar com a implementação da política pública?
	Iniciativa	O que será entregue pela política pública?
Classificação Institucional	**Órgão Responsável**	Em qual orçamento?
	Unidade Orçamentária	Quem é o responsável por fazer?
Classificação Funcional	**Função/ Subfunção**	Em que áreas de despesa a ação será realizada?
Estrutura Programática	**Ação**	
	Forma de Implementação	O que é feito? Como é feito?
	Produto	O que será produzido ou prestado?
	Unidade de Medida	Como é mensurado?

Art. 36. As respostas às perguntas devem estar satisfatórias nos seguintes aspectos:

a) clareza dos atributos dos Programas e Ações;

b) alinhamento da proposta com as orientações estratégicas de governo;

c) coerência, consistência e suficiência das ações;

d) alocação de recursos suficientes;

e) correta adequação na classificação das funções e subfunções.

Art. 37. Durante a revisão, se verificada necessidade de ajustes aos anexos preenchidos, o Coordenador do PPA encaminhará o anexo que contém falhas para que a secretaria promova as melhorias.

CAPÍTULO VI

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 38. De posse de todos os programas de trabalho das secretarias e autarquias, o (a) Chefe do Poder Executivo convocará a sociedade para Audiência Pública em que será apresentado o planejamento em processo de elaboração, e aberto o espaço para questionamentos e sugestões da população.

Art. 39. A Audiência Pública será objeto de registro em ata, contendo a lista de presença e as decisões tomadas.

Art. 40. Caso sejam necessárias alterações no PPA em decorrência de sugestões da sociedade, o Coordenador do PPA fará as adequações conjuntamente com a secretaria envolvida e com estrita observância ao acordado na ata da Audiência Pública.

Art. 41. Após apresentados e aprovados em Audiência Pública, e devidamente revisado pelo Coordenador do PPA, as informações contidas nos Anexos II, III, IV e V, preenchidos pelas secretarias serão lançadas no software.

Parágrafo único. Neste momento serão gerados automaticamente os códigos dos programas e seus valores globais e consolidados os programas intersetoriais.

Art. 42. Os anexos gerados pelo software deverão ser encaminhados ao (a) Prefeito (a) Municipal para apreciação, e providências necessárias à finalização do processo.

CAPÍTULO VII

DA FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONVERSÃO EM LEI

Art. 43. Após apreciação e anuência, o (a) Chefe do Poder Executivo deverá elaborar o Projeto de Lei do Plano Plurianual com o auxílio da Diretoria de Orçamento.

Art. 44. O projeto de Lei trará a contextualização e disposições preliminares, os dispositivos para as revisões do plano plurianual, e outras providências legais pertinentes e farão parte do projeto de lei os 03(três) Anexos abaixo identificados:

a) Anexo I - dos Programas Temáticos (com indicadores, orçamento fiscal e da seguridade social, objetivo, órgão responsável, metas e iniciativas);

b) Anexo II – dos Programas de Gestão (com o orçamento fiscal e da seguridade social);

c) Anexo III – contendo os Programas e Iniciativas;

Art. 45. O projeto de lei e os anexos serão encaminhados à Câmara Municipal até 31 de agosto acompanhados da Mensagem do Prefeito, que conterá a *Dimensão Estratégica* (com a visão de futuro, os eixos e objetivos estratégicos, o diagnóstico da situação socioeconômica e ambiental do Município, e o cenário fiscal para os quatro anos seguintes), e a *Dimensão Tática* (com os Programas Temáticos e seus objetivos).

Art. 46. Aprovado pelo Legislativo, o (a) Chefe do Poder Executivo sancionará – ou vetará – o Projeto, seguindo os procedimentos do artigo 38 da Lei Orgânica do Município de Sinop.

Art. 47. Sancionada a Lei do PPA, deverá ser providenciada a publicação do texto da Lei no Diário Oficial do Município, bem como disponibilizado no Portal da Transparência.

Art. 48. O responsável pelo APLIC enviará na carga inicial (conforme prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas) do primeiro ano de vigência do Plano Plurianual, os informes e documentos relativos ao PPA.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DO PPA

Art. 49. O gerenciamento de programas do Plano Plurianual tem por objetivo viabilizar os compromissos assumidos com a sociedade por meio de uma ação decididamente orientada para resultados.

Art. 50. Designado por Portaria Municipal para acompanhar e fiscalizar a execução de determinado programa do PPA, o Gerente do Programa coletará informações que possibilitem mensurar sua execução, revisando os objetivos e metas estabelecidos, na forma do Anexo VI desta IN.

Art. 51. Caso necessário, o Gerente do Programa poderá propor alteração no PPA, que deverão observar as regras estabelecidas na Lei do PPA vigente.

Art. 52. O Anexo VI, citado no Art. 49 desta IN, deverá ser encaminhado anualmente, até o dia 15 de março do ano subsequente, ou sempre que solicitado, à Diretoria de Orçamento.

Art. 53. As informações contidas nesses anexos deverão ser compiladas em planilhas ou em software próprio, de forma a permitir que se avalie a execução dos programas previstos e onde evidenciarão em cada programa o objetivo estratégico e seu indicador, possibilitando comparar o índice previsto com o índice apurado.

Art. 54. Até o dia 15 de abril de cada ano o Coordenador do PPA deverá encaminhar essas informações ao (a) Chefe do Poder Executivo para ciência, acompanhamento e avaliação e cópia dessas informações deverá seguir também para o Legislativo e para a Unidade de Controle Interno.

Art. 55. Caso necessário, o (a) Chefe do Poder Executivo, com auxílio da Diretoria de Orçamento e das Unidades Executoras, revisará os programas previstos no PPA, podendo propor alterações.

Art. 56. Os indicadores dos programas, informados no Anexo VI serão confrontados com as informações contidas no software de acompanhamento do Plano Estratégico (GPE).

Art. 57. O responsável pelo APLIC enviará mensalmente ao TCE/MT, por meio do Sistema APLIC, toda alteração realizada no PPA.

TÍTULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 58. Sempre que necessário, os responsáveis pelo planejamento de cada secretaria poderão se dirigir ao Departamento de Orçamento para tirar dúvidas sobre o processo de elaboração do PPA, devendo haver agendamento prévio.

Art. 59. Fica revogada a parte da Instrução Normativa nº 010/2008, aprovada pelo Decreto Municipal nº 127/2008, que trata do **"Acompanhamento dos resultados dos Programas e Ações previstos no PPA"**.

Art. 60.Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sinop – MT, 24 de abril de 2017.

IVETE MALLMANN FRANKE

Secretária Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI

Controlador Geral

Anexo I – Inventário de Programas e Ações do PPA em curso:

Programa	**Ação**	**Projeto** (1) **Atividade** (2) **Operação Especial** (9)	**Valor do Orçamento - Atualizado**	**Caráter Continuado** (SIM/ NÃO)

_____

Assinatura do Responsável

Anexo II - Cadastro e Identificação dos Programas Temáticos

Objetivo Estratégico:
Código do Programa: (gerado pela Diretoria de Orçamento)
Título do Programa:

Contextualização do Programa:					
Indicador 1:					
Índice Atual	Índice para o 1º exercício (2XXX)	Índice para o 2º exercício (2XXX)	Índice para o 3º exercício (2XXX)	Índice para o 4º exercício (2XXX)	Índice ao final do Programa
Indicador 2 (se for o caso):					
Índice Atual	Índice para o 1º exercício (2XXX)	Índice para o 2º exercício (2XXX)	Índice para o 3º exercício (2XXX)	Índice para o 4º exercício (2XXX)	Índice ao final do Programa
Objetivo ____ Código do Objetivo: (gerado pela Diretoria de Orçamento) ____ Enunciado do Objetivo: ____ Meta(s) do Objetivo: ____ Iniciativa(s) do Objetivo: ____ Órgão Responsável: ____ Setor Responsável: ____ Gerente:					
Valor Global do Programa: (apurado pela Diretoria de Orçamento, após compilação das informações)					

Anexo III - Cadastro e Identificação dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços

Objetivo Estratégico:
Código:
Título:
Valor Global:

Anexo IV - Cadastro das Ações Orçamentárias, segundo Objetivo do Programa

Programa:				
____ Objetivo do Programa:				
Título da Ação Orçamentária:				
Tipo de Ação: ( ) Projeto ( ) Atividade ( ) Operação Especial **Zona da Ação**: ( ) Urbana ( ) Rural				
Descrição da Ação Orçamentária:				
Produto (bens ou serviços à sociedade):				
Órgão Responsável:				
Unidade Orçamentária:				
Função:				
Subfunção:				
Meta descritiva: ____ Unidade de Medida:				
Meta Física				
Para 2XXX – 1º exercício	Para 2XXX – 2º exercício	Para 2XXX – 3º exercício	Para 2XXX – 4º exercício	Ao final do PPA
Meta Financeira				
Para 2XXX – 1º exercício	Para 2XXX – 2º exercício	Para 2XXX – 3º exercício	Para 2XXX – 4º exercício	Ao final do PPA
Fonte de Recurso: ( ) Próprio ( ) Convênios				

_____

Assinatura do Responsável

Anexo V - Projeção financeira das Ações Orçamentárias

Órgão:					
Unidade Orçamentária:					
Função:					
Subfunção:					
Programa:					
Ação:					
Natureza Despesa	**Valor Atual**	**2xxx**	**2xxx**	**2xxx**	**2xxx**
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Ação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obs. 1: O primeiro algarismo indica a categoria econômica; o segundo o grupo de natureza de despesa; o terceiro e quarto indica a modalidade de aplicação; o quinto e sexto algarismo indica a natureza de despesa, os últimos algarismos indica a fonte de recurso.

Obs. 2: Para a projeção da folha de pagamento será considerado 12 folhas mais o percentual de aumento salarial e para as despesas correntes o total gasto no mês vezes a quantidade de parcelas do ano.

Obs. 3: Para o cálculo das despesas de capital, será considerado o valor dos materiais permanentes, que serão adquiridos.

Obs. 4: As naturezas de despesa devem observar o Anexo II da Portaria Interministerial nº 163/SOF e STN, de 04 de maio de 2001.

_____

Assinatura do Responsável

Anexo VI - Acompanhamento do Programa do PPA:

Objetivo Estratégico:		
Programa Código: Título:		
Indicador: Fonte: Unidade de Medida: Forma de Cálculo:		
Índice de Referência	Índice previsto para o Exercício de 2xxx	Índice apurado no Exercício de 2xxx
Análise do Objetivo: (Com percentuais atingidos e eventuais justificativas, se for o caso)		

(Assinatura do Gerente do Programa e do Secretário da Pasta)

Fluxograma:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 076/2017

DATA: 25 de abril de 2017

SÚMULA: Eleva para a *Classe B* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº. 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, e suas alterações posteriores;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, nomeada pela Portaria nº 1143/2016, de 07 de novembro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe B* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores públicos municipais de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

ANNA DIAS DA COSTA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Matricula	Nome	Cargo	Titulo deferido
10987	ROSEMEIRE PAES DA SILVA NEUMANN	AG COM SAUDE - PSF ALTO DA GLORIA	CLASSE B
10991	LUZIA FERREIRA DA SILVA REZENDE	AG COM SAUDE - PSF ALTO DA GLORIA	CLASSE B
11051	MARIA VALDECI MENDES DOS SANTOS	AG COM SAUDE - PSF ALTO DA GLORIA	CLASSE B
10457	ALINE OLIVEIRA	AG COM SAUDE - PSF DR CARLOS SHOLTAO	CLASSE B
11123	KATIA ROSELI ARAUJO	AG COM SAUDE - PSF JARDIM BOTANICO I E II	CLASSE B
11021	MARCIA LOURENÇO DE NOVAES	AG COM SAUDE - PSF JARDIM PRIMAVERAS	CLASSE B
11035	ELISON LINO PEDROLO	AG COM SAUDE - PSF JARDIM PRIMAVERAS	CLASSE B
11010	FABIANA MACHADO BALKE	AG COM SAUDE - PSF MARIA VINDILINA	CLASSE B
11042	ANDRESSA FERREIRA BORGES	AG COM SAUDE - PSF MARIA VINDILINA	CLASSE B
11043	CLERES DOS SANTOS DA CONCEICAO	AG COM SAUDE - PSF MARIA VINDILINA	CLASSE B
11044	FRANCIELLI RODRIGUES DE JESUS	AG COM SAUDE - PSF MARIA VINDILINA	CLASSE B
9949	ELIANE APARECIDA DA COSTA KUZMINSKI	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	CLASSE B
10442	LIZIANE MARIA GEBEL	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	CLASSE B
10443	MARCIA APARECIDA MENESES DE SOUZA	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	CLASSE B
11125	VALQUIRIA SAUCEDO DA SILVA LOPES	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	CLASSE B
11023	GUSTAVO CELSO ALVES	AG COM SAUDE - PSF PARQUE DAS ARARAS	CLASSE B
11118	SILVANA PEREIRA DOS SANTOS MOREIRA	AG COM SAUDE - PSF PARQUE DAS ARARAS	CLASSE B
11119	ELIANE APARECIDA STOLARSKI	AG COM SAUDE - PSF PARQUE DAS ARARAS	CLASSE B
10998	FLORISBELA LOPES SOARES	AG COM SAUDE - PSF SAO CRISTOVAO	CLASSE B
11030	PAULA DOS SANTOS GONCALVES MARTINS	AG COM SAUDE - PSF SAO CRISTOVAO	CLASSE B
11033	SAMELA NAIARA DOS SANTOS	AG COM SAUDE - PSF SAO CRISTOVAO	CLASSE B
10989	LUCIMERE COSTA DA SILVA FLORES	AG COM SAUDE - PSF SEBASTIAO DE MATOS	CLASSE B
10993	DANIANE CAMARGO DA SILVA HAUBERT	AG COM SAUDE - PSF SEBASTIAO DE MATOS	CLASSE B
10994	VALCIRLENE VALADARES DOS SANTOS DEMARCK	AG COM SAUDE - PSF SEBASTIAO DE MATOS	CLASSE B
11031	ANA LUCIA LOPES DA SILVA DE OLIVEIRA	AG COM SAUDE - PSF SEBASTIAO DE MATOS	CLASSE B
11036	ANA MARIA SAUCEDO	AG COM SAUDE - PSF SEBASTIAO DE MATOS	CLASSE B
10449	CLAUDIA CORDEIRO DA SILVA	AG COM SAUDE - PSF UNIAO	CLASSE B
10992	MEIRE APARECIDA GUZI SANTANA	AG COM SAUDE - PSF UNIAO	CLASSE B
11120	BERNADETE TRINDADE FURLANETO SANTOS	AG COM SAUDE - PSF UNIAO	CLASSE B
10444	MAYARA CASSIMIRO DE SOUZA	AG COM SAUDE - PSF VITORIA REGIA	CLASSE B
11034	MARIETE APARECIDA ROLDAO	AG COM SAUDE - PSF VITORIA REGIA	CLASSE B
10475	ELIANE LUZIA GRANJA	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	CLASSE B
11029	SILMARA MORAIS DE ANDRADE	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	CLASSE B
11032	SIMONI COMITRE DOS SANTOS	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	CLASSE B
11026	LUCIMARA SILVA GONCALVES	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	CLASSE B
10990	MIRIAN BEVENUTE GARDAS	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
10995	ANA JALVA CARDOSO CHAGAS DOS ANJOS	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
10996	ELIANE RODRIGUES TOSTA	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
11022	ANGIELI SILVA DOS SANTOS	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
11046	MARIA DO CARMO THEODORO DOS SANTOS	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
11049	MAGNA CRISTINA DA SILVA	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B

11045	FRANCISCA ROGERIO SILVA BOTELHO	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
11047	CLAUDIA RENATA SANTOS DA SILVA	AG COM SAUDE- PSF JARD OLIVEIRAS	CLASSE B
11128	JORGE PAULO SEPI DE LIMA	AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	CLASSE B
10362	DIOGO RAFAEL DA SILVA	ENFERMEIRO 40 HS	CLASSE B
10970	MAIKELIN LESSANDRA STRAUB TAKAKI	ENGENHEIRO SANITARISTA	CLASSE B
4997	CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE B
10186	SILVANA BARROS FERREIRA DA CUNHA	ASSISTENTE SOCIAL	CLASSE B
7722	FERNANDA CRISTINA MORESCHI DE FREITAS	FONOAUDIOLOGO	CLASSE B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 077/2017

DATA: 25 de abril de 2017

SÚMULA: Eleva para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº. 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, e suas alterações posteriores;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, nomeada pela Portaria nº 1143/2016, de 07 de novembro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores públicos municipais de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

ANNA DIAS DA COSTA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Matricula	Nome	Cargo	Titulo deferido
9923	IDA APARECIDA PAIVA DA SILVA	AG COM SAUDE - PSF ALTO DA GLORIA	CLASSE C
9307	BALMINONDAS MARQUES FERNANDES	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	CLASSE C
9208	RAFAEL BARRETO ALVES	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	CLASSE C
2876	JOSE RENATO GROTTO	ARQUITETO	CLASSE C
8286	ELIANI DISARO FANGUEIRO PEREIRA	ARQUITETO	CLASSE C
2443	DENISE DE FATIMA FAVARO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CLASSE C
6159	NEILI ISAMAR KOPP	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CLASSE C
6267	WESLEN MARTINS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CLASSE C
4740	JOAO PEDRO HARTMANN	CARPINTEIRO	CLASSE C
7868	LUCIANO ANTONIO SEGER	CIRURGIAO DENTISTA 40 HS	CLASSE C
8242	ROSEMARI DE AMORIM	CONTADOR	CLASSE C
4843	CELSO SEBASTIAO DE SOUZA	GUARDA DE TRANSITO	CLASSE C
7711	JAIR FERREIRA DA COSTA	MOTORISTA III	CLASSE C
4933	CLAUDIONOR GUNZ DE ARAUJO	OPERARIO BRACAL	CLASSE C
7462	CLERIO GOMES	OPERARIO BRACAL	CLASSE C
8175	ILMA APARECIDA DE SOUZA	PSICOLOGO	CLASSE C
4250	IVETE AKIYAMA	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
7239	MARIA CLARA BIANCHIN	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
7766	RAQUEL AFONSO DE ARAUJO SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
7824	ISABEL CRISTINA DO PRADO	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
7910	EDIVA GONCALVES LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
9813	ELIVANIA CUNHA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
9914	LUCILENE LINO MARIA	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE C
8630	ARISTEIA DIAS PEDROZO ALVES	TECNICO DE LABORATORIO	CLASSE C
5609	MARIA ODILA DOS SANTOS	ZELADOR	CLASSE C

AGER SINOP
PORTARIA Nº013/2017

DATA: 03 de abril de 2017

SÚMULA: Torna Público a entrada em exercício, no quadro efetivo, dos servidores que menciona.

.

JOSÉ ALMIRO MULLER, DIRETOR PRESIDENTE DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar pública a entrada em exercício no quadro efetivo, dos servidores que menciona, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	CE	Admissão
007325	Carlos Eduardo Mateos da Rocha	Gestor Administrativo e Financeiro	72	06/04/2017
007326	Bruna da Cruz Duarte	Contadora	25	06/04/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER.

ESTADO DE MATO GROSSO

EM,03 de maio de 2017

JOSÉ ALMIRO MULLER

Diretor Presidente da AGER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 078/2017

DATA: 25 de abril de 2017

SÚMULA: Eleva para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº. 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, e suas alterações posteriores;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, nomeada pela Portaria nº 1143/2016, de 07 de novembro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores públicos municipais de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

ANNA DIAS DA COSTA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Matricula	Nome	Cargo	Titulo deferido
9965	DEORLAN NUNES DE SOUSA	AG COM SAUDE - PSF JARDIM PRIMAVERAS	CLASSE D
10042	ROZANGELA MARIA FIDELI	AG COM SAUDE - PSF PARQUE DAS ARARAS	CLASSE D
9963	SONIA SALETE CARNEZELLA	AG COM SAUDE - PSF UNIAO	CLASSE D
5632	PAULO NORBERTO DE MELO	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	CLASSE D
7895	CARLENE MARIA OLIVEIRA SODRE	ASSISTENTE SOCIAL	CLASSE D
6648	EDENAI FERREIRA DA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CLASSE D
3013	ROSANGELA DE LUCIA	AUXILIAR DE CONS. DENTARIO	CLASSE D
6572	LUCINEIA DA SILVA PEGO	AUXILIAR DE CONS. DENTARIO	CLASSE D
3764	MANOEL AGOSTINHO DO NASCIMENTO JUNIOR	AUXILIAR TECNICO DE ESPORTES	CLASSE D
9780	CLARICE COSSA SCOPEL	CONTADOR	CLASSE D
11804	VALDIR JOSE DE OLIVEIRA	ENCANADOR	CLASSE D
4285	MARCIANO MARCELINO AQUINO DA CRUZ	ENFERMEIRO 40 HS	CLASSE D
5401	JORGINA FROIS DA SILVA	ENFERMEIRO 40 HS	CLASSE D
8331	KARINA MAIA AGUSTINI	ENFERMEIRO 40 HS	CLASSE D
2936	ROBERTO KNOLL	ENGENHEIRO AGRONOMO	CLASSE D
8728	JOSE CLEBSON XAVIER FERNANDES	ENGENHEIRO AGRONOMO	CLASSE D
6553	LEILA CLAUDIA DE PAULA MACHIAVELI	FARMACEUTICO / BIOQUIMICO	CLASSE D
26	SILVANA CECATTO FURQUIM PEREIRA	FISCAL TRIBUTARIO	CLASSE D
3763	JOSE CARLOS LUMBRERAS	FISCAL TRIBUTARIO	CLASSE D
7834	ADRIANO BELGROVICZ	FISCAL TRIBUTARIO	CLASSE D
6782	JOSE CARIANI JUNIOR	MEDICO DO TRABALHO 30 HS	CLASSE D
9224	LUZIA NUNES DE OLIVEIRA	MERENDEIRA	CLASSE D
67	APARECIDO DONIZETE BENTO DE SOUZA	MOTORISTA II	CLASSE D
8299	OZEIAS DOS REIS DE SOUZA	MOTORISTA II	CLASSE D
6069	PAULO SERGIO GRITTI	MOTORISTA III	CLASSE D
6072	VALTER DOMINGUES	MOTORISTA III	CLASSE D
9839	VITOR PERBONI	MOTORISTA III	CLASSE D
9825	PATRICIA KARINA COMIRAN	NUTRICIONISTA	CLASSE D
119	DOMINGOS MARCHESAN	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	CLASSE D
7282	JOSE EVANGELISTA DA SILVA	OPERARIO BRACAL	CLASSE D
8300	VALMIR LUIS DE PAULA	OPERARIO BRACAL	CLASSE D
9333	ANTONIO CANDIDO DA SILVA NETO	PEDREIRO	CLASSE D
4231	ELISA DA LUZ	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE D
4325	NALVA PEREIRA DE SALLES SESPERE	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE D
7927	GILVA NETE NEVES MORENO	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE D
9474	FLAVIA RODRIGUES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	CLASSE D
9306	RODRIGO ALVES DE SOUZA	VIGIA	CLASSE D
7141	LADY LAURA RODRIGUES DA SILVA	ZELADOR	CLASSE D
7921	RITA DE CASSIA DE SOUZA	FONOAUDIOLOGO	CLASSE D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 079/2017

DATA: 25 de abril de 2017

SÚMULA: Eleva para a *Classe E* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº. 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, e suas alterações posteriores;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, nomeada pela Portaria nº 1143/2016, de 07 de novembro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe E* no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores públicos municipais de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

ANNA DIAS DA COSTA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Matricula	Nome	Cargo	Titulo deferido
2826	CASSIA CRISTIANI PINHEIRO SILVA	ENGENHEIRO SANITARISTA	CLASSE E
8730	ANA PAULA MULLER	FARMACEUTICO / BIOQUIMICO	CLASSE E
7708	JOICY MARINA DE CASTRO MEDINA	GEOLOGO	CLASSE E
6546	JULIANO BERTICELLI	MEDICO CIRURGIAO GERAL 30 HS	CLASSE E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017 - SRP 011/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrônico nº 006/2017 - SRP 011/2017, referente: **Aquisição de Trator Cortador de Grama do Tipo Giro Zero, para tender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura**, Empresa: **DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI, CNPJ/MF:** 15.823.601/0001-71**, Item:** 01. Homologado em 03 de abril de 2017.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 379/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017 DE 20/04/2017

CONTRATO N.º 007/2017 - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial (com o fornecimento de todo material necessário para a execução dos serviços), cozinheiro e auxiliar de cozinha, para atender as necessidades da Secretarias Municipais. CONTRATADA: **ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP**, CNPJ/MF: **14.571.427/0001-54**. VALOR TOTAL**:** R$ **1.675.855,44** (Um Milhão, Seiscentos e Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Cinqüenta e Cinco Reais e Quarenta e Quatro Centavos). CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**. **REF:** Adesão n° 001/2017, fundamentada na Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e 10.520/2002, Decretos 5.450/2005 e 7.892/2013 . **DATA DE INICIO:** 20/04/2017. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

CAMARA MUNICIPAL DE SINOP
COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO PROPOSTA DE PREÇOS - REFERENTE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

Comunicamos o resultado do Julgamento da Proposta de Preços, referente à Tomada de Preços nº 001/2017, tendo como objeto: Contratação de Empresa de Publicidade e Propaganda para Criação e Divulgação dos Trabalhos Institucionais e Legislativos da Câmara Municipal de Vereadores.

1ª Colocada – Empresa M. VITORINO DA SILVA – ME, CNPJ nº 06.851.416/0001-08 - com **92,58 pontos**, 2ª Colocada NOVA MIDIA PUBLICIDADES LTDA, CNPJ nº 02.416.777/0001-67 - com **85,86 pontos**;

Ficam as empresas notificadas a partir da presente data.

Sinop, 27 de abril de 2017.

Marcieli Gomes

Presidente - CPL

CAMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO Nº: 001/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, com sua sede localizada na Avenida das Figueiras n° 1835, na cidade de Sinop – MT, através da Comissão de Licitação, convoca as licitantes classificadas no julgamento final das propostas para apresentarem a Documentação de Habilitação na Sessão Pública de Recebimento e Abertura do Envelope nº 005 – Documentos de Habilitação, referente à Licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo TÉCNICA E PREÇO N° 001/2017, tendo como objeto a "contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara MUNICIPAL"será realizada dia 08/05/2017, às 09 horas na sede da Câmara Municipal de Sinop – MT.

Sinop – MT, 02 de maio de 2017.

Marcieli Rosangela Gomes

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 060/2017

DATA: 07 de abril de 2017

SÚMULA: Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Educação Infantil EMEI ELIZETE DALLABRIDA.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil denominada EMEI ELIZETE DALLABRIDA, localizada na Rua Tébis, nº 06, Quadra 01, no Residencial Sebastião de Matos.

Art. 2º. É de competência da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura a lotação do pessoal docente, os recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil EMEI ELIZETE DALLABRIDA, nos moldes do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO-GROSSO.

Em, 07 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

VERIDIANA PAGANOTTI

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 080/2017

DATA: 25 de abril de 2017

SÚMULA: Indefere a elevação de classe dos servidores que menciona ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento – PCCV, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº. 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011, e suas alterações posteriores;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, nomeada pela Portaria nº 1143/2016, de 07 de novembro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica indeferido o enquadramento para elevação de classe no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV dos servidores públicos municipais listados no Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. O indeferimento supra decorre do não atendimento às disposições contidas na Lei nº 1604/2011 que instituiu o PCCV.

Art. 3º. Os servidores poderão recorrer à Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados à partir da publicação do presente Decreto, para a revisão do indeferimento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicidade, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

ANNA DIAS DA COSTA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Matricula	Nome	Cargo	Situação
9937	ROSELI AMELIA ISIDORO SLOVINSKI	AG COM SAUDE - PSF DR CARLOS SHOLTAO	INDEFERIDO
9978	SILVIA REGINA DE OLIVEIRA	AG COM SAUDE - PSF JARD BOTANICO III E IV	INDEFERIDO
4065	ROSELI TOMAZ DOS SANTOS	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL III	INDEFERIDO
9175	GILSON TISCHLER	MOTORISTA III	INDEFERIDO
5646	MARINEZ FATIMA ZOLETT MACHINER	ZELADOR	INDEFERIDO
7877	MARIA CRISPIM QUEIROZ SCHUENCK	ZELADOR	INDEFERIDO
10480	MARLETE DE OLIVEIRA	AG COM SAUDE - PSF SAO CRISTOVAO	INDEFERIDO
10446	JOSANIA VASCONCELOS	AG COM SAUDE - PSF ALTO DA GLORIA	INDEFERIDO
10472	MIRIAN DIAS FERREIRA TARODA	AG COM SAUDE - PSF DR CARLOS SHOLTAO	INDEFERIDO
10484	ARIANA RIBEIRO SILVA	AG COM SAUDE - PSF DR CARLOS SHOLTAO	INDEFERIDO
10439	ERICA AMANCIA DE CAMPOS FONSECA	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	INDEFERIDO
10419	ANTONIA SILANIA MATIAS DE LUCENA	AG COM SAUDE- PSF JARD IBIRAPUERA	INDEFERIDO
11856	MARCELLO MODESTO MALAQUIAS	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	INDEFERIDO
10361	ANDRESSA AMARAL PEREIRA	JORNALISTA	INDEFERIDO
4888	PEDRO MARQUES DE OLIVEIRA	OPERARIO BRACAL	INDEFERIDO
6432	LUCAS FRANCELINO DA SILVA	EDUCADOR SOCIAL 20 HS	INDEFERIDO
7380	LUCAS FRANCELINO DA SILVA	EDUCADOR SOCIAL 20 HS	INDEFERIDO
9969	MARINETE DA ROSA	AG COM SAUDE - PSF ALTO DA GLORIA	INDEFERIDO
9961	OSMILDA PEREIRA DA SILVA ALBUQUERQUE	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	INDEFERIDO
9983	MARLEIDE DE LIMA SILVA LUCCA	AG COM SAUDE- PSF BOA ESPERANÇA	INDEFERIDO
2085	SEBASTIAO FRANCISCO DE ASSIS	MOTORISTA II	INDEFERIDO
5398	NEUSA VERLINDO	ZELADOR	INDEFERIDO
4253	JACINTA SALETE SAGGIORATO FRANCIO	PSICOPEDAGOGA	INDEFERIDO
5669	MARIELZA BRANCO AYALA CURVO MUNIZ	FISIOTERAPEUTA	INDEFERIDO
7268	MARIA ELIENE SA PINHEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO
10450	ROBSON TADEU ALTALI OURIVES	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	INDEFERIDO
10456	JULIA RIBEIRO	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	INDEFERIDO
10434	SIDINEY ALVES DA SILVA	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	INDEFERIDO
10435	ALESSANDRO SUZARTE	AG COM SAUDE - PSF MENINO JESUS	INDEFERIDO
10458	SONIA MARLIS KILL DE LIMA	AG COM SAUDE - PSF VITORIA REGIA	INDEFERIDO
10462	DAIANE RODRIGUES DA SILVA	AG COM SAUDE - PSF VITORIA REGIA	INDEFERIDO
10464	FRANCIELLY FERNANDA DE OLIVEIRA	AG COM SAUDE - PSF VITORIA REGIA	INDEFERIDO
5640	ADINEI AUXILIADORA DE ALMEIDA	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	INDEFERIDO
10190	JOSELINA GONCALVES MOREIRA	ZELADOR	INDEFERIDO
10028	KATIA RIBEIRO E SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	INDEFERIDO
7873	MARCIA ANTUNES DA SILVA	ZELADOR	INDEFERIDO
8879	ELINEU BERNARDO DA SILVA	GARI	INDEFERIDO
11809	ANTONIO WALTER DOS SANTOS	ENCANADOR 40 HS	INDEFERIDO
215	MILTON BOGONY	OPERADOR DE PA-CARREGADEIRA	INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº 001/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso**, prorroga por mais 05 (cinco), dias contados a partir de 02.08.2017, a posse da candidata abaixo relacionada, convocada através do Edital de Nomeação nº 003/2017 do Processo Simplificado nº 001/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 29 de março de 2017 – Edição nº 2698, página 295, em virtude de cumprimento de Licença Maternidade, assegurado pelo art. 13, §1º da Lei Federal nº 8.112/90, conforme segue:

CARGO: PROFESSOR 30h - PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
131	NAIRA ROBERTA ANTONIOLI DOS SANTOS

Sinop-MT, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 081/2017

DATA: 27 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado de *"Jardim Monte Carlo"* e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado "Jardim Monte Carlo" de propriedade da empresa Jardim Monte Carlo Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.314.394/0001-10, com sede na Rua das Aroeiras, nº 629, Sala 11, Setor Comercial, nesta cidade de Sinop – MT.

Art. 2º. O empreendimento Jardim Monte Carlo está localizado na área de terra denominada Chácara nº 444, no Bairro de Chácaras, Gleba Celeste, 3ª Parte, neste Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada e do loteamento de 11,723801 hectares ou 117.238,01 m², assim distribuídos:

a) Área de Lotes 64.980,37 m2

b) Área Institucional 7.034,30 m2

c) Área de Arruamento 33.499,51 m2

d) Área Verde 11.723,83 m2

Área Total 117.238.01 m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - a poligonal tem início no **marco M01,** georreferenciado no Sistema Geodésico de Referência **(SGR), SIRGAS2000, MC 57°WGR**, de coordenadas Planas Retangulares Relativas, Sistema UTM: **(E= 660.199,101 m e N= 8.685.337,998 m)**; deste segue confrontando com a **Chácara nº 444-A**, com azimute de 149°44'32" e 994,28 metros, até o **marco M02**, **(E=660.700,108 m e N=8.684.479,174 m)**;deste segue confrontando com a **Estra-**

da Alzira, com azimute de 241°17'23" e 118,05 metros, até o **marco M03**, **(E=660.596,575 m e N=8.684.422,466 m)**;deste segue confrontando com a **Chácara nº 443/A-1**, com azimute de 329°44'31" e 181,11 metros, até o **marco M04 (E=660.505,316 m e N=8.684.578,900 m)**;deste segue confrontando com a **Chácara nº 443-A**, com azimute de 329°44'31" e 811,65 metros, até o **marco M05**, **(E=660.096,328 m e N=8.685.279,977 m)**;deste segue confrontando com a **Estrada Claudete**, com seguintes azimutes e distancias: 60°34'32" e 101,22 metros, até o **marco M06**, **(E=660.184,491 m e N=8.685.329,704 m)**; 60°25'00" e 16,80 metros, até o **marco M01,** inicio da descrição deste perímetro.

Art. 4º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 5º. Ficam os Lotes das Quadras 04, 05, 06, 07 e 08 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 6º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 7º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 27 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 070/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado de *"Jardim Caribe"* e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado "Jardim Caribe" de propriedade da empresa Imobiliária Irmãos Nogueira Ltda, inscrita no CNPJ nº 00.360.408/0001-74, com sede na Avenida das Figueiras, nº 707, Setor Comercial, nesta cidade de Sinop – MT.

Art. 2º. O empreendimento Jardim Caribe está localizado na área de terra denominada Chácara 321/324, na Avenida André Maggi, Bairro de Chácaras Sinop, Gleba Celeste, neste município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada e do loteamento de 48,513313 hectares ou 485.133,13 m², assim distribuídos:

a) Área de Lotes 277.878,172 m2

b) Área Institucional 29.108,35 m2

c) Área de Arruamento 129.432,418m2

d) Área Verde 48.714,19m2

Área Total 485.133,13 m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M01,** com as seguintes coordenadas(PTL), (SGL) - **(N 8694464.924 m** e **E 663318.131 m), (11°48'21.35873" S** e **55°30'03.49128" W)**; georreferenciado no Sistema Geodésico de Referência **(SGR), SIRGAS2000, MC 57°WGr**, deste segue confrontando com a **AVENIDA ANDRÉ MAGGI** com azimute: 206°34'31" e 693,08 metros, até o marco **M02(N 8693845.066 m** e **E 663008.063 m), (11°48'41.52992" S** e **55°30'13.73336" W)**; deste segue confrontando com a **CHÁCARA Nº 325** com azimute: 296°47'14" e 700,00 metros, até o marco **M03(N 8694160.541 m** e **E 662383.182 m), (11°48'31.26356" S** e **55°30'34.37433" W)**; deste segue confrontando com a **CHÁCARA Nº 347** com azimute: 26°34'31" e 157,83 metros, até o marco **M04(N 8694301.698 m** e **E 662453.792 m), (11°48'26.67016" S** e **55°30'32.04183" W)**; deste segue confrontando com as **CHÁCARAS Nºs 348,349,350,351 e 352** com azimute: 26°34'31" e 535,19 metros, até o marco **M05(N 8694780.341 m** e **E 662693.222 m), (11°48'11.09446" S** e **55°30'24.13283" W)**; deste segue confrontando com a **CHÁCARA Nº 320** com azimute: 116°46'55" e 700,00 metros, até o marco **M01**,início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 4º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 5º. Ficam os Lotes das Quadras 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 6º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 7º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 071/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado de *"Jardim Monet – Etapa D"* e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado “Jardim de Monet – Etapa D”, de propriedade da empresa Pavesi Construtora e Incorporadora Ltda, inscrita no CNPJ nº 16.751.362/0001-54, com sede na Rua João Pedro Moreira de Carvalho, nº 300, Sala 03, no Setor Industrial, nesta cidade de Sinop – MT.

Art. 2º. O empreendimento Jardim Monet – Etapa D está localizado na área de terra denominada Lote 143/D, no Bairro Eunice, Gleba Celeste, 3ª Parte, no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada e do loteamento de 9.9218 hectares ou 99.218,00 m² , assim distribuídos:

a) Área de Lotes 63.085,72 m2

b) Área Institucional 5.204,78 m2

c) Área de Arruamento 26.138,54 m2

d) Área Verde 4.788,96 m2

Área Total 99.218,00m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-37**, de coordenadas UTM **N 8.688.269,37m** e **E 659.595,51m;** situado no limite do Lote nº 143-C e limite da Chácara nº 421**;** deste, segue confrontando com a Chácara nº 421 de Leonel Saconi e Maria Luiza Liberatti Saconi, Matrícula: 25.288 CRI de Sinop - MT e Código INCRA: 901.032.044.652-8, com os seguintes azimutes e distâncias: 186°26'44" e 78,95 metros, até o vértice **AZK-P-1040**, de coordenadas **N 8.688.190,92m** e **E 659.586,65m;** 186°26'44" e 31,82 metros, até o vértice **AZK-P-1041**, de coordenadas **N 8.688.159,30m** e **E 659.583,08m;** situado no limite da Chácara nº 421 e limite da Chácara nº 421-A**;** deste, segue confrontando com a Chácara nº 421-A de Arlindo João Schneider, Luiz Antônio Schneider e Valdir Felipe Schneider, Matrícula: 21.532 CRI de Sinop-MT e Código INCRA: 901.164.120.952-4, com o seguinte azimute: 186°26'44" e distância de 112,86 metros, até o vértice **AZK-P-1042**, de coordenadas **N 8.688.047,15m** e **E 659.570,41m;** situado no limite da Chácara nº 421-A e limite do Residencial Bella Suíça (Imóvel Urbano)**;** deste, segue confrontando com o Residencial Bella Suíça (Imóvel Urbano) de B&C Empreendimentos Imobiliários Ltda, Matrícula: 15.733 CRI de Sinop-MT, com o seguinte azimute: 186°26'44" e distância de 112,71 metros, até o vértice **AZK-P-1043**, de coordenadas **N 8.687.935,15m** e **E 659.557,76m;** situado no limite do Residencial Bella Suíça (Imóvel Urbano) e limite do Residencial Bella Suíça II (Imóvel Urbano)**;** deste, segue confrontando com o Residencial Bella Suíça II (Imóvel Urbano) de Plátano Empreendimentos e Construções Ltda, Matrícula: 1.907 CRI de Sinop-MT, com o seguinte azimute: 186°19'02" e distância de 110,62 metros, até o vértice **AZK-P-1044**, de coordenadas **N 8.687.825,20m** e **E 659.545,58m;** situado no limite do Residencial Bella Suíça II (Imóvel Urbano) e limite do Residencial Bella Suíça III (Imóvel Urbano)**;** deste, segue confrontando com o Residencial Bella Suíça III (Imóvel Urbano) de Bella Suíça III - Loteamentos de Imóveis SPE Ltda, Matrícula: 58.836 CRI de Sinop - MT, com o seguinte azimute: 186°34'27" e distância de 104,44 metros, até o vértice **M-50**, de coordenadas **N 8.687.721,45m** e **E 659.533,63m;** situado no limite do Residencial Bella Suíça III (Imóvel Urbano) e limite do Lote nº 143-E**;** deste, segue confrontando com o Lote nº 143-E, com os seguintes azimutes e distâncias: 272°08'52" e 111,22 metros, até o vértice **M-51**, de coordenadas **N 8.687.725,62m** e **E 659.422,49m;** 2°07'19" e 146,46 metros, até o vértice **M-52**, de coordenadas **N 8.687.871,97m** e **E 659.427,91m;** 272°10'47" e 54,99 metros, até o vértice **M-53**, de coordenadas **N 8.687.874,07m** e **E 659.372,96m;** 182°07'38" e 20,83 metros, até o vértice **M-54**, de coordenadas **N 8.687.853,25m** e **E 659.372,18m;** 272°10'47" e 29,36 metros, até o vértice **M-55**, de coordenadas **N 8.687.854,37m** e **E 659.342,84m;** situado no limite do Lote nº 143-E e limite do Lote nº 143-G**;** deste, segue confrontando com o Lote nº 143-G, com o seguinte azimute: 1°32'37" e distância de 29,83 metros, até o vértice **M-56**, de coordenadas **N 8.687.884,19m** e **E 659.343,64m;** situado no limite do Lote nº 143-G e limite do Lote nº 143-H**;** deste, segue confrontando com o Lote nº 143-H, com os seguintes azimutes e distâncias: 92°10'47" e 29,67 metros, até o vértice **M-57**, de coordenadas **N 8.687.883,06m** e **E 659.373,29m;** 2°07'38" e 32,70 metros, até o vértice **M-58**, de coordenadas **N 8.687.915,74m** e **E 659.374,50m;** 272°10'47" e 30,00 metros, até o vértice **M-59**, de coordenadas **N 8.687.916,88m** e **E 659.344,52m;** 1°32'37" e 245,52 metros, até o vértice **M-60**, de coordenadas **N 8.688.162,31m** e **E 659.351,14m;** 272°11'34" e 34,50 metros, até o vértice **M-61**, de coordenadas **N 8.688.163,63m** e **E 659.316,67m;** 2°07'38" e 37,60 metros, até o vértice **M-42**, de coordenadas **N 8.688.201,20m** e **E 659.318,06m;** situado no limite do Lote nº 143-H e limite do Lote nº 143-C**;** deste, segue confrontando com o Lote nº 143-C, com os seguintes azimutes e distâncias: 92°11'34" e 121,00 metros, até o vértice **M-41**, de coordenadas **N 8.688.196,57m** e **E 659.438,97m;** 2°07'31" e 38,76 metros, até o vértice **M-40**, de coordenadas **N 8.688.235,31m** e **E 659.440,41m;** 92°12'13" e 60,00 metros, até o vértice **M-39**, de coordenadas **N 8.688.233,00m** e **E 659.500,37m;** 2°08'06" e 40,00 metros, até o vértice **M-38**, de coordenadas **N 8.688.272,97m** e **E 659.501,86m;** 92°12'13" e 93,73 metros, até o vértice **M-37**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º. A Área Verde compensatória com 5.132,84 m2 faz parte da matrícula nº 67.907, do Lote 143/I, e a Área Institucional compensatória, com 748,30m², faz parte da matrícula nº 67.900, do Lote 143/B.

Art. 5º. O proprietário do empreendimento Jardim Monet – Etapa D fica obrigado a pavimentar a Rua França e a meia Avenida Desbravador Ulrich Grabert nas quadras lindeiras ao empreendimento.

Art. 6º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 7º. Ficam os Lotes das Quadras 38, 40 e 42 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 9º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 072/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado de *“Jardim Goiabeiras ”* e dá outras providências.

ROSANA TEREZA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado "Jardim Goiabeiras" de propriedade da empresa Sinop Loteamentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ nº 26.619.704/0001-30, com sede na Rua das Castanheiras, nº 1001, Sala 802, no Setor Comercial, nesta cidade de Sinop – MT.

Art. 2º. O empreendimento Jardim Goiabeiras está localizado na área de terra denominada Lote nº 54-A, na Estrada Ruth, no Bairro Chácaras Sinop, Gleba Celeste, Sinop - MT, com área total escriturada e do loteamento de 5,84509 hectares ou 58.450,90 m², assim distribuídos:

a) Área de Lotes 26.440,35 m2

b) Área Institucional 3.516,49 m2

c) Área de Arruamento 17.758,75 m2

d) Área Verde 6.614,94 m2

e) Área APP 4.120,37 m2

Área Total 58.450,90 m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M01,** com as seguintes coordenadas (PTL), (SGL) - **(N 8694464.924 m** e **E 663318.131 m), (11°48'21.35873" S** e **55°30'03.49128" W)**; georreferenciado no Sistema Geodésico de Referência **(SGR), SIRGAS2000, MC 57°WGr**, deste segue confrontando com a **AVENIDA ANDRÉ MAGGI** com azimute: 206°34'31" e 693,08 metros, até o marco **M02(N 8693845.066 m** e **E 663008.063 m), (11°48'41.52992" S** e **55°30'13.73336" W)**; deste segue confrontando com a **CHÁCARA Nº 325** com azimute: 296°47'14" e 700,00 metros, até o marco **M03(N 8694160.541 m** e **E 662383.182 m), (11°48'31.26356" S** e **55°30'34.37433" W)**; deste segue confrontando com a **CHÁCARA Nº 347** com azimute: 26°34'31" e 157,83 metros, até o marco **M04(N 8694301.698 m** e **E 662453.792 m), (11°48'26.67016" S** e **55°30'32.04183" W)**; deste segue confrontando com as **CHÁCARAS Nºs 348,349,350,351 e 352** com azimute: 26°34'31" e 535,19 metros, até o marco **M05(N 8694780.341 m** e **E 662693.222 m), (11°48'11.09446" S** e **55°30'24.13283" W)**; deste segue confrontando com a **CHÁCARA Nº 320** com azimute: 116°46'55" e 700,00 metros, até o marco **M01**,início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 4º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 5º. Ficam os Lotes da Quadra 04 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 6º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 7º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 073/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado de *"Jardim Bella Morada"* e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado Jardim Bella Morada, de propriedade da empresa Terras de Sinop – Loteamentos, Compre e Venda de Imóveis SPE Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 18.012.953/0001-35, com sede na Avenida das Embaúbas, nº 85, Sala 02, nesta cidade de Sinop – MT.

Art, 2º. O empreendimento Jardim Bella Morada está localizado na área de terra denominada de Chácara n° 558, situada entre a BR-163 e a Estrada Sabrina, no Bairro de Chácaras Sinop, neste município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada de 114.820,00m², assim distribuídos:

a) Área de Lotes 61.807,92 m2

b) Áreas Institucionais 6.896,61 m²

c) Área de Arruamento 34.577,47 m2

d) Áreas Verdes 11.538,00 m2

Área Total 114.820,00m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **MP-01**, de coordenadas **N 8.683.554,34m e E 662.689,50m**; situado a beira da Rua João Pedro Moreira de Carvalho II e na divisa da Chácara n° 557; deste, segue confrontando com Chácara n° 557, Matrícula nº 46.472,do C.R.I de Sinop/MT, de propriedade de Zaira Maria Zanini, portador do R. G. nº 12/R-403.921-SSI/SC, CPF nº 581.741.681-68, Elvio Zanini, portador do CNH nº 00324286106-DETRAN/MT, CPF nº 021.535.219-04, Amélio Zanini, portador do R.G. nº 598.550-SSP/MT, CPF nº 065.790.009-53, Neri Zanini, portador do R.G. nº 11/R-364.855-SSI/SC, CPF nº 220.439.349-53, Elio Zanini, portador do R.G. nº 2616989-4-SSP/MT, CPF nº 346.237.799-04, Ari Antonio Zanini, portador do R.G. nº 10/R-789.307-SSI/SC, CPF nº 220.439.269-34, José Humberto Zanini, portador do R.G. nº 101.498-SEJSP/TO, CPF nº 295.229.519-00, Catarina Zanini Locatelli, portador do R.G. nº 2023654-9-SSP/MT, CPF nº 794.457.051-49, Antonio Zanini, portador do R.G. nº 12/R-1.128.566-SSI/SC, CPF nº 464.676.029-00, Terezinha Zanini Mattiello, portador do R.G. nº 17/R-1.124.948-SSI/SC, CPF nº 651.457.801-25, Elza Maria Zanini, portador do R.G. nº 12/R-1.612.649-SSI/SC, CPF nº 479.785.629-72, com o seguinte azimute e distância: 104°41'39" e 1.048,57 m até o vértice **MP-02**, de coordenadas **N 8.683.288,36m e E 663.703,78m**; situado no limite da chácara n° 557 e no limite da faixa de domínio da Estrada Sabrina; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Estrada Sabrina, com o seguinte azimute e distância: 194°43'04" e 109,50 m até o vértice **MP-03**, de coordenadas **N 8.683.182,45m e E 663.675,96m**; situado no limite da faixa de domínio da Estrada Sabrina e na divisa da chácara n° 559; deste, segue confrontando com Chácara n° 559, Matrícula nº 49.561, C.R.I de Sinop/MT, de propriedade de Tigre Investimentos S/A, CNPJ: 06.107.371/0001-53, com o seguinte azimute e distância: 284°41'39" e 1.048,57 m até o vértice **MP-04**, de coordenadas **N**

8.683.448,43m e E 662.661,69m; situado no limite da chácara n° 559 e a beira da Rua João Pedro Moreira de Carvalho II; deste, segue confrontando com a Rua João Pedro Moreira de Carvalho II, com o seguinte azimute e distância:14°42'46" e 109,50 m até o vértice **MP-01**,ponto inicial da descrição deste perímetro;

II - todas as coordenadas aqui descritas foram obtidas a partir do serviço disponibilizado pelo IBGE - Posicionamento por Ponto Preciso, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 57° WGr**, tendo como S.G.R. (Sistema Geodésico de Referência) o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 4º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 5º. Ficam os Lotes das Quadras 05, 06 e 07 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 6º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 7º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 075/2017

DATA: 25 de abril de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado *"Residencial Deville"* e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado Residencial Deville, de propriedade da empresa Deville Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ nº 20.667.535/0001-28, com sede na Rua das Aroeiras, nº 629, Sala 06, nesta cidade de Sinop – MT.

Art. 2º. O empreendimento Residencial Deville está localizado na área de terra denominado Lote nº 68/N1-O-P, na Avenida Druno Martini, Bairro Eunice, neste Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada de 100.788,83m² (cem mil setecentos e oitenta e oito vírgula oitenta e três metros quadrados), assim distribuídos:

a) Área de Lotes 58.733,66 m2

b) Áreas Institucionais .....6.292,44 m²

c) Área de Arruamento 25.679,58 m2

d) Áreas Verdes 10.083,15 m2

Área Total 100.788,83m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - A poligonal tem início no marco (M01), georreferenciado no Sistema Geodésico de Referência (SGR), SIRGAS 2000, MC-57°W, coordenadas Planas Retangulares Relativas, Sistema UTM: **E= 659.236,306 m** e **N= 8.690.595,881 m**, situado junto ao Lote 68, deste, segue confrontando com Área Institucional II - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°26'32" e 57,13 m até o vértice **marco M02**, de coordenadas **N 8.690.540,314 m** e **E 659.223,025 m**; deste, segue confrontando com Quadra 61 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°30'50" e 19,75 m até o vértice **marco M03**, de coordenadas **N 8.690.521,108 m** e **E 659.218,409 m**; deste, segue confrontando com Rua Catânia; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°27'40" e 20,05 m até o vértice **marco M04**, de coordenadas **N 8.690.501,608 m** e **E 659.213,741 m**; deste, segue confrontando com Quadra 60 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°27'39" e 128,43 m até o vértice **marco M05**, de coordenadas **N 8.690.376,703 m** e **E 659.183,844 m**; deste, segue confrontando com Área Institucional 02 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°27'39" e 67,16 m até o vértice **marco M06**, de coordenadas **N 8.690.311,384 m** e **E 659.168,210 m**; deste, segue confrontando com Rua Calabria; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°27'34" e 20,10 m até o vértice **marco M07**, de coordenadas **N 8.690.291,836 m** e **E 659.163,532 m**; deste, segue confrontando com Área Institucional I - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°27'44" e 19,03 m até o vértice **marco M08**, de coordenadas **N 8.690.273,33 m** e **E 659.159,102 m**; 193°35'46" e 109,00 m até o vértice **marco M09**, de coordenadas **N 8.690.167,386 m** e **E 659.133,478 m**; deste, segue confrontando com Quadra 54 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'47" e 16,25 m até o vértice **marco M10**, de coordenadas **N 8.690.151,587 m** e **E 659.129,657 m**; deste, segue confrontando com Rua Pisa; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'46" e 19,98 m até o vértice **marco M11**, de coordenadas **N 8.690.132,163 m** e **E 659.124,959 m**; deste, segue confrontando com Quadra 44 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'46" e 112,17 m até o vértice **marco M12**, de coordenadas **N 8.690.023,136 m** e **E 659.098,591 m**; deste, segue confrontando com Rua Nápoles; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'47" e 19,98 m até o vértice **marco M13**, de coordenadas **N 8.690.003,716 m** e **E 659.093,894 m**; deste, segue confrontando com Área Institucional - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias:193°35'46" e 67,69 m até o vértice **marco M14**, de coordenadas **N 8.689.937,922 m** e **E 659.077,981 m**; deste, segue confrontando com Quadra 43 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'47" e 47,58 m até o vértice **marco M15**, de coordenadas **N 8.689.891,675 m** e **E 659.066,796 m**; deste, segue confrontando com Rua Benedito Américo; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'47" e 20,01 m até o vértice **marco M16**, de coordenadas **N 8.689.872,23 m** e **E 659.062,093 m**; deste, segue confrontando com Área Institucional - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'46" e 169,91 m até o vértice **marco M17**, de coordenadas **N 8.689.707,079 m** e **E 659.022,151 m**; deste, segue confrontando com Rua Gênova; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'45" e 20,02 m até o vértice **marco M18**, de coordenadas **N 8.689.687,624 m** e **E 659.017,446 m**; deste, segue confrontando com Quadra 21 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'46" e 114,68 m até o vértice **marco M19**, de coordenadas **N 8.689.576,163 m** e **E 658.990,488 m**; deste, segue confrontando com Rua Bolonha; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'46" e 19,97 m até o vértice **marco M20**, de coordenadas **N 8.689.556,749 m** e **E 658.985,793 m**; deste, segue confrontando com Quadra 12 - Residencial Flo-

rença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'46" e 120,55 m até o vértice **marco M21**, de coordenadas **N 8.689.439,58 m** e **E 658.957,455 m**; deste, segue confrontando com Rua Modena; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°35'13" e 19,95 m até o vértice **marco M22**, de coordenadas **N 8.689.420,19 m** e **E 658.952,768 m**; deste, segue confrontando com Quadra 11 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°15'35" e 115,44 m até o vértice **marco M23**, de coordenadas **N 8.689.307,825 m** e **E 658.926,290 m**; deste, segue confrontando com Rua Ferrara; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°15'35" e 19,98 m até o vértice **marco M24**, de coordenadas **N 8.689.288,376 m** e **E 658.921,706 m**; deste, segue confrontando com Quadra 01 - Residencial Florença; com os seguintes azimutes e distâncias: 193°15'35" e 204,40 m até o vértice **marco M25**, de coordenadas **N 8.689.089,421 m** e **E 658. 874,823 m**; deste, segue confrontando com Avenida Bruno Martini; com os seguintes azimutes e distâncias: 251°58'14" e 14,09 m até o vértice **marco M26,** de coordenadas **N 8.689.085,06 m** e **E 658.861,424 m**; deste, segue confrontando com LOTE 68-B; com os seguintes azimutes e distâncias: 13°35'46" e 776,55 m até o vértice **marco M27**, de coordenadas **N 8.689. 839,852 m** e **E 659.043,974 m**; deste, segue confrontando com Lote 68-C; com os seguintes azimutes e distâncias: 13°35'46" e 448,43 m até o vértice **marco M28**, de coordenadas **N 8.690.275,72 m** e **E 659.149,391 m**; deste, segue confrontando com Lote 68-C; com os seguintes azimutes e distâncias: 283°27'39" e 263,24 m até o vértice **marco M29**, de coordenadas **N= 8.690.336,997 m** e **E= 658.893,383 m**; deste, segue confrontando com o Lote 67; com os seguintes azimutes e distâncias:15°56'26" e 331,94 m até o vértice **marco M30**, de coordenadas **N= 8.690.656,168 m** e **E= 658.984,546 m m**; deste, segue confrontando com Lote 68-N; com os seguintes azimutes e distâncias: 103°28'03" e 248,88 m até o vértice **marco M31** de coordenadas **N 8.690.598,205 m** e **E 659.226,580 m**; deste, segue confrontando com LOTE 68; com os seguintes azimutes e distâncias: 103°26'34" e 10,00 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 5º. Ficam os Lotes das Quadras 01, 02 e 04 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 6º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 7º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 254/2014, de 02 de dezembro de 2014.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 25 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COMPETÊNCIA: **– STU/ JULHO / 2016**

1 - IDENTIFICAÇÃO DA JARI 1ª JARI do Município de Sinop - MT

Nº DO PROCESSO	MOTIVO DO RECURSO	DECISÃO DO JULGAMENTO
51/2016	51851 – DEIXAR O CONDUTOR DE USAR O CINTO DE SEGURANÇA AGENTE DE TRÂNSITO	**DEFERIDO**
53/2016	55410 – ESTACIONAR EM DESACORDO COM A REGULAMENTAÇÃO ESPECIFICADA PELA SINALIZAÇÃO	**DEFERIDO**
54/2016	54525 – ESTACIONAR AO LADO OU SOBRE CANTEIRO CENTRAL/ DIVISORES DE PISTA	**INDEFERIDO**
55/2016	73662 – DIRIGIR VEICULO UTILIZANDO – SE DE TELEFONE CELULAR	**DEFERIDO** .
57/2016	73662 – DIRIGIR VEICULO UTILIZANDO – SE DE TELEFONE CELULAR	**DEFERIDO**
58/2016	51851 – DEIXAR O CONDUTOR DE USAR O CINTO DE SEGURANÇA AGENTE DE TRÂNSITO	**DEFERIDO**
59/2016	51851 – DEIXAR O CONDUTOR DE USAR O CINTO DE SEGURANÇA AGENTE DE TRÂNSITO	**DEFERIDO**

Decisão Homologada: Os demais membros votaram com o relator.

***SE DEFERIMENTO** do recurso, determinado a anulação da penalidade.

***SE INDEFERIMENTO** do recurso, aplica-se a multa.

Da decisão cabe recurso a ser interposto, no prazo de trinta dias contado da publicação ou da notificação da decisão ao CETRAN-MT, conforme art. 288 do CTB.

_____

Sonia da Silva

Presidente – (Decreto 158/2015)

1ª JARI/SINOP-MT

Sinop – MT, 02 DE MAIO DE 2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2017 - SRP 14/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrônico nº 07/2017 - SRP 14/2017, referente **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 03 elevadores, sendo (02) hidráulicos e (01) um elétrico, com fornecimento de peças, para tender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Não Houve vencedor, o processo foi Deserto, sendo o processo declarado **Fracassado**. Sinop/MT, 03 de maio **de 2017.**

Vanusa Aparecida Serpa

Portaria 379/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2017 DE 24/04/2017

CONTRATO N.º 008/2017 - OBJETO: Contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA), verba FNDE/PNAE, ano de 2017, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.CONTRATADA: **COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DE PRODUTORES RURAIS DE SINOP LTDA**, CNPJ n.º 09.296.866/0001-66. VALOR TOTAL: **R$ 983.484,90** (novecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e qua-

tro reais e noventa centavos). CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**. **REF:** Chamada Pública n° 001/2017, fundamentada na Lei n° 11.947/2009. **DATA DE INICIO:** 24/04/2017. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
RESOLUÇÃO Nº 042/2017/CMS

Sinop-MT, 02 de maio de 2017.

O Conselho Municipal de Saúde de Sinop, **Mato Gr**osso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde nº. 8080/1990 e a Lei Municipal n º 2268/15, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a criação, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Sinop/MT – CMSS/MT; e

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar Resolução nº. 042/2017, *Ad Referendum* conforme Regimento Interno, Artigo 3°, Inciso 3º, Alínea b. referente as representantes da Pastoral da Criança de Sinop-MT, para compor o Conselho Municipal de Saúde de Sinop-MT, sendo:

a) Titular: Silvia Regina Oliveira, CPF: 945.939.171-20; Endereço: Rua Cora Coralina, S/Nº, Portal do Servidor – Sinop/MT.

b) 1º Suplente: Ida Aparecida Paiva da Silva, CPF: 974.184.121-34; Endereço: Rua MGR, nº 935 – Alto da Glória – Sinop/MT.

c) 2º Suplente: Maria Orlenir Alves da Silva, CPF: 011.616.063-27; Endereço: Rua dos Cambuís, nº 120 – Jardim Azaléias – Sinop/MT.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Cumpra-se e Publique-se.

Sinop–MT, 02 de maio de 2017.

Marcos Antonio Saltareli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017 DE 24/04/2017

CONTRATO N.º 009/2017 - OBJETO: : Contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA), verba FNDE/PNAE, ano de 2017, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.CONTRATADA:**COOPERATIVA AGRÍCOLA SELENE**, CNPJ n.º 11.392.894/0001-29. VALOR TOTAL: **R$ 321.120,00** (trezentos e vinte e um mil, cento e vinte reais). CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**. **REF:** Chamada Pública n° 001/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017, fundamentada na Lei n° 11.947/2009. **DATA DE INICIO:** 24/04/2017. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2017 SRP Nº 17/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP torna público que a abertura da sessão prevista para às 09h00min (horário de Brasília/DF) do dia 05/05/2017, realizar-se-á às **09h00min** (horário de Brasília/DF) do dia **18/05/2017**, em razão de alteração no Edital. OBJETO: **Aquisição de Bolsas de Colostomia, Ileostomia, Urostomia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** REALIZAÇÃO: por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br. INTEGRA DO EDITAL: *www.portaldecompraspublicas.com.br* e www.sinop.mt.gov.br/transparencia. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. Sinop/MT, 03 de maio de 2017.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 379/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 SRP 24/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 17/2017 SRP 24/2017**.** TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Contratação de empresa especializada em locações de Varredeira do tipo Autopropelida e Hidrojateamento para manutenção de redes de drenagem de águas pluviais bem como limpeza de ruas e avenidas no município de Sinop/MT, incluindo manutenção, operação e combustível, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**. ABERTURA DA SESSÃO: 17/05/2017 às 09h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: www.sinop.mt.gov.br/transparencia e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. **Sinop/MT, 03 de maio de 2017.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 379/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 952/2017

DATA: 19 de abril de 2017.

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro comissionado, o servidor que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro comissionado, o servidor que menciona:

Matrícula	Nome	Cargo	Secretaria	CC	Data
12883	JUVENTINO JOSE DA SILVA	GERENTE 1	EDUCAÇÃO	21	17/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 19 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 956/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar fatos ocorridos na Secretaria Municipal de Saúde.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando Ofício nº 132/2017 da Comissão Processante Permanente – CPP;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir Comissão de Sindicância para apurar fatos ocorridos na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A presente Comissão de Sindicância será composta conforme segue:

I – Luiz Carlos Dilkin, mat. nº 3079 – Presidente;

II – Carlos Alberto Clemente, mat. nº 7616 – Membro;

III – Regiane Lopes Corado, mat. nº 9967 – Membro.

Art. 3º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do Relatório dos fatos apurados, conforme disposto no art. 216 da Lei nº. 254/93.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial a Portaria nº. 557/2017, de 14 de março de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 957/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administrativo Disciplinar para identificar e apurar responsabilidades de (s) servidor (s) pela realização de despesa sem os procedimentos formais.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições contidas no Ofício nº 090/2017 – Comissão Processante Permanente – CPP;

Considerando a determinação expressa no Despacho Administrativo de Comissão Especial nº 001/2017;

R E S O L V E:

Art. 1º. Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar pela Comissão Processante Permanente para identificar e apurar responsabilidades no Processo Administrativo que ensejou no pagamento indenizatório à empresa NORIVAL CAMPOS CURADO EIRELI, cuja despesa fora realizada sem os devidos procedimentos formais estabelecidos em Lei.

Art. 2º. Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 958/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Designa o servidor VICTOR LUIZ CARUS para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 007/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor VICTOR LUIZ CARUS, matrícula nº 12841, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 007/2017 que trata da *"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial (com o fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços), cozinheiro e auxiliar de cozinha, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais"*, referente à Adesão nº. 001/2017 Ata de Registro de Preço nº. 096/2016 - Pregão nº 026/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 959/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD destinado a apurar os fatos ocorridos no Departamento de Transporte Escolar, indicar os respectivos responsáveis.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Despacho de Sindicância nº 011/2016;

R E S O L V E:

Art. 1º. Determinar abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD pela Comissão Processante Permanente, a apurar os fatos ocorridos no Departamento de Transporte Escolar, indicando os respectivos responsáveis.

Art. 2º. Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 960/2017

DATA: 20 de abril de 2017

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD destinado a apurar recebimento indevido por parte da servidora DANIELA MENEZES BORGES, lotada na Secretaria na Secretaria Municipal de Saúde.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Ofício nº 089/2017 – Comissão Processante Permanente;

R E S O L V E:

Art. 1º. Determinar abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD pela Comissão Processante Permanente, para apurar o recebimento indevido de salário por parte da servidora DANIELA MENEZES BORGES, Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o fito de restituir o erário.

Art. 2º. Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 20 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 963/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Nomeia, no quadro comissionado, o servidor que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, o servidor que menciona:

Nome	Cargo	Secretaria de Lotação	Data	CC
ADEMIR JOSE DA SILVA	COORDENADOR 4	GOVERNO	03/04/2017	27

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 964/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Retifica termos da Portaria nº. 929/2017, de 17 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Retificar termos da Portaria nº. 929/2017, de 17 de abril de 2017:

Onde se lê:

Nome	Cargo	Secretaria de Lotação	Data	CC
JAMES ANTONIO DA SILVA	**ASSISTENTE 1**	**OBRAS**	**03/04/2017**	**30**
MARLOVA SCHNEIDER MARQUES	COORDENADOR 3	GABINETE	03/04/2017	26
RENATO ANTUNES DE SOUZA	COORDENADOR 3	EDUCAÇÃO	04/04/2017	26
MARIA APARECIDA BAPTISTA DE OLIVEIRA	COORDENADOR 3	EDUCAÇÃO	04/04/2017	26

Leia-se:

Nome	Cargo	Secretaria de Lotação	Data	CC
MARLOVA SCHNEIDER MARQUES	COORDENADOR 3	GABINETE	03/04/2017	26
RENATO ANTUNES DE SOUZA	COORDENADOR 3	EDUCAÇÃO	04/04/2017	26
MARIA APARECIDA BAPTISTA DE OLIVEIRA	COORDENADOR 3	EDUCAÇÃO	04/04/2017	26

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 966/2017

DATA: 24 de abril de 2017.

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
12559	MARCIA REGINA BOTER FERRAZ	1067 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30H - TEMP	29	18/04/2017
12544	SOLANGE MARIA DE ARAUJO SOZZI TESTA	1067 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30H - TEMP	29	17/04/2017

012590	HELOYSA CRISTINA ALMEIDA DE ARRUDA	1067 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30H - TEMP	29	20/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 967/2017

DATA: 24 de abril de 2017.

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
011729	MARCIANO DE OLIVEIRA	945 – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA	CE-31	18/04/2017
006204	SIRLENE VIEIRA DE SOUZA	942 - TECNICO DE DESENV. INFANTIL - 40 HS	CE-30	24/04/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 968/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Designa a servidora que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora que menciona, conforme Lei Complementar n° 062/2011, a partir de 01 de abril de 2017:

MATRIC.	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
12038	ALESSANDRA CRISTIANE DOS SANTOS NERVO	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	CMEI GENTE FELIZ

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 969/2017

DATA: 24 de abril de 2017

SÚMULA: Designa os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores que menciona, conforme Lei Complementar n° 062/2011:

MATRIC.	NOME	CARGO	DATA	INSTITUIÇÃO
12864	CATYNE HAUTH	SECRETARIO ESCOLAR ELETIVO	01/04/2017	EMEB Prof. Tacia-na Balth Jordão
12865	JESSICA GOMES DA CRUZ	SECRETARIO ESCOLAR ELETIVO	11/04/2017	EMEB Vereador Rodolfo Valter Kunze
12866	JOÃO AUGUSTO FRANÇA MORAIS	SECRETARIO ESCOLAR ELETIVO	01/04/2017	CMEI de Toda Gente
12867	LUCELIA SANTANA FIALHO	SECRETARIO ESCOLAR ELETIVO	01/04/2017	Creche Santo Antonio (Mitra)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de abril de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 046/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Loraine Carolina Barbosa – CPF N° 046.232.139-86.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 17/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Sra. Loraine Carolina Barbosa – CPF N° 046.232.139-86.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 048/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Clair Terezinha Flores Da Silva – CPF N° 732.235.491-53.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 18/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Clair Terezinha Flores Da Silva – CPF N° 732.235.491-53.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 049/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e o Sr. Tiago Aparecido Magalhães Gomes – CPF N° 020.391.191-16.

OBJETO: Exercer a função de Professor, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 18/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e o Sr. Tiago Aparecido Magalhães Gomes – CPF N° 020.391.191-16.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 040/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Lucianne Soares de Brito Rigotti – CPF n° 899.069.421-34.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 13/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. . Lucianne Soares de Brito Rigotti – CPF n° 899.069.421-34.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 039/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Claudia Aparecida Gobo Mendes Pires – CPF n° 033.484.201-80.

OBJETO: Exercer a função de Técnica de Desenvolvimento Infantil, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.115,98 (Um Mil, Cento e Quinze Reais, Noventa e Oito Centavos).

PRAZO: 07/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Claudia Aparecida Gobo Mendes Pires – CPF n° 033.484.201-80.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 050/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Irene Sabina Teixeira de Oliveira – CPF N° 691.995.231-91.

OBJETO: Exercer a função de Técnica de Desenvolvimento Infantil, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.115,98 (Um Mil, Cento e Quinze Reais, Noventa e Oito Centavos).

PRAZO: 18/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Irene Sabina Teixeira de Oliveira – CPF N° 691.995.231-91.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 051/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Marcilene Rovari de Lima – CPF N° 046.306.091.13.

OBJETO: Exercer a função de Técnica de Desenvolvimento Infantil, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.115,98 (Um Mil, Cento e Quinze Reais, Noventa e Oito Centavos).

PRAZO: 18/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Marcilene Rovari de Lima – CPF N° 046.306.091.13.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 037/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Ivanilza Rufatto – CPF n° 004.558.039-19.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 07/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Sra. Ivanilza Rufatto – CPF n° 004.558.039-19.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 036/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Patricia Naiara Bezerra Tavares – CPF n° 092.736.284-86.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos)

PRAZO: 07/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Patricia Naiara Bezerra Tavares – CPF n° 092.736.284-86.9

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 052/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Elizandra Aparecida de Souza Rengel – CPF N° 023.248.311-63.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos).

PRAZO: 19/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Sra. Elizandra Aparecida de Souza Rengel – CPF N° 023.248.311-63.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 053/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Rosecleia de Oliveira Guilheim Schelles – CPF N° 894.932.491-15

OBJETO: Exercer a função de Técnica de Desenvolvimento Infantil, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.115,98 (Um Mil, Cento e Quinze Reais, Noventa e Oito Centavos).

PRAZO: 20/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Rosecleia de Oliveira Guilheim Schelles – CPF N° 894.932.491-15

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 056/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Eliene Campos Silveira – CPF N° 703.711.901-69.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Setenta e Sete Centavos).

PRAZO: 24/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Eliene Campos Silveira – CPF N° 703.711.901-69.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 035/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Marcia Gonzaga De Melo Euzébio – CPF n° 035.554.681-70.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos)

PRAZO: 07/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Marcia Gonzaga De Melo Euzébio – CPF n° 035.554.681-70.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 034/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Elaine do Nascimento Leite Fernandes – CPF n° 092.736.284-86.

OBJETO: Exercer a função de Técnica de Desenvolvimento Infantil, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.115,98 (Um Mil, Cento e Quinze Reais, Noventa e Oito Centavos)

PRAZO: 06/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Elaine do Nascimento Leite Fernandes – CPF n° 092.736.284-86.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 033/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e o Sr. Douglas Lemes dos Santos – CPF n° 012.598.581-97.

OBJETO: Exercer a função de Professor, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 06/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e o Sr. Douglas Lemes dos Santos – CPF n° 012.598.581-97.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 025/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Fernanda Mayara de Lima Barros – CPF n° 057.489.201-07.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos).

PRAZO: 06/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Fernanda Mayara de Lima Barros – CPF n° 057.489.201-07.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 024/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Jucieli Briula Stockmann – CPF n° 040.156.501-74.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.121,52(Um Mil, Cento e Vinte e Um Reais, Cinquenta e Dois Centavos).

PRAZO: 06/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Jucieli Briula Stockmann – CPF n° 040.156.501-74.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 023/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Alexandra Stockmann Ludwig – CPF n° 044.685.269-47.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 06/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Alexandra Stockmann Ludwig – CPF n° 044.685.269-47.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 022/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Alexandra Stockmann Ludwig – CPF N° 044.685.269-47.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 05/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Alexandra Stockmann Ludwig – CPF N° 044.685.269-47.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 021/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Soliane Madruga da Silva – CPF N° 957.416.901-49.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 06/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Soliane Madruga da Silva – CPF N° 957.416.901-49.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 020/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Carla Angelica Barbosa – CPF N° 035.635.891-78.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 04/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Carla Angelica Barbosa – CPF N° 035.635.891-78.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 019/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Raimunda Sousa da Silva – CPF N° 721.507.262-20.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos).

PRAZO: 04/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Raimunda Sousa da Silva – CPF N° 721.507.262-20.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 018/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Elica Aparecida dos Santos – CPF N° 048.357.061-37.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 04/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Elica Aparecida dos Santos – CPF N° 048.357.061-37.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 017/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Lucinete Teodoro da Cruz – CPF n° 021.352.431-75.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos).

PRAZO: 04/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Lucinete Teodoro da Cruz – CPF n° 021.352.431-75.

PORTARIA Nº. 273/2017

CONVOCAR A CANDIDATA CLASSIFICADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar a candidata abaixo relacionada, classificados no Processo seletivo Simplificado 001/2017,realizado no período de 17/01/2017 a 24/03/2017, para comparecerem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

ORIGINAIS E CÓPIA:

01 foto 3x4;

Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);

Declaração de bens e valores;

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;

Apresentar número de Conta Correnteou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

Título de Eleitor;

Último comprovante de votação;

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pasep ou Pis;

CTPS – Carteira de Trabalho

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência.

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO Localidade: Sede – Tabaporã
309	ROSANGELA BERGAMO DE MORAES

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 02 de maio de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 249/2017.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sra. Celma Alves Vieira***, servidora pública deste Município."*

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Averbar nesta Prefeitura para fins de aposentadoria o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. Celma Alves Vieira***,* conforme certidão de tempo de contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perfazendo um total de **06 anos, 03 meses e 16 dias.**

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **14 de Abril de 2017**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 248/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FG-I – Função Gratificada",* a senhora ***SILVANA GONÇALVES GODINHO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 773, no cargo de **Técnico da Saúde I – Oficial Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, devido o mesmo ser responsável pelos sistemas de informação SIH01, SIHD02, SISVAN, NUTRISUS, VITAMINA e BPA, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, c/c 1.054/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 247/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FG-V – Função Gratificada",* ao senhor ***MAYKON DOUGLAS SOUZA ANGELI*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1503, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, devido o mesmo estar desempenhando além de suas funções, atendimento junto ao setor de Arrecadação no Projeto de Assentamento Gleba Mercedes I e II, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, c/c 1.054/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 246/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **REVOGAR** a Portaria nº. 009/2016 de 04/01/2016, que Concedia Adicional de 25%, nos termos do inciso III, art. 27, da Lei nº. 842/11, do Senhor **TIAGO DOS SANTOS,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1249, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devido o mesmo não ser mais Responsável pelos Programas **SIS Água, SIS Pacto, Vigilante**.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 245/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20*04/2017, com término em 19/05/2017*, *referente ao período aquisitivo de 19/04/2015 à 18/04/2016,* a servidora ***MARIA LUCIMAR MARTINS DA SILVA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 108, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 20/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 244/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 19*/04/2017, com término em 18/05/2017*, *referente ao período aquisitivo de 09/02/2016 à 08/02/2017,* a senhora ***GEISILENE ALINE SILVA DE MOURA ALVES*,** servidora, com matricula no RH nº. 1595, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data da concessão das férias 19/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 243/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FG-I – Função Gratificada",* a senhora ***GIVANILDA MESSIAS DA SILVA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1124, no cargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, devido a mesma estar desenvolvendo além de suas funções, os serviços do Departamento de Tributos, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, c/c 1.054/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 242/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FG-I – Função Gratificada",* ao senhor ***CLAUS NOBREGA RANTIM*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1254, no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, devido o mesmo estar desempenhando além de suas funções de motorista, e dando suporte na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no Projeto de Assentamento Gleba Mercedes I e II, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, c/c 1.054/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 241/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Transferir a Senhora ***GIVANILDA MESSIAS DA SILVA*,** servidora efetiva, admitida em 02/06/2008, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** com matricula no RH nº. 1124, lotada na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer desta Prefeitura, ***para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Finanças – Departamento de Tributação e Cadastro,*** de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011, e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 240/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DA LICENÇA MATERNIDADE a partir do dia 19/04/2017*, a* senhora **CRISTIANE BOBBO,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 860, admitida em 10/07/2006, nocargo de ***Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo,*** lotada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, amparado pelo Art. 26, § 1º, da Lei Municipal nº. 482/2004 e de acordo com a Lei Municipal nº. 218/99, Art. 77 e a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 19/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 238/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ADRIANA CARLOS**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 03, admitida em 29/04/2002, no cargo de **Especialista da Saúde V – Cirurgiã Dentista,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 14, para perceber na Classe A – Nível 15, correspondente ao valor de R$: 4.714,06 (Quatro Mil, Setecentos e Quatorze Reais, Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 237/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **MANOEL CARLOS SOARES**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 996, admitido em 27/04/2007, nocargo de **Agente de Manutenção – Vigia,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 09 para perceber na Classe A – Nível 10, correspondente ao valor de R$: 1.073,02 (Um Mil, Setenta e Três Reais, Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 236/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **SUZANA REGINA KROSKI SIQUEIRA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1380, admitida em 25/04/2012, nocargo de **Técnica da Saúde I – Técnica em Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 04, para perceber na Classe A – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.177,55 (Um Mil, Cento e Setenta e Sete Reais, Cinquenta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 235/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 24/04*2017, com término em 23/05/2017*, *referente ao período aquisitivo de 15/01/2015 à 14/01/2016,* ao senhor ***JONATAN CORDEIRO*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1505, no cargo de **Agente de Manutenção – Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 234/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **VALMIR LUIZ LUDWIG**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1378, admitido em 24/04/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.766,32 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais, Trinta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 233/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDEa Senhora **SELOI TEREZINHA WELTER**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 134, nocargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 23/04/2017, transferindo os encargos salariais ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis nº. 482/2004e a Lei nº. 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º., 3º. e os Art. 74 a 76 e suas alterações.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 232/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **MAURI ANGELO RIBEIRO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1375, admitido em 23/04/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da **Classe C – Nível 04 para perceber na Classe C – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 1.766,32 (Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais, Trinta e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 231/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ERODITE FERREIRA DE LIMA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1376, admitida em 23/04/2012, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Lavadeira,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 04, para perceber na Classe A – Nível 05, correspondente ao valor de R$: 971,86 (Novecentos e Setenta e Um Reais, Oitenta e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 230/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 20/04/2017 com término em 18/07/2017**,** *do período* ***aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **MARIA GUIOMAR BARBOSA DA SILVA DE ALENCAR,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 738, admitida em 02/06/2006, nocargo de ***Agente de Apoio a Saúde I – Trabalhador de Serviços Gerais,*** lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 229/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20/04/2017, com término em 19/05/2017**,** *referente ao período aquisitivo de 30/10/2015 à 29/10/2016,* a senhora ***RITA DE CASSIA RIVA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1143, admitida em 30/10/2008, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 20 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 045/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Ana Maria Andrade dos Santos – CPF N° 045.644.439-41.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 17/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Ana Maria Andrade dos Santos – CPF N° 045.644.439-41.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 044/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Itania Patricia dos Santos Cruz – CPF n° 032.781.564-71.

OBJETO: Exercer a função de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 2.403,26 (Dois Mil, Quatrocentos e Três Reais, Vinte e Seis Centavos).

PRAZO: 17/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Itania Patricia dos Santos Cruz – CPF n° 032.781.564-71.

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 047/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Tabaporã - CNPJ: 37.464.997/0001-40 e a Sra. Daniele da Silva Kirst – CPF N° 043.610.131-95.

OBJETO: Exercer a função de Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tabaporã/MT.

VALOR MENSAL: R$: 1.236,67 (Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais, Sessenta e Sete Centavos).

PRAZO: 17/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINAM: Sirineu Moleta - Prefeito Municipal de Tabaporã e a Sra. Sra. Daniele da Silva Kirst – CPF N° 043.610.131-95.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 047/2017 - P S 004/2016 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 047/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 004/2016,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I – Dia 04/05/2017 às 14h00min para atribuição de aulas e local de trabalho para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Títulos**	**TOTAL**	**Resultado**
84	426	MARIA EDNAURA ANDRADE VITORINO	07/05/1983	72	3,00	75,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **05/05/2017 e 08/05/2017 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00** munidos com **cópia e original**:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

p) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

q) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

r) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Para os cargos de motorista zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de motorista indígena.

2. O prazo de apresentação para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de maio de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 11/2017/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 11/2017/SAMAE

TIPO	CONTRATO Nº 11/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ME**, inscrita no CNPJ n. 14.631.753/0001-00, localizada na Rua Agrolândia, n. 440, bairro, sala II, bairro dos Municípios, Balneário Camboriú – SC, CEP 88337-525, representada pelo **Sr. JOÃO ARNO BAUER JUNIOR**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE 1.500.000 (UM MILHÃO E MEIO) DE SACOLAS PLÁSTICAS PERSONALIZADAS (RECICLA TANGARÁ) COM CAPACIDADE DE 100 (CEM) LITROS CADA, PRODUZIDA COM MATERIAL RECICLADO.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. R$705.000,00 (setecentos e cinco mil reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 03 de maio de 2017, com prazo até 03 de maio de 2018.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 09/2017/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 09/2017/SAMAE

TIPO	CONTRATO Nº 09/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕS LTDA ME**, inscrita no CNPJ n. 08.952.092/0001-11, localizada na Rua das Aroeiras, n. 570, centro de Sinop – MT, CEP 78.550-224, representada pelo **Sr. EMERSON DE OLIVEIRA COSTA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CLASSIFICADO COMO EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SER UTILIZADO PELOS SERVIDORES DOS SETORES OPERACIONAL E GERÊNCIA TÉCNICA DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. R$ 50.848,00 (cinquenta mil oitocentos e quarenta e oito reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 03 de maio de 2017, com prazo até 03 de maio de 2018.**

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 044/ADM/2017.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **TANGEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA- EPP** O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DO HOSPITAL MATERDEI PARA O LOCAL ONDE SERA A NOVA SEDE DA UNITAN. R$ 11.207,23 (Onze mil duzentos e sete reais e vinte e três centavos)**. Data de Assinatura: 19/04/2017.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 10/2017/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 10/2017/SAMAE

TIPO	CONTRATO Nº 10/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA**, inscrita no CNPJ n. 14.888.303/0001-05, localizada na Avenida Beira Rio, n. 1.700, bairro Praeiro, Cuiabá – MT, CEP 78.070-500, representada pelo **Sr. THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CLASSIFICADO COMO EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SER UTILIZADO PELOS SERVIDORES DOS SETORES OPERACIONAL E GERÊNCIA TÉCNICA DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. R$ 62.919,35 (sessenta e dois mil novecentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 03 de maio de 2017, com prazo até 03 de maio de 2018.**

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 009/2017/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA USO DO SETOR OPERACIONAL DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** as empresas **FRANCHINI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 09.629.133/0001-04** para os itens: 1, 3, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 17, 21, 23, 24 e 25; **MUDAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA, CNPJ: 14.888.303/0001-05,** para os itens: 2, 4, 8, 9, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 22 e 26 .

Tangará da Serra/MT, 03 de Maio de 2017.

Edinéia G. de Souza Vieira - Setor de Licitação do SAMAE

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 08/2017/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 08/2017/SAMAE

TIPO	CONTRATO Nº 08/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2017/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**E.C. SILVA ARAÚJO COMÉRCIO EIRELI**, inscrita no CNPJ n. 24.747.458/0001-77, localizada na Av. Manoel José de Arruda, n.1.834-A, bairro Praeiro, Cuiabá – MT, CEP 78. 070-500, representada pelo **Srª. ESTHER CELINA SILVA ARAÚJO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CLASSIFICADO COMO EPI – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL A SER UTILIZADO PELOS SERVIDORES DOS SETORES OPERACIONAL E GERÊNCIA TÉCNICA DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. R$ 63.594,00 (sessenta e três mil quinhentos e noventa e quatro reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 03 de maio de 2017, com prazo até 03 de maio de 2018.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 176/2017

DATA: 26 DE ABRIL DE 2017

SUMÚLA: RETIRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DO QUADRO DE ATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Retirar do quadro de servidores ativo o Sr**. JOSE SANDER,** brasileira, inscrita no RG nº 37704326 SSP/MT no CPF sob nº 488.430. 679-15 no cargo efetivo de **VIGIA**, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01 de março de 2003, em conformidade com a portaria nº 031/2017, do Fundo Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte – MT, processo nº 2017.02.00031P, a qual concede **Aposentadoria por idade,** a partir de 16.04.2017.

ART. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE ABRIL DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

Aprova o Plano de Ação do Cofinanciamento do Governo Federal para o ano de 2017.

O Conselho Municipal De Assistência Social – CNAS, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e Lei Municipal 336/93 e seguindo os princípios do sistema deliberativo, descentralizado e participativo da politica de assistência social,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova o Plano De Ação Para Cofinanciamento Do Governo Federal Sistema Único Da Assistência Social Ano 2017, no valor previsto de RS 266.348,34 (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro reais).

Art. 2º. Os recursos Cofinanciamento pelo Governo Federal são exclusivamente para custeio da proteção social básica, portanto só pode ser investido nas ações, serviços, programas e projetos realizados no Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS.

§ 1º Os valores do Cofinanciamento do Governo Federal não poderão ser gastos no custeio de matérias permanente;

§ 2º No máximo ate 60% poderá ser utilizado para pagamento de profissionais.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sheila Daghetti

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 045 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Realizado em 19 de fevereiro de 2017 e homologado através do Decreto nº. 017, de 01 de Março de 2017; **CONVOCA** pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para o preenchimento de vaga exista, conforme relação abaixo:

CARGO: AGENTE COMUNITARIO – SÃO PEDRO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	LOTAÇÃO
2º CLASSIFICADO	KEILA FRANCIELI DA SILVA	SEC. MUN. DE SAÚDE

OCandidato convocado através do Edital terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, 02 de maio de 2017, para tomar posse no referido cargo.

O candidato devera apresentar-se no departamento de Recursos Humano dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos.

Documento de Identidade; (01 copia); CPF (01 copia); Atestado Medico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Titulo de eleitor; (01 copia); Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação; (01 copia); Certidão eleitoral; PIS ou PASEP (01 copia); Certidão de nascimento ou de casamento; (01 copia); Comprovante de endereço; Comprovante de Escolaridade e respectivo registro do órgão fiscalizador; (01 copia); Certidão Negativa da Justiça (civil e criminal); Certidão Negativa que responde ou não, a sindicância e/ou processo administrativo disciplinar; Declaração de Bens e valores que compõem seu patrimônio; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração de não acumulo ilegal cargo publico; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração que não foi exonerado com justa causa, no período de 5 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; (Firma reconhecida em Cartório) Certidão Negativa de Debito Fiscal junto ao município; Conta Corrente; CTPS (carteira de trabalho) Uma foto 3x4 recente.

A falta de quaisquer documentos e bem como não apresentação de conformidade com o Edital, implicara na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT. 02 de maio de 2017

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 042 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Realizado em 19 de fevereiro de 2017 e homologado através do Decreto nº. 017, de 01 de Março de 2017; **CON-**

VOCA pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para o preenchimento de vaga exista, conforme relação abaixo:

CARGO: MONITOR DE CRECHE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	LOTAÇÃO
6º CLASSIFICADO	ELISA FERNANDA RODRIGUES MELO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

OCandidato convocado através do Edital terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, 02 de maio de 2017, para tomar posse no referido cargo.

O candidato devera apresentar-se no departamento de Recursos Humano dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos.

Documento de Identidade; (01 copia); CPF (01 copia); Atestado Medico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Titulo de eleitor; (01 copia); Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação; (01 copia); Certidão eleitoral; PIS ou PASEP (01 copia); Certidão de nascimento ou de casamento; (01 copia); Comprovante de endereço; Comprovante de Escolaridade e respectivo registro do órgão fiscalizador; (01 copia); Certidão Negativa da Justiça (civil e criminal); Certidão Negativa que responde ou não, a sindicância e/ou processo administrativo disciplinar; Declaração de Bens e valores que compõem seu patrimônio; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração de não acumulo ilegal cargo publico; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração que não foi exonerado com justa causa, no período de 5 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; (Firma reconhecida em Cartório) Certidão Negativa de Debito Fiscal junto ao município; Conta Corrente; CTPS (carteira de trabalho) Uma foto 3x4 recente.

A falta de quaisquer documentos e bem como não apresentação de conformidade com o Edital, implicara na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT. 02 de maio de 2017

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 26/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

No aviso do PREGAO PRESENCIAL 26/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Munícipios do Estado de Mato Grosso e no site www.terranovadonorte.mt.gov.br, veiculou-se incorretamente:

Onde se lê: DATA DA ABERTURA: 15/05/2017 ÀS 08:00 (OITO) HORAS.

Leia - sê: DATA DA ABERTURA: 16/05/2017 ÀS 08:00 (OITO) HORAS.

Terra Nova do Norte-MT, 03 de MAIO de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 044 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Realizado em 19 de fevereiro de 2017 e homologado através do Decreto nº. 017, de 01 de Março de 2017; **CONVOCA** pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para o preenchimento de vaga exista, conforme relação abaixo:

CARGO: AGENTE COMUNITARIO – NONA AGROVILA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	LOTAÇÃO
2º CLASSIFICADO	KELI APARECIDA SCHNEIDER	SEC. MUN. DE SAÚDE

OCandidato convocado através do Edital terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, 02 de maio de 2017, para tomar posse no referido cargo.

O candidato devera apresentar-se no departamento de Recursos Humano dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos.

Documento de Identidade; (01 copia); CPF (01 copia); Atestado Medico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Titulo de eleitor; (01 copia); Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação; (01 copia); Certidão eleitoral; PIS ou PASEP (01 copia); Certidão de nascimento ou de casamento; (01 copia); Comprovante de endereço; Comprovante de Escolaridade e respectivo registro do órgão fiscalizador; (01 copia); Certidão Negativa da Justiça (civil e criminal); Certidão Negativa que responde ou não, a sindicância e/ou processo administrativo disciplinar; Declaração de Bens e valores que compõem seu patrimônio; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração de não acumulo ilegal cargo publico; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração que não foi exonerado com justa causa, no período de 5 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; (Firma reconhecida em Cartório) Certidão Negativa de Debito Fiscal junto ao município; Conta Corrente; CTPS (carteira de trabalho) Uma foto 3x4 recente.

A falta de quaisquer documentos e bem como não apresentação de conformidade com o Edital, implicara na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT. 02 de maio de 2017

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 175/2017

DATA: 26 DE ABRIL DE 2017

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA ANDRESSA APARECIDA DA LUZ PARA O CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR á Sra.**ANDRESSA APARECIDA DA LUZ**, brasileira, portadora do RG nº 2262907-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 041.402.951-80, aprovada no Concurso Publico edição 2014, para o cargo efetivo de A**SSISTENTE ADMINISTRATIVO**, lotado na Secretária Municipal de Educação.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE ABRIL DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 175/2017

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo deefetivoA**SSISTENTE ADMINISTRATIVO,** á Sra.**ANDRESSA APARECIDA DA LUZ**, brasileira, portadora do RG nº 2262907-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 041.402.951-80, no dia 26 de abril de 2017 e prometeu cum-

prir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 175/2017, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANDRESSA APARECIDA DA LUZ

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 043 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Realizado em 19 de fevereiro de 2017 e homologado através do Decreto nº. 017, de 01 de Março de 2017; **CONVOCA** pelo presente Edital os Candidatos Aprovados, para o preenchimento de vaga exista, conforme relação abaixo:

CARGO: MONITOR DE CRECHE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	LOTAÇÃO
2º CLASSIFICADO	JOCELAINE DE CARVALHO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

OCandidato convocado através do Edital terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, 02 de maio de 2017, para tomar posse no referido cargo.

O candidato devera apresentar-se no departamento de Recursos Humano dentro do prazo estipulado, apresentando documentação original e fotocópia autenticada em cartório dos seguintes documentos.

Documento de Identidade; (01 copia); CPF (01 copia); Atestado Medico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho; Titulo de eleitor; (01 copia); Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação; (01 copia); Certidão eleitoral; PIS ou PASEP (01 copia); Certidão de nascimento ou de casamento; (01 copia); Comprovante de endereço; Comprovante de Escolaridade e respectivo registro do órgão fiscalizador; (01 copia); Certidão Negativa da Justiça (civil e criminal); Certidão Negativa que responde ou não, a sindicância e/ou processo administrativo disciplinar; Declaração de Bens e valores que compõem seu patrimônio; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração de não acumulo ilegal cargo publico; (Firma reconhecida em Cartório) Declaração que não foi exonerado com justa causa, no período de 5 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; (Firma reconhecida em Cartório) Certidão Negativa de Debito Fiscal junto ao município; Conta Corrente; CTPS (carteira de trabalho) Uma foto 3x4 recente.

A falta de quaisquer documentos e bem como não apresentação de conformidade com o Edital, implicara na inabilitação do candidato.

Terra Nova do Norte – MT. 02 de maio de 2017

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004, DE 28 DE ABRIL DE 2017.

Aprova o Plano de Ação do Cofinanciamento do Governo Estadual para o ano de 2017.

O Conselho Municipal De Assistência Social – CNAS, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e Lei Municipal 336/93 e seguindo os princípios do sistema deliberativo, descentralizado e participativo da politica de assistência social,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento do Governo do Estado do Mato Grosso no valor de RS **30.424,00** (trinta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

§ 1º. Do valor de RS **30.424,00** (trinta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), **70%** que corresponde ao valor de **RS 21.296,80** (vinte e um mil, duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), serão utilizados;

I- No custeio das ações da proteção social básica:

a) Por meio da oferta dos serviços, programas e projetos do Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS:

II - No custeio da proteção social especial de media e alta complexidade;

a) Por meio do atendimento a pessoas em situação de rua;

b) Por meio do atendimento, Casa-Lar Santa Terezinha do Menino Jesus que acolhe crianças e adolescente em cumprimento de medida protetiva:

III - No custeio de benefícios eventuais conforme a Lei Municipal nº 1.204/2015.

§ 2º. E **30%** que corresponde a RS 9.127,20 (nove mil, cento e vinte e sete reais e vinte centavos) serão gastos na Gestão do SUAS;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sheila Daghetti

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 177/2017

DATA: 26 DE ABRIL DE 2017

SUMÚLA: RETIRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DO QUADRO DE ATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Retirar do quadro de servidores ativo o Sr**. JOSE DOMINGOS FARTO,** brasileira, inscrito no RG nº 9516189 SSP/MT no CPF sob nº 626.403.648-04 no cargo efetivo de **ADJUNTO DE OPERAÇÕES**, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 02 de agosto de 2010, em conformidade com a portaria nº 030/2017, do Fundo Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte – MT, processo nº 2017.02.00030P, a qual concede **Aposentadoria por invalidez,** a partir de 16.03.2017.

ART. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE ABRIL DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 178/2017

DATA: 26 DE ABRIL DE 2017

SUMÚLA: RETIRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DO QUADRO DE ATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Retirar do quadro de servidores ativo o Sr**. EVILASIO OLIVEIRA DA SILVA,** brasileira, inscrito no RG nº 24214-5 SSP/MT no CPF sob nº 325.256.641-91, no cargo efetivo de **MOTORISTA**, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 01 de março de 2002, em conformidade com a portaria nº 029/2017, do Fundo Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte – MT, processo nº 2017.02.00017P, a qual concede **Aposentadoria por invalidez,** a partir de 01.12.2016.

ART. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE ABRIL DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 179/2017

DATA: 26 DE ABRIL DE 2017

SUMÚLA: NOMEIA SENHOR LUIZ CARLOS ZAMONER PARA O CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DO SUS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR o Sr. **LUIZ CARLOS ZAMONER,** brasileira, portador do RG nº 13019830 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 888.880.611-34, para o cargo comissionado de**GERENTE DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DO SUS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE ABRIL DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 179/2017

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DO SUS**, o senhor **LUIZ CARLOS ZAMONER,** brasileira, portador do RG nº 13019830 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 888.880.611-34, no dia 26 de abril de 2017 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 179/2017, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZAMONER

EMPOSSADO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 180/2017

DATA: 26 DE ABRIL DE 2017

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA KARINA DE CARVALHO PINTO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR á Sra.**KARINA DE CARVALHO PINTO**, brasileira, portadora do RG nº 20858221 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 054.007.131-57, para o cargo de**ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III**, lotado no Gabinete do Prefeito.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE ABRIL DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 180/2017

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de **ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III,** á Sra.**KARINA DE CARVALHO PINTO**, brasileira, portadora do RG nº 20858221 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 054.007.131-57, no dia 26 de abril de 2017 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 180/2017, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

KARINA DE CARVALHO

Empossado

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 14/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 22/2017 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 21/2017, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO

DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MTREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT, ENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA:

UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA -ME
CANTINHO LIVRARIA E PPAELARIA LTDA - ME
GRAFFITE COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-EPP

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE ABRIL DE 2017.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

O MUNICIPIO DE TESOURO - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcilio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeada através da portaria nº 43 e 44/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que REVOGA, a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 006/2017, **"Aquisição de Veículos, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência e demais Anexos',** para readequação e correção do Edital, com vistas ao atendimento do interesse público e por conveniência administrativa.

Tesouro MT 02 de Maio de 2017.

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 005/2017

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL 005/2017

O Município de Tesouro - MT, através do PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, torna público, que após a análise e julgamento do Pregão Presencial, nº. 005/2017, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa: **N K SAUDE EIRELI-ME**, **CNPJ Nº 26.147.632/0001-76,** para: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAUDE, PARA ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE TESOURO-MT,Conforme Anexo I do referido Pregão,valores negociado na sessão do Pregão, do tipo por itens, realizado em 28/04/2017, o Valor mensal de R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais) totalizando um valor Global R$ 420.000,00 (Quatrocentos e Vinte Mil Reais).

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT, 27 de Abril de 2017.

_____

ARTHUR JOSE REGO LACERDA

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 004/2017

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2017

O Município de Tesouro - MT, através do PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, torna público, que após a análise e julgamento do Pregão Presencial RP,nº. 004/2017, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa:**SILVA & COIMBRA LTDA-EPP, CNPJ Nº 01.936.060/0001-83,** para Aquisição de Materiais de Consumo do Gênero Alimentício, Materiais de Limpeza e Higiene e Utensílios Domésticos Copa e Cozinha, conforme Termo de Referencia, Anexo III,negociada na sessão do Pregão, por itens, realizado em 27/04/2017, finalizando com o valor Global para as Cotações Nº 187/2017, 189/2017 e Cotação Nº 192/2017, 519.043,35 (Quinhentos e Dezenove Mil, Quarenta e Três Reais e Trinta e Cinco Centavos).

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT, 27 de Abril de 2017.

_____

ARTHUR JOSE REGO LACERDA

Pregoeiro

RESUMO DA ATA 004/2017

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2017

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE TESOURO- MT

CONTRATADA: SILVA & COIMBRA LTDA-EPP

CNPJ: 01.936.060/0001-83

OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo do Gênero Alimentício, Materiais de Limpeza e Higiene e Utensílios Domésticos Copa e Cozinha , conforme Termo de Referencia, Anexo III, parte integrante do Edital**,** o prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 01(Hum) ano.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste pregão correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo descriminadas do orçamento vigente:

312- 04.060.08.244.9120.02144.3.3.90.30.00.00-Fundo Municipal de Assistência Social

304- 04.060.08.244.9120.02084.3.3.90.30.00.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

44 -02.015.04.122.3010.02006.3.3.00.30.00.00- Secretaria Municipal de Administração

356-05.065.10.302.9220.02075.3.3.90.30.00.00- Fundo Municipal de Saúde

74-02.025.12.306.5020.02016.3.3.90.30.00.00-Secretaria Municipal de Educação

72-02.025.12.306.5010.02138.3.3.90.30.00.00-Secretaria Municipal de Educação

250-02.080.04.122.7010.02047.3.3.90.30.00.00-Secretaria Municipal de Transportes

Segue abaixo relacionados os valores dos preços contratado através do processo licitatório, Pregão Presencial RP 004/2017, realizado em 27/04/2017, com o valor Global de: Para as Cotações Nº 187/2017, 189/2017 e Cotação Nº 192/2017, R$ 519.043,35 (Quinhentos e Dezenove Mil, Quarenta e Três Reais e Trinta e Cinco Centavos).

Tesouro - MT, 28de Abril de 2017

_____

ARTHUR JOSE REGO LACERDA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 13/2017

Transfere as Sessões Ordinárias do dia 04.05.2017 para o dia 08.05.2017.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a transferência da data tornou-se necessário a fim de atender solicitação verbal dos Senhores Vereadores que encontram-se em Cuiabá em busca de recursos para o município.

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir as Sessões Ordinárias do dia 04.05.2017 para o dia 08.05.2017, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 03 de maio de 2017

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2017

Dispõe sobre convocação de candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2017, realizado em 24 de janeiro de 2017 e homologado em 06 de fevereiro de 2017;

Considerando ainda o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2017;

1. Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata classificada, para preenchimento de vaga existente no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
BERENICE WENTZ	149	3ª Classificada

2. A candidata convocada por este Edital terá prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de afixação/publicação deste Edital, para ser contratada e assumir o respectivo cargo.

3. A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munida dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS:

- Carteira de Identidade;

- Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;

- Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;

- Comprovante de Escolaridade (Diploma, Certificado, Declaração, etc.);

- Certidão de Casamento (se houver);

- Certidão de Nascimento de filhos (se houver);

- Registro junto ao Conselho Profissional da Categoria (para os cargos de profissão regulamentada);

- Comprovante de residência atual.

ORIGINAL:

- Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 03 de maio de 2017.

ERINEU DIESEL

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 07/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 07/2017**, **objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES**, e sagrou vencedoras as empresas A. G. DE OLIVEIRA SANCORE -ME, inscrita no CNPJ: 06.293.715/0001-66, e a empresa PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ: 03.532.991/0001-41. Vale de São Domingos-MT, 03 de Maio de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

DECRETO Nº 13 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº GERALDO MARTINS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas DECRETA:

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e fundos, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas; III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no site oficial do Município;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

§ 1º A ata de registro de preços, disponibilizada no site oficial do Município.

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

Capítulo III DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo Único - Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Capítulo IV DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, do Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12 do Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo;

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

Art. 9º Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo Único - A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

Capítulo V DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

II - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21, Decreto Federal 7.892 de 23 de Janeiro de 2013.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

Art. 11 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Capítulo VI DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no art. 11, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo Único - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo Único - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Capítulo VII DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo Único - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

Capítulo VIII DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Capítulo IX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado e revoga a disposição ao contrário.

Vale de São Domingos-MT, 08 de Fevereiro de 2017.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI N.º 4.203/2017

Institui o Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CMIS, da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Várzea Grande-MT e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído no âmbito da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Várzea Grande-MT, o Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas ou Suspensas-CMIS, acessível via internet, através do site da Prefeitura Municipal, sem qualquer restrição ou necessidades de uso de senhas.

Art. 2.º O CMIS será um banco de dados mantido pela Controladoria Geral do Município, para o registro de pessoa física e/ou jurídica que sofrer sanção por parte de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do município de Várzea Grande, decorrente da prática de conduta prevista no art. 5.º desta Lei.

Art. 3.º O CMIS resumirá os dados das pessoas físicas e/ou jurídicas de forma acessível, indicando as seguintes informações acerca das sanções:

I – nome completo e número de inscrição do CPF apenado, no caso de pessoa física, e, número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ e o nome (s) do (s) sócio (s) do apenado, no caso de pessoa jurídica;

II – razão social e o nome de fantasia;

III – data inicial e final da sanção;

IV – órgão sancionador;

V – fonte da informação.

Parágrafo único. As informações devem ser disponíveis ao usuário via internet, em linguagem simples e objetiva, servindo como ferramenta de transparência para a sociedade em geral.

Art. 4.º O CMIS reunirá permanentemente informações atualizadas dos órgãos da Prefeitura Municipal, além das informações de convênios com os Governos Federal e Estadual que deram ensejo à relação das empresas inidôneas ou suspensas.

Parágrafo único. A Prefeitura do Município de Várzea Grande, através da Controladoria Geral do Município, encaminhará a relação das empresas inidôneas ou suspensas inclusas no CMIS à Controladoria Geral do Estado e para a Controladoria Geral da União, para que seja incluída no Cadastro Estadual e no Cadastro Nacional.

Art. 5. º Para efeitos desta Lei considera-se inidônea ou suspensa, a pessoa jurídica e física que sofrer sanções administrativas em definitivo, decorrentes de qualquer das seguintes condutas:

I – fraude comprovada à licitação;

II – prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III – prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, e;

IV – outras descritas em lei.

§1.º Com o fim da sanção administrativa, a pessoa jurídica e física será automaticamente excluída do CMIS.

§2.º A Controladoria Geral do Município, quando constatar a ocorrência das condutas previstas no *caput,* recomendará ao órgão responsável, seja da Administração Pública Direta ou Indireta, a abertura de processo administrativo contra a pessoa jurídica e/ou física, que deverá ser instaurado no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da recomendação.

§3.º Os procedimentos para instauração, processamento e homologação do Processo Administrativo serão definidos mediante Decreto.

Art. 6.º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for necessário, para que sua aplicabilidade tenha eficácia jurídica e social.

Art. 7.º A Controladoria Geral do Município poderá celebrar Termos de Cooperação com os demais órgãos públicos, visando ao repasse contínuo de dados do CMIS e o recebimento de dados e informações de outros Cadastros de Pessoas Inidôneas e Suspensas.

Art. 8.º Antes de licitar ou contratar, o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal consultará, obrigatoriamente o CMIS, para verificar a situação jurídica de adimplência perante a Administração Pública, atendendo a todos os preceitos da Lei n.º 8.666/1993.

Art. 9.º A gestão do CMIS incumbe à Controladoria Geral do Município que adotará as medidas que se fizerem necessárias à regulamentação, à operacionalização, à coordenação e à divulgação do Cadastro, através do Portal da Transparência do Município.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 13 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.210/2017

Altera os anexos I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 3.463/2.010, que dispõe sobre diretrizes e normatizações relativas à gestão de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito das autarquias do Poder Executivo e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 3.463/2.010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

NÍVEIS DE ATUAÇÃO E CARGOS

ORGANIZAÇÃO BÁSICA	CARGOS E FUNÇÕES
I - Nível de Direção Superior	Diretores de Unidades
II – Nível de Apoio Estratégico e Especializado	Membros de Câmaras ou Comissões Executivas e Técnicas de caráter permanente
III - Nível de Assessoramento Superior	Assessor de Gestão, Procurador, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira e Assessor Especial
IV – Nível de Administração Sistêmica	Diretor, Coordenador e Gerente
V – Nível de Administração Programática	Assessor Técnico, Chefe de Departamento, Chefe de Benefício e Assistente Técnico

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SIMBOLOGIAS REMUNERATÓRIAS

CARGOS E FUNÇÕES	SIMBOLOGIA
Diretor de Unidade - Presidente	DGA 1
Assessor de Gestão – Administrativo e Financeiro, e, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira	DGA 2
Procurador(a) (PREVIVAG)	DGA 2
Procurador Chefe (DAE), Diretor, Diretor Contábil, Diretor de Operação, Diretor Comercial, Diretor de Produção, Assessor Especial e Diretor de Benefício	DGA 3
Coordenador, Coordenador de Compras, Coordenador de Pessoal – RH – Patrimônio, Coordenador Eletromecânica, Coordenador Contábil, Coordenador Comercial, Coordenador de Projetos, Coordenador de Benefício e Coordenador Contábil	DGA 4
Gerente, Gerente de Transporte, Gerente de Distribuição e Manobra, Assessor Técnico I – Financeiro, Gerente de Pregão, Gerente de Padronização, Gerente Departamento Comercial, Gerente Corte e Religação, Gerente Faturamento	DGA 6
– Operações, Gerente Administrativo e Assessor Técnico I – Presidência	
Assistente Técnico Comercial, Chefe de Departamento – Segurança, Assistente Técnico – Presidência, Assistente Técnico – Projetos e Obras, Chefe de Departamento – Escritório – Centro, Assistente Técnico – Projetos e Obras, Assistente Técnico – Comercial, Assistente Técnico – Licitação, Assistente Técnico – Informática, Chefe de Departamento – E.T.E., Chefe de Departamento e Operações, Chefe de Departamento, Chefe de Benefícios, Assistente Técnico Jurídico, Assistente Técnico e Chefe Departamento – Cristo Rei	DGA 7

ANEXO III

ATRIBUIÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA E TIPOLOGIA

ATRIBUIÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	TIPOLOGIA
DIREÇÃO	Diretor de Unidade - Presidente
CHEFIA	Assessor de Gestão – Administrativo e Financeiro, e, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira.
ASSESSORAMENTO	Procurador, Diretor, Diretor Contábil, Diretor de Operação, Diretor Comercial, Diretor de Produção, Assessor Especial, Diretor de Benefício, Coordenador, Coordenador de Compras, Coordenador de Pessoal – RH – Patrimônio, Coordenador Eletromecânica, Coordenador Contábil, Coordenador Comercial, Coordenador de Projetos, Coordenador de Benefício, Coordenador Contábil, Gerente, Gerente de Transporte, Gerente de Distribuição e Manobra, Assessor Técnico I – Financeiro, Gerente de Pregão, Gerente de Padronização, Gerente Departamento Comercial, Gerente Corte e Religação, Gerente Faturamento – Operações, Gerente Administrativo, Assessor Técnico I – Presidência, Assistente Técnico Comercial, Chefe de Departamento – Segurança, Assistente Técnico – Presidência, Assistente Técnico – Projetos e Obras, Chefe de Departamento – Escritório – Centro, Assistente Técnico – Projetos e Obras, Assistente Técnico – Comercial, Assistente Técnico – Licitação, Assistente Técnico – Informática, Chefe de Departamento – E.T.E., Chefe de Departamento e Operações, Chefe de Departamento, Chefe de Benefícios, Assistente Técnico Jurídico, Assistente Técnico e Chefe Departamento – Cristo Rei

ANEXO IV

SÍMBOLO, SUBSÍDIOS E PERCENTUAIS DE GRATIFICAÇÃO

SÍMBOLO	SUBSÍDIO (Exclusivamente comissionado)	PERCENTUAL (Comissionamento para profissionais efetivos)
DGA 1	10.000,00*	60%
DGA 2	6.500,00	60%
DGA 3	5.000,00	60%
DGA 4	3.500,00	60%
DGA 6	2.000,00	70%
DGA 7	1.500,00	70%

** Lei Municipal Complementar nº 4.186/2.016.*

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 20 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.214/2017

Denomina de “Celina Batista Dantas” – Dona Celina a nova Unidade Básica de Saúde do bairro Ouro Verde e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de CELINA BATISTA DANTAS – DONA CELINA a nova Unidade Básica de Saúde do bairro Ouro Verde, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 27 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E DE ADESÃO/CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 57/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE- MT

O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, Jardim dos Estados, município de Várzea Grande – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 02. 555.079/0001-42, denominada **ADERENTE,** neste ato representado pelo seu Diretor Presidente **Sr. RICARDO AZEVEDO ARAUJO**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Ato de Nomeação nº 545 de 21 de novembro de 2016, e em obediência ao da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal n.º 3. 555/2000, Decreto Federal n.º 3.931/2001, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 09/2010 e do Decreto Municipal nº 32/ 2005 e de outras normas aplicáveis, contida no Processo Administrativo n°.015/2017/DAE/VG.

Considerando o deferimento do pedido de Adesão (CARONA) à Ata de Registro n°. **57/2016**, oriunda do **Pregão Eletrônico n°. 084/2016** da**Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT,** entidade gestora e detentora do registro de preços decorrente do Pregão, conforme autorização da **Prefeitura Municipal de Várzea Grande** e aceite da empresa **ARARAUNA TURISMO E LTDA**, cujo procedimento deu-se dentro da legalidade e favorável, conforme Parecer Jurídico nº **046/2017/JUR/DAEVG**.

RESOLVE HOMOLOGAR E ADERIR, à Ata de Registro n°. **57/2016** da **Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT**, oriundo do Pregão Eletrônico n°. **84/2016** da **Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT** com a empresa **ARARAUNA TURISMO LTDA**, valor contratual de **R$ 143.250,000 (cento e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais**)para a eficácia dos atos, DETERMINO que o presente seja publicado.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande,20 de abril 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAEVG

LEI N.º 4.215/2017

Denomina de Agenor Alexandre de Campos, a Ponte sobre o Córrego Santana no bairro São Gonçalo/Carrapicho que liga ao bairro Engordador e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada AGENOR ALEXANDRE DE CAMPOS, a ponte sobre o Córrego Santana no bairro São Gonçalo/Carrapicho que liga ao bairro Engordador.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 27 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 27 DE 23 MARÇO DE 2.017.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, parte de área situada no município de Várzea Grande – MT, localidade de Bom Sucesso (Bonsucesso), destinada para construção de Estação de Tratamento de Água – ETA, pelo DAE, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a alínea "e", do inciso I, do artigo 95, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o que faculta as alíneas, "d", "e", "g", "h" e "m do artigo 5.º, do Decreto-Lei Federal n.º 3.365, de 21 de Junho de 1. 941, alterada pela Lei Federal n.º 9.785, de 29 de Janeiro de 1.999;

CONSIDERANDO a necessidade da realização de desapropriação a ser destinada e paga pelo Departamento de Água e Esgoto – DAE;

CONSIDERANDO os Processos Administrativos *Gespro* n.º 424.252/2. 017 e 443.528/2.017.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante forma amigável ou judicial, parte de área situada neste município, no lugar denominado "Bom Sucesso" (Bonsucesso), recaindo sobre as matrículas 7.155 e 19.947, registradas no 5º Serviço Notarial e Registral de imóvel da 2º Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá – MT.

Parágrafo único: a desapropriação parcial possuí área total de **807,13 m2** localizada na Rua Gil João da Silva – localidade denominada "Bom Sucesso" (Bonsucesso) com a seguinte descrição do perímetro: Partindo do marco M-01 com coordenada UTM. (SAD - 69), MC de 57ºWgr N= 8.261. 547,185 metros e E= 595.773,520 metros, localizada no alinhamento da calçada da Rua Gil João da Silva, divisa com área remanescente, segue-se com azimute plano de 277º20'21" e com distância de 40,64 metros, confrontando com a Rua Gil João da Silva até encontrar o M-02. Do marco M-02 com coordenada UTM. N= 8.261.552,377 metros e E= 595.733,209 metros, segue-se com azimute plano de 11º38'50" e com distância de 22,05 metros, confrontando com área remanescente, até encontrar o marco M-03. Do marco M-03 com coordenada UTM. N= 8.261.573,968 metros e E= 595.737,660 metros, segue-se com azimute plano de 103º35'35" e com uma distância de 40,94 metros confrontando com área de propriedade de Quem de Direito, até encontrar o marco M-04. Do marco M-04 com coordenada UTM. N= 8.261.564,345 metros e E= 595.777,457 metros, segue-se com azimute plano de 192º55'17" e com uma distância de 17,61 metros, confrontando com área remanescente, até encontrar o marco M-01, fechando assim o perímetro.

Art. 2º A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente para efeito de imissão provisória de posse, desde logo autorizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 3.365/1.941.

Art. 3º O objetivo da desapropriação destina-se a construção de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água – ETA, devendo a área desapropriada ser destinada ao Departamento de Água e Esgoto – DAE, a quem caberá quitar o valor da indenização pela desapropriação.

Art. 4º - Fica fixado o valor total de **R$ 12.801,08 (doze mil oitocentos e um reais e oito centavos)** a título de indenização, decorrente das desapropriações e da posse, conforme avaliação realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, no processo administrativo *gespro* n.º 443.528/2.017.

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta de dotação orçamentária do DAE, provenientes de recursos abaixo alocados:

Órgão: 18

Programa: 0040

Elemento de Despesa: 4.4.90.61

Fonte: 999

Projeto Atividade: 2.069

Art. 6º - Deverá, a Procuradoria Municipal, em conjunto com a Procuradoria do Departamento de Água e Esgoto – DAE, antes da realização do pagamento da desapropriação, realizar a compensação financeira dos débitos municipais existentes em nome dos proprietários ou posseiros de direito da área a ser desapropriadas, por meio de processo administrativo ou judicial.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 23 de março de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente – DAE/VG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar da Audiência Pública para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2017.

A audiência será realizada no dia 26/05/2017, a partir das 16 horas, no Auditório da Secretara Municipal de Assistência Social de Várzea Grande, sito a Avenida Castelo Branco, S/N, Água Limpa, Várzea Grande-MT.

Várzea Grande-MT, 03 de Maio de 2017.

PORTARIA Nº 07/GOV/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 111/2013, que entre si, celebram o Município de Várzea Grande/MT e a empresa Diviplac empreendimentos Comerciais LTDA – EPP.

César Alberto Miranda Lima da Costa, Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015, expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado o Senhor Gustavo Luiz Mesquita Corrêa da Costa, Brasileiro, Solteiro, Servidor Público, portador da Cédula de Identidade RG nº 1039229-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº 695817541-72, Matrícula nº 18845, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 111/2013, firmado com a empresa Contratante Diviplac Empreendimentos Comerciais LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.877.464/0001-80, com sede à Avenida Filinto Muller nº 1759, Bairro: Quilombo, CEP: 78.045-310, no município de Cuiabá/MT, que tem como objeto:Serviço de instalação de Armário Naval Standart com 50 cm de profundidade, contendo portas de abrir c/ fechadura e prateleiras – com fornecimento do material necessário.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 02 de maio de 2017.

CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA

Secretário Municipal de Governo

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 005/2017

Processo n. 431834/2017. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 377/2017, comunica aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRENCIA PÚBLICA** na forma **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução indireta de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,** cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DE CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 2 - PROINFÂNCIA PROJETOS PADRONIZADOS DO FNDE, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME PROJETOS MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E FNDE, EM ATENÇÃO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº. PAC2: 6385/2013-FNDE, CONFORME EDITAL E ANEXOS.** A realização esta prevista para o **dia 06 de Junho de 2017, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT com pagamento da taxa de R$ 0,13 por cópia não restituível, e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 03 de Maio de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer

LEI N.º 4.209/2017

Cria e oficializa o Dia da Cultura Racional Várzea-grandense e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído e oficializado o dia 08 (oito) de abril, anualmente, como o Dia da Cultura Racional Várzea-grandense, a ser comemorado neste município.

Art. 2.º As autoridades municipais de Várzea Grande concederão o apoio que lhes é facultado para a regularização de atos públicos e solenidades alusivas à data.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 20 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 058/2014

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 04.523.051/0001-59. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada aos termos e condições do Art. 65, I, alínea b), §1º. da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93, no Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº. 058/2014, bem como, nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 445880/2017. OBJETO: Tem por objeto, aditar o item 3.1 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA GARANTIA", do Contrato nº. 058/2014, referente à contratação das agências de propaganda para prestação de serviços técnicos de publicidade com elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Fica aditado o valor de R$ 462.500,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), referente ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto aditado, passando ao valor global de R$ 2.312.500,00 (dois milhões, trezentos e doze mil e quinhentos reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.04.131.0032. P/A: 2.055. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999. DO: 13.01.04.131.0032. P/A: 2.156. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0999.

DATA DE ASSINATURA: 02.05.2017.

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria Municipal de Comunicação Social PMVG/MT

COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Contratada

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N.045/2016

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa CEICO – CENTRO DE IMAGENOLOGIA DO CENTRO OESTE - LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n 03.186.027/0001-09. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentado na Lei Federal nº. 8.666/93 de 21.06.93 no Artigo 57 incisos e parágrafos, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo do Contrato nº 045/2016 e nos demais documentos acostados no Processo GESPRO nº439336/2017.OBJETO: Tem por objeto, aditar o item 3.1 da "CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA", o item 6.1 e 6.2 da "CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO", e o item 12.2 "CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO" do Contrato nº 045/2016 referente à contratação de empresa para prestação de serviços de exame de tomografia computadorizada e ultrassonografia com comodato de equipamentos e aparelhos, incluindo manutenção, insumos, mão de obra e materiais, para atender o serviço de urgência, emergência dentro do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande-MT, conforme edital. VALOR GLOBAL: Atribuise o valor global no montante de R$ 1.148.988,45 (Hum milhão cento e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. J. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P.J.FONTE: 0304. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P.J. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0304.Terá vigência de 06 (seis meses) dias, contados a partir da sua assinatura e publicação, prazo em que o CONTRATADO, deverá entregar os produtos de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Saúde para este ato, o servidor LEONICE PEREIRA DO NASCIMENTO, portador da cédula de identidade RG n°. 1153617-9 SSP/SJ, inscrito no CPF n°. 882.794.301-30, Matrícula 117387.

DATA DE ASSINATURA: 28.04.2017.

DIÓGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

CEICO – CENTRO DE IMAGENOLOGIA DO CENTRO OESTE - LTDA

Contratada

LEI N.º 4.207/2017

Dispõe sobre a adoção de prova especial aos candidatos com deficiência visual em concursos públicos no município de Várzea Grande.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Nos concursos públicos municipais em que constarem quesitos cuja resposta dependa da interpretação de símbolos, gráficos, esquemas e desenhos que não possam ser transcritos para o braile, adotar-se-á uma prova específica para os candidatos com deficiência visual, de forma a proporcionar-lhes o amplo entendimento, observando-se o mesmo nível e a natureza dos quesitos gerais aplicados aos demais candidatos.

Art. 2.º Caberá ao órgão realizador do certame definir a forma e os procedimentos para a elaboração da prova especial, observadas as disposições legais, quanto à plena garantia do tratamento isonômico entre todos os participantes do concurso público.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 20 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.206/2017

Dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública Municipal do "Instituto Pé de Manga" e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica declarado como entidade de Utilidade Pública no âmbito do Município de Várzea Grande-MT, o INSTITUTO PÉ DE MANGA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.041.132/0001-92, com sede própria sito à Rua Raimundo Lima dos Santos, n.º 167, bairro Manga, Várzea Grande-MT.

Art. 2.º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – substituir os fins constantes do estatuto ou deixar de cumprir as disposições estatutárias;

II – alterar a sua denominação e/ou seu objeto, e dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao departamento competente da administração pública municipal.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 20 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA 390/CPSPAD/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 009/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da Comunicação Interna nº 475/2014, da Secretaria Municipal de Administração, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de maio de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 006/2017

Processo n.432836/2017. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 377/2017, comunica aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N. 006/2017**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL sob o regime de execução indireta de empreitada pelo "PREÇO GLOBAL", cujo objeto: **Contratação de Empresa Capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução de obra de Reforma e Ampliação da Biblioteca Pública Professora Laurinda Coelho,localizada na rua Ministro Mário Machado, esquina com a rua Mário Abrão Nassarden, n.º 200, loteamento Domingos Sávio, Bairro Cristo Rei, na cidade de Várzea Grande- Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme especificações contidas neste Projeto e seus Anexos**. Abertura está prevista para o **dia 24 de Maio de 2017, às 08h30min** (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante pagamento dos custos de R$ 0,13 por copia não restituíveis, e gratuitamente e no site: WWW.varzegrande.mt.gov.br, informações (65) 3688-8020. Várzea Grande - MT, 03 de Maio de 2017,SILVIO APARECIDO FIDELIS,Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

LEI N.º 4.205/2017

Dispõe sobre o atendimento preferencial aos doadores de sangue nos locais que especifica e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Os doadores de sangue terão atendimento preferencial e prioritário em todos os estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares, bem como, nas repartições públicas municipais, estaduais e federais no município de Várzea Grande.

§ 1.º A preferência e a prioridade de que trata o *caput* deste artigo implica em que os beneficiários não se sujeitem às filas comuns, além da adoção de medidas que promovam agilidade ao atendimento e a prestação de serviços, incluindo-se os serviços bancários mesmo que o doador não seja cliente da agência bancária.

Art. 2.º Todos os estabelecimentos discriminados no artigo 1.º deverão obrigatoriamente afixar em local visível a informação sobre o benefício concedido pela presente Lei, incluindo o número e a data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam todas as empresas, postos de coleta e outros locais que procedem à coleta de sangue, obrigados a fornecer aos doadores uma carteira com a denominação "Doador de Sangue".

§1.º A carteira de Doador de Sangue deverá conter a fotografia do doador e espaço destinado ao registro das doações.

§2.º A carteira de Doador de Sangue terá validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da última doação.

Art. 4.º Para receber o atendimento preferencial de que trata a presente Lei o doador apresentará a carteira de Doador de Sangue que deverá estar dentro do prazo de validade.

Art. 5.º O não cumprimento do disposto na presente Lei sujeitará os infratores à multa de 30 UPF (Unidade Padrão Fiscal), devidos em dobro no caso de reincidência.

Art. 6.º Fica a Prefeitura Municipal de Várzea Grande obrigada a realizar campanha de estímulo à doação de sangue, no mês de novembro de cada ano.

Art. 7.º As despesas do Executivo Municipal decorrentes da aplicação da presente Lei serão cobertas através de verbas próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 13 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 048 DE 28 DE ABRIL DE 2.017

Designa responsável pelo lançamento, atualização e monitoramento das informações no portal transparência da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO:

A Lei Federal nº 12,527/2011 que regula o acesso às informações publicas, em obediência às disposições contidas na Constituição Federal;

A Lei Municipal nº 3.976/2013, que dispõe sobre os procedimentos para se alcançar acesso à informação publica, no âmbito do Município de Várzea Grande;

O Decreto Municipal nº 39/2016, que regulamenta, no âmbito do poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação pública.

O Decreto Municipal nº 69/2016, que define atribuições e responsabilidades quanto a disponibilização e lançamento das informações no Portal Transparência e no sitio da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo relacionado como responsável pelo lançamento, atualização e monitoramento das informações no Portal Transparência, da Prefeitura de Várzea Grande correspondentes às atribuições referente aos critérios e campos de atuação definidos abaix**o:**

Servidor Responsável	Tipo de informação
Geovane Renfro da Silva - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande	**Critério 27 – Informações sobre o Conselho de Saúde.** As informações referente à composição dos Conselhos: nome, endereço, telefone, e-mail; Ata de reunião; e Data de reunião e outras informações relevantes.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Várzea Grande, 28 de abril de 2017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 039/2017

PORTARIA Nº 039/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 84/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CONTRATO Nº 016/2017 – ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA-EPP

Objeto: Contratação de empresa capacitada para Prestação de Serviços de Agenciamento e Fornecimento de passagens aéreas, para atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - MT.

Fiscal: Homero de Barros Albuquerque Esteves

RG N.º 1808595 SSP/DF CPF N.º 905.298.391-72

END.º: Rua São Francisco de Assis n.º 175 Bairro: Centro

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.906

Suplente de Fiscal: Roberto Anderson de Figueiredo

RG N.º 112987284 SEPC/RJ CPF N.º 078.978.117-43

END.º: Rua Dante de Oliveira n.º 23 Bairro: Jardim Novo Eldorado

Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 2.169

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 03 de maio de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

LEI N.º 4.204/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas proprietárias de empreendimentos residenciais, comerciais e industriais de promoverem a arborização com essências apropriadas nos empreendimentos próprios e naqueles já edificados no município e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam as empresas proprietárias de empreendimentos residenciais, comerciais e industriais, que venham a estabelecer-se no município de Várzea Grande-MT, obrigadas a promoverem a arborização de seus próprios empreendimentos e naqueles já edificados no município, como forma de mitigação do dano ambiental causado pelo desmatamento da área onde será implantado o empreendimento.

Art. 2.º A arborização será feita com a utilização de essências próprias em áreas destinadas ao calçamento e praças públicas nos residenciais já edificados no município.

Art. 3.º A exigência quanto à mitigação do dano ambiental através de arborização será requisito essencial no processo administrativo para expedição de Licenças Ambientais e do Alvará de Construção, cujos locais e quantidades serão indicados pelo Poder Público Municipal.

Art. 4.º O plantio das essências florestais será realizado em ocasiões propícias compreendido como período das águas em nossa região.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 13 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, **BENEDITO FRANCISCO CURVO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira Oficial e sua Equipe de Apoio, resolve:

01- Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.º: 01/2017

b) Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preço

c) Data Homologação: 27/04/2017

d) Data Adjudicação: 27/04/2017

e) Objeto da Licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA *AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE* PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT**

f) Empresas Vencedoras:

AÇÃO COM. E SERV. DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA-ME;

GRAFITTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA EPP;

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO-ME

Várzea Grande – MT, 27 de abril de 2017.

BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente da Câmara Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 040/2017

PORTARIA Nº 040/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – POR ITEM

CONTRATO Nº 014/2017 – ALC AUTO CENTER LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva de mecânica em geral, elétrica, funilaria, alinhamento, cambagem, troca de óleo, filtro, pintura em geral e sistema de injeção eletrônica em reboque para veículos, motocicletas, independente de marca para atender a demanda da frota de veículos do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - MT.

Fiscal: Alan Antoniolli

RG N.º 9058303646 SSP/MT CPF N.º 940.838.780-53

END.º: Av. Principal n.º 01 Bairro: Cristo Rei

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.903

Suplente de Fiscal: Matheus Antonio Fiuza Metelo

RG N.º 2386146-0 SEJUSP/MT CPF N.º 055.862.021-31

END.º: Rua Castelo Branco n.º 1.350 Bairro: Água Limpa

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.040

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 03 de maio de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 49 DE 28 DE ABRIL DE 2.017.

Dispõe no âmbito administrativo sobre a Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande - Mato Grosso e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar no âmbito administrativo e detalhar os objetivos gerais da Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande na razão a seguir:

§ 1º - É princípio primordial da Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande propiciar e gerenciar aos cidadãos os instrumentos administrativos para suas defesas de direitos como usuários da saúde pública municipal.

§ 2º - A Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande é canal amplo e legal para as comunicações e reclamações dos usuários de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde no Município, sendo órgão sistêmico e de interesse cívico na administração da Secretaria de Saúde de Várzea Grande.

§ 3º - Compete a Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande colher todas as comunicações e reclamações para fomento das melhorias nos serviços de saúde pública prestados pelo Município.

§ 4º - Tem finalidade institucional para combater via processo administrativo interno os atos de corrupção, de improbidade e apropriação indébita, bem como crimes e outros delitos ocorridos no âmbito da saúde pública municipal com obrigação de notificá-los as autoridades públicas competentes.

§ 5º - Deve implementar todas as políticas sociais e estímulo de participação de entidade civil e não governamental e usuário no processo de avaliação dos serviços de saúde pública prestados neste Município.

Art. 2º - A Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande atuará com legalidade, publicidade, transparência e moralidade, bem como imparcialidade para garantir as respostas de manifestações e de reclamações recebidas, bem como assegurando aos cidadãos todas as oportunidades cívicas ou populares na gestão pública no âmbito da saúde pública local.

Parágrafo Único – Manterá protocolo aberto e irrestrito de via física e de eletrônico na rede Internet para receber manifestação, sugestão, reclamação, denúncia e elogio, através dos indicados meios administrativos eficientes e eficazes, dando, inclusive, a opção do registro da informação pessoal ou anonimato ao peticionário.

Art. 3º - Compete a Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande criar e estabelecer seu sistema mais ágil e

produtivo para cumprir com suas atribuições de Ouvidoria Municipal, devendo:

a) - receber, analisar, encaminhar, acompanhar manifestação, sugestão, reclamação, denúncia e elogio ou crítica, bem como sugestão apresentada por cidadão;

b) - diligenciar junto outra unidade administrativa e competente para que preste informação e esclarecimento a respeito de qualquer comunicação mencionada na alínea anterior;

c) - proceder envio de resposta diretamente ao usuário acerca da demanda apresentada;

d) - acompanhar o trâmite de manifestação, sugestão, reclamação, denúncia e elogio ou crítica, bem como sugestão apresentada por cidadão dentro do prazo legal estabelecido para resposta ao peticionário;

e) - promover ação de informação e conhecimento acerca da Ouvidoria Municipal junto à população em geral;

f) - apresentar e divulgar relatório quadrimestral e anualdas atividades da Ouvidoria ao Secretário Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde;

g) - organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativo às demandas recebidas;

h) - esclarecer dúvidas aos cidadãos e usuários acerca dos serviços prestados pela Rede de Atenção à Saúde no município de Várzea Grande;

i) - realizar o planejamento anual de atividade a ser desenvolvida pela própria Ouvidoria Municipal;

j) - manter postura cooperativa e fluência na comunicação interna com a Secretária de Saúde, com gestores e superintendências no benefício de encaminhamento que esteja envolvida principalmente a opinião de usuários da saúde pública;

l) - realizar outras atividades pertinentes e correlatas.

Art. 4º - As manifestações para a Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande deverão preferencialmente conter as seguintes informações:

a) - característica da informação, caráter da informação, identificação do manifestante opcional, endereço para correspondência pelo correio nacional ou meio eletrônico na rede Internet para contato ou telefone, e se for o caso, a indicação ou anexo das provas de que se tenha conhecimento;

b) - a Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande manterá sigilo, quando solicitado ou anonimato, sobre qualquer reclamação, denúncia ou crítica, que receber, bem como assegurando a integral confidencialidade do peticionário, quando for requerida;

c) – ao se receber manifestação, reclamação, denúncia ou crítica com caráter de anonimato do peticionário deve a Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande apenas impulsionar uma investigação interna até comprovar ou julgar improcedência a reclamação, a denúncia e dando publicidade geral tão somente quando conviver ao interesse público e legalidade.

Art. 5º - O Ouvidor Geral da Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande pode mediante despacho fundamentado determinar o arquivamento liminar da reclamação, denúncia ou crítica injustificada, que lhe for encaminhada ou recebê-la ordenando a abertura de investigação, procedimento ou processo administrativo, bem como notificar no concomitante a autoridade pública competente, quando convier a legalidade para melhor apuração processual externa e punição judicial independente.

Parágrafo Único – O Ouvidor Geral e toda sua equipe técnica deverão atuar segundo os princípios legais, morais e critérios públicos e éticos, pautando seus trabalhos na imparcialidade e no devido processo legal.

Art. 6º - O Ouvidor Geral nos exercícios de suas atribuições e funções institucionais terá assegurado autonomia e independência funcional, sendo-lhe franqueado todo acesso livre a qualquer dependência ou informação de servidor público municipal, bem como registro, processo e documento de qualquer natureza que, a seu exclusivo próprio juízo, repute necessário ao exercício de suas atividades legais.

Art. 7º - Os prazos de respostas ao cidadão e usuário serão os mesmos estabelecidos, nos termos da Portaria nº 8, de 25 de maio de 2007, que regulamentou o Sistema Ouvidoria no Sistema Único de Saúde, que tem o caráter de urgência até 15 dias, bem como alta até 30 dias (sugestões e elogios), média até 60 dias (informação e solicitação) e baixa até 90 dias (reclamação e denúncia).

Art. 8º - É dever funcional dos dirigentes e dos servidores públicos municipais atenderem com presteza e colaboração institucional, sob a pena de infringência do dever público essencial, pedido de informação e/ou requisição, dentro do limite máximo de 05 dias, contados do recebimento do expediente da Ouvidoria de Gestão do Sistema Único de Saúde no Município de Várzea Grande.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Várzea Grande, 28 de abril de 2017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/ VG

LEI N.º 4.212/2017

Institui o Dia do Presidente do Bairro e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Presidente de Bairro no dia 28 de agosto de cada ano.

Parágrafo único. As ações alusivas a este dia compreendem a realização de campanhas e outras atividades que visem estimular a participação da sociedade em trabalhos comunitários.

Art. 2.º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município, o Dia do Presidente de Bairro.

Art. 3.º O Poder Executivo poderá celebrar acordos com as entidades organizadas da sociedade que se interessarem na realização de atividades voltadas ao Presidente de Bairro.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 27 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA 389/CPSPAD/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº. 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - ANULAR o Processo Administrativo Disciplinar registrado sob nº 063/2015, instaurado pela Portaria nº 401/CPSPAD/SAD/2015, em razão de vícios processuais.

Art. 2º - **DETERMINAR** a instauração de novo procedimento para apurar os fatos, aproveitando-se todos os atos não decisórios do PAD.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de maio de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 041/2017

PORTARIA Nº 041/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – POR ITEM

CONTRATO Nº 015/2017 – REVITALIZAR COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva de mecânica em geral, elétrica, funilaria, alinhamento, cambagem, troca de óleo, filtro, pintura em geral e sistema de injeção eletrônica em reboque para veículos, motocicletas, independente de marca para atender a demanda da frota de veículos do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - MT.

Fiscal: Alan Antoniolli

RG N.º 9058303646 SSP/MT CPF N.º 940.838.780-53

END.º: Av. Principal n.º 01 Bairro: Cristo Rei

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.903

Suplente de Fiscal: Matheus Antonio Fiuza Metelo

RG N.º 2386146-0 SEJUSP/MT CPF N.º 055.862.021-31

END.º: Rua Castelo Branco n.º 1.350 Bairro: Água Limpa

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.040

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 03 de maio de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 051, DE 28 DE ABRIL DE 2.017

Dispõe sobre o reconhecimento à Comissão Organizadora da "1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Várzea Grande (CMSMu)", e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO:

O trabalho desempenhado, a disponibilidade e eficiência dos servidores na organização da "1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Várzea Grande (CMSMu).

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar Menção Honrosa a Comissão Organizadora da "1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Várzea Grande (CMSMu).

	Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Várzea Grande (CMSMu)	
1.	Geovane Renfro da Silva	Presidente do CMS
2.	Érick Willian Pinto	Vice Presidente do CMS
3.	Manoel Zacaraias Ferreira Costa	1º Secretário do CMS
4.	Georgina Defensora da Silva	Coord. Geral da Conf.
5.	Taynara Morais Humbelino	Apoio
6.	Nígima Luciana do Nascimento Brasil	Apoio
7.	Érick Willian Pinto	Apoio
8.	Rosinha Cavalari Sandoval	Apoio
9.	Luciane Luzia Mendes	Apoio
10.	Claudete Santana Nunes Correa	Apoio
11.	Franz Cleyton Fernandes de Amorim	Apoio
12.	Ana Maria Lemes Botelho da Silva	Apoio

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande, 28 de abril de 2.017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

LEI N.º 4.211/2017

Declara de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES, CNPJ n.º 23.406.460/0001-10, localizada na Rua dos Trinca-Ferro, 3, Quadra 09 (Lot. Jd. Ipanema), bairro Parque do Lago, Várzea Grande-MT.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 27 de abril de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 090/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 006/2015– CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ORION TURISMO LTDA – ME PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na **Lei Federal nº 8.666/93,** demais legislação pertinente em vigor e previsão de prorrogação do Contrato Original, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, aditivar em **25%** o valor do contrato original, para **fornecimento de passagens terrestres**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLAUSULA SEGUNDA - O valor global de **R$ 80.275,63 (oitenta mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos)**, da seguinte dotação:

03 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças

Unidade 01 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças

2.008 – Manutenção da Secretaria Mun. De Administração e Finanças

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 30

R$ 8.659,30

05 – Secretaria Mun. De Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.016 – Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha:

R$ 6.737,08

08 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade 02 – Fundo Mun. De Saúde

2.031 – Manutenção do Fundo Mun. De Saúde

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha:

R$ 61.038,25

12 – Secretaria Mun. Ação Social

Unidade 03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 275

R$ 1.604,78

12 – Secretaria Mun. Ação Social

Unidade 03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.062 – Auxílios emergenciais

3.3.90.32.00.00 – material/ bem ou serviço para distribuição gratuita.

Ficha: 284

R$ 1.732,69

12 – Secretaria Mun. Ação Social

Unidade 03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.063 – Manutenção do Programa Bolsa Família

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 287

R$ 503,54

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 06 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

CONTRATANTE

ORION TURISMO LTDA – ME

CNPJ: 03.898.324/0001-87,

Sr. José Joel Batista

RG: M-927.119 SSP/MG

CPF267.751.156-87

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 .	2.
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 053/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, e, de outro lado, Dr. **Daniel Soares Gonçalves**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MT sob o n. 13850, portador do documento de identidade (RG) n. 13084674 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n. 862.597.841-04, residente de domiciliado na Rua Angelo Gajardoni, n. 1013, Bairro centro, município de Pontes e Lacerda - MT resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de **Convite n. 001/2017**, **Edital de Licitação n. 001/2017**, **homologada em 19 de abril de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por finalidade a prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria jurídica, com a emissão de pareceres, acompanhamento processuais, e demais atos pertinentes aos serviços jurídicos com cumprimento obrigatório de 20 horas semanais, que ora são adjudicados à **CONTRATADA** com fulcro no julgamento do procedimento licitatório realizado pelo **CONVITE N. 001/2017** e respectivo **EDITAL DE LICITAÇÃO N. 001/2017**, proferido pela Comissão Permanente de Licitação e devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, documentos estes que dele passam a fazer parte integrante, independente de transcrição

§ 1º – Para o bom e fiel desempenho dos trabalhos que serão prestados pelo **CONTRATADO**, caberá ao **CONTRATANTE** o fornecimento dos recursos humanos e materiais que se fizerem necessários.

§ 2º – A prestação dos serviços a que se refere esta cláusula não gera para as partes vínculo empregatício de qualquer natureza, nem permite ao **CONTRATADO** usufruir os benefícios, direitos e vantagens assegurados aos servidores municipais, correndo às suas exclusivas expensas e responsabilidade**,** na qualidade de autônomo**,** todo e qualquer encargo social, trabalhista, fiscal e previdenciário, na forma da legislação em vigor, ficando o **CONTRATANTE** eximido de qualquer solidariedade.

CLÁUSULA SEGUNDA – A vigência do presente contrato terá inicio na assinatura do mesmo e término em **31 de dezembro de 2017**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, por razões de interesse público e de conveniência administrativa, observados os termos deste Edital e as disposições do § 1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor deste Contrato é de **R$ 89.523,00 (oitenta e nove mil quinhentos e vinte e três reais)**, que será pago pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA** o valor mensal de **R$ 10.700,00** (dez mil e setecentos reais). O pagamento será efetuado pela Tesouraria da **CONTRATANTE**, mediante expedição de documentos correspondentes a regular quitação do **CONTRATADO**, após os serviços serem prestados, até o 10º dia subseqüente ao mês vencido.

§ 1º – Sobre o valor estabelecido nesta Cláusula, incidirão descontos relativos ao **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza** e **Imposto de Renda Retido na Fonte**, na forma da legislação pertinente em vigor.

§ 2º - Eventuais honorários de sucumbência pertencerão exclusivamente ao **CONTRATADO.**

CLÁUSULA QUARTA - Este Contrato é regido pelas disposições do Código Civil Brasileiro, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais legislação aplicável, e as despesas de sua execução correrão por conta da seguinte dotação consignada no Orçamento Geral do Município para o corrente exercício:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito.

2.004- Manutenção do Gabinete do Prefeito.

3.1.90.39 - Outros de Terceiros Pessoa Física.

FICHA: 07

R$ 89.523,00

CLÁUSULA QUINTA - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e o Fiscal de contrato acompanhar o cumprimento da execução deste Contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

Parágrafo único - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos.

CLÁUSULA SEXTA - A inobservância, pelo **CONTRATADO**, de cláusula ou obrigações constantes deste Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulada uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do Contrato, para a parte que infringir qualquer de suas cláusulas.

Parágrafo único – O **CONTRATADO** responderá perante a Administração Municipal e terceiros, pelos eventuais prejuízos a que der causa por imprudência, imperícia ou negligência na prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT sob o n. 13850

RG n. 13084674 SSP/MT

CPF/MF sob n.862.597.841-04

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA.
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49

R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 034/ 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, ALBERTO GOMES DE SÁ** residente e domiciliado no Sítio Pernambuco – PA Formosa, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 484.568.614-72, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 9.488,68 (nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **ALBERTO GOMES DE SÁ**	**2. CPF: 484.568.614-72**		**3. DAP: SDW04845686147203031710 38**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**556,00**
Alface	**Maço**	**85**	**R$ 3,96**	**336,60**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Melancia	**Kg**	**800**	**R$ 1,33**	**R$ 1.064,00**
Pepino	**Kg**	**275**	**R$ 2,52**	**R$ 693,00**
Pimentão verde	**Kg**	**142**	**R$ 5,19**	**R$ 736,98**
Mamão	**Kg**	**120**	**R$ 4,77**	**R$ 572,40**
Tomate	**Kg**	**700**	**R$ 3,46**	**R$ 2.422,00**
TOTAL				**R$ 9.488,68**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 9.488,68

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos par-

ticipantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

ALBERTO GOMES DE SÁ

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO N. 011/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA - EPP PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO, OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL 029/2016.

O Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa a **STAF SISTEMAS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 07.941.056/0001-90, com sede à Av. Antônio Joaquim de Moura Andrade, nº 1042, centro, Nova Andradina/MS, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Teles de Souza, empresário, portador da cédula de identidade n.º 25.198.266-X SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 786.255.721-20, denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos do Edital de **Pregão Presencial n.º 029/2016**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada em Aplicativos de Informática (Software) para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento dos Aplicativos de Gestão Pública para Sistema de Contabilidade Pública, Sistema de Planejamento (PPA, LDO e LOA), Sistema de Folha de Pagamento, Sistema de Recursos Humanos, Sistema de Compras e Licitações, Sistema de Patrimônio, Sistema de Controle de Estoque, Sistema de Controle de Frotas e Sistema de Emissão de Contracheques Via Web, mediante a execução das atividades descritas nos Termos de Referências números **03/038/2016** e **05/032/2016**, Projeto Básico anexo I, do edital de **Pregão Presencial 029/2016** que se torna parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, sendo disponibilizados os sistemas abaixo relacionados:

a) Sistema de Planejamento Municipal 02 acessos

b) Sistema de Contabilidade Pública 06 (seis) acessos

c) Sistema de Folha de Pagamento 03 (três) acessos

d) Sistema de Recursos Humanos 01 (um) acesso

e) Sistema de Tributos Municipais 04 (quatro) acessos

f) Sistema de Patrimônio Público 01 (um) acesso

g) Sistema de Compras e Licitação 06 (seis) acessos

h) Sistema de Almoxarifado 01 (um) acesso

i) Sistema de Controle de Frotas 01 (um) acesso

j) Sistema de Fatura de Água 01 (um) acesso

k) Sistema de Atendimento ao Contribuinte via Web acessos ilimitado.

l) Sistema de Educação Via Web 03 (três) acessos

m) Sistema de Gestão Escolar Via Web 21 (vinte e um) acessos

n) Sistema de Pais e Professores Via Web acessos ilimitados

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do **Pregão Presencial 029/2016**, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal n° 033/2013, e na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1 – O regime de execução dos serviços, na forma da Lei é o de execução indireta na modalidade de prestação de serviços por preço global, nos termos estatuídos pelo Art. 6º, Inciso VIII, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.2 - A supervisão dos serviços estará a cargo de funcionários credenciados pelo CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços realizados, bem assim o acompanhamento de toda execução do contrato pertinente a Secretaria Municipal de Administração e Finanças será realizada pelo respectivo Fiscal, designado através da **Portaria nº. 118/2014** e a parte da Secretaria Municipal de Educação será fiscalizada pelo fiscal, designado pela **Portaria nº. 116/2014**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço mensal do licenciamento dos sistemas contratados é **R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)** a serem pagos até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação das notas fiscais e boletos bancários, que totaliza o montante de **R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).**

4.2 A CONTRATADA emitirá nota fiscal e boleto bancário referente à prestação dos serviços executados, sempre que houver solicitação de serviços pelo CONTRATANTE.

4.3. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

4.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado, caso haja.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, obedecendo aos limites estabelecidos no art. 65, §1º da Lei Federal 8.666/93.

5.2 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65, I, II e alíneas da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

5.3 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA SEXTA– DO REAJUSTE

Os preços contratados poderão ser reajustados, a cada período de um ano, contado a partir da data de sua vigência, pelo IGP-M da FGV ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, hipótese em que será aplicado ao preço global, constante do contrato, o respectivo índice de majoração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E PRORROGAÇÕES

7.1 O prazo para execução dos serviços é de até 03 (três) dias a partir da data da emissão da Ordem de Serviços.

7.2 - A Contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o município, conforme preceitua o artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

7.3 - O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da Contratante nos termos do item 7.2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

7.4 - O prazo para assinatura do Contrato pelo licitante vencedor será de 3 (três) dias contados da data da notificação, sujeitando-se o infrator às sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93. 7.5 A CONTRATADA poderá solicitar prorrogação do prazo se verificar interrupção do fornecimento determinando por:

a) ato do CONTRATANTE

b) caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA OITAVA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

8.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

8.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

8.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do Contrato será até **30 de abril de 2017**, admitida à prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer a base de dados única e exclusivamente no formato TXT, quando eventualmente requisitada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03 – Secretaria Municipal De Administração e Finanças

Unidade 01 – Secretaria Municipal De Administração e Finanças

2.008 - Manutenção da Secretaria Municipal De Administração e Finanças

3.3.90.39 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 30

R$ 54.000,00

Órgão 05 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.016 - Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

3.3.90.39 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 74

R$ 24.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

12.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;

c) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.

d) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

e) Controlar e documentar as ocorrências havidas;

f) Fiscalizar, por intermédio do fiscal de contrato do Gabinete do Prefeito, o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

g) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas no(s) sistema(s).

h) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) sistema(s).

i) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) sistema(s) licenciado(s), incluindo:

1. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) sistema (s).

2. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

3. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento do CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

12.2 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Prestar a execução do contrato na forma ajustada, os serviços que não forem executados de acordo com as normas estabelecidas serão rejeitados, arcando a CONTRATADA com todos e quaisquer ônus decorrentes da rejeição, inclusive prazos e despesas;

b) A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste instrumento todas as condições e obrigações de habilitação exigidas no Edital, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;

c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;

d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às

e) obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) sistema (s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

g) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

h) Observar todos os critérios para a execução dos serviços de acordo com o Projeto Básico, Anexo I, parte integrante deste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções a seguir relacionadas:

13.1.1 - advertência;

13.1.2 - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), até o máximo de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente; 13.1.3 - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

13.1.4 Ficará impedida de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

13.2.1 - comportar-se de modo inidôneo;

13.2.2 - fizer declaração falsa;

13.2.3 - cometer fraude fiscal;

13.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas condições anteriores:

13.3.1 - pela não apresentação de situação regular, no ato de assinatura e no decorrer do contrato;

13.3.2 - pela recusa injustificada em assinar o contrato; 13.3.3- pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

13.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93. 13.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

14.1 Este contrato poderá ser rescindido nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, sempre fazendo um equilíbrio entre o físico e financeiro ou desde que haja conveniência para a Administração.

14.2 Na hipótese da empresa paralisar os trabalhos por prazo superior a cinco (05) dias consecutivos, sem justificativa.

14.3 Quando ocorrer desvio das especificações por parte da CONTRATADA, ou prestar informações inverídicas à fiscalização.

14.4 Na hipótese da empresa contratada entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência;

14.5 No caso de rescisão, a CONTRATADA receberá apenas o pagamento dos serviços realizados.

14.6 – A rescisão do presente Contrato poderá ser: Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura. Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei n º 8.666/93. Judicial – nos termos da legislação processual.

14.7 O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o, prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

15.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei 8666 de 21.06.93, fica assegurada à Prefeitura a prerrogativa de:

I) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;

II) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) fiscalizar-lhe a execução dos serviços;

IV) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

16.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

16.4 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% - (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Alínea "b" do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz do Edital do **Pregão Presencial 029/2016**, do Projeto Básico- Anexo I do referido Edital, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem ajustados, assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 **de** janeiro de 201**7**.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

STAF SISTEMAS LTDA – EPP

CNPJ nº 07.941.056/0001-90

Sr. Rodrigo Teles de Souza

RG n.º 25.198.266-X SSP/SP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA.
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 052/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/MT sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e, de outro lado e, o Sr. **JOÃO VITOR ORTIZ DA SILVA**, brasileiro, **portador do RG n. 2444032-9 SSP/MT, CPF: 048.862.521-17 e PIS/PASEP 162.841.68.00-5**, residente e domiciliado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Opresente Contrato tem por objeto a prestação de serviços no recadastramento do Programa Bolsa Família, junto a secretaria municipal de Assistência Social e Trabalho do município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, de segunda a sexta-feira, cumprindo carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para cumprimento do disposto na cláusula anterior, ao **CONTRATADO** obriga-se a observar as normas técnicas, instruções e demais exigências da legislação pertinente aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **CONTRATADO** deverá observar as regras de higiene e segurança do trabalho e normas indispensáveis à ordem e à integridade física do público, durante o desenvolvimento dos trabalhos, sendo responsável por quaisquer danos a que der causa ao **Contratante** ou a terceiros, independentemente da obrigação de sua reparação na forma legal e regulamentar.

CLÁUSULA QUARTA – A fiscalização e o acompanhamento dos serviços ora contratados ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Ação Social e do fiscal de contrato nomeado pela **portaria n. 151/2017**, o que não exime ou reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho caberá o recebimento dos serviços executados, podendo sustar a sua execução quando estiver em desacordo com as disposições deste Contrato, devendo dar imediata ciência à Administração Municipal para que sejam determinadas as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Contrato será executado através de prestação de serviços, correndo por conta exclusiva do CONTRATADO toda mão-de-obra, inclusive sua remoção e transporte.

Parágrafo Único – Fica a cargo da CONTRATANTE o fornecimento de todos os materiais necessários a execução dos serviços. Não se responsabilizando pelo deslocamento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA - O valor global estabelecido para este Contrato é de **R$ 2.811,00 (dois mil oitocentos e onze reais)**, que será pago mensalmente ao **CONTRATADO** o valor de R$ **937,00** (novecentos e trinta e sete reais) de acordo com a execução dos serviços, devidamente atestado o recebimento dos serviços na forma prevista na Cláusula Quarta, Parágrafo Único, deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo para execução dos serviços é de 05 (cinco) meses, tendo início em **20/04/2017 a término em 20/07/2017**.

Parágrafo único – O prazo contratual poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do CONTRATANTE, fundada em conveniência administrativa, e observadas as disposições do § 1°, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - O **CONTRATADO** incorrerá em multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado do Contrato, quando não executar os serviços de conformidade com as normas, instruções e especificações técnicas pertinentes ou ainda dificultar sua fiscalização pela Administração Municipal, bem assim infringir quaisquer de suas cláusulas e condições, sendo ainda passível da multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia que exceder o prazo estabelecido na **Cláusula Sétima** deste Contrato, decorrente de atraso injustificado, tendo como base de cálculo o valor dos serviços a executar, até o limite de 10% (dez por cento).

CLÁUSULA NONA - O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, e as despesas de sua execução correrão por conta de recursos oriundos de própria da secretaria Municipal de Ação Social, e outros da Administração Municipal, consignados na seguinte dotação consignada no Orçamento Geral do Município do exercício em curso:

12 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

Unidade 03 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

2.056 – Manutenção do fundo Municipal de Assistência Social e Trabalho

3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física.

FICHA 274

R$ 2.811,00

CLÁUSULA DÉCIMA - Rescindir-se-á este Contrato, total ou parcialmente, atendida a conveniência administrativa e o interesse público:

I - por ato unilateral e escrito do **Contratante,** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **Contratante**;

III - judicial, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

CONTRATANTE

JOÃO VITOR ORTIZ DA SILVA RG n. 2.444.032-9 SSP/MT CPF: 048.862.521-17 PIS/PASEP: 1.628.416.800-5 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 . _____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA.
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 051/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/MT sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e, de outro lado e, o Sr. **CARLOS ANTONIO DE MELO SERAPIÃO**, brasileiro, **portador do RG n. 2340082-0 SSP/MT, CPF: 044.132.631-81 e PIS/PASEP 16.457.117.636**, residente e domiciliado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Opresente Contrato tem por objeto a prestação de serviços no recadastramento do Programa Bolsa Família, junto a secretaria municipal de Assistência Social e Trabalho do município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, de segunda a sexta-feira, cumprindo carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para cumprimento do disposto na cláusula anterior, ao **CONTRATADO** obriga-se a observar as normas técnicas, instruções e demais exigências da legislação pertinente aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **CONTRATADO** deverá observar as regras de higiene e segurança do trabalho e normas indispensáveis à ordem e à integridade física do público, durante o desenvolvimento dos trabalhos, sendo responsável por quaisquer danos a que der causa ao **Contratante** ou a terceiros, independentemente da obrigação de sua reparação na forma legal e regulamentar.

CLÁUSULA QUARTA – A fiscalização e o acompanhamento dos serviços ora contratados ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Ação Social e do fiscal de contrato nomeado pela **portaria n. 151/2017**, o que não exime ou reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho caberá o recebimento dos serviços executados, podendo sustar a sua execução quando estiver em desacordo com as disposições deste Contrato, devendo dar imediata ciência à Administração Municipal para que sejam determinadas as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Contrato será executado através de prestação de serviços, correndo por conta exclusiva do CONTRATADO toda mão-de-obra, inclusive sua remoção e transporte.

Parágrafo Único – Fica a cargo da CONTRATANTE o fornecimento de todos os materiais necessários a execução dos serviços. Não se responsabilizando pelo deslocamento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA - O valor global estabelecido para este Contrato é de **R$ 2.811,00 (dois mil oitocentos e onze reais)**, que será pago mensalmente ao **CONTRATADO** o valor de R$ **937,00** (novecentos e trinta e sete reais) de acordo com a execução dos serviços, devidamente atestado o recebimento dos serviços na forma prevista na Cláusula Quarta, Parágrafo Único, deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo para execução dos serviços é de 05 (cinco) meses, tendo início em **20/04/2017 a término em 20/07/2017**.

Parágrafo único – O prazo contratual poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do CONTRATANTE, fundada em conveniência administrativa, e observadas as disposições do § 1°, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - O **CONTRATADO** incorrerá em multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado do Contrato, quando não executar os serviços de conformidade com as normas, instruções e especificações técnicas pertinentes ou ainda dificultar sua fiscalização pela Administração Municipal, bem assim infringir quaisquer de suas cláusulas e condições, sendo ainda passível da multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia que exceder o prazo estabelecido na **Cláusula Sétima** deste Contrato, decorrente de atraso injustificado, tendo como base de cálculo o valor dos serviços a executar, até o limite de 10% (dez por cento).

CLÁUSULA NONA - O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, e as despesas de sua execução correrão por conta de recursos oriundos de própria da secretaria Municipal de Ação Social, e outros da Administração Municipal, consignados na seguinte dotação consignada no Orçamento Geral do Município do exercício em curso:

12 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

Unidade 03 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

2.056 – Manutenção do fundo Municipal de Assistência Social e Trabalho

3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física.

FICHA 274

R$ 2.811,00

CLÁUSULA DÉCIMA - Rescindir-se-á este Contrato, total ou parcialmente, atendida a conveniência administrativa e o interesse público:

I - por ato unilateral e escrito do **Contratante,** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **Contratante**;

III - judicial, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

CONTRATANTE

CARLOS ANTONIO DE MELO SERAPIÃO RG n. 2340082-0 SSP/MT CPF: 044.132.631-81 PIS/PASEP 16.457.117.636 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA.
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT torna pública a RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO do **EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017**, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ANO XII, N. 2.660 do dia 02 de fevereiro de 2017, na pagina 458

ONDE SE LÊ: EXTRATO DE CONTRATO N. 011/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: STAF SISTEMAS LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICATIVOS DE INFORMÁTICA (SOFTWARE) PARA MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LICENCIAMENTO DOS APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA

VALOR: R$ 78.000,00 (SETENTA E OITO MIL REAIS).

DATA: 12/01/2017 – PRAZO: 30/04/2017

***DISPENSA LICITAÇÃO: ART.* 24, INC. II**

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 12 DE JANEIRO DE 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA- PREFEITO MUNICIPAL.

LEIA-SE:

EXTRATO DE CONTRATO N. 011/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: STAF SISTEMAS LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICATIVOS DE INFORMÁTICA (SOFTWARE) PARA MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LICENCIAMENTO DOS APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA

VALOR: R$ 78.000,00 (SETENTA E OITO MIL REAIS).

DATA: 12/01/2017 – PRAZO: 30/04/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 029/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 12 DE JANEIRO DE 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA- PREFEITO MUNICIPAL.

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 150/2017

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **NATALINA JESUS DA SILVA,** brasileira, portadora da cédula de identidade, sob o RG:1272631-SSP/MT. e do CPF: 007.412.031-03 residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A CONTRATADA, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **MERENDEIRA** perfazendoa carga horária de **40 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 200 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara a **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 972,74** (novecentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com

a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.307/2017** de 27 de janeiro de 2017, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNFEB

2.015- Manutenção do ensino Fundamental – FUNDEB 40%

3.1.90.04.00.104 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 06 (seis) meses, com inicio em 24 de fevereiro de 2017 e término em 31 de agosto de 2017, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, em especial caso haja homologação do concurso publico aprovado pelo Município ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo, contudo serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 24 de fevereiro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

NATALINA DE JESUS DA SILVA

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: Flaviane Francisco da Silva

CPF: 027.964.181-89

RG: 1618087-9 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 042/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, MARCIENI MAYARA AGUERO LOURENÇO,** residente e domiciliada no Sítio São Lourenço, Km 174, Gleba Formosa em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 044.290.221-27, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. As polpas deverão ser entregues coadas, etiquetadas, com nome do produtor, com prazo de validade, caso apresente algum comprometimento a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de não recebê-la.

c. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 10.197,19 (dez mil cento e noventa e sete reais e dezenove centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **MARCIENI MAYARA AGUERO LOURENÇO**	**2. CPF: 044.290.221-27**		**3. DAP: SDW00442902212715051405 48**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Polpa de fruta	**Kg**	**683**	**R$ 14,93**	**R$ 10.197,19**
TOTAL				**R$ 10.197,19**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ R$ 10.197,19

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

MARCIENI MAYARA AGUERO LOURENÇO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

AVISO DO PREGÃO N. 027/2017PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 36/2017-PMVB)

PREGÃO N. 027/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E CÁCERES, A VAREJO, PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS.**

CREDENCIAMENTO: **14:00 do dia 16/05/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **16/05/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação – Pregão presencial)– Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 035/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, CARLOS NEY BACA JAVANUM** residente e domiciliado no Sítio Nossa Senhora da Guia – MT 199, Gleba Bocaina, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 536.283.811-34, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública **n. 01/SME/COAE/2017**.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 13.284,34 (treze mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **CARLOS NEY BACA JAVANUM**	**2. CPF: 536.283.811-34**		**3. DAP: SDW05362838113414031702000**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**556,00**
Alface	**Maço**	**85**	**R$ 3,96**	**336,60**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Batata Doce	**Kg**	**275**	**R$ 3,38**	**R$ 929,50**
Cebolinha	**maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Coentro	**maço**	**42**	**R$ 2,66**	**R$ 111,72**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Mandioca	**kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Melancia	**Kg**	**800**	**R$ 1,33**	**R$ 1.064,00**
Pimentão verde	**Kg**	**142**	**R$ 5,19**	**R$ 736,98**
Laranja/Ponkan	**Kg**	**1000**	**R$ 3,13**	**R$ 3.130,00**
Tomate	**Kg**	**700**	**R$ 3,49**	**R$ 2.443,00**
TOTAL				**13.284,34**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 13.284,34

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

CARLOS NEY BACA JAVANUM

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

DECRETO N. 042/2017.

"Dispõe sobre criação e nomeação dos membros do **COMITÊ DE INVESTIMENTOS** do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT – PREVILA, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no usa das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o art. 3º- A da Portaria MPS n.º 170 de 25 de abril de 2012, com redação dada pela Portaria n.º 440 de 09 de outubro de 2013;

Considerando a necessidade de instituição do Comitê de Investimentos que visa auxiliar na gestão dos recursos previdenciários do PREVILA;

Considerando a necessidade de nomeação dos membros para a composição do Comitê de Investimentos;

RESOLVE:

Art. 1º Passa a compor a organização administrativa do PREVILA, o Comitê de Investimentos com função de auxiliar o processo decisório quanto a execução da política de investimentos dos recursos previdenciários.

Art. 2º Compõem o Comitê de Investimento do PREVILA: a Srª. Marta Meire da Costa Lima - CPF n. 199.820.892-34; o Sr. Audem Luig de Morais - CPF n. 023.152.091-37; e, a Srª. **Mariana Andreza Almeida Eguez -** CPF n. 928.703.091-04, para comporem a Comissão de Investimento dos recursos previdenciários.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 03 (três) anos, podendo ser renovados por igual período.

§ 2º - O presidente do Comitê será escolhido entre os membros, e, exercerá durante o período de validade do Comitê.

§ 3º - A maioria do Comitê de Investimentos, pelo menos 02 (dois), depois de terem sido eleitos, necessariamente, deverão estar aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme artigo 2º da portaria MPS nº 170/2012.

§ 4° Havendo mais de três interessados a escolha será feita por voto secreto pelos Conselheiros Previdenciários.

§ 5º Não havendo interessados, ou havendo em insuficiência, a nomeação necessária para compor o quadro de 03 (três) membros, será efetuada por indicação do Presidente entre os servidores que detenham as características elencadas neste artigo.

Art. 3º O Comitê de Investimentos se reunirá, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente realizar estudos quanto a destinação da aplicação dos recursos previdenciários, de forma a auxiliar os Conselhos Deliberativos na execução da política de investimentos.

§1º As decisões referente a destinação da aplicação dos recursos previdenciário deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Deliberativo.

§2º Os membros do Comitê de Investimentos, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, em 02 de maio de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 018/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa técnica especializada em apoio administrativo, na execução de serviços de consultoria e assessoria na área Tributária no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** com proposta no valor global de **R$ 153.600,00** (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 03 de maio de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 018/2017**, tendo por objeto o Registro de preços para eventual contratação de empresa técnica especializada em apoio administrativo, na execução de serviços de consultoria e assessoria na área Tributária no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** com proposta no valor global de **R$ 153.600,00** (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 03 de maio de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 033/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, ALAN CARDENES ALVES LIMA** residente e domiciliado na Rodovia MT 199 , Gleba Jatobá, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 246. 252.051-15, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. As polpas deverão ser entregues coadas, etiquetadas, com nome do produtor, com prazo de validade, caso apresente algum comprometimento a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de não recebê-la.

c. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 11.206,95 (onze mil duzentos e seis reais e noventa e cinco centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **ALAN CARDENES ALVES LIMA**	**2. CPF: 246.252.051-15**		**3. DAP: SDW02462520511514031709 43**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Cebolinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Coentro	**Maço**	**42**	**R$ 2,66**	**R$ 111,72**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Polpa de fruta	**Kg**	**683**	**R$ 14,93**	**R$ 10.197,19**
				11.206,95

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 11.206,95

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

ALAN CARDENES ALVES LIMA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 059/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE E A EMPRESA GLEDSON FERREIRA DE SOUZA MEI.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-492 e pela Secretária Municipal de Educação **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade sob o RG: 609.548 SSP/MT e do CPF 429.856.841-53.

CONTRATADO: GLEDSON FERREIRA DE SOUZA MEI, inscrita no CNPJ: 15.512.145/0001-49, sediada na Rua Dr. Filó, 154, Dermat, Cidade de Pontes e Lacerda _ MT, neste ato representada pelo Srº. **GLEDSON FERREIRA DE SOUZA** brasileiro, residente e domiciliada no endereço acima referenciado, portador do RG.: 13260537 SSP/MT e no CPF: 933.193.631-15.

CLAUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo resolvem nos termos do contrato original, Cláusula Nona, **PREGÃO PRESENCIAL No 062/2016** e inciso II do Art. 57 da Lei de Licitações prorrogar a vigência do contrato para o Exercício de 2017, com duração durante os dias letivos previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação com início em **03 de abril de 2017 e término em 14 de julho de 2017, ou até realização de novo processo licitatório**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratados estão orçados em **R$ 634.558,06** (seiscentos e trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), que será pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** mediante relatório dos serviços executados no período, com a quilometragem correspondente, conforme demonstrativo abaixo:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/ total	Valor Un. R$	Valor Total R$
1	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA CHAPADA, PASSANDO NA FAZENDA SANTA ROSA, X TRIUNFO 8 X DONA TEREZA X SÃO MIGUEL X DONA MALIA ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO PERCORRENDO UM TOTAL DE 120 KM. DIARIOS	73	120	8.760	3,50	30. 660,00
2	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA COMUNIDADE DAS CRUZES INDO A FAZENDA SANTA MARIA X SR. CELSO A ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO COM EXTENSÃO DE 74 km. DIARIOS	73	74	5.402	3,50	18. 907,00
3	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA RANCHINHO INDO A FAZENDA GOMALINA X FAZENDA CAMPO GRANDE X FAZENDA LAGOINHA X FAZENDA DONA TECA X COMUNIDADE APARECIDA A ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO COM EXTENSÃO DE 210 km. DIARIOS	73	210	15. 330,00	3,50	53. 655,00

7	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA DR. SEBASTIÃO INDO A FAZENDA DO LUCIMAR X SÍTIO LUCIANO ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL GLEBA GUAPORE COM EXTENSÃO DE 150 km. DIARIO	73	150	10.950	3,13	34. 273,50
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA LINHA: DIVISA DA BOLÍVIA X FAZENDA DO BÉNE CASCALHEIRA X ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS X MATÃO X FAZENDA NOVA ERA X ESCOLA DUQUE DE CAXIAS. PERFAZENDO UM TOTAL DE 148 km DIARIOS	73	148	10.804	3,50	37. 814,00
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA LINHA: SÃO LUIZITO X CASALVASCO X CANTÃO X FAZENDA PEDRA BRANCA X DESTACAMENTO PALMARITO X ESCOLA DUQUE DE CAXIAS.COM TOTAL DE 153 KM DIARIOS	73	153	11.169	3,50	39. 091,50
11	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DO ASSENTAMENTO KARLA PATRICIA INDO AO ASSENTAMENTO MIURA ATE A ESCOLA MUNICIPAL SIRILA NO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA, COMM 253 km DIARIOS	73	253	18.469	3,14	57. 992,66
12	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DO RETIRO DA FAZENDA CAMPO LIMPO ,PASSANDO NA SEDE, ATE A ESCOLA MUNICIPAL CIRILA EM PONTES E LACERDA NUMA EXTENSÃO DE 170 KM DIARIOS	73	170	12.410	3,14	38. 967,40
14	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA LINHA: SANTA MÔNICA X MORRINHOS X ESCOLA PONTA DO ATERRO.COM TOTAL DE 163 km	73	163	11.899	3,50	41. 646,50
15	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA LACI INDO A FAZENDA BAIA DO PADRE X FAZENDA PROVIDENCIA X FAZENDA BOA VISTA ATE ESCOLA DO DESTACAMENTO SÃO SIMÃO COM EXTENSÃO DE 100 km.	73	100	7.300	3,50	25. 550,00
16	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA RONALDO INDO ATÉ A FAZENDA SANTA MARIA X COMUNIDADE SÃO PAULO A ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO COM EXTENSÃO DE 88 km. DIARIOS	73	88	6.424	3,50	22. 484,00
17	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA COMUNIDADE SÃO VICENTE X SANTA LUCIA X SÃO PAULO ATE A ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO COM EXTENSÃO DE 120 km. DIARIOS	73	120	8.760	3,50	30. 660,00
18	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DO RETIRO 2 DA FAZENDA PIRIZAL PASSANDO NA SEDE DA FAZENDA X RETIRO 1 X TREVO ATE A ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA NUMA EXTENSÃO DE 140 KM DIARIOS	73	140	10.220	3,50	35. 770,00
19	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DO DESTACAMENTO DA FORTUNA PASSANDO NA FAZENDA APARECIDA X SERRA SANTA BARBARAX COMUNIDADE SANTA LUZIA X TREVO ATE ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA COM 139 km DIARIOS	73	139	10.147	3,50	35. 514,50
20	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, EM CARATER DE SUBSTITUIÇÃO EM EVENTUAL QUEBRA DE ALGUM VEICULO DA FROTA DA PREFEITURA INDEPEDENTE DA ROTA E QUILOMETRAGEM	73		30.000	3,50	105. 000,00
23	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA SILMAR ATÉ FAZENDA TRAVESSÃO X FAZENDA MORRINHOS X FAZENDA MEDALHA X FAZENDA CANDELARIA ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL DA PONTA DO ATERRO NUMA DISTANCIA DE 104 km. DIARIOS	73	104	7.592	3,50	26. 572,00
	TOTAL					634. 558,06

CLAUSULA TERCEIRA - Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.39– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHAS: 83,84,85 e 86.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 03 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES PREFEITO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

GLEDSON FERREIRA DE SOUZA MEI

CNPJ: 15.512.145/0001-49

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 060/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE E A EMPRESA EDER ROMALINO FIORAVANTE 03790067660 ME."

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-492 e pela Secretária Municipal de Educação **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade sob o RG: 609.548 SSP/MT e do CPF 429.856.841-53.

CONTRATADO: EDER ROMALINO FIORAVANTE 03790067660 ME, inscrita do CNPJ: 17.485.776/0001-41, sediada na Av. mato Grosso, 979, centro urbano da Cidade de Pontes e Lacerda/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **EDER ROMALINO FIORAVANTE**, brasileiro, casado, Empresário, residente e domiciliado no endereço acima, portador do RG.: 10821612 SSP/MG e no CPF: 037.900.676-60.

CLAUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo resolvem nos termos do contrato original, Cláusula Nona, **PREGÃO PRESENCIAL No 062/2016** e inciso II do Art. 57 da Lei de Licitações prorrogar a vigência do contrato para o Exercício de 2017, com duração durante os dias letivos previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação com início em **20 de fevereiro de 2017 e término em 14 de julho de 2017, ou até realização de novo processo licitatório**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratados estão orçados em **R$ 76.358,00 (setenta e seis mil trezentos e cinquenta e oito reais),** que será pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** mediante relatório dos serviços executados no período, com a quilometragem correspondente, conforme demonstrativo abaixo:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/ total	Valor Un. R$	Valor Total R$
6	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA RUY SERRADOR INDO A POUSADA PASSO DAS ONÇAS X FAZENDA GUAPORE X FAZENDA GENESIO ATE A ESCOLA MUNICIPAL ITIJUCAL, COM 180 km. DIARIOS	73	180	13. 140,00	3,50	45. 990,00
21	TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA LINHA: FAZENDA VALE VERDE X FAZENDA VISTA ALEGRE X FAZ. EUNICE X PONTES E LACERDA COM TOTAL DE 104 km DIARIOS	73	104	7. 592,00	4,00	30. 368,00
	TOTAL					76. 358,00

CLAUSULA TERCEIRA - Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.39– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHAS: 83,84,85 e 86.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 03 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES PREFEITO DE VILA BELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

EDER ROMALINO FIORAVANTE 03790067660 ME

CNPJ: 17.485.776/0001-41

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 037/ 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES** residente e domiciliada na Fazenda Santa Maria, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 117.724. 858-10, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 2.428,40 (dois mil quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES**	**2. CPF: 117.724.858-10**		**3. DAP: SDW0117724858101303170304**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**472**	**R$ 3,65**	**R$ 1.722,80**
				2.428,40

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 2.428,40

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 057/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE E A EMPRESA WESLY ROSA DA SILVA 00859560155.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-492 e pela Secretária Municipal de Educação **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade sob o RG: 609.548 SSP/MT e do CPF 429.856.841-53.

CONTRATADO: WESLY ROSA DA SILVA 00859560155, inscrita no CNPJ: 18.195.045/0001-24, sediada na Rua Travessa do Palácio, Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, neste ato representado pelo Srº.**Wesly Rosa da Silva** brasileiro, residente e domiciliado no endereço acima referenciado, portador do RG.: 16.063.155 SSP/MT e no CPF: 008.595.601-55.

CLAUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo resolvem nos termos do contrato original, Cláusula Nona, **PREGÃO PRESENCIAL No 062/2016** e inciso II do Art. 57 da Lei de Licitações prorrogar a vigência do contrato para o Exercício de 2017, com duração durante os dias letivos previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação com início em **20 de fevereiro de 2017 e término em 14 de julho de 2017, ou até realização de novo processo licitatório**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratados estão orçados em **R$ 34.946,56** (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), que será pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** mediante relatório dos serviços executados no período, com a quilometragem correspondente, conforme demonstrativo abaixo:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/ total	Valor Un. R$	Valor Total R$
13	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA SÃO JOSE INDO A FAZENDA PALMITAL X IGREJA CRISTÃ ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL GLEBA GUAPORE NUMA EXTENSÃO DE 176 KM. DIARIOS	73	176	12. 848,00	2,72	34. 946,56
	TOTAL					34. 946,56

CLAUSULA TERCEIRA - Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.39– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHAS: 83,84,85 e 86.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 03 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES PREFEITO DE VILA BELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

WESLY ROSA DA SILVA 00859560155

CNPJ: 18.195.045/0001-24

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 029/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem aditivar o valor do Contrato Original para Contratação de Empresa Especializada em Aplicativos de Informática (Software) para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento dos Aplicativos de Gestão Pública para Sistema de Contabilidade Pública, com inicio em **02 de maio de 2017 a 01 de maio de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **no** percentual de **5,38 %** conforme índice do **IGPM/FGV**, (https://www3.bcb.gov.br) dos últimos doze meses, passando o valor mensal de **R$ 19.500,00** (dezenove mil e quinhentos reais) para **R$ 20.549,10** (vinte mil quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos), o que corresponde a um acréscimo de **R$: 1.049,10.**

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor Global do presente termo aditivo é de R**$ 246.589,20** (duzentos e quarenta e seis mil quinhentos e oitenta e nove reais vinte centavos), que será pago pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA** o valor mensal de **R$ 20.549,10** (vinte mil quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos), mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos serviços pelo Setor Competente

CLAUSULA TERCEIRA – Para adequação do suporte das despesas com o presente termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03 – Secretaria Municipal De Administração e Finanças

Unidade 01 – Secretaria Municipal De Administração e Finanças

2.008 - Manutenção da Secretaria Municipal De Administração e Finanças

3.3.90.39 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 30

R$ 170.715,60

Órgão 05 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.016 - Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

3.3.90.39 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 74

R$ 75.873,60

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

STAF SISTEMAS LTDA – EPP

CNPJ nº 07.941.056/0001-90

Sr. Rodrigo Teles de Souza

RG n.º 25.198.266-X SSP/SP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA.
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 038/ 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, EVILAZIO DE FIGUEIREDO** residente e domiciliado no Sítio Três Irmãos – MT 199, Gleba Palmarito, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrito no CPF sob n.º 018. 368.121-59, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública **n. 01/SME/COAE/2017**.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 7.603,34 (sete mil seiscentos e tres reais e trinta e quatro centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **EVILAZIO DE FIGUEIREDO**	**2. CPF: 018.368.121-59**		**3. DAP: SDW03509238621505101611 17**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**556,00**
Alface	**Maço**	**85**	**R$ 3,96**	**336,60**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**705,60**
Cebolinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Couve Manteiga	**Maço**	**85**	**R$ 3,94**	**R$ 334,90**
Quiabo	**Kg**	**80**	**R$ 4,16**	**R$ 332,80**
Melancia	**kg**	**800**	**R$ 1,33**	**R$ 1064,00**
Pepino	**Kg**	**275**	**R$ 2,52**	**R$ 693,00**
Mamão	**Kg**	**120**	**R$ 4,77**	**R$ 572,40**
Tomate	**Kg**	**700**	**R$ 3,46**	**R$ 2.422,00**
				R$ 7.603,34

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 7.603,34

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

EVILAZIO DE FIGUEIREDO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 039/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, ILSON ROSA DA CRUZ** residente e domiciliado no Sítio Santa Cruz, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 241.620.861-68, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. As polpas deverão ser entregues coadas, etiquetadas, com nome do produtor, com prazo de validade, caso apresente algum comprometimento a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de não recebê-la.

c. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 11.898,09 (onze mil oitocentos e noventa e oito reais e nove centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **ILSON ROSA DA CRUZ**	**2. CPF: 241.620.861-68**		**3. DAP: SDW0241620861680509140438**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Polpa de Frutas	**Kg**	**683**	**R$ 14,93**	**R$ 10.197,19**
TOTAL				**R$ 11.898,09**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 11.898,09

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

ILSON ROSA DA CRUZ

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 040/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, JOSÉ CAMBARÁ NETO** residente e domiciliado na comunidade Nova Fortuna, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrito (a) no CPF sob n. 142.254.681-00, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 12.473,28 (doze mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **JOSÉ CAMBARÁ NETO**	**2. CPF: 142.254.681-00**		**3. DAP: SDW05144441017214031709 27**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**R$ 556,00**
Alface	**Maço**	**85**	**R$ 3,96**	**R$ 336,60**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Batata doce	**Kg**	**275**	**R$ 3,38**	**R$ 929,50**
Cebolinha	**Maço**	**41**	**R$ 2,66**	**R$ 109,06**
Salsinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Coentro	**Maço**	**42**	**R$ 2,66**	**R$ 111,72**
Couve Manteiga	**Maço**	**85**	**R$ 3,94**	**R$ 334,90**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Mandioca	**Kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Melancia	**Kg**	**800**	**R$ 1,33**	**R$ 1.064,00**
Pepino	**Kg**	**275**	**R$ 2,52**	**R$ 693,00**
Pimentão verde	**Kg**	**142**	**R$ 5,19**	**R$ 736,98**
Laranja/Ponkan	**Kg**	**1000**	**R$ 3,13**	**R$ 3.130,00**
Mamão	**Kg**	**120**	**R$ 4,77**	**R$ 572,40**
TOTAL				**12.473,28**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 12.473,28

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

JOSÉ CAMBARÁ NETO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 036/ 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, CLAUDIA MENDES ORTIZ** residente e domiciliada no Sítio Rancho Fundo – MT 199, Gleba Cantão, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 632. 560.701.59, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública **n. 01/SME/COAE/2017**.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 3.944,82 (três mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **CLAUDIA MENDES ORTIZ**	**2. CPF: 632.560.701.59**		**3. DAP: SDW06325607015925051605 58**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**R$ 556,00**
Cebolinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**Maço**	**41**	**R$ 2,66**	**R$ 109,06**
Coentro	**Maço**	**42**	**R$ 2,66**	**R$ 111,72**
Couve Manteiga	**Maço**	**85**	**R$ 3,94**	**R$ 334,90**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Mandioca	**kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Pimentão verde	**Kg**	**148**	**R$ 5,19**	**R$ 768,12**
Mamão	**Kg**	**120**	**R$ 4,77**	**R$ 572,40**
TOTAL				**3.944,82**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais,

sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 3.944,82

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

CLAUDIA MENDES ORTIZ

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR N. 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 044/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE E A EMPRESA VILMA MARIA RICCI PAULO TRANSPORTES – ME.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, 205, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n. 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal **Sr. WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-492 e pela Secretária Municipal de Educação **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade sob o RG: 609.548 SSP/MT e do CPF 429.856.841-53.

CONTRATADO: VILMA MARIA RICCI PAULO TRANSPORTES - ME, inscrita do CNPJ.: 11.462.707/0001-36, sediada Na Estrada Vila Bela/Ricardo Franco, zona rural do município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, neste ato representada por sua sócia proprietária Srª. **VILMA MARIA RICCI PAULO** brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada no endereço acima. Portadora do RG: 050.065 SSP/MS e no CPF: 916.111.561-49.

CLAUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo resolvem nos termos do contrato original, Cláusula Nona, **PREGÃO PRESENCIAL N. 044/2015** e inciso II do Art. 57 da Lei de Licitações prorrogarem a vigência do contrato para o Exercício de 2017, com duração durante os dias letivos previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação com início em **20 de fevereiro de 2017 e término em 14 de julho de 2017, ou até realização de novo processo licitatório**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratados estão orçados em **R$ 23.725,00** (vinte e três mil setecentos e vinte cinco reais), que será pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** mediante relatório dos serviços executados no período, com a quilometragem correspondente, conforme demonstrativo abaixo:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/total	Valor Un. R$	Valor Total R$
8	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA RIO DO MEIO INDO ATE PÉ DA SERRA X SEDE DA FAZENDA ÁTÉ ESCOLA MUNICIPAL ITIJUCAL.	73	100	7. 915,385	3,25	23.725,00
	TOTAL					25.725,00

CLAUSULA TERCEIRA - Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.39– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHAS: 83, 84,85 e 86

CLÁUSULA QUARTA – Ficam mantidasem todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 03 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES**

PREFEITO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VILMA MARIA RICCI PAULO TRANSPORTES - ME

CNPJ.: 11.462.707/0001-36

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 045/ 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, ROBSON GUIDO MORÃO PRADO** residente e domiciliado no Sítio Flor do Prado, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 039.471.121-14, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. As polpas deverão ser entregues coadas, etiquetadas, com nome do produtor, com prazo de validade, caso apresente algum comprometimento a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de não recebê-la.

c. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 17.452,77 (dezessete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **ROBSON GUIDO MORÃO PRADO**	**2. CPF: 039.471.121-14**		**3. DAP: SDW00394711211416021701 23**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Colorau	**Pct. 500 gr**	**320**	**R$ 16,00**	**R$ 5.120,00**
Mandioca	**Kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Pimentão verde	**Kg**	**142**	**R$ 5,19**	**R$ 736,98**
Polpa de Frutas	**Kg**	**683**	**R$ 14,93**	**R$ 10.197,19**
TOTAL				**R$ 17.452,77**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 17.452,77

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de

Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTE SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

ROBSON GUIDO MORÃO PRADO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 046/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, ROGERIO LIMEIRA DE OLIVEIRA** residente e domiciliado no Sítio Limeira, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 225.171.202-00, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública **n. 01/SME/COAE/2017**.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 6.618,70 (seis mil seiscentos e dezoito reais e setenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **ROGERIO LIMEIRA DE OLIVEIRA**	**2. CPF: 225.171.202-00**		**3. DAP: SDW0225171202002704160119**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Mandioca	**kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Laranja/Ponkan	**Kg**	**1000**	**R$ 3,13**	**R$ 3.130,00**
				R$ 6.618,70

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 6.618,70

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____
_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

ROGERIO LIMEIRA DE OLIVEIRA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 041/ 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, LAURENTINO NETO DE REZENDE,** residente e domiciliadona Fazenda Pau da Torda, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 483.367.501-34, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 10.215,46 (dez mil duzentos e quinze reais e quarenta e seis cetnavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **LAURENTINO NETO DE REZENDE**	**2. CPF:** 483.367.501-34		**3. DAP: SDW04833675013412121402 43**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**R$ 556,00**
Alface	**Maço**	**85**	**R$ 3,96**	**R$ 336,60**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Cebolinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Coentro	**Maço**	**42**	**R$ 2,66**	**R$ 111,72**
Couve Manteiga	**Maço**	**90**	**R$ 3,94**	**R$ 354,60**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Laranja/Ponkan	**Kg**	**1000**	**R$ 3,13**	**R$ 3.130,00**
Tomate	**Kg**	**700**	**R$ 3,46**	**R$ 2.422,00**
TOTAL				**10.215,46**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 10.215,46

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

LAURENTINO NETO DE REZENDE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 054/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a empresa **M. P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB** pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Sinop – MT, na Av. da Embaúbas, 640 – Sala 34, andar 3, inscrita no CNPJ sob o nº **14.728.004/0001-08, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº Marcos Paulo de Oliveira Silva**, portador do RG Nº 35.405.864-2 SSP/SP e CPF: 021.222.971-07, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO –

Opresente Contrato tem por objeto a prestação de serviços para reformulação do site da prefeitura e manutenção e hospedagem dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O presente contrato é celebrado com regime de execução de empreitada global, dispensada a licitação nos termos do artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Os serviços que não forem executados de acordo com as normas estabelecidas serão rejeitados, arcando, o **CONTRATADO** com todos e quaisquer ônus decorrentes da rejeição, inclusive prazos e despesas.

O **CONTRATADO** se obriga ainda a atender a fiscalização do **CONTRATANTE** quanto à qualidade dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global deste Contrato é de **R$ 11.915,00**(onze mil novecentos e quinze reais), que será pago da seguinte forma:

1) A importância de **R$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais) pagaa partir da reformulação da WEB SITE em perfeito funcionamento com hospedagem.

2) A importância de R$ **935,00** (novecentos trinta e cinco reais) será pago em parcelas mensais e consecutivas até o 10º dia do mês subsequente.

As despesas decorrentes com a execução dos serviços descritos na cláusula primeira e no valor acima correrão à conta da seguinte dotação:

Órgão 03 - Sec. Municipal Administração e Fazenda

Unidade 01 - Sec. *Municipal Administração e Fazenda*

2.008- Manutenção da Sec. *Municipal Administração e Fazenda*

3.1.90.39 - Outros de Terceiros Pessoa Jurídica.

FICHA: 30

R$ 11.915,00

CLÁUSULA QUINTA – DA SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

A fiscalização e controle da execução deste Contrato, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e do Fiscal de contrato, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço do presente contrato não sofrerá reajuste no período de sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da **CONTRATANTE**, mediante depósito bancário em nome da empresa contratada, mediante a expedição de documento fiscal correspondente.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO

A **CONTRATADA** se obriga a entregar os serviços, objeto deste contrato, até o dia **31/12/2017**, podendo ser prorrogado dentro dos limites da Lei Federal nº. 8.666/93 art. 57, contados a partir da Ordem de Serviço.

A **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo se verificar interrupção dos serviços determinando por:

a) ato do **CONTRATANTE**;

b) caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do Contrato será até **31 de dezembro de 2017**, admitida à prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MULTA

A inadimplência por qualquer das partes, acarretará em multa no valor de 2% por cento sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

No caso de não cumprimento do prazo de entrega dos serviços constante da requisição da contratante, será aplicável a Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% ao dia, sobre o valor total da mercadoria requisitada, limitada a 10% sobre o valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O **CONTRATADO** se obriga a não interromper os serviços ajustados, em qualquer situação, sob pena de ensejar a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se ainda ao pagamento dos prejuízos que ocasionar.

Este contrato poderá ser rescindido, nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que haja conveniência entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o fórum da Comarca de Vila Bela da Ssª Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 20 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

M. P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES

CNPJ: **14.728.004/0001-08**

Srº Marcos Paulo de Oliveira Silva

RG Nº 35.405.864-2 SSP/SP

CPF: 021.222.971-07

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 047/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, SIRO LEITE RIBEIRO** residente e domiciliado no Sítio Jardim do Pantanal, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 395.801.131-49, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11. 947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, re-

ferente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública **n. 01/SME/COAE/2017**.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 9.352,44 (nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **SIRO LEITE RIBEIRO**	**2. CPF: 395.801.131-49**		**3. DAP: SDW03958011314909714040O**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Abobrinha	**Kg**	**200**	**R$ 2,78**	**R$ 556,00**
Alface	**Maço**	**90**	**R$ 3,96**	**R$ 356,40**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Batata Doce	**Kg**	**275**	**R$ 3,38**	**R$ 929,50**
Cebolinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Coentro	**Maço**	**42**	**R$ 2,66**	**R$ 111,72**
Couve manteiga	**Maço**	**85**	**R$ 3,94**	**R$ 334,90**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
Mandioca	**kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Melancia	**Kg**	**800**	**R$ 1,33**	**R$ 1.064,00**
Pepino	**Kg**	**275**	**R$ 2,52**	**R$ 693,00**
Pimentão verde	**Kg**	**142**	**R$ 5,19**	**R$ 736,98**
Mamão	**Kg**	**120**	**R$ 4,77**	**R$ 572,40**
TOTAL				**R$ 9.352,44**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 9.352,44

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

SIRO LEITE RIBEIRO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 048/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, TEREZA DA CONCEIÇÃO SILVA** residente e domiciliada no Sítio Bom Sucesso – PA Guaporél, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 395.801.131-49, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública **n. 01/SME/COAE/2017**.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 1.729,10 (Um mil setecentos e vinte e nove reais e dez centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **TEREZA DA CONCEIÇÃO SILVA**	**2. CPF: 006.740.921-04**		**3. DAP: SDW00067409210427041202 09**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**

Abóbora seca	**Kg**	**140**	**R$ 2,78**	**R$ 389,20**
Couve manteiga	**Maço**	**85**	**R$ 3,94**	**R$ 334,90**
Mandioca	**kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Quiabo	**Kg**	**75**	**R$ 4,16**	**R$ 312,00**
TOTAL				**R$ 1.729,10**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 1.729,10

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

TEREZA DA CONCEIÇÃO SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 058/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE E A EMPRESA LAURIANO DE JESUS 02992591106.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-492 e pela Secretária Municipal de Educação **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade sob o RG: 609.548 SSP/MT e do CPF 429.856.841-53.

CONTRATADO: LAURIANO DE JESUS 02992591106, inscrita do CNPJ.: 21.120.390/0001-03, sediada na Rua Julião Francisco de Brito, 150, município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **LAURIANO DE JESUS** brasileiro, empresário, residente e domiciliado no endereço acima descrito com RG: 18827675 SSP/MT e no CPF: 029.925.911-06.

CLAUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo resolvem nos termos do contrato original, Cláusula Nona, **PREGÃO PRESENCIAL No 062/2016** e inciso II do Art. 57 da Lei de Licitações prorrogar a vigência do contrato para o Exercício de 2017, com duração durante os dias letivos previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação com início em **20 de fevereiro de 2017 e término em 14 de julho de 2017, ou até realização de novo processo licitatório**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratados estão orçados em **R$ 85.991,91 (oitenta e cinco mil novecentos e noventa e um reais e noventa e um centavos),** que será pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** mediante relatório dos serviços executados no período, com a quilometragem correspondente, conforme demonstrativo abaixo:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Dias letivos	Km/ diário	Km/ total	Valor Un. R$	Valor Total R$
4	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DO RETIRO DA FAZENDA MARINGA INDO AO RETIRO DA FAZENDA FORTALEZA X FAZENDA MARINGA 3 X FAZENDA SERRA NEGRA X FAZENDA FORMOSA X FAZENDA CACHOEIRA ATÉ ESCOLA MUNICIPAL ITIJUCAL COM EXTENSÃO DE 240KM. DIARIOS	73	240	17. 520,00	3,35	58. 660,71
8	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA FAZENDA LAGOA SERENA INDO A FAZENDA CAMBARA X FAZENDA DO LIMA ATÉ A ESCOLA MUNICIPAL GLEBA GUAPORE NUMA EXTENSÃO DE 120 KM. DIARIO	73	120	8. 760,00	3,12	27. 331,20
	TOTAL					85. 991,91

CLAUSULA TERCEIRA - Para adequação do suporte orçamentário, as despesas com o presente termo aditivo, serão a seguinte:

05 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.39– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FICHAS: 83,84,85 e 86 .

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor para um só fim, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, em 03 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **MARIA GORETTE RODRIGUES DE ALMEIDA NANTES PREFEITO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

LAURIANO DE JESUS 02992591106,

CNPJ.: 21.120.390/0001-03

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE M. NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 049/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, VITÓRIO MARCADELLA** residente e domiciliado no Sítio Três Irmãos - Gleba Arrozal, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 280.537.291-34, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. As polpas deverão ser entregues coadas, etiquetadas, com nome do produtor, com prazo de validade, caso apresente algum comprometimento a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de não recebê-la.

c. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 10.227,05 (dez mil duzentos e vinte e sete reais e cinco centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **VITÓRIO MARCADELLA**	**2. CPF: 280.537.291-34**		**3. DAP: SDW028053729134180216121 4**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Polpa de Frutas	**Kg**	**685**	**R$ 14,93**	**R$ 10.227,05**
TOTAL				**R$ 10.227,05**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 10.227,05

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

VITÓRIO MARCADELLA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 050/2017

Que entre si fazem, de um lado, o **Município de Vila Bela da Santíssima Trindade**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.214.160/0001-21, com sede administrativa sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a empresa **L. RICARDO DE MAGALHÃES - EPP**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Várzea Grande - MT, na Av. da Feb, n. 222, bairro Ponte Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 17.922.286/0001-65, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada por seu Sócio proprietário Sr. **Luiz Ricardo de Magalhães**, conforme justificativa da senhora Secretária Municipal de Administração e Fazenda e conforme Termo de referência n. 03/33/2017, resolvem celebrar o presente contrato, vinculando as partes à Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 8.245/91, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a locação de software para pesquisar as referencias de preços para licitação de peças e serviços para veiculos, máquinas pesadas e tratores que compoem a frota deste município, conforme documentos em anexo, sob a coordenação de Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

§ 1º - É vedado a CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem assim transferir a terceiros suas obrigações, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

§ 2º – A prestação dos serviços a que se refere esta cláusula, não gera para as partes vínculo empregatício de qualquer natureza, nem permite à **CONTRATADA** usufruir os benefícios, direitos e vantagens asseguradas aos servidores municipais, correndo às suas exclusivas expensas e respon-

sabilidade**,** na qualidade de autônomo**,** todo e qualquer encargo social, trabalhista, fiscal e previdenciário, na forma da legislação em vigor, ficando o **CONTRATANTE** eximido de qualquer solidariedade.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de início da prestação de serviços será a data da assinatura do presente contrato, perdurando até o dia **31 de dezembro de 2017,** podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, por razões de interesse público e de conveniência administrativa, observados os termos do § 1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA- A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e do Fiscal de contrato, o que não exime nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

Parágrafo único - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos.

CLÁUSULA QUINTA - O valor global deste Contrato é de **R$ 11.070,00** (onze mil e setenta reais), que será pago à **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** até o décimo dia do mês subseqüente ao vencido, o valor mensal de **R$ 1.230,00** (um mil e duzentos e trinta reais), mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos serviços na forma prevista na Cláusula quarta deste Contrato, na forma a seguir especificada.

Parágrafo único – Sobre o valor estabelecido nesta Cláusula, incidirão descontos relativos ao **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**, na forma da legislação pertinente em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** incorrerá em multas sobre o valor global atualizado do Contrato, na forma e condições previstas nos **subitens 8.1 a 8.5**, do **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2016**.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e as despesas de sua execução correrão por conta de dotação própria, e de outros da Administração Municipal consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, na seguinte dotação:

03 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças

Unidade 01 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças

2.008 – Manutenção da Secretaria Mun. De Administração e Finanças

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 30

R$ 11.070,00

CLÁUSULA SEXTA - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula ou obrigações constantes deste Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, para a parte que infringir qualquer de suas cláusulas.

Parágrafo único – A **CONTRATADA** responderá perante a Administração Municipal e terceiros, pelos eventuais prejuízos a que der causa por imprudência, imperícia ou negligência na prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 17 de abril de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

L. RICARDO DE MAGALHÃES – EPP

CNPJ: n. 17.922.286/0001-65

Sr. **Luiz Ricardo de Magalhães**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 044/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, PEDRO PEDRAÇA DA SILVA,** residente e domiciliado na Chácara Silva – Gleba Matão, em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n. 062.898.402-78, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até

R$ 5.424,00 (cinco mil quatrocento e vinte e quatro reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **PEDRO PEDRAÇA DA SILVA**	**2. CPF: 062.898.402-78**		**3. DAP: SDW0062989402781102160256**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Alface	**Maço**	**85**	**R$ 3,96**	**R$ 336,60**
Banana da terra	**Kg**	**160**	**R$ 4,41**	**R$ 705,60**
Banana nanica/maçã	**Kg**	**466**	**R$ 3,65**	**R$ 1.700,90**
Batata Doce	**Kg**	**175**	**R$ 3,38**	**R$ 591,50**
Cebolinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Salsinha	**Maço**	**37**	**R$ 2,66**	**R$ 98,42**
Coentro	**Maço**	**48**	**R$ 2,66**	**R$ 127,68**
Couve Manteiga	**Maço**	**85**	**R$ 3,94**	**R$ 334,90**
Mandioca	**Kg**	**150**	**R$ 4,62**	**R$ 693,00**
Pimentão verde	**Kg**	**142**	**R$ 5,19**	**R$ 736,98**
TOTAL				**5.424,00**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ 5.424,00

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos par-

ticipantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

PEDRO PEDRAÇA DA SILVA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N. 043/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 006/2017

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Mário Correa, Sn, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 03.214.160/000121, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado**, MERCEDES PERES SPINDULAS** residente e domiciliada no Sítio Guaporé, PA Formosa em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, inscrita no CPF sob n.º 915.858.051-49, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A),** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/SME/COAE/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública, matriculados na Rede Municipal de Ensino verba **FNDE/PNAE**, **para o ano letivo de 2017**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º **01/SME/COAE/2017**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADOS, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até **20 de dezembro de 2017**.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017.

b. As polpas deverão ser entregues coadas, etiquetadas, com nome do produtor, com prazo de validade, caso apresente algum comprometimento a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de não recebê-la.

c. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de até **R$ 10.197,19 (dez mil cento e noventa e sete reais e dezenove centavos),** conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: **MERCEDES PERES SPINDULAS**	**2. CPF: 915.858.051-49**		**3. DAP: SDW0118497209590903170501**	
4. PRODUTO	**5. UNIDADE**	**6. QUANTIDADE**	**7. VALOR UNITÁRIO**	**8. VALOR TOTAL**
Polpa de fruta	**Kg**	**683**	**R$ 14,93**	**R$ 10.197,19**
TOTAL				**R$ 10.197,19**

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.017 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.33.30 .00 – Material de Consumo

FICHA: 77/78

R$ R$ 10.197,19

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n° 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do

CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/SME/COAE/2017, pela Resolução CD/FNDE nº. 038/2009 e pela Lei n° 11.947/

2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou **até 20 de dezembro de 2017.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Vila Bela da SS. Trindade, 04 de abril de 2017.

_____ _____

_____

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA MARIA GORETTE R. DE A. NANTES SILMARA ARAÚJO ALMEIDA

Prefeito Municipal Sec. Municipal de Educação Presidente do CAE

_____

MERCEDES PERES SPINDULAS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

DANIELLE DOS SANTOS TAVARES

CPF: 044.682.451-82

2. _____

MARIA DA PENHA MARQUES DE BRITO

CPF: **581.809.821-49**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Nº 004/2017

DE 02/MAIO/2017

T O R N A P Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, **pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº 2000 – Bairro Bela Vista, Nesta Cidade** representada pelo seu Prefeito, Srº. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, nos termos da Lei Municipal nº 1425/2016, resolve contratar no mês de ABRI/2017 para Prestação de Serviços os abaixo relacionados.

ARMANDO CANACIRI LARREA contrato nº 002/2017 para prestação de Medico;

P U B L I QU E S E

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica MT, em 02 de Maio de 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 144/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando, o Artigo 12 Inciso I da Lei Municipal nº 519/2004 que dispõe sobre a reestruturação do regime Próprio de Previdência social.

Considerando, o oficio nº 035/2017 do Instituto Municipal de Previdência Social - IMPREV, que comunica a aposentadoria e solicita a exoneração da servidora;

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar por aposentadoria por INVALIDEZ PERMANENTE** a servidora **NORMA FRANCISCA DA SILVA NASCIMENTO,** Matricula 1063,portadora do CPF sob o nº 003.344.541-90 lotada na Secretaria de Educação,do cargo de **Professora I a IV**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de Abril de 2017

.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

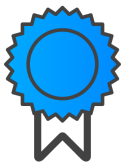
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed May 03 22:31:40 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)